Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da

JBS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 02.916.265/0001-60
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.391, 2º andar, conjunto 22, sala 2
São Paulo - SP
Código ISIN das Ações Ordinárias: BRJBSSACNOR8
Código de negociação na BM&FBOVESPA: JBSS3
200.000.000 Ações Ordinárias
Valor da Distribuição: R$1.600.000.000,00

Preço por Ação R$8,00

A JBS S.A. ("Companhia") está realizando uma oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 200.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("Ações"), nos termos descritos abaixo ("Oferta"), conforme deliberações do Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de março de 2010, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 26 de março de 2010 e em 29 de março de 2010, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 1º de abril de 2010.

A Oferta compreenderá a distribuição pública de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("CVM" e "Instrução CVM 400", respectivamente), e será coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o BB Banco de Investimento S.A. ("BB BI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o Santander e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta") com a participação de determinadas instituições financeiras e determinadas corretoras e/ou outras instituições que não sejam corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA, conforme indicadas ("Coordenadores Contratados" e "Instituições Consorciadas", respectivamente, e em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta"), incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, tal como alterado, e para investidores nos demais países (exceto Estados Unidos da América e Brasil), com base no Regulamento S ("Regulamento S") editado ao amparo do *Securities Act* ("Investidores Institucionais Estrangeiros"), que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN 2.689"), da Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Instrução CVM 325"), e da Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alteradas ("Lei nº 4.131"), esforços estes que serão realizados pelo BTG Pactual US Capital Corp, J.P. Morgan Securities, Inc., Santander Investment Securities Inc., BB Securities Limited, Banco do Brasil Securities LLC, Bradesco Securities Inc. Safra Securities LLC, Banco Votorantim Securities, Inc, e Deutsche Bank Securities Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 30.000.000 Ações, equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção para subscrição de tais Ações Suplementares outorgada pela Companhia ao BTG Pactual, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). O BTG Pactual terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Colocação de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A. ("Contrato de Colocação") e por um período de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data de publicação Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A. ("Anúncio de Início"), de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação e desde que a decisão de sobrealocação tenha sido tomada em comum acordo com os demais Coordenadores da Oferta.

Adicionalmente, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, poderia ter sido mas não foi acrescida em até 40.000.000 Ações, em percentual equivalente a até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Na emissão de novas Ações pela Companhia, houve exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), e tal emissão foi realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

O preço por Ação no contexto da Oferta ("Preço por Ação") foi fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva de Ações no Período de Reserva; e (ii) a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais (conforme definidos neste Prospecto), realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"), em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro a cotação de fechamento das Ações na BM&FBOVESPA e as indicações de interesse em função da qualidade da demanda por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. Os Investidores Não-Institucionais que efetuaram Pedidos de Reserva não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* nem, portanto, do processo de fixação do Preço por Ação. O Preço por Ação e a determinação da quantidade de Ações emitidas e vendidas foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.

	Preço	Comissões	Recursos Líquidos [2][3]
Por Ação	R$8,00	R$0,20	R$7,80
Total da Oferta[1]	**R$1.600.000.000**	**R$40.000.000**	**R$1.560.000.000**

(1) Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares. Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta.
(3) Para informações sobre remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a Seção "Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e seus Conglomerados Econômicos", na página 56 deste Prospecto.

A realização da Oferta, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, bem como os termos e condições da Oferta foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de março de 2010, cuja foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 26 de março de 2010 e em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de março de 2010, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 1º de abril de 2010. O Preço por Ação foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.

REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA CVM/SRE/REM/2010/012 EM 28 DE ABRIL DE 2010.

"O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da Companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas."

Este Prospecto Definitivo não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição e integralização das Ações. Ao decidir subscrever e integralizar as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da nossa Companhia, de nossas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas nossas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", A PARTIR DA PÁGINA 76 DESTE PROSPECTO E TAMBÉM OS ITENS "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES.

"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenadores DA OFERTA E *JOINT BOOKRUNNERS*

Coordenador Líder e Agente Estabilizador

COORDENADORES CONTRATADOS

A data do presente Prospecto Definitivo é 27 de abril de 2010.

(página intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO E SUMÁRIO 13
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO 15
DEFINIÇÕES 16
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA 21
SUMÁRIO DA COMPANHIA 22
Visão Geral da Nossa Companhia 22
Nossos Pontos Fortes e Vantagens Competitivas 24
Nossa Estratégia 25
SUMÁRIO DA OFERTA 27
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS 35
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES 39
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À COMPANHIA 41
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA 42
Composição Atual do Capital Social e Após a Oferta 42
Histórico de Negociação das Ações de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA 43
Características da Oferta 43
Quantidade, Valor, Classe e Recursos Líquidos 44
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 45
Instituições Participantes da Oferta 45
Aprovações Societárias 45
Reserva de Capital 46
Público Alvo da Oferta 46
Procedimento de Distribuição na Oferta 46
Oferta de Varejo 46
Oferta Institucional 50
Violações de normas de conduta 50
Prazos da Oferta 50
Preço por Ação 51
Cronograma da Oferta 52
Contrato de Colocação 52
Informações Detalhadas sobre a Garantia Firme de Liquidação 53
Contrato Internacional 53
Custos de Distribuição 54
Contrato de Estabilização 54
Negociação na BM&FBOVESPA 55
Acordos de Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*) 55
Instituição Financeira Escrituradora de Ações 55
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 55
Suspensão e Cancelamento da Oferta 55
Inadequação da Oferta 56
Informações sobre a Companhia 56

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA E SEUS CONGLOMERADOS ECONÔMICOS 56
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder *56*
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan *57*
Relacionamento entre a Companhia e o Santander *58*
Relacionamento entre a Companhia e o BB BI *59*
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI *60*
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES CONTRATADOS 62
Relacionamento entre a Companhia e Banco Safra BSI S.A. *62*
Relacionamento entre a Companhia e o Banco Votorantim *62*
Relacionamento entre a Companhia e o Deutsche Bank *63*
COORDENADORES DA OFERTA 64
COORDENADORES CONTRATADOS 65
INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS 65
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA **67**
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA E DOS COORDENADORES CONTRATADOS **68**
COORDENADOR LÍDER 68
BANCO J.P. MORGAN S.A. 69
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. 69
BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. 70
BANCO BRADESCO BBI S.A. 71
BANCO SAFRA BSI S.A. 72
BANCO VOTORANTIM 72
Atividade de Investment Banking do Banco Votorantim *73*
DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO 73
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS **75**
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA **76**
RISCOS RELACIONADOS ÀS NOSSAS AÇÕES 76
A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejam. *76*
Os investidores desta Oferta provavelmente sofrerão diluição imediata do valor contábil de seus investimentos na aquisição das nossas Ações *76*
Os titulares de nossas Ações poderão não receber dividendos. *76*
Vendas substanciais das ações, ou a percepção de vendas substanciais de ações de nossa emissão depois da Oferta poderão causar uma redução no preço das ações de nossa emissão. *77*
A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações poderá diluir a participação acionária dos investidores em nossa Companhia. *77*
Estamos realizando uma Oferta de Ações no Brasil, com esforços de vendas no exterior, o que poderá nos deixar expostos a riscos de litígio relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos de litígio relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil. *77*
A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Ações e impactar a definição do Preço por Ação. *78*
CAPITALIZAÇÃO **79**
DILUIÇÃO **80**

NEGOCIAÇÃO OU SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES POR ADMINISTRADORES E ACIONISTAS CONTROLADORES E PREÇO DE EMISSÃO DAS NOSSAS AÇÕES 80

2. ANEXOS 83

Estatuto Social da Companhia 85

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de março de 2010, aprovando a Oferta 117

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de março de 2010, aprovando a Oferta 125

Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de abril de 2010, aprovando o preço de emissão das Ações e o aumento de capital da Companhia 133

Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 139

Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 143

Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007e respectivo parecer da Terco Grant Thornton Auditores Independentes S/S 147

Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 e respectivos pareceres da BDO Trevisan Auditores Independentes 191

Demonstrações Financeiras da Pilgrim´s Pride relativa aos exercícios sociais encerrados em 26 de setembro de 2007, 2008 e 2009 e respectivo parecer da Ernst & Young LLP 237

Demonstrações Financeiras da Pilgrim´s Pride relativa aos período de três meses encerrados em 27 de dezembro de 2009 e respectivo relatório de revisão limitada da Ernst & Young LLP 299

Demonstrações Financeiras do Bertin S.A. relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008 e respectivos pareceres da BDO Trevisan Auditores Independentes 337

Demonstrações Financeiras do Bertin S.A. relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009 e respectivo relatório de revisão limitada da BDO Trevisan Auditores Independentes 377

3. FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 417

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 421

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO 423

1.1. DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES: 423

2. AUDITORES 424

2.1. EM RELAÇÃO AOS AUDITORES INDEPENDENTES: 424

2.2. INFORMAR MONTANTE TOTAL DE REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, DISCRIMINANDO OS HONORÁRIOS RELATIVOS A SERVIÇOS DE AUDITORIA E OS RELATIVOS A QUAISQUER OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS: 425

2.3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 425

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS 425

3.1. INFORMAÇÕES COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA: 425

3.2. MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS: 425

3.3. EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE: 426

3.4. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS: 427

3.5. TABELA COM DISTRIBUIÇÕES DE DIVIDENDOS E RETENÇÕES DE LUCRO OCORRIDAS: 428

DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS E RETENÇÕES DE LUCRO OCORRIDAS: 429

3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais: 429

3.7. Tabela com informações acerca do endividamento da Companhia (demonstrações financeiras consolidadas): 429

3.8. Tabela com dívidas com garantia real, dívidas com garantia flutuante e dívidas quirografárias, com o montante de obrigações da Companhia de acordo com o prazo de vencimento (demonstrações financeiras consolidadas): 430

3.9. Outras informações que a Companhia julga relevantes: 430

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS 430

4. FATORES DE RISCO 434

4.1. Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados: 434

4.2. Eventuais expectativas do emissor de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes acima mencionados 449

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas. 449

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas: 454

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos: 454

4.6. Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: 454

4.7. Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores: 454

4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificando: 457

5. RISCOS DE MERCADO 457

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativamente, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros: 457

5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos: 460

5.3. Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada: 462

5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes: 462

6. HISTÓRICO DA COMPANHIA 467

6.1. Com relação à constituição da Companhia: 467

6.2. Prazo de duração 467

6.3. Breve histórico da Companhia: 467

6.4. Data do registro na CVM: 468

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando: (a) evento; (b) principais condições do negócio; (c) sociedades envolvidas; (d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia; (e) quadro societário antes e depois da operação: 468

6.6. PEDIDO DE FALÊNCIA, DESDE QUE FUNDADO EM VALOR RELEVANTE, OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DA COMPANHIA, E O ESTADO ATUAL DE TAIS PEDIDOS: 474

6.7. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 474

7. ATIVIDADES DA COMPANHIA 479

7.1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS: 479

7.2. INFORMAÇÕES SOBRE CADA SEGMENTO OPERACIONAL QUE TENHA SIDO DIVULGADO NAS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL OU, QUANDO HOUVER, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS: 481

7.3. EM RELAÇÃO AOS PRODUTOS E SERVIÇOS QUE CORRESPONDAM AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NO ITEM 7.2, DESCREVER: 483

7.4. CLIENTES QUE SEJAM RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DA COMPANHIA: ... 507

7.5. DESCRIÇÃO DOS EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DA COMPANHIA, COMENTANDO ESPECIFICAMENTE: 508

7.6. EM RELAÇÃO AOS PAÍSES DOS QUAIS A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES, IDENTIFICAR: 510

7.7. EM RELAÇÃO AOS PAÍSES ESTRANGEIROS DIVULGADOS NO ITEM 7.6, INFORMAR EM QUE MEDIDA A COMPANHIA ESTÁ SUJEITA À REGULAÇÃO DESSES PAÍSES E DE QUE MODO TAL SUJEIÇÃO AFETA OS NEGÓCIOS DA COMPANHIA: 510

7.8. DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO RELEVANTES DA COMPANHIA QUE NÃO FIGUREM EM OUTRA PARTE DESTE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: 513

7.9. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES 525

8. GRUPO ECONÔMICO 544

8.1. DESCRIÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO EM QUE SE INSERE A COMPANHIA, INDICANDO: 544

8.2. CASO O EMISSOR DESEJA, ORGANOGRAMA DO GRUPO ECONÔMICO EM QUE SE INSERE A COMPANHIA, DESDE QUE COMPATÍVEL COM AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NO ITEM 8.1: 546

8.3. DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO, TAIS COMO INCORPORAÇÕES, FUSÕES, CISÕES, INCORPORAÇÕES DE AÇÕES, ALIENAÇÕES E AQUISIÇÕES DE CONTROLE SOCIETÁRIO, AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE ATIVOS IMPORTANTES, OCORRIDAS NO GRUPO: 546

8.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 546

9. ATIVOS RELEVANTES 547

9.1. DESCRIÇÃO DOS BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA COMPANHIA: 547

9.2. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 557

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES 558

10.1. OPINIÃO DOS DIRETORES SOBRE: 558

10.2. OPINIÃO DOS NOSSOS DIRETORES SOBRE: 577

10.3. OPINIÃO DOS DIRETORES ACERCA DOS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU E ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA E EM SEUS RESULTADOS: 582

10.4. OPINIÃO DOS DIRETORES SOBRE: 582

10.5. OPINIÃO DOS NOSSOS DIRETORES ACERCA DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS EXPLORANDO, EM ESPECIAL, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 586

10.6. OPINIÃO DOS NOSSOS DIRETORES SOBRE OS CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS: 587

10.7. CASO A COMPANHIA TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR: 587

10.8. Opinião dos Diretores sobre a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items): 587

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar: 588

10.10. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos 588

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 589

11. PROJEÇÕES 589

11.1. Projeções e Estimativas: 589

11.2. Projeções sobre os últimos 3 exercícios sociais: 590

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO 590

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando: 590

12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembléias gerais, indicando: 598

12.3. Em forma de tabela, informar as datas e jornais de publicação: 600

12.4. Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando: 600

12.5. Descrição da cláusula compromissória, se existir, inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem: 601

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, indicar, em forma de tabela: 602

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: 603

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer: 604

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: ... 607

12.10. Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: 612

12.11. Descrição das disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções: 612

12.12. Outras informações que a Companhia julga relevantes; 612

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES 615

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos: 615

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal: 617

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:: 618

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente: 618

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social: 622

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; (d) valor justo das opções na data de outorga; (e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.: 624

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (d) em relação às opções exercíveis; (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III) prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social: 624

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) orgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas: 624

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando: 624

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) orgão; (b)número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições: 625

13.11. Indicação dos itens da tabela abaixo, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: 625

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia: 625

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto: 625

13.14. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS: 626

13.15. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS: 626

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 626

14. RECURSOS HUMANOS 627

14.1. DESCRIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA COMPANHIA, FORNECENDO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: 627

14.2. COMENTÁRIOS SOBRE QUALQUER ALTERAÇÃO RELEVANTE OCORRIDA COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 14.1 ACIMA: 628

14.3. DESCRIÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA: 628

14.4. DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE A COMPANHIA E SINDICATOS: 629

15. CONTROLE 630

15.1. IDENTIFICAÇÃO DO ACIONISTA OU GRUPO DE ACIONISTAS CONTROLADORES, INDICANDO EM RELAÇÃO A CADA UM DELES: 630

15.2. LISTA CONTENDO AS INFORMAÇÕES ABAIXO SOBRE OS ACIONISTAS, OU GRUPOS DE ACIONISTAS QUE AGEM EM CONJUNTO OU QUE REPRESENTAM O MESMO INTERESSE, COM PARTICIPAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE AÇÕES E QUE NÃO ESTEJAM LISTADOS NO ITEM 15.1: 632

15.3. DESCRIÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL, CONFORME APURADO NA ÚLTIMA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS: 632

15.4. ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA, IDENTIFICANDO TODOS OS CONTROLADORES DIRETOS E INDIRETOS BEM COMO OS ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA CLASSE OU ESPÉCIE DE AÇÕES, DESDE QUE COMPATÍVEL COM AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NOS ITENS 15.1 E 15.2. 633

15.5. QUALQUER ACORDO DE ACIONISTAS ARQUIVADO NA SEDE DA COMPANHIA OU DO QUAL O CONTROLADOR SEJA PARTE, REGULANDO O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU A TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA: 633

15.6. INDICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES DA COMPANHIA: 636

15.7. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 636

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 637

16.1. DESCRIÇÃO DAS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DA COMPANHIA QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, CONFORME DEFINIDAS PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO: 637

16.2. ADICIONALMENTE, TAIS OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (I) NÃO IMPACTAM ATUALMENTE OU IMPACTARÃO FUTURAMENTE OS NOSSOS RESULTADOS OPERACIONAIS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DE FORMA NEGATIVA; E (II) SÃO CELEBRADAS EM CONDIÇÕES SEMELHANTES ÀS PRATICADAS COM TERCEIROS. INFORMAÇÕES, EM RELAÇÃO ÀS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS QUE, SEGUNDO AS NORMAS CONTÁBEIS, DEVAM SER DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS OU CONSOLIDADAS DA COMPANHIA E QUE TENHAM SIDO CELEBRADAS NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS OU ESTEJAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE: 637

16.3. EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS TRANSAÇÕES OU CONJUNTO DE TRANSAÇÕES MENCIONADOS NO ITEM 16.2 ACIMA OCORRIDAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: (A) IDENTIFICAR AS MEDIDAS TOMADAS PARA TRATAR DE CONFLITOS DE INTERESSES; E (B) DEMONSTRAR O CARÁTER ESTRITAMENTE COMUTATIVO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS OU O PAGAMENTO COMPENSATÓRIO: 643

17. CAPITAL SOCIAL 643

17.1. INFORMAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL: 643

17.2. AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA: (A) DATA DA DELIBERAÇÃO; (B) ÓRGÃO QUE DELIBEROU O AUMENTO; (C) DATA DA EMISSÃO; (D) VALOR TOTAL DO AUMENTO; (E) QUANTIDADE DE VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS, SEPARADOS POR CLASSE E ESPÉCIE; (F) PREÇO DE EMISSÃO; (G) FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO: (I) DINHEIRO; (II) SE BENS, DESCRIÇÃO DOS BENS; (III) SE DIREITOS, DESCRIÇÃO DOS DIREITOS; (H) CRITÉRIO UTILIZADO PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DE EMISSÃO (ART. 170, § 1º, DA LEI Nº 6.404, DE 1976); (I) INDICAÇÃO SE A SUBSCRIÇÃO FOI PARTICULAR OU PÚBLICA; (J) PERCENTUAL QUE O AUMENTO REPRESENTA EM RELAÇÃO AO CAPITAL SOCIAL IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO AUMENTO DE CAPITAL: 644

17.3. EM RELAÇÃO AOS DESDOBRAMENTOS, GRUPAMENTOS E BONIFICAÇÕES, INFORMAR: (A) DATA DA DELIBERAÇÃO; (B) QUANTIDADE DAS AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO, SEPARADAS POR CLASSE E ESPÉCIE; (C) QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO, SEPARADAS POR CLASSE E ESPÉCIE: 645

17.4. EM RELAÇÃO ÀS REDUÇÕES DE CAPITAL DA COMPANHIA, INDICAR: (A) DATA DA DELIBERAÇÃO; (B) DATA DA REDUÇÃO; (C) VALOR TOTAL DA REDUÇÃO; (D) QUANTIDADE DE AÇÕES CANCELADAS PELA REDUÇÃO, SEPARADAS POR CLASSE E ESPÉCIE; (E) VALOR RESTITUÍDO POR AÇÃO; (F) FORMA DE RESTITUIÇÃO: - SE EM BENS, DESCRIÇÃO DOS BENS; (G) PERCENTUAL QUE A REDUÇÃO REPRESENTA EM RELAÇÃO AO CAPITAL SOCIAL IMEDIATAMENTE ANTERIOR À REDUÇÃO DE CAPITAL; E (H) RAZÃO PARA A REDUÇÃO: 645

17.5. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 645

18. VALORES MOBILIÁRIOS 646

18.1. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS DE CADA CLASSE E ESPÉCIE DE AÇÃO EMITIDA: 646

18.2. DESCRIÇÃO, SE EXISTIREM, AS REGRAS ESTATUTÁRIAS QUE LIMITEM O DIREITO DE VOTO DE ACIONISTAS SIGNIFICATIVOS OU QUE OS OBRIGUEM A REALIZAR OFERTA PÚBLICA: 649

18.3. DESCRIÇÃO DAS EXCEÇÕES E CLÁUSULAS SUSPENSIVAS RELATIVAS A DIREITOS PATRIMONIAIS OU POLÍTICOS PREVISTOS NO ESTATUTO: 650

18.4. INFORMAÇÕES DE VOLUME DE NEGOCIAÇÕES BEM COMO MAIORES E MENORES COTAÇÕES DOS VALORES MOBILIÁRIOS NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES OU MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO, EM CADA UM DOS TRIMESTRES DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS: 650

18.5. DESCRIÇÃO DE OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS QUE NÃO SEJAM AÇÕES, INDICANDO: (A) IDENTIFICAÇÃO DO VALOR MOBILIÁRIO; (B) QUANTIDADE; (C) VALOR; (D) DATA DE EMISSÃO; (E) RESTRIÇÕES À CIRCULAÇÃO; (F) CONVERSIBILIDADE EM AÇÕES OU CONFERÊNCIA DE DIREITO DE SUBSCREVER OU COMPRAR AÇÕES DO EMISSOR, INFORMANDO: (I) CONDIÇÕES; (II) EFEITOS SOBRE O CAPITAL SOCIAL; (G) POSSIBILIDADE DE RESGATE, INDICANDO: (I) HIPÓTESES DE RESGATE ; (II) FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR DE RESGATE; (H) QUANDO OS VALORES MOBILIÁRIOS FOREM DE DÍVIDA, INDICAR, QUANDO APLICÁVEL; (I) VENCIMENTO, INCLUSIVE AS CONDIÇÕES DE VENCIMENTO ANTECIPADO; (II) JUROS; (III) GARANTIA E, SE REAL, DESCRIÇÃO DO BEM OBJETO; (IV) NA AUSÊNCIA DE GARANTIA, SE O CRÉDITO É QUIROGRAFÁRIO OU SUBORDINADO; (V) EVENTUAIS RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO EMISSOR EM RELAÇÃO À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, À ALIENAÇÃO DE DETERMINADOS ATIVOS, À CONTRATAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS, À EMISSÃO DE NOVOS VALORES MOBILIÁRIOS; (VI) O AGENTE FIDUCIÁRIO, INDICANDO OS PRINCIPAIS TERMOS DO CONTRATO; (I) CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS DIREITOS ASSEGURADOS POR TAIS VALORES MOBILIÁRIOS; E (J) OUTRAS CARACTERÍSTICAS RELEVANTES: 651

18.6. INDICAÇÃO DOS MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO: 667

18.7. EM RELAÇÃO A CADA CLASSE E ESPÉCIE DE VALOR MOBILIÁRIO ADMITIDA À NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS ESTRANGEIROS, INDICAR: PAÍS, MERCADO, ENTIDADE ADMINISTRADORA DO MERCADO NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO, DATA DE ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO, SE HOUVER, INDICAR O SEGMENTO DE NEGOCIAÇÃO, DATA DE INÍCIO DE LISTAGEM NO SEGMENTO DE NEGOCIAÇÃO, PERCENTUAL DO VOLUME DE NEGOCIAÇÕES NO EXTERIOR EM RELAÇÃO AO VOLUME TOTAL DE NEGOCIAÇÕES DE CADA CLASSE E ESPÉCIE NO ÚLTIMO EXERCÍCIO, SE HOUVER, PROPORÇÃO DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO NO EXTERIOR EM RELAÇÃO A CADA CLASSE E ESPÉCIE DE AÇÕES, SE HOUVER, BANCO DEPOSITÁRIO, SE HOUVER, INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE: 667

18.8. DESCRIÇÃO DAS OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO EFETUADAS PELA COMPANHIA OU POR TERCEIROS, INCLUINDO CONTROLADORES E SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS, RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA: 668

18.9. DESCRIÇÃO DAS OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO FEITAS PELA COMPANHIA RELATIVAS A AÇÕES DE EMISSÃO DE TERCEIRO: 669

18.10. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 669

19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA 673

19.1. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE RECOMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA: 673

19.2. MOVIMENTAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS EM TESOURARIA, SEGREGADA POR TIPO, CLASSE E ESPÉCIE, INDICAR A QUANTIDADE, VALOR TOTAL E PREÇO MÉDIO PONDERADO DE AQUISIÇÃO: 674

19.3. EM RELAÇÃO AOS VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS EM TESOURARIA NA DATA DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, INDICAR, EM FORMA DE TABELA, (A) QUANTIDADE, (B) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE AQUISIÇÃO, (C) DATA DE AQUISIÇÃO, E (D) PERCENTUAL EM RELAÇÃO AOS VALORES MOBILIÁRIOS EM CIRCULAÇÃO DA MESMA CLASSE E ESPÉCIE: 675

19.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 675

20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS 675

20.1. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE SUA EMISSÃO PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DIRETORES, MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO FISCAL E DE QUALQUER ÓRGÃO COM FUNÇÕES TÉCNICAS OU CONSULTIVAS, CRIADO POR DISPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA, INCLUSIVE DATA DE APROVAÇÃO, PESSOAS VINCULADAS, PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E PREVISÃO DE PERÍODOS DE VEDAÇÃO DE NEGOCIAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA FISCALIZAR A NEGOCIAÇÃO EM TAIS PERÍODOS: 675

20.2. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 677

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES 678

21.1. NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS INTERNOS ADOTADOS PELA COMPANHIA PARA ASSEGURAR QUE AS INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS PUBLICAMENTE SEJAM RECOLHIDAS, PROCESSADAS E RELATADAS DE MANEIRA PRECISA E TEMPESTIVA: 678

21.2. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE ADOTADA PELA COMPANHIA, INDICANDO OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO ACERCA DE INFORMAÇÕES RELEVANTES NÃO DIVULGADAS: 678

21.3. INFORMAR OS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: 679

21.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 679

22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS 679

22.1. INDICAR A AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA: 679

22.2. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DA COMPANHIA: 679

22.3. IDENTIFICAR OS CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: 679

22.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGA RELEVANTES: 679

1. INTRODUÇÃO E SUMÁRIO

(página intencionalmente deixada em branco)

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente nas seções “Sumário da Companhia” e “Fatores de Risco” nas páginas 22 e 76, respectivamente, deste Prospecto.

As estimativas e perspectivas para o futuro têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou podem afetar os nossos negócios e operações. Embora acreditemos que essas considerações sobre estimativas e perspectivas futuras sejam baseadas em assunções razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são elaboradas levando em consideração as informações atualmente disponíveis para nós.

Muitos fatores importantes, além dos fatores discutidos neste Prospecto, podem impactar adversamente os nossos resultados tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- conjuntura econômica e política do Brasil, Estados Unidos da América, Austrália e da Argentina;
- variação das taxas de juros, câmbio e inflação do Brasil e da Argentina;
- alterações nas leis, regulamentos e políticas governamentais que regem os nossos negócios e nossos produtos, inclusive responsabilidades ambientais e sanitárias;
- regulamentos atuais e futuros e, em especial, legislação tributária e ambiental;
- riscos à saúde relacionados ao setor alimentício;
- risco de epidemia de doenças que afetem bovinos, ovinos, suínos, frangos e produtos alimentícios;
- mudanças nos preços de mercado ou nos hábitos de consumo;
- a implementação das nossas principais estratégias operacionais, financeiras e de crescimento;
- a oferta e a procura pelos nossos produtos;
- nosso nível de endividamento e o custo e a disponibilidade de financiamento;
- imposição ou aumento de barreiras comerciais ou fito-sanitárias pelos países para os quais exportamos;
- os planos da Companhia quanto aos nossos dispêndios de capital; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “4” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações atinentes a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem nós, nem os Coordenadores, nem os Agentes de Colocação Internacional assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem não vir a se concretizar, muitas das quais estão além da nossa capacidade de controle ou previsão. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

DEFINIÇÕES

Neste Prospecto, os termos "Companhia", JBS", ou "nós" referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à JBS S.A. Abaixo, seguem definições relevantes:

Acionistas	Nossos atuais acionistas.
Acionista Controlador	FB Participações S.A.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia.
Ações Adicionais	A quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida de até 40.000.000 Ações, em percentual equivalente a até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Ações Suplementares	Quantidade de até 30.000.000 Ações de emissão da Companhia, equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, destinada exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no âmbito da Oferta e objeto da Opção de Ações Suplementares conforme dispõe o artigo 24, caput, da Instrução CVM 400.
Administração	O conselho de administração e a diretoria da Companhia.
Administradores	Membros do conselho de administração e diretoria da Companhia.
Agentes de Colocação Internacional	BTG Pactual US Capital Corp, J.P. Morgan Securities, Inc., Santander Investment Securities Inc., BB Securities Limited, Banco do Brasil Securities LLC, Bradesco Securities Inc, Safra Securities LLC, Banco Votorantim Securities, Inc e Deutsche Bank Securities Inc.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio informando acerca do resultado final da Oferta, a ser publicado nos jornal "Valor Econômico" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio informando acerca do início do período de distribuição das Ações, a ser publicado jornal "Valor Econômico" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Retificação	A divulgação da revogação ou qualquer modificação da Oferta, por meio do jornal "Valor Econômico" e do Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400.
Aviso ao Mercado	Aviso informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, publicado em 7 de abril de 2010 no jornal "Valor Econômico" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros.

Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Companhia ou JBS	JBS S.A.
Conselheiro(s) Independente(s)	Conforme o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, Conselheiro(s) Independente(s) caracteriza(m)-se por: (i) não ter(em) qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser(em) Acionista(s) Controlador(es), cônjuge(s) ou parente(s) até segundo grau daquele, ou não ser(em) ou não ter(em) sido, nos últimos 3 anos, vinculado(s) a sociedade ou entidade relacionada ao Acionistas Controladores; (iii) não ter(em) sido, nos últimos 3 anos, empregado(s) ou diretor(es) da Companhia, do Acionistas Controladores ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser(em) fornecedor(es) ou comprador(es), direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser(em) funcionário(s) ou administrador(es) de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser(em) cônjuge(s) ou parente(s) até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber(em) outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição). Quando, em resultado do cálculo do número de Conselheiros Independentes, obter-se um número fracionário proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5. Serão ainda considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos por meio das faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404/76.
Constituição Federal	Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
Coordenador Líder ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores Contratados	Banco Safra BSI S.A., Banco Votorantim S.A. e Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão.
Coordenadores da Oferta	BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e BB Banco de Investimento S.A., quando considerados em conjunto.
COPOM	Comitê de Política Monetária do Banco Central.
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (excluídas as Ações Suplementares), correspondente ao último dia do Período de Colocação.
Dólar, Dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos da América.
EUA	Estados Unidos da América.

FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
Governo Federal ou União	Governo da República Federativa do Brasil.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IFRS	*International Financial Reporting Standards.*
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.
Índice IBOVESPA	O índice é o valor atual de uma carteira teórica de ações negociadas na BOVESPA, constituída a partir de uma aplicação hipotética, que reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total das ações que o compõe.
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, bem como outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta de Varejo.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta, os Coordenadores Contratados e as Instituições Consorciadas.
Instrução CVM 325	Instrução CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
Instrução CVM 358	Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Instrução CVM 409	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.
Instrução CVM 480	Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
Km^2	Quilômetros quadrados.
Lei 4.131	Lei n.º 4.131, de 27 de setembro de 1962, e alterações posteriores.
Lei 11.638	Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e alterações posteriores.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Lei de Crimes Ambientais	Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e alterações posteriores.
Lei do Mercado de Capitais	Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

Lock-Up Agreements	Acordos de não disposição de ações de emissão da Companhia firmados pela Companhia, bem como cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria e o acjonista FB Participações S.A. com os Coordenadores da Oferta. Para mais informações, vide "Informações Relativas à Oferta – Restrições à Negociação das Ações", na página 55 deste Prospecto.
Oferta	Distribuição pública primária de 200.000.000 novas Ações a serem emitidas pela Companhia, no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, que será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de Coordenadores Contratados e Instituições Consorciadas.
Offering Circular	O *Preliminary Offering Circular* e o *Final Offering Circular*, quando considerados conjuntamente.
OPA	Oferta Pública de Aquisição de ações.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada pela Companhia ao BTG Pactual para aquisição de um lote suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, de até 30.000.000 Ações de emissão da Companhia, equivalente a até 15% das Ações inicialmente ofertadas nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. O BTG Pactual terá o direito exclusivo por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não-Institucionais durante o Período de Reserva.
Período de Colocação	Prazo para a colocação e subscrição das Ações, que será de até três dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
Período de Reserva	Período compreendido entre os dias 14 de abril de 2010, inclusive e 26 de abril de 2010, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não-Institucionais.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores e quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e as normas e instruções da CVM.
Prazo de Distribuição	O prazo de distribuição das Ações é de até seis meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Preço por Ação	R$8,00 por Ação.

Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores Institucionais Locais e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, em ambos os casos exclusivamente no contexto da Oferta Institucional, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400.
Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações da JBS S.A.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações da JBS S.A.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, quando considerados conjuntamente.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários em segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA, com regras diferenciadas de governança corporativa.
Real, Reais ou R$	Moeda oficial do Brasil.
Regra 144 A	*Rule 144A*, editada pela SEC ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento S	*Regulation S*, editada pela SEC ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000.
SEC	*Securities and Exchange Commission,* Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América.
Securities Act	Lei de valores mobiliários dos Estados Unidos da América.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo CMN.
TR	Taxa Referencial, divulgada pelo Banco Central.
US GAAP	Práticas Contábeis adotadas nos Estados Unidos da América.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação da Companhia	JBS S.A., sociedade por ações inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.916.265/0001-60 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300330587, registrada com companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 20575.
Sede	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.391, 2º Andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Diretoria de Relações com Investidores	Av. Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Jeremiah Alphonsus O'Callaghan. Os telefones do departamento de relações com investidores da Companhia são (55 11) 3144-4147 e (55 11) 3144-4224. O fax do departamento de relações com investidores da Companhia é (55 11) 3144-4279 e o e-mail é ri@jbs.com.br.
Auditores Independentes da Companhia	Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009, a BDO Trevisan Auditores Independentes, localizada na Rua Bela Cintra, 952, 3º Andar, Conj. 32, Cerqueira César, CEP 01415-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (55 11) 3138-5000 e fax (55 11) 3138-5227. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Terco Grant Thornton Auditores Independentes S/S, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12995 – 13º, 14º e 15º andares, CEP 04578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (55 11) 3054-0000 e fax (55 11) 3054-0077.
Banco Escriturador e Atendimento aos Acionistas	Banco Bradesco S.A. O atendimento aos Acionistas da Companhia é efetuado em qualquer agência do Banco Bradesco S.A., cuja sede está localizada Av. Yara, S/N, Prédio Amarelo, 2º Andar, Cidade de Deus, CEP 06029-900, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo. O responsável pelo Departamento de Acionistas é o Sr. José Donizetti de Oliveira, que pode ser contatado pelos telefones (55 11) 3684-3749 e (55 11) 3684-8013 e pelo fax (55 11) 3684-2714 e e-mail 4010.donizetti@bradesco.com.br.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros sob o símbolo "JBSS3", no segmento denominado Novo Mercado.
Jornais nos quais a Companhia divulga informações	As publicações realizadas pela Companhia, em decorrência da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "Valor Econômico".
***Site* na Internet**	www.jbs.com.br. As informações constantes do *site* da Companhia não são parte integrante do Formulário de Referência, nem se encontram incorporadas por referência a este.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário contém um resumo das nossas atividades e de nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e o Formulário de Referência. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. Antes de tomar sua decisão de investir em nossas Ações, o investidor deve ler todo o Prospecto e o Formulário de Referência cuidadosamente, bem como também as nossas demonstrações financeiras consolidadas e suas respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto.

VISÃO GERAL DA NOSSA COMPANHIA

Acreditamos ser uma das maiores empresas de proteínas do mundo, com receita líquida de R$ 34.311,8 milhões em 2009. Atuamos no processamento de carnes bovinas, suínas, ovinas e de frango, além do processamento de couros e na produção de lácteos e seus derivados. Atualmente acreditamos ser:

- líder em produção e exportação de carne bovina do mundo, com operações nos EUA, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Austrália, Itália e Rússia, com capacidade de abate global de 90,3 mil cabeças/dia;

- o segundo maior produtor de carne de frango do mundo, com operações nos EUA, México e Porto Rico e capacidade de abate global de 7,6 milhões de aves/dia;

- o terceiro maior produtor de carne suína dos EUA, com uma capacidade de abate de 48,5 mil cabeças/dia;

- um dos líderes mundiais na produção e exportação de carne ovina do mundo, com operações nos EUA e Austrália e capacidade de abate global de 27,5 mil cabeças/dia;

- líder na produção de couros processados do mundo, com operações no Brasil, EUA e China e capacidade global de produção de 55.600 couros/dia;

- Produtora de 1.364 ton/dia de lácteos.

Processamos, embalamos e entregamos produtos bovinos, suínos, ovinos e de frango *in natura,* processados, que incluem também produtos de maior valor agregado, em mais de 100 países localizados em seis continentes. Nossa oferta de produtos com valor agregado consiste em produtos cortados, moídos e embalados de forma customizada para atender as necessidades de nossos clientes e incluem também carnes cozidas congeladas, enlatadas, pratos prontos, temperados e marinados. Processamos, embalamos e entregamos também lácteos e seus derivados tais como leite longa vida, iogurtes, achocolatados, queijos e manteigas sob marcas reconhecidas no mercado, como “Vigor”, “Leco”, “Danúbio”, “Faixa Azul” e “Serrabella”.

Vendemos nossos produtos principalmente a clientes varejistas como supermercados, clubes de atacado, outros distribuidores de varejo e empresas do setor de *food service* (tais como restaurantes, hotéis, distribuidores de serviços de alimentação e processadores complementares). Além disso, produzimos e comercializamos outros produtos derivados do nosso processamento de carne, tais como couros e subprodutos, para clientes das indústrias de confecção, alimentos para animais de estimação, equipamentos de proteção e setor automotivo, dentre outros. Produzimos também produtos de higiene e limpeza, tais como sabonetes, xampus, detergentes e sabão em barra.

Para informações a respeito da aquisição da Pilgrim’s Pride e da incorporação do Bertin, bem como de nosso faturamento em bases proforma, vide item 3.9 do Formulário de Referência.

A tabela abaixo mostra nossa capacidade diária de abate de animais e produção de lácteos e couro e as localidades das nossas unidades em 2009:

Companhia e as localidades das suas unidades em 2009:

	Abate – Carnes								Produção – Outros		
Diária	**Bovina**		**Frangos**		**Suínos**		**Ovinos/Smalls**		**Lácteos**	**Hig/Limp**	**Couro**
País	**(cabeças/dia)**	**Unidades**	**(mil cabeças/ dia)**	**Unidades**	**(cabeças/dia)**	**Unidades**	**(cabeças/ dia)**	**Unidades**	**(ton/dia)**	**(ton/dia)**	**(couros/dia)**
Argentina	6.700	6	-	-	-	-			-	-	-
Austrália	8.690	10	-	-	-		23.000	5	-	-	-
Brasil	41.200	35	-	-	-	-			1.364	810,2	55.600
Estados Unidos	28.600	8	6.900	29	48.500	3	4.500	1	-	-	-
Itália	3.000	3	-	-	-	-			-	-	-
México / Porto Rico	-	-	667	4	-	-			-	-	-
Paraguai	1.000	2	-	-	-	-			-	-	-
Uruguai	1.100	1	-	-	-	-			-	-	-
Total	**90.290**	**65**	**7.567**	**33**	**48.500**	**3**	**27.500**	**6**	**1.364**	**810,2**	**55.600**

Nos últimos três anos realizamos diversas aquisições no Brasil e no exterior, como segue:

- Em julho de 2007, adquirimos a Swift Foods Company (atualmente denominada JBS USA Holdings Inc), que marcou nossa entrada nos Estados Unidos e resultou na criação da maior empresa do mundo no setor de alimentos de proteína de origem bovina e da maior empresa brasileira na indústria de alimentos.

- Em maio de 2008, nos Estados Unidos, adquirimos os ativos da Tasman Group Services Pty. Ltd., relacionados à produção de carne bovina, que representou um passo importante na conclusão do plano de investimentos para a construção de uma sustentável plataforma de abate, produção e comercialização de carne nos Estados Unidos da América e na Austrália, proporcionando economias de escala e eficiências operacionais e gerando valor aos nossos acionistas.

- Em outubro de 2008, adquirimos a Smithfield Beef Group, Inc. (atualmente JBS Packerland), a maior operação de confinamento de gado bovino do mundo.

- Em dezembro de 2009, adquirimos 64% da Pilgrim´s Pride, nos Estados Unidos, o que nos permitiu operar no segmento de processamento de frangos.

- Em dezembro de 2009, incorporamos o Bertin S.A. no Brasil, empresa brasileira que é uma das maiores exportadoras de carne bovina e outros subprodutos de gado da América Latina.

- Mais recentemente, em fevereiro de 2010, adquirimos, na Austrália, a Tatiara Meat, uma processadora de carne bovina de alta qualidade focada em mercados sofisticados como Estados Unidos, Canadá e Europa, além do mercado doméstico australiano. Com essa aquisição, a Swift Austrália se tornou uma das maiores processadoras de carne ovina na Austrália, com capacidade de abate de 23.000 cabeças por dia.

Possuímos uma administração focada em crescimento com comprovado histórico de sucesso na realização e na integração de aquisições e reestruturações de empresas deficitárias adquiridas. Ao longo dos últimos anos, obtivemos um crescimento substancial da nossa receita líquida através de crescimento orgânico e aquisições. Nos últimos 9 anos apresentamos uma taxa de crescimento anual composto de 51,9% na nossa receita líquida e de 44,9% no nosso EBITDA. A tabela abaixo contém alguns de nossos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de											
	2001[3]	2002[3]	2003[3]	2004[3]	2005[3]	2006	2007	2008	2009	2001-06	2006-2009	2001 - 2009
	R$ milhões (exceto dados operacionais e porcentagens)									CAGR	CAGR	CAGR
Receita Líquida	1.212	1.289	1.912	3.501	3.709	4.302	14.142	30.340	34.312	28,8%	99,8%	51,9%
EBITDA(1)	66	147	165	327	399	548	602	1.156	1.285	52,7%	32,9%	44,9%
Margem EBITDA (%) (2)	5,4%	11,4%	8,6%	9,3%	10,8%	12,7%	4,3%	3,8%	3,7%	-	-	-
Capacidade de abate (mil cabeças/dia)												
Bovinos	5,8	6,8	9,0	13,1	17,4	19,9	51,8	65,7	73,5	28,0%	54,6%	37,4%
Suínos	-	-	-	-	-	-	48,5	48,5	48,5	-	-	-
Ovínos	-	-	-	-	-	-	19,5	19,5	19,5	-	-	-
Frangos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável aquelas utilizadas por outras empresas.

(2) A margem EBITDA é calculada através da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida de vendas.

(3) As informações relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001 a 2005 referem-se à Friboi Ltda., antiga denominação da JBS S.A.

Do total de R$ 34.311,8 milhões, nossa receita líquida de 2009, 78,0% foi proveniente dos EUA, 15,7% do Brasil e 6,3% de outros países onde atuamos.

NOSSOS PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

Nossos pontos fortes e vantagens competitivas incluem:

Liderança de mercado, escala e reconhecimento de marca. Acreditamos ser a maior companhia de proteína do mundo e o maior produtor e exportador mundial de carne bovina com acesso a mais de 100 países do globo. Adicionalmente, acreditamos ser o segundo maior produtor de frango do mundo, o terceiro maior produtor de carne suína dos EUA e líder mundial no processamento de couro. Acreditamos que nossa posição de liderança no mundo nos permitirá aproveitar oportunidades de mercado, possibilitando expandir os nossos negócios e aumentar nossa participação nos mercados doméstico e internacional. Nossa escala produtiva nos permite otimizar nossa produção e diluir nossos custos fixos, o que acreditamos nos proporcionar uma rentabilidade maior em relação aos nossos competidores locais e globais. Nossas marcas incluem, no Brasil: "Friboi", "Swift", "Bertin", "Maturatta", "Organic Beef", "Anglo", "Mouran", "Apeti", "Grill", "Vigor", "Leco", "Danúbio", "Faixa Azul", "Serrabella", "Bracol" e "Super Flor", nos EUA: "Swift", "Swift Premium", "1855", "Pilgrim's Pride" e "Gold Kist", na Australia: "AMH", "Aberdeen", "Pure Prime", "Royal", "Tasman Meats", "King Island Beef", "Longford", "Seatle Meat", na Argentina: "Swift", "Cabaña Las Lilas", "Plate" e "La Blanca", e na Itália: "Montana", "Inalca" e "Ibise". Acreditamos que nossas marcas são amplamente reconhecidas como símbolos de qualidade nos mercados em que são comercializadas, o que nos permite manter e ampliar nossa liderança.

Modelo de negócio diversificado com alcance global. Nosso negócio é bastante diversificado pois produzimos e distribuímos uma ampla gama de produtos protéicos para diversas localidades por meio de inúmeros canais de distribuição.

- *Oferta diversificada de proteínas*. Vendemos produtos de carne bovina, suína, de frango, de cordeiro e carneiro. Além disso, produzimos produtos lácteos e derivados. A diversificação de nossas vendas de produtos protéicos nos proporciona a oportunidade de realizar venda cruzada (*cross selling)* para nossos clientes, além de mitigar os principais riscos típicos do setor, tais como ciclos, doenças específicas a certas espécies e às mudanças das preferências do consumidor. Em consequência, acreditamos que nosso amplo portfólio de produtos protéicos é uma proteção adicional contra riscos de nossa indústria.

- *Distribuição geográfica estratégica da produção.* Nossas plataformas de processamento situadas nos principais países produtores de carne bovina do mundo nos proporcionam diversificação geográfica e flexibilidade operacional suficientes para atender a demanda de nossos clientes, independentemente das condições de mercado e das restrições sanitárias. Este fato nos permite mitigar riscos de restrições de exportação de carne *in natura* causados por eventuais problemas fitossanitários (tais como BSE e febre aftosa). Como exemplo, em 2005, com o surto de febre aftosa no Brasil e a conseqüente restrição de vários países à carne brasileira, utilizamos nossa plataforma de produção na Argentina para suprir a demanda por carne até a suspensão das restrições. Atualmente, estamos utilizando nossas plataformas de produção no

Uruguai, Paraguai e Austrália para suprir a demanda européia por conta das restrições européias impostas tendo em vista problemas de rastreamento no Brasil.

- *Diversificação da rede de vendas e de distribuição.* Somos beneficiados por nossa rede diversificada de vendas e distribuição, que inclui varejistas nacionais e regionais (inclusive cadeias de supermercados, mercearias e distribuidores), processadores (incluindo os fabricantes de toucinho, linguiças e frios), mercados internacionais e o setor de *food service* (inclusive distribuidores de *food service*, que servem cadeias de restaurantes, hotéis e outros clientes institucionais). Vendemos nossos produtos para mais de 100.000 clientes no mundo todo, sendo que nenhum cliente individualmente foi responsável por mais de 2,0% de nossa receita líquida de vendas em 2009. Esse grau de diversificação reduz nossa dependência a qualquer mercado ou cliente e nos proporciona várias formas de crescimento potencial.

- *Diversificação das exportações.* Somos o maior exportador de carne bovina do mundo e vendemos nossos produtos em mais de 100 países localizados nos seis continentes. Ao todo, nossas exportações corresponderam a aproximadamente 23,0% de nossas vendas de 2009. Nossa diversificação geográfica nos permite reduzir a exposição à qualquer mercado individualmente e, da mesma forma, ter acesso a todos os mercados exportadores. Além disso, o acesso a mercados internacionais potencializa a geração de retorno, pois diversos de nossos produtos de exportação, tais como cortes dianteiros, língua, coração, rim e outros miúdos, geram maior demanda e precificação em mercados externos, em particular na Ásia e Oriente Médio.

Histórico de sucesso em aquisições.Temos um sólido histórico de sucesso em aquisições e integração de empresas adquiridas. Nos últimos 15 anos, realizamos mais de 30 aquisições. Além disso, temos histórico de sucesso em recuperação de empresas deficitárias, comprovado com a aquisição e recuperação da Swift nos EUA. Após a nossa oferta pública inicial de ações no Brasil em março de 2007, adquirimos a Swift Foods Company, Inalca S.p.a, Smithfield Packerland, Five Rivers, Tasman Group, Pilgrim's Pride e a Bertin S.A., dentre outras. Esse histórico de sucesso nos transformou na maior empresa de proteínas do mundo e acreditamos que em razão de nossa liderança, escala, solidez financeira e experiência na execução de aquisições e integração de empresas adquiridas, estaremos bem posicionados para atuar como um dos principais agentes na consolidação da indústria de alimentos no mundo.

Administração experiente e especializada no setor. Nossa equipe de administradores focada em crescimento possui profundo conhecimento do setor de produção de carne bovina, suínas e de frango, alguns deles possuindo mais de 20 anos de experiência na administração da nossa Companhia ou atuando no setor. Nossa Administração é um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento de nossas vendas, otimização de nossas operações, integração de nossas recentes aquisições, transformando nossa Companhia em um dos principais *players* da indústria de alimentos no mundo.

NOSSA ESTRATÉGIA

Nosso objetivo é continuar a crescer, alcançando uma posição de liderança na indústria de alimentos, aproveitar as oportunidades de consolidação do setor no mundo, a abertura e o crescimento dos mercados internacionais, e ao mesmo tempo alcançar taxas de retorno atrativas para nossos acionistas. A seguir apresentamos os principais elementos da nossa estratégia:

Continuar explorando oportunidades de crescimento através de investimentos e aquisições. Pretendemos continuar a buscar oportunidades de aquisição e de parcerias estratégicas no mundo que ofereçam novos mercados, novos produtos, ganhos de escala e capturas de sinergias operacionais, aproveitando nossa experiência na execução de aquisições e integração de empresas adquiridas nos últimos 15 anos. Pretendemos continuar crescendo de maneira sustentável no mercado internacional de alimentos, buscando oportunidades de aquisição e de parcerias estratégicas, mantendo nosso alto padrão de segurança alimentar, com o fim de assegurar a qualidade de nossos produtos. Além disso, continuaremos investindo em novos mercados e desenvolvendo e consolidando os mercados em que já atuamos. Ao mesmo tempo, continuaremos a investir na ampliação e consolidação da nossa liderança nos mercados domésticos e internacionais nos quais atuamos. Acreditamos que seremos capazes de ingressar em novos mercados de exportação à medida que as barreiras comerciais existentes sejam reduzidas ou eliminadas e nossas vantagens competitivas e experiência em exportações deverão nos proporcionar uma vantagem competitiva no início das atividades nesses mercados.

Continuar a reduzir custos e a aumentar eficiências operacionais. Pretendemos continuar a ser uma das empresas com estrutura de custo mais eficiente do mundo, buscando sempre melhorar nossos processos produtivos e logísticos, investindo em tecnologia da informação e qualificação profissional, além de aproveitar os ganhos de escala e as sinergias capturadas nas aquisições. Acreditamos poder aumentar nossa rentabilidade por meio do

desenvolvimento e introdução de processos inovadores e melhorias de produto em toda a cadeia de produção otimizando a utilização da carcaça do boi pela produção de carne *in natura* e industrializada, bem como processamento de couros e produção de lácteos. Continuaremos a desenvolvimento de processos inovadores e melhorias em toda a cadeia produtiva. Desde nossa fundação, focamos nossos esforços na redução de custos e, ao mesmo tempo, no aumento de nossa produção e rentabilidade.

Expandir substancialmente nossa rede de distribuição direta. Construímos a maior empresa produtora de proteínas do mundo com plataformas globais de produção nos principais países produtores e consumidores de proteínas do mundo. Pretendemos executar uma estratégia de distribuição direta global que permita melhorar nossa capacidade de prestação de serviços aos nossos clientes e que nos dê a oportunidade de prestar serviços diretamente a novos clientes, sobretudo para redes de *food service* e varejo. A nossa estratégia de vendas historicamente se baseia na utilização de distribuidores intermediários que compram nossos produtos e revendem ao consumidor final a preços mais elevados. Pretendemos mudar uma parte significativa de nossos esforços de venda para a venda direta ao consumidor final, de forma a reter a margem de lucro existente na cadeia de valor. Acreditamos que a execução de nossa estratégia de distribuição direta exigirá a ampliação substancial da nossa rede de distribuição e equipe de vendas dentro e fora do país, sendo que nossos planos de implementação de tal estratégia incluem aquisição de empresas de distribuição e armazenamento. Nossa estratégia de distribuição direta também consiste em vendas diretas e envio de produto para o consumidor final por meio do nosso pessoal de vendas e nossa frota própria ou arrendada de veículos.

Aumentar a oferta de produtos de marca e com maior valor agregado. Como extensão da nossa estratégia de expansão da rede de distribuição direta, pretendemos intensificar a oferta de produtos processados, industrializados e com marcas, que tendem a apresentar margens de lucro mais elevadas e menor oscilação de preços. Historicamente, obtemos melhores resultados quando oferecemos aos nossos clientes produtos com maior valor agregado. Os exemplos de nossas ofertas de produtos com valor agregado incluem produtos com marcas, além dos processados e industrializados, tais como os produtos fatiados, em cubos, amaciados, cozidos, enlatados, ao molho e prontos para o consumo. Na medida em que tais produtos ajudam a reduzir os custos de mão-de-obra de nossos clientes, estimula-se a demanda por parte do consumidor. Pretendemos expandir nossas ofertas de produtos processados, industrializados e principalmente expandir a produção de produtos com marcas por meio de investimentos em novas plantas e/ou ampliação das instalações de produção existentes e aquisições, além de investir em marketing para criação de marcas fortes e o fortalecimento das nossas marcas já existentes. Acreditamos que o aumento das vendas de produtos com valor agregado impulsionará o aumento de nossa margem.

Continuidade da integração bem sucedida de aquisições recentes. Temos histórico comprovado de sucesso na aquisição, integração e melhoria do desempenho operacional de nossas aquisições. Já integramos e recuperamos a Swift Foods Company (hoje JBS USA Holdings, Inc) e mais recentemente, concluímos com sucesso a integração da JBS Packerland aos nossos sistemas de tecnologia da informação operacionais e financeiros. Identificamos oportunidades de economia de custo adicional propiciada pela integração e desenvolvemos planos para nos valer dessas oportunidades. Pretendemos aplicar nossa recente experiência de integração bem sucedida à integração da Pilgrim´s Pride e do Bertin, bem como outras empresas que viermos a adquirir, para a captura de sinergias que incluem o aperfeiçoamento de funções administrativas e redes de vendas, a consolidação das redes de distribuição, a otimização dos custos de frete e armazenamento, bem como a consolidação de sistemas de gerenciamento de riscos e tesouraria.

Nossa sede está localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.391, 2º andar, conjunto 22, sala 2, CEP 01452-000, São Paulo, SP, Brasil, e nosso telefone é (0xx11) 3144-4000. O nosso Departamento de Relações com Investidores está localizado em nosso escritório administrativo, situado na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, CEP 05118-100, São Paulo, SP, Brasil, o telefone é o (0xx11) 3144-4055, o fax é o (0xx11) 3144-4279, o e-mail é o ir@jbs.com.br e o *site* é o www.jbs.com.br. As informações constantes do nosso *website* ou que podem ser acessadas por meio dele não integram este Prospecto.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, incluindo as informações contidas na seção "Fatores de Risco", nas páginas 76 a 78, e nas nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, nas páginas 147 a 415, para uma maior compreensão das nossas atividades e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas nossas Ações.

Companhia	JBS S.A.
Coordenador Líder, Agente Estabilizador ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
BB BI	BB Banco de Investimento S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o Santander, o Bradesco BBI e o BB BI, considerados em conjunto.
Agentes de Colocação Internacional	BTG Pactual US Capital Corp, J.P. Morgan Securities, Inc., Santander Investment Securities Inc., BB Securities Limited, Banco do Brasil Securities LLC, Inc., Bradesco Securities Inc., Safra Securities LLC, Banco Votorantim Securities, Inc e Deutsche Bank Securities Inc.
Coordenadores Contratados	Banco Safra BSI S.A., Banco Votorantim S.A. e Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, bem como outras instituições financeiras contratadas para participar da Oferta de Varejo.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta, os Coordenadores Contratados e as Instituições Consorciadas, considerados conjuntamente.
Oferta	Distribuição pública primária de 200.000.000 novas Ações a serem emitidas pela Companhia, no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, que será coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de Coordenadores Contratados e Instituições Consorciadas.
Ações	200.000.000 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia no contexto da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares.
Ações Suplementares	Quantidade de até 30.000.000 Ações de emissão da Companhia, equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas, destinada exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no âmbito da Oferta e objeto da Opção de Ações Suplementares conforme dispõe o artigo 24, caput, da Instrução CVM 400.

Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada pela Companhia ao BTG Pactual para aquisição de um lote suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, de até 30.000.000 Ações de emissão da Companhia, equivalente a até 15% das Ações inicialmente ofertadas nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. O BTG Pactual terá o direito exclusivo por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta.
Ações Adicionais	A quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, poderia ter sido mas não foi acrescida de até 40.000.000 Ações, em percentual equivalente a até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Instituição Escrituradora das Ações	Banco Bradesco S.A.
Público Alvo da Oferta	As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações objeto da Oferta por meio da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional. A Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não-Institucionais. A Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações serão destinadas aos Investidores Institucionais, não sendo admitidas reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento para os Investidores Institucionais.
Oferta de Varejo	Distribuição de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações objeto da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, prioritariamente junto a Investidores Não-Institucionais.
Oferta Institucional	Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas aos Investidores Institucionais, não sendo admitidas reservas antecipadas e inexistindo para estes investidores valores mínimos ou máximos de investimento.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não-Institucionais durante o Período de Reserva.
Período de Reserva	Período compreendido entre os dias 14 de abril de 2010, inclusive e 26 de abril de 2010, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não-Institucionais.
Investidores Não-Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que realizem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, destinado à subscrição de Ações no âmbito da Oferta.

Investidores Institucionais Locais	Pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujos valores de investimento excedam o limite de aplicação de R$300 mil, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização.
Investidores Institucionais Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *SEC*, nos Estados Unidos da América, onde serão realizados esforços de colocação das Ações em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act* e *Non U.S. Persons*, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, editada pela *SEC* nos demais países que não os Estados Unidos da América e o Brasil, onde serão realizados esforços de colocação das Ações, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei 4.131, da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Institucionais Estrangeiros, considerados em conjunto.
Pessoa Vinculada	Qualquer pessoa que seja (i) administrador da Companhia, (ii) controlador ou administrador de qualquer uma das Instituições Participantes da Oferta ou dos Agentes de Colocação Internacional, ou (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente e colateral até o segundo grau de qualquer uma das pessoas mencionadas nos itens (i), (ii) ou (iii).
Preço por Ação	R$8,00 por Ação. O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações, tendo como parâmetro a cotação das Ações na BM&FBOVESPA e as indicações de interesse em função da qualidade da demanda coletada junto a Investidores Institucionais. O Preço por Ação foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão de registro da Oferta pela CVM. Para informações adicionais sobre o Preço por Ação e eventual má formação de preço e iliquidez das Ações no mercado secundário, veja a seção "Fatores de Risco - *A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das ações e impactar a definição do Preço por Ação*" na página 78 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com os Investidores Institucionais, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional com os Investidores Institucionais, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não Institucionais que aderiram à Oferta não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação. Foram aceitas intenções de investimento de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* até o limite de 15% das Ações inicialmente ofertadas. Os investimentos realizados em decorrência dos contratos de *total return swap* não foram considerados investimentos por Pessoas Vinculadas para fins da Oferta.
Valor Total da Distribuição	R$1.600.000.000,00.
Período de Colocação	Prazo de até 3 dias úteis, contado a partir da data de publicação do Anúncio de Início, para que os Coordenadores da Oferta efetuem a colocação das Ações.
Data de Liquidação	Último dia do Período de Colocação, quando ocorrerá a liquidação física e financeira da Oferta.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	A liquidação física e financeira da Opção de Ações Suplementares será realizada em até 3 dias úteis contados a partir da data do exercício da referida opção.
Plano de Distribuição	Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia, elaboraram o plano de distribuição das Ações, nos termos do § 3º, do art. 33, da Instrução CVM 400, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual leva em conta as relações dos Coordenadores da Oferta com potenciais investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores que as Instituições Participantes da Oferta recebam previamente exemplar dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto ao Coordenador Líder.
Regime de Colocação – Garantia Firme de Liquidação	A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação não solidária de subcrição e aquisição da totalidade das Ações da Oferta subscritas pelos investidores e não liquidadas por esses (exceto as Ações Suplementares) pelos Coordenadores da Oferta. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e concedido o registro da Oferta pela CVM. Caso as Ações objeto da Oferta subscritas por investidores não sejam totalmente liquidadas até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá e integralizará e liquidará, pelo Preço por Ação, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre o número de Ações da Oferta objeto da garantia firme de liquidação por ele prestada e o número de Ações da Oferta efetivamente colocada e liquidada por investidores no mercado. O preço de revenda de tal saldo de Ações da Oferta junto ao público, pelos Coordenadores da Oferta, durante o Prazo de Distribuição, será limitado ao Preço por Ação, ficando ressaltado que as atividades de estabilização, em algumas circunstâncias, não estarão sujeitas a tais limites.

Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Colocação de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A., celebrado entre a Companhia, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, esta última na qualidade de interveniente anuente.
Contrato Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, contrato celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular o esforço de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A., celebrado entre a Companhia, o BTG Pactual e a BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Aprovações e Autorizações Societárias	A realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, bem como os termos e condições da Oferta foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 11 e 29 de março de 2010. O Preço por Ação foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.
Direitos, vantagens e restrições das Ações	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, decorrentes do Estatuto Social da Companhia, da Lei das Sociedades por Ações e do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, dentre os quais se destacam os seguintes: (i) cada Ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais da Companhia; (ii) as Ações darão direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia; (iv) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (v) direito de preferência na subscrição na subscrição de novas ações, conforme conferido pela Lei das Sociedades por Ações; (vi) direito de alienar as ações ordinárias no caso de alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas , observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador (tag along), nos termos do artigo 44 do Estatuto Social da Companhia; (vii) direito de alienar as ações ordinárias em oferta pública a ser realizada pelo acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como do poder de decisão destes, indicada nos termos do Regulamento Novo Mercado, nos termos do artigo 52 do Estatuto Social da Companhia; e (viii) receber dividendos e demais distribuições pertinentes às ações que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia.

Dividendos

Nosso Estatuto Social exige que seja efetuada, anualmente, distribuição de dividendo obrigatório em valor igual a um percentual não inferior a 25,0% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. Para mais informações, ver a seção 3.4 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Os contratos de financiamento celebrados pela Companhia, de maneira geral, contêm restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia no caso de mora ou inadimplemento de suas obrigações. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas celebrado com o BNDESPAR também concede direitos de veto à distribuição de dividendos em determinadas situações. Para maiores informações sobre os contratos financeiros envolvendo a Companhia e o Acordo de Acionistas celebrado com o BNDESPAR, vide seções 7.8 e 15.5(g), respectivamente, do Formulário de Referência.

Resolução de Conflitos

Nos termos do artigo 56 do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida câmara, podendo as partes, nos termos do Capítulo 12 do mesmo Regulamento, escolher de comum acordo outra Câmara ou centro de arbitragem para resolver seus litígios.

Restrição à Venda de Ações *(Lock-up)*

A Companhia, bem como cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria e o acionista FB Participações S.A. se comprometeram perante os Coordenadores da Oferta a celebrar acordos de restrição à venda de ações de emissão da Companhia ("Instrumentos de Lock-up"), por meio dos quais concordaram, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda ou compra, dar em garantia ou de outra forma alienar ou adquirir, direta ou indiretamente, pelo período de 90 (noventa) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, entre outros.

A vedação não se aplicará nas hipóteses de (i) cessão ou empréstimo de ações que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA e (ii) empréstimo de Ações pelo acionista FB Participações S.A. ao BTG Pactual para a realização das atividades de estabilização do Preço das Ações.

Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Qualquer Pedido de Reserva recebido de investidores que sejam (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores de quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores, será cancelada pela Instituição Participante da Oferta, na eventualidade de haver excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações ofertadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.
Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, como não houve excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações objeto da Oferta, na Oferta Institucional, foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor da Oferta. Caso tivesse sido verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), não seria permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta ou pelos Coordenadores Contratados, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário**. Os investimentos realizados em decorrência dos contratos de *total return swap* não foram considerados investimentos por Pessoas Vinculadas para fins da Oferta.
Inadequação da Oferta a Certos Investidores	Não há inadequação específica da Oferta a determinado grupo ou categoria de investidor. No entanto, a presente Oferta não é adequada a investidores avessos ao risco inerente ao investimento em ações. A subscrição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, a partir da página 76 deste Prospecto e nas seções 4 e 5 do Formulário de Referência, para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados em relação à subscrição das Ações.
Fatores de Risco	Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, a partir da página 76 deste Prospecto, bem como os Fatores de Risco descritos nas seções 4 e 5 do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem considerados antes de decidir investir nas Ações.

Ações em Circulação após a Oferta (“*Free Float*”)	Antes da realização da Oferta 281.146.956 ações de emissão da Companhia, representativas de 11,8% de seu capital social estão em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, 481.146.956 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 19% de seu capital social estarão em circulação no mercado. Considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares 511.146.956 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 21% de seu capital social estarão em circulação no mercado.
Cronograma da Oferta	Veja a seção “Informações Relativas à Oferta” na página 42 deste Prospecto.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende empregar os recursos a serem auferidos por meio da Oferta Primária, para investimentos na ampliação de nossa plataforma de distribuição direta, bem como com capital de giro. Para informações adicionais sobre a destinação dos recursos veja a seção “Destinação dos Recursos” na página 75 deste Prospecto.
Admissão à negociação das Ações objeto da Oferta	Em 7 de março de 2007, a Companhia, os acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia e a BM&FBOVESPA celebraram o Contrato de Adesão ao Novo Mercado, contendo obrigações relativas à listagem da Companhia no Novo Mercado. As Ações de emissão da Companhia estão listadas no segmento de listagem do Novo Mercado, sob o código “JBSS3”.
Veracidade das Informações	A Companhia e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes no presente Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400.
Informações Adicionais	Nos termos da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 471, a Companhia e o Coordenador Líder solicitaram a análise do pedido de registro da Oferta junto à ANBIMA por meio do Procedimento Simplificado, em 11 de março de 2010. Em 05 de abril de 2010 foi protocolado pedido de registro da Oferta perante a CVM. Informações adicionais sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção “Informações Relativas à Oferta” na página 42 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações financeiras abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com (i) as nossas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as respectivas notas explicativas anexadas a este Prospecto e (ii) no Formulário de Referência. Encontram-se anexas ao presente Prospecto:

(i) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, que compreendem o balanço patrimonial consolidado levantado em 31 de dezembro de 2007, as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, elaboradas por nós de acordo com o BR GAAP, vigentes à época das referidas demonstrações contábeis. Estas informações contábeis foram auditadas pela Terco Grant Thornton Auditores Independentes S/S; e

(ii) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009, que compreendem os balanços patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2009, as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, elaboradas por nós de acordo com o BR GAAP, vigentes à época das referidas demonstrações contábeis. Estas informações contábeis foram auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes.

Adicionalmente, em linha com práticas norte americanas de operações de mercado de capitais em que o emissor tenha realizado aquisições relevantes cujos efeitos não tenham sido integralmente refletidos nas últimas demonstrações financeiras consolidadas do emissor, anexamos a este Prospecto, (i) as demonstrações financeiras da Pilgrim´s Pride relativa ao exercícios sociais encerrados em 26 de setembro de 2007, 2008 e 2009 e respectivos pareceres da Ernst & Young LLP, preparadas de acordo com o US GAAP; (ii) demonstrações financeiras da Pilgrim´s Pride relativas ao período de três meses encerrado em 27 de dezembro de 2009 e respectivo relatório de revisão limitada da Ernst & Young LLP, preparadas de acordo com o US GAAP; (iii) demonstrações financeiras do Bertin S.A. relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008 e respectivos pareceres da BDO Trevisan Auditores Independentes, preparadas de acordo com o BR GAAP; e (iv) demonstrações financeiras do Bertin S.A. relativas ao período de noves meses encerrados em 30 de setembro de 2009 e respectivo relatório de revisão limitada da BDO Trevisan Auditores Independentes, preparadas de acordo com o BR GAAP.

.

A tabela a seguir mostra alguns de nossos dados financeiros consolidados para os períodos indicados.

Demonstração do Resultado:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em milhões de reais)

Demonstração do resultado	2007	AV	2008	AV	2009	AV	08/07 (%)	09/08 (%)
CONSOLIDADO								
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	14.727,1	104,1%	31.105,6	102,5%	35.195,5	102,6%	111,2%	13,1%
Mercado interno	8.974,9	63,5%	20.787,5	68,5%	27.091,6	79,0%	131,6%	30,3%
Mercado externo	5.752,2	40,7%	10.318,1	34,0%	8.103,9	23,6%	79,4%	-21,5%
DEDUÇÕES DE VENDAS	(585,5)	-4,1%	(765,3)	-2,5%	(883,7)	-2,6%	30,7%	15,5
Devoluções e descontos	(273,6)	-1,9%	(369,2)	-1,2%	(395,5)	-1,2%	34,9%	7,1%
Impostos sobre as vendas	(312,0)	-2,2%	(396,2)	-1,3%	(488,2)	-1,4%	27,0%	23,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.141,6	100%	30.340,3	100%	34.311,8	100%	114,5%	13,1%
Custo dos produtos vendidos	(12.609,1)	-89,2	(27.347,8)	-90,1%	(31.112,7)	-90,7%	116,9%	13,8%
LUCRO BRUTO	1.532,5	10,8%	2.992,5	9,9%	3.199,1	9,3%	95,3%	6,9%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(1.596,1)	-11,3%	(2.907,7)	-9,6%	(2.858,6)	-8,3%	82,2%	-1,7%
Administrativas e gerais	(275,6)	-1,9%	(570,1)	-1,9%	(705,6)	-2,1%	106,9%	23,8%
Despesas com vendas	(786,6)	-5,6%	(1.517,6)	-5,0%	(1.562,8)	-4,6%	92,9%	3,0%
Resultado financeiro líquido	(403,1)	-2,9%	(612,2)	-2,0%	(601,1)	-1,8%	51,9%	-1,8%
Resultado de equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de ágio de investimentos	(74,9)	-0,5%	(179,9)	-0,6%	-	-	140,2%	-
Despesas extraordinárias	(67,1)	-0,5%	(35,7)	-0,1%	-	-	-46,8%	-
Outras (despesas) receitas	11,2	0,1%	7,7	0,0%	10,9	0,0%	-31,3%	41,6%
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(63,6)	-0,4%	84,8	0,3%	340,5	1,0%	-233,8%	301,5%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(107,1)	-0,8%	(52,2)	-0,2%	(49,7)	-0,1%	-51,3%	-4,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2,2	0,0%	(10,0)	0,0%	(162,0)	-0,5%	-554,5%	1.520%
Total	(104,9)	-0,7%	(62,2)	-0,2%	(211,7)	-0,6%	-40,7%	240,4%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	(168,5)	-1,2%	22,5	0,1%	128,8	0,4%	-113,4%	472,4%
Participação minoritária no resultado de controlada	3,5	0,0	3,4	0,0%	0,6	0,0%	-2,9%	-82,4%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(165,0)	-1,2%	25,9	0,1%	129,4	0,4%	-115,7%	399,6%

Balanço Patrimonial:

Balanços patrimoniais consolidadas levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008
CONSOLIDADO
(Em milhões de reais)

	2009		2008		2009/2008
ATIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4.962,5	11,7%	2.291,6	14,2%	116,6%
Contas a receber de clientes	3.201,4	7,5%	2.232,3	13,9%	43,4%
Estoques	3.732,6	8,8%	2.549,7	15,8%	46,4%
Impostos a recuperar	1.066,0	2,5%	623,0	3,9%	71,1%
Despesas antecipadas	131,9	0,3%	70,9	0,4%	86,0%
Outros ativos circulantes	848,8	2,0%	493,4	3,1%	72,0%
TOTAL DO CIRCULANTE	**13.943,3**	**32,8%**	**8.260,9**	**51,3%**	**68,8%**
NÃO CIRCULANTE	-		-		
Realizável a Longo Prazo	-		-		
Créditos com empresas ligadas	327,0	0,8%	54,6	0,3%	498,9%
Depósitos, cauções e outros	645,6	1,5%	102,8	0,6%	528,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	807,5	1,9%	481,5	3,0%	67,7%
Impostos a recuperar	615,7	1,4%	65,3	0,4%	842,9%
Total do Realizável a Longo Prazo	**2.395,9**	**5,6%**	**704,1**	**4,4%**	**240,3%**
Investimentos em controladas	-		-		
Outros investimentos	4,0	0,0%	5,7	0,0%	-29,8%
Imobilizado	13.292,5	31,3%	4.918,7	30,6%	170,2%
Intangível	12.853,5	30,3%	2.205,3	13,7%	482,8%
Diferido	-		1,6	0,0%	-100,0%
	26.149,9	**61,5%**	**7.131,3**	**44,3%**	**266,7%**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**28.545,8**	**67,2%**	**7.835,5**	**48,7%**	**264,3%**
TOTAL DO ATIVO	**42.489,1**	**100,0%**	**16.096,3**	**100,0%**	**164,0%**

		2009		2008	2009/2008
PASSIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Fornecedores	2.525,3	5,9%	2.077,8	12,9%	21,5%
Empréstimos e financiamentos	5.272,1	12,4%	2.214,8	13,8%	138,0%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	721,9	1,7%	337,2	2,1%	114,0%
Dividendos declarados	123,0	0,3%	51,1	0,3%	140,5%
Débito com terceiros para investimentos	427,5	1,0%	-	0,0%	0,0%
Outros passivos circulantes	373,2	0,9%	248,3	1,5%	50,3%
TOTAL DO CIRCULANTE	**9.442,9**	**22,2%**	**4.929,3**	**30,6%**	**91,6%**
NÃO CIRCULANTE	-		-		
Empréstimos e financiamentos	9.157,7	21,6%	3.401,7	21,1%	169,2%
Debêntures conversíveis	3.462,2	8,1%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.539,1	3,6%	884,9	5,5%	73,9%
Provisão para contingências	421,9	1,0%	57,6	0,4%	632,0%
Débitos com empresas ligadas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Débito com terceiros para investimentos	163,0	0,4%	210,5	1,3%	-22,6%
Outros passivos não circulantes	932,9	2,2%	480,3	3,0%	94,2%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**15.676,8**	**36,9%**	**5.035,1**	**31,3%**	**211,4%**
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	**641,3**	**1,5%**	**(2,5)**	**0,0%**	**-26188,4%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-		-		
Capital social	16.483,5	38,8%	4.495,6	27,9%	266,7%
Reserva de capital	714,5	1,7%	769,5	4,8%	-7,1%
Reserva de reavaliação	112,4	0,3%	118,2	0,7%	-4,9%
Reservas de lucros	31,0	0,1%	1,3	0,0%	2289,6%
Ajustes de avaliação patrimonial	(0,9)	0,0%	(2,9)	0,0%	-68,7%
Ajustes acumulados de conversão	(612,4)	-1,4%	752,8	4,7%	-181,3%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16.728,1**	**39,4%**	**6.134,4**	**38,1%**	**172,7%**
TOTAL DO PASSIVO	**42.489,1**	**100,0%**	**16.096,3**	**100,0%**	**164,0%**

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007
Consolidado
(Em milhões de reais)

	2008		2007		2008/2007
ATIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	2.291,6	14,2%	1.381,7	16,4%	65,9%
Contas a receber de clientes	2.232,3	13,9%	1.236,1	14,6%	80,6%
Estoques	2.549,7	15,8%	1.511,6	17,9%	68,7%
Impostos a recuperar	623,0	3,9%	482,9	5,7%	29,0%
Despesas antecipadas	70,9	0,4%	44,5	0,5%	59,,3%
Outros ativos circulantes	493,4	3,1%	102,9	1,2%	379,5%
TOTAL DO CIRCULANTE	**8.260,9**	**51,3%**	**4.759,7**	**56,3%**	**73,6%**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos com empresas ligadas	54,6	0,3%	17,5	0,2%	212,0%
Depósitos, cauções e outros	102,8	0,6%	41,4	0,5%	148,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	481,5	3,0%	23,8	0,3%	1.923,1%
Impostos a recuperar	65,3	0,4%	44,2	0,5%	47,7%
Total do Realizável a Longo Prazo	**704,1**	**4,4%**	**126,9**	**1,5%**	**454,8%**
Investimentos em controladas (ágio)	-	0,0%	830,0	9,8%	-100,0%
Outros investimentos	5,7	0,0%	0,0	0,0%	-
Imobilizado	4.918,7	30,6%	2.536,1	30,0%	93,9%
Intangível	2.205,3	13,7%	193,9	2,3%	1.037,3%
Diferido	1,6	0,0%	1,6	0,0%	0,0%
	7.131,3	**44,3%**	**3.561,6**	**42,2%**	**100,2%**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**7.835,5**	**48,7%**	**3.688,5**	**43,7%**	**112,4%**
TOTAL DO ATIVO	**16.096,3**	**100,0%**	**8.448,2**	**100,0%**	**90,5%**

	2008		2007		2008/2007
PASSIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Fornecedores	2.077,8	12,9%	1.099,4	13,0%	89,0%
Empréstimos e financiamentos	2.214,8	13,8%	2.384,8	28,2%	-7,1%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	337,2	2,1%	203,6	2,4%	65,6%
Dividendos declarados	51,1	0,3%	17,5	0,2%	192,0%
Outros passivos circulantes	248,3	1,5%	70,5	0,8%	252,2%
TOTAL DO CIRCULANTE	**4.929,3**	**30,6%**	**3.775,8**	**44,7%**	30,5%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	3.401,7	21,1%	1.364,8	16,2%	149,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	884,9	5,5%	99,8	1,2%	786,7%
Provisão para contingências	57,6	0,4%	55,7	0,7%	3,4%
Débito com terceiros para investimentos	210,5	1,3%	-	0,0%	-
Outros passivos não circulantes	480,3	3,0%	101,7	1,2%	372,3%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**5.035,1**	**31,3%**	**1.621,9**	**19,2%**	210,4%
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	**(2,5)**	**0,0%**	**(4,2)**	**0,0%**	-40,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	4.495,6	27,9%	1.945,6	23,0%	131,1%
Reserva de capital	769,5	4,8%	985,7	11,7%	-21,9%
Reserva de reavaliação	118,2	0,7%	123,3	1,5%	-4,1%
Reserva de lucros	1,3	0,0%	-	0,0%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(2,9)	0,0%	-	0,0%	-
Ajustes acumulados de conversão	752,8	4,7%	-	0,0%	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**6.134,4**	**38,1%**	**3.054,6**	**36,2%**	100,8%
TOTAL DO PASSIVO	**16.096,3**	**100,0%**	**8.448,2**	**100,0%**	**90,5%**

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Companhia
JBS S.A. *Diretoria de Relações com Investidores* At.: Sr. Jeremiah Alphonsus O'Callaghan Av. Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo Tel.: (55 11) 3144-4147 / (55 11) 3144-4224 Fax: (55 11) 3144-4279 E-mail: ri@jbs.com.br http://www.jbs.com.br

Coordenadores da Oferta	
Banco BTG Pactual S.A. Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 9º andar 04538-133, São Paulo, SP Fone: (11) 3383-2000 Fax: (11) 3383-2001 At.: Sr. Fabio Nazari www.btgpactual.com/home/pt/capitalmarkets.aspx	**Banco J.P. Morgan S.A.** Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 13º andar 04538-905, São Paulo, SP Fone: (11) 3048-3700 Fax: (11) 3048-3760 At.: Sra. Patricia Moraes www.jpmorgan.com
Banco Santander (Brasil) S.A. Av. Juscelino Kubitschek, 2235, 24º andar 04543-011 São Paulo, SP Fone: (11) 3012-7181 Fax: (11) 3012-7393 At.: Sr. Glenn Mallett www.santandercorretora.com.br	**BB Banco de Investimento S.A.** Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar 20031-204, Rio de Janeiro, RJ Fone: (21) 3808-6340 Fax: (21) 2262-3862 At.: Sr. Marcelo de Souza Sobreira www.bb.com.br/ofertapublica
Banco Bradesco BBI S.A. Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar 01310-917, São Paulo, SP Fone: (11) 2178-4800 Fax (11) 2178-4880 At.: Sr. Fernando Buso www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas	

Consultores Legais Locais da Companhia	Consultores Legais Externos da Companhia
Pinheiro Neto Advogados At.: Sr. Henry Sztutman Rua Hungria, n.º 1100 São Paulo - SP Tel.: (11) 3247-8400 Fax: (11) 3247-8600	**White & Case LLP** At.: Sr. John Vetterli Alameda Santos, 1940 - 3° Andar São Paulo - SP Tel.: (11) 3147 5600 Fax.: (11) 3147 5611

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados At.: Sr. Jean Marcel Arakawa Al. Joaquim Eugênio de Lima, 447 São Paulo - SP Tel.: (11) 3147-2821 Fax: (11) 3147-7770	**Simpson Thacher & Bartlett LLP** At.: Sr. S. Todd Crider Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1455, 12º andar, sala 121 São Paulo - SP Tel: (11) 3546-1000 Fax: (11) 3546-1002

Auditores Independentes da Companhia	
Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009:	**Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007:**
BDO Trevisan Auditores Independentes At.: Sr. José Luiz Ribeiro de Carvalho Rua Bela Cintra, 952, 3º Andar, Conj. 32 São Paulo - SP Tel: (11) 3138-5000 Fax: (11) 3138-5058	**Terco Grant Thornton Auditores Independentes S/S** At.: Sr. Luiz Cláudio Fontes Avenida das Nações Unidas, 12995 – 13º, 14º e 15º andares, São Paulo/SP Tel: (11) 3054-0000 Fax: (11) 3054-0077

As declarações da Companhia e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se anexas ao presente Prospecto, conforme pode ser verificado nas páginas 139 e 143.

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À COMPANHIA

As informações referentes às seções relacionadas (i) aos Fatores de Risco da Companhia e de seu Mercado de Atuação; (ii) à sua Situação Financeira; e (iii) a outras informações relativas à Companhia, tais como Histórico, Atividades, Estrutura Organizacional, Capital Social, Administração, Pessoal, Contingências Judiciais e Administrativas, podem ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, e arquivado na CVM em 6 de abril de 2010, ("Formulário de Referência"), o qual se encontra anexo a este Prospecto e disponível nos seguintes *websites*:

(i) www.cvm.gov.br – em tal página acessar "Cias Abertas e Estrangeiras", após acessar "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações", depois digitar "JBS" e após "Formulário de Referência";

(ii) www.bmfbovespa.com.br - neste website acessar - "Empresas Listadas", depois digitar "JBS", posteriormente acessar "JBS S.A." - "Informações Relevantes" - " Formulário de Referência ";

(iii) http://cop.anbid.com.br/webpublic/OfferDetail.aspx?OfferId=57

(iv) www.jbs.com.br/ri - neste website acessar "Divulgação e Resultados" e após "Formulário de Referência";

(v) www.btgpactual.com/home/pt/capitalmarkets.aspx, neste website, clicar em "Prospecto Preliminar" no item Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A.);

(vi) www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/investbk/brasil/prospecto/jbs, neste website acessar "JBS – Prospecto Brasileiro");

(vii) www.santandercorretora.com.br - neste website acessar "Ofertas Públicas" e após "JBS", neste website, no item Ofertas Públicas, acessar o link "JBS" e depois "Prospecto Preliminar");

(viii) www.bb.com.br/ofertapublica - neste website acessar "Ofertas Públicas em andamento", após "JBS";

(ix) www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas - neste website acessar "JBS", neste website, no item Ações, acessar o link "JBS" e, posteriormente, "Prospecto Preliminar");

(x) www.safrabi.com.br, neste website clicar no link Follow_on JBS_prospecto_preliminar_março 2010;

(xi) www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas neste website, acessar o link "JBS S.A. – Prospecto Preliminar de Emissão de ações (follow on)" na seção Prospecto das Operações de Venda Variável; e

(xii) www.db.com/brazil/content/5030_ofertas.htm - neste website acessar em JBS S.A. "Formulário de Referência – PDF".

Nos itens (v) a (xii) acima, o investidor terá acesso a este Prospecto, que consta com o Formulário de Referência anexo.

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", a partir da página 76 deste Prospecto, bem como os Fatores de Risco descritos nas seções 4 e 5 do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem considerados antes de decidir investir nas Ações.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

COMPOSIÇÃO ATUAL DO CAPITAL SOCIAL E APÓS A OFERTA

A composição do nosso capital social na data do presente Prospecto Definitivo e após a conclusão da Oferta é a seguinte:

	Composição Atual[1]		Composição Após a Oferta[2]		Composição Após a Oferta[3]	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
		(Em R$)		*(Em R$)*		*(Em R$)*
Ordinárias	2.367.471.476	16.483.544.165,08	2.567.471.476	18.083.544.165,08	2.597.471.476	18.323.544.165,08
Total	2.367.471.476	**16.483.544.165,08**	2.567.471.476	**18.083.544.165,08**	2.597.471.476	**18.323.544.165,08**

(1) Todas as ações emitidas foram integralizadas.
(2) Considerando a colocação total das Ações objeto da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.
(3) Considerando a colocação total das Ações objeto da Oferta, incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares.

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações de emissão da Companhia e de propriedade de acionistas titulares de mais de 5% do capital social, bem como a quantidade de ações de propriedade dos conselheiros e diretores, considerados em conjunto, e as ações em tesouraria, antes e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares, conforme definido abaixo:

	Antes da Oferta		Após a Oferta			
Acionistas[4]	**Ações**	**%**	**Ações [1]**	**%**	**Ações[2]**	**%**
FB Participações S.A. [3]	1.399.867.018	59,1	1.399.867.018	54,5	1.399.867.018	53,9
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	437.102.282	18,5	437.102.282	17,0	437.102.282	16,8
PROT - FIP	205.365.101	8,7	205.365.101	8,0	205.365.101	7,9
Conselheiros e Diretores	19	0,0	19	0,0	19	0,0
Outros	281.146.956	11,9	481.146.956	18,7	511.146.956	19,7
Tesouraria	43.990.100	1,9	43.990.100	1,7	43.990.100	1,7
Total	2.367.471.476	**100,0**	2.567.471.476	100,0	2.597.471.476	100,0

(1) Considerando a colocação total das Ações objeto da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.
(2) Considerando a colocação total das Ações objeto da Oferta, incluindo o exercício da Opção de Ações Suplementares.
(3) A Companhia é diretamente controlada pela FB Participações S.A.. A FB Participações S.A. é controlada por J&F Participações S.A. (com 45,20% de seu capital social) e ZMF Fundo de Investimento em Participações (com 6,28% de seu capital social). Os outros acionistas da FB Participações S.A. são Bertin Fundo de Investimento em Participações (com 48,52% de seu capital social), José Batista Sobrinho (com duas ações de seu capital social, representando 0%) e Joesley Mendonça Batista e José Batista Júnior (cada um com uma ações de seu capital social, representando 0%).

A J&F Participações S.A., por sua vez, é controlada por (i) ZMF Participações Ltda. (sociedade detida pelo Sr. José Batista Sobrinho, com 99,9% de suas quotas, e que detém participação equivalente a 8,16% de seu capital social), (ii) WWMB Participações Ltda. (sociedade detida pelo Sr. Wesley Mendonça Batista, com 99,9% de suas quotas, e que detém participação equivalente a 8,15% de seu capital social), (iii) JJMB Participações Ltda. (sociedade detida pelo Sr. Joesley Mendonça Batista, com 99,9% de suas quotas, e que detém participação equivalente a 8,15% de seu capital social), (iv) JJBJ Participações Ltda. (sociedade detida pelo Sr. José Batista Júnior, com 99,9% de suas quotas, e que detém participação equivalente a 8,15% de seu capital social), (v) VNMB Participações Ltda., (sociedade detida pela Sra. Vanessa Mendonça Batista, com 99,9% de suas quotas, e que detém participação equivalente a 8,16% de seu capital social), (vi) VVMB Participações Ltda., (sociedade detida pela Sra. Vivianne Mendonça Batista, com 99,9% de suas quotas, e que detém participação equivalente a 8,16% de seu capital social), (vii) VLBM Participações Ltda., (sociedade detida pela Sra. Valére Batista Mendonça Ramos, com 99,9% de suas quotas, e que detém participação equivalente a 8,16% de seu capital social) e (viii) ZMF Fundo de Investimento em Participações (sociedade controlada por José Batista Júnior, Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, Vanessa Mendonça Batista, Vivianne Mendonça Batista e Valére Batista Mendonça Ramos, na qual cada um dos quotistas possui quotas representativas de 16,67% e a qual detém 42,91% do capital social da J&F Participações S.A.).
(4) A Companhia é indiretamente controlada pela família Batista, ou seja, pelo José Batista Sobrinho, Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, Vanessa Mendonça Batista, Viviane Mendonça Batista e Valére Batista Mendonça Ramos. O José Batista Sobrinho detem, indiretamente, 2,8% do capital social da Companhia, o José Batista Junior possui 4,7% do capital social da Companhia, o Joesley Mendonça Batista possui, indiretamente 4,7% do capital social da Companhia, o Wesley Mendonça Batista detem, indiretamente, 4,7% do capital social da Companhia, a Vanessa Mendonça Batista possui, indiretamente 4,7% do capital social da Companhia, a Viviane Mendonça Batista detem, indiretamente, 4,7% do capital social da Companhia e a Valére Batista Mendonça Ramos possui, indiretamente, 4,7% do capital social da Companhia.
(5) Para mais informações sobre quantidade de ações de emissão da Companhia e de propriedade de acionistas titulares de mais de 5% do capital social, ver o item 15 ("Controle") do Formulário de Referência.

HISTÓRICO DE NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA NA BM&FBOVESPA

As tabelas abaixo indicam os preços de fechamento de venda, na alta e na baixa, para as Ações de nossa emissão na BM&FBOVESPA para os períodos indicados.

	Reais por Ação		
	Mínima	**Média**	**Máxima**
2007 [1]	5,42	7,84	9,37
2008	2,80	6,32	9,89
2009	4,09	7,19	10,80
2010 [2]	8,80	9,56	10,60

(1) Desde 28 de março de 2007, data em que as Ações passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA.
(2) Até 04 de março de 2010.
Fonte: Economática

	Reais por Ação		
	Mínima	**Média**	**Máxima**
2008			
Primeiro Trimestre	4,44	5,87	7,13
Segundo Trimestre[1]	7,33	8,25	9,89
Terceiro Trimestre	4,36	6,91	9,09
Quarto Trimestre	2,80	4,20	5,79
2009			
Primeiro Trimestre	4,09	4,81	5,37
Segundo Trimestre[2]	5,34	6,50	7,88
Terceiro Trimestre	6,45	7,66	9,22
Quarto Trimestre	9,10	9,82	10,80

(1) A partir de 1º de maio de 2008 as Ações passaram a ser transacionadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos em 19 de maio de 2008, de R$0,012286 por ação.
(2) A partir de 30 de abril de 2009 as Ações passaram a ser transacionadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos em 08 de maio de 2009, de R$0,0087950 por ação.
Fonte: Economática.

	Reais por Ação		
	Mínima	**Média**	**Máxima**
2009			
Outubro	9,11	9,83	10,19
Novembro	9,15	9,81	10,80
Dezembro	9,10	9,80	10,50
2010			
Janeiro	9,15	9,77	10,60
Fevereiro	8,80	9,29	9,60
Março[1]	9,19	9,35	9,59

(1) Até 04 de março de 2010.
Fonte: Economática.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

A Oferta consiste na distribuição pública primária de 200.000.000 novas Ações emitidas pela Companhia no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de Coordenadores Contratados e Instituições Consorciadas, conforme indicadas abaixo.

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações (i) nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("*SEC*"), em operações isentas de registro em conformidade com o

disposto no *U.S. Securities Act de 1933* ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para *non U.S. Persons*, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, editada pela *SEC* ("Investidores Institucionais Estrangeiros"), desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil nos termos da Lei 4.131, da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a *SEC*. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement* ("Contrato Internacional"), celebrado entre a Companhia, BTG Pactual US Capital Corp, J.P. Morgan Securities, Inc., Santander Investment Securities Inc., BB Securities Limited, Banco do Brasil Securities LLC, Bradesco Securities Inc, Safra Securities LLC, Banco Votorantim Securities, Inc e Deutsche Bank Securities, Inc (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 30.000.000 Ações, em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção para subscrição de tais Ações Suplementares outorgada pela Companhia ao BTG Pactual, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). O BTG Pactual terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A. ("Anúncio de Início"), de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido no abaixo) tenha sido tomada em comum acordo entre o BTG Pactual e os demais Coordenadores da Oferta.

Adicionalmente, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, poderia ter sido mas não foi acrescida de até 40.000.000 Ações, em percentual equivalente a até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Na emissão de novas Ações pela Companhia, houve exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e tal emissão realizada dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social.

A Oferta foi registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Não foi realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na *SEC* ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos da América ou a pessoas consideradas *U.S. Persons* conforme definido na *Regulation S* do *Securities Act*, exceto se registradas na *SEC* ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos da América.

As Ações objeto da Oferta serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma não solidária. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas, integralizadas e liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do art. 19, § 4º, da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

QUANTIDADE, VALOR, CLASSE E RECURSOS LÍQUIDOS

Na hipótese de não haver exercício da Opção de Ações Suplementares:

	Quantidade	Preço por Ação (R$)	Montante (R$)	Recursos Líquidos de Comissões (R$)[1]
Total	200.000.000	**8,00**	**1.600.000.000**	**1.576.000.000**

(1) Sem dedução das despesas da Oferta e sem considerar Comissão de Incentivo. Os valores apresentados são estimados, estando sujeitos a variações.

Na hipótese de haver exercício integral da Opção de Ações Suplementares:

	Quantidade	Preço por Ação (R$)	Montante (R$)	Recursos Líquidos de Comissões (R$)[1]
Total	**230.000.000**	**8,00**	**1.840.000.000**	**1.812.400.000**

[1] Sem dedução das despesas da Oferta e sem considerar Comissão de Incentivo. Os valores apresentados são estimados, estando sujeitos a variações.

DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, decorrentes do Estatuto Social da Companhia, da Lei das Sociedades por Ações e do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, dentre os quais destacam-se os seguintes:

(i) cada Ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais da Companhia;

(ii) as Ações darão direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia;

(iv) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;

(v) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pela Lei das Sociedades por Ações;

(vi) direito de alienar as ações ordinárias no caso de alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador (tag along), nos termos do artigo 44 do Estatuto Social da Companhia;

(vii) direito de alienar as ações ordinárias em oferta pública a ser realizada pelo acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como do poder de decisão destes, nos termos do artigo 52 do Estatuto Social da Companhia, indicada nos termos do Regulamento Novo Mercado; e

(viii) receber dividendos e demais distribuições pertinentes às ações que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação e todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia.

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Os Coordenadores da Oferta convidaram os Coordenadores Contratados e as Instituições Consorciadas, indicadas na seção "Sumário da Oferta" na página 27 deste Prospecto, para participar da colocação das Ações objeto da Oferta.

APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

A realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, bem como os termos e condições da Oferta foram aprovados em Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 11 e 29 de março de 2010. O Preço por Ação foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada antes da concessão dos registros da Oferta pela CVM.

RESERVA DE CAPITAL

A totalidade do valor da emissão das Ações objeto da Oferta será alocada integralmente à conta de capital social da Companhia, não sendo constituídas reservas específicas.

PÚBLICO ALVO DA OFERTA

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações objeto da Oferta por meio da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional, ambas descritas a partir da página 46 abaixo.

A Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não-Institucionais, definidos no item "Oferta de Varejo" na página 46 abaixo.

A Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais, definidos no item "Oferta Institucional" na página 50 abaixo. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, as Ações serão destinadas aos Investidores Institucionais, não sendo admitidas reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento para os Investidores Institucionais.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO NA OFERTA

Após o encerramento do Período de Reserva (conforme definido abaixo), a realização do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações objeto da Oferta de forma não solidária, em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a oferta de varejo ("Oferta de Varejo") e a oferta institucional ("Oferta Institucional"), conforme descrito abaixo, observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento Novo Mercado.

Quaisquer ordens ou Pedidos de Reserva (conforme definido abaixo) recebido de investidores que sejam (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores e quaisquer das Instituições Participantes da Oferta ou de quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) e (iii) anteriores ("Pessoas Vinculadas") foram atendidas pela Instituição Participante da Oferta, uma vez que não houve excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações ofertadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. As Instituições Participantes da Oferta, e/ou suas afiliadas no Brasil e no exterior, poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). As Instituições Participantes da Oferta, e/ou suas afiliadas no Brasil e no exterior, poderão subscrever/adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Os investimentos realizados em decorrência de operações de *total return swap* não serão considerados investimentos por Pessoas Vinculadas para fins da Oferta. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.** Para mais informações, vide a seção "Fatores de Risco" na página 76 deste Prospecto.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia, elaboraram plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual leva em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) que as Instituições Participantes da Oferta recebam previamente exemplar dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto ao Coordenador Líder.

OFERTA DE VAREJO

A Oferta de Varejo será realizada junto a investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais (conforme abaixo definido), tendo sido admitido o recebimento de reservas para subscrição, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início

do período de distribuição. Tais investidores realizaram solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à subscrição de Ações ("Pedido de Reserva") durante o Período de Reserva, abaixo definido, destinados à subscrição de Ações no âmbito da Oferta, nas condições descritas neste item ("Investidores Não-Institucionais").

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% do total das Ações da Oferta, excluídas as Ações Suplementares, foi destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não-Institucionais na Oferta de Varejo.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (h) abaixo. O critério de rateio será aplicado de forma diferenciada, nos termos indicados abaixo, para os Investidores Não-Institucionais classificados como "Com Prioridade de Alocação" ou "Sem Prioridade de Alocação", de modo a permitir que os Investidores Não-Institucionais que tenham um histórico de manutenção de valores mobiliários recebam um tratamento prioritário no rateio da Oferta. Todos os Investidores Não-Institucionais poderão solicitar sua classificação em campo específico no respectivo Pedido de Reserva. **Os Investidores Não-Institucionais que não solicitarem tal classificação serão automaticamente considerados como "Sem Prioridade de Alocação".**

Os Investidores Não-Institucionais que solicitaram sua classificação como "Com Prioridade de Alocação" foram avaliados em função da manutenção dos valores mobiliários por eles adquiridos nas quatro últimas ofertas públicas de ações ou certificados de depósito de ações liquidadas pela BM&FBOVESPA e cuja liquidação do 1º dia de negociação na BM&FBOVESPA tenha ocorrido antes da data de início do Período de Reserva, conforme definido abaixo, da presente Oferta ("Ofertas Consideradas"), qual seja, o período compreendido entre 14 de abril de 2010, inclusive, e 26 de abril de 2010, inclusive ("Período de Reserva").

Foi verificado, para cada investidor que solicitar a classificação acima mencionada, se o saldo dos valores mobiliários das Ofertas Consideradas do respectivo Investidor Não-Institucional, após a liquidação das negociações do 1º dia de negociação de cada uma das Ofertas Consideradas, foi igual ou superior a 80% do volume de valores mobiliários que referido investidor adquiriu na respectiva Oferta Considerada. No contexto da Oferta, foi considerado como "Sem Prioridade de Alocação" o Investidor Não-Institucional que (i) não solicitou a sua classificação nos termos aqui descritos; e/ou (ii) tenha solicitado sua classificação e que em duas ou mais das quatro Ofertas Consideradas, teve saldo de valores mobiliários, após a liquidação do 1º dia de negociação, inferior a 80% do total adquirido na alocação da respectiva Oferta Considerada. Todos os demais Investidores Não-Institucionais, inclusive aqueles que não tenham participado em nenhuma das Ofertas Consideradas, que tenham solicitado a sua classificação foram considerados como Investidores Não-Institucionais Com Prioridade de Alocação.

A relação das Ofertas Consideradas para a determinação do perfil de manutenção de valores mobiliários dos Investidores Não-Institucionais, que assim solicitaram em campo específico no Pedido de Reserva, foi disponibilizada no site relacionado à BM&FBOVESPA (www.cblc.com.br) no dia de início do Período de Reserva da Oferta de Varejo.

Os Pedidos de Reserva foram efetuados pelos Investidores Não-Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j) e (k) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores Não-Institucionais interessados realizaram reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j) e (k) abaixo, durante o Período de Reserva, observado o valor mínimo de investimento de R$3 mil e o valor máximo de investimento de R$300 mil por Investidor Não-Institucional ("Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva"). O Investidor Não-Institucional que é Pessoa Vinculada indicou, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada;

(b) como não foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações (excluídas as Ações Suplementares), foi permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, tendo sido atendidos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas;

(c) cada Investidor Não-Institucional pôde estipular, no respectivo Pedido de Reserva, o preço máximo por Ação como condição de eficácia do seu Pedido de Reserva, nos termos do parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional tenha optado por um preço máximo

por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação (conforme definido abaixo) tenha sido fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado pelo investidor, o Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não-Institucionais serão informados a cada Investidor Não-Institucional até às 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo;

(e) cada Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada na qual tal reserva foi realizada irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não-Institucional, e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a BM&FBOVESPA, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não-Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no item (i) abaixo, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (c), (e) acima e (j) e (k) abaixo e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;

(g) tendo a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não-Institucionais sido igual ou inferior ao montante de 10% das Ações objeto da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não-Institucionais destinadas a Investidores Institucionais, nos termos descritos abaixo;

(h) tendo a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não-Institucionais sido superior ao montante de 10% das Ações objeto da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, será realizado o rateio de tais Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais. Será realizado rateio das Ações da seguinte forma: (a) entre os Investidores Não-Institucionais que sejam considerados "Com Prioridade de Alocação", até o limite de R$20.000,00, inclusive, a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e ao valor total de Ações destinadas à Oferta de Varejo; (b) após o atendimento do critério (a) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas entre os Investidores Não-Institucionais que sejam considerados "Sem Prioridade de Alocação", até o limite de R$5.000,00, inclusive, realizando-se a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e ao valor total de Ações destinadas à Oferta de Varejo; (c) após o atendimento dos critérios (a) e (b) acima, será realizado o rateio das Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva ainda não atendidos, entre os Investidores Não-Institucionais que sejam considerados "Com Prioridade de Alocação"; e (d) após atendido o critério de rateio descrito nos itens (a), (b) e (c) acima, será realizado o rateio das Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva ainda não atendidos, entre os Investidores Não-Institucionais que sejam considerados "Sem Prioridade de Alocação", desconsiderando-se, entretanto, em todos os casos, as frações de ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia, a quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo poderá ser aumentada até o montante máximo de 20% (vinte por cento) das Ações objeto da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, para que os pedidos excedentes dos Investidores Não-Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio aqui previsto;

(i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não-Institucional ou a sua decisão de investimento, referido Investidor Não-Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva após o início do Período de Colocação. Nesta

hipótese, o Investidor Não-Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada, conforme dados abaixo) em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, que será então cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;

(j) na hipótese de (a) não haver a conclusão da Oferta, (b) resilição do Contrato de Colocação, (c) cancelamento da Oferta; (d) revogação da Oferta, que torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, ou, ainda, (e) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Consorciadas comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de publicação de aviso ao mercado, aos Investidores Não-Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva;

(k) na hipótese de haver descumprimento, por qualquer uma das Instituições Consorciadas, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas de silêncio, de emissão de relatórios e de marketing da Oferta, tal Instituição Consorciada deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido, devendo ser restituídos integralmente aos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes. A Instituição Consorciada a que se refere este item (k) deverá informar imediatamente, sobre o referido cancelamento, os Investidores Não-Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva; e

(l) em caso de suspensão ou modificação da Oferta, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não-Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não-Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente o Investidor Não-Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. O Investidor Não-Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até as 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou a modificação da Oferta. Nesta hipótese, o Investidor Não-Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Consorciada que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva, o qual será cancelado pela referida Instituição Consorciada. Caso o Investidor Não-Institucional não informe por escrito a Instituição Consorciada de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Anúncio de Retificação, conforme definido abaixo, será presumido que tal Investidor Não-Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva.

Os Investidores Não-Institucionais deverão realizar a subscrição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com o procedimento descrito acima.

As Instituições Consorciadas somente atenderam aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não-Institucionais titulares de conta-corrente bancária ou de conta de investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do jornal Valor Econômico, veículos também utilizados para divulgação deste Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Retificação").

Em qualquer hipótese de (i) revogação da Oferta, (ii) cancelamento da Oferta, (iii) desistência do investidor do Pedido de Reserva, ou (iv) suspensão ou modificação da Oferta, devem ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação da revogação, do cancelamento, do recebimento da comunicação da desistência, da suspensão ou da modificação, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes.

OFERTA INSTITUCIONAL

A Oferta Institucional será realizada junto a pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, cujos valores de investimento excedam o limite de aplicação de R$300 mil, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização ("Investidores Institucionais Locais"), e Investidores Institucionais Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei 4.131, da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325 (Investidores Institucionais Locais e Investidores Institucionais Estrangeiros em conjunto "Investidores Institucionais").

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva nos termos descritos acima, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Coordenadores Contratados, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimo ou máximo de investimento, e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional.

Caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo) exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não-Institucionais, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição descrito acima, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação, ao longo do tempo, sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a subscrição e integralização das Ações objeto da Oferta mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição das Ações. Os Investidores Institucionais Estrangeiros deverão realizar a subscrição das Ações por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 2.689.

VIOLAÇÕES DE NORMAS DE CONDUTA

Caso haja descumprimento, por qualquer das Instituições Participantes da Oferta, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Participante da Oferta (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, após decisão conjunta dos Coordenadores da Oferta, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva ou Boletins de Subscrição, conforme o caso, que tenha recebido e informar imediatamente os investidores, que com ela tenham realizado Pedido de Reserva ou ordens para a coleta de investimentos, conforme o caso, sobre o referido cancelamento; (ii) e poderá ser suspensa, por um período de até 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como Instituição Participante da Oferta em ofertas de distribuição pública coordenadas pelos Coordenadores da Oferta.

PRAZOS DA OFERTA

O prazo para a distribuição das Ações objeto da Oferta terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data de publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A. ("Anúncio de Encerramento"), limitado ao prazo máximo de seis meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Distribuição").

Os Coordenadores da Oferta terão o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações ("Período de Colocação"). A liquidação física e financeira da Oferta está prevista para ser realizada no último dia do Período de Colocação ("Data de Liquidação"), exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação ocorrerá dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis contados a partir da data do exercício da Opção de Ações Suplementares ("Data de Liquidação das Ações Suplementares").

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

PREÇO POR AÇÃO

O Preço por Ação foi fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores da Oferta junto a Investidores Institucionais, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro a cotação de fechamento das Ações na BM&FBOVESPA e as indicações de interesse em função da qualidade da demanda por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A emissão das Ações e o Preço por Ação foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão dos registros da Oferta pela CVM. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas ordens firmes de subscrição das Ações no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não-Institucionais que efetuaram Pedidos de Reserva não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram do processo de determinação do Preço por Ação.**

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, como não houve excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações objeto da Oferta, na Oferta Institucional, foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor da Oferta. Assim, com não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), foi permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta ou pelos Coordenadores Contratados, de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, tendo sido aceitas as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

Nesta hipótese, os potenciais investidores devem estar cientes de que, em função da aceitação das ordens de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas durante o Procedimento de Bookbuilding, existe o risco de má formação do Preço por Ação e/ou de liquidez das Ações no mercado secundário (para mais informações, vide a seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados às Nossas Ações e à Oferta – A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Ações e impactar a definição do Preço por Ação.", na página 78 deste Prospecto). Assim, o Preço por Ação não é indicativo de preços que prevalecerão no mercado após a Oferta.

Os investimentos realizados em decorrência dos contratos de *total return swap* não foram considerados investimentos por Pessoas Vinculadas para fins da Oferta. As Instituições Participantes da Oferta, e/ou suas afiliadas no Brasil e no exterior, poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). As Instituições Participantes da Oferta, e/ou suas afiliadas no Brasil e no exterior, poderão subscrever/adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

	Preço por Ação (R$)	**Comissões (R$)**	**Recursos líquidos (R$)**[(1) (2)]
Por Ação	8,00	0,12	7,88
Total da Oferta.....	**1.600.000.000**	**24.000.000**	**1.576.000.000**

(1) Sem dedução das despesas da Oferta e sem considerar Comissão de Incentivo.
(2) Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.

CRONOGRAMA DA OFERTA

Segue abaixo um cronograma indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas previstas (1)
1.	Protocolo na ANBIMA do pedido de análise prévia da Oferta	11 de março de 2010
2.	Publicação do Fato Relevante comunicando a apresentação do pedido de registro da Oferta	11 de março de 2010
3.	Disponibilização da primeira minuta do Prospecto Preliminar da Oferta nas páginas da rede mundial de computadores da ANBIMA, da CVM e da Companhia	11 de março de 2010
4.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	05 de abril de 2010
5.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Instituições Consorciadas)	07 de abril de 2010
6.	Disponibilização do Prospecto Preliminar	07 de abril de 2010
7.	Início das Apresentações de *Roadshow*	07 de abril de 2010
8.	Início do Procedimento de *Bookbuilding*	07 de abril de 2010
9.	Republicação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas)	14 de abril de 2010
10.	Início do Período de Reserva	14 de abril de 2010
11.	Encerramento do Período de Reserva	26 de abril de 2010
12.	Encerramento das Apresentações de *Roadshow*	27 de abril de 2010
13.	Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*	27 de abril de 2010
14.	Fixação do Preço por Ação	27 de abril de 2010
15.	Assinatura do Contrato de Colocação, do *Placement Facilitation Agreement* e de outros contratos relacionados à Oferta	27 de abril de 2010
16.	Registro da Oferta pela CVM	28 de abril de 2010
17.	Publicação do Anúncio de Início	28 de abril de 2010
18.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	28 de abril de 2010
19.	Início do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	28 de abril de 2010
20.	Início da negociação das Ações da Oferta na BM&FBOVESPA	29 de abril de 2010
21.	Data de Liquidação	03 de maio de 2010
22.	Encerramento do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	28 de maio de 2010
23.	Data Máxima de Liquidação das Ações Suplementares	02 de junho de 2010
24.	Data Máxima para Publicação do Anúncio de Encerramento	28 de outubro de 2010

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal "Valor Econômico" e na página da Companhia na rede mundial de computadores (www.jbs.com.br/ri).

Para informações sobre "Procedimento de Distribuição na Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta", ver páginas 46, 55, 55 e 56 deste Prospecto.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, ver página 55 deste Prospecto.

Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação de ações adquiridas pelos Coordenadores, nos termos descritos no Contrato de Colocação, ver seção "Informações Detalhadas sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 62 deste Prospecto.

CONTRATO DE COLOCAÇÃO

Foi celebrado Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Colocação de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A. ("Contrato de Colocação"), entre a Companhia, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA, esta última na qualidade de interveniente anuente.

De acordo com os termos do Contrato de Colocação, após a concessão do registro de distribuição pública primária pela CVM, os Coordenadores da Oferta concordaram que as Ações serão distribuídas no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, em conformidade com a Instrução CVM 400. O Contrato de Colocação contemplará os demais termos e condições da Oferta descritos nesta seção.

O Contrato de Colocação estabelece que a obrigação dos Coordenadores da Oferta de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a entrega de pareceres por seus assessores legais, cartas de conforto pelos nossos auditores e a assinatura de acordos de não disposição das ações por nós emitidas, pelos nossos conselheiros e diretores. De acordo com o Contrato de Colocação, nos obrigamos a indenizar os Coordenadores da Oferta em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação está disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados no item "Informações Adicionais" na página 62 abaixo.

INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE A GARANTIA FIRME DE LIQUIDAÇÃO

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação não solidária de subscrição e aquisição da totalidade das Ações da Oferta subscritas e adquiridas pelos investidores e/ou não liquidadas por esses (exceto as Ações Suplementares). A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding* (abaixo definido), assinado o Contrato de Colocação e concedido os registros da Oferta pela CVM.

Caso as Ações objeto da Oferta subscritas por investidores não sejam totalmente liquidadas até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá e adquirirá, pelo Preço por Ação, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre o número de Ações da Oferta objeto da garantia firme por ele prestada e o número de Ações da Oferta efetivamente colocada e liquidada por investidores no mercado. O preço de revenda de tal saldo de Ações da Oferta junto ao público, pelos Coordenadores da Oferta, durante o Prazo de Distribuição (abaixo definido), será limitado ao Preço por Ação, ficando ressaltado que as atividades de estabilização descritas no item "Contrato de Estabilização" na página 54 deste Prospecto não estarão sujeitas a tais limites.

Nos termos do Contrato de Colocação, os respectivos limites individuais de garantia individual e não-solidária prestada por cada Coordenador da Oferta são os seguintes:

Coordenadores da Oferta	% em relação ao total de Ações da Oferta
Coordenador Líder	30,0%
J.P. Morgan	17,5%
Santander	17,5%
Bradesco BBI	17,5%
BB BI	17,5%
Total	**100,0%**

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores da Oferta eventualmente venham a subscrever Ações da Oferta nos termos acima e tenham interesse em vender tais Ações da Oferta antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda de tais Ações da Oferta será o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência de atividades de estabilização.

CONTRATO INTERNACIONAL

A Companhia e os Agentes de Colocação Internacional celebraram o *Placement Facilitation Agreement* ("Contrato Internacional"), que regula o esforço de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, das Ações a serem adquiridas por Investidores Institucionais Estrangeiros por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, em conformidade com o disposto nas isenções de registros previstas no *Securities Act*.

Os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional concordam que, salvo se permitido pelo Contrato de Colocação, pelo Contrato Internacional ou pelo Contrato de Estabilização, as Ações e as Ações Suplementares não serão ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos da América ou a pessoas

consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, ou em seu nome ou em seu benefício, em qualquer momento, durante o Prazo de Distribuição, exceto se de acordo com isenções de registro nos termos do *Securities Act*. Os termos utilizados acima terão o significado a eles atribuídos pela Regra 144A e pelo Regulamento S.

De acordo com o Contrato Internacional, a Companhia será obrigada a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Circular*, datado da data do Prospecto Preliminar, e no *Final Offering Cicrular*, datado da data do Prospecto Definitivo. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a tais questões, eles poderão ter direito de regresso contra a Companhia por conta desta cláusula de indenização. Para informações adicionais acerca dos riscos envolvidos no potencial regresso dos Agentes de Colocação Internacional contra a Companhia, vide o Fator de Risco "Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Ações, o que poderá deixar nossa Companhia exposto a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil", na página 77 deste Prospecto. Além disso, o Contrato Internacional possui declarações específicas em relação à observância das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros procedimentos judiciais.

CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos de distribuição e as despesas relativas à Oferta serão pagos integralmente pela Companhia.

Abaixo segue descrição dos custos estimados da Oferta:

Comissões e Despesas[1]	Valor (Em R$)	Valor por Ação (Em R$)	Em Relação ao Valor Total da Oferta (Em %)
Comissão de Coordenação	4.800.000,00	0,02	0,30%
Comissão de Colocação	4.800.000,00	0,02	0,30%
Prêmio de Garantia Firme	14.400.000,00	0,07	0,90%
Comissão de Incentivo[2]	16.000.000,00	0,08	1,00%
Total de Comissões	**40.000.000,00**	**0,20**	**2,50%**
Despesas de Registro da Oferta	500.000,00	0,00	0,03%
Despesas com Auditores[3]	500.000,00	0,00	0,03%
Despesas com Advogados e Consultores[3]	2.000.000,00	0,01	0,13%
Despesas com publicidade da Oferta e Outras Despesas	1.300.000,00	0,01	0,08%
Total Despesas	**4.300.000,00**	**0,02**	**0,27%**
Total Geral	**44.300.000,00**	**0,22**	**2,77%**

(1) Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.
(2) Calculado em base no percentual máximo de 1%. A comissão varia de 0,625% a 1%, a critério da Companhia.
(3) Custos estimados.

CONTRATO DE ESTABILIZAÇÃO

O BTG Pactual, por intermédio da BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação e desde que a decisão de sobrealocação tenha sido tomada em comum acordo com os demais Coordenadores da Oferta, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A. ("Contrato de Estabilização"), o qual será aprovado previamente pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM n.º 476, de 25 de janeiro de 2005, antes da publicação do Anúncio de Início.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao BTG Pactual e à CVM, nos endereços indicados no item "Informações Adicionais" na página 62 deste Prospecto.

NEGOCIAÇÃO NA BM&FBOVESPA

Em 7 de março de 2007, a Companhia celebrou o Contrato de Participação no Novo Mercado. As Ações de emissão da Companhia estão listadas no segmento de listagem Novo Mercado, sob o código "JBSS3".

ACORDOS DE RESTRIÇÃO À VENDA DE AÇÕES (*LOCK-UP*)

A Companhia, bem como cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria e o Acionista Controlador se comprometeram perante os Coordenadores da Oferta a celebrar acordos de restrição à venda de ações de emissão da Companhia ("Instrumentos de Lock-up"), por meio dos quais concordaram, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda ou compra, dar em garantia ou de outra forma alienar ou adquirir, direta ou indiretamente, pelo período de 90 (noventa) dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, quaisquer ações de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, entre outros.

A vedação não se aplicará nas hipóteses de (i) cessão ou empréstimo de ações que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BM&FBOVESPA e (ii) empréstimo de ações pelo Acionista Controlador ao BTG Pactual, para a realização das atividades de estabilização do Preço de Ações.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESCRITURADORA DE AÇÕES

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das Ações é o Banco Bradesco S.A.

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nós poderemos requerer que a CVM nos autorize a modificar ou revogar a Oferta caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamente, que resulte em um aumento relevante nos riscos assumidos por nós e inerentes à própria Oferta. Adicionalmente, nós poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3o do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes e os boletins de subscrição e contratos de compra e venda eventualmente firmados serão automaticamente cancelados.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do jornal Valor Econômico, veículos também utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Retificação"). Em caso de modificação da Oferta, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não-Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não-Institucional já tenha aderido à Oferta, as Instituições Participantes da Oferta deverão comunicá-lo diretamente a respeito da modificação efetuada e, caso o Investidor Não-Institucional não informe por escrito a Instituição Participante da Oferta de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Anúncio de Retificação, será presumido que tal Investidor Não-Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva.

Em qualquer hipótese, a revogação da Oferta torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM: (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que

depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultada, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes.

INADEQUAÇÃO DA OFERTA

Não há inadequação específica da Oferta a determinado grupo ou categoria de investidor. No entanto, a presente Oferta não é adequada a investidores avessos ao risco inerente ao investimento em ações. A subscrição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", a partir da página 76 deste Prospecto e nos itens 4 e 5 do Formulário de Referência, para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados em relação à subscrição das Ações.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

Segundo o art. 3º do Estatuto Social da Companhia, seu ramo de atividade mercantil é de escritório administrativo, a exploração por conta própria, de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização e comercialização de carnes de bovinos, suínos, ovinos e seus derivados, processamento, preservação e produção de conservas de legumes e outros vegetais, conservas, gorduras, rações, enlatados, importação e exportação dos produtos derivados, compra, venda, cria, recria, engorda e abate de bovinos, em estabelecimento próprio e de terceiros, matadouro com abate de bovinos e preparação de carnes para terceiros, indústria, comércio, importação, exportação de sebo bovino, farinha de carne, farinha de osso e rações, compra e venda, distribuição e representação de gêneros alimentícios, uniformes e rouparias com prestação de serviço de confecções em geral, depósito fechado, armazéns gerais, de acordo com Decreto Federal n° 1.102, de 21 de novembro de 1903, para guarda e conservação de mercadorias perecíveis de terceiros, transporte rodoviário de cargas em geral, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA E SEUS CONGLOMERADOS ECONÔMICOS

À exceção dos relacionamentos descritos abaixo, não há mais nenhum outro relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e seus conglomerados Econômicos, nos termos do item 3.3.2, do anexo III, da Instrução CVM 400, incluindo participação em operação de colocação de valores mobiliários.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento descrito abaixo com o Coordenador Líder da Oferta, que é também Agente de Estabilização da Oferta, não mantemos relacionamento com o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico. Exceto pelas comissões a serem recebidas no âmbito da Oferta prevista em "Custos da Distribuição" na página 54 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga, por nós, ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Poderemos, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para nos assessorar na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de nossas atividades, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

Adicionalmente, o BTG Pactual presta, por meio da BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., serviços de formador de mercado (*market maker*) das ações ordinárias de nossa emissão, desde 24 de março de 2010, conforme contrato celebrado em 22 de março de 2010 para tanto, o qual prevê prazo de 12 meses, prorrogáveis automaticamente por iguais períodos caso não haja manifestação contrária de qualquer das partes mediante a remuneração anual total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), cobrada em parcelas

mensais de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), que poderá ser reajustada anualmente mediante negociação entre as partes.

Sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo, ressalvado o mencionado abaixo, realizaram negociações de ações emissão da Companhia e/ou possuem títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, em todos os casos, (i) tais negociações envolveram ações representativas de participações minoritários que não atingem, e não atingiram nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social, e (ii) consistiram em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

ZMF FIP, fundo administrado e gerido por sociedade integrante do grupo econômico do BTG Pactual e cujo regulamento prevê taxa de administração de 0,05% a.a. sobre o patrimônio líquido do fundo, até dezembro de 2009 detinha 6,11% das ações ordinárias da Companhia, quando então o mesmo transferiu a referida participação para a FB Participações S.A., atual controladora da JBS, passando a participar do capital da JBS indiretamente.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta.

BTG Pactual Banking Limited e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). BTG Pactual Banking Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, possuímos relacionamento comercial com o J.P. Morgan e com sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico.

O J.P. Morgan atuou como assessor financeiro da JBS em transações relacionadas a (i) aquisições, (ii) mercados de capitais, e (iii) dívidas e financiamento. Desde 2006, a JBS pagou uma remuneração de US$ 33,1 milhões ao J.P. Morgan pelos serviços prestados e detalhados abaixo.

Em transações de aquisição, a JBS pagou uma remuneração de US$5,4 milhões ao J.P. Morgan referente a assessoria financeira prestada nas operações cujas características completas estão descritas nos itens 3.3., 6.5. e 8.3. do Formulário de Referência: (a) operação de associação da Companhia com a Bertin S.A. em setembro de 2009, e (b) aquisição do Smithfield Beef Group e National Beef Packing Co. em março de 2008. Além disso, o J.P. Morgan atuou como assessor dos vendedores na venda da Swift and Company à JBS S.A. em julho de 2007.

Em mercado de capitais, a JBS pagou uma remuneração de US$12,8 milhões ao J.P. Morgan referente à atuação como coordenador da oferta pública inicial de ações da JBS S.A. no valor de US$780 milhões realizada em março de 2007. Para mais informações acerca da oferta pública inicial de ações da Companhia vide o item 18.8. do Formulário de Referência.

Em transações relacionadas à dívida e financiamento, a JBS pagou uma remuneração de US$14,9 milhões ao J.P.Morgan. Em abril de 2009, o J.P. Morgan atuou como coordenador líder na emissão das Notas 2014 no valor de US$700 milhões. Além disso, atuou como coordenador do contrato de crédito de empréstimo rotativo no valor de US$550 milhões e na emissão de notas promissórias no valor de US$250 milhões. Em julho de 2006, o J.P. Morgan atuou como coordenador na emissão das Notas 2016 no valor de US$300 milhões e em janeiro de 2006, o J.P. Morgan atuou como coordenador na emissão de notas promissórias da Friboi Ltda. (antecessora da JBS S.A.) emitidas de acordo com o Regulation S, no valor de US$200 milhões e vencimento em 2011, e como coordenador na re-emissão de notas promissórias no valor de US$75 milhões e vencimento em 2011. Para mais informações acerca dessas operações, vide o item 7.8. do Formulário de Referência.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta.

Sociedades integrantes do grupo econômico do J.P. Morgan e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo realizaram negociações de ações emissão da Companhia e/ou possuem títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, em todos os casos, (i) tais negociações envolveram ações representativas de participações

minoritários que não atingem, e não atingiram nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social, e (ii) consistiram em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

Relacionamento entre a Companhia e o Santander

Na data deste Prospecto, o Santander era nosso credor e de nossas subsidiárias nas seguintes operações de empréstimo para o financiamento de capital de giro e equipamentos:

- operações de pré-pagamento, no valor total de US$290 milhões com vencimentos a partir de julho de 2009 a dezembro de 2014 com taxas entre Libor . 1,70% a.a. e Libor + 3,50% a.a., sem garantias constituídas;

- operações de notas de crédito de exportação, no valor total de R$208 milhões com vencimentos até dezembro de 2012 com taxas entre CDI + 1,20% a.a. e CDI + 2,42% a.a., sem garantias constituídas;

- linhas de empréstimo de crédito rural, capital de giro, ACCs, Loans Offshore, linhas de empréstimo em moeda estrangeira, operações de resolução 2770, carta de crédito, conta garantida e notas de importação, no valor total de US$244 milhões com vencimentos a partir de março de 2010 até junho de 2014 com taxas em reais entre 6.75% a.a. e CDI + 4.0% a.a. e em USD entre Libor + 1.90% a.a. e Libor + 4.70% a.a., sem garantias constituídas;

- garantias em moedas estrangeiras, no valor total de US$20 milhões, com vencimento em de junho de 2010 com taxas de 2,30% a.a. prestadas em Doláres Norte Amercianos, em função da dinâmica do negócio da Companhia; e

- 23 (vinte e três) operações de Finame e Modermaq, no valor total de R$25 milhões, com vencimentos a partir de abril de 2010 até junho de 2013, com garantia dos bens financiados com taxas entre TJLP + 1,35 a.a.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta Global e do disposto acima, contratamos ou poderemos vir a contratar no futuro, o Santander ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Exceto pela remuneração prevista em “Custos de Distribuição” na página 54 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Santander cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Santander e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo realizaram negociações de ações emissão da Companhia e/ou possuem títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, em todos os casos, (i) tais negociações envolveram ações representativas de participações minoritários que não atingem, e não atingiram nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social, e (ii) consistiram em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta.

Santander Investment Securities Inc. e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações da Oferta como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações da Oferta contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). Santander Investment Securities Inc. e/ou suas afiliadas poderão subscrever/adquirir Ações da Oferta como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o BB BI

Atualmente, o BB, controlador do BB BI, é nosso credor nas seguintes operações:

Companhia

- operações de crédito agroindustrial, no valor total de R$ 230 milhões, com vencimentos em novembro de 2010 e fevereiro de 2011, corrigidas pela TR acrescida de taxas de juros pré-fixadas entre 10,52% e 10,96% a.a., com amortizações anuais de capital e juros. Garantia de fiança e duplicatas.

- operações de ACC/ACE, no valor total de USD 482,7 milhões, cujo saldo em 26 de fevereiro de 2010 era de R$ 548 milhões, com vencimentos entre abril de 2010 e jan de 2011, taxa de juros pré-fixada entre 4,00% a.a e 7,30% a.a. garantidas por aval em nota promissória;

- operações de Pré-Pagamento de Exportação, no valor total de USD 260 milhões, cujo saldo em 31 de janeiro de 2010 era de R$ 426 milhões, com vencimento entre fevereiro de 2011 e julho de 2014, com taxas de juros pré-fixadas entre 3,30 a.a. e acrescidas de Libor, amortizações semestrais de capital e de juros. Garantia de fiança, duplicatas;

- operações de Capital de Giro de Exportação, no valor total de R$ 1 bilhão, com vencimentos entre março de 2010 e janeiro de 2013, com taxas de juros pós-fixadas sendo operações corrigidas por CDI mais sobretaxa de 1,20% a.a. e operações corrigidas pelos percentuais entre 110,4% e 148% de CDI, com amortizações mensais, garantias reais, fiança e duplicatas;

- operações de Finame, contratadas no valor de R$ 42 milhões, saldo atualizado em 16 de fevereiro de 2010 era de 32,6 milhões. Amortizações de capital e juros mensais. Vencimento da operação entre 15 de março de 2010 e outubro de 2017 com taxas de juros pré-fixadas de 4,50% a.a e também pré fixadas entre 2,00% a.a. e 3,00% a.a. acrescidas de TJLP. Garantia de alienação fiduciária dos bens financiados e fiança;

- operações de Leasing, contratadas no valor de R$ 26,2 milhões, saldo atualizado em 26 de fevereiro de 2010 era de R$ 20 milhões. Amortizações de capital e juros mensais. Vencimentos entre 17 de março de 2010 e outubro de 2018, sendo uma operação com taxa de juros pré-fixada de 6,16% a.a. e uma operação com taxa de juros pós-fixada em CDI mais sobretaxa de 1,94% a.a.;

- prestação de garantia internacional contratada no valor de USD 1,5 milhão com vencimento em dezembro de 2010 ao custo de 1,80% a.a. para amparar obrigações fiscais/aduaneiras na Inglaterra relacionadas a impostos, taxas, despesas devidas pela Friboi U.K. (subsidiária) à beneficiária,

- operação de FCO empresarial, no valor total de R$ 12,2 milhões, saldo atualizado em 26 de fevereiro de 2010 era de R$ 2,3 milhões. Amortização de capital e juros mensais. Vencimento da operação em 01 de janeiro de 2014 com taxa de juros pré-fixada de 10% a.a.. Garantia de duplicatas e aval.

- prestação de fiança contratada no valor de R$ 2,2 milhões com vencimento em setembro de 2010 ao custo de 2,50% a.a. Tal garantia foi exigida pela Secretaria de Finanças do Estado do Mato Grosso para amparar eventuais débitos de ICMS.

S A Fabrica de Produtos Alimenticios Vigor

- operações de Leasing, contratadas no valor de R$ 1,07 milhão, saldo atualizado em 26 de fevereiro de 2010 era de R$ 728 mil, com taxa de juros pré-fixadas entre 1,15% e 1,20% a.m., amortizações de capital e juros mensais. Vencimentos das operações entre 13 de junho de 2011 e setembro de 2013;

- operação de crédito agroindustrial, no valor total de R$ 34 milhões, com vencimento da operação em agosto de 2010, com de taxas de juros pré-fixada em 11,25% a.a.. Saldo atualizado em 26 de fevereiro de 2010 era de R$ 11,42 milhões, amortização de capital e juros mensais. Garantia aval.

- operação de Capital de Giro de Exportação, no valor total de R$ 5 milhões, com vencimento em abril de 2011, com taxas de juros pós-fixada em 125% do CDI, com pagamentos de juros mensais e capital no final.

Novaprom Food Ingredients Ltda

- operações de ACC/ACE, no valor total de USD 1,6 milhão, cujo saldo em 26 de fevereiro de 2010 era de R$ 1,55 milhão, com vencimentos entre abril de 2010 e jan de 2011, taxas de juros pré-fixadas entre 5,50% a.a e 6,90% a.a..

CIA Leco de Produtos Alimenticios

- operação de FCO empresarial, no valor total de R$ 13 milhões, saldo atualizado em 26 de fevereiro de 2010 era de R$ 3 milhões. Amortização de capital e juros mensais. Vencimento da operação em 01 de maio de 2014 com taxa de juros pré-fixada 10,00% a.a.. Garantias reais e alienação fiduciária.

Cascavel Couros Ltda

- operações de crédito agroindustrial, no valor total de R$ 5 milhões, com vencimento em 16 de fevereiro de 2011, corrigidas pela TR acrescida de taxas de juros pré-fixada em 11,59% a.a., com amortizações anuais de capital e juros mensais. Saldo devedor em 26 de fevereiro de 2010 era R$ 2,6 milhões. Garantia aval.

- operação de Capital de Giro de Exportação, no valor total de R$ 10 milhões, com vencimento em julho de 2011, com taxas de juros pós-fixada em 148% de CDI, com pagamentos de juros mensais e capital no final.

Além disto, somos parte de um programa de financiamento de crédito rural a pecuaristas. Os financiamentos são realizados por intermédio do BB, os vencimentos são de longo prazo e as taxas de juros abaixo das praticadas nos segmentos não rurais a taxa média de 12,75% a.a.. Auxiliamos os produtores rurais que são nossos fornecedores na obtenção de tais financiamentos para investirem em recuperação de pastagens, aquisição de matrizes, máquinas e outros investimentos.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o conglomerado do BB concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

A intenção do BB com a concessão dos créditos acima descritos foi receber a remuneração decorrente dos juros e taxas cobrados, não havendo, portanto, qualquer conflito de interesse com a realização da Oferta.

O BB BI, suas afiliadas e/ou afiliadas do BB poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). O BB BI, suas afiliadas e/ou afiliadas do BB poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Sociedades integrantes do grupo econômico do BB BI e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo realizaram negociações de ações emissão da Companhia e/ou possuem títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, em todos os casos, (i) tais negociações envolveram ações representativas de participações minoritários que não atingem, e não atingiram nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social, e (ii) consistiram em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção "Informações Relativa à Oferta – Custos de Distribuição", na página 54 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao BB BI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, possuímos os seguintes relacionamentos com o Bradesco BBI e/ou sociedades de se conglomerado econômico: (i) serviços de gestão do caixa (ii) serviços de folha de pagamento para aproximadamente 15.000 funcionários com um valor total de R$21,7 milhões (iii) seguros.

Além disso, o Banco Bradesco S.A. é nosso credor nas seguintes operações: (i) capital de giro, (ii) BNDES Exim, (iii) FINAME, (iv) Nota de Crédito à Exportação, (v) fianças, (vi) operações de *leasing*, (vii) ACC, (viii) pré-pagamento e (ix) conta garantida. Abaixo, indicamos as principais condições das referidas operações:

Capital de Giro

Contrato de empréstimo com o Banco Bradesco S.A., no valor total de R$25 milhões, com prazo de 6 meses, com vencimento em 02 de agosto de 2010 e taxa de juros equivalentes ao CDI acrescido de 0,45% ao mês.

BNDES Exim

Contratos de financiamento BNDES Exim com o Banco Bradesco S.A., no valor total de R$71 milhões com vencimento em 17 de maio de 2010 a taxa pré-fixada de 18,85% ao ano.

FINAME

Contrato de financiamento FINAME com o Banco Bradesco S.A. no valor total de R$41 milhões, Com vencimentos entre 15 de fevereiro de 2011 a 15 de fevereiro de 2019, e taxa de juros pós-fixada equivalente a TJLP acrescida de 3,1% a 6,30% ao ano e a taxa de juros pré-fixada 4,5% a 7,71% ao ano.

Nota de Crédito à Exportação

O Banco Bradesco S.A. é o nosso credor de uma nota de crédito à exportação, no valor total de R$605 milhões, com taxas de juros de CDI acrescido de 2,4% a 3,4% ao ano e 118% do CDI, e vencimentos no período de 26 de julho de 2011 a 16 de janeiro de 2015 As operações são “clean”, ressalvando que operações com controladas contam com o aval da JBS S.A. As operações prestam-se, principalmente, ao financiamento do capital de giro da Companhia.

Fianças

Possuímos fianças internacionais no valor de R$900 mil, emitidas para garantir a reemissão de BLs (conhecimentos de embarque) extraviados durante o processo de exportação, e não contam com garantias adicionais (“clean”), com vencimento no período de 11 de setembro de 2010 a 02 de fevereiro de 2014, com taxas de juros entre 1,5% a 5% ao ano.

Leasing

Celebramos um contrato de operação de *leasing* com o Banco Bradesco S.A., no valor total de R$2 milhões, com vencimento entre 15 de maio de 2011 e 15 de março de 2012. A taxa de juros desse contrato é entre 9,5% e 11,9% ao ano.

ACC

Possuímos um contrato de financiamento de adiantamento de contrato de câmbio (ACC), no valor de R$154 milhões, com vencimento no período entre 12 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2010, com taxa de juros entre 4% e 8% ao ano. As operações são “clean”, ressalvando que operações com controladas contam com o aval da JBS S.A. As operações prestam-se, principalmente, ao adiantamento das exportações da Companhia.

Pré-Pagamento

Contrato no valor total de R$214 milhões, com vencimento entre 26 de julho de 2010 e 29 de maio de 2014, com taxas de juros entre LIBOR acrescida de 2% e 3,5% ao ano. As operações são “clean”, ressalvando que operações com controladas contam com o aval da JBS S.A. As operações prestam-se, principalmente, à antecipação dos recebimentos de exportação da Companhia.

Conta Garantida

Conta garantida com o Banco Bradesco S.A., no valor de R$650 mil, com vencimento em 5 de maio de 2010 e taxas de juros equivalentes a CDI acrescido de 0,5% ao mês.

O Bradesco BBI, bem como as sociedades integrantes de seu grupo econômico realizaram negociações de ações de emissão da Companhia a preços de mercado, nos últimos 12 meses, que não representam mais do

que 5% do capital social da Companhia. Em 5 de março de 2010, o Bradesco BBI não possui ações de emissão da companhia.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, não possuímos qualquer outro relacionamento com o Bradesco BBI. Poderemos, no futuro, contratar o Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Exceto pela remuneração prevista em "Custos de Distribuição" na página 54 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Bradesco BBI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES CONTRATADOS

Relacionamento entre a Companhia e Banco Safra BSI S.A.

Além da presente Oferta, o Banco Safra S.A. e/ou as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro, dentre as quais o Banco Safra BSI S.A., têm celebrado conosco contratos de financiamento nas modalidades: (i) Leasing, no montante total de R$ 23,0 milhões a uma taxa média de juros de 15,2% ao ano e com datas de vencimento entre 2010 e 2013, (ii) Mútuo, no montante total de R$ 106,7 milhões a uma taxa média de juros equivalente a 11,3% ao ano, com vencimento em 2010, e (iii) Finame, no montante total de R$ 45,5 milhões a uma taxa média de juros equivalente a TJLP + 2% ao ano, com vencimentos entre 2012 e 2013.

Possuímos junto ao Banco Safra S.A. e/ou demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro, aplicações no montante total de R$ 15,0 milhões, remuneradas a uma taxa média de 101% do CDI, além de R$ 556,8 mil em depósitos a vista. O Banco Safra S.A. e/ou as demais instituições integrantes de seu conglomerado financeiro prestam serviços bancários à Companhia e suas subsidiárias, tais como cobrança, sistema de pagamento a fornecedor, dentre outros.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Safra e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo realizaram negociações de ações de emissão da Companhia e/ou possuem títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, em todos os casos, (i) tais negociações envolveram ações representativas de participações minoritários que não atingem, e não atingiram nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social, e (ii) consistiram em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

Safra e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). Safra e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Safra como instituição intermediária da Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto no título "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Companhia, ao Safra ou a sociedades do seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Votorantim

A Companhia possui na data deste Prospecto com o Banco Votorantim as seguintes operações financeiras vigentes: cinco contratos de financiamento de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), no valor de R$133,7 milhões com vencimentos até 11/02/2011 e cujo saldo em 26/03/2010 totalizava R$134,3 milhões com taxas que variam entre a variação cambial + 2,38% a.a. à variação cambial + 4,50% a.a.; quatro Notas de Crédito à Exportação (NCE) no valor de R$17,6 milhões com vencimentos até 14/05/2014 e cujo saldo em 26/03/2010 totalizava R$18,9 milhões todas com taxa de 115% CDI; quatro contratos de financiamento

BNDES Exim com saldo total em 26/03/2010 de R$142,3 milhões e vencimentos até 15/03/2011 com taxas que variam entre TJLP + 3,10% a.a. e taxa pré de 17,85% a.a. A Companhia aplicou em 14/01/2009 junto ao Banco Votorantim R$20,0 milhões em Certificados de Depósito Bancário (CDB) a 102% do CDI.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento com o Banco Votorantim e/ou outras sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico. A Companhia poderá, no futuro, contratar o Banco Votorantim ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Banco Votorantim, bem como as sociedades integrantes de seu grupo econômico realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia a preços de mercado, nos últimos 12 meses, que não representam mais do que 5% do capital social da Companhia. Em 23 de março de 2010, o Banco Votorantim não possui ações de emissão da companhia.

Exceto pela remuneração prevista em "Custos de Distribuição" na página 54 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Companhia ao Banco Votorantim cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Banco Votorantim concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Companhia.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banco Votorantim como instituição intermediária da Oferta.

O Banco Votorantim e/ou suas afiliadas poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência. O Banco Votorantim e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.Informações Adicionais

Relacionamento entre a Companhia e o Deutsche Bank

Na data deste Prospecto, o Deutsche Bank e as demais entidades do seu grupo econômico possuem os seguintes relacionamentos com a JBS:

Operações de Crédito

a) Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão tem 3 operações de ACC com JBS S.A. no valor total de US$40 milhões com vencimento em setembro de 2010 e março de 2011 e taxa média de 3,87% a.a. As informações relativas a cada uma das operações encontram-se abaixo:

- celebrada em 11 de setembro de 2009, com valor de USD 4 milhões, taxa 1,8165 - R$ 7.266.000,00, juros de 4,70% a.a. e vencimento em 6 de setembro de 2010.

- celebrada em 17 de dezembro de 2009, com valor de USD 26 milhões, taxa 1,7744 - R$ 46.134.400,00, juros de 3,90% a.a. e vencimento em 10 de dezembro de 2010.

- celebrada em 29 de março de 2010, com valor de USD 10 milhões, taxa 1,8092 - R$ 18.092.000,00, juros de 3,45% a.a. e vencimento em 24 de março de 2011.

b) Deutsche Bank AG - New York Branch – em 26 de junho de 2009, a Companhia celebrou com o banco operação de Financiamento de Importação com JBS Trading USA, Inc, subsidiária nos EUA, no valor de US$15 milhões, com vencimento em 30 de Junho de 2010 e taxa LIBOR mensal + 3.25% a.a. A operação conta com garantia (i) da JBS S.A. e (ii) de recebíveis e estoques. Em 1º de abril de 2010 a Companhia pré-pagou o financiamento.

Participações no capital

Sociedades integrantes do grupo econômico do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo realizaram negociações de ações emissão da Companhia e/ou possuem títulos e valores mobiliários de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, em todos os casos, (i) tais negociações envolveram ações representativas de participações minoritários que não atingem, e não

atingiram nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social, e (ii) consistiram em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

Exceto pela remuneração prevista em "Custos de Distribuição" na página 54 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Deutsche Bank cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Deutsche Bank concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento com o Deutsche Bank e/ou outras sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico. A Companhia poderá, no futuro, contratar o Deutsche Bank ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Deutsche Bank como instituição intermediária da Oferta.

O Deutsche Bank e/ou suas afiliadas poderão celebrar, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência. O Deutsche Bank e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

COORDENADORES DA OFERTA

Coordenador Líder

Banco BTG Pactual S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 9º andar
04538-133, São Paulo, SP
Fone: (11) 3383-2000
Fax: (11) 3383-2001
At.: Sr. Fabio Nazari
www.btgpactual.com/home/pt/capitalmarkets.aspx

Banco J.P. Morgan S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 13º andar
04538-905, São Paulo, SP
Fone: (11) 3048-3700
Fax: (11) 3048-3760
At.: Sra. Patricia Moraes
www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/investbk/brasil/prospecto/jbs

Banco Santander (Brasil) S.A.
Av. Juscelino Kubitschek, 2235, 24º andar
04543-011 São Paulo, SP
Fone: (11) 3012-7232
Fax: (11) 3012-7393
At.: Sr. Glenn Mallett
www.santandercorretora.com.br

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar
01310-917, São Paulo, SP
Fone: (11) 2178-4800
Fax (11) 2178-4880
At.: Sr. Fernando Buso
www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas

BB Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar
20031-204, Rio de Janeiro, RJ
Fone: (21) 3808-6340
Fax: (21) 2262-3862
At.: Sr. Marcelo de Souza Sobreira
www.bb.com.br/ofertapublica

COORDENADORES CONTRATADOS

Banco Safra BSI S.A.
Av. Paulista, 2100, 18º andar
São Paulo – SP – Brasil
CEP 01310-930
At.: Sr. Thiago Dias
Tel: (11) 3175-7974
Fax: (11) 3175-9797
www.safrabi.com.br

Banco Votorantim S.A.
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 16º andar
São Paulo – SP
CEP: 04794-000
At.: Sr. Roberto Roma
Telefone: (11) 5171-2612
Fax: (11) 5171-2656
Website: http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Av. Brigadeiro Faria Lima n° 3.900, 14° andar
04538-132, São Paulo, SP
Tel.: (11) 2113-5151
Fax: (11) 2113-5120
At.: Sr. Jaime Singer
http://www.db.com/brazil/content/5030_ofertas.htm

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à BM&FBOVESPA para participar da Oferta. Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

O Prospecto Definitivo estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – em tal página acessar "Prospectos Definitivos", após digitar "JBS", clicar em "Continuar" e selecionar "JBS SA", posteriormente acessar no "Prospecto Definitivo" da "Data Ref." 28/04/2010 no link "Consulta"); (ii) **BM&FBOVESPA** (www.bmfbovespa.com.br - neste *website* acessar - "Empresas Listadas", depois digitar "JBS", posteriormente acessar "JBS S.A." - "Informações Relevantes" - "Prospecto de Distribuição Pública" - selecionar em Assunto: Prospecto Definitivo "Prospecto de Distribuição Pública"); (iii) **ANBIMA**, situada na Avenida das Nações Unidas, n.º 8.501, 21º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (http://cop.anbid.com.br/webpublic/OfferDetail.aspx?OfferId=57, nessa página acessar "Prospecto Definitivo"); (iv) **Companhia**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.391, 2º andar, conjunto 22, sala 2, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.jbs.com.br/ri - neste site, acessar "Divulgação e Resultados" e após "Formulário de Referência" e depois clicar em "Prospecto da Oferta Pública de Ações"); (v) **Coordenador Líder**, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 8º a 10 º andares, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.btgpactual.com/home/pt/capitalmarkets.aspx – neste *website*, clicar em "Prospecto Definitivo" no item Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A.); (vi) **J.P. Morgan**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 13º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/investbk/brasil/prospecto/jbs, neste *website* acessar "JBS –

Prospecto Brasileiro"); (vii) **Santander**, com escritório na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 2235, 24º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.santandercorretora.com.br, no item Ofertas Públicas, acessar o link "JBS" e depois "Prospecto Definitivo"); (viii) **BB BI**, situado na Rua Senador Dantas, n.º 105, 36º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (www.bb.com.br/ofertapublica - neste *website*, no item Ofertas em Andamento, clicar em "JBS", depois acessar "Leia o Prospecto Definitivo"); (ix) **Bradesco BBI**, estabelecido na Avenida Paulista, n.º 1.450, 8º andar na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas neste *website*, no item Ações, acessar o link "JBS" e, posteriormente, "Prospecto Definitivo"); (x) **Banco Safra BSI S.A.**, com sede na Avenida Paulista, 2100, 18º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.safrabi.com.br, neste *website* acessar "JBS Follow-On - Prospecto Definitivo - Abril 2010"); (xi) **Banco Votorantim S.A.**, com escritório na Avenida das Nações Unidas, n.º 14.171, Torre A, 16º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (http://www.bancovotorantim.com.br/ofertaspublicas, neste *website*, na seção Prospectos das Operações de Renda Variável, acessar o link "JBS S.A. – Prospecto Definitivo de Emissão de Ações (Follow On)"; e (xii) **Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão**, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima n° 3.900, 14° andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (http://www.db.com/brazil/content/5030_ofertas.htm, neste *website* acessar em JBS S.A. "Prospecto Definitivo – PDF").

Nos termos da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 471, a Companhia e o Coordenador Líder solicitaram a análise do pedido de registro da Oferta junto à ANBIMA por meio do Procedimento Simplificado, em 11 de março de 2010, estando a Oferta sujeita à análise prévia pela ANBIMA e à obtenção dos registros pela CVM.

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a diversos riscos, inclusive à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever as Ações. Ver a seção "Fatores de Risco" na página 76 deste Prospecto e itens 4 e 5 do Formulário de Referência para informações adicionais.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelos Coordenadores da Oferta à Companhia, nossos acionistas ou nossas controladas vinculados à presente Oferta. Para mais informações relativas a operações envolvendo a nós e os Coordenadores da Oferta, vide a seção "Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e seus Conglomerados Econômicos", na página 56 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA E DOS COORDENADORES CONTRATADOS

COORDENADOR LÍDER

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales & trading* (vendas e negociação). No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong.

Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento de *corporate finance*.

Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, patrocinadores financeiros, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos. Oferece consultoria especializada, excelente execução, produtos inovadores e acesso abrangente aos mercados de capitais mundiais. Seu vasto conhecimento adquirido ao longo dos anos posicionaram o BTG Pactual na liderança entre as instituições de atuação nacional e global, mantendo posição de liderança no Brasil.

O BTG Pactual foi líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2007 pelo número de operações, e 4º lugar em 2008, participando de um total de 86 operações no período, 13 a mais do que o segundo colocado, de acordo com a ANBID. O BTG Pactual foi também assessor financeiro exclusivo da Perdigão na sua fusão com a Sadia, a maior operação do ano de 2009, criando uma das maiores empresas globais da indústria alimentícia[1].

O BTG Pactual foi eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "*Equity House of the Year*" (*IFR*, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam o título de "*Best Equity House Latin America*" pelo sexto ano consecutivo (Euromoney de 2002 a 2005 e 2007 a 2008).

Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*#1 Equity Research Team Latin America*" de 2003 a 2007 (*Institutional Investor*). No entanto, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual é o primeiro colocado no ranking da *Institutional Investor* há sete anos consecutivos (de 2003 a 2009), contando com a equipe de profissionais de maior conhecimento de toda a região.

Sua liderança no mercado de capitais é comprovada pela forte atuação em 2009, participando das ofertas *follow-on* de Brasil Foods, Natura, BrMalls, MRV Engenharia, Multiplan e PDG, bem como da abertura de capital da Visanet e da oferta secundária do Banco Santander. Esta posição de liderança foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital.

O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociação) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha, e o departamento de pesquisa (*research*) na América Latina obteve o primeiro lugar nos últimos sete anos (*Institutional Investor 2002 – 2008*).

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição.

[1] Fonte: Bloomberg em 22 de setembro de 2009.

BANCO J.P. MORGAN S.A.

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco de atacado e de investimentos. No começo de 2004, a holding J.P.Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., o que aumentou a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos e também fortaleceu a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. O Investment Banking oferece assessoria em finanças corporativas com relação a fusões e aquisições, reestruturações corporativas, emissão de títulos de dívida no mercado internacional, emissão de ações e gerenciamento de riscos financeiros, entre outros; Local Markets, Sales & Trading oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais; Equities disponibiliza serviços de corretora, market-maker, subscrições e operações com derivativos e de american depositary receipts; Private Bank assessora investimentos a pessoa física de alta renda; Treasury and Securities Services oferece serviços de pagamento e recebimento, liquidação e administração de investimentos.

O J.P. Morgan faz parte do J.P.Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US$2,0 trilhões em 31 de dezembro de 2009, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan atua com empresas, investidores institucionais, *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada no *website* do J.P.Morgan Chase & Co..

Em 2008, foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de Fusões e Aquisições, Emissão de Dívida e Emissão de Ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de Emissão de Ações especificamente, o J.P. Morgan é o líder mundial desde 2007, segundo a Dealogic (Global Equity e Equity Linked). Essa liderança e a posição do J.P. Morgan estão refletidas nas premiações obtidas, tendo recebido um recorde de 8 prêmios da revista IFR, que resumiu seu artigo mencionando que nunca durante a longa história da premiação um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan também foi a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação *Business Week*.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan foi escolhido pela publicação *Latin Finance* como o "Best Equity House in Latin America". Essa premiação reflete a posição do J.P.Morgan na liderança da maior parte das mais relevantes transações da região como as ofertas da Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou em 2009 US$303 bilhões em ações em 395 transações, 39% a mais que o segundo colocado.

Em 2009, o J.P. Morgan recebeu o prêmio "Best Investment Bank in Latin America", enquanto que em 2008, o banco recebeu o prêmio "Best M&A House in Latin America", ambos concedidos pela LatinFinance. Os constantes investimentos realizados pelo J.P. Morgan em sua equipe de equity research renderam à instituição, também em 2009, o prêmio "#1 Equity Research Team in Latin America" concedido pela Institutional Investor. Além destes, nos últimos anos, o J.P. Morgan recebeu os prêmios "Bank of the Year", "Equity House of the Year", "Bond House of the Year", "Derivatives House of the Year", "Loan House of the Year", "Securitization House of the Year", "Leveraged Loan House of the Year", "Leveraged Finance House of the Year", "High-Yield Bond House of the Year", "Financial Bond House of the Year", "Latin America Bond House of the Year", concedidos pela International Financing Review.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

O Santander é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha, o qual, em 2007, participou do consórcio que fechou um importante negócio na história da indústria bancária do mundo, ao adquirir 86% das ações do banco holandês ABN AMRO, por 71,0 bilhões de euros.

O Banco Santander S.A. foi fundado em 1857. O Grupo Santander possui, atualmente, cerca de US$1,5 trilhão em ativos, administra quase US$1,6 trilhão em fundos, possui mais de 90 milhões de clientes, mais de 14 mil agências e está presente em aproximadamente 40 países. Acreditamos ser o principal grupo financeiro da Espanha e da América Latina e desenvolvemos uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal. Acreditamos ser um dos líderes em financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 12 países do continente e nos Estados Unidos.

No ano de 2009, o Grupo Santander registrou lucro líquido de aproximadamente € 3,8 bilhões, na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 43% dos resultados do Grupo Santander no Mundo. Também na América Latina, o Grupo Santander possui cerca de 5.750 agências e 35,8 milhões de clientes.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.), e em 2000 adquiriu o Banespa. Com a compra do Banco Real, realizada em 24 de julho de 2007 e a posterior incorporação de suas ações em 29 de agosto de 2008, o Santander Brasil tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes - pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. A sua presença está estrategicamente concentrada nas regiões Sul e Sudeste, responsáveis pela maior fatia do PIB nacional. O Santander possui uma participação de mercado expressiva nessas regiões.

Em 2009, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 22 milhões de clientes, 2.091 pontos de venda e 18.094caixas eletrônicos, encerrando o ano com um total de ativos de R$316 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R$69,0 bilhões. O Santander, no Brasil, possui uma participação de aproximadamente 20% dos resultados do Grupo Santander no Mundo, além de representar 42% no resultado do Grupo Santander na América Latina.

Conforme dados da Bloomberg, em 2009, o Santander atuou como *bookrunner* e coordenador em importantes ofertas de ações no Brasil. Participou como coordenador líder das ofertas públicas iniciais de ações do Banco Santander (Brasil) S.A. e da Direcional Engenharia S.A., como coordenador das ofertas públicas iniciais de ações de Cetip S.A. e da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet e das ofertas de follow-on da Rossi Residencial S.A., Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., Cyrela Brazil Realty S.A., MRV Engenharia e Participações S.A., BRMalls Participações S.A., Anhanguera Educacional Participações S.A., Marfrig Alimentos S.A., e Brasil Foods, o maior follow-on da América Latina no ano. Em 2008, atuou em operações com valor total superior a US$12 bilhões. Conforme dados da Bloomberg, em particular, atuou como *bookrunner* na oferta primária da Companhia Vale do Rio Doce em 2008, uma das maiores ofertas de ações da história do Brasil. Em 2010, o Santander já atuou como coordenador das ofertas de *follow-on* de PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações e Inpar S.A., além de estar atuando como coordenador na Oferta Pública Inicial de Ações de BR Properties S.A.

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

O BB BI é uma empresa pertencente ao conglomerado Banco do Brasil S.A., criada para executar atividades de banco de investimentos.

Em operações de renda variável, o BB BI mantém posição entre os principais intermediários em ofertas públicas, apoiado em mais de 16 mil pontos de atendimento de seu controlador, BB, espalhados por todo o Brasil e em outros 22 países. Em 2008, atuou como coordenador líder na oferta pública de ações de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, no valor de R$460 milhões e como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Vale S.A., no valor de R$ 19,4 bilhões. Em 2009, atuou como coordenador na oferta pública inicial de ações de emissão da Visanet, no valor de R$8,4 bilhões, no Follow-on da Brasil Foods, no valor de R$5,2 bilhões, no follow-on da Gol Linhas Aéreas Inteligentes, no valor deR$1 bilhão e da Marfrig Alimentos, no valor de R$1,5 bilhão. Como coordenador contratado atuou nas operações da CCR, Cyrela, Natura, Multiplan, Rossi e Santander. Em 2008 ocupou o terceiro lugar no ranking ANBID de distribuição de renda variável com o valor de R$4,2 bilhões distribuídos e 12,4% de participação de mercado. Em 2009, ficou em quinto lugar no ranking ANBIMA de distribuição de renda variável, com o valor de R$3,9 bilhões distribuídos e 10,6% de participação de mercado. No ano de 2010 o BB-BI atuou, até o momento, em três ofertas como Coordenador Contratado: Aliansce, Multiplus e Hypermarcas.

O BB BI atua na intermediação de valores mobiliários e disponibiliza para seus clientes o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências, Internet (*home broker*) e Celular. O volume financeiro negociado pelo BB BI em 2009, neste segmento, foi superior a R$20 bilhões e possui em sua base aproximadamente 250 mil investidores com posição de custódia.

Em 2009, o BB BI liderou a primeira emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R$ 400 milhões, a terceira emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R$400 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da SABESP, no valor de R$600 milhões, a primeira emissão de debêntures da TAM Linhas Aéreas S.A., no valor de R$600 milhões, a primeira emissão de

debêntures da InBev Participações Societárias S.A., no valor de R$2bilhões, a segunda emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R$430 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Terna Participações S.A., no valor de R$550 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Cemig Geração e Transmissão S.A., no valor de R$2,7 milhões, a quarta emissão de notas promissórias da SABESP, no valor de R$900 milhões, a primeira emissão de debêntures da Centrais Elétricas da Paraíba S.A., no valor de R$450 milhões, a quarta emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A, no valor de R$400 milhões, a primeira emissão de debêntures da JHSF Participações S.A, no valor de R$100 milhões, da quarta emissão de debêntures da BNDES Participações S.A - BNDESPAR, no valor de R$1.250 milhões, da primeira emissão de debêntures da Votorantim Cimentos Brasil S.A, no valor de R$1.000 milhões, da primeira emissão de debêntures da Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A, no valor de R$400 milhões, da oitava emissão de debêntures da Companhia Brasileira de Distribuição, no valor de R$500 milhões e da primeira emissão de debêntures da Júlio Simões Logística S.A, no valor de R$120 milhões. Participou da segunda emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R$200 milhões, da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A, no valor de R$600 milhões e da primeira emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A. no valor de R$1.600 milhões, participou da terceira emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R$120 milhões, da quinta emissão de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias, no valor de R$598 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., no valor de R$400 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da lochpe Maxion S.A., no valor de R$330 milhões e da segunda emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A., no valor de R$950 milhões.

Em 2010, o BB BI liderou a primeira emissão de debêntures da Sociedade Comercial e Importadora Hermes S.A., no valor de R$135 milhões. Participou da primeira emissão de debêntures da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, no valor de R$550 milhões, e da primeira emissão de debêntures da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A., no valor de R$100 milhões.

No mercado de capitais internacional, em 2009, o BB, por meio de suas corretoras externas BB Securities Ltd (Londres) e Banco do Brasil Securities LLC (Nova lorque), atuou em 16 das 32 emissões brasileiras (US$25,7 bilhões) de títulos de renda fixa, dentre elas STN, Petrobras, Grupo Oi, JBS, BNDES, Votorantim, Odebrecht, TAM, Fibria e Gerdau, além do próprio BB, que totalizaram mais de US$18 bilhões.

O BB BI conta ainda com ampla experiência em assessoria e estruturação de operações de fusões e aquisições envolvendo empresas dos setores de energia elétrica, portuário, transportes e saneamento, dentre outros.

BANCO BRADESCO BBI S.A.

O Bradesco BBI opera nas áreas de banco de investimento, destacando operações de mercado de capitais, fusões e aquisições, financiamento de projetos e operações estruturadas, além de contar com corretora de valores mobiliários, *private banking* e *asset management*. Além do mercado local, o Bradesco BBI também atua no mercado internacional, originando e estruturando operações com investidores estrangeiros.

O desempenho do Bradesco BBI na área de banco de investimento tem os seguintes destaques:

- Líder em operações de reestruturações societárias/OPAs em valores de operações realizadas no ano de 2009, segundo o ranking de Anúncio da ANBIMA.

- Líder na prestação de serviços envolvendo operações de fusões e aquisições em número de operações realizadas no ano de 2009, segundo o ranking de Fechamento da ANBIMA.

- Segunda posição em operações de renda variável por valor (distribuição) segundo o ranking ANBIMA publicado em janeiro de 2010 (referente ao período dos últimos 12 meses). O Bradesco BBI foi coordenador líder e *joint bookrunner* da maior oferta pública inicial de ações da história do Brasil: o IPO da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet (atualmente denominada Cielo S.A.), que totalizou R$8,4 bilhões e foi *joint bookrunner* de mais 9 ofertas públicas de ações em 2009 que totalizaram, em conjunto com Visanet, aproximadamente R$15,7 bilhões. Em 2008, atuou como joint bookrunner na oferta pública de emissão de ações da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R$19,4 bilhões e como Co-Lead na oferta da Visa Inc., no valor de US$19,7 bilhões. O Bradesco BBI também atuou como coordenador líder no IPO da Bolsa de Mercadorias e Futuros do Brasil – BM&F, no valor de R$ 6,0 bilhões, em outubro de 2007, entre outras.

- Terceiro em operações de renda fixa no mercado doméstico de acordo com o ranking de Originação ANBIMA publicado em janeiro de 2010 (referente ao período dos últimos 12 meses), com participação de mercado de 20,5% e volume de R$9,9 bilhões; e

- Em 2009, atuou como assessor e estruturador financeiro para importantes projetos de diferentes setores da economia, dentre os quais se destacam os projetos UHE Jirau (usina hidrelétrica do Complexo Madeira, com capacidade instalada de 3.300 MW) e Usina Jataí (investimento greenfield da Cosan, com capacidade de moagem de 4 milhões de toneladas/ano de cana-de-açúcar). Os recursos obtidos com o BNDES para a implantação dos projetos somam R$7,2 bilhões para a UHE Jirau e R$639 milhões para a Usina Jataí.

Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil, de acordo com o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia, que possibilita oferecer a seus 20,4 milhões de correntistas comodidade e segurança. Clientes e usuários têm a disposição 41.067 pontos de atendimento, entre eles, 4.598 agências e 6.011 unidades do banco postal. No período de 9 meses de 2009, o lucro líquido foi de R$5,831bilhões, o patrimônio líquido foi de R$38,877 bilhões e os ativos totalizaram R$485,686 bilhões.

BANCO SAFRA BSI S.A.

O Grupo Safra possui mais de 200 anos de tradição em serviços financeiros e presença global, com escritórios nos EUA, Europa, Oriente Médio, América Latina e Caribe. No Brasil, onde opera desde 1957, o Banco Safra atua como Banco Múltiplo e figura entre os maiores bancos privados do país em ativos, segundo dados do BACEN, com cerca de R$ 65 bilhões em ativos e uma carteira de crédito de aproximadamente R$ 24 bilhões.

Em 2004, foi criado o BSI - Banco Safra de Investimento com o objetivo de ampliar a gama de serviços oferecidos aos clientes no país. O Banco está dividido nas seguintes áreas de negócio:

Private Banking – Oferece completa assessoria financeira na preservação e maximização do patrimônio pessoal e familiar de seus clientes, combinando soluções personalizadas com adequado gerenciamento de riscos, alocação especializada de ativos e total confidencialidade. O Private Banking está presente nas principais cidades do país, incluindo São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife e Goiânia.

Asset Management - Atuante desde 1980 na gestão de recursos de terceiros através de carteiras administradas e fundos de investimento, é hoje o 8º maior gestor de recursos do país, segundo a ANBID, com mais de R$ 35 bilhões de ativos sob gestão. Oferece aos seus clientes produtos diversificados e apropriados a cada perfil de risco, com destaque para fundos diferenciados e Multimercados.

Sales & Trading - Criada em 1967, a Safra Corretora atua nos mercados de ações, opções, índice de ações, dólar e DI, além de possuir equipe de pesquisa formada por analistas de renome no mercado. Essa equipe é responsável pelo acompanhamento e produção de relatórios macroeconômicos e setoriais, incluindo a cobertura dos setores de Construção Civil, Bancos, Mineração, Siderurgia, Consumo, entre outros.

Fixed Income & Derivatives – Atua na originação, execução e distribuição de financiamentos estruturados e títulos de dívidas no mercado doméstico e internacional, incluindo debêntures, notas promissórias, FIDCs, CRIs, CCBs, Notes, entre outros. Em 2008, atuou em operações que totalizaram mais de R$ 10 bilhões para empresas dos mais variados setores, tais como Coelce, Ersa, Kobold, Hypermarcas, Oi Telecomunicações, Grupo Rede, dentre outras.

Investment Banking – Atua na originação, execução e distribuição de ofertas de ações no mercado doméstico e internacional, bem como operações de fusões e aquisições e venda de participação acionária, dentre outras. Nos últimos três anos, atuou em mais de 25 ofertas de ações. Em Fusões e Aquisições, o banco é especializado em empresas de middle market, tendo conduzido operações de destaque como a venda da totalidade das ações do Grupo Niasi e do Laboratório Neo Química, ambas para a Hypermarcas S.A..

BANCO VOTORANTIM

O Banco Votorantim S.A. ("Banco Votorantim") iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM. O sucesso inicial da Votorantim DTVM, que

chegou a ser a segunda maior distribuidora de valores do país em 1990, motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo Banco Central em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Originalmente criado para ser o braço financeiro do grupo Votorantim, o Banco Votorantim passou a desenvolver ativamente sua carteira de clientes fora do grupo Votorantim a partir de 1991, quando adquiriu o status de banco múltiplo. Procurando atender às necessidades de sua seleta clientela, expandiu suas operações, prestando serviços a diversos clientes, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ou não ao grupo Votorantim.

Em 11 de setembro de 2009, o Banco Central aprovou a aquisição de participação acionária do Banco Votorantim pelo Banco do Brasil S.A., nos termos do fato relevante divulgado em 9 de janeiro de 2009, conforme comunicado ao mercado publicado em 14 de setembro de 2009. Com a aprovação, o Banco do Brasil S.A passa a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social. Essa parceria atenderá aos anseios do Banco do Brasil S.A de consolidar e ampliar sua atuação em mercados como o de financiamento ao consumo, em especial o de financiamento a veículos e o crédito concedido fora do ambiente bancário.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento, prestados diretamente a grandes clientes de elevado conceito e posição relevante em sua área de atuação, o Banco Votorantim atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio da BV Financeira S.A. e BV Leasing Ltda., suas controladas, na gestão de fundos de investimento, com a Votorantim Asset Management DTVM Ltda., e como corretora de valores mobiliários, com a Votorantim CTVM Ltda.

O Banco Votorantim tem sua sede na cidade de São Paulo e filiais em importantes centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul e Nassau (Bahamas) e um escritório de representação localizado em Londres. Além disso, em 16 de agosto de 2006, foi autorizado o funcionamento do Banco Votorantim Securities Inc., que passou a atuar como broker dealer em Nova Iorque.

Atividade de Investment Banking do Banco Votorantim

Na área de *investment banking*, o Banco Votorantim presta serviços para clientes corporativos e investidores, oferecendo assessoria especializada e produtos inovadores com acesso abrangente aos mercados de capitais.

Em renda variável, o Banco Votorantim oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações, além de ofertas públicas para aquisição e permuta de ações. Para contribuir com o sucesso das ofertas, a Votorantim CTVM Ltda. possui excelência na distribuição devido ao amplo acesso e à prestação de serviços aos vários grupos de investidores, além de possuir área de pesquisa (*research*) que faz a análise independente de várias empresas de diversos setores da economia.

Em renda fixa, o Banco Votorantim assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local e internacional, através de operações de debêntures, notas promissórias, securitizações e *bonds*. Devido à forte atuação local, o Banco Votorantim atualmente ocupa a 4ª colocação no ranking de originação de emissões de longo prazo e a 2ª colocação no ranking de distribuição, ambos divulgados pela ANBIMA, data-base dezembro de 2009.

Em fusões e aquisições, o Banco Votorantim possui uma equipe especializada em oferecer aos seus clientes assessoria em transações de compra e venda de participações acionárias, associações estratégicas e reestruturações societárias, bem como emissões de laudos de avaliação/*fairness opinion.*

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão ("Deutsche Bank") atua no Brasil desde 1911. Com sede em São Paulo, o Deutsche Bank atua como banco múltiplo oferecendo um amplo leque de serviços e produtos financeiros para clientes corporativos. Os clientes do Deutsche Bank são companhias multinacionais, grandes empresas, instituições financeiras e estatais, com responsabilidades que necessitam de soluções bancárias.

Atualmente, o grupo Deutsche Bank oferece seus serviços em 72 países, conta com mais de 80 mil colaboradores e é uma das maiores instituições financeiras do mundo sendo eleito pela revista Euromoney

como Best Equity House na América do Norte, Best Foreign Exchange House, Best Global Risk Management House e Best Bank na Alemanha em 2009.

O Deutsche Bank tem atuado no segmento de Mercado de Capitais, tendo participado, como coordenador nas ofertas de ações do Banco do Brasil (R$3.061 milhões), da PDG Realty S.A. (R$630 milhões), da Klabin Segall S.A. (R$484 milhões), como coordenador internacional na oferta de ações da BM&F (R$5.203 milhões) e como coordenador contratado nas ofertas de ações do Banco Santander (Brasil) S.A. (R$13.182 milhões), da Natura Cosméticos S.A. (R$1.505 milhões), da Hypermarcas S.A. (R$793 milhões), da Bovespa Holding (R$5.761 milhões), da Estácio Participações (R$447 milhões), da Log-In – Logística Intermodal S.A. (R$745 milhões), da Metalfrio Solutions (R$394 milhões), da São Martinho (R$368 milhões), entre outras ofertas.

No acumulado de 2010, o Deutsche Bank ocupa a terceira posição no ranking de operações de Fusões e Aquisições, tendo a assessorado o montante equivalente a 6,6 bilhões de dólares, de acordo com Thomson Reuters.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$8,00, os recursos líquidos da Oferta (após dedução dos valores por nós devidos a título de comissões e despesas, sem incluir Comissão de Incentivo) serão de, aproximadamente, R$1.571.700.000 milhões, sem considerar o eventual exercício da Opção de Ações Suplementares. Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$8,00, aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados em um montante de R$197.000.000 milhões.

Pretendemos utilizar a totalidade dos recursos líquidos captados por nós na Oferta para investimentos na ampliação de nossa plataforma global de distribuição direta, bem como com capital de giro, a serem alocados conforme abaixo descrito:

Projetos	Percentual estimado de alocação dos recursos obtidos através da Oferta
Ampliação de nossa plataforma global de distribuição direta	67%
Capital de giro	33%

A nossa plataforma global de distribuição direta engloba os nossos centros de distribuição e os caminhões que serão utilizados para o transporte de nossos produtos de nossos centros de distribuição até nossos clientes.

A ampliação de nossa plataforma global de distribuição direta pode ser realizada por meio de aquisições de caminhões ou centros de distribuição, bem como a implementação de investimentos na construção de centros de distribuição. Ressaltamos que tais investimentos fazem parte do curso normal das atividades da Companhia. Estimamos que parcela majoritária da nossa estratégia de ampliação da plataforma global de distribuição direta seja financiada com os recursos da Oferta. Uma parcela menor, caso seja necessária, deverá ser obtida com os recursos gerados por nossas atividades.

Para informações a respeito do impacto dos recursos na situação patrimonial e nos resultados da Companhia, vide a seção “Capitalização”, na página 79 deste Prospecto.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA

O investimento nas nossas Ações envolve alto grau de risco. Ao considerar a possibilidade de investimento nas Ações, os investidores deverão analisar cuidadosamente todas as informações contidas no Formulário de Referência (sobretudo os fatores de risco descritos no item "4" e no item "5"), nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto e os fatores de risco descritos abaixo.

Nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das nossas Ações pode diminuir devido a ocorrência de quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou nos "afetará adversamente" significa que o risco, incerteza ou problema pode resultar em um efeito material adverso em nossos negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de nossas Ações.

RISCOS RELACIONADOS ÀS NOSSAS AÇÕES

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. A BM&FBOVESPA apresentou uma capitalização de mercado de R$2,3 trilhões em 26 de fevereiro de 2010, e um volume médio diário de negociação de US$6,6 bilhões no mês de fevereiro de 2010. As dez maiores companhias, em termos de capitalização de mercado representavam, aproximadamente, 49,16% do volume de negociação de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA em fevereiro de 2010. Não podemos assegurar que após a conclusão da Oferta haverá aumento significativo da liquidez de nossas Ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade do adquirente de nossas Ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Os investidores desta Oferta provavelmente sofrerão diluição imediata do valor contábil de seus investimentos na aquisição das nossas Ações.

Esperamos que o Preço por Ação desta Oferta exceda o valor patrimonial por ação. Sendo assim, os investidores desta Oferta pagarão um Preço por Ação maior do que o total de nosso ativo, menos o total de nosso passivo, dividido pelo número total das nossas Ações, resultando na diluição imediata e substancial do valor patrimonial de seus investimentos em nossa Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Diluição", na página 80 deste Prospecto.

Os titulares de nossas Ações poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, precisamos pagar dividendos aos nossos acionistas no valor de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) de nosso lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, podemos optar por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, se o nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

Ademais, somos parte em diversos contratos financeiros e relativos a aquisições que realizamos, nos quais nos obrigamos a não efetuar pagamento de dividendos em valor superior ao estabelecido em lei, bem como que restringem nossa capacidade de pagar dividendos aos nossos acionistas se estivermos descumprindo as obrigações previstas em referidos contratos. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas celebrado com o BNDESPAR também concede direitos de veto à distribuição de dividendos em determinadas situações. Não

podemos garantir que, no futuro, seremos capazes de atender às exigências necessárias para efetuar o pagamento de dividendos. Para informações adicionais sobre nossos contratos financeiros e nossas aquisições, veja os itens "6" e "10" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Vendas substanciais das ações, ou a percepção de vendas substanciais de ações de nossa emissão depois da Oferta poderão causar uma redução no preço das ações de nossa emissão.

Nós, alguns de nossos administradores, determinados acionistas e nosso Acionista Controlador celebrarão um acordo de não disposição das ações ordinárias de nossa emissão da Companhia, pelo qual não poderão vender, alienar ou de qualquer outra forma dispor das ações de emissão da Companhia de sua titularidade, bem como a negociar ações de emissão da Companhia e derivativos lastreados em ações de emissão da Companhia, por um período de 90 (noventa) dias após a publicação do Anúncio de Início, exceto com relação às Ações da Opção de Ações Suplementares e às ações ordinárias de emissão da Companhia objeto de empréstimo a ser concedido ao Coordenador Líder visando às atividades previstas no Contrato de Estabilização. Após tais restrições terem se extinguido, nossas ações estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de nossas ações pode afetar adversamente o valor de mercado de nossas ações.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações poderá diluir a participação acionária dos investidores em nossa Companhia.

Poderemos, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas, inclusive dos investidores em nossas Ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em nosso capital social.

Estamos realizando uma Oferta de Ações no Brasil, com esforços de vendas no exterior, o que poderá nos deixar expostos a riscos de litígio relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos de litígio relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

Nossa Oferta de Ações compreende, simultaneamente: a oferta de Ações realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, por meio de uma distribuição pública primária registrada na CVM, e esforços de colocação das Ações no exterior, nos Estados Unidos para investidores institucionais qualificados definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act* e para investidores nos demais países (exceto Estados Unidos e Brasil), com base no Regulamento S do *Securities Act* que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento autorizados pelo governo brasileiro. Os esforços de colocação das Ações no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção destes investidores estrangeiros por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Circular* e no *Final Offering Circular,* inclusive relativos aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores em relação a estas questões.

Adicionalmente, somos parte do *Placement Facilitation Agreement* que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O *Placement Facilitation Agreement* apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los no caso de eventuais perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Circular* e no *Final Offering Circular*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a estas questões, eles poderão ter direito de regresso contra nós por conta desta cláusula de indenização.

Finalmente, informamos que o *Placement Facilitation Agreement* possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida. Uma condenação em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Circular* e/ou no *Final Offering Circular*, poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Ações e impactar a definição do Preço por Ação.

O Preço por Ação será determinado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, caso a demanda verificada na Oferta seja inferior a quantidade de ações da Oferta base acrescida de 1/3 (um terço), serão aceitas no Procedimento de *Bookbuilding* intenções de investimento de Pessoas Vinculadas que sejam consideradas Investidores Institucionais, limitados ao percentual máximo de 15% da Oferta, o que poderá ter um impacto adverso na liquidez esperada das Ações e na definição do Preço por Ação.

Portanto, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir descreve, em bases consolidadas, o nosso endividamento de curto e longo prazo, patrimônio líquido e capitalização, em 31 de dezembro de 2009, em base histórica real e ajustada para refletir o recebimento de recursos líquidos após a dedução das comissões e despesas estimadas em R$44.300.000, com base no preço por ação de R$8,00, provenientes da emissão das Ações pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.

O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as informações da seção "Informações Financeiras Selecionadas", na página 35 deste Prospecto e com as nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, constantes do Formulário de Referência e anexos deste Prospecto. A capitalização consolidada, conforme descrita a seguir, foi calculada em conformidade com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.

	Em 31 de dezembro de 2009	
	Real	**Ajustado para refletir o recebimento dos recursos da Oferta**
	(em milhões de R$)	
Capitalização total [1]		
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	5.272,1	5,272.1
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	9.157,7	9,157.7
Empréstimos e Financiamentos Total	14.429,8	**14,429.8**
Debêntures Conversíveis de Longo Prazo[2]	3.462,2	3,462.2
Patrimônio Líquido	16.728,1	**18.283,8**
Capitalização Total	34.620,1	**36.175,8**

(1) A Capitalização total é o resultado da soma do patrimônio líquido com o total das dívidas de curto e longo prazo, bem como as Debêntures Conversíveis.

(2) Para maiores informações a respeito das Debêntures Conversíveis, vide item 18.5 do Formulário de Referência.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$8,00, aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados em um montante de R$197.000.000.

Excetuando-se o descrito acima, não houve mudanças relevantes em nossa capitalização desde 31 de dezembro de 2009. O investidor deve ler esta tabela em conjunto com a seção "Informações Financeiras Selecionadas", na página 35 deste Prospecto, bem como em conjunto com o Formulário de Referência e nossas demonstrações financeiras consolidadas e notas correspondentes, anexas a este Prospecto.

DILUIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2009, nosso patrimônio líquido consolidado era de, aproximadamente, R$16.728,1 milhões, sendo que o valor patrimonial por Ação, na mesma data, era de, aproximadamente, R$7,07 por Ação. O valor patrimonial por Ação representa o valor contábil total de nossos ativos menos o valor total contábil total do nosso passivo, dividido pelo número total de ações de nossa emissão em 31 de dezembro de 2009.

Após efetuar a presente emissão, no âmbito da Oferta, de 200.000.000 Ações, a um preço de R$8,00 por Ação e presumindo que a Opção de Ações Suplementares não seja exercida, nosso patrimônio líquido estimado em 31 de dezembro de 2009 seria de, aproximadamente, R$18.304 milhões, ou R$7,13 por Ação. Ao Preço por Ação de R$8,00, esta Oferta teria representado, em 31 de dezembro de 2009, um aumento imediato no nosso patrimônio líquido de R$0,06 por Ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata no valor patrimonial contábil por Ação em 31 de dezembro de 2009 de R$0,93 para os novos investidores que compram as Ações nesta Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação Ordinária imediatamente após a conclusão da Oferta.

Esta informação foi extraída das nossas demonstrações financeiras consolidadas revisadas em 31 de dezembro de 2009, conforme ajustada para refletir o recebimento dos recursos desta Oferta de R$1.576.000.000, com base no Preço por Ação de R$8,00, após deduzir as comissões estimadas e sem considerar a Comissão de Incentivo e as despesas da Oferta, e presumindo que a Opção de Ações Suplementares não seja exercida.

O quadro a seguir ilustra tal diluição:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2009
	(em reais, exceto porcentagem)
Preço por Ação [1]	8,00
Valor patrimonial por Ação em 31 de dezembro de 2009	7.07
Aumento do valor patrimonial por Ação aos acionistas existentes	0,06
Valor patrimonial por Ação após a Oferta	7,13
Diluição do valor patrimonial por Ação para os novos investidores	(0,93)
Percentual de diluição por Ação para os novos investidores [2]	(11.6%)

(1) Preço por Ação conforme consta na capa deste Prospecto.

(2) O percentual de diluição por Ação para os novos investidores é calculado dividindo a diluição por Ação para os novos investidores pelo Preço por Ação.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por ação de R$8,00, aumentaria (reduziria), após a conclusão da Oferta: (i) o valor do nosso patrimônio líquido contábil em R$197.000.000; (ii) o valor do patrimônio líquido contábil por Ação em R$0,08; e (iii) a diluição do valor patrimonial contábil por Ação aos investidores desta Oferta em R$1,00, assumindo que o número de Ações oferecidas por meio da Oferta, conforme estabelecido na capa deste Prospecto, não sofra alteração, e após a dedução das comissões e despesas da Oferta a serem pagas por nós.

O preço de emissão das nossas Ações não guarda relação com o valor patrimonial e será fixado com base no valor de mercado das Ações de nossa emissão, auferido após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*. Para mais informações acerca do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da presente Oferta, vide “Informações Relativas à Oferta”, na página 42 deste Prospecto.

NEGOCIAÇÃO OU SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES POR ADMINISTRADORES E ACIONISTAS CONTROLADORES E PREÇO DE EMISSÃO DAS NOSSAS AÇÕES

Nossos administradores não costumam movimentar ações de nossa emissão no mercado, exceto excepcionalmente e observada a regulamentação aplicável.

Nos cinco anos anteriores à nossa abertura de capital, em 2007, os aumentos de capital de nossa Companhia foram realizados com base no valor de R$ 1,00 por ação ou por quota, conforme o caso.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2007, e no âmbito da distribuição pública primária de ações de emissão da Companhia, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor total de R$ 39,2 milhões, mediante a emissão de 150 milhões de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 8,00 por ação, nos termos do Artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. O aumento de capital, realizado dentro do limite do capital autorizado por meio de subscrição pública, foi integralizado em moeda corrente nacional. Dessa forma, o capital social da Companhia passou para R$ 91,7 milhões, representado por 850.000.000 ações ordinárias. O preço de emissão das ações foi determinado por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, e o percentual que o aumentou representou ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital foi de 21,43%.Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 1,85 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada, de 227.400.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralizadas em moeda corrente nacional. Deste total, 37.192.167 ações ordinárias, no valor de R$ 303,2 milhões foram integralizadas por nossos controladores, J&F Participações S.A. O preço de nossas ações no fechamento da BM&FBOVESPA em 30 de março de 2010 era de R$7,70.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de julho de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 2,55 bilhões, mediante a emissão, para subscrição pública, de 360.678.926 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional ao preço de emissão de R$ 7,07 por ação. Deste total, 35.586.600 ações ordinárias, no valor de R$ 251,6 milhões foram integralizadas por nossos controladores, ZMF Fundo de Investimento em Participações. O preço de nossas ações no fechamento da BM&FBOVESPA em 30 de março de 2010 era de R$7,70.

Para informações sobre alterações na composição de nosso capital social, ver “Capital Social” na seção 17 do Formulário de Referência.

(página intencionalmente deixada em branco)

2. ANEXOS

(página intencionalmente deixada em branco)

(página intencionalmente deixada em branco)

Anexo III da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da JBS S.A. datada de 29 de dezembro de 2009

ESTATUTO SOCIAL
DA
JBS S.A.

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A JBS S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor.

Artigo 2º. A Companhia tem a sua sede e foro e domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 2.391, 2º andar, conj. 22, sala 2, Jardim Paulistano, CEP 01452-000.

Parágrafo Único. A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação da Diretoria, observado o disposto no art. 19, inciso XI deste Estatuto Social.

Artigo 3º. O ramo de atividade mercantil da Companhia é de (a) escritório administrativo; (b) exploração por conta própria de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização, distribuição e comercialização de produtos alimentícios in natura ou industrializados e de produtos e sub-produtos de origem animal e vegetal e seus derivados, (incluindo, sem limitação, bovinos, suínos, ovinos e peixes em geral); (c) processamento, preservação e produção de conservas de legumes e outros vegetais, conservas, gorduras, rações, enlatados, importação e exportação dos produtos derivados; (d) industrialização de produtos para animais de estimação, de aditivos nutricionais para ração animal, de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais; (e) compra, venda, cria, recria, engorda e abate de bovinos, em estabelecimento próprio e de terceiros; (f) matadouro com abate de bovinos e preparação de carnes para terceiros; (g) indústria, comércio, importação, exportação de sebo bovino, farinha de carne, farinha de osso e rações; (h) compra e venda, distribuição e representação de gêneros alimentícios, uniformes e rouparias com prestação de serviço de confecções em geral; (i) beneficiamento, comercialização atacadista, importação e exportação de couros e peles, chifres, ossos, cascos, crinas, lãs, pelos e cerdas em bruto, penas e plumas e proteína animal; (j) distribuição e comercialização de bebidas, doces e utensílios para churrasco, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas "b", "i", "j", "k", "l" e "m" do objeto social da Companhia e na medida do necessário para exercê-las; (k) industrialização, distribuição e comercialização de produtos saneantes-domissanitários, de higiene; (l) industrialização, distribuição, comercialização importação, exportação, beneficiamento, representação de produtos de perfumaria e artigos de toucado, de produtos de limpeza e de

higiene pessoal e doméstica, de produtos cosméticos e de uso pessoal; (m) importação e exportação, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, e “l” do objeto social da Companhia; (n) industrialização, locação e vendas de máquinas e equipamentos em geral e a montagem de painéis elétricos, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia e na medida do necessário para exercê-las, não podendo esta atividade representar mais que 0,5% do faturamento anual da Companhia; (o) comércio de produtos químicos, desde que relacionados às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia; (p) industrialização, comercialização, importação e exportação de plásticos, produtos de matérias plásticas, sucatas em geral, fertilizantes corretivos, adubos orgânicos e minerais para agricultura, retirada e tratamento biológico de resíduos orgânicos, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia e na medida do necessário para exercê-las; (q) estamparia, fabricação de latas, preparação de bobinas de aço (flandres e cromada) e envernizamento de folhas de aço, desde que relacionadas às atividades constantes das alíneas “b”, “i”, “d”, “j”, “k”, “l” e “m” do objeto social da Companhia; (r) depósito fechado;, (s) armazéns gerais, de acordo com Decreto Federal n° 1.102, de 21 de novembro de 1903, para guarda e conservação de mercadorias perecíveis de terceiros; e (t) transporte rodoviário de cargas em geral, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional.

Parágrafo Único. A Companhia poderá explorar outros ramos que tenham afinidade com o objeto expresso no artigo 3º, bem como participar de outras sociedades, no País ou no exterior.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL

Artigo 5° - O capital social é de R$ 16.483.544.165,08 (dezesseis bilhões, quatrocentos e oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos), dividido em 2.367.471.476 (dois bilhões, trezentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Artigo 6º. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 3.000.000.000 (três bilhões) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º. Dentro do limite autorizado neste artigo, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária.

O Conselho de Administração fixará o número, preço, e prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

§ 2º. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

§ 3º. Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembléia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

§ 4º. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 7º. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Artigo 8º. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") designada pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

Parágrafo Único. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

CAPÍTULO III
ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 10. A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") ou deste Estatuto Social.

§ 1º. A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 2º. As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, observado o disposto no artigo 52, § 1º, deste Estatuto Social.

§ 3º. A Assembléia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta, ou a saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 4º. A Assembléia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

§ 5º. Nas Assembléias Gerais, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembléia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

§ 6º. As atas de Assembléia deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembléias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 11. A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembléia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

Artigo 12. Compete à Assembléia Geral, além das atribuições previstas em lei:

I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

II. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

III. reformar o Estatuto Social;

IV. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

V. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

VI. aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;

VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

VIII. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

IX. deliberar a saída do Novo Mercado ("**Novo Mercado**") da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("**BOVESPA**"), nas hipóteses previstas no artigo 48 deste Estatuto Social;

X. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

XI. escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e

XII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

§ 1º. A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 2º. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 14. A Assembléia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.

Artigo 15. Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes.

Parágrafo Único. Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 16. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. Na Assembléia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

§ 2º. No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido no § 3º deste artigo. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 3º. Para os fins deste artigo, o termo "**Conselheiro Independente**" significa o Conselheiro que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador (conforme definido no artigo 43, § 1º deste Estatuto Social), cônjuge ou parente até segundo grau daquele, não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a Companhia ou a entidade relacionada ao Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito nos termos do artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações. A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembléia geral que o eleger.

§ 4º. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

§ 5º. A Assembléia Geral poderá eleger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração.

§ 6º. O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

§ 7º. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares

sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 17. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.

§ 1º. O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembléias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembléias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro conselheiro, diretor ou acionista para presidir os trabalhos.

§ 2º. Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros.

§ 3º. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Artigo 18. O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ao menos uma vez por trimestre, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer outro membro, por escrito, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela Reunião, se houver. Qualquer Conselheiro poderá, através de solicitação escrita ao Presidente, incluir itens na ordem do dia. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião trimestral; e (ii) em reuniões especiais, a qualquer tempo, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer outro membro, por escrito, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada, objetivos da reunião e documentos a serem considerados, se houver. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia das reuniões especiais. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.

§ 1º. As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue a cada membro do Conselho de Administração com pelo menos 15 (quinze) dias úteis de antecedência, a menos que a maioria dos seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, sendo que uma cópia da referida ata será entregue a cada um dos membros após a reunião.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social:

I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II. eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições;

III. fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembléia Geral;

IV. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

V. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

VI. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembléia Geral;

VII. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetido à Assembléia Geral para fins de retenção de lucros;

VIII. deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

IX. submeter à Assembléia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços

semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

X. apresentar à Assembléia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

XI. apresentar à Assembléia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o fechamento de plantas industriais, no País ou no exterior;

XII. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembléia Geral; aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia;

XIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;

XIV. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, como previsto no § 2º do artigo 6º deste Estatuto Social;

XV. outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembléia Geral;

XVI. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

XVII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

XVIII. deliberar, por delegação da Assembléia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures;

XIX. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “commercial papers”, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

XX. estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação;

XXI. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

XXII. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

XXIII. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

XXIV. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

XXV. aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e empresas ligadas (conforme definição constante do Regulamento do Imposto de Renda) aos administradores, sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio;

XXVI. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

XXVII. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor, do que se lavrará ata no livro próprio;

XXVIII. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

XXIX. aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários da Companhia;

XXX. definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no artigo 52 deste Estatuto Social;

XXXI. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;

XXXII. instituir Comitês e estabelecer os respectivos regimentos e competências; e

XXXIII. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento.

Seção III - Diretoria

Artigo 20. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, os quais serão designados Diretor Presidente, Diretor Executivo de Operações, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Jurídico e os demais Diretores sem designação

específica. Os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relação com Investidores são de preenchimento obrigatório. Os diretores terão prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, considerando-se ano o período compreendido entre 3 (três) Assembléias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§1º. Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição de Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembléia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

§2º. Nos casos de renúncia ou destituição do Diretor Presidente, ou, em se tratando do Diretor de Relações com Investidores, quando tal fato implicar na não observância do número mínimo de Diretores, o Conselho de Administração será convocado para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.

§ 3º. No caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Executivo de Operações ou, na falta deste, pelos Diretores de Finanças, de Relações com Investidores e Jurídico, agindo em conjunto de dois.

Artigo 21. Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) supervisionar a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios, e do plano plurianual; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área contábil e todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior; (v) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembléias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 22. Compete ao Diretor Executivo de Operações: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas comercial, logística, industrial, administrativa e de recursos humanos; (ii) dirigir e orientar a elaboração do plano de negócios e o plano plurianual da Companhia; (iii) dirigir e orientar a realização de análises de mercado e da política da qualidade da empresa, e a implantação de normas, métodos e rotinas operacionais; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 23. Compete ao Diretor de Finanças: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de finanças da Companhia; (ii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual e do

orçamento de capital; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos, bem como as políticas de *hedge* pré-definidas pelo Diretor Presidente; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 24. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de relações com investidores da Companhia; (ii) representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 25. Compete ao Diretor Jurídico: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área jurídica da Companhia; (ii) planejar, propor e implantar políticas e atuações da Companhia em matéria jurídica; (iii) supervisionar e coordenar os serviços jurídicos da Companhia; (iv) opinar sobre a contratação de advogados externos; (v) representar, isoladamente, a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, e entidades e sociedades privadas; e (vi) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 26. Compete aos Diretores sem designação específica, se eleitos auxiliar o Diretor Presidente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Artigo 27. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixado pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 deste Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

II. elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

III. propor, ao Conselho de Administração, o orçamentos anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente;

IV. deliberar sobre a instalação e o fechamento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer ponto do País ou do exterior; e

V. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração.

Artigo 28. A Diretoria se reúne validamente com a presença dos 2 (dois) Diretores, sendo um deles sempre o Diretor Presidente, e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes, sendo atribuído ao Diretor Presidente o voto de qualidade no caso de empate na votação.

Artigo 29. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião.

Artigo 30. As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

Artigo 31. Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes.

Artigo 32. A Companhia será sempre representada, em todos os atos, (i) pela assinatura isolada do Diretor Presidente; ou (ii) pela assinatura de um ou mais procuradores especialmente nomeados para tanto de acordo com o §1° abaixo.

§ 1º. Todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente individualmente, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicia,* caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.

§ 2º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Artigo 33. O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei.

Artigo 34. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

§ 3º. A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 4º. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente por ordem de idade a começar pelo mais idoso.

§ 5º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembléia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 35. O Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

§ 1º. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

§ 2º. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

§ 3º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

Artigo 36. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VI
DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

Artigo 37. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Artigo 38. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembléia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o disposto no § 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução:

(a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) Do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência conforme determinado nas letras (a) e (b) acima, uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento);

(d) No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da letra (c) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e

(e) Os lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias serão destinados à formação de reserva para expansão, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

§ 1º. A Assembléia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

§ 2º. A distribuição da participação nos lucros em favor dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria somente poderá ocorrer nos exercícios em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Artigo 39. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembléia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

§ 1º. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

§ 2º. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

Artigo 40. A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

(a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;

(b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e

(c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 41. A Assembléia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 42. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII
ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA, SAÍDA DO NOVO MERCADO E PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA

Seção I - Definições

Artigo 43. Para fins deste Capítulo VII, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"**Acionista Controlador**" significa o acionista ou o grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob Controle comum que exerça o Poder de Controle da Companhia.

"**Acionista Controlador Alienante**" significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação do Controle da Companhia.

"**Ações de Controle**" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

"**Ações em Circulação**" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

"**Alienação de Controle da Companhia**" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

"**Comprador**" significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere o Poder de Controle da Companhia.

"**Controle Difuso**" significa o Poder de Controle exercido por acionista detentor de menos de 50% (cinqüenta por cento) do capital social. Significa, ainda, o Poder de Controle quando exercido por grupo de acionistas detentores de percentual superior a 50% do capital social, em que cada acionista detenha individualmente menos de 50% do capital social e desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos, não estejam sob controle comum e nem atuem representando um interesse comum.

"**Poder de Controle**" ou "**Controle**" significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob Controle comum (grupo de Controle) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembléias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"**Valor Econômico***"* significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Seção II – Alienação do Controle da Companhia

Artigo 44. A Alienação do Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

§ 1º. O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o Comprador, enquanto este não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§ 2º. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, que será imediatamente enviado à BOVESPA.

§ 3º. Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência referido no § 2º deste artigo, que será imediatamente enviado à BOVESPA.

Artigo 45. A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; ou

II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 46. Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

I. efetivar a oferta pública referida no artigo 44 deste Estatuto Social;

II. ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da Alienação do Controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pela variação positiva do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

III. tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subseqüentes à aquisição do Controle.

Seção III – Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 47. Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada, obrigatoriamente, pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 52 deste Estatuto Social.

Artigo 48. Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem (i) a saída da Companhia do Novo Mercado para que suas ações passem a ter registro fora do Novo Mercado ou (ii) a reorganização societária da qual as ações da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 52 deste Estatuto Social, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública de aquisição de ações deverá ser comunicada à BOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembléia Geral da Companhia que houver aprovado referida saída ou reorganização, conforme o caso.

Artigo 49. Na hipótese de haver o Controle Difuso:

I. sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública;

II. sempre que for aprovada, em Assembléia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária conforme previsto no artigo 48 deste Estatuto Social, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembléia Geral.

Artigo 50. Na hipótese de haver o Controle Difuso e a BOVESPA determinar que as cotações dos valores mobiliários de emissão da Companhia sejam divulgadas em separado ou que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembléia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

§ 1º. Caso a Assembléia Geral Extraordinária referida no *caput* deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

§ 2º. O novo Conselho de Administração eleito na Assembléia Geral Extraordinária referida no *caput* e no § 1º deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela BOVESPA para esse fim, o que for menor.

Artigo 51. Na hipótese de haver o Controle Difuso e a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (i) caso o descumprimento decorra de deliberação em Assembléia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento e (ii) caso o descumprimento decorra de ato ou fato da administração, a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Caso seja deliberada, em assembléia geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Artigo 52. O laudo de avaliação das ofertas de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, ou de saída da Companhia do Novo Mercado, deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como do poder de decisão destes, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo 8º.

§ 1º. A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, ou de saída da Companhia do Novo Mercado, é de competência da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco. A assembléia prevista neste § 1º, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 2º. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações, conforme o caso.

Seção IV - Proteção da Dispersão da Base Acionária

Artigo 53. Qualquer Acionista Adquirente (conforme definido no § 11 deste artigo 53), que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do seu capital social deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BOVESPA e os termos deste artigo. O Acionista Adquirente deverá solicitar o registro da referida oferta no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em direitos em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

§ 1º. A oferta pública de aquisição de ações deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no § 2º deste artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta de ações de emissão da Companhia.

§ 2º. O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do preço de emissão de ações verificado em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrida no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição de ações nos termos deste artigo 52, valor esse que deverá ser devidamente atualizado pelo IPCA desde a data de emissão de ações para aumento de capital da Companhia até o momento de liquidação financeira da oferta pública de

aquisição de ações nos termos deste artigo 52; e (iii) 135% (cento e trinta e cinco por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da oferta, ponderada pelo volume de negociação na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 135% (cento e trinta e cinco por cento) do preço unitário mais alto pago pelo Acionista Adquirente, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia. Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação na Companhia na oferta que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da oferta prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

§ 3º. A realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§ 4º. O Acionista Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à oferta pública de aquisição de ações, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

§ 5º. Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, até mesmo no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública de aquisição de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

§ 6º. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembléia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com

experiência comprovada em avaliação de companhias abertas. Ainda, o disposto neste artigo não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores na data de eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após tal Assembléia Geral.

§ 7º. Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

§ 8º. A Assembléia Geral poderá dispensar o Acionista Adquirente da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista neste artigo 53, caso seja do interesse da Companhia.

§ 9º. Os acionistas titulares de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações de emissão da Companhia poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem assembléia especial de acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do preço da aquisição, cujo laudo de avaliação deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido no artigo 52, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da BOVESPA e nos termos deste Capítulo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

§ 10. Caso a assembléia especial referida acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da oferta pública para a aquisição de ações, poderá o Comprador dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos artigos 23 e 24 da Instrução CVM 361/02, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 (três) meses contados da data da mesma assembléia especial.

§ 11. Para fins deste artigo, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

> "**Acionista Adquirente**" significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas.
>
> "**Grupo de Acionistas**" significa o conjunto de 2 (dois) ou mais acionistas da Sociedade: (i) que sejam partes de acordo de voto; (ii) se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos

demais; (iii) que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou (iv) que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e trusts, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não. No caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como um Grupo de Acionistas aqueles cuja política de investimentos e de exercício de votos em Assembléias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

Seção V - Disposições Comuns

Artigo 54. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII deste Estatuto Social, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação aplicável.

Parágrafo Único. Não obstante o previsto neste artigo e nos artigos 53 e 55 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas em referidos artigos.

Artigo 55. A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação das ofertas públicas de aquisição de ações previstas neste Capítulo VII deste Estatuto, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VIII
JUÍZO ARBITRAL

Artigo 56. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no

Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BOVESPA, neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

§ 2º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no procedimento de Arbitragem Ordinária prevista no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

CAPÍTULO IX
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 57. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembléia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 58. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembléia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 59. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembléia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

Artigo 60. A Companhia deverá disponibilizar aos seus acionistas e a terceiros, em sua sede, os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

Artigo 61. As disposições contidas no Capítulo VII, bem como as regras referentes ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado constantes do artigo 13, § 1º, *in fine*, e do artigo 34, § 3º deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de eficácia da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado.

Artigo 62. Não havendo disposição no Regulamento de Listagem do Novo Mercado relativa à oferta pública de aquisição de ações na hipótese do Poder de Controle Difuso, conforme definido no artigo 43 deste Estatuto Social, prevalecem as regras dos artigos 49, 50 e 51 deste Estatuto Social elaboradas em conformidade com o item 14.4 do referido Regulamento.

Artigo 63. Fica vedado à Companhia e qualquer uma de suas subsidiárias, sejam elas diretas ou indiretas, vender quaisquer contratos de opções (direta ou indiretamente), ou ainda firmar contratos de opção em que figure como lançador, com exceção das sociedades que possuam tal atividade em seu objeto social. São definidas como opções de compra (*calls*) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de comprar o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço; e como opções de venda (*puts*) aquelas que proporcionam ao seu titular o direito de vender o ativo objeto em uma determinada data por um determinado preço. Para efeitos desse artigo serão considerados contratos de opção aqueles que direta ou indiretamente, de forma expressa ou implícita, proporcionem qualquer vantagem à Companhia em contrapartida a uma volatilidade do mercado, ou seja, quando há risco de oscilação do preço do ativo objeto do contrato. Dentre as quais, mas não se limitando a estas, quaisquer operações nas quais o ativo objeto do contrato ficar condicionado à taxa do dólar, preço do ouro, de commodities, títulos públicos, variação cambial e variação de juros.

Artigo 64. Para atender ao disposto no Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008, a Companhia contará, em caráter provisório, com um Comitê Especial Independente constituído, única e exclusivamente, para analisar as condições da operação societária consistente na incorporação de ações de emissão da Bertin S.A. pela Companhia e submeter suas recomendações ao Conselho de Administração da Companhia, observadas as orientações previstas no referido Parecer de Orientação.

§ 1º. O Comitê Especial Independente será formado por 3 membros, eleitos pelo Conselho de Administração, todos independentes e não-administradores da Companhia, os quais deverão ter notória experiência e capacidade técnica e estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores, nos termos do artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações.

§ 2º. Será presumida a independência dos membros do Comitê Especial Independente aqueles atendam à definição de "conselheiro independente" prevista no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo.

§ 3º. O Comitê Especial Independente não terá funções executivas ou caráter deliberativo e seus pareceres, propostas ou recomendações serão encaminhadas ao Conselho de Administração para deliberação.

§ 4º. Caberá ao Conselho de Administração fixar a remuneração dos membros integrantes do Comitê Especial Independente."

* * *

"Certifico que a presente é a redação consolidada do Estatuto Social da JBS S.A., aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2009."

São Paulo, SP, 29 de dezembro de 2009

_____

Henry Sérgio Sztutman - Secretário

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de março de 2010, aprovando a Oferta

(página intencionalmente deixada em branco)

JUCESP PROTOCOLO
0.211.923/10-2

JBS S.A.
CNPJ nº 02.916.265/0001-60
NIRE 35.300.330.587
Companhia Aberta de Capital Autorizado

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010

Data, Hora e Local: 11 de março de 2010, às 10:00 horas, no escritório administrativo da JBS S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100.

Presença: Compareceram à Reunião todos os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Convocação: Dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme facultam a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e o Estatuto Social da Companhia.

Composição da Mesa: Presidente: Joesley Mendonça Batista; e Secretário: Francisco de Assis e Silva.

Ordem do Dia:

(a) aprovar a realização de uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Pública"), a ser realizada no Brasil, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e ainda com esforços de colocação das ações no exterior;

(b) aprovar o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal objeto da Oferta Pública, bem como estabelecer os direitos que tais ações garantirão a seus titulares e a forma de integralização;

(c) aprovar a destinação dos recursos a serem obtidos mediante o aumento de capital pela Companhia, no âmbito da Oferta Pública;

(d) aprovar o teor do Formulário de Referência, do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Confidential Offering Memoranda* a serem utilizados na Oferta Pública; e

(e) autorizar a Diretoria a tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários ou convenientes à consecução da Oferta Pública, bem como ratificar todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Oferta Pública.

Deliberações Tomadas:

(a) Foi aprovada a realização da Oferta Pública, com a distribuição primária e secundária de ações de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil e no exterior, com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das S.A., dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, nos seguintes termos principais:

(1) A Oferta Pública será realizada por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471, e compreenderá a distribuição pública das ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), em conjunto com o Banco J.P. Morgan S.A. ("JP Morgan"), o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o BB Banco de Investimento S.A. ("BB BI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o JP Morgan, o Santander e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta") e com a participação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e determinadas corretoras consorciadas, incluindo esforços de colocação das ações no exterior, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e

domiciliados nos Estados Unidos da América, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, tal como alterado, com base em isenções de registro previstas no *Securities Act*, e para investidores nos demais países (exceto Estados Unidos da América e Brasil), com base no Regulamento S, editado ao amparo do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável. Não foi e nem será realizado nenhum registro da Oferta Pública ou das ações de emissão da Companhia na *Securities and Exchange Commision* ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil.

(2) Os esforços de colocação das ações no exterior serão realizados pelo BTG Capital Corp, J.P. Morgan Securities, Inc., Santander Investment Securities Inc., BB Investimentos, Inc. e Bradesco Securities Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), na qualidade de agentes dos Coordenadores da Oferta. A quantidade total de ações inicialmente ofertadas na Oferta Pública poderá ser acrescida de uma quantidade de novas ações da Companhia ("Ações Suplementares") equivalente a até 15% das ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e preços das ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta Pública ("Opção de Ações Suplementares"). No mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) da totalidade das ações objeto da Oferta Pública, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, será distribuída prioritariamente junto a investidores não-institucionais ("Oferta de Varejo"). Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, a quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo poderá ser aumentada até o montante máximo de 20% (vinte por cento) das ações objeto da Oferta Pública, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares ("Ações Adicionais"), nas mesmas condições e preços das ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, para que os pedidos excedentes dos investidores não-institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos ("Opção de Ações Adicionais").

(3) O preço por ação no contexto da Oferta Pública ("Preço por Ação") será fixado após (i) a efetivação dos pedidos de reserva de ações no respectivo período de reserva; e (ii) a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções

de investimento a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"), em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das S.A. As demais características da Oferta Pública constarão do Formulário de Referência da Companhia, bem como do suplemento de emissão, o "Prospecto Preliminar de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A." ("Prospecto Preliminar") e do *Preliminary Confidential Offering Memoranda*.

(4) Nos termos do inciso III do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das S.A., a escolha do critério para determinação do Preço por Ação encontra-se justificado pelo fato de que o Preço por Ação não promove a diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e de que as ações serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das ações será aferido com base (i) na cotação de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA; e (ii) na realização do Procedimento de *Bookbuilding*, que reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentarão suas ordens de subscrição e/ou aquisição no contexto da Oferta Pública. Os investidores não-institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão do processo da fixação do Preço por Ação.

(b) Foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado da Companhia, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 172 da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão para subscrição pública de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, a serem objeto da Oferta Pública. Tais ações terão os mesmo direito conferidos às demais ações ordinárias da Companhia, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável, garantindo a seus titulares a atribuição de dividendos e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta Pública ("Data de Liquidação"). As ações da Oferta Pública deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Liquidação, a qual poderá ser prorrogada respeitado o limite de 6 (seis) meses fixado no artigo 18 da Instrução CVM 400. O preço de emissão das ações da Oferta Pública e sua justificativa, bem como a destinação dos recursos à conta de capital social e à conta de reserva de capital serão fixados posteriormente pelo Conselho de Administração, em reunião a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A efetiva

homologação do aumento do capital da Companhia, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas na subscrição de ações, e o Preço por Ação serão autorizados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da concessão do registro da Oferta Pública pela CVM, cuja ata será publicada nos veículos acima mencionados na data de publicação do anúncio de início.

(c) Foi aprovada a utilização dos recursos a serem obtidos mediante o aumento de capital pela Companhia no âmbito da Oferta Pública, conforme descrito na seção "Destinação dos Recursos" do Prospecto Preliminar.

(d) O Conselho de Administração aprovou o inteiro teor do Formulário de Referência, do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Confidential Offering Memoranda* a serem utilizados na Oferta Pública.

(e) O Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a, desde já, e observada a forma de representação da Companhia, tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários ou convenientes à consecução da Oferta Pública, em especial dos poderes de representação da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o Banco Central do Brasil, a BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, podendo praticar quaisquer atos perante essas e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta Pública. O Conselho de Administração também ratificou todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Oferta Pública.

(f) Um Conselheiro se absteve de votar.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual, após lida, foi aprovada por todos os membros presentes, conforme assinaturas enviadas por fac-símile nesta data.

Local e Data: São Paulo, SP, 11 de março de 2010. **Mesa:** Presidente: Joesley Mendonça Batista; e Secretário: Francisco de Assis e Silva. **Conselheiros Presentes:** José Batista Sobrinho; José Batista Junior; Joesley Mendonça Batista; Wesley Mendonça Batista; Marcus Vinicius Pratini de Moraes; Wagner Pinheiro de Oliveira; Natalino Bertin.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no respectivo livro.

São Paulo, SP, 11 de março de 2010.

Francisco de Assis e Silva
Secretário

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 97.088/10-9
KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de março de 2010, aprovando a Oferta

(página intencionalmente deixada em branco)

JUCESP
06 04 10

JUCESP PROTOCOLO
0.267.975/10-7

JBS S.A.
CNPJ nº 02.916.265/0001-60
NIRE 35.300.330.587
Companhia Aberta de Capital Autorizado

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2010

Data, Hora e Local: 29 de março de 2010, às 10:00 horas, no escritório administrativo da JBS S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100.

Presença: Compareceram à Reunião todos os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Convocação: Dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme facultam a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e o Estatuto Social da Companhia.

Composição da Mesa: Presidente: Joesley Mendonça Batista; e Secretário: Francisco de Assis e Silva.

Ordem do Dia:

(a) aprovar a realização de uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Pública"), a ser realizada no Brasil, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e ainda com esforços de colocação das ações no exterior;

(b) aprovar o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias, nominativas,

JUCESP
06 04 10

escriturais e sem valor nominal objeto da Oferta Pública, bem como estabelecer os direitos que tais ações garantirão a seus titulares e a forma de integralização;

(c) aprovar a destinação dos recursos a serem obtidos mediante o aumento de capital pela Companhia, no âmbito da Oferta Pública;

(d) aprovar o teor do Formulário de Referência, do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Confidential Offering Memoranda* a serem utilizados na Oferta Pública; e

(e) autorizar a Diretoria a tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários ou convenientes à consecução da Oferta Pública, bem como ratificar todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Oferta Pública.

Deliberações Tomadas:

Tendo em vista (i) que o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11 de março de 2010, aprovou a realização de uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos e condições gerais constantes da respectiva ata; (ii) que também em 11 de março de 2010, a Companhia realizou protocolo junto à ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), solicitando a análise prévia do pedido de registro de tal distribuição pública de suas ações ordinárias; e (iii) que posteriormente decidiu-se que a oferta pública de ações teria distribuição apenas primária, os membros do Conselho de Administração decidiram aprovar e ratificar os termos gerais da Oferta Pública, já também ficando retificada, para todos os fins de direito, a deliberação tomada em referida reunião de 11 de março de 2010, nos seguintes termos:

(a) Foi aprovada a realização da Oferta Pública, com a distribuição primária de ações de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil e no exterior, com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das S.A., dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, nos seguintes termos principais:

JUCESP
06 04 10

(1) A Oferta Pública será realizada por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471, e compreenderá a distribuição pública das ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), em conjunto com o Banco J.P. Morgan S.A. ("JP Morgan"), o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o BB Banco de Investimento S.A. ("BB BI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o JP Morgan, o Santander e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta") e com a participação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e determinadas corretoras consorciadas, incluindo esforços de colocação das ações no exterior, para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, tal como alterado, com base em isenções de registro previstas no *Securities Act*, e para investidores nos demais países (exceto Estados Unidos da América e Brasil), com base no Regulamento S, editado ao amparo do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável. Não foi e nem será realizado nenhum registro da Oferta Pública ou das ações de emissão da Companhia na *Securities and Exchange Commision* ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil.

(2) Os esforços de colocação das ações no exterior serão realizados pelo BTG Capital Corp, J.P. Morgan Securities, Inc., Santander Investment Securities Inc., BB Investimentos, Inc. e Bradesco Securities Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), na qualidade de agentes dos Coordenadores da Oferta. A quantidade total de ações inicialmente ofertadas na Oferta Pública poderá ser acrescida de uma quantidade de novas ações da Companhia ("Ações Suplementares") equivalente a até 15% das ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e preços das ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta Pública ("Opção de Ações Suplementares"). No mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) da totalidade das ações objeto da Oferta Pública, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, será distribuída prioritariamente junto a investidores não-institucionais ("Oferta de Varejo").

JUCESP
05 04 10

Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, a quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo poderá ser aumentada até o montante máximo de 20% (vinte por cento) das ações objeto da Oferta Pública, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares ("Ações Adicionais"), nas mesmas condições e preços das ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, para que os pedidos excedentes dos investidores não-institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos ("Opção de Ações Adicionais").

(3) O preço por ação no contexto da Oferta Pública ("Preço por Ação") será fixado após (i) a efetivação dos pedidos de reserva de ações no respectivo período de reserva; e (ii) a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"), em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das S.A. As demais características da Oferta Pública constarão do Formulário de Referência da Companhia, bem como do suplemento de emissão, o "Prospecto Preliminar de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da JBS S.A." ("Prospecto Preliminar") e do *Preliminary Confidential Offering Memoranda*.

(4) Nos termos do inciso III do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das S.A., a escolha do critério para determinação do Preço por Ação encontra-se justificado pelo fato de que o Preço por Ação não promove a diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e de que as ações serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das ações será aferido com base (i) na cotação de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na BM&FBOVESPA; e (ii) na realização do Procedimento de *Bookbuilding*, que reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentarão suas ordens de subscrição e/ou aquisição no contexto da Oferta Pública. Os investidores não-institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão do processo da fixação do Preço por Ação.

(b) Foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado da Companhia, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 172 da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão para subscrição pública de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, a serem objeto da Oferta

JUCESP
06 04 10

Pública. Tais ações terão os mesmo direito conferidos às demais ações ordinárias da Companhia, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável, garantindo a seus titulares a atribuição de dividendos e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta Pública ("Data de Liquidação"). As ações da Oferta Pública deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Liquidação, a qual poderá ser prorrogada respeitado o limite de 6 (seis) meses fixado no artigo 18 da Instrução CVM 400. O preço de emissão das ações da Oferta Pública e sua justificativa, bem como a destinação dos recursos à conta de capital social e à conta de reserva de capital serão fixados posteriormente pelo Conselho de Administração, em reunião a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A efetiva homologação do aumento do capital da Companhia, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas na subscrição de ações, e o Preço por Ação serão autorizados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da concessão do registro da Oferta Pública pela CVM, cuja ata será publicada nos veículos acima mencionados na data de publicação do anúncio de início.

(c) Foi aprovada a utilização dos recursos a serem obtidos mediante o aumento de capital pela Companhia no âmbito da Oferta Pública, conforme descrito na seção "Destinação dos Recursos" do Prospecto Preliminar.

(d) O Conselho de Administração aprovou o inteiro teor do Formulário de Referência, do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Confidential Offering Memoranda* a serem utilizados na Oferta Pública.

(e) O Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a, desde já, e observada a forma de representação da Companhia, tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários ou convenientes à consecução da Oferta Pública, em especial dos poderes de representação da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o Banco Central do Brasil, a BM&FBOVESPA Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, podendo praticar quaisquer atos perante essas e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta Pública. O Conselho de Administração também ratificou todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Oferta Pública.

JUCESP
06 04 10

(f) Um Conselheiro se absteve de votar.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual, após lida, foi aprovada por todos os membros presentes, conforme assinaturas enviadas por fac-símile nesta data.

Local e Data: São Paulo, SP, 29 de março de 2010. **Mesa:** Presidente: Joesley Mendonça Batista; e Secretário: Francisco de Assis e Silva. **Conselheiros Presentes:** José Batista Sobrinho; José Batista Junior; Joesley Mendonça Batista; Wesley Mendonça Batista; Marcus Vinicius Pratini de Moraes; Wagner Pinheiro de Oliveira; Natalino Bertin.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no respectivo livro.

São Paulo, SP, 29 de março de 2010.

Francisco de Assis e Silva
Secretário

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 117.776/10-5
KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de abril de 2010, aprovando o preço de emissão das Ações e o aumento de capital da Companhia

(página intencionalmente deixada em branco)

JBS S.A.
CNPJ nº 02.916.265/0001-60
NIRE 35.300.330.587
Companhia Aberta de Capital Autorizado

Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em 27 de abril de 2010

Data, Hora e Local: 27 de abril de 2010, às 20:00 horas, no escritório administrativo da JBS S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100.

Presença: Compareceram à Reunião todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, estavam presentes os Srs. Divino Aparecido dos Santos, Florisvaldo Caetano de Oliveira, Hélio Ricardo Teixeira de Moura e Alexandre Seiji Yokaichiya, membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Convocação: Dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme facultam a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e o Estatuto Social da Companhia.

Composição da Mesa: Presidente: Joesley Mendonça Batista; e Secretário: Francisco de Assis e Silva.

Ordem do Dia e Deliberações Tomadas por Unanimidade:

Tendo em vista a oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e

desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Pública"), cujos termos e condições gerais foram aprovados/ratificados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 11.3.2010 e 29.3.2010, e que é ora aprovada pelos membros do Conselho Fiscal:

(a) Em face da conclusão, nesta data, do procedimento de coleta de intenções de investimento dos investidores institucionais (*bookbuilding*), realizado no contexto da Oferta Pública, sendo tais ações emitidas pela Companhia com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I da Lei das S.A., dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, foi aprovado o preço de emissão de R$ 8,00 (oito reais) por ação da Oferta Pública. O preço de emissão foi calculado com base no critério de valor de mercado, após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento dos investidores institucionais (*bookbuilding*), em consonância com as disposições do §1º, III, e §7º do artigo 170 da Lei das S.A. e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), o qual foi considerado como sendo o critério mais apropriado para determinar o preço justo das ações da Oferta Pública.

(b) Foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 172 da Lei das S.A., no montante de R$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), de forma que o capital social passa de R$ 16.483.544.165,08 (dezesseis bilhões, quatrocentos e oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) para R$ 18.083.544.165,08 (dezoito bilhões, oitenta e três milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco reais e oito centavos) mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) de novas ações ordinárias, emitidas no âmbito da Oferta Pública. O capital social subscrito passa a ser representado por 2.567.471.476 (dois bilhões, quinhentos e sessenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentas e setenta e seis) ações

ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações ora emitidas terão os mesmos direitos conferidos às ações de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável, garantindo a seus titulares a atribuição de dividendos e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta Pública, que deverá ocorrer até 3 de maio de 2010 ("Data de Liquidação"). As ações da Oferta Pública deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Liquidação, a qual poderá ser prorrogada respeitando o limite de 6 (seis) meses fixado no artigo 18 da Instrução CVM 400.

(c) Foi aprovado o inteiro teor do Formulário de Referência, bem como do suplemento de emissão, o Prospecto Definitivo, e do *Confidential Offering Memoranda* a serem utilizados na Oferta Pública.

(d) Um Conselheiro se absteve de votar.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual, após lida, foi aprovada por todos os membros presentes, conforme assinaturas enviadas por fac-símile nesta data.

Local e Data: São Paulo, SP, 27 de abril de 2010. **Mesa:** Presidente: Joesley Mendonça Batista; e Secretário: Francisco de Assis e Silva. **Conselheiros Presentes:** José Batista Sobrinho; José Batista Junior; Joesley Mendonça Batista; Wesley Mendonça Batista; Marcus Vinicius Pratini de Moraes; Wagner Pinheiro de Oliveira; Natalino Bertin. **Membros do Conselho Fiscal Presentes**: Divino Aparecido dos Santos, Florisvaldo Caetano de Oliveira, Hélio Ricardo Teixeira de Moura e Alexandre Seiji Yokaichiya.

[Página de assinatura da ata da reunião do Conselho de Administração da JBS S.A. realizada em 27 de abril de 2010.]

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no respectivo livro. São Paulo, SP, 27 de abril de 2010.

Francisco de Assis e Silva
Secretário

Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(página intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

JBS S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.391, 2º andar, conjunto 22, sala 2, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.916.265/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia"), vem, pela presente, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e distribuição das ações de sua emissão no âmbito da Oferta;

(ii) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta, inclusive aquelas que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo (conforme definidos abaixo) são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o prospecto preliminar de distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da JBS S.A. ("Prospecto Preliminar") contém e o prospecto definitivo de distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da JBS S.A. ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 29 de março de 2010

JBS S.A.

Nome: Joesley Mendonça Batista
Cargo: RG: 967.397 SSP/DF
CPF: 376.842.211/91
Diretor Presidente

Nome: Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Cargo: Diretor de Relações com Investidores
CPF: 012.266.188-55

(página intencionalmente deixada em branco)

Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(página intencionalmente deixada em branco)

BTG PACTUAL

DECLARAÇÃO

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 8º a 10º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada em conformidade com seu Estatuto Social, na qualidade de instituição líder ("Coordenador Líder") da oferta pública primária de ações ordinárias de emissão da JBS S.A. ("Oferta" e "Companhia", respectivamente) vem, pela presente, para tal fim e efeito, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução nº 400 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"):

Considerando que:

(i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) em razão da realização da Oferta, está sendo efetuada diligência jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 2 de março de 2010, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações de Emissão da JBS S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA N° 12, com relação ao Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações de Emissão da JBS S.A. ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;

(iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia, os quais os mesmos confirmam ter disponibilizado; e

(vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

I - as informações prestadas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e

II - as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O Coordenador Líder ainda declara que:

III - o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 29 de março de 2010.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Nome: Iuri Rapoport
Cargo: Diretor

Nome: Oswaldo de Assis Filho
Cargo: Diretor

SP - 091090-00040 - 4560128v1

BTG Pactual Depto. Jurídico

(página intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007e respectivo parecer da Terco Grant Thornton Auditores Independentes S/S

(página intencionalmente deixada em branco)

JBS S.A.
Demonstrações contábeis acompanhadas do Parecer dos auditores independentes

31 de dezembro de 2007

Parecer dos Auditores Independentes

Aos administradores e acionistas da JBS S.A.:

1. Examinamos os balanços patrimoniais (individual e consolidado) da JBS S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e as correspondentes demonstrações (individual e consolidada) do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da controlada indireta Swift-Armour Sociedade Anónima Argentina, foram examinadas por outros auditores independentes, cujos pareceres datados de 25 de janeiro de 2008 e 19 de janeiro de 2007, expressam uma opinião sem ressalvas. Destacamos que as demonstrações contábeis da JBS USA (antiga Swift Foods Company) contemplam suas atividades operacionais a partir de 11 de julho de 2007, ocasião que a JBS S.A adquiriu o seu controle societário.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Companhias; a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das Companhias, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e na opinião de outros auditores independentes conforme mencionado no parágrafo 1, as demonstrações contábeis referidas no mesmo parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da JBS S.A. e empresas controladas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo principal de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1. As demonstrações do dos fluxos de caixa anexa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são apresentadas para propiciar informações suplementares sobre as Companhias e não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Conforme comentado na Nota Explicativa nº. 25, a aplicação antecipada dos procedimentos para reconhecimento das variações cambiais de investimentos mantidos no exterior, conforme disposto no Pronunciamento Técnico nº. 2 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, com aplicação prevista para exercícios encerrados a partir de dezembro de 2008, consoante Deliberação CVM 534 resultaria em efeito relevante no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

São Paulo, 10 de março de 2008

Terco Grant Thornton

Auditores Independentes
CRC 2 SP 018.196/O-8

Luiz Cláudio Fontes
Sócio-contador
CRC 1RJ032470/O-9 'T' SP

JBS S.A.

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ATIVO				
CIRCULANTE				
Disponibilidades	**109,221**	54,375	**323,709**	68,629
Aplicações financeiras (Nota 5)	**760,563**	145,346	**1,057,994**	192,442
Contas a receber de clientes (Nota 6)	**444,218**	665,782	**1,236,148**	692,819
Estoques (Nota 7)	**604,225**	563,935	**1,511,595**	657,504
Impostos a recuperar (Nota 8)	**351,677**	424,941	**482,918**	567,264
Despesas antecipadas	**4,388**	1,936	**44,468**	2,956
Outros ativos circulantes	**30,612**	43,494	**102,910**	68,938
TOTAL DO CIRCULANTE	**2,304,904**	**1,899,809**	**4,759,742**	**2,250,552**
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Créditos com empresas ligadas (Nota 9)	**60,306**	67,523	**17,461**	-
Depósitos, cauções e outros	**8,249**	4,742	**41,443**	5,626
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	**16,251**	16,050	**23,758**	23,492
Impostos a recuperar (Nota 8)	**31,442**	24,129	**44,205**	34,752
Total do Realizável a Longo Prazo	**116,248**	**112,444**	**126,867**	**63,870**
Permanente				
Adiantamento para futuro aumento de capital	**-**	35,051	**-**	-
Investimentos em controladas (Nota 10)	**2,149,919**	367,822	**829,975**	-
Outros investimentos	**10**	10	**10**	10
Imobilizado (Nota 11)	**1,328,015**	899,176	**2,536,098**	1,125,218
Intangível	**9,615**	9,615	**195,513**	25,187
Total do Permanente	**3,487,559**	**1,311,674**	**3,561,596**	**1,150,415**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**3,603,807**	**1,424,118**	**3,688,463**	**1,214,285**
TOTAL DO ATIVO	**5,908,711**	**3,323,927**	**8,448,205**	**3,464,837**

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores (Nota 12)	**355,510**	271,460	**1,099,385**	309,294
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	**858,975**	579,128	**2,384,836**	653,638
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais (Nota 14)	**93,158**	73,142	**203,613**	84,447
Dividendos declarados (Nota 15)	**17,465**	-	**17,465**	-
Outros passivos circulantes	**50,294**	41,545	**70,536**	51,886
TOTAL DO CIRCULANTE	**1,375,402**	**965,275**	**3,775,835**	**1,099,265**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	**1,341,313**	2,039,977	**1,364,800**	2,039,977
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	**59,642**	62,665	**99,755**	62,665
Provisão para contingências (Nota 16)	**45,979**	47,207	**55,681**	53,005
Outros passivos não circulantes	**31,787**	25,758	**101,702**	26,471
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**1,478,721**	**2,175,607**	**1,621,938**	**2,182,118**
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	**-**	**-**	**(4,156)**	**409**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)				
Capital social	**1,945,581**	52,524	**1,945,581**	52,524
Reserva de capital	**985,664**	-	**985,664**	-
Reserva de reavaliação	**123,343**	130,521	**123,343**	130,521
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3,054,588**	**183,045**	**3,054,588**	**183,045**
TOTAL DO PASSIVO	**5,908,711**	**3,323,927**	**8,448,205**	**3,464,837**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	**2,118,600**	2,069,887	**8,974,879**	2,244,856
Mercado externo	**2,321,456**	2,264,048	**5,752,224**	2,504,195
	4,440,056	**4,333,935**	**14,727,103**	**4,749,051**
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	**(191,932)**	(105,629)	**(273,556)**	(139,799)
Impostos sobre as vendas	**(252,282)**	(272,097)	**(311,976)**	(307,570)
	(444,214)	**(377,726)**	**(585,532)**	**(447,369)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3,995,842**	**3,956,209**	**14,141,571**	**4,301,682**
Custo dos produtos vendidos	**(2,915,674)**	(3,028,650)	**(12,609,093)**	(3,248,543)
LUCRO BRUTO	**1,080,168**	**927,559**	**1,532,478**	**1,053,139**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Administrativas e gerais	**(74,188)**	(107,792)	**(275,594)**	(154,387)
Com vendas	**(374,469)**	(404,271)	**(786,630)**	(437,857)
Resultado financeiro líquido (Nota 19)	**(276,283)**	(279,297)	**(403,113)**	(247,145)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	**(276,591)**	69,804	**-**	-
Amortização de ágio de investimentos	**(74,824)**	-	**(74,853)**	-
Despesas extraordinárias (Nota 20)	**(67,082)**	-	**(67,082)**	-
	(1,143,437)	**(721,556)**	**(1,607,272)**	**(839,389)**
RESULTADO OPERACIONAL	**(63,269)**	**206,003**	**(74,794)**	**213,750**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**(171)**	(791)	**11,206**	(2,569)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(63,440)**	**205,212**	**(63,588)**	**211,181**
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(101,793)**	(62,384)	**(107,104)**	(72,997)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**201**	16,050	**2,201**	19,482
	(101,592)	**(46,334)**	**(104,903)**	**(53,515)**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	**(165,032)**	**158,878**	**(168,491)**	**157,666**
Participação minoritária no resultado de controladas	**-**	-	**3,459**	1,212
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**(165,032)**	**158,878**	**(165,032)**	**158,878**
Prejuízo por lote de mil ações no final do exercício - em reais	**(153.18)**	**3.02**		
Demonstração da apuração do indicador EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)				
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	**(63,440)**	205,212	**(63,588)**	211,181
Resultado financeiro líquido (Nota 19)	**276,283**	279,297	**403,113**	247,145
Depreciação e amortização	**56,626**	66,775	**120,807**	86,916
Resultado não operacional	**171**	791	**(11,206)**	2,569
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	**276,591**	(69,804)	**-**	-
Despesas extraordinárias (Nota 20)	**67,082**	-	**67,082**	-
Amortização de ágio de investimentos	**74,824**	-	**74,853**	-
VALOR EBITDA	**688,137**	**482,271**	**591,061**	**547,811**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital Ágio	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	**7,500**	**-**	**16,627**	**370,925**	**395,052**
Distribuição de lucros acumulados	-	-	-	(11,182)	(11,182)
Aumento de capital	40,977	-	-	-	40,977
Aumento de capital por incorporação	508,135	-	-	-	508,135
Constituição de reserva de reavaliação	-	-	116,165	-	116,165
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(2,271)	2,271	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	158,878	158,878
Destinação do resultado:					
. Capitalização de lucros acumulados	520,892	-	-	(520,892)	-
Cisão parcial	(1,024,980)	-	-	-	(1,024,980)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	**52,524**	**-**	**130,521**	**-**	**183,045**
Aumento de capital	1,893,057	-	-	-	1,893,057
Ágio na emissão de ações	-	1,160,983	-	-	1,160,983
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(7,178)	7,178	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(165,032)	(165,032)
Dividendos propostos (R$ 16,21 por lote de mil ações)	-	(17,465)	-	-	(17,465)
Absorção de prejuízos	-	(157,854)	-	157,854	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	**1,945,581**	**985,664**	**123,343**	**-**	**3,054,588**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações das origens e aplicações de recursos para os exerícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ORIGENS DE RECURSOS				
Das operações				
. Lucro líquido (prejuizo) do exercício	(165,032)	158,878	(165,032)	158,878
Itens que não afetam o capital circulante:				
. Resultado de equivalência patrimonial	276,591	(69,804)	-	-
. Depreciação e amortização	56,626	66,775	120,807	86,916
. Amortização de ágio de investimento	74,824	-	74,853	-
. Valor residual do imobilizado e diferido baixados	2,412	3,957	3,310	7,349
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	(201)	(16,050)	(2,201)	(19,482)
. Provisão para contingências	(1,228)	47,207	2,676	53,005
. Participação de minoritários	-	-	(3,459)	(1,212)
. Encargos e variações sobre ativos e passivos não circulantes	59,331	(12,459)	46,465	(14,211)
Total proveniente das operações	**303,323**	**178,504**	**77,419**	**271,243**
Dos sócios				
. Aumento de capital e ágio de subscrição	3,054,040	40,977	3,054,040	40,977
. Aumento de giro líquido recebido por incorporação	-	493,478	-	493,478
	3,054,040	**534,455**	**3,054,040**	**534,455**
De terceiros				
. Financiamentos	47,174	1,039,179	2,149,492	1,039,179
. Diminuição de ativos não circulantes	54,918	-	-	-
. Acréscimo de outros passivos não circulantes	2,195	32,110	111,920	45,887
	104,287	**1,071,289**	**2,261,412**	**1,085,066**
TOTAL DAS ORIGENS	**3,461,650**	**1,784,248**	**5,392,871**	**1,890,764**
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
. Diminuição do giro líquido transferido por cisão	-	479,860	-	479,860
. Acréscimo de ativos não circulantes	-		64,574	
. Acréscimo de investimentos	2,216,321	18,185	904,828	-
. Aquisição de imobilizado e intangível	487,877	332,527	1,748,088	389,025
. Transferência do passivo não circulante para o circulante	745,019	231,344	2,825,296	231,344
. Dividendos declarados / distribuição de lucros acumulados	17,465	11,182	17,465	11,182
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**3,466,682**	**1,073,098**	**5,560,251**	**1,111,411**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	**(5,032)**	**711,150**	**(167,380)**	**779,353**

VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

	2007	2006	2007	2006
ATIVO CIRCULANTE				
No início do exercício	1,899,809	1,469,156	2,250,552	1,632,899
No final do exercício	2,304,904	1,899,809	4,759,742	2,250,552
	405,095	**430,653**	**2,509,190**	**617,653**
PASSIVO CIRCULANTE				
No início do exercício	965,275	1,245,772	1,099,265	1,260,965
No final do exercício	1,375,402	965,275	3,775,835	1,099,265
	410,127	**(280,497)**	**2,676,570**	**(161,700)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE	**(5,032)**	**711,150**	**(167,380)**	**779,353**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuizo) do exercício	(165,032)	158,878	(165,032)	158,878
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
. Depreciação e amortização	56,626	66,775	120,807	86,916
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1,819	881	1,589	1,029
. Amortização de ágio de investimento	74,824	-	74,853	-
. Participações de minoritários	-	-	(3,459)	(1,212)
. Resultado de equivalência patrimonial	276,591	(69,804)	-	-
. Valor residual de bens baixados do ativo imobilizado	2,412	3,957	3,310	7,349
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	(201)	38,049	(2,201)	34,617
. Encargos financeiros circulantes e não circulantes	107,134	170,000	100,689	168,248
. Provisão para contingências	(1,228)	47,207	2,676	53,005
	352,945	**415,943**	**133,232**	**508,830**
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) em contas a receber	49,304	(292,341)	(726,332)	(333,328)
Redução (aumento) nos estoques	(40,290)	(87,272)	(863,281)	(166,964)
Redução (aumento) de impostos a recuperar	65,951	(232,169)	71,167	(300,211)
Redução (aumento) em outros ativos circ. e não circulantes	41,975	21,189	(111,738)	32,879
Redução (aumento) de créditos com empresas ligadas	30,686	245,633	(17,460)	219,326
Aumento (redução) com fornecedores	95,617	94,583	807,020	132,410
Aumento (redução) em outros passivos circ. e não circulantes	49,236	21,376	269,925	(6,133)
Diminuição do giro líquido transferido por cisão	-	(479,869)	-	(479,869)
Aumento do giro líquido recebido por incorporação	-	493,478	-	493,478
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	**645,424**	**200,551**	**(437,467)**	**100,418**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições no ativo imobilizado e intangível	(487,877)	(332,527)	(1,748,088)	(389,025)
Adições nos investimentos	(2,216,321)	(18,185)	(904,828)	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	**(2,704,198)**	**(350,712)**	**(2,652,916)**	**(389,025)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	1,325,046	1,781,839	4,987,313	1,945,683
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1,632,784)	(1,793,496)	(3,812,873)	(1,793,496)
Aumento de capital e ágio de subscrição	3,054,040	40,977	3,054,040	40,977
Dividendos declarados / distribuição de lucros acumulados	(17,465)	(11,182)	(17,465)	(11,182)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	**2,728,837**	**18,138**	**4,211,015**	**181,982**
Variação líquida no exercício	670,063	(132,023)	1,120,632	(106,625)
Disponibilidades e aplicações financeiras no início do exercício	199,721	331,744	261,071	367,696
Disponibilidades e aplicações financeiras no final do exercício	**869,784**	**199,721**	**1,381,703**	**261,071**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A JBS S.A (Companhia) é uma empresa de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo.

A Companhia e suas controladas, desenvolvem as seguintes atividades operacionais:

a) Atividades no Brasil

A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com unidades industriais localizadas nos estados de: São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro e Paraná.

A Companhia distribui seus produtos por meio de centros de distribuição, que estão localizados nos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Objetivando minimização de custos com transportes, a Companhia se utiliza de operações próprias de transporte de bovinos para abate e de produtos destinados à exportação.

A controlada Mouran Alimentos Ltda. (Mouran), constituída em julho de 2006, explora desde setembro de 2006, o ramo de frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, gorduras, rações e produtos derivados, através de uma unidade frigorífica no Estado de São Paulo.

A controlada JBS Embalagens Metálicas Ltda. (JBS Embalagens), confecciona embalagens metálicas em unidades fabris no Estado de São Paulo, que são utilizadas substancialmente pela Companhia.

A Companhia explorou até 31 de dezembro de 2006 o ramo de higiene e limpeza, com industrialização e comercialização de sabão em barra, sabonete, detergente, desinfetante, amaciante, glicerina farmacêutica, sabão de coco, multiuso, desengordurante, tira manchas, shampoos, condicionadores, desodorantes e sabonetes líquidos.

Conforme descrito na letra c), o ramo de higiene e limpeza foi cindido em 31 de dezembro de 2006, passando a ser operado pela empresa ligada Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.

b) Atividades no Exterior

A Companhia possui duas controladas indiretas na Inglaterra e Egito para maximizar as vendas e distribuição dos produtos na Europa, Ásia e África.

A controlada indireta Swift-Armour Sociedad Anónima Argentina (Swift Armour), localizada na Argentina, se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com unidades industriais localizadas nas províncias de Buenos Aires, Entre Rios e Santa Fé.

A Swift Armour possui duas subsidiárias adquiridas em 2007 sendo um frigorífico abatedouro em Berezategui (Consignaciones Rurales) e uma fábrica de latas localizada em Zavate, ambas na província de Buenos Aires.

A controlada SB Holdings, Inc. (SB Holdings) e suas subsidiárias, Tupman Thurlow Co., Inc. (Tupman) e Astro Sales International, Inc. (Astro) localizadas nos Estados Unidos da América e adquiridas em janeiro de 2007 vendem produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

A controlada indireta Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda (Beef Snacks), localizada em Santo Antônio de Posse, Brasil, explora desde agosto de 2007 o ramo de fabricação de Beef Jerky, comprando carne in natura no mercado interno e exportando o produto industrializado Beef Jerky para os Estados Unidos da América.

A controlada indireta Jerky Snacks Brands, Inc (Jerky Snacks), localizada nos Estados Unidos da América, industrializa e vende Meat Snacks (como Beef Jerky, Smoked Meat Sticks, Kippered Beef Steak, Meat&Cheese, Turkey Jerky e Hunter Sausage). A companhia compra produtos do Brasil e dos Estados Unidos, vendendo principalmente nos Estados Unidos.

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, de aves e suína. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países, na Europa, África, Ásia e Oriente Médio.

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu a Swift Foods Company, atualmente JBS USA, Inc. (JBS USA). A JBS USA abate, processa, embala e entrega carnes "in natura" de origem bovina e suína, com clientes nos Estados Unidos e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

A JBS USA nos Estados Unidos opera com quatro frigoríficos bovinos, três de suínos, um de carneiro e uma fábrica de beneficiamento de cortes bovinos e suínos. Na Austrália opera com quatro frigoríficos para bovinos.

A JBS USA divide a sua operação em três grandes segmentos: Swift Beef, operando o negócio de origem bovina no mercado norte americano; Swift Pork, operando o negócio de origem suína no mercado norte americano; JBS Austrália, que opera o negócio de origem bovina na Austrália.

A JBS USA na Austrália opera quatro confinamentos de bovinos, sendo que todos a base de alimentação com grãos, para suprir os seus frigoríficos.

c) Reorganizações societárias

Incorporação

Em 1 de março de 2006 a JBS S.A., foi incorporada pela Friboi Ltda., sendo transferida para esta os bens, direitos e obrigações de titularidade da JBS S.A., que era controladora indireta de 100% do capital social da Swift-Armour. O capital social da Friboi Ltda., em razão da incorporação da JBS S.A., que era de R$ 7.500 aumentou em R$ 508.135, passando a ser de R$ 515.635, representado por 515.635.240 cotas.

O acervo líquido incorporado, com base em Laudo Contábil emitido por peritos, é sumarizado a seguir:

	R$
Ativo corrente	557,997
Passivo corrente	(64,519)
	493,478
Ativo permanente	775,040
Exigível a longo prazo	(760,383)
	14,657
Acervo líquido	**508,135**

Em 2 de março de 2006, a totalidade dos sócios cotistas da Friboi Ltda., aprovou transformar a empresa em uma sociedade por ações, mudar a denominação social e substituir a totalidade das cotas por ações. A nova denominação social passou a ser JBS S.A., com capital social de R$ 515.635 representado por 515.635.240 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Cisão parcial

Em 31 dezembro de 2006 a Assembléia Geral Extraordinária, amparada na Lei 6404/76 em seu artigo 229, deliberou a cisão parcial da Companhia. Dessa forma, o acervo líquido transferido para a empresa ligada Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A., está sumarizado a seguir:

Ativo		**Passivo e patrimônio líquido**	
Ativo circulante		**Passivo circulante**	
Disponibilidades	43	Fornecedores	16,589
Aplicações financeiras	439,631	Empréstimos e financiamentos	7,522
Contas a receber de clientes	53,348	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	8,187
Estoques	33,842	Outros passivos circulantes	28,045
Impostos a recuperar	4,323		**60,343**
Outros ativos circulantes	9,016		
	540,203	**Não circulante**	
		Empréstimos e financiamentos	11,669
Não circulante		Outros passivos não circulantes	364
Créditos com empresas ligadas	265,882		**12,033**
Depósitos, cauções e outros	461		
Outros investimentos	6,516	**Total circulante e não circulante**	**72,376**
Imobilizado líquido	278,600		
Diferido	5,694	**Acervo líquido transferido**	**1,024,980**
	557,153		
Total do ativo	**1,097,356**	**Total do passivo e do acervo líquido**	**1,097,356**

O resultado auferido pela divisão de higiene e limpeza no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, é sumarizado a seguir:

Vendas líquidas	334,130
Custo dos produtos vendidos	(211,363)
Lucro bruto	122,767
Despesas operacionais:	
Administrativas e gerais	(48,872)
Com vendas	(90,523)
Prejuízo operacional, exceto resultado financeiro	**(16,628)**

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento emitido pelo Ibracon sobre a apresentação e divulgação de demonstrações contábeis – NPC 27 e Deliberação CVM nº 488, ambas de 3 de outubro de 2005.

As práticas contábeis adotadas na Argentina e aplicadas na Swift Armour e suas subsidiárias são semelhantes às adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas pela Tupman e Astro, subsidiárias da SB Holdings, localizadas nos Estados Unidos da América, não diferem de forma significativa das práticas adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América pela JBS USA apresentam as seguintes diferenças em relação às práticas adotadas no Brasil e que são devidamente ajustadas:

- Os estoques de produtos acabados são avaliados a preço de mercado e são ajustados para o método de custo médio de produção;
- O ativo permanente inclui R$ 664.368, relativos a ativos intangíveis, fundo de comércio e mais valia de ativos fixos calculados quando da compra pela Companhia (purchasing accounting) que foram ajustados reduzindo o valor do patrimônio líquido;
- A atualização de contratos de hedge em aberto é diferida no balanço patrimonial no grupo do patrimônio líquido e foi ajustada para a demonstração de resultado.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição de vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

b) Operações de "Swap" e opções a receber e a pagar

Registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos ganhos e perdas auferidos até a data do balanço ("curva de rendimento e/ou encargos dos papéis"), ajustados ao valor de mercado, quando este é inferior.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, criação ou produção, que não superam os valores de mercado ou de realização.

e) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pela equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescentado de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas, para parte significativa dos bens constantes no imobilizado, baseada em laudos de empresa especializada.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 11.

g) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

h) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

j) Imposto e renda e contribuição social

Impostos correntes

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são constituídos sobre as reservas de reavaliação. O imposto de renda diferido ativo é constituído sobre os saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias e a contribuição social diferida ativa é consituída sobre as diferenças temporárias.

k) Lucro por ação

O lucro por ação é apurado com base nas ações em circulação na data das demonstrações contábeis.

l) Informações suplementares

Com o objetivo de propiciar informações adicionais aos usuários das demonstrações contábeis é apresentada, como informação suplementar, a demonstração do fluxo de caixa, preparada de acordo com as Normas e Procedimentos Contábeis emitidos pelo Ibracon.

m) Consolidação

Na consolidação das demonstrações contábeis da JBS S.A. e suas controladas, são eliminadas as participações entre as empresas consolidadas, os saldos de contas a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas. Devido à inexistência de lucros não realizados em operações intercompanhias, o patrimônio liquido da controladora é igual ao do consolidado.

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas para reais pela taxa cambial correspondente na data do balanço para ativos e passivos, e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes desta conversão são reconhecidos no resultado financeiro.

As empresas controladas, direta ou indiretamente, incluídas na consolidação, são mencionadas na nota 10.

4 Aquisição da Swift Foods Company (atual JBS USA)

Em 11 de julho de 2007, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral J&F Acquisition Co., criada com esse fim específico, concluiu a aquisição do controle acionário da Swift Foods Company sociedade com sede em Delaware, Estados Unidos da América, pelo valor de US$ 1.459 milhões, sendo US$ 225 milhões pagos a HM Capital Partners LLC, antiga acionista controladora da Swift, e US$ 1.234 milhões utilizados para a liquidação de passivos financeiros da Swift Foods.

Parte substancial do financiamento dos recursos para aquisição da Swift Foods pela Companhia é oriunda do aumento de capital aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2007 no montante de R$ 1.853.833 mediante a emissão para subscrição privada de 227.400.000 (duzentos e vinte e sete milhões e quatrocentas mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações já existentes, tendo os mesmos direitos conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do seu Estatuto Social e da legislação aplicável. A BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (BNDESPAR) subscreveu uma parcela relevante das novas ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, no montante de R$ 1.160.776, permitindo uma participação relevante da BNDESPAR nos recursos que foram captados para a aquisição da referida empresa. A subscrição de ações de emissão da Companhia por BNDESPAR se deu mediante a cessão de parcela do direito de preferência das acionistas J&F e da ZMF na subscrição dessas novas ações. O restante dos recursos foi obtido através de nova dívida assumida pela Swift Foods no momento da aquisição.

A concretização da aquisição da Swift Foods resultou na criação da maior empresa do mundo no setor de alimentos de proteína de origem bovina e da maior empresa brasileira na indústria de alimentos, consolidando a Companhia nos mercados nacional e mundial de carne bovina e tornando-a um importante competidor no mercado mundial de carne suína. Com isso, a Companhia passou a ter capacidade de produção e distribuição no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos da América e na Austrália, os quatro principais países consumidores de carne bovina do mundo. Essa posição possibilitará à Companhia (i) ter acesso aos dois blocos de barreiras comerciais: Atlântico e Pacífico; (ii) diversificar o risco em relação a barreiras fito-sanitárias; e (iii) unificar e fortalecer a marca Swift globalmente.

Devido a grandeza desse investimento e a sua consolidação nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 com consequente perda de comparabilidade com as demonstrações de períodos anteriores, estamos apresentando a seguir balanços patrimoniais e demonstrações de resultado condensados que permitam uma comparação das demonstrações contábeis consolidadas antes do investimento na Swift Foods bem como, apresentar essas demonstrações da própria JBS USA. As demonstrações do resultado da JBS USA refletem apenas o resultado a partir de 11 de julho de 2007, que representa o período após a aquisição pela Companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL	**2007**			**2006**
ATIVO	**Consolidado**	**JBS USA**	**JBS e demais subsidiárias**	**Consolidado**
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	1,381,703	405,451	976,252	261,071
Contas a receber de clientes	1,236,148	710,793	525,355	692,819
Estoques	1,511,595	732,992	778,603	657,504
Outros ativos circulantes e não circulantes	757,163	114,920	642,243	703,028
Investimentos em controladas	829,975	-	1,715,332	-
Imobilizado	2,536,098	905,125	1,630,973	1,125,218
Outros ativos permanentes	195,523	170,656	24,867	25,197
TOTAL DO ATIVO	**8,448,205**	**3,039,937**	**6,293,625**	**3,464,837**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO				
Fornecedores	1,099,385	683,600	415,785	309,294
Empréstimos e financiamentos	3,749,636	1,426,524	2,323,112	2,693,615
Outros passivos circulantes e não circulantes	548,752	210,604	338,148	278,474
Participação de minoritários	(4,156)	-	(4,156)	409
Patrimônio líquido	3,054,588	719,210	3,220,735	183,045
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	**8,448,205**	**3,039,937**	**6,293,625**	**3,464,837**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2007			2006
	Consolidado	JBS USA	JBS e demais subsidiárias	"Pro Forma" Consolidado
Receita operacional líquida	14,141,571	9,249,627	4,891,944	3,967,552
Custo dos produtos vendidos	(12,609,093)	(8,899,896)	(3,709,197)	(3,036,673)
LUCRO BRUTO	**1,532,478**	**349,731**	**1,182,747**	**930,879**
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(1,062,224)	(492,518)	(569,706)	(452,849)
Resultado financeiro líquido	(403,113)	(33,151)	(369,962)	(204,149)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(160,976)	-
Demais despesas operacionais	(141,935)	-	(141,935)	-
Resultado não operacional	11,206	16,423	(5,217)	(2,462)
Imposto de renda e contribuição social	(104,903)	(1,460)	(103,443)	(92,282)
Participação minoritária no resultado de controladas	3,459	-	3,459	1,212
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	**(165,032)**	**(160,976)**	**(165,032)**	**180,349**
VALOR EBITDA	**591,061**	**(101,392)**	**692,453**	**564,946**

A demonstração individual e consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentada para fins de comparabilidade, foi elaborada desconsiderando o resultado das operações da divisão de Higiene e Limpeza em função da cisão parcial ocorrida em 31 de dezembro de 2006, conforme descrito na nota explicativa 1. Por esse motivo, a referida demonstração contábil está sendo denominada “Pro Forma”.

As demonstrações contábeis “Pro Forma” não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos ou para quaisquer outros fins societários que não sejam o de proporcionar informações comparativas sobre o desempenho operacional da Companhia.

5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
CDB - DI	**339,029**	135,865	**348,472**	135,906
Fundos de investimentos	**421,534**	9,481	**446,923**	9,481
Certificates of deposits - CD	**-**	-	**-**	47,055
Leilão	**-**	-	**262,599**	-
	760,563	**145,346**	**1,057,994**	**192,442**

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. Os fundos de investimentos estão representados por aplicações em fundos multi mercados, aberto a público qualificado.

Aplicações de leilão pela JBS USA com rendimentos que participam de um processo de leilão onde a taxa de juros é reajustada de 7 - 28 dias.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Duplicatas a vencer	**427,746**	**649,222**	**990,611**	**676,406**
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	**7,904**	4,524	**154,709**	4,525
De 31 a 60 dias	**4,941**	862	**71,993**	862
De 61 a 90 dias	**4,978**	8,083	**10,513**	8,083
Acima de 90 dias	**2,497**	5,106	**17,516**	5,106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(3,848)**	(2,015)	**(9,194)**	(2,163)
	16,472	**16,560**	**245,537**	**16,413**
	444,218	**665,782**	**1,236,148**	**692,819**

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Produtos acabados	**513,492**	513,607	**1,072,732**	578,508
Produtos em processo	**745**	-	**71,514**	3,739
Matéria-prima	**55,242**	18,286	**68,688**	40,884
Rebanho bovino	**-**	-	**171,552**	-
Almoxarifado	**34,746**	32,042	**127,109**	34,373
	604,225	**563,935**	**1,511,595**	**657,504**

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ICMS	**295,362**	220,731	**314,924**	240,688
IPI	**39,920**	117,737	**97,805**	232,056
PIS e COFINS	**42,427**	55,618	**55,623**	62,478
IRRF	**4,072**	54,981	**7,485**	57,541
IVA	**-**	-	**38,176**	9,066
Outros	**1,338**	3	**13,110**	187
	383,119	**449,070**	**527,123**	**602,016**
Desmembramento:				
Ativo circulante	**351,677**	424,941	**482,918**	567,264
Ativo não circulante	**31,442**	24,129	**44,205**	34,752
	383,119	**449,070**	**527,123**	**602,016**

ICMS

O saldo credor de ICMS a recuperar advém da obtenção de créditos por compras de matérias primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas.

O mencionado saldo credor está em processo de fiscalização e homologação pela Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia tem expectativa de recuperação integral de parte significativa nos próximos meses, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem), o qual vem sendo contestado pelo Estado de São Paulo. Todavia, o procedimento por nós adotado está amparado na legislação tributária vigente, conforme opinião de nossos consultores jurídicos externos e internos.

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS incidente sobre as aquisições de matérias primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, realizável mediante compensação com imposto de renda a pagar sobre lucros.

GERAL

A Companhia e sua controlada JBS Embalagens, amparadas na jurisprudência em decisões da Câmara Superior do Conselho de Contribuintes e por seus assessores jurídicos, registrou a atualização monetária com base na SELIC dos seus créditos de PIS, COFINS e IPI a recuperar no valor de R$ 126.181.

9 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são representadas principalmente por operações de vendas mercantis da controladora para controladas no exterior, realizadas a preços e condições normais de mercado e por contratos de mútuo com empresas controladas e ligadas sobre os quais incidem juros de 1% ao mês. Os saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

31 de dezembro de 2007	Contas a receber	Contas a pagar	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Créditos
Mouran Alimentos Ltda.	-	-	2,292	10,164	-
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	401	2,346	63,559	11,418	69,695
JBS Global Beef Company SU Lda.	-	-	-	-	(41,626)
Friboi Egypt Company L.L.C	8,667	-	-	72,382	-
Friboi (UK) Limited	11,554	-	-	44,784	-
Swift Armour Socidad Anónima Argentina	-	595	6,569	-	-
The Tupman Thurlow Co.	25,900	609	-	70,770	-
Global Beef Trading SU Lda.	587	-	-	2,527	-
Beef Snacks Brasil Ind.Com.Alimento Ltda	805	84	9	4,890	22,095
Beef Snacks International BV	-	-	-	-	10,142
	47,914	**3,634**	**72,429**	**216,935**	**60,306**

31 de dezembro de 2006	Contas a receber	Contas a pagar	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Créditos
Mouran Alimentos Ltda.	451	68	-	-	3,249
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	7,822	2,770	25,161	-	103,944
JBS Global Beef Ltd.	-	-	-	-	(50,360)
Friboi Egypt	41,675	-	-	123,310	-
Friboi Investiments Ltd.	-	-	-	-	10,690
Friboi UK	13,728	-	-	34,433	-
Swift Armour Socidad Anónima Argentina	-	411	-	-	-
The Tupman Thurlow Co.	-	-	-	45,401	-
	63,676	**3,249**	**25,161**	**203,144**	**67,523**

10 Investimentos em controladas

a) Informações relevantes sobre as controladas

31 de dezembro de 2007	Quantidade de ações	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	10,000	99.00%	2	39,844	(1,011)
JBS Global Investments S.A.	23,000	100.00%	40,740	40,908	(6,804)
JBS Holding Internacional. S. A.	535,128	100.00%	535,128	385,831	(95,015)
JBS Global A/S (Dinamarca)	212	100.00%	71,648	108,106	(5,362)
Mouran Alimentos Ltda.	84	70.00%	120	(15,452)	(11,595)
JBS USA, Inc.	100	100.00%	880,186	719,210	(160,976)
SB Holdings, Inc	20	100.00%	18	2,751	684
JBS Confinamento Ltda.	30,001	100.00%	30,001	30,001	-

31 de dezembro de 2006	Quantidade de ações	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	10,000	99.00%	2	40,798	34,213
JBS Global Investments S.A.	19,000	100.00%	40,622	49,038	11,915
JBS Holding Internacional. S. A.	282,010	100.00%	282,010	227,728	(34,012)
JBS Global A/S (Dinamarca)	180	100.00%	9,279	53,355	44,080
Mouran Alimentos Ltda.	84	70.00%	120	(3,857)	(3,977)
Beef Snacks do Brasil Ltda.	9,900	99.00%	10	-	-

b) Movimentação de investimentos

	Saldo em 31.12.06	Adição (realização)	Variação Cambial	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.07
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	**40,390**	58	-	(1,002)	**39,446**
JBS Global Investments S.A.	**49,039**	7,972	(9,298)	(6,804)	**40,909**
JBS Holding Internacional. S. A.	**227,728**	253,118	-	(95,015)	**385,831**
JBS Global A/S (Dinamarca)	**53,355**	64,405	(4,292)	(5,362)	**108,106**
Mouran Alimentos Ltda.	**(2,700)**	-	-	(8,116)	**(10,816)**
Beef Snacks do Brasil Ltda.	**10**	(10)	-	-	**-**
JBS USA, Inc.	**-**	1,753,453	(68,792)	(160,976)	**1,523,685**
SB Holdings, Inc	**-**	21,684	(427)	684	**21,941**
JBS Confinamento Ltda.	**-**	30,001	-	-	**30,001**
Transf. para Outros passivos circulantes (Passivo a descoberto Mouran)	**-**	-	-	-	**10,816**
Total	**367,822**	**2,130,681**	**(82,809)**	**(276,591)**	**2,149,919**

Foi concluida, no terceiro trimestre de 2007, a operação de Joint Venture entre JBS S.A (através da controlada direta JBS Global A/S) e Jay Earl Link (através da companhia Link International Meat Products LTD) para operar a companhia Beef Snacks International BV, que passou a controlar integralmente a Beef Snacks e a Jerky Snacks. Em 31 de dezembro de 2007, o capital social da Beef Snacks International BV é de R$ 36.439 mil, sendo que a JBS Global A/S possui 50% do capital (R$ 18.219 mil).

c) Ágio

Na Controladora

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA, Inc., tendo apurado um ágio no valor de R$ 877.609, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que será amortizado no prazo de 5 anos. Durante o exercício de 2007 foi amortizado ágio no montante de R$ 73.134.

Em janeiro de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da SB Holdings, Inc., tendo apurado um ágio no valor de R$ 20.881, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que será amortizado no prazo e na extensão das projeções que o determinaram, não superior a 10 anos. Durante o exercício de 2007 foi amortizado ágio no montante de R$1.690.

Conforme descrito na nota 15, a Companhia pretende excluir permanentemente do cômputo dos dividendos a futura amortização do referido ágio.

Em Controlada

Em maio de 2007 a Swift Armour adquiriu 100% do capital social da Consignaciones Rurales S.A e da Argenvases S.A.I.C, tendo apurado um ágio no valor de R$ 6.338, fundamentado por diferença de valor de mercado dos bens adquiridos, que será amortizado acompanhando proporcionalmente a depreciação ou baixa desses bens. Durante o exercício de 2007 foi amortizado ágio no montante de R$ 29.

11 Imobilizado

Controladora

	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido 2007	Líquido 2006
Imóveis	4%	285,927	116,742	(14,802)	**387,867**	382,523
Terra nua e terrenos	-	104,652	9,352	-	**114,004**	79,835
Máquinas e equipamentos	10%	223,208	45,032	(38,621)	**229,619**	211,720
Instalações	10%	70,686	21,815	(12,887)	**79,614**	84,804
Equipamentos de informática	20%	12,917	757	(5,512)	**8,162**	7,899
Veículos e aeronaves	20%	75,457	460	(40,140)	**35,777**	34,618
Obras em andamento	-	459,809	-	-	**459,809**	85,659
Outros	10 a 20%	18,046	1,541	(6,424)	**13,163**	12,118
		1,250,702	**195,699**	**(118,386)**	**1,328,015**	**899,176**

Consolidado

	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido 2007	Líquido 2006
Imóveis	3 a 20%	819,653	116,742	(73,442)	**862,953**	493,743
Terra nua e terrenos	-	226,793	9,352	(2,919)	**233,226**	83,060
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	940,101	45,032	(293,598)	**691,535**	306,255
Instalações	10%	75,512	21,815	(12,934)	**84,393**	84,816
Equipamentos de informática	20 a 100%	54,417	757	(14,779)	**40,395**	8,041
Veículos e aeronaves	14 a 50%	94,860	460	(41,277)	**54,043**	34,972
Obras em andamento	-	526,422	-	-	**526,422**	96,052
Outros	10 a 100%	54,335	1,541	(12,745)	**43,131**	18,279
		2,792,093	**195,699**	**(451,694)**	**2,536,098**	**1,125,218**

Nos últimos três anos foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, suportada por laudo emitido pela empresa especializada SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., de grande parte das unidades industriais acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R$ 195.699, a reserva de reavaliação é de R$ 123.343 e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R$ 59.642. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R$ 12.714.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Commodities	**242,688**	188,963	**588,230**	214,248
Materiais e serviços	**109,078**	77,736	**470,830**	84,618
Produtos acabados	**3,744**	4,761	**40,325**	10,428
	355,510	**271,460**	**1,099,385**	**309,294**

13 Empréstimos e financiamentos

a) Controladora

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	2007	2006
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado:			
FINAME / FINEM - Financiamentos a empreendimentos	TJLP, cesta de moedas do BNDES e juros de 3,0%	**227,561**	250,785
FINIMP - Financiamento à importação	Variação cambial e juros de 5,0%	**-**	12,492
		227,561	**263,277**
Empréstimos para capital de giro:			
ACC - Adiantamentos de Contratos de câmbio	Variação cambial e juros Libor, mais 0,20%	**288,761**	-
EXIM - Fomento à exportação	TJLP e juros de 3%	**426,891**	550,452
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	**494,338**	597,224
Pré-pagamento	Variação cambial e juros Libor, mais 1,0%	**167,810**	275,046
144-A	Variação cambial e juros de 10,5%	**554,638**	673,256
NCE / COMPROR	CDI e juros de 2,0%	**40,289**	229,198
Outros		**-**	30,652
		1,972,727	**2,355,828**
Total		**2,200,288**	**2,619,105**
Desmembramento:			
Passivo circulante		**858,975**	579,128
Passivo não circulante		**1,341,313**	2,039,977
		2,200,288	**2,619,105**
O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:			
2008		**-**	507,165
2009		**180,121**	179,535
2010		**105,744**	105,747
2011		**519,210**	606,130
2012		**4,848**	-
2016		**531,390**	641,400
		1,341,313	**2,039,977**

b) Consolidado

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	2007	2006
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado:			
FINAME / FINEM - Financiamentos a empreendimentos	TJLP, cesta de moedas do BNDES e juros de 3,0%	**227,561**	250,785
FINIMP - Financiamento à importação	Variação cambial e juros de 5,0%	**-**	12,492
Notas de pagamento	Juros Libor, mais 1,75%	**19,325**	-
		246,886	**263,277**
Empréstimos para capital de giro:			
ACC - Adiantamentos de Contratos de câmbio	Variação cambial e juros Libor, mais 0,20%	**340,879**	-
EXIM - Fomento à exportação	TJLP e juros de 3%	**426,891**	550,452
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	**494,338**	597,224
Capital de giro	Juros Libor, mais 1,1%	**1,402,371**	74,510
Pré-pagamento	Variação cambial e juros Libor, mais 1,0%	**167,810**	275,046
144-A	Variação cambial e juros de 10,5%	**554,638**	673,256
NCE / COMPROR	CDI e juros de 2,0%	**68,793**	229,198
Swift Australia - Capital de giro	BBSY + 0.35%	**47,030**	-
Outros		**-**	30,652
		3,502,750	**2,430,338**
Total		**3,749,636**	**2,693,615**
Desmembramento:			
Passivo circulante		**2,384,836**	653,638
Passivo não circulante		**1,364,800**	2,039,977
		3,749,636	**2,693,615**
O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:			
2008		**-**	507,165
2009		**184,379**	179,535
2010		**110,004**	105,747
2011		**520,840**	606,130
2012		**6,477**	-
2016		**543,100**	641,400
		1,364,800	**2,039,977**

ACC – Adiantamentos de Contratos de Câmbio, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela JBS S.A. e representam US$ 192.446 em 31 de dezembro de 2007, destinados a financiamento das operações de exportações da Companhia.

Os pré-pagamentos representam US$ 94.738 em 31 de dezembro de 2007 (US$ 128.646 em 31 de dezembro de 2006).

NCE/COMPROR – Trata-se de Notas de Crédito à Exportação associada à modalidade COMPROR para financiamentos de compra de matérias-primas destinadas à produção de produtos exportáveis.

EURO BONDS - Em 26 de janeiro e 8 de fevereiro de 2006, a Companhia efetuou uma captação de US$ 200 milhões, com uma subseqüente reabertura de US$ 75 milhões, totalizando US$ 275 milhões, por meio de Euro Bonds, com prazo de cinco anos para pagamento e coupon de 9,375% ao ano. A operação está garantida pela Companhia e pela sua controladora, J&F Participações S.A.

144-A – Em 28 de julho de 2006, a Companhia realizou uma captação de US$ 300 milhões, através da emissão de notas sob a regra 144-A, no mercado internacional, com prazo de 10 anos para pagamento e coupon de 10,5% ao ano. A operação está garantida pela Companhia.

Capital de giro – Representado principalmente por empréstimos de US$ 750 milhões da JBS USA tomados quando da aquisição pela Companhia, sobre os quais incidem juros Libor mais 1,1%, em média, ao ano. Esses empréstimos que venceriam em julho de 2008 foram refinanciados por prazos de 3 a 5 anos.

14 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Salários e encargos sociais	**35,638**	40,333	**55,577**	49,799
Provisões para férias, 13º e encargos previdenciários	**27,125**	21,835	**94,502**	21,943
Imposto de renda a recolher	**8,727**	-	**8,727**	-
Contribuição social a recolher	**2,298**	-	**2,298**	-
ICMS a recolher	**17,689**	9,786	**17,697**	9,939
Outros	**1,681**	1,188	**24,812**	2,766
	93,158	**73,142**	**203,613**	**84,447**

15 Dividendos declarados

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Dividendos declarados	**17,465**	-	**17,465**	-
	17,465	**-**	**17,465**	**-**

A Companhia considerando que tem gerado EBITDA positivo, deliberou em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 1 de novembro de 2007 que para o cômputo dos dividendos sejam excluídos permanentemente, as perdas cambiais dos investimentos permanentes mantidos em moeda estrangeira e o valor da amortização do ágio apurado na aquisição dos investimentos efetuados na JBS USA e SB Holdings incluídas no resultado. A decisão do Conselho de Administração será oportunamente apreciada e votada em Assembléia Geral Extraordinária.

Dessa forma, apesar de apresentar resultado negativo no exercício de 2007, a Companhia declarou dividendos de R$ 17.465 a serem submetidos à Assembléia Geral dos Acionistas para aprovação conforme cálculo demonstrado a seguir:

Prejuízo do exercício	**(165,032)**
Variação cambial negativa de investimentos (Direta)	82,809
Variação cambial negativa de investimentos (Indireta)	77,221
Amortização do ágio de investimentos - JBS USA	73,134
Amortização do ágio de investimentos - SB Holdings	1,690
Base ajustada para cálculo dos dividendos	69,822
Dividendos declarados (25%)	**17,465**

16 Contingências

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos em 31 de Dezembro de 2007, estão assim representadas:

Controladora			Consolidado
Processos	Número de ações	Valor provisionado	Valor provisionado
Trabalhistas	1,023	4,563	6,886
Cíveis	702	11,702	15,765
Fiscais e previdenciárias	186	29,714	33,030
Total	**1,911**	**45,979**	**55,681**

Processos tributários

a) ICMS

A Companhia vem sofrendo diversas autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado de Estados que concedem incentivos fiscais sem respaldo em Convênio, ou seja, incentivos concedidos sem autorização dos demais Estados. Nessas situações, o Estado de São Paulo admite os créditos de ICMS apenas até o limite do ICMS que foi pago no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R$ 23.000. A Companhia contestou administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarci-la, caso as autuações sejam mantidas. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos na maior parte desses procedimentos, razão pela qual constituiu provisão no montante de R$ 826.

b) PIS / COFINS

A Companhia discute em processo administrativo, a incidência de PIS e COFINS, relativa ao alargamento de sua base de cálculo sobre receitas não operacionais, totalizando um valor de R$ 6.969. Baseada na avaliação dos seus consultores legais e de recentes decisões do STF, a Administração constituiu uma provisão de R$ 3.793.

c) CSLL

A Companhia é autora de ação judicial que objetiva autorizar a não incluir o lucro auferido nas exportações na base de cálculo da CSLL. O fundamento dessa ação é o fato de a Constituição Federal ter sido alterada para desonerar as exportações da incidência de contribuições federais. Considerando que a Receita Federal não admite que essa desoneração se estenda à CSLL, a questão foi levada ao Judiciário. A Administração acredita, com base na opinião de seus consultores legais, que obterá êxito nessa demanda. Contudo, conservadoramente, a partir de 2006, vem adotando o procedimento de incluir o lucro auferido nas exportações na base de cálculo da CSLL e mantém provisão no montante de R$ 15.807 por conta de procedimento diferente utilizado em anos anteriores.

d) INSS

Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, referente ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, no montante arbitrado de R$ 69.194. A Companhia apresentou defesa nestes processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, por isto os processos administrativos encontram-se suspensos até decisão final do Mandado de Segurança.

Esta matéria está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal, em uma ação proposta por empresa cuja atividade é similar à da Companhia, cujo julgamento já demonstra um placar de cinco votos em favor da inconstitucionalidade – dentre os dez votos possíveis – e até o momento nenhum Ministro votou contrariamente. Por este motivo, e com base em pareceres de consultores legais, e juristas renomados, a Companhia entende que a probabilidade de perda é remota, razão pela qual a Administração não constitui provisão para esta contingência. Atualmente, a Companhia não recolhe nem deposita qualquer valor referente à contribuição ao Novo Funrural. Baseado na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em caso semelhante, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para esta contingência.

Contribuições Previdenciárias-Terceiras Entidades. O INSS efetuou lançamento fiscal para a cobrança de contribuições destinadas a terceiras entidades, em razão do erro no enquadramento no código do Fundo de Previdência e Assistência Social. O valor envolvido no processo administrativo é de aproximadamente R$ 11.000. Com base em pareceres de consultores legais, a Administração entende que a probabilidade de perda é remota, razão pela qual não constituiu provisão para esta contingência.

e) Outros processos tributários

A Companhia é parte em outros 100 processos tributários, onde as contingências individualmente não apresentam relevância no contexto da Companhia. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R$ 9.288.

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia era parte em (i) 887 ações de natureza trabalhista e 136 autos de infração lavrados pelas Delegacias Regionais do Trabalho envolvendo o valor total em discussão de R$ 21.726; e (ii) 2 procedimentos instaurados pelo Ministério Público do Trabalho, envolvendo o valor total em discussão de R$ 258. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R$ 4.562 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processo em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e os principais pedidos dizem respeito ao pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

Aproximadamente 8% do valor envolvido em contencioso trabalhista de que a Companhia é parte diz respeito a reclamações trabalhistas apresentadas por empregados de empresas que prestam serviços terceirizados. Nos termos da lei trabalhista brasileira, a Companhia é subsidiariamente responsável pela observância dos direitos trabalhistas dos empregados de seus prestadores de serviços terceirizados.

Processos cíveis

a) Imóvel em Araputanga

Em 2001 a Companhia, por sua antecessora, adquiriu da empresa Frigorífico Araputanga S/A um Imóvel e Instalações Industriais localizado em Araputanga/MT, através de Compromisso de Compra e Venda. Ratificando o negócio e dando quitação total e irrevogável do preço ajustado, foram lavradas as Escrituras Públicas de Compra e Venda.

O Frigorífico Araputanga S/A era beneficiário de incentivos fiscais (projeto SUDAM) e o imóvel era garantia flutuante. Por isto se fazia necessária a anuência da SUDAM para o Registro das Escrituras. Em junho de 2004, o Frigorífico Araputanga S/A ajuizou Ação Declaratória no Foro da Comarca de Araputanga/MT, alegando que a Companhia não havia pago o preço, bem como não havia obtido a anuência da referida autarquia, requerendo a ineficácia do Contrato e a Anulação das Escrituras Públicas. Em decisão transitada em julgado o TJ/MT julgou a venda válida e eficaz. O processo foi remetido à Vara Federal de Cáceres, distribuído sob o nº 2005.36.01.001618-8, em razão do interesse da União na lide. A Companhia obteve a anuência da UGFIN, sucessora da SUDAM, conforme decisão da 5ª Turma do TRF da 1ª Região (Proc. Nºs 2006.01.00.024584-7), obtendo assim o efetivo registro das Escrituras de Compra e Venda.

Atualmente, o processo está aguardando manifesto do perito sobre a impugnação do Frigoara, referente ao laudo pericial que foi favorável à Companhia, que após avaliar os pagamentos realizados pela Agropecuária Friboi concluiu que 98,5% dos valores devidos foram efetivamente pagos. O agravo 2006.01.00.024584-7 foi julgado favoravelmente a Companhia, na medida em que o TRF da 1ª região declarou válidas as escrituras de compra e venda do imóvel objeto da discussão. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal e da doutrina brasileira sobre esta espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos e nenhuma provisão foi registrada.

b) Indenização pelo Uso da Marca

Ainda decorrente do entrave em Araputanga/MT, a Vendedora distribuiu, na Comarca de Araputanga/MT, Ação de Indenização por Uso Indevido de Marca Registrada, sob a premissa da Friboi Ltda estar utilizando a Marca Frigoara sem a sua autorização. O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um Laudo de Avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S/A que avalia a Marca em R$ 315.000, assim exige uma indenização por Danos Morais de R$ 100.000 e ressarcimento no importe de R$ 26.938. Em defesa, a Companhia preliminarrmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com o processo principal, onde se discute a propriedade do Frigorífico, no mérito, demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigoara que necessitava comprovar à SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado.

Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados eram comercializados com a marca Friboi, já com a marca Frigoara era produzido somente carne moída em ínfima quantidade. Posto isto, a Companhia entende que o risco econômico é remoto e o provisionou em R$ 600.

O Juiz da Comarca de Araputanga suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. Atualmente, o Juízo Federal de Cáceres intimou as partes a se manifestarem a respeito da redistribuição àquele Juízo e determinou a reunião do processo à Ação Declaratória onde se discute a propriedade do Frigorífico localizado em Araputanga/MT. Após, a União será intimada a manifestar sobre possível interesse na causa. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre esta espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos.

c) Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

A Secretaria de Direito Econômico – SDE, no ano de 2005, iniciou um procedimento de investigação de diversos frigoríficos, dentre eles a Friboi Ltda., atual JBS S.A, decorrente de requerimento efetuado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil –CNA- acusando os investigados da prática de cartel consistente na utilização de tabela padronizada de desconto no valor de compra de carcaça de boi que não apresentem características pré-estabelecidas que justificassem o pagamento do valor integral. Esse procedimento culminou com a remessa dos autos ao CADE, pendente de julgamento, com a recomendação da SDE da aplicação de multa para diversos dos frigoríficos investigados, incluindo a Companhia.

Em 28 de novembro de 2007, o CADE firmou o Termo de Compromisso de Cessação de Condutas - TCC com a empresa JBS S.A, suspendendo-se, pois, o processo administrativo em comento. O TCC firmado pela Companhia prevê a realização de um "programa de prevenção de condutas anticompetitivas" e o recolhimento de uma contribuição pecuniária de R$ 13.769 ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD.

d) Outros

A Companhia está envolvida em outros processos decorrentes, principalmente, de acidentes de trabalho onde se pleiteiam indenizações baseadas nos salários dos acidentados. Na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração, a expectativa de perda em 31 de dezembro de 2007 é de R$ 11.101.

17 Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Resultado contábil antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	**(63,440)**	205,212	**(63,588)**	211,181
Adições (Exclusões) liquidas:				
Diferenças permanentes (substancialmente: equivalência patrimonial e variação cambial de investimentos)	**362,311**	(68,865)	**373,945**	(53,717)
Diferenças temporárias	**590**	47,207	**6,307**	57,301
Base de cálculo do imposo de renda e contribuição social	**299,461**	**183,554**	**316,664**	**214,765**
Imposto de renda e contribuição social correntes - 34%	**(101,793)**	**(62,384)**	**(107,104)**	**(72,997)**
Diferenças temporárias	**(590)**	(47,207)	**(6,307)**	(57,301)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - 34%	**201**	**16,050**	**2,201**	**19,482**

b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Ativo:				
Sobre provisão para contingências				
. Do exercício	**201**	16,050	**2,201**	19,482
. De exercícios anteriores	**16,050**	-	**21,557**	4,010
	16,251	**16,050**	**23,758**	**23,492**
Passivo:				
Sobre reserva de reavaliação	**59,642**	62,665	**99,755**	62,665
	59,642	**62,665**	**99,755**	**62,665**

A Companhia e suas controladas apresentam histórico de geração de lucros tributáveis futuros e estima recuperar os créditos tributários num prazo de até oito anos em função da expectativa de desfecho das causas geradoras das contingências, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
2008	**398**	394	**2,278**	2,254
2009	**398**	394	**2,278**	2,254
2010	**398**	394	**2,278**	2,255
2011	**398**	394	**2,278**	2,255
2012 a 2014	**14,659**	14,474	**14,646**	14,474
	16,251	**16,050**	**23,758**	**23,492**

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 2 de janeiro de 2007, foi aprovada a reforma do Estatuto Social e o desdobramento das 52.523.990 ações existentes em 350.000.000 de ações ordinárias e sem valor nominal. Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 7 de março de 2007, foi aprovada nova reforma do Estatuto Social e o desdobramento dessas 350.000.000 de ações em 700.000.000.

Em 28 de março de 2007, a Companhia aumentou o Capital Social através de oferta pública de distribuição primária de 150.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R$ 8,00 por ação, sendo a importância de R$ 39.224 destinada a formação do capital social e a diferença, no montante de R$ 1.160.776, destinada a formação de reserva de capital.

Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2007 foi aprovada a subscrição privada de 227.400.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R$ 8,1523 por ação, que corresponde a R$ 1.853.833 gerando uma reserva de capital de R$ 207. A BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (BNDESPAR) subscreveu uma parcela relevante das novas ações ordinárias representativas do capital social da Companhia. A subscrição de ações de emissão da Companhia por BNDESPAR se deu mediante a cessão de parcela do direito de preferência das acionistas J&F e da ZMF na subscrição dessas novas ações.

O Capital Social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2007 é representado por 1.077.400.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 50.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Reservas estatutárias

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após a destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

d) Dividendos

Serão distribuídos dividendos obrigatórios não inferiores, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei 6.404/76.

19 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	**87,544**	(71,699)	**14,506**	(72,645)
Resultado financeiro com derivativos	**(180,877)**	141,331	**(180,678)**	139,432
Juros Passivos	**(220,422)**	(253,257)	**(283,681)**	(261,652)
Juros Ativos	**68,041**	53,130	**85,102**	53,211
Impostos, contribuições, tarifas e outros	**(30,569)**	(148,802)	**(38,362)**	(105,491)
	(276,283)	**(279,297)**	**(403,113)**	**(247,145)**

O resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 está afetado negativamente pela expressiva variação cambial dos investimentos permanentes em moeda estrangeira, principalmente em decorrência da forte desvalorização do dólar norte americano e do peso argentino frente ao real. O impacto dessa variação cambial no resultado financeiro da Companhia é de R$ 82.809 (R$ 160.030 no Consolidado) e que não afetou o EBITDA.

20 Despesas extraordinárias

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Despesa com abertura de capital	**53,313**	-	**53,313**	-
Acordo CADE	**13,769**	-	**13,769**	-
	67,082	**-**	**67,082**	**-**

Referem-se a despesas não recorrentes incorridas no exercício de 2007, com a abertura de capital e colocação de ações no Novo Mercado e contribuição pecuniária ao CADE, conforme detalhado na nota explicativa 16.

21 Remuneração dos administradores

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 foi de: R$ 3.000 e R$ 5.180, respectivamente.

22 Cobertura de seguros (Não auditado)

É política da Companhia manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros de acordo com a sua natureza. Em decorrência dos ativos segurados estarem multi-localizados, a Companhia contrata seguro com o conceito de perda máxima possível por unidade operacional. Os principais eventos segurados são: incêndio; inundação e desmoronamento.

Em 31 de dezembro de 2007 o limite máximo individual de cobertura era R$ 99.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a controlada indireta Swift-Armour, localizada na República Argentina, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2007 de US$ 65 milhões (equivalente a R$ 115.000 em 31 de dezembro de 2007).

Para a controlada indireta JBS USA, localizada nos Estados Unidos, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2007 de US$ 295 milhões (equivalente a R$ 523.000 em 31 de dezembro de 2007).

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, risco de créditos, taxas de juros e preços na compra de gado. Esses riscos são administrados pela Tesouraria, área responsável pela gestão de riscos por meio de sistema de cálculo estatístico de "VAR - Value at Risk", e monitorados permanentemente pelo comitê financeiro e por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição.

a) Riscos de taxas de câmbio e juros

O risco de variação cambial e taxas de juros sobre os empréstimos, financiamentos, aplicações financeiras, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos individualmente, por instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de troca de moeda - "swap" (Dólar para CDI), contratos de troca de taxas (Libor para taxas pré ou vice-versa ou CDI) e contratos de mercado futuro em Bolsa de Valores, e contratos a termo de moedas - "forwards".Os valores nominais destes contratos não são registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados das operações de balcão no mercado futuro de moeda, realizados e não liquidados financeiramente e os ajustes diários de posição de contratos futuros de moeda na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F, em 31 de dezembro de 2007, estão registrados nas demonstrações financeiras, respectivamente, nas rubricas "Valores a receber de contratos futuros" e "Valores a pagar de contratos futuros".

b) Riscos de créditos

A Companhia é potencialmente sujeita a risco de créditos relacionados com as contas a receber de clientes, que é minimizado com a pulverização da carteira de clientes, uma vez que não possui clientes ou grupo empresarial, representando mais de 10% do faturamento consolidado, e na concessão de créditos aos clientes, com bons índices financeiros e operacionais.

c) Riscos de preços na compra de gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro.

d) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, e estão contabilizadas de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros e contratos de derivativos em 31 de dezembro de 2007 foram estimados com base em preços cotados no mercado.

24 Mudança na Legislação Societária Brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que modifica certos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). Em termos gerais, a nova Lei requer a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com determinados padrões contábeis internacionais derivados das normas emitidas pelo IASB - International Accounting Standard Board, com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2008.

Dentre as alterações requeridas nas práticas contábeis adotadas no Brasil estão: a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa; a inclusão da Demonstração do Valor Adicionado; a criação de novos subgrupos de contas; e a introdução de novos critérios para classificação e avaliação de instrumentos financeiros, valorização de determinados ativos a valor de mercado e do conceito de ajuste ao valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as de curto prazo, se relevantes. A Companhia já adota a prática de divulgar a Demonstração do Fluxo de Caixa.

O principal impacto das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 nas demonstrações contábeis individual e consolidada da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 é decorrente dos ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários da controladora e controlada, no exterior, que se fossem efetuados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 09 de novembro de 2007, aprovado pela Deliberação CVM n° 534, de 29 de janeiro de 2008 produziriam uma redução do prejuízo do exercício de R$ (165.032) para R$ (5.002), pois seriam reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, no subgrupo Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essa redução do prejuízo seria refletida na redução do resultado de equivalência patrimonial de R$ (276.591) para R$ (199.370) na controladora e no resultado financeiro líquido de R$ (276.283) para R$ (193.474) na controladora e de R$ (403.113) para R$ (243.083) no consolidado. A nota explicativa 25 apresenta uma demonstração resumida do resultado do exercício, contemplando esses efeitos.

25 Efeitos das variações cambiais sobre investimentos societários no exterior ocorridas no exercício de 2007.

A JBS S.A. é uma companhia aberta desde 28 de março de 2007. Tem investimentos relevantes, direta ou indiretamente, em vários países, principalmente nos Estados Unidos e na Argentina.

O investimento nos Estados Unidos foi efetuado em julho de 2007, através da aquisição do controle da JBS USA, em uma operação no valor de US$ 950 milhões.

O investimento na Argentina refere-se ao controle indireto da Swift Armour, envolvendo aportes de 716 milhões de pesos argentinos, dos quais 356 milhões foram efetuados durante o exercício de 2007.

Tanto o dólar norte americano quanto o peso argentino sofreram desvalorizações significativas em relação ao real no período decorrido entre as datas dos investimentos e o término do exercício de 2007. A desvalorização do dólar em relação ao real foi de 7,9% e a do peso argentino em relação ao real foi de 19,6%.

Essas desvalorizações do dólar norte americano e do peso argentino em relação ao real geraram variações cambiais de montante significativos na avaliação dos investimentos acima mencionados.

O Pronunciamento Técnico CPC 02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 09 de novembro de 2007, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008, que trata dos efeitos nas mudanças nas taxas de cambio e conversão de demonstrações contábeis, levou em consideração a importância e necessidade de que as normas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais.

Considerando que a Companhia tornou-se aberta no exercício de 2007, e que, nesse exercício de 2007, foram efetuados os investimentos relevantes que geraram as variações cambiais de valores significativos, entendem os seus Administradores que as normas contábeis internacionais, introduzidas no Brasil através do Pronunciamento Técnico em questão, que, em princípio, somente serão obrigatoriamente aplicadas a partir de dezembro de 2008, poderiam ser aplicadas no exercício de 2007, para melhor apresentar seus resultados operacionais.

A Companhia formulou consulta à CVM para obter autorização para aplicar antecipadamente os procedimentos previstos no Pronunciamento CPC 02, porém, face aos prazos legais para divulgação de suas demonstrações contábeis e realização da AGO, decidiu não proceder a essa antecipação, oficialmente. Entretanto, por julgar relevante e atender ao que foi recomendado pela CVM em seu “Comunicado ao Mercado” emitido em 14 de janeiro de 2008, a Companhia divulga a seguir como se apresentaria a sua Demonstração do Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, adotando o procedimento de reconhecer as variações cambiais de investimentos relevantes mantidos no exterior diretamente no patrimônio líquido e que melhor refletem o seu desempenho operacional.

	Controladora	Consolidado
	" Pro Forma"	
Receita operacional líquida	3,995,842	14,141,571
Custo dos produtos vendidos	(2,915,674)	(12,609,093)
LUCRO BRUTO	**1,080,168**	**1,532,478**
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(448,657)	(1,062,224)
Resultado financeiro líquido	(193,474)	(243,083)
Resultado de equivalência patrimonial	(199,370)	-
Demais despesas operacionais	(141,906)	(141,935)
Resultado não operacional	(171)	11,206
Imposto de renda e contribuição social	(101,592)	(104,903)
Participação minoritária no resultado de controladas	-	3,459
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(5,002)**	**(5,002)**
VALOR EBITDA	**688,137**	**591,061**

26 Eventos Subsequentes

a) Aquisição da Inalca

Em 3 de março de 2008, a Companhia concluiu a aquisição de 50% do capital social da Inalca S.p.A. (Inalca), controlada pela Cremonini – CRM.MI (Cremonini) por um total de 225 milhões de Euros, baseado em um"enterprise value" da Inalca de 600 milhões de Euros.

A Inalca é líder absoluta na Itália, sendo uma das principais operadoras européias no setor de processamento de carne bovina. A Inalca produz e comercializa uma linha completa de carnes frescas e congeladas, embaladas a vácuo ou divididas em porções, carne enlatada, produtos prontos para consumo, hambúrguer fresco e congelado, carne moída e produtos pré-cozidos. Com uma capacidade de abate de 3.500 cabeças de gado/dia e uma capacidade de processamento de 260.000 toneladas de carne/ano (das quais 50.000 toneladas de hambúrguer), a Inalca opera através de uma estrutura de produção composta de 6 unidades na Itália, especializada por linha de produção, e 9 instalações internacionais localizadas na Europa, Rússia e na África.

Sua subsidiária integral Montana Alimentari S.p.A. (Montana) é uma das principais operadoras italianas na produção, comercialização e distribuição de carnes curadas, aperitivos e produtos prontos para consumo, oferecendo mais de 230 produtos. Proprietária das marcas históricas "Montana" e "IBIS", a Montana apresenta uma estrutura industrial de 4 unidades, especializadas por tipo de produção e localizadas em áreas definidas como Denominação de Origem Protegida (D.O.P) e Indicação Geográfica Protegida (I.G.P). A Montana é também uma das principais operadoras no mercado italiano de carne enlatada, com 22% de participação de mercado, e de produtos fatiados.

A Companhia e a Cremonini, assinaram um contrato que visa a formação de uma aliança estratégica entre elas, a qual abrangerá toda a divisão de produção de carne ovina e subprodutos de carne bovina da Cremonini. O acordo inclui uma opção de venda, de acordo com a qual a Cremonini poderá exercer o direito de vender a sua participação de 50% na Inalca para a Companhia a qualquer momento entre o quarto e décimo ano após a conclusão da operação. Além disso, o acordo estabelece uma opção de compra, a qual pode ser exercida no caso de mudança de controle dos respectivos acionistas majoritários. Esta aliança estratégica criará sinergias importantes entre os produtos e canais de venda da Companhia e da Cremonini, ambas líderes em seus respectivos mercados: a JBS com produção e distribuição nos mercados da América do Sul, Estados Unidos e da Austrália, e a Cremonini, através da Inalca e Montana, com atuação na Europa, Rússia e África.

Para a Companhia, esta operação representa uma oportunidade de acesso a novos mercados e clientes, dentre os quais grandes multinacionais no setor de fast food, produtores de alimentos industrializados, grandes cadeias de varejo e empresas de distribuição de alimentos (foodservice). A aliança também oferece à Companhia acesso à tecnologia de última geração da Inalca, amplamente reconhecida, bem como aos produtos de maior valor agregado comercializados sob a marca Montana. Para a Cremonini, a transação garante acesso privilegiado às principais fontes mundiais de fornecimento de carne bovina, além de fortalecer o controle global de toda a cadeia de abastecimento.

b) Contratos de aquisição:

Smithfield Beef

Em 4 de março de 2008, a Companhia celebrou um "stock purshase agreement" visando à aquisição, direta ou indiretamente, da totalidade das ações representativas do capital social da Smithfield Beef Processing (Smithfield), incluindo 100% das ações de emissão da subsidiária Five Rivers Ranch Cattle Feeding (Five Rivers). A Smithfield é uma sociedade com sede em Delaware, Estados Unidos da América, e que concentra a unidade produtora de carne bovina da Smithfield Foods, Inc. Estão excluídos na aquisição da Smithfield os estoques de gado vivo, mantendo-se, entretanto, a prestação de serviço do processo de engorda pela Companhia. O fechamento da operação contemplada no contrato está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais em negócios dessa natureza, dentre as quais a aprovação pelas autoridades governamentais.

A Smithfield possui quatro plantas de abate de bovinos, situadas em Green Bay/Wisconsin, Plainwell/Michigan, Souderton/Pensilvânia e Tolleson/Arizona; uma graxaria em Elroy/Pensilvânia; uma unidade de confinamento de bovinos em South Charleston/Ohio; e uma transportadora, com cerca de 120 veículos de transporte refrigerado. A Smithfield processa aproximadamente 680 mil toneladas de carne bovina in natura por ano.
A Five Rivers possui dez unidades de confinamento de bovinos com capacidade para 811.000 cabeças localizadas nos estados do Colorado, Idaho, Kansas, Oklahoma e Texas.

De acordo com o contrato , o preço de aquisição da Smithfield Beef é de US$ 565 milhões e será pago integralmente em dinheiro. O preço de aquisição está sujeito a ajustes, de acordo com as variações no valor de capital de giro da Smithfield. Adicionalmente, a Companhia tem a intenção de capitalizar a Five Rivers em mais US$ 200 milhões após o fechamento da operação.

National Beef

Em 4 de março de 2008, a Companhia celebrou um "Membership Interest Purshase Agreement" visando à aquisição, direta ou indiretamente, da totalidade da participação societária representativa do capital social da National Beef, sociedade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos da América, e que abate e comercializa carne bovina, cortes de carne embalados e customizados e subprodutos bovinos. O fechamento da operação contemplada no Contrato está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais em negócios dessa natureza, dentre as quais a aprovação pelas autoridades governamentais.

A National Beef possui três plantas de abate de bovinos, uma em Dodge City/Kansas, uma em Liberal/Kansas e uma em Brawley/California; duas plantas de processamento de cortes de carne embalados e customizados ,especializadas em produtos para venda a varejistas com destino ao consumidor final situadas em Hummels Wharf/Pensilvânia e Moultrie/Geórgia; uma planta especializada em produtos porcionados para estabelecimentos comerciais e consumidor final em Kansas City/Missouri; e uma transportadora, com cerca de 1.200 veículos entre transporte refrigerado e de gado vivo, localizada em Liberal/Kansas.

De acordo com o Contrato, a Companhia pagará aos membros da National Beef o valor total de US$ 560 milhões, dos quais aproximadamente US$ 465 milhões serão pagos em dinheiro e aproximadamente US$ 95 milhões serão pagos em ações de emissão da Companhia. No fechamento da operação, a Companhia assumirá as dívidas e outros passivos da National Beef, resultando em um valor de firma (enterprise value) de aproximadamente US$ 970 milhões. A Companhia pretende utilizar ações de sua emissão em tesouraria para realizar o pagamento da parcela do preço de aquisição a ser paga em ações, e, para tanto, procurará obter a devida autorização da CVM, nos termos da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980.

Tasman

Em 4 de março de 2008, a Companhia celebrou um "Share Sale Agreement" visando à aquisição, direta ou indiretamente, das operações da Tasman, da Austrália, com atuação no abate, processamento e comercialização de carne bovina e de animais de pequeno porte. A conclusão da operação contemplada no contrato está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais em negócios dessa natureza, dentre as quais a aprovação pelas autoridades governamentais.

A Tasman possui seis plantas de abate de bovinos e animais de pequeno porte situadas em Brooklyn/Victoria, Cobram/Victoria, Devonport/Tasmânia, Longford/Tasmânia,Yarrawonga/Victoria e King Island/Tasmania; e uma unidade de confinamento, com capacidade para 25.000 cabeças de gado e 45.000 cabeças de ovinos em Yambinya/New South Wales.

O preço de aquisição da Tasman é de AUS$ 160 milhões (aproximadamente US$ 150 milhões) e será pago integralmente em dinheiro, considerando um valor de firma (enterprise value), composto por AUS$ 110 milhões em equity value e mais AUS$ 50 milhões de dívida da Tasman.

Para fazer frente às obrigações financeiras estabelecidas nos contratos que tratam das aquisições da Smithfield; National Beef e Tasman, bem como às despesas incorridas pela Companhia nessas operações, será realizada uma subscrição privada de novas ações da Companhia, no montante aproximado de R$ 2.550.000, ao preço de emissão de R$ 7,07 por ação, nos termos do artigo 170, parágrafo §1º, inciso III, da Lei nº 6.404/76. Para tanto, será convocada uma Assembléia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar sobre o aumento do capital social, bem como sobre a ratificação da celebração dos contratos relacionados com as referidas aquisições e dos respectivos laudos de avaliação, nos termos do artigo 256, §1º, da Lei nº 6.404/76.

DIRETORIA EXECUTIVA

Joesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Wesley Mendonça Batista
Diretor Executivo de Operações

Sérgio Longo
Diretor de Finanças e Relação com Investidores

Francisco de Assis e Silva
Diretor Jurídico

José Paulo da Silva Filho
Contador CRC: 1PE011318/O-0 'T' SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joesley Mendonça Batista
Presidente do Conselho

Wesley Mendonça Batista
Vice-Presidente

José Batista Sobrinho

José Batista Júnior

Marcos Vinicius Pratini de Moraes

Affonso Celso Pastore

José Cláudio Rêgo Aranha

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da JBS S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e à vista do parecer da Terco Grant Thornton Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária em vigor, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da JBS S.A., opinando por sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 28 de março de 2008.

Divino Aparecido dos Santos

Florisvaldo Caetano dos Santos

---

* * * * *

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes e Acionistas, a Administração da JBS S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, com o parecer dos Auditores Independentes. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados consolidados, conforme a legislação societária, e levam em consideração o mesmo período de 2006, exceto quando especificado em contrário.

Missão
"Sermos os melhores naquilo que nos propusermos a fazer, com foco absoluto em nossas atividades, garantindo os melhores produtos e serviços aos clientes, solidez aos fornecedores, rentabilidade satisfatória aos acionistas e a certeza de um futuro melhor a todos os colaboradores."

Crença
"Por acreditarmos que um dos principais diferenciais competitivos é a qualidade das pessoas, por acreditarmos que por mais simples que seja a função, pessoas preparadas e motivadas fazem a diferença, atribuímos ao Capital Humano o maior patrimônio de nossa empresa. Principalmente através das pessoas conseguimos inovar, criar, melhorar e crescer. Este capital bem direcionado e apoiado nos permite alcançar os resultados necessários para perpetuar a empresa."

Nossos Valores
• Planejamento;
• Determinação;
• Disciplina;
• Disponibilidade;
• Franqueza e;
• Simplicidade.

Mensagem da Administração

Durante o ano de 2007, a JBS deu continuidade a sua política de expansão, firmando a sua liderança mundial no setor de carne bovina e consolidando a sua globalização. A JBS apresentou um crescimento considerável na sua receita, com vendas líquidas totalizando R$14.141,6 milhões no exercício, incluindo os resultados da sua subsidiária americana JBS USA que engloba as operações na Austrália, durante o período de 173 dias a partir da sua aquisição em 11 de julho de 2007.

Os principais destaques econômico-financeiros de 2007 foram:

- A receita líquida da JBS em 2007 cresceu 228,7%, de R$4.301,7 milhões em 2006 para R$14.141,6 milhões em 2007.
- A margem EBITDA da Companhia em 2007 foi de 4,18%, composta pela margem de 14,2% da JBS MERCOSUL e -1,1% de margem da JBS USA.
- No 4T07 a JBS MERCOSUL apresentou margem EBITDA de 15,1%.
- A divisão de carne suína da JBS USA apresentou no 4T07 a maior margem EBITDA dos últimos 5 anos: 6,8%.
- No 4T07 a margem EBITDA da JBS Austrália foi de 3,4%, sendo este o segundo melhor resultado dos últimos 5 anos.
- O resultado da Companhia foi impactado pelas variações cambiais de investimentos em controladas no exterior.

Nas operações do MERCOSUL mesmo com os altos preços do gado no 4T07, a Companhia aumentou suas vendas e margens, provando sua capacidade no repasse do preço da matéria-prima ao preço do produto final, movimento antecedido pela desaceleração dos abates da JBS no 3T07, que ocasionou na recuperação das margens neste período.

O ano de 2007 fica marcado na história da JBS como o ano da globalização da Cia. As aquisições internacionais na Argentina, Estados Unidos, Austrália e Itália reforçam a estratégia da JBS em diversificar geograficamente suas unidades de produção e distribuição, reafirmando a sua presença global nos principais países produtores de carne e com acesso a 100% dos mercados consumidores. Esta plataforma de produção distribuída resultou no surgimento da maior empresa de carne bovina do mundo em capacidade de abate e maior exportadora neste segmento. Com isso, a Companhia protege-se contra eventuais restrições comerciais e sanitárias que possam surgir ao redor do mundo. Estratégia provada com sucesso mais uma vez frente às novas exigências da União Européia à carne

brasileira, pois a JBS direcionou a demanda de seus clientes do mercado europeu para as suas outras plataformas internacionais.

Com a redução do comércio de carne *in natura* com a Europa, fica aberta a oportunidade de desenvolver um volume de vendas maiores de carnes industrializadas, que não sofreram restrição, para aquele mercado. A JBS é o maior produtor de carnes industrializadas do mundo com fábricas "state of the art".

A entrada da JBS com um novo player no mercado Norte Americano, causou margens negativas no setor de carne bovina daquele país, um período de acomodação movido principalmente por uma expansão no abate da JBS USA de 14.500 bois por dia para 20.500 cabeças/dia, que causou forte pressão nos preço de compra do gado e preço de venda da carne.

A JBS fechou o ano de 2007 iniciando atividades na Europa com a aquisição de 50% da Inalca, uma das maiores produtoras de carne bovina do mercado europeu, com plantas e centros de distribuição na Itália, Rússia e África.

No ano de 2008, a JBS anunciou a conclusão da negociação para a compra da National Beef Packing Company, LLC, Smithfield Beef Group, Inc. e do Grupo Tasman, sendo as duas primeiras empresas situadas nos Estados Unidos e a terceira na Austrália. O fechamento destas aquisições está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais em negócios dessa natureza, dentre as quais a aprovação pelas autoridades governamentais.

Essas três aquisições somam investimentos no valor de US$1,68 bilhão e serão suportadas em sua maioria por uma subscrição privada de novas ações. Dessa maneira a Empresa não alavancará sua estrutura de capital.

Essas aquisições representam a conclusão do plano de investimentos para a construção de uma sustentável plataforma de abate, produção e comercialização de carne nos EUA e na Austrália, que se iniciou em julho de 2007 através da aquisição da Swift & Company.

As aquisições relatadas, somadas ao positivo cenário global de comércio de carne bovina e à retomada nas margens já notadas no setor nos EUA em 2008, criam um panorama para a JBS atingir resultados positivos durante o ano de 2008.

A Companhia agradece o apoio e a dedicação de todos os seus colaboradores, os quais são parte fundamental da sua história de expansão, através do seu comprometimento, excelência no desempenho de suas funções e espírito de equipe. Adicionalmente, a JBS agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e comunidades do entorno por todo apoio e credibilidade, reforçando o compromisso de buscar sempre atender às expectativas de todos os seus *stakeholders*.

Histórico e Perfil Corporativo

Histórico

A JBS iniciou suas operações em 1953, na Cidade de Anápolis, Goiás, com uma pequena planta de abate, com capacidade de abate de 5 cabeças de gado por dia.

Em 1968, a Companhia adquiriu a primeira planta de abate e em 1970 a segunda, aumentando sua capacidade de abate para 500 cabeças de gado por dia.

De 1970 a 2001, a JBS expandiu significativamente as operações no setor de carne bovina no Brasil. Tal expansão se deu através de aquisições de plantas de abate e unidades produtoras de carne industrializada, bem como por meio de investimentos no aumento da capacidade produtiva das plantas preexistentes. Nesse período, a capacidade de abate aumentou de 500 cabeças/dia para 5,8 mil cabeças/dia.

De 2001 até 2006, a capacidade de abate aumentou de 5,8 mil cabeças/dia para 19,9 mil cabeças/dia em 2006 e a Companhia passou a operar um total de 21 plantas no Brasil e 5 na Argentina. Em agosto de 2005, a JBS indiretamente adquiriu 100% do capital social da Swift-Armour, a maior produtora e exportadora de carne bovina na Argentina, através de outra holding, a JBS Holding Internacional Ltda.

Após a aquisição da Swift, a JBS, através de sua companhia Swift-Armour Argentina S.A., ofereceu durante leilão público, o maior valor para aquisição da planta em Pontevedra, que pertencia a *Compañia Elaboradora de Produtos Alimentícios* (CEPA). Este investimento foi somado à aquisição, em 2006, da planta em Venado Tuerto, também pertencente à CEPA.

Em janeiro de 2007, a Companhia adquiriu 100% das ações de emissão da empresa norte americana SB Holdings e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales Internacional e Austral Foods, uma das maiores distribuidoras de

produtos industrializados de carne bovina no mercado norte-americano e detentora das marcas "Hereford", "Manco Pride" e "Rip n' Ready".

Em 11 de julho de 2007, a Companhia concluiu a aquisição do controle acionário da Swift Foods Company, sociedade com sede em Delaware, Estados Unidos da América, pelo valor de US$ 1.459 milhões, sendo US$ 225 milhões pagos a HM Capital Partners LLC, antiga acionista controladora da Swift, e US$ 1.234 milhões utilizados para a liquidação de passivos financeiros da Swift Foods.

Recentemente, em 03 de março de 2008, a JBS concluiu a aquisição no valor total de 225 milhões de Euros (U$331,1 milhões) de 50% do capital da empresa "Inalca".

No dia 4 de março de 2008, a JBS concluiu a negociação para a compra da National Beef Packing Company, LLC, Smithfield Beef Group, Inc. e do Grupo Tasman, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.

Perfil Corporativo

A JBS S.A (Companhia) é uma empresa de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo.

A JBS é registrada como companhia aberta na CVM sob nº 20575, desde 27 de março de 2007.

Atualmente a JBS é o maior produtor de carne bovina do mundo, com uma capacidade de abate de 51,4 mil cabeças/dia (não considerando as aquisições da National Beef, Smithfield Beef e Grupo Tasman); O maior exportador mundial de carne bovina, com acesso a todos os mercados mundiais e plataformas de produção nos 4 maiores países produtores do mundo (Brasil, Argentina, EUA e Austrália).

A companhia produz carne bovina *in natura*, carne industrializada, pratos elaborados, vegetais em conserva, subprodutos de origem bovina, além de carne suína *in natura.*

Além disso, é líder em vendas de carne bovina nos mercados domésticos brasileiro, argentino e australiano.

É também a terceira maior empresa de carne bovina no mercado americano.

Terceira maior empresa de carne suína dos Estados Unidos, com uma capacidade de abate de 47,9 mil suínos/dia.

Suas operações são realizadas em diversas plantas localizadas no Brasil, Argentina, Estados Unidos e Austrália, o que proporciona acesso a todos os mercados consumidores do mundo, flexibilidade operacional de produção, baixos custos de transporte tanto do gado até as nossas plantas como dos nossos produtos até nossos clientes, e um menor risco de eventuais problemas fitossanitários.

A companhia possui uma estrutura de baixo custo, ciclo operacional eficiente e produtos de alta qualidade.

Atualmente, as unidades estão dispostas da seguinte maneira:

- 19 plantas de abate localizadas nos Estados brasileiros do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia, São Paulo e Paraná, sendo que cinco dessas plantas possuem também unidades produtoras de carne industrializada;
- uma planta de carne em conserva localizada no Estado do Rio de Janeiro, Brasil;
- uma planta de vegetais em conserva no Estado de Minas Gerais, Brasil;
- um confinamento localizado no Estado de São Paulo, Brasil;
- uma planta de beef jerky localizada no Estado de São Paulo, Brasil;
- seis plantas de abate localizadas em quatro províncias da Argentina (Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba), sendo que quatro dessas plantas possuem também unidades produtoras de carne industrializada;
- uma planta produtora de embalagens metálicas na Província de Buenos Aires, Argentina;
- quatro plantas de abate de carne bovina nos Estados americanos de Colorado, Utah, Texas e Nebraska;
- três plantas de abate de carne suína nos Estados americanos de Minnesota, Iowa e Kentucky;
- uma planta de carne porcionada (case ready) no Estado da Califórnia, EUA;
- uma planta de carne ovina no Estado do Colorado, EUA;
- uma planta de produção de Wet Blue (couro) no Estado do Texas, EUA;
- duas plantas de beef jerky localizadas nos Estados americanos de Minnesota e Texas;
- quatro plantas de abate de carne bovina no Estado australiano de Queensland;
- quatro confinamentos de bovinos nos Estados australianos de Queensland e New South Wales;

Contamos ainda com unidades de apoio logístico, que contribuem para a manutenção da nossa eficiente estrutura de custos, com as seguintes características:
(i) quatro centros de distribuição no Brasil;
(ii) um pátio de contêineres localizado próximo ao porto de Santos, Estado de São Paulo, Brasil;
(iii) nove centros de distribuição nos Estados Unidos;
(iv) seis centros de distribuição na Austrália; e
(v) subsidiárias no Chile, Egito, Inglaterra, Coréia do Sul, Japão, Taiwan, China e Hong Kong que são responsáveis pela distribuição e comercialização de nossos produtos em tais países.

Indústria de Carne Bovina Mundial

Produção

Segundo dados do USDA, o rebanho mundial de gado fechou o ano de 2007 com um total de 1,0 bilhão de cabeças de gado, o que representou um crescimento de 0,5% em relação a 2006. Dado que a Índia não se utiliza de seu rebanho bovino para fins comerciais tendo em vista questões religiosas, o Brasil possui o maior rebanho comercial do mundo com 187,2 milhões de cabeças de gado em 2007, segundo o USDA.

Os principais países responsáveis pelo crescimento do rebanho em 2007 foram o Brasil, a China e os EUA. Por outro lado, verificamos também reduções nos rebanhos da Rússia, da União Européia e do Uruguai. A Rússia passa por um processo de urbanização que gera uma redução drástica nas atividades do campo com impacto negativo no rebanho, conseqüentemente, o país tornou-se um grande importador de carne bovina. Já na União Européia, a gradual redução dos subsídios agrícolas dado a criadores e exportadores desestimula a criação de gado bovino assim reduzindo o rebanho do bloco. No caso do Uruguai, a abertura do país para exportações de carne bovina in natura para os Estados Unidos resultou no aumento do abate em proporção superior ao crescimento de seu rebanho. Em termos de produção, segundo dados do USDA, em 2007 foram produzidas 54,5 milhões de toneladas de carne bovina no mundo, representando um crescimento de 1,5% em relação a 2006.

Os destaques positivos ficam por conta do crescimento da produção (i) nos Estados Unidos, demonstrando a recuperação de sua produção, afetada no passado pela ocorrência de BSE, em dezembro de 2003; (ii) no Brasil, em vista da crescente demanda do mercado interno e internacional; e (iii) na China, em razão dos constantes crescimentos do seu consumo doméstico. Para 2008, o USDA prevê um crescimento na produção semelhante ao verificado em 2007.

Consumo

A carne bovina é uma fonte rica em nutrientes protéicos. Segundo o USDA, durante o período de 2001 a 2007, o consumo mundial de carne bovina apresentou um crescimento anual médio de 1,1%.

Segundo a mesma fonte, em 2007 foram consumidos aproximadamente 52,5 milhões de toneladas de carne bovina no mundo, representando um crescimento de 1,2% em relação a 2006. Grande parte deste consumo 2/3 do consumo total, segundo o USDA, está concentrado nos países do hemisfério ocidental devido aos hábitos alimentares desta região. Para os próximos anos, espera-se um crescimento contínuo no consumo mundial de carne bovina, como conseqüência do crescimento populacional, do desenvolvimento econômico e do crescimento da renda per capita.

Importações

Apesar de ser o maior produtor do mundo de carne bovina, os Estados Unidos são também os maiores importadores do planeta, tendo em vista que a sua produção não é capaz de atender toda demanda do seu relevante mercado consumidor.

Em 2007, segundo o USDA, as importações mundiais de carne bovina acumularam o montante de 5,6 milhões de toneladas, representando um crescimento de 5,3% em relação a 2006, principalmente em função da redução do rebanho na Rússia e a redução dos subsídios agrícolas dado a criadores e exportadores na União Européia que vem desestimulando a criação de gado bovino.

Para 2008, projeta-se um total de importações de 5,7 milhões de toneladas, representando um crescimento de 1,1%. Acredita-se no crescimento das importações não só para 2008, como para os próximos anos, tendo em vista, principalmente, (i) o crescimento da demanda nos países desenvolvidos e em desenvolvimento; (ii) a redução do rebanho bovino na Rússia e, conseqüentemente, de sua capacidade de produção; (iii) a redução dos subsídios aos criadores de gado e exportadores na União Européia, o que vem afetando negativamente a sua produção; e (iv) a expectativa do início de importações de carne bovina pela China, dado o relevante crescimento no consumo de carne bovina nesse país.

Exportações

O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, tendo alcançado essa posição de liderança em 2004. Em 2007, as exportações de carne bovina brasileira apresentaram um crescimento de 15,2% em relação a 2006, expandindo e consolidando ainda mais sua posição de liderança global, apesar das restrições para exportações de carne in natura por parte de alguns países, devido à ocorrência de um foco de febre aftosa no Mato Grosso do Sul no final de 2005 e outro no Paraná no início de 2006.

Em 2007, os Estados Unidos apresentaram um aumento de 25,2% nas suas exportações, em relação a 2006. Esse relevante aumento é reflexo da retomada das exportações, dado que os Estados Unidos sofreram um embargo por parte de vários países, o que resultou em uma queda drástica das suas exportações, tendo em vista o caso de BSE "Vaca Louca" registrado em 2003.

As exportações norte-americanas são principalmente voltadas para o Japão, Coréia do Sul, México e Canadá, para os quais o Brasil não exporta carne in natura. Embora a Índia tenha apresentado um crescimento de 6,4% em suas exportações, estas correspondem, em sua grande maioria, à carne de origem do búfalo, uma vez que o rebanho bovino deste país é considerado sagrado. Para 2008, o USDA prevê um crescimento nas exportações mundiais de 6,4%, tendo em vista a expectativa de normalização das exportações tanto da Argentina como também dos Estados Unidos. O crescimento das exportações mundiais para os próximos anos também leva em consideração o crescimento das exportações no Brasil e na Austrália, países líderes no comércio mundial do produto.

A Indústria Brasileira de Carne Bovina

Com 187,2 milhões de cabeças de gado em 2007, o Brasil possui o maior rebanho de gado no mundo para fins comerciais. Nos últimos 15 anos, a indústria de carne bovina brasileira tem enfrentado um intenso processo de internacionalização e as exportações de carne bovina brasileira aumentaram de menos de 5% da produção no início dos anos 90 para aproximadamente 25,3% em 2007.

Adicionalmente, a participação brasileira no total das exportações mundiais de carne bovina aumentou de aproximadamente 5,0% no início dos anos 90 para 31,9% em 2007, apesar do fato do Brasil ter acesso a menos de 50,0% dos mercados mundiais de carne *in natura* uma vez que o bloco do Pacífico (Estados Unidos, Canadá, México, Japão e Coréia do Sul) proíbe a importação de carne bovina *in natura* do Brasil. As exportações brasileiras de carne bovina tiveram aumento de 25,5% em média de 2000 a 2007, como resultado:

- do aumento da produtividade no setor de carne bovina brasileira e redução dos custos de produção;
- maior número de campanhas de marketing e propaganda;
- de um aumento do número de destinos das exportações;
- de uma redução nas barreiras sanitárias e comerciais.

A Indústria Argentina de Carne Bovina

Com 51,3 milhões de cabeças de gado em 2007, a Argentina possui o quarto maior rebanho no mundo para fins comerciais. Atualmente, a Argentina é a quarta maior exportadora de carne bovina no mundo, com uma participação de 7,0% no total das exportações mundiais de carne bovina, apenas atrás do Brasil, Austrália e EUA.

A Indústria Americana de Carne Bovina

Os Estados Unidos são o maior produtor de carne bovina do mundo apesar de possuírem o terceiro maior rebanho comercial do mundo, com 96,9 milhões de cabeças. É também o maior consumidor de carne bovina, com um consumo de 12,8 milhões de toneladas ano.

Os EUA são os maiores deficitários em carne bovina do mundo e o maior importador mundial do produto. O país tem um grande consumo de carne de segunda (dianteiro) e um consumo menor de cortes nobres. Com isso, destaca-se nas exportações da carne nobre enquanto é o maior importador de carne de segunda do mundo.

A Indústria Australiana de Carne Bovina

A Austrália possui um rebanho de 28,4 milhões de cabeças de gado e é atualmente o segundo maior exportador de carne bovina do mundo.

Análise dos Resultados do Ano de 2007 – Principais Indicadores Consolidados

A tabela abaixo demonstra os resultados consolidados da JBS em BR GAAP e em Reais (R$), incluindo os resultados da sua subsidiária americana JBS USA que engloba as operações na Austrália, durante o período de 173 dias a partir da sua aquisição em 11 de julho de 2007.

R$ milhões	12M07	%	12M06	%	Var.% 12M07/12M06
Receita Líquida	**14.141,6**	***100,0%***	**4.301,7**	***100,0%***	***228,7%***
Custo dos Produtos Vendidos	-12.609,1	*-89,2%*	-3.248,5	*-75,5%*	*288,1%*
Lucro Bruto	**1.532,5**	***10,8%***	**1.053,1**	***24,5%***	***45,5%***
Despesas com Vendas	-786,6	*-5,6%*	-437,9	*-10,2%*	*79,7%*
Despesas Adm. e Gerais	-275,6	*-1,9%*	-154,4	*-3,6%*	*78,5%*
Resultado Financeiro*	-403,1	*-2,9%*	-247,1	*-5,7%*	*63,1%*
Resultado de Eq. Patrimonial	0,0	*0,0%*	0,0	*0,0%*	-
Amortização de Ágio	-74,9	*-0,5%*	0,0	*0,0%*	-
Despesas Extraordinárias	-67,1	*-0,5%*	0,0	*0,0%*	-
Lucro Operacional	**-74,8**	***-0,5%***	**213,8**	***5,0%***	***-135,0%***
Resultado Não Operacional	11,2	*0,1%*	-2,6	*-0,1%*	*-536,2%*
IR e Contribuição Social	-104,9	*-0,7%*	-53,5	*-1,2%*	*96,0%*
Participações Minoritárias	3,5	*0,0%*	1,2	*0,0%*	*185,4%*
Lucro Líquido do Exercicio	**-165,0**	***-1,2%***	**158,9**	***3,7%***	***-203,9%***
EBITDA	**591,1**	***4,2%***	**547,8**	***12,7%***	***7,9%***

(*) O resultado financeiro e, conseqüentemente, o prejuízo líquido foram afetados pela variação cambial sobre os investimentos feitos em moeda estrangeira no montante de aproximadamente R$160,0 milhões nos 12M07. O efeito da variação cambial não gera efeito de caixa para a Companhia, portanto não afeta o EBITDA do período. Expurgando esse efeito, o prejuízo líquido seria de R$5,0 milhões nos 12M07.

Receita Líquida

A receita líquida da JBS consolidada no ano de 2007 foi de R$14.141,6 milhões contra uma receita líquida de R$4.301,7 milhões em 2006, um crescimento de 228,7%. O valor de R$14.141,6 milhões é composto pela receita da JBS MERCOSUL de R$ 4.891,9 e receita da JBS USA de R$ 9.249,6.

EBITDA

No ano de 2007, o EBITDA foi de R$591,1 milhões, crescimento de 7,9% em comparação com o EBITDA de 2006 de R$547,8 milhões. No mesmo período, a margem EBITDA foi de 4,2% composta pela margem de 14,2% da JBS MERCOSUL e -1,1% de margem na JBS USA.

Prejuízo Líquido

No ano de 2007 foi apurado um prejuízo líquido de R$165,0 milhões contra um lucro líquido de R$158,9 milhões em 2006. Considerando os fatores mencionados nas notas explicativas 24 e 25 das demonstrações contábeis e excluindo os montantes referentes às variações cambiais de investimentos em controladas no exterior, o prejuízo líquido da JBS no ano de 2007 seria de R$5,0 milhões. Este prejuízo deve-se em parte à pressão nas margens que ocorreu na indústria de carne bovina nos Estados Unidos.

Investimentos

No ano de 2007, dispêndios acumulam R$641,0 milhões. Ao longo do ano de 2007, os investimentos aplicados em projetos incluem:

- Ampliação da unidade de carne industrializada da unidade em Andradina (SP);
- Ampliação da capacidade de abate e desossa da unidade de Barra do Garças (MT);
- Ampliação da capacidade de abate e desossa da unidade de Campo Grande (MS);
- Ampliação da capacidade de abate e desossa da unidade de Vilhena (RO);
- Aquisição da unidade de abate de bovinos na cidade de Maringá, no estado do Paraná;
- Construção de um novo terminal de contêineres para exportação em Cubatão (SP);
- Outros investimentos, tais como compra de novos equipamentos e manutenção das unidades produtoras.

A análise detalhada dos Resultados do Ano de 2007 está disponível no site de Relações com Investidores da JBS: **http://www.jbs.com.br/ri**

Recursos Humanos

A JBS S/A tem em sua área de Recursos Humanos estrutura composta para "gestão de pessoas". Possui para isso áreas específicas para Remuneração e Estrutura, Administração de RH, Segurança e Medicina do Trabalho, Desenvolvimento Organizacional e ainda uma área de Comunicação Corporativa, que atuam em total sinergia objetivando criar condições para que as lideranças possam atrair, desenvolver e reter os melhores talentos do mercado, atuando como time, com alto índice de motivação e atingimento de metas.
Em 31 de dezembro de 2007, a JBS possuía em seus quadros 44.700 funcionários nas divisões do Brasil, Argentina, EUA e Austrália.

Para garantir a melhor gestão de pessoas, suas unidades industriais possuem áreas estruturadas de Recursos Humanos locais, que são responsáveis por assegurar a prática dos processos e políticas da área de Recursos Humanos, com foco no bem-estar, segurança, benefícios e motivação dos funcionários dessas unidades.

O respeito ao funcionário é baseado na crença da JBS, que um dos principais diferenciais competitivos de uma empresa é a qualidade das pessoas, e que por mais simples que seja a função de um funcionário, essa pessoa motivada e preparada fará a diferença, contribuindo com os resultados da companhia.

Eventos Recentes

Aquisições Swift Foods Company

Em 11 de julho de 2007, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral J&F Acquisition Co., criada com esse fim específico, concluiu a aquisição do controle acionário da Swift Foods Company sociedade com sede em Delaware, Estados Unidos da América, pelo valor de US$ 1.459 milhões, sendo US$ 225 milhões pagos a HM Capital Partners LLC, antiga acionista controladora da Swift, e US$ 1.234 milhões utilizados para a liquidação de passivos financeiros da Swift Foods.

Restrição União Européia

A União Européia ampliou no final de janeiro de 2008 as suas exigências para a rastreabilidade do gado destinado à produção de carne *in natura* para aquele mercado. Em um primeiro momento isso causou uma interupção no comércio de carne *in natura* proveniente do Brasil. No dia 27 de fevereiro de 2008, a Comissão Européia autorizou a importação de carne bovina maturada e desossada do gado de 106 propriedades brasileiras, retomando então um pequeno volume de exportações.

Aquisições Inalca e Montana Alimentari

Em 03 de março de 2008, a JBS concluiu a aquisição no valor total de 225 milhões de Euros (U$331,1 milhões) de 50% do capital da empresa "Inalca", líder absoluta na Itália e uma das principais operadoras européias no setor de processamento de carne bovina. Os outros 50% da Inalca permanecem com a Cremonini S.p.A., empresa italiana, que opera em três áreas de negócio: produção, distribuição e abastecimento. O negócio inclui a compra da Montana Alimentari.

A aliança estratégica entre a JBS e Inalca criará sinergias importantes entre os produtos e canais de venda, considerando a liderança das duas empresas em seus respectivos mercados: a JBS com produção e distribuição nos mercados da América do Sul, Estados Unidos e Austrália, e a Inalca com atuação na Europa, Rússia e África.

Para a JBS, esta operação representa maior penetração no leste europeu, oportunidade junto a novos mercados e clientes, dentre os quais grandes multinacionais no setor de fast food, produtores de alimentos industrializados, grandes cadeias de varejo e empresas do setor de foodservice, além de acesso à tecnologia de última geração da Inalca, amplamente reconhecida, bem como aos produtos de maior valor agregado comercializados sob a marca Montana.

Aquisições National Beef, Smithfield Beef e Tasman

A JBS, concluiu no dia 4 de março de 2008 a negociação para a compra da National Beef Packing Company, LLC ("National Beef"), Smithfield Beef Group, Inc. ("Smithfield Beef") e do Grupo Tasman, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd ("Tasman").

Quando concluídas as compras, a JBS passará a ter mais de 63 mil funcionários no mundo, e somará uma quantidade de 120 unidades de produção e distribuição localizadas no Brasil, Argentina, EUA, Austrália e Itália com um faturamento anual de aproximadamente US$21,5 bilhões.

A capacidade de abate diário será de 79,2 mil bovinos equivalentes a 10% do mercado mundial e 48 mil suínos por dia. Para concretizar as compras, a JBS realizará uma operação de subscrição privada de novas ações no montante aproximado de R$ 2,55 bilhões, a um preço de emissão de R$7,07 por ação.

O fechamento da compra das três empresas (National Beef, Smithfield Beef e Tasman) está sujeito ao cumprimento de condições precedentes usuais em negócios dessa natureza, dentre as quais a aprovação pelas autoridades governamentais.

Capital Social

Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 2 de janeiro de 2007, foi aprovada a reforma do Estatuto Social e o desdobramento das 52.523.990 ações existentes em 350.000.000 de ações ordinárias e sem valor

nominal. Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 7 de março de 2007, foi aprovada nova reforma do Estatuto Social e o desdobramento dessas 350.000.000 de ações em 700.000.000.

Em 28 de março de 2007, a Companhia aumentou o Capital Social através de oferta pública de distribuição primária de 150.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R$ 8,00 por ação, sendo a importância de R$ 39.224 destinada à formação do capital social e a diferença, no montante de R$ 1.160.776, destinada a formação de reserva de capital.

Através da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2007 foi aprovada a subscrição privada de 227.400.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (BNDESPAR) subscreveu uma parcela relevante das novas ações ordinárias representativas do capital social da Companhia. A subscrição de ações de emissão da Companhia por BNDESPAR se deu mediante a cessão de parcela do direito de preferência das acionistas J&F e da ZMF na subscrição dessas novas ações.

O Capital Social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2007 é representado por 1.077.400.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

Composição do Capital

Posição	Nº de Ações	%
J&F Participações S.A.	597.195.003	55,43
ZMF Fundo de Investimento em Participações	87.903.348	8,16
Administradores	17	0,00
BNDESpar	139.470.609	12,95
Minoritários (Ações em Circulação)	252.831.023	23,47
Total	**1.077.400.000**	**100,00**

Responsabilidade Social e Ambiental

A JBS S/A acredita que seu desenvolvimento sustentável e crescimento empresarial devem estar associados a responsabilidade social e ambiental das regiões onde atua. Assim, a empresa investe constantemente na melhoria dos processos produtivos de suas plantas com foco na redução de impactos ambientais e promove diversas iniciativas de caráter social, estreitando sua relação com a comunidade.

Na relação JBS e Meio Ambiente, a empresa atua em conjunto com órgãos ambientais, empresas de saneamento básico, além de adotar práticas de proteção, preservação do meio ambiente e na formação, conscientização e educação relacionadas ao Meio Ambiente. O departamento de Meio Ambiente prioriza e executa ações sócio-ambientais envolvendo as comunidades do entorno das indústrias, escolas e seus funcionários propagando à filosofia da empresa relativa ao Meio Ambiente, além de conscientizar todos os envolvidos na necessidade de preservação da natureza e deus recursos.

Todas as instalações produtivas da JBS no Brasil, Argentina, EUA e Austrália estão em conformidade com as leis e regulamentações ambientais locais. Isso significa que todas as plantas possuem licença ambiental de acordo com as normas vigentes. Para controlar o impacto ambiental das operações, a JBS mantém um processo de manutenção preventiva dos equipamentos e filtros, bem como programas para utilização eficiente de água. Periodicamente, o impacto ambiental dos produtos, processos, operações e serviços são avaliados a fim de identificar eventuais ou potenciais causadores de danos ambientais relevantes. A empresa possui ainda diversos projetos de Responsabilidade Ambiental: Tratamento de efluentes; Investimentos em equipamentos ecologicamente projetados para economizar combustível e gerar menos resíduos poluentes, sem perder a eficiência na produção; Reflorestamento, proteção de matas e plantação de mudas; Combustíveis alternativos, tal como o biodiesel e Reciclagem dentro e fora da JBS.

No âmbito da Responsabilidade Social, a JBS promove diversos projetos sociais em suas unidades de produção como forma de consolidar o compromisso da Companhia com a saúde, o bem-estar e a educação da sociedade, tais como o Projeto Educar, que tem como objetivo a formação educacional dos funcionários em nível Fundamental e Médio, o Projeto Doação de Sangue, onde funcionários são incentivados a doar sangue; e a Ação Social JBS, que acontece anualmente na maioria das Plantas, neste caso a JBS oferece aos funcionários, seus familiares e a comunidade serviços básicos gratuitos, como emissão de documentos, casamentos comunitários, palestras e orientação jurídica. Na área de saúde, os beneficiados podem realizar diversos exames preventivos, testes de glicemia, avaliação nutricional e consulta fisioterápica, ou mesmo receber orientação psicológica. Também são oferecidas atividades culturais e educacionais.

Governança Corporativa

A Companhia mantém elevados padrões de governança corporativa e continuará a seguir esses mesmos padrões no futuro. O comprometimento com uma efetiva governança corporativa está refletido na opção feita pelo registro da Companhia no segmento de listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, que possui rigoroso comprometimento com boas práticas de governança corporativa.

Política de Dividendos

A Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia exigem a realização de assembléia geral ordinária de acionistas até dia 30 de abril de cada ano, na qual, entre outras matérias, os acionistas devem decidir a respeito da distribuição dos dividendos anuais.

Todos os acionistas, na data de declaração dos dividendos, têm direito ao recebimento de dividendos. Os acionistas da Companhia deliberarão sobre a proposta do Conselho de Administração de destinação do lucro líquido do exercício social anterior.

Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, os montantes relativos ao imposto de renda e a contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e Administradores no lucro da companhia.

O dividendo obrigatório da JBS é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas.

A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembléia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da JBS e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, dentre outros fatores que o conselho de administração e acionistas da JBS julguem relevantes.

Histórico de Pagamento de Dividendos

A JBS distribuiu aos seus acionistas dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R$0,8 milhão relativo a 2002, nada relativo a 2003, R$21,8 milhões relativos a 2004, R$31,7 milhões relativos a 2005 e R$11,2 milhões relativos a 2006.

Aderência à Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Considerações Finais

A Terco Grant Thornton foi contratada pela JBS S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações contábeis da JBS S.A., individual e consolidada. A Companhia informa que durante o exercício de 2007, essa empresa de auditoria não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados com auditoria das demonstrações contábeis.

(página intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009 e respectivos pareceres da BDO Trevisan Auditores Independentes

(página intencionalmente deixada em branco)

Tel.: +55 (11) 3138-5000
Fax.: +55 (11) 3138-5227
www.bdobrazil.com.br

BDO Auditores Independentes
Rua Bela Cintra, 952 - 3º andar
São Paulo - SP - Brasil
01415-000

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
JBS S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais (individual e consolidado) da JBS S.A. ("Companhia") e empresas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações (individual e consolidada) do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis das controladas diretas Inalca JBS S.p.A. e Pilgrim's Pride Corporation foram auditadas por outros auditores independentes. Nossa opinião, com respeito aos saldos dos investimentos nessas controladas e aos correspondentes resultados de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 2008 para Inalca JBS S.p.A. e 31 de dezembro de 2009 para Pilgrim's Pride Corporation, baseiam-se exclusivamente nos trabalhos desses auditores.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicadas no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e na opinião de outros auditores independentes, conforme mencionado no parágrafo 1, as demonstrações contábeis referidas no mesmo parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da JBS S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 1º de março de 2010

Orlando Octávio de Freitas Júnior
Sócio-contador
CRC 1SP178871/O-4
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

Márcio Serpejante Peppe
Sócio-contador
CRC 1SP233011/O-8
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

RA6398

JBS S.A.
Demonstrações contábeis acompanhadas do Parecer dos auditores independentes
31 de dezembro de 2009 e 2008

JBS S.A.

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**4.097.027**	1.522.973	**4.962.519**	2.291.617
Contas a receber de clientes (Nota 6)	**1.273.377**	552.991	**3.201.435**	2.232.300
Estoques (Nota 7)	**758.536**	539.510	**3.732.603**	2.549.674
Impostos a recuperar (Nota 8)	**841.306**	447.343	**1.066.033**	623.022
Despesas antecipadas	**13.233**	1.754	**131.915**	70.881
Outros ativos circulantes	**296.882**	166.275	**848.754**	493.372
TOTAL DO CIRCULANTE	**7.280.361**	**3.230.846**	**13.943.259**	**8.260.866**
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Créditos com empresas ligadas (Nota 9)	**-**	1.700.868	**326.974**	54.569
Depósitos, cauções e outros	**70.640**	16.378	**645.645**	102.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20)	**30.357**	22.626	**807.526**	481.485
Impostos a recuperar (Nota 8)	**550.848**	37.632	**615.748**	65.307
Total do Realizável a Longo Prazo	**651.845**	**1.777.504**	**2.395.893**	**704.140**
Investimentos em controladas (Nota 10)	**6.492.282**	3.803.669	**-**	-
Outros investimentos	**10**	10	**3.984**	5.722
Imobilizado (Nota 11)	**7.419.579**	1.804.833	**13.292.503**	4.918.671
Intangível (Nota 12)	**11.422.348**	959.230	**12.853.453**	2.205.347
Diferido	**-**	-	**-**	1.603
	25.334.219	**6.567.742**	**26.149.940**	**7.131.343**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**25.986.064**	**8.345.246**	**28.545.833**	**7.835.483**
TOTAL DO ATIVO	**33.266.425**	**11.576.092**	**42.489.092**	**16.096.349**

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores (Nota 13)	**905.770**	383.979	**2.525.353**	2.077.844
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**3.926.390**	1.494.690	**5.272.083**	2.214.788
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais (Nota 16)	**287.082**	62.722	**721.855**	337.238
Dividendos declarados (Nota 17)	**122.953**	51.127	**122.953**	51.127
Débito com terceiros para investimentos (Nota 19)	**427.523**	-	**427.523**	-
Outros passivos circulantes	**485.145**	76.772	**373.167**	248.344
TOTAL DO CIRCULANTE	**6.154.863**	**2.069.290**	**9.442.934**	**4.929.341**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**5.311.023**	2.991.344	**9.157.729**	3.401.709
Debêntures conversíveis (Nota 15)	**3.462.212**	-	**3.462.212**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20)	**351.633**	83.453	**1.539.099**	884.927
Provisão para contingências (Nota 18)	**210.088**	48.244	**421.880**	57.637
Débitos com empresas ligadas (Nota 9)	**828.662**	**-**	**-**	-
Débito com terceiros para investimentos (Nota 19)	**162.976**	210.480	**162.976**	210.480
Outros passivos não circulantes	**56.882**	38.870	**932.922**	480.302
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**10.383.476**	**3.372.391**	**15.676.818**	**5.035.055**
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	**-**	**-**	**641.254**	**(2.458)**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 21)				
Capital social	**16.483.544**	4.495.581	**16.483.544**	4.495.581
Reserva de capital	**714.503**	769.463	**714.503**	769.463
Reserva de reavaliação	**112.352**	118.178	**112.352**	118.178
Reservas de lucros	**30.993**	1.297	**30.993**	1.297
Ajustes de avaliação patrimonial	**(914)**	(2.920)	**(914)**	(2.920)
Ajustes acumulados de conversão	**(612.392)**	752.812	**(612.392)**	752.812
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16.728.086**	**6.134.411**	**16.728.086**	**6.134.411**
TOTAL DO PASSIVO	**33.266.425**	**11.576.092**	**42.489.092**	**16.096.349**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	**3.907.867**	2.971.842	**27.091.607**	20.787.532
Mercado externo	**1.859.301**	2.424.375	**8.103.872**	10.318.077
	5.767.168	**5.396.217**	**35.195.479**	**31.105.609**
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	**(225.768)**	(206.162)	**(395.494)**	(369.178)
Impostos sobre as vendas	**(392.606)**	(323.649)	**(488.179)**	(396.176)
	(618.374)	**(529.811)**	**(883.673)**	**(765.354)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**5.148.794**	**4.866.406**	**34.311.806**	**30.340.255**
Custo dos produtos vendidos	**(4.170.692)**	(3.957.624)	**(31.112.705)**	(27.347.753)
LUCRO BRUTO	**978.102**	**908.782**	**3.199.101**	**2.992.502**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Administrativas e gerais	**(193.241)**	(137.568)	**(705.586)**	(570.147)
Com vendas	**(486.686)**	(470.620)	**(1.562.760)**	(1.517.591)
Resultado financeiro líquido (Nota 22)	**(534.746)**	(263.633)	**(601.118)**	(612.176)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	**385.838**	211.876	**-**	-
Amortização de ágio de investimentos	**-**	(179.867)	**-**	(179.867)
Despesas extraordinárias	-	(35.693)	**-**	(35.693)
Outras (despesas) receitas	**3.433**	10.098	**10.886**	7.731
	(825.402)	**(865.407)**	**(2.858.578)**	**(2.907.743)**
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**152.700**	**43.375**	**340.523**	**84.759**
Imposto de renda e contribuição social do período	**3.001**	3.336	**(49.728)**	(52.246)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(26.277)**	(20.772)	**(161.953)**	(9.975)
	(23.276)	**(17.436)**	**(211.681)**	**(62.221)**
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	**129.424**	**25.939**	**128.842**	**22.538**
Participação minoritária no resultado de controladas	**-**	**-**	**582**	**3.401**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**129.424**	**25.939**	**129.424**	**25.939**
Lucro líquido por lote de mil ações no final do exercício - em reais	**55,70**	**18,48**		
Demonstração da apuração do indicador EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)				
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	**152.700**	43.375	**340.523**	84.759
Resultado financeiro líquido (Nota 22)	**534.746**	263.633	**601.118**	612.176
Depreciação e amortização	**97.515**	71.157	**343.591**	243.591
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	**(385.838)**	(211.876)	**-**	-
Despesas extraordinárias	**-**	35.693	**-**	35.693
Amortização de ágio de investimentos	**-**	179.867	**-**	179.867
VALOR EBITDA	**399.123**	**381.849**	**1.285.232**	**1.156.086**
VALOR EBITDA Pró-forma (Não auditado) - Incluindo PPC e Bertin, vide nota 4	**1.030.289**	**381.849**	**3.057.956**	**1.156.086**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

		Reserva de capital		Reservas de lucros					
	Capital social	Ágio	Reserva de reavaliação	Legal	Para expansão	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	**1.945.581**	**985.664**	**123.343**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.054.588**
Ajuste pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória n° 449/08 (nota 2)	-	-	-	-	-	-	-	(87)	(87)
SALDOS AJUSTADOS EM 1 DE JANEIRO DE 2008	**1.945.581**	**985.664**	**123.343**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(87)**	**3.054.501**
Aumento de capital	2.550.000	-	-	-	-	-	-	-	2.550.000
Ágio na emissão de ações	-	279	-	-	-	-	-	-	279
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(5.165)	-	-	-	-	5.165	-
Ações em tesouraria	-	(195.073)	-	-	-	-	-	-	(195.073)
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	(2.920)	-	-	(2.920)
Ajustes de acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	4.794	-	4.794
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	748.018	-	748.018
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	25.939	25.939
Proposta para destinação do lucro líquido									
Reserva legal	-	-	-	1.297	-	-	-	(1.297)	-
Dividendos propostos (R$ 36,42 por lote de mil ações) (nota 17)	-	(21.407)	-	-	-	-	-	(29.720)	(51.127)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	**4.495.581**	**769.463**	**118.178**	**1.297**	**-**	**(2.920)**	**752.812**	**-**	**6.134.411**
Aumento de capital	11.987.963	-	-	-	-	-	-	-	11.987.963
Ajuste de proposta de destinação de lucros do exercício anterior	-	21.407	-	-	17.399	-	-	-	38.806
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(5.826)	-	-	-	-	5.826	-
Ações em tesouraria	-	(76.367)	-	-	-	-	-	-	(76.367)
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	2.006	-	-	2.006
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	(214.309)	-	(214.309)
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	(1.150.895)	-	(1.150.895)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	129.424	129.424
Proposta para destinação do lucro líquido									
Reserva legal	-	-	-	6.471	-	-	-	(6.471)	-
Dividendos propostos (R$ 13,23 por lote de mil ações) (nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(122.953)	(122.953)
Reserva para expansão	-	-	-	-	5.826	-	-	(5.826)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**16.483.544**	**714.503**	**112.352**	**7.768**	**23.225**	**(914)**	**(612.392)**	**-**	**16.728.086**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**129.424**	25.939	**129.424**	25.939
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
. Depreciação e amortização	**97.515**	71.157	**343.591**	243.591
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**6.018**	4.423	**11.395**	10.393
. Amortização de ágio de investimento	**-**	179.867	**-**	179.867
. Participações de minoritários	**-**	-	**(582)**	(3.401)
. Resultado de equivalência patrimonial	**(385.838)**	(211.876)	**-**	-
. Valor residual de bens baixados do ativo imobilizado	**3.878**	2.949	**12.833**	9.964
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	**26.277**	20.771	**161.953**	9.975
. Encargos financeiros circulantes e não circulantes	**(356.001)**	487.668	**355.615**	758.914
. Provisão para contingências	**4.207**	2.265	**8.128**	(1.074)
. Ajuste a valor presente de ativos e passivos	**(426)**	339	**(426)**	339
. Redução ao valor recuperável de ativo	**-**	-	**1.048**	-
	(474.946)	**583.502**	**1.022.979**	**1.234.507**
Variações nos ativos e passivos				
Aumento em contas a receber	**(108.890)**	(1.512)	**(34.872)**	(169.660)
Redução (aumento) nos estoques	**259.878**	64.715	**365.928**	(294.794)
Aumento de impostos a recuperar	**(122.018)**	(103.038)	**(132.735)**	(135.969)
Redução (aumento) em outros ativos circ. e não circulantes	**40.070**	(141.158)	**184.388**	(329.459)
Redução (aumento) de créditos com empresas ligadas	**-**	(1.178.154)	**458.274**	(22.395)
Aumento (redução) com fornecedores	**(166.651)**	18.521	**(317.805)**	(170.440)
Aumento em outros passivos circ. e não circulantes	**220.309**	194.960	**1.224.267**	849.785
Aumento em débitos com empresas ligadas	**1.112.548**	-	**-**	-
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	**-**	-	**(1.341.871)**	749.725
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**760.300**	**(562.164)**	**1.428.553**	**1.711.300**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições no ativo imobilizado e intangível	**(468.189)**	(806.687)	**(1.817.389)**	(1.237.702)
Adições nos investimentos	**(1.348.475)**	(1.511.441)	**-**	(3.645)
Efeito líquido do capital de giro de empresa adquirida	**(2.471.683)**	**-**	**(3.945.740)**	(1.721.877)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(4.288.347)**	**(2.318.128)**	**(5.763.129)**	**(2.963.224)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	**2.436.612**	3.147.323	**4.585.835**	3.614.242
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**(2.124.757)**	(1.917.921)	**(3.177.843)**	(3.926.026)
Debêntures conversíveis	**3.462.212**	-	**3.462.212**	-
Aumento de capital e ágio de subscrição	**2.527.354**	2.550.279	**2.527.354**	2.550.279
Dividendos declarados / distribuição de lucros acumulados	**(122.953)**	(51.127)	**(122.953)**	(51.127)
Aquisição de ações de emissão própria	**(76.367)**	(195.073)	**(76.367)**	(195.073)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**6.102.101**	**3.533.481**	**7.198.238**	**1.992.295**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	**-**	**-**	**(192.760)**	**169.543**
Variação líquida no exercício	**2.574.054**	653.189	**2.670.902**	909.914
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.522.973**	869.784	**2.291.617**	1.381.703
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4.097.027**	**1.522.973**	**4.962.519**	**2.291.617**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JBS S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.540.209	5.190.054	35.388.600	30.736.430
Outras receitas	3.477	10.098	12.582	7.611
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.018)	(4.423)	(11.395)	(9.364)
	5.537.668	**5.195.729**	**35.389.787**	**30.734.677**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.492.452)	(3.236.824)	(25.124.199)	(22.458.475)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(855.193)	(1.049.273)	(4.922.280)	(4.341.198)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	(188.928)	50.443
Outras	426	852	426	852
	(4.347.219)	**(4.285.245)**	**(30.234.981)**	**(26.748.378)**
Valor adicionado bruto	**1.190.449**	**910.484**	**5.154.806**	**3.986.299**
Depreciação e Amortização	**(97.515)**	(71.157)	(343.591)	(243.591)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.092.934**	**839.327**	**4.811.215**	**3.742.708**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	385.838	211.876	-	-
Receitas financeiras	643.299	1.546.876	1.152.019	1.700.735
Outras	3.079	(176.689)	4.857	(174.743)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**2.125.150**	**2.421.390**	**5.968.091**	**5.268.700**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	422.958	378.937	2.775.914	2.173.072
Benefícios	50.128	33.449	655.593	464.479
FGTS	23.639	21.711	23.870	21.847
	496.725	**434.097**	**3.455.377**	**2.659.398**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	167.285	108.265	401.522	190.526
Estaduais	142.859	45.540	189.598	74.480
Municipais	193	1.966	1.393	3.162
	310.337	**155.771**	**592.513**	**268.168**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	1.162.163	1.573.678	1.720.528	2.061.032
Aluguéis	18.422	14.666	33.747	32.346
Outras	8.079	217.239	37.084	225.218
	1.188.664	**1.805.583**	**1.791.359**	**2.318.596**
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	122.953	25.939	122.953	25.939
Lucros retidos do exercício	6.471	-	6.471	-
Participação de minoritários nos lucros retidos	-	-	(582)	(3.401)
	129.424	**25.939**	**128.842**	**22.538**
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	**2.125.150**	**2.421.390**	**5.968.091**	**5.268.700**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A JBS S.A. (Companhia) é uma empresa de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro.

A Companhia e suas controladas desenvolvem as seguintes atividades operacionais:

a) Atividades no Brasil

A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com 26 unidades industriais localizadas nos Estados de: São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro e Paraná.

A Companhia distribui seus produtos por meio de centros de distribuição, que estão localizados no Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus e Curitiba e um terminal de contêineres para exportação na cidade de Santos.

Objetivando minimização de custos com transportes, a Companhia se utiliza de operações próprias de transporte para vendas no varejo, de bovinos para abate e de produtos destinados à exportação.

A controlada JBS Embalagens Metálicas Ltda. (JBS Embalagens), confecciona embalagens metálicas em unidade fabril no Estado de São Paulo, que são utilizadas pela Companhia.

A controlada JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada nos municípios de Castilho, Estado de São Paulo e Nazário, Estado de Goiás, explora a atividade de engorda de bovinos para abate.

A controlada indireta Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (Beef Snacks), localizada em Santo Antônio de Posse, São Paulo, explora o ramo de fabricação de Beef Jerky, comprando carne in natura no mercado interno e exportando o produto industrializado para os Estados Unidos da América.

Incorporação da Bertin S.A (Bertin)

Conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2009, foi deliberada a incorporação de ações da Bertin pela Companhia e, posterior incorporação da Empresa, ratificada na Assembléia Geral Extraordinária de 31 dezembro de 2009, nos termos e condições estabelecidos no protocolo de justificação firmado entre as partes, o qual foi divulgado ao mercado através de Fato Relevante.

Devido a incorporação do frigorífico Bertin, haverá uma sinergia e unificação das operações das duas companhias, em decorrência desse fato, o contexto operacional atual da Companhia incorporou as operações da Bertin a partir de 31 de dezembro de 2009.

A Bertin era constituída por capital 100% nacional, tendo como atividades a exploração nos ramos de abate, industrialização, comercialização e distribuição de carne bovina e seus derivados; beneficiamento de couros; industrialização e comercialização de produtos voltados para a higiene pessoal e limpeza doméstica; produção de alimentos para animais de estimação – produtos pet; produção de embalagens metálicas; transporte de cargas e reciclagem. Tinha suas atividades organizadas por unidades de negócios que se agrupam em carnes, couros, energia, óleos, biodiesel, higiene e beleza, produtos pet, fábrica de latas, logística e ambiental.

A Bertin possuia um total de 49 unidades, sendo 15 unidades de Curtume localizadas nos Estados de São Paulo, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Tocantins, Pará, Rondônia e Minas Gerais; 15 unidades Frigoríficas localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Tocantins, Bahia, Minas Gerais e Rondônia; 6 unidades Comerciais localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul; 4 unidades de Cosméticos localizadas nos Estados de São Paulo e Paraná; 2 Transportadoras localizadas no Estado de São Paulo; 3 Beef Shoppings localizados no Estado de São Paulo; 1 unidade de Subprodutos localizada no Estado de Minas Gerais; 1 unidade de Charque localizada no Estado de Pernambuco; 1 unidade de Produtos animais “Pet” localizada no estado de São Paulo e 1 unidade de Reciclagem, localizada no estado de São Paulo.

Em decorrência da incorporação da Bertin pela Companhia, todos os saldos patrimoniais individuais da Bertin foram incorporados pela Companhia em 31 de dezembro de 2009.

b) Atividades no Exterior

A Companhia possui duas controladas indiretas na Inglaterra e Egito para maximizar as vendas e distribuição dos produtos na Europa, Ásia e África.

A controlada indireta JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com 7 unidades industriais localizadas nas províncias de Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba.

A JBS Argentina possui três subsidiárias, sendo um frigorífico abatedouro em Berezategui (Consignaciones Rurales), uma fábrica de latas localizada em Zarate (Argenvases), ambas na província de Buenos Aires e um frigorífico abatedouro em Córdoba (Col-car).

A controlada JBS Trading USA, Inc. (JBS Trading USA) e suas subsidiárias, Tupman Thurlow Co., Inc. (Tupman) e Astro Sales International, Inc. (Astro) localizadas nos Estados Unidos da América vendem produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

A controlada indireta Jerky Snack Brands, Inc (Jerky Snack), localizada nos Estados Unidos da América, industrializa e vende Meat Snacks (como Beef Jerky, Smoked Meat Sticks, Kippered Beef Steak, Meat&Cheese, Turkey Jerky e Hunter Sausage). Jerky Snack compra produtos do Brasil e dos Estados Unidos, vendendo principalmente nos Estados Unidos.

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, de aves e suína. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países, na Europa, África e Ásia.

A JBS USA Holdings, Inc. (JBS USA) abate, processa, embala e entrega carnes “in natura” de origem bovina e suína, com clientes nos Estados Unidos e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

A JBS USA completou em outubro de 2008 a aquisição da unidade de carne bovina do Grupo Smithfield e também das suas operações de confinamento conhecidas como Five Rivers.

A Smithfield Beef, que foi renomeada para JBS Packerland, possui quatro plantas de abate de bovinos e uma unidade de confinamento de bovinos, e a Five Rivers, atualmente JBS Five Rivers, possui dez unidades de confinamento de bovinos.

A JBS USA nos Estados Unidos opera com oito frigoríficos de bovinos, três de suínos, um de carneiro, uma fábrica de beneficiamento de cortes bovinos e suínos, e onze confinamentos. Na Austrália opera com dez frigoríficos de bovinos e animais de pequeno porte e cinco confinamentos de bovinos, sendo que todos à base de alimentação com grãos, para suprir os seus frigoríficos.

A JBS USA divide a sua operação em dois grandes segmentos: Beef, operando o negócio de origem bovina; e Pork, operando o negócio de origem suína, ambos no mercado norte-americano.

A Companhia detém 50% do capital social da Inalca JBS S.p.A, (Inalca JBS), que é líder absoluta na Itália, sendo uma das principais operadoras européias no setor de processamento de carne bovina. A Inalca JBS produz e comercializa uma linha completa de carnes frescas e congeladas, embaladas a vácuo ou divididas em porções, carne enlatada, produtos prontos para consumo, hambúrguer fresco e congelado, carne moída e produtos pré-cozidos. A Inalca JBS opera através de uma estrutura composta de seis unidades na Itália, especializada por linha de produção e nove instalações internacionais localizadas na Europa e na África.

Sua subsidiária integral Montana Alimentari S.p.A. (Montana) é uma das principais operadoras italianas na produção, comercialização e distribuição de carnes curadas, aperitivos e produtos prontos para consumo, oferecendo mais de 230 produtos. Proprietária das marcas históricas “Montana” e “IBIS”, a Montana apresenta uma estrutura industrial de quatro unidades, especializadas por tipo de produção e localizadas em áreas definidas como Denominação de Origem Protegida (D.O.P) e Indicação Geográfica Protegida (I.G.P). A Montana é também uma das principais operadoras no mercado italiano de carne enlatada e de produtos fatiados.

Aquisição da Pilgrim's Pride Corporation (PPC)

No dia 28 de dezembro de 2009 a Companhia concluiu a operação pela qual a sua subsidiária JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% do capital social total e votante da PPC, sediada em Pittsburgh, Texas, EUA, por 800 milhões de dólares norte-americanos, que foram pagos em dinheiro.

A PPC é uma empresa localizada em Delaware, nos Estados Unidos, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos, com operação no México e em Porto Rico. Exporta commodities de frango para mais de 90 países, os principais produtos são in-natura, refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008, de acordo com a Lei n° 11.638/07 promulgada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 (atual Lei 11.941/09) de 3 de dezembro de 2008, e os efeitos de sua adoção inicial foram consideradas pela Companhia e por suas controladas durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008.

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Regime Tributário Transitório (RTT) - Os valores apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 consideram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) pela Companhia e suas controladas, conforme facultado pela Lei n° 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações ocorridas na legislação societária Brasileira, introduzidas pela Lei n° 11.638/09 e pela própria Lei n° 11.941/09.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de venda de produtos é reconhecida quando o risco e a propriedade dos mesmos são transferidos para os clientes.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisão para contingências, valorização de instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

No caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente lançados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo mensurado ao valor justo por meio de resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponíveis para venda.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

e) Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, criação ou produção, que não supera os valores de mercado ou de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando são vendidos.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada.

Em decorrência das alterações promovidas pela Lei n° 11.638/07, que extinguiu a possibilidade de reavaliação do ativo imobilizado, a partir de 1 de janeiro de 2008 a Companhia e suas controladas, com base na opção concedida pela instrução normativa n° 469 de 2 de maio de 2008, optou pela manutenção dos saldos de reavaliações constituídas até 31 de dezembro de 2007, as quais serão realizadas, em sua totalidade, com base na depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada, às taxas anuais mencionadas na nota 11.

h) Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura deixa de ser amortizado a partir 1 de janeiro de 2009 conforme orientação OCPC 2, ratificada pela CVM através do ofício-circular CVM/SNC/SEP n°. 01/2009.

i) Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo imobilizado, intangível, diferido e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do CPC 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos (Deliberação CVM n° 527/07).

j) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

k) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

m) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são constituídos sobre as reservas de reavaliação e diferenças temporárias. O imposto de renda diferido ativo é constituído sobre os saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias e a contribuição social diferida ativa é constituída sobre as diferenças temporárias.

n) Resultado por ação

O resultado por ação é apurado com base nas ações em circulação na data das demonstrações contábeis.

o) Consolidação

Na consolidação das demonstrações contábeis da JBS S.A. e suas controladas, são eliminadas as participações entre as empresas, os saldos de contas a receber e a pagar, e as receitas e as despesas entre elas. Devido à irrelevância e, consequente não reconhecimento do valor dos lucros não realizados em operações intercompanhias, o patrimônio líquido da controladora é igual ao do consolidado.

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas para reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, nos termos definidos pelo CPC 2 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 534 / 2008).

As práticas contábeis adotadas na Argentina e na Itália aplicadas respectivamente na JBS Argentina e suas subsidiárias e na Inalca JBS e suas subsidiárias, são semelhantes às práticas adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas pela Tupman e Astro, subsidiárias da JBS Trading USA, Inc. e pela Jerky Snack, localizadas nos Estados Unidos da América, não diferem de forma significativa das práticas adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América pela JBS USA e subsidiárias apresentam as seguintes principais diferenças em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e são devidamente ajustadas:

- Os estoques de produtos acabados são avaliados a preço de mercado e são ajustados para o método de custo médio de produção;

- O ativo permanente inclui R$ 480.535, relativo a ativos intangíveis, fundo de comércio e mais valia de ativos fixos calculados quando da compra pela Companhia (purchasing accounting), que foram ajustados reduzindo o valor do patrimônio líquido.

As empresas controladas, direta ou indiretamente, incluídas na consolidação, são mencionadas na nota 10.

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considerou as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto, de acordo com os preceitos do CPC 12.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

As operações de compra e venda e os tributos a recuperar considerados de longo prazo (não circulante), ou de curto prazo (circulante) quando relevantes, caso atendam aos preceitos mencionados anteriormente, são trazidos ao seu valor presente adotando a taxa de desconto-CDI mensal, de 0,72% no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Durante o exercício de 2009, devido à recente crise financeira mundial de liquidez, a Companhia adotou alguns procedimentos com a finalidade de minimizar o risco de inadimplência e reforçar sua estrutura de caixa. Sendo assim, efetuou revisão de suas políticas de crédito, adotou redução dos prazos de recebimento de seus clientes, melhor gerenciamento dos prazos de pagamento a fornecedores, maior gerenciamento das aplicações de recursos, e em algumas situações adotou a política de solicitar adiantamento a seus clientes.

Os saldos de clientes, fornecedores e impostos na controladora e no consolidado sofreram um aumento por conta das recentes incorporações e aquisições divulgadas ao mercado, e juntamente com a redução do ciclo financeiro tornou o atual ajuste a valor presente não relevantes em relação aos saldos que os originaram.

Os prazos de recebimentos e pagamentos das empresas do exterior são operacionalmente menores do que os praticados no mercado local, assim como as taxas de desconto utilizadas nas premissas de cálculo do ajuste a valor presente.

Com base no exposto, a Companhia revisou os cálculos de ajuste a valor presente de seus ativos e passivos de longo prazo e de curto prazo, quando relevantes, para data base de 31 de dezembro de 2009 e concluiu que o custo de produzir essa informação, supera o benefício gerado pelo mesmo devido a sua imaterialidade. Sendo assim, a administração da Companhia, amparada pelos preceitos do CPC 12, julgou ser adequada a reversão dos saldos de Ajuste a Valor Presente – AVP constituídos até 31 de dezembro de 2009, no entendimento de que essa decisão não acarreta nenhum prejuízo na qualidade e confiabilidade das informações prestadas nas demonstrações contábeis. De acordo com o exposto no CPC 12, a Companhia irá efetuar análises periodicamente e, caso seja verificada a necessidade de registro do Ajuste a Valor Presente, para melhoria das informações prestadas nas demonstrações contábeis, a sua adoção ocorrerá de imediato.

q) Alterações nas práticas contábeis brasileiras

Como parte do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais de contabilidade (IFRS), novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações foram emitidos durante o exercício de 2009, cuja adoção se iniciará a partir de 1 de janeiro de 2010, com aplicação retrospectiva às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009, quando aplicável.

Cabe destacar que, em consonância com as disposições do CPC 43 – Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 (exceto CPC 34, não emitido até o encerramento do exercício de 2009), o qual contempla a segunda fase de convergência às normas internacionais de contabilidade, a Administração da Companhia optou por não adotar de modo antecipado os referidos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações cujos impactos serão reconhecidos na elaboração, apresentação e divulgação das demonstrações contábeis do exercício de 2010.

A Administração da Companhia e suas controladas está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC. No caso de ajustes decorrentes de adoção das novas práticas contábeis a partir de 1 de janeiro de 2010, a Companhia e suas controladas deverão avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações contábeis de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(a) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 com impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia

CPC 15 – Combinação de negócios: A adoção deste Pronunciamento impactará substancialmente as metodologias de reconhecimento, mensuração e apresentação de uma combinação de negócios, com enfoque principal para alocação do ágio às contas do balanço determinantes da mais valia gerada e reconhecimento dos ativos e passivos provenientes de uma negociação, pelo seu valor justo. Os principais impactos dessa norma nas demonstrações contábeis da Companhia estão representados pela aquisição de parte significativa do controle acionário da PPC e incorporação da Bertin.

CPC 20 - Custos dos empréstimos: O Pronunciamento requer que a Companhia capitalize os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção dos seus ativos qualificáveis (bens que levam um período de tempo significativo para serem concluídos para o uso ou para venda, e estão apresentados na conta de obras em andamento) como parte do custo desse ativo. Os custos dos empréstimos da Companhia e de suas controladas relacionadas aos ativos qualificáveis são compostos por despesas com juros e variações cambiais que não serão alocados integralmente no resultado, pois farão parte da composição do custo destes ativos.

CPC 21 – Demonstrações intermediárias e **ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial:** A adoção deste Pronunciamento ocorrerá na elaboração das demonstrações intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) do primeiro trimestre do exercício de 2010. No entanto, tais demonstrações não requerem a aplicação integral de todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC.

CPC 22 – Informações por segmento: O Pronunciamento visa aprimorar a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis da Companhia identificarem a natureza e os efeitos das atividades dos segmentos de negócio nos quais a Companhia opera. As análises da Companhia são elaboradas de acordo com as divisões internas de Unidades Geradoras de Caixas - UGC, conforme apresentado trimestralmente ao mercado nos relatórios de “press release” divulgados pelo departamento interno de relação com investidores. No entanto, a estrutura atual está em processo de aprimoramento de conceitos, ainda em observância à nova padronização requerida pelo referido CPC e possivelmente levará em consideração os segmentos operacionais mais representativos da Companhia, compostos pelas divisões de Carne Bovina, Carne Suína, Aves, Couros, Lácteos e Outros.

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: As políticas contábeis e mudanças de estimativas oriundas da adoção inicial dos Pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010 refletirão a apresentação e a comparabilidade das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2010, cuja comparabilidade terá como base as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009 e os saldos de abertura de acordo com os novos Pronunciamentos em 1 de janeiro de 2009.

CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e **ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial:** O Pronunciamento será aplicado na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, comparativas com o exercício de 2009, e evidenciará a adoção integral de todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC.

CPC 27 – Imobilizado, **ICPC 03 – Arrendamento mercantil** e **ICPC 10 – Imobilizado Aplicação inicial ao ativo imobilizado e à Propriedade para investimento:** A implementação dos requerimentos estabelecidos neste Pronunciamento terá como principal enfoque a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados, desvinculando de forma definitiva os percentuais permitidos pela legislação fiscal vigente e refletindo a vida útil efetiva dos bens. Deste modo, os reflexos contábeis ocorrerão nas contas de custo e despesa de depreciação do exercício e conseqüentemente na composição dos valores residuais dos ativos imobilizados.

CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola: A Companhia possui subsidiárias com ativos biológicos compostos por estoques de gado nas operações de confinamento, os quais são valorizados pelo seu custo em formação. No entanto, após a adoção deste Pronunciamento, utilizará a metodologia de valorização a mercado para os saldos de gado em estoque, cujos reflexos ocorrerão nas rubricas de estoque, custo dos produtos vendidos e ajuste de avaliação a mercado (resultado do exercício).

CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada: Devido a recente incorporação de empresa Bertin, com impacto da descontinuidade de algumas de suas operações referentes à divisão de "lácteos" ocorrida entre os exercícios de 2005 a 2007, a Administração reclassificou parte de seus ativos imobilizados relacionados às referidas operações, substancialmente compostos por terrenos e edificações, para o grupo de contas de "ativos mantidos para venda", os quais serão avaliados de acordo com os preceitos estabelecidos neste Pronunciamento.

CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e **ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial** – Os procedimentos adotados atualmente para elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, baseada na normas em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não diferem em seus aspectos relevantes aos preceitos do referido Pronunciamento e Interpretação.

CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A Companhia estará obrigada a adotar este Pronunciamento que possui como objetivo estabelecer que as primeiras demonstrações contábeis sejam elas demonstrações intermediárias ou demonstrações contábeis estejam de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

CPC 38 – Instrumentos financeiros, Reconhecimento e mensuração, CPC 39 – Instrumentos financeiros, Apresentação, CPC 40 – Instrumentos financeiros, Evidenciação e **OCPC 03 – Instrumentos financeiros:** A Companhia adotou durante o exercício de 2008 todos os requerimentos estabelecidos pelo CPC 14 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de todos os instrumentos financeiros contratados para cobertura dos riscos de taxas de juros, de taxas de câmbio e de preços na compra de gado. No entanto, o CPC 14 foi revogado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício de 2009, sendo este substituído pela Orientação Técnica OCPC 03 – Instrumentos financeiros, a qual foi utilizada como referência técnica pela Companhia em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009. Em virtude das características dos instrumentos financeiros contratados, não haverá impactos relevantes após as vigências destes Pronunciamentos.

CPC 43 – Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40: A aplicação deste Pronunciamento Técnico ocorrerá de modo simultâneo com os CPC 15 a 40, uma vez que o mesmo servirá de referência técnica suporte para implementação dos Pronunciamentos elencados.

ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: A Companhia realiza a provisão para pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25%, sendo o dividendo adicional reconhecido imediatamente no exercício antes da aprovação para emissão das demonstrações financeiras. No entanto, segundo o novo Pronunciamento, a distribuição adicional de resultado que ocorrer após a data do balanço e antes da data da autorização de emissão dessas demonstrações não deve gerar registro no passivo da entidade na data do balanço, por também não representar qualquer obrigação presente naquela data.

(b) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 que não apresentam impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia

CPC 16 – Estoques: A Companhia adota por conservadorismo todos os requerimentos exigidos, basicamente em virtude da formação do custo do produto e pela avaliação a mercado dos saldos em estoque, cujo reflexo poderá ser refletido em "impairment" dos estoques.

CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada: As metodologias de mensuração, apresentação e divulgação dos investimentos da Companhia em empresas coligadas e controladas atendem as exigências do Pronunciamento.

CPC 19 – Joint Venture: A Companhia possui diretamente uma operação controlada em conjunto (joint venture) representada pela empresa Inalca JBS, e uma operação indireta por meio de sua subsidiária na empresa Beef Snacks International, cuja divulgação dos ativos, passivos, despesas e receitas estão adequadas em relação aos Pronunciamentos.

CPC 24 - Eventos subseqüentes: O Pronunciamento determina quando a Companhia deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subseqüentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações e as informações complementares que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão e sobre eventos subseqüentes ao período contábil a que se referem, sendo que os procedimentos adotados pela Companhia estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 25 – Provisões, passivos e ativos contingentes: As avaliações para mensuração e reconhecimento de provisões, passivos e ativos contingentes da Companhia estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 30 - Receitas: Os critérios utilizados para reconhecimento da receita de todos os segmentos operacionais da Companhia atendem aos requerimentos do Pronunciamento, não havendo a necessidade de constituição de ajustes contábeis relativos ao corte da receita.

CPC 32 – Tributo sobre o lucro: A metodologia de apuração de tributos sobre o lucro sejam eles ativos ou passivos fiscais e diferidos estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 33 – Benefícios a empregados: A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos, no entanto, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do Pronunciamento.

4 Aquisição da Pilgrim's Pride Corporation (PPC) e Incorporação da Bertin S.A (Bertin)

Em 28 e 31 de dezembro de 2009, a Companhia adquiriu, através de sua subsidiária JBS USA, 64% do controle acionário da PPC e incorporou a Bertin, respectivamente, conforme comunicados feitos ao mercado àquela época.

Devido a incorporação da Bertin pela Companhia e aquisição de parte significativa do controle acionário da PPC pela JBS USA em datas próximas ao encerramento do exercício, o balanço patrimonial da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2009, principalmente pela materialidade desses investimentos realizados, sofreram significativos acréscimos nos saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido, que impossibilitam a comparabilidade com as demonstrações contábeis do exercício anterior. Com objetivo de prover melhores condições de análise dessas demonstrações contábeis, com relação à comparabilidade das mesmas, estão sendo apresentados a seguir, balanço (pró-forma) da controladora e do consolidado em 31 de dezembro de 2009, sem a referida incorporação (controladora) e aquisição de investimento relevante pela subsidiária JBS USA (consolidado):

BALANÇO PATRIMONIAL - Controladora	**31.12.09**			**31.12.08**
ATIVO	**JBS S.A. (Controladora)**	**Bertin S.A.**	**JBS S.A. sem Bertin**	**JBS S.A.**
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	**4.097.027**	**62.080**	**4.034.947**	1.522.973
Contas a receber de clientes	**1.273.377**	**737.056**	**536.321**	552.991
Estoques	**758.536**	**478.904**	**279.632**	539.510
Imposto a recuperar	**1.392.154**	**783.979**	**608.175**	484.975
Outros ativos circulantes e não circulantes	**411.112**	**252.004**	**159.108**	1.907.901
Investimentos em controladas	**6.492.282**	**694.293**	**5.797.989**	3.803.669
Imobilizado	**7.419.579**	**5.276.567**	**2.143.012**	1.804.833
Intangível e diferido	**11.422.358**	**1.071.339**	**890.410**	959.240
TOTAL DO ATIVO	**33.266.425**	**9.356.222**	**14.449.594**	**11.576.092**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO				
Fornecedores	**905.770**	**684.063**	**221.707**	383.979
Empréstimos e financiamentos	**9.237.413**	**4.790.468**	**4.446.945**	4.486.034
Debêntures conversíveis	**3.462.212**	**-**	**3.462.212**	-
Outros passivos circulantes e não circulantes	**2.932.944**	**1.354.337**	**1.578.607**	571.668
Patrimônio líquido	**16.728.086**	**2.527.354**	**4.740.123**	6.134.411
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	**33.266.425**	**9.356.222**	**14.449.594**	**11.576.092**

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL - Consolidado	31.12.09				31.12.08
ATIVO	JBS S.A (Consolidado)	Bertin S.A	PPC	JBS S.A. sem Bertin e PPC	JBS S.A.
Disponibilidades e Aplicações Financeiras	4.962.519	221.288	93.924	4.647.307	2.291.617
Contas a receber de clientes	3.201.435	962.333	542.448	1.696.654	2.232.300
Estoques	3.732.603	741.564	1.289.898	1.701.141	2.549.674
Imposto a recuperar	1.681.781	881.636	12.500	787.645	688.329
Outros ativos circulantes e não circulantes	2.760.814	378.465	1.129.638	1.252.711	1.203.086
Investimentos em controladas	-	-	-	1.105.400	-
Imobilizado	13.292.503	5.823.257	2.567.760	4.901.486	4.918.671
Intangível e diferido	12.857.437	1.187.397	95.127	2.114.304	2.212.672
TOTAL DO ATIVO	42.489.092	10.195.940	5.731.296	18.206.647	16.096.349
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO					
Fornecedores	2.525.353	640.943	574.041	1.310.369	2.077.844
Empréstimos e financiamentos	14.429.812	5.637.663	2.259.978	6.532.171	5.616.497
Debêntures conversíveis	3.462.212	-	-	3.462.212	-
Outros passivos circulantes e não circulantes	4.702.375	1.378.394	1.158.747	2.165.234	2.270.055
Participação de minoritários	641.254	11.586	11.342	(3.461)	(2.458)
Patrimônio líquido	16.728.086	2.527.354	1.727.187	4.740.123	6.134.411
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	42.489.092	10.195.940	5.731.296	18.206.647	16.096.349

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Pró - forma

Devido a incorporação da Bertin e aquisição de parte significativa da PPC ter ocorrido em datas extremamente próximas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e, por esse motivo, não existem saldos representativos de resultado nas operações ocorridas da data de incorporação e aquisição, até a data de encerramento do exercício e desta forma, não existem resultados a serem reconhecido por equivalência patrimonial no exercício findo naquela data. Entretanto, com objetivo de prover aos usuários das demonstrações contábeis a nova dimensão dos resultados consolidados futuros da Companhia e suas controladas, a seguir, encontra-se apresentado à título de informação adicional, um resumo das demonstrações do resultado (pró- forma) da controladora e do consolidado, acrescentando os resultados auferidos pela Bertin e PPC durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, com objetivo exclusivo de demonstrar o resultado combinado dessas empresas com o resultado auferido pela Companhia, durante o exercício findo naquela data.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Controladora

	2009			2008
	JBS S.A. (Controladora)	Bertin S.A.	JBS S.A. e Bertin S.A.	JBS S.A.
Receita operacional líquida	5.148.794	5.861.942	11.010.736	4.866.406
Custo dos produtos vendidos	(4.170.692)	(4.663.115)	(8.833.807)	(3.957.624)
LUCRO BRUTO	978.102	1.198.827	2.176.929	908.782
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(679.927)	(871.524)	(1.551.451)	(608.188)
Resultado financeiro líquido	(534.746)	(777.927)	(1.312.673)	(263.633)
Resultado de equivalência patrimonial	385.838	32.277	418.115	211.876
Amortização de ágio de investimentos	-	-	-	(179.867)
Demais (despesas) receitas	3.433	2.762	6.195	(25.595)
Imposto de renda e contribuição social	(23.276)	(170.422)	(193.698)	(17.436)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	129.424	(586.007)	(456.583)	25.939
Demonstração da apuração do indicador EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)				
Resultado antes da provisão para IR/CS	152.700	(415.585)	(262.885)	43.375
Resultado financeiro líquido	534.746	777.927	1.312.673	263.633
Depreciação e amortização	97.515	297.511	395.026	71.157
Resultado de equivalência patrimonial	(385.838)	(32.277)	(418.115)	(211.876)
Despesas extraordinárias	-	-	-	35.693
Amortização de ágio de investimentos	-	-	-	179.867
Impairment, reestruturação e outros	-	3.590	3.590	-
VALOR EBITDA	399.123	631.166	1.030.289	381.849

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Consolidado

	2009				2008
	JBS S.A. (Consolidado)	Bertin S.A.	PPC [1]	JBS S.A. Bertin S.A. PPC	JBS S.A.
Receita operacional líquida	34.311.806	7.297.437	13.614.333	55.223.576	30.340.255
Custo dos produtos vendidos	(31.112.705)	(5.652.290)	(12.542.527)	(49.307.522)	(27.347.753)
LUCRO BRUTO	3.199.101	1.645.147	1.071.806	5.916.054	2.992.502
Despesas administrativas, gerais e com vendas	(2.268.346)	(1.267.039)	(764.391)	(4.299.776)	(2.087.738)
Resultado financeiro líquido	(601.118)	(777.055)	(329.541)	(1.707.714)	(612.176)
Amortização de ágio de investimentos	-	-	-	-	(179.867)
Demais (despesas) receitas	10.886	20.800	7.093	38.779	(27.962)
Imposto de renda e contribuição social	(211.681)	(199.810)	248.228	(163.263)	(62.221)
Participação minoritária no resultado de controladas	582	(8.050)	(486)	(91.729)	3.401
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	129.424	(586.007)	232.709	(307.649)	25.939
Demonstração da apuração do indicador EBITDA (lucro antes dos efeitos financeiros, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização)					
Resultado antes da provisão para IR/CS	340.523	(378.147)	(15.519)	(53.143)	84.759
Resultado financeiro líquido	601.118	777.055	329.541	1.707.714	612.176
Depreciação e amortização	343.591	345.671	453.300	1.142.562	243.591
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Despesas extraordinárias	-	-	-	-	35.693
Amortização de ágio de investimentos	-	-	-	-	179.867
Impairment, reestruturação e outros	-	4.131	256.692	260.823	-
VALOR EBITDA	1.285.232	748.710	1.024.014	3.057.956	1.156.086

[1] - Devido ao fato do exercício fiscal da PPC se encerrar em 30 de setembro de 2009, excluímos o primeiro trimestre (1 de outubro de 2008 a 31 de dezembro de 2008) e incluímos o primeiro trimestre do exercício fiscal de 2010 (1 de outubro de 2009 a 31 de dezembro de 2009), e dessa forma, evidenciamos o exercício fiscal completo de 2009.

5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Disponibilidades	**3.712.853**	236.432	**4.446.430**	975.194
CDB - DI	**367.757**	1.147.326	**497.268**	1.150.604
Fundos de investimentos	**16.417**	139.215	**18.821**	165.819
	4.097.027	**1.522.973**	**4.962.519**	**2.291.617**

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, realizados junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os fundos de investimentos estão representados por aplicações em fundos multi mercados, abertos a público qualificado.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2009, na Controladora e no Consolidado, incluem R$ 1.212.402 decorrente do complemento do recebimento da operação de debêntures conversíveis ocorrida em dezembro de 2009, conforme descrito na nota 15, cuja liquidação financeira, através de crédito em conta corrente, ocorreu no início de 2010.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Duplicatas a vencer	**770.116**	**505.910**	**2.279.430**	**1.654.871**
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	**316.443**	35.802	**606.157**	449.001
De 31 a 60 dias	**101.783**	6.277	**167.136**	71.726
De 61 a 90 dias	**51.675**	6.589	**68.543**	24.236
Acima de 90 dias	**156.962**	7.875	**233.347**	63.050
Ajuste a valor presente	**-**	(1.191)	**-**	(1.191)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(123.602)**	(8.271)	**(153.178)**	(29.393)
	503.261	**47.081**	**922.005**	**577.429**
	1.273.377	**552.991**	**3.201.435**	**2.232.300**

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Produtos acabados	**422.202**	489.953	**2.143.166**	1.770.199
Produtos em processo	**80.507**	674	**215.102**	157.745
Matéria-prima	**154.809**	1.978	**411.308**	70.213
Rebanho bovino	**-**	-	**317.888**	282.591
Almoxarifado	**101.018**	46.905	**645.139**	268.926
	758.536	**539.510**	**3.732.603**	**2.549.674**

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
ICMS / IVA / VAT	**896.294**	379.678	**1.018.822**	476.761
IPI	**55.544**	51.657	**112.863**	111.447
PIS e COFINS	**282.683**	19.330	**355.882**	32.957
IRRF	**84.844**	25.556	**93.324**	29.612
Outros	**72.789**	9.936	**100.890**	38.734
Ajuste a valor presente	**-**	(1.182)	**-**	(1.182)
	1.392.154	**484.975**	**1.681.781**	**688.329**
Desmembramento:				
Ativo circulante	**841.306**	447.343	**1.066.033**	623.022
Ativo não circulante	**550.848**	37.632	**615.748**	65.307
	1.392.154	**484.975**	**1.681.781**	**688.329**

ICMS

O saldo credor de ICMS a recuperar advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas.

O mencionado saldo credor está em processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem), o qual vem sendo contestado pelo Estado de São Paulo. Todavia, o procedimento adotado pela Companhia está amparado na legislação tributária vigente, conforme opinião de nossos consultores jurídicos externos e internos.

Com base em estudos realizados pela Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, os referidos créditos de ICMS foram segregados quanto à sua realização, de circulante para não circulante, no montante de R$ 484.948 na controladora e no consolidado, realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

GERAL

A Companhia e sua controlada JBS Embalagens, amparadas na jurisprudência em decisões da Câmara Superior do Conselho de Contribuintes e por seus assessores jurídicos, que julgam ser "praticamente certo" o êxito nessas demandas judiciais, registraram a atualização monetária com base na SELIC dos seus créditos de PIS, COFINS e IPI a recuperar no valor de R$ 143.622 Desse total foram recebidos até o momento o montante de R$28.986 permanecendo um saldo remanescente, registrado no ativo não circulante, de R$ 114.636 na controladora e no consolidado.

9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

	2009			2008		
CONTROLADORA	**Contas a receber de clientes**	**Fornecedores**	**Contratos de Mútuo**	**Contas a receber de clientes**	**Fornecedores**	**Contratos de Mútuo**
Subsidiárias diretas						
Mouran Alimentos Ltda.	**-**	**-**	**11.455**	-	-	5.719
JBS Confinamento Ltda.	**138**	**4.638**	**76.010**	215	8	14.959
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	**-**	**500**	**49.043**	-	2.735	57.282
JBS Global A/S (Dinamarca)	**-**	**-**	**-**	-	-	(531)
JBS USA, Inc	**-**	**-**	**-**	-	-	1.580.340
Inalca JBS S.p.A	**3.479**	**4**	**-**	6.798	-	-
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	**-**	**-**	**(941.640)**	-	-	-
Subsidiárias indiretas				-	-	-
JBS Global Beef Company Lda.	**48**	**-**	**(40.918)**	-	-	(54.920)
JBS Global (UK) Limited	**21.920**	**-**	**-**	24.625	-	-
JBS Argentina S.A.	**-**	**2.259**	**-**	-	677	-
The Tupman Thurlow Co.	**4.432**	**-**	**13.943**	34.258	715	18.488
Global Beef Trading SU Lda.	**521**	**-**	**-**	-	-	-
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	**7**	**-**	**74.373**	5	-	72.135
Beef Snacks International BV	**-**	**-**	**3.569**	-	-	4.463
JBS HU Ltd	**-**	**-**	**(90.108)**	-	-	-
Marr Russia L.L.C	**1.734**	**-**	**-**	-	-	2.933
SARL Inalca Algerie	**-**	**-**	**-**	129	-	-
Frimo S.A.M.	**-**	**-**	**-**	-	4	-
Australia Meat	**-**	**1.144**	**-**	-	-	-
Subsidiárias Incorporadas [(2)]						
S/A fabrica de prod. alimenticios vigor	**3.029**	**281.257**	**-**	-	-	-
Cia Leco de Prod. Alimenticios	**2.152**	**-**	**-**	-	-	-
Cascavel Couros ltda	**112.872**	**230.771**	**-**	-	-	-
Novaprom Food Ingredients Ltda	**1.024**	**112**	**-**	-	-	-
Biolins Energia Ltda	**34.382**	**22**	**-**	-	-	-
Heber Participações S/A	**4**	**-**	**-**	-	-	-
Bracol Holding Ltda	**81.600**	**25.564**	**-**	-	-	-
Sampco Inc.	**30.529**	**-**	**11.951**	-	-	-
Newdrop Química Ltda	**42**	**695**	**-**	-	-	-
Bsb Produtora de Epi Ltda	**3.457**	**161**	**-**	-	-	-
Brasil Central Energia S/A	**1**	**-**	**-**	-	-	-
Gaia Energia e Participações S/A	**28**	**-**	**-**	-	-	-
São Fernando Açúcar e Álcool Ltda	**8**	**-**	**-**	-	-	-
Curuá Energia S/A	**36**	**-**	**-**	-	-	-
Apucarana Comercializadora	**2**	**-**	**-**	-	-	-
Frigorífico Canelones S/A	**-**	**533**	**-**	-	-	-
Wonder Best Holding Company	**10.857**	**-**	**-**	-	-	-
Trump Asia Entreprise Ltd	**6.422**	**-**	**-**	-	-	-
Bertin Paraguay	**-**	**-**	**3.660**	-	-	-
Outras Empresas ligadas				-	-	-
JBS Agropecuária Ltda.	**137**	**2.446**	**-**	143	7.540	-
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	**5.297**	**238**	**-**	1.813	83	-
	324.158	**550.345**	**(828.662)**	**67.986**	**11.762**	**1.700.868**

	2009			2008		
	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Subsidiárias diretas						
Mouran Alimentos Ltda.	**1.694**	**-**	**-**	**575**	-	-
JBS Confinamento Ltda.	**7.119**	**82.949**	**2.121**	**1.866**	17.537	408
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	**9.878**	**43.358**	**-**	**3.043**	49.734	-
JBS Global A/S (Dinamarca)	**11**	**-**	**-**	**13**	-	-
JBS USA, Inc	**21.636**	**-**	**1.277**	**46.191**	-	-
Inalca JBS S.p.A	**-**	**-**	**34.095**	**-**	-	24.568
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	**(26.722)**	**-**	**-**	**-**	-	-
Subsidiárias indiretas					-	-
JBS Global (UK) Limited	**-**	**-**	**71.818**	**-**	-	165.589
JBS Argentina S.A	**-**	**11.665**	**-**	**-**	13.165	-
The Tupman Thurlow Co.	**800**	**-**	**45.328**	**368**	-	69.322
Global Beef Trading SU Lda.	**-**	**-**	**55.882**	**-**	-	20.943
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	**9.408**	**-**	**-**	**5.659**	24	14.941
Beef Snacks International	**(14)**	**-**	**-**	**4.344**	-	-
JBS HU Ltd	**(6.105)**	**-**	**-**	**-**	-	-
Marr Russia L.L.C	**15**	**-**	**121.347**	**12**	-	21.049
SARL Inalca Algerie	**-**	**-**	**-**	**-**	-	2.027
Frimo S.A.M.	**-**	**-**	**-**	**-**	-	2.370
Australia Meat	**-**	**11.346**	**-**	**-**	-	-
Swift & Company Trade Group	**-**	**-**	**2.955**	**-**	-	893
Outras Empresas ligadas			**-**		-	-
JBS Agropecuária Ltda.	**-**	**73.141**	**1.501**	**-**	52.704	3.072
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	**-**	**1.839**	**59.857**	**-**	855	93.620
	17.720	**224.298**	**396.181**	**62.071**	**134.019**	**418.802**

(2) - Refere-se às subsidiárias da incorporadora Bertin, que para fins de melhor visualização e evidênciação aos usuários das informações, foram destacadas, tendo impacto apenas em ativos e passivos.

Garantias prestadas e/ou recebidas

A Companhia é garantidora da operação de captação de US Bonds da controlada JBS USA, no montante de US$ 700 milhões com vencimento em 2014.

A controladora J&F Participações S.A. é garantidora da operação de captação de Eurobonds da Companhia no montante de US$ 275 milhões com vencimento em 2011.

Detalhamento das transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais entre si, principalmente de operações de vendas mercantis, realizadas a preços e condições normais de mercado, quando existentes.

Nos contratos de mútuo incidem variação cambial e juros, quando aplicável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 não foram registradas quaisquer provisões para créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

O saldo consolidado de créditos com empresas ligadas, no montante de R$ 326.974 em 31 de dezembro de 2009 (R$ 54.569 em 31 de dezembro de 2008), possui a seguinte composição:

a) Empresas não consolidadas

O montante R$ 279.405 referente a utilização de parte da linha de crédito de US$ 200 milhões, sobre a qual incide juros de mercado, entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers e a J&F Oklahoma, subsidiária da controladora J&F Participações S.A., não consolidada, onde a J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado para engorda que são colocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para serem aprontados para o abate.

A J&F Oklahoma possui ainda 2 acordos comerciais com subsidiárias da Companhia:

i) Contrato de fornecimento de gado e acordo de alimentação com a JBS Five Rivers, onde esta se responsabiliza pelo gado pertencente à J&F Oklahoma e cobra os custos medicinais e de engorda, além de uma taxa diária de aluguel em bases usuais de mercado;
ii) Contrato de compra e venda de gado com a JBS USA de ao menos 500.000 cabeças/ano, a partir de 2009 até 2011, realizado em bases usuais de mercado.

A JBS Five Rivers é também garantidora em terceiro grau, após garantia de ativos da própria J&F Oklahoma e sua controladora, de até US$ 250 milhões em uma linha de crédito da J&F Oklahoma.

b) Empresas consolidadas parcialmente

O montante de R$ 47.569 (R$ 54.569 em 31 de dezembro de 2008) referente a créditos de subsidiárias consolidadas parcialmente, conforme detalhamento abaixo:

	2009	2008
Beef Snacks do Brasil Ltda.	**37.186**	40.321
Beef Snacks International BV.	**3.722**	5.012
Jerky Snacks Brands, Inc.	**6.661**	9.236
	47.569	**54.569**

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 está demonstrado a seguir:

	Membros	2009	2008
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	**8**	4.243	3.000
	8	**4.243**	**3.000**

Os membros suplentes do Conselho de Administração são remunerados por cada reunião de Conselho em que comparecem.

O Diretor Jurídico e o Diretor de Relação com Investidores são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam as remunerações quaisquer participações nos resultados da Companhia, ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

Com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

10 Investimentos em controladas

Informações relevantes sobre as controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

31 de dezembro de 2009	Quantidade de ações (em milhares)	Participação percentual	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	10.002	99,00%	2	34.930	(4.018)
JBS Global Investments S.A.	93.000	100,00%	161.932	66.037	(17.773)
JBS Holding Internacional. S.A.	804.235	100,00%	804.235	402.886	(115.949)
JBS Global A/S (Dinamarca)	1.250	100,00%	138.385	143.657	(20.819)
Mouran Alimentos Ltda.	120	70,00%	120	(27.838)	(6.139)
JBS USA, Inc.	0,1	100,00%	2.780.548	3.379.725	453.238
JBS Trading USA, Inc.	20	100,00%	17.412	(1.766)	(6.460)
JBS Confinamento Ltda.	65.001	100,00%	65.001	56.667	(7.743)
Inalca JBS S.p.A	280.000	50,00%	702.052	926.022	17.514
JBS Slovakia Holdings, S.R.O	0,001	100,00%	1.294.178	1.251.415	101.075
Subsidiárias Incorporadas [3]					
Bertin Holding GMBH	96	100,00%	77	141.648	(3.826)
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	792	60,00%	792	5.092	3.353
S/A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor S.A.	165.447	99,54%	104.031	178.746	69.416
Companhia Leco de Produtos Alimentícios S.A.	145.000	19,08%	33.700	117.279	17.160
Cascavel Couros Ltda	265.127	100,00%	240.861	283.847	(27.964)
Bertin USA Corporation	-	100,00%	-	42.967	(2.749)
Biolins Energia S.A.	10.672	100,00%	43.727	43.727	-

				Equivalência patrimonial		
	Dez.08	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do Período	Dez.09
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	**38.559**	-	-	-	(3.978)	**34.581**
JBS Global Investments S.A.	**109.421**	-	(27.896)	2.285	(17.773)	**66.037**
JBS Holding Internacional. S.A.	**582.180**	125.081	-	(188.427)	(115.948)	**402.886**
JBS Global A/S (Dinamarca)	**137.865**	71.113	(43.883)	(619)	(20.819)	**143.657**
Mouran Alimentos Ltda.	**(15.189)**	-	-	-	(4.297)	**(19.486)**
JBS USA, Inc.	**2.301.887**	1.152.051	(607.119)	79.668	453.238	**3.379.725**
JBS Trading USA, Inc., Inc	**4.170**	-	(1.063)	1.587	(6.460)	**(1.766)**
JBS Confinamento Ltda.	**29.420**	35.000	-	-	(7.743)	**56.677**
Inalca JBS S.p.A	**600.167**	-	(135.452)	(10.461)	8.757	**463.011**
JBS Slovakia Holdings, S.R.O	**-**	1.560.830	(266.652)	(143.838)	101.075	**1.251.415**
JBS Couros Ltda.	**-**	214	-	-	(214)	**-**
Subsidiárias Incorporadas [1]						
Bertin Holding GMBH	**-**	142.582	-	-	-	**142.582**
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	**-**	3.056	-	-	-	**3.056**
Fábrica de Prod. Alimentícios Vigor S.A.	**-**	177.927	-	-	-	**177.927**
Cascavel Couros Ltda	**-**	283.847	-	-	-	**283.847**
Bertin USA Corporation	**-**	43.154	-	-	-	**43.154**
Biolins Energia S.A.	**-**	43.727	-	-	-	**43.727**
Transf. para Outros passivos circulantes (Passivo a descoberto)	**15.189**	-	-	-	-	**21.252**
						-
Total	**3.803.669**	**3.638.582**	**(1.082.065)**	**(259.805)**	**385.838**	**6.492.282**

[3] - Refere-se às subsidiárias da incorporadora Bertin, que para fins de melhor visualização e evidênciação aos usuários das informações, foram destacadas.

(i) - Conforme definido no CPC 2, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) - Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

11 Imobilizado

Controladora

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido 2009	Líquido 2008
Imóveis	4%	2.402.669	116.742	(133.436)	**2.385.975**	486.669
Terra nua e terrenos	-	1.213.862	9.352	-	**1.223.214**	116.821
Máquinas e equipamentos	10%	2.666.820	44.819	(276.265)	**2.435.374**	285.314
Instalações	10%	688.258	21.815	(59.971)	**650.102**	93.020
Equipamentos de informática	20%	55.606	751	(30.019)	**26.338**	7.963
Veículos	20%	404.438	195	(141.954)	**262.679**	41.374
Obras em andamento	-	409.140	-	-	**409.140**	759.028
Outros	10 a 20%	42.454	3.869	(19.566)	**26.757**	14.644
		7.883.247	**197.543**	**(661.211)**	**7.419.579**	**1.804.833**

Consolidado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido 2009	Líquido 2008
Imóveis	3 a 20%	5.835.401	116.742	(965.028)	**4.987.115**	1.572.864
Terra nua e terrenos	-	1.977.086	9.352	(31.620)	**1.954.818**	632.130
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	6.781.225	44.819	(2.440.316)	**4.385.728**	1.334.566
Instalações	10%	791.690	21.815	(92.634)	**720.871**	97.289
Equipamentos de informática	20 a 100%	239.572	751	(157.596)	**82.727**	37.046
Veículos	14 a 50%	572.058	195	(240.694)	**331.559**	80.101
Obras em andamento	-	767.599	-	-	**767.599**	1.090.190
Outros	10 a 100%	128.191	3.869	(69.375)	**62.685**	74.485
Provisão para redução ao valor recuperável		-	-	-	**(599)**	-
		17.092.822	**197.543**	**(3.997.263)**	**13.292.503**	**4.918.671**

Movimentação do ativo imobilizado

	Dez.08	Incorporação	Adições	Baixas [4]	Depreciação	Variação cambial	Dez.09
Controladora	1.804.833	5.282.950	468.189	(38.878)	(97.515)	-	**7.419.579**
Consolidado	4.918.671	8.397.400	977.875	(49.237)	(340.560)	(611.646)	**13.292.503**

[4] Do montante de baixas na controladora e no consolidado, R$ 35.000 refere-se à baixa com a finalidade de capitalizar investimento na controlada JBS Confinamento, como pode ser averiguado na nota 10.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades industriais frigoríficas visando a manutenção e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, suportada por laudo emitido pela empresa especializada SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R$ 197.543 a reserva de reavaliação é de R$112.345 e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R$ 53.301. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R$ 31.897.

Os itens do ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Decorrente da momentânea paralisação das atividades da subsidiária indireta Beef Snacks, a Administração contratou empresa especializada, SETAPE - Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., para avaliação do valor justo de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos que compõe a estrutura fabril da Empresa, sendo que foi identificada uma necessidade de constituição de provisão para desvalorição desses ativos, quando avaliados pelo seu "valor líquido de venda", no montante de R$ 1.198 mil, que encontra-se registrada no resultado da Beef Snacks, sendo que devido ao fato dessa investida indireta ser parte de uma joint venture, onde a Companhia participa em 50%, apenas esse percentual do impairment é reconhecido no consolidado da Companhia.

12 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008 reclassificado
Ágio	**11.231.568**	949.615	**12.411.630**	2.167.351
Marcas e patentes	**184.615**	9.615	**184.615**	9.615
Sotwares	**6.165**	-	**6.165**	-
Direito de exploração do uso da água	**-**	-	**117.534**	28.381
Outros Intangíveis	**-**	-	**133.509**	-
	11.422.348	**959.230**	**12.853.453**	**2.205.347**

Movimentação do ativo intangível

	Dez.08	Incorporação	Adições	Amortização[5]	Variação cambial	Dez.09
Controladora	959.230	1.071.339	9.460.609	-	(68.830)	**11.422.348**
Consolidado	2.205.347	1.187.397	9.748.170	(3.031)	(284.430)	**12.853.453**

Ágio

[5] Referente a amortização de intangíveis com vida útil definida em combinações de negócios, sendo i) na Inalca JBS referente Marcas e Patentes, no montante de EUR 176, equivalente a R$ 487 em 31 de dezembro de 2009; ii) Decorente da incorporada Bertin, em sua controlada International Foods Packers LLC referente Marcas e Patentes e Carteira de Clientes, no montante de USD 190, equivalente a R$ 380 em 31 de de dezembro de 2009; e iii) Decorente da incorporada Bertin, em sua controlada Sampco, Inc referente Marcas e patentes e Carteira de Clientes, no montante de USD 1.083, equivalente a R$ 2.164 em 31 de de dezembro de 2009.

Na Controladora

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA Holdings, Inc., tendo apurado um ágio no valor de R$ 877.609, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo de 5 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R$ 248.656.

Em janeiro de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da JBS Trading USA, Inc., tendo apurado um ágio no valor de R$ 21.725, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo e na extensão das projeções que o determinaram, não superior a 10 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R$ 6.035.

Em março de 2008 a Companhia adquiriu 50% do capital social da Inalca S.p.A., a qual passou a se chamar Inalca JBS, tendo apurado um ágio de EUR 94.181 mil que corresponde em 31 de dezembro de 2009 a R$ 236.143 fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

Em dezembro de 2009 a Companhia incorporou a Bertin, tendo sido essa operação realizada com base no valor de mercado da Bertin, suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação de troca de ações entre as empresas, foi no montante de R$ 11.987.963, o que gerou um ágio na aquisição da Bertin de R$ 9.460.609 o qual, decorrente da entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2010 do CPC 15 (Combinação de negócios), será alocado no exercício de 2010 às respectivas contas do ativo que determinaram essa mais valia.

Na Controladora - Decorrente da incorporação da Bertin

Ágio aquisição da Bertin USA Corporation	R$	13.183
Ágio aquisição da Novaprom Foods Ingredients	R$	12.000
Ágio aquisição das ações da Vigor	R$	798.503
Ágio aquisição da Phitoderm	R$	4.044
Ágio aquisição da Goult Participações	R$	48.598
Ágio aquisição das ações da Leco	R$	13.845
	R$	890.173

Em controladas

A JBS USA possui ágio no montante de US$ 432.227 mil, que corresponde em 31 de dezembro de 2009 a R$ 752.594 proveniente, principalmente, da aquisição em 2008 da Smithfield beef, Tasman e Five Rivers, preliminarmente apurado e sujeito a ajustes, fundamentado na mais valia de ativos.

Em 2007, a JBS Holding Internacional S.A., através de suas subsidiárias JBS Argentina S.A. e JBS Mendoza S.A., adquiriu 100% do capital social da Consignaciones Rurales S.A. e da Argenvases S.A.I.C. e em 2008, através das mesmas subsidiárias, adquiriu 100% do capital social da Colcar S.A., tendo apurado um ágio total de $53.341 mil pesos, que corresponde em 31 de dezembro de 2009 a R$ 24.414. Os ágios estão fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura.

A Inalca JBS possui ágio no montante de EUR 12.731 mil, que corresponde em 31 de dezembro de 2009 a R$ 31.921 proveniente da aquisição das empresas Montana, Frimo e Guardamiglio, fundamentado na mais valia de ativos.

Em dezembro de 2009 a JBS USA concluiu a operação de aquisição, através de subscrição de novas ações, de 64% do capital social total e votante da PPC. O valor pago pela aquisição foi de US$ 800 milhões, o que gerou um ágio de US$ 165.151 (R$ 287.561 em 31 de dezembro de 2009), que, decorrente da entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2010 do CPC 15 (Combinações de negócios), será alocado no exercício de 2010 às respectivas contas que determinam essas mais valia.

No Consolidado - Decorrente da incorporação da Bertin

Ágio aquisição da International Foods Parkers		2.938
Ágio aquisição da Bertin Holding Inc		19.460
Ágio aquisição da Misr Cold		19.848
Ágio aquisição da Rigamonti		33.089
Ágio aquisição da Serrabella		1.459
Ágio aquisição da Wonder Best		811
Ágio aquisição da International Foods Parkers		5.967
	R$	83.572

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº. 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações.

O ágio e os ativos intangíveis sem vida útil estimada são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperabilidade, nos termos do CPC 01 (Deliberação CVM nº. 527/07).

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Commodities - Compra de gado	**149.351**	313.316	**665.584**	1.044.142
Materiais e serviços	**444.625**	70.586	**1.642.047**	916.293
Produtos acabados	**311.794**	2.024	**217.722**	119.356
Ajuste a valor presente	**-**	(1.947)	**-**	(1.947)
	905.770	**383.979**	**2.525.353**	**2.077.844**

14 Empréstimos e financiamentos

a) Controladora

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	2009	2008
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado:			
FINAME	TJLP e juros de 2,75% a 2,88%	**330.159**	231.700
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,73%	**563**	-
FINAME	Juros de 7,00% a 10,08%	**24.465**	-
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	**426.675**	-
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	**22.588**	-
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	**974**	-
		805.424	**231.700**
Empréstimos para capital de giro:			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 7,20%	**1.499.167**	591.990
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 3,10%	**185.136**	177.407
EXIM - fomento à exportação	Juros de 9,15% a 18,27%	**326.678**	-
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	**485.439**	651.713
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	**14.976**	51.113
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,00%	**1.514.128**	516.838
144-A	Variação cambial e juros de 10,50%	**545.670**	731.569
NCE/COMPOR	CDI e juros de 2,0%	**1.510.450**	1.533.704
Empréstimo no Exterior	Variação cambial e juros de 10,25%	**624.342**	-
Empréstimo no Exterior c/organismos multilaterais	Variação cambial, Libor e juros de 1,85%	**87.370**	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**2.470**	-
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**34.670**	-
Capital de Giro Agricola	TR e Juros de 10,50%	**75.686**	-
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	**212.425**	-
Capital de Giro Moeda Estrangeira	Variação cambial e juros de 4,50%	**117.498**	-
Nota de Credito - Exportação	Juros de 124,50% do CDI	**1.195.328**	-
Outros		**556**	
		8.431.989	**4.254.334**
Total		**9.237.413**	**4.486.034**
Desmembramento:			
Passivo circulante		**3.926.390**	1.494.690
Passivo não circulante		**5.311.023**	2.991.344
		9.237.413	**4.486.034**

O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:		
2010	**-**	636.327
2011	**2.482.552**	1.122.953
2012	**922.847**	298.308
2013	**528.826**	232.656
2014	**187.092**	-
2015	**32.559**	-
2016	**1.139.869**	701.100
2017	**6.862**	-
2018	**6.443**	-
2019	**3.973**	-
	5.311.023	**2.991.344**

b) Consolidado

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	2009	2008
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado:			
FINAME	TJLP e juros de 2,75% a 2,88%	**330.159**	231.700
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,73%	**182.997**	-
FINAME	Juros de 7,00% a 10,08%	**25.606**	-
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	**427.127**	-
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	**22.588**	-
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	**974**	-
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	**16.184**	26.380
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Juros de 3,50% a 8,53%	**2.699**	-
		1.008.334	**258.080**

Empréstimos para capital de giro:			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 7,20%	**1.633.724**	714.885
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 4,65% a 8,90%	**126.847**	-
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 3,10%	**185.136**	177.407
EXIM - fomento à exportação	Juros de 9,15% a 18,27%	**326.678**	-
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	**485.439**	651.713
USD Bonds	Juros de 11,625%	**1.167.053**	-
Tasman revolver	BBSY e juros de 1,60%	**72.646**	-
US revolver	Prime, Libor e juros de 2,25% a 3,25%	**315.032**	-
PPC - US revolver	Juros de 6,75%	**174.120**	-
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	**2.002.380**	-
PPC - Mexico revolver	Juros de 9,5981%	**71.953**	-
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	**8.826**	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	**14.976**	51.113
Capital de giro - Dolares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	**46.446**	377.253
Capital de giro - Dólares Australianos	BBSY + 0,975% a 1,6%	**-**	160.166
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	**310.830**	418.241
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,00%	**1.521.175**	516.838
144-A	Variação cambial e juros de 10,25% a 10,50%	**1.170.012**	731.569
NCE/COMPOR	CDI e juros de 2,0%	**1.536.301**	1.559.232
NCE/COMPOR	Juros de 124,50% do CDI	**1.208.951**	-
Empréstimo no Exterior c/organismos multilaterais	Variação cambial, Libor e juros de 1,85%	**87.370**	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**5.746**	-
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**34.670**	-
Capital de Giro Agricola	TR e Juros de 10,50%	**75.686**	-
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	**596.314**	-
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	**26.016**	-
EGF	Juros de 6,75%	**8.212**	-
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	**207.862**	-
Outros		**1.077**	
		13.421.478	**5.358.417**
Total		**14.429.812**	**5.616.497**
Desmembramento:			
Passivo circulante		**5.272.083**	2.214.788
Passivo não circulante		**9.157.729**	3.401.709
		14.429.812	**5.616.497**
O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:			
2010		**-**	797
2011		**3.050.956**	666.020
2012		**1.640.619**	1.416.958
2013		**714.865**	322.770
2014		**2.348.104**	248.111
2015		**32.866**	747.053
2016		**1.178.922**	-
2017		**6.862**	-
2018		**180.563**	-
2019		**3.972**	-
		9.157.729	**3.401.709**

ACC – Adiantamentos de Contratos de Câmbio, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela Companhia, pela controlada JBS Holding Internacional S.A. e pela incorporada Bertin e subsidiárias NovaProm e Bracol Couros, e representam US$ 1.011.125 mil em 31 de dezembro de 2009 (US$ 305.899 mil em 31 de dezembro de 2008), destinados a financiamento das operações de exportações.

US revolver - Em 5 de novembro de 2008, a controlada JBS USA, através de sua subsidiária JBS USA LLC, passou a utilizar-se de uma linha de crédito rotativo, que permite empréstimos de até US$ 400 milhões, com vencimento em 5 de novembro de 2011.

Os pré-pagamentos, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela Companhia, e representam US$ 873.636 mil em 31 de dezembro de 2009 (US$ 221.155 mil em 31 de dezembro de 2008) destinados a financiamento das operações de exportações.

NCE/COMPROR – Trata-se de Notas de Crédito à Exportação associadas à modalidade COMPROR para financiamentos de compra de matérias-primas destinadas à produção de produtos exportáveis, tomadas pela Companhia, pela controlada Mouran, pela incorporada Bertin e sua subsidiária Cascavel Couros.

PPC US term notes - Ao sair da concordata em 28 de dezembro de 2009, a PPC e algumas de suas subsidiárias, incluindo To-Ricos, Ltd. e a To-Ricos Distribution , Ltd. (coletivamente "To-Rico Borrowers"), optaram pela abertura de uma linha de crédito ("Exit Credit Facility") que prevê um compromisso global de 1,75 bilhões dólares que consiste em (i) um "Compromisso de Empréstimo Rotativo" de US $ 600 milhões, (ii) um "Termo A" de compromisso de empréstimos de US $ 375 milhões e (iii) um "Termo B" de compromisso de empréstimos de US $ 775 milhões. O "Compromisso de Empréstimo Rotativo" e o "Termo A" possuem data de vencimento em 28 de dezembro de 2012, o "Termo B" de empréstimos possui data de vencimento em 28 de dezembro de 2014 e CoBank ACB vai servir como agente administrativo ("Exit Facility Agent") em nome dos credores sob o "Exit Credit Facility".

Notes – Em 23 de fevereiro de 2007 a incorporada Bertin efetuou, através de sua subsidiária Vigor, uma captação de US$ 100 milhões.

Garantias prestadas

EURO BONDS - Em 26 de janeiro e 8 de fevereiro de 2006, a Companhia efetuou uma captação de US$ 200 milhões, com uma subsequente reabertura de US$ 75 milhões, totalizando US$ 275 milhões, por meio de Euro Bonds, com prazo de cinco anos para pagamento e cupon de 9,375% ao ano. A operação está garantida pela Companhia e pela sua controladora, J&F Participações S.A, como avalistas.

US BONDS - Em 27 de abril 2009, a subsidiária JBS USA efetuou uma captação de US$ 700 milhões por meio de USD Bonds com prazo de 5 anos para pagamento e cupom de 11,625% ao ano, com desconto de US$ 48,7 que deverá ser acrescido ao empréstimo de acordo com sua vida útil. A operação está garantida pela Companhia e pela JBS USA e suas subsidiárias, como avalistas.

144-A – Refere-se a duas operações de captação através da emissão de notas sob a regra 144-A, no mercado internacional, com prazo de 10 anos para pagamento, sendo na Companhia em 28 de julho de 2006, no montante de US$ 300 milhões, com copom de 10,5% a.a., garantida pela própria Companhia; e, incorporada Bertin em 13 de outubro de 2006, no montante de US$ 350 milhões, com copom de 10,25% a.a., sem garantia.

FINAME / FINEM - Os contratos de financiamento com o BNDES estão garantidos pelos próprios bens objetos do financiamento.

15 Debêntures conversíveis

A Companhia recebeu no dia 22 de dezembro de 2009 correspondência da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, comunicando a aprovação da realização de investimento mediante subscrição de debêntures subordinadas, conversíveis em ações e com cláusula de permuta da primeira emissão privada da Companhia, a ser realizada em série única.

A assinatura do Acordo de Investimento pela Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em deliberação tomada em 7 de dezembro de 2009.

Os recursos foram integralmente destinados à integralização de aumento de capital na JBS USA, com o objetivo de concluir a operação refletida no Stock Purchase Agreement pelo qual a JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% (sessenta e quatro por cento) do capital social total e votante da PPC, e reforçar a estrutura de capital consolidada da Companhia, para implementação de planos de investimento e projetos de expansão, além de viabilizar a conclusão do projeto de integração das operações da Companhia com a Bertin.

A Companhia emitiu no dia 28 de dezembro de 2009 a quantidade de 2.000.000 debêntures, ao valor nominal unitário de R$ 1.739,80. O valor total das debêntures é de R$ 3.479.600, equivalente na data da emissão das debêntures a US$ 2 bilhões de acordo com a respectiva escritura de emissão. As 2.000.0000 debêntures são mandatoriamente permutáveis por certificados de depósito de valores mobiliários (Brazilian depositary receipts - BDRs) patrocinados de nível II ou III, lastreados em ações ordinárias votantes de emissão da JBS USA , ou mandatoriamente conversíveis em ações de emissão da Companhia, caso essa não realize o evento de liquidez.

Evento de liquidez significa cumulativamente a conclusão de uma oferta pública de ações da JBS USA, em montante mínimo equivalente a US$ 1,5 bilhões com colocação primária de no mínimo 50%, seja através de oferta inicial ou de follow-on, por ocasião da qual a JBS USA (a) torne-se companhia registrada (reporting company) na Securities and Exchange Commission, (b) tenha ações listadas na New York Stock Exchange ou NASDAQ, (c) tenha free float mínimo (excluída potencial participação dos debenturistas) de 15% e (d) que o capital social da JBS USA, na data do evento de liquidez, seja composto de ações de uma só espécie e classe, observado que será permitida a emissão de classes de ações preferenciais com direitos políticos diferenciados após o evento de liquidez.

O Evento de Liquidez deve ocorrer até 31 de dezembro de 2010, sob pena de realização mandatória da conversão em ações das debêntures. Todavia, a Companhia poderá, até 5 dias antes da data limite, notificar o agente fiduciário de que pretende prorrogar a data limite até 31 de dezembro de 2011, caso em que deverá pagar, na data da notificação e em moeda corrente nacional, aos debenturistas, um prêmio no valor de 15% sobre o valor nominal unitário da totalidade das Debêntures então em circulação.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 anos, contados da data de emissão, vencendo-se as mesmas, portanto, em 28 de dezembro de 2069.

Tendo em vista o encerramento do prazo final de rateio de sobras na emissão das debêntures, a Companhia comunicou no dia 19 de fevereiro de 2010, com base em informações fornecidas pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das debêntures da Companhia, que foram subscritas a totalidade das debêntures emitidas, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da JBS realizada em 31 de dezembro de 2009.

16 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Salários e encargos sociais	**65.564**	23.240	**136.811**	86.157
Provisões para férias e encargos previdenciários	**81.650**	28.590	**355.737**	182.521
Imposto de renda a recolher	**2.715**	-	**38.015**	15.960
Contribuição social a recolher	**1.059**	-	**1.252**	119
ICMS / VAT a recolher	**15.899**	3.088	**20.207**	3.095
PIS e COFINS a recolher	**27.257**	-	**28.392**	-
Outros	**92.938**	7.804	**141.441**	49.386
	287.082	**62.722**	**721.855**	**337.238**

17 Dividendos declarados

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Dividendos declarados	**122.953**	51.127	**122.953**	51.127
	122.953	**51.127**	**122.953**	**51.127**

A Companhia, considerando que tem gerado EBITDA positivo, deliberou que para o cômputo dos dividendos sejam excluídos permanentemente o valor da amortização do ágio apurado na aquisição dos investimentos efetuados na JBS USA e SB Holdings incluídas no resultado até 31 de dezembro de 2008, o qual a partir de 1 de janeiro de 2009 já deixou de ser amortizado, em atendimento às normas atualmente vigentes.

A Companhia declarou dividendos de R$ 122.953 (R$ 51.127 em 2008) a serem submetidos à Assembléia Geral dos Acionistas para aprovação conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2009	2008
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**129.424**	25.939
Reserva legal - (5%)	**(6.471)**	(1.297)
Amortização do ágio de investimentos - JBS USA	**-**	175.522
Amortização do ágio de investimentos - SB Holdings	**-**	4.345
Base ajustada para cálculo dos dividendos	**122.953**	204.509
Dividendos obrigatórios (25%)	**30.738**	51.127
Dividendos adicionais [6]	**92.215**	-
Dividendos declarados	**122.953**	**51.127**

[6] - A administração da Companhia decidiu distribuir 100% do lucro líquido ajustado, após a destinação da reserva legal, sendo que a distribuição será aprovada pelo Conselho de Administração, através de Assembléia Geral Ordinária, conforme descrito no capítulo VI do Estatuto Social da Companhia.

18 Contingências

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, estão assim representadas:

	Controladora				Consolidado	
	2009		2008		2009	2008
	Quantidade de ações	Valor provisionado	Quantidade de ações	Valor provisionado	Valor provisionado	Valor provisionado
Trabalhistas	**5.444**	**40.579**	1.695	5.799	**50.189**	9.208
Cíveis	**281**	**4.229**	166	15.663	**54.979**	21.216
Fiscais e previdenciários	**255**	**165.280**	161	26.782	**316.712**	27.213
Total	**5.980**	**210.088**	**2.022**	**48.244**	**421.880**	**57.637**

Processos fiscais e previdenciários

a) ICMS

A Companhia sofreu diversas autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS, que segundo o Estado de São Paulo deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R$ 185.506. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarci-la, caso as autuações sejam mantidas.

As ações judiciais suspenderam as exigências do Estado de São Paulo. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos na maior parte desses procedimentos, razão pela qual constituiu provisão no montante de R$ 2.115.

A Companhia sofreu outras autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R$ 204.094. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos na maior parte desses procedimentos, e constituiu provisão no montante de R$ 4.185.

b) INSS

Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, referente ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, no montante de R$ 69.200, e de 2003 até 2006, no montante de R$ 198.800, cujo total dos autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R$ 268.000.

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, por isto os citados processos encontram-se suspensos até decisão final do Mandado de Segurança.

Esta matéria foi objeto de uma decisão favorável ao contribuinte, proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF para uma empresa cuja atividade é similar à atividade da Companhia. Por esse motivo, e com base em pareceres de consultores legais, e juristas renomados, a Companhia entende que a probabilidade de incidência dessa tributação é remota, razão pela qual a Administração não constitui provisão para esta contingência. Atualmente, a Companhia não está obrigada a proceder nenhum desconto, nem recolhimento. Caso algum desconto seja feito, por questões comerciais, a Companhia procede-o e deposita em Juízo, cumprindo determinação judicial. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em caso semelhante, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência.

Atualmente, conforme recente decisão do STF em caso semelhante, a Administração continua acreditando que a decisão final de seus processos administrativos será favorável à Companhia, desobrigando-a de recolher os montantes lançados arbitrariamente por autos de infração.

c) Outros processos fiscais e previdenciários

A Companhia é parte em outros 148 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância no contexto da Companhia. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R$ 20.866.

Processos trabalhistas

Em 31 de Dezembro de 2009, a Companhia era parte em 2.764 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho, envolvendo o valor total em discussão de R$ 206.485. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R$ 23.410 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e os principais pedidos dizem respeito ao pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

Processos cíveis

a) Imóvel em Araputanga

Em 2001 a Companhia, por sua antecessora, adquiriu da empresa Frigorífico Araputanga S.A. um imóvel e instalações industriais localizados em Araputanga/MT, através de Compromisso de Compra e Venda. Ratificando o negócio e dando quitação total e irrevogável do preço ajustado, foram lavradas as Escrituras Públicas de Compra e Venda.

O Frigorífico Araputanga S.A. era beneficiário de incentivos fiscais (projeto SUDAM) e o imóvel era garantia flutuante. Por isto se fazia necessária a anuência da SUDAM para o Registro das Escrituras. Em setembro de 2004, o Frigorífico Araputanga S.A. ajuizou Ação Declaratória no Foro da Comarca de Araputanga/MT, alegando que a Companhia não havia pago o preço, bem como não havia obtido a anuência da referida autarquia, requerendo a ineficácia do Contrato e a Anulação das Escrituras Públicas. Em decisão transitada em julgado o TJ/MT julgou a venda válida e eficaz. O processo foi remetido à Vara Federal de Cáceres, distribuído sob o nº 2005.36.01.001618-8, em razão do interesse da União na lide. A Companhia obteve a anuência da UGFIN, sucessora da SUDAM, conforme decisão da 5ª Turma do TRF da 1ª Região (Proc. nº. 2006.01.00.024584-7), obtendo assim o efetivo registro da Escritura de Compra e Venda.

Atualmente, o processo está aguardando a realização de nova perícia. O primeiro laudo pericial foi favorável à Companhia, que após avaliar os pagamentos realizados pela Agropecuária Friboi concluiu que os valores devidos foram efetivamente pagos. O agravo 2006.01.00.024584-7 foi julgado favoravelmente à Companhia, na medida em que o TRF da 1ª região declarou válidas as escrituras de compra e venda do imóvel objeto da discussão. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos e nenhuma provisão foi registrada.

b) Indenização pelo uso da marca

Ainda decorrente do entrave em Araputanga/MT, a Vendedora distribuiu, na Comarca de Araputanga/MT, Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa da Friboi Ltda. estar utilizando a marca Frigoara sem a sua autorização. O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S.A. que avalia a marca em R$ 315.000, assim exige uma indenização por danos morais de R$ 100.000 e ressarcimento no importe de R$ 26.938. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com o processo principal, em que se discute a propriedade do Frigorífico. No mérito, demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigoara que necessitava comprovar à SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado.

Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados era comercializada com a marca Friboi, já com a marca Frigoara era produzida somente carne moída em ínfima quantidade. Posto isto, a Companhia entende que o risco econômico é remoto e o provisionou em R$ 600.

O Juiz da Comarca de Araputanga suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. Atualmente, o Juízo Federal de Cáceres intimou as partes a se manifestarem a respeito da redistribuição àquele Juízo e determinou a reunião do processo à Ação Declaratória em que se discute a propriedade do Frigorífico localizado em Araputanga/MT. Após, a União será intimada a manifestar sobre possível interesse na causa. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos.

c) Outros processos cíveis

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis que na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda em 31 de dezembro de 2009 é de R$ 1.275.

Outros processos

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, no montante de aproximadamente R$ 55.142, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância aos preceitos da Deliberação CVM nº. 594 de 2009.

Contingências decorrentes da incorporação da Bertin

A incorporada Bertin possui processos cíveis, tributários e trabalhistas, todos em razão do curso normal das operações, conforme detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2009		2009
	Quantidade de ações	Valor provisionado	Valor provisionado
Trabalhistas	**2.680**	**17.169**	**23.911**
Cíveis	**88**	**2.354**	**10.363**
Fiscais e previdenciários	**52**	**138.114**	**287.375**
	2.820	**157.637**	**321.649**

Principais contingências fiscais e previdenciárias

a) PIS / COFINS

As controladas S/A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor e Cia Leco de Produtos Alimentícios, possuem questionamentos com relação a constitucionalidade da majoração da alíquota da Cofins de 2% para 3%, instituído pela Lei 9.718/98 e quanto a revogação da Lei 7.689/88, o que teria ocasionado a revogação de todos os dispositivos legais que tratariam da alíquiota do PIS na década de 90, cujas provisões constituídas em 31 de dezembro de 2009 representavam R$ 108.364 e R$ 68.451, respectivamente.

b) IPI alíquota zero

As controladas S/A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, Cia Leco de Produtos Alimentícios e Dan Vigor, possuem questionamentos quanto ao direito das empresas em registrar o crédito presumido de IPI na aquisição de insumos tributados à alíquota zero ou não tributado, no montante de R$ 36.469 mil.

c) Compensações com títulos da dívida publica

As controladas S/A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor e Cia Leco de Produtos Alimentícios possuem questionamentos relativos a compensação de débitos de Pis / Cofins com créditos oriundos de títulos fundados nas apólices da dívida pública, emitidos pela União entre 1902 e 1926, cuja provisão em 31 de dezembro de 2009 representava R$ 31.824.

19 Débito com terceiros para investimentos

Na Companhia refere-se ao valor de 65 milhões de Euros, correspondente em 31 de dezembro de 2009 a R$ 162.976 (R$ 210.480 em 31 de dezembro de 2008) a ser acrescido ao preço de compra da Inalca JBS caso a empresa atinja pelo menos um dos seguintes objetivos econômicos: EBITDA médio nos anos de 2008, 2009 e 2010 igual ou superior a 75 milhões de Euros ou, alternativamente, EBITDA igual ou superior a 90 milhões de Euros no exercício de 2010. Caso nenhum dos objetivos econômicos sejam atingidos, esse débito será revertido contra o valor do ágio apurado quando da aquisição.

Na incorporada Bertin o montante de R$ 427.523 refere-se a débitos remanescentes da aquisição de investimentos, com quitação no decorrer do exercício de 2010. Os investimentos adquiridos são i) Planta Pimenta Bueno (R$ 16.277), ii) Gould Participações Ltda., referente a aquisição do Grupo Vigor, adquirido em 2007 (R$ 351.246) e iii) Cia. Araguaia Eletricidade (R$ 60.000).

20 Imposto de renda e contribuição social

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social da Controladora

	2009	2008
Resultado contábil antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	**152.700**	**43.375**
Adições (Exclusões) líquidas:		
Diferenças permanentes (substancialmente equivalência patrimonial)	**(87.295)**	(9.671)
Diferenças temporárias	**(77.287)**	(61.092)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	**(11.882)**	**(27.388)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**	**-**
Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação	**3.001**	**3.336**
	3.001	**3.336**
Diferenças temporárias	**77.287**	61.092
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(26.277)**	**(20.772)**

b) Composição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Ativo:				
. Sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	**30.357**	22.626	**807.526**	481.485
	30.357	**22.626**	**807.526**	**481.485**
Passivo:				
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	**351.633**	83.453	**1.539.099**	884.927
	351.633	**83.453**	**1.539.099**	**884.927**

A Companhia e suas controladas apresentam histórico de geração de lucros tributáveis futuros e estimam recuperar os créditos tributários num prazo de até oito anos em função da expectativa de desfecho das causas geradoras das contingências.

21 Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2009, é representado por 2.367.471.476 ações ordinárias, sem valor nominal. Desse total, conforme descrito na letra e) abaixo, 43.990.100 ações estão mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 3.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

d) Dividendos

Serão distribuídos dividendos obrigatórios não inferiores, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei n° 6.404/76.

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração da Companhia, baseado no que dispõe o seu Estatuto Social e atendidas as exigências das Instruções CVM n° 10/80, 268/97 e 390/03, autorizou a aquisição de até 41.113.898 ações de emissão própria para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia mantinha 43.990.100 ações em tesouraria, a um custo médio de R$ 6,17, sendo que os preços mínimos e máximos de aquisição foram de R$ 2,68 e R$ 10,81, respectivamente, não tendo ocorrido alienação das ações adquiridas.

O valor de mercado conforme negociação na data de 31 de dezembro de 2009 era de R$ 9,32.

22 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2009	**2008**	**2009**	**2008**
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	**713.085**	(86.013)	**854.613**	(223.595)
Resultado financeiro com derivativos	**(999.077)**	56.401	**(1.013.628)**	(30.383)
Juros Passivos	**(421.843)**	(435.481)	**(623.783)**	(553.370)
Juros Ativos	**189.788**	228.605	**219.540**	236.757
Impostos, contribuições, tarifas e outros	**(16.699)**	(27.145)	**(37.860)**	(41.585)
	(534.746)	**(263.633)**	**(601.118)**	**(612.176)**

23 Cobertura de seguros

É política da Companhia manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros de acordo com a sua natureza. Em decorrência dos ativos segurados estarem multi-localizados, a Companhia contrata seguro com o conceito de perda máxima possível por unidade operacional. Os principais eventos segurados são: incêndio, inundação e desmoronamento.

Em 31 de dezembro de 2009 o limite máximo individual de cobertura era R$ 99.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a incorporada Bertin, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2009 de R$ 200.000.

Para a controlada indireta JBS Argentina, localizada na República Argentina, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2009 de US$ 32 milhões (equivalente a R$ 55.718).

Para a controlada JBS USA, localizada nos Estados Unidos, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2009 de US$ 200 milhões (equivalente a R$ 348.240).

Para a controlada Inalca JBS, localizada na Itália, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de dezembro de 2009 de € 141 milhões (equivalente a R$353.534).

24 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, riscos de créditos, taxas de juros e preços na compra de gado e se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição a esses riscos.

a) Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente pelo Comitê Financeiro e por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da Administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

b) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia busca, através da gestão de riscos, mitigar a exposição econômica e contábil de suas operações das variações de taxas de câmbio, riscos de crédito, taxas de juros e preços na compra de gado. As estratégias utilizadas vão desde análises detalhadas das demonstrações financeiras dos clientes da Companhia e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco à zeragem de exposições em mercados futuros em Bolsa de Valores.

c) Discricionariedade da Tesouraria

Uma vez identificadas as exposições da Companhia, as unidades de negócio precificam e zeram seus riscos junto à tesouraria, que consolida esses riscos e busca proteção com operações no mercado de Bolsa de Valores. Esses riscos são monitorados diariamente para corrigir exposições adicionais ocasionadas por riscos de "gaps" e controles de margens e ajustes. A discricionariedade da tesouraria em determinar os limites de posição necessários para minimizar a exposição da Companhia a moedas e/ou taxas de juros está limitada aos parâmetros de análise do VAR (Value at Risk) da carteira de derivativos.

Em 31 de dezembro de 2009 o valor em risco (VAR) da carteira de derivativos para o período de 1 dia, com 99% de confiança, era de R$ 33.833.

d) Riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos é reduzido, através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI, por meio de contratos de mercado futuro em Bolsa de Valores. Os parâmetros para cobertura levam em consideração a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros em comparação com a taxa CDI. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%. Os valores nominais desses contratos não são registrados nas demonstrações contábeis. Os resultados dos ajustes diários de posição de contratos futuros na Bolsa de Mercadorias e Futuros estão reconhecidos como receitas ou despesas financeiras nas contas de resultado. O risco de exposição à taxa de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 está a seguir apresentado:

	2009	2008
FINAME / FINEM	**988.477**	231.700
EXIM	**511.814**	177.407
Giro	**303.643**	51.113
NCE / Compror	**1.510.450**	1.533.704
FCO / FNO	**37.140**	-
Nota de crédito - exportação	**1.195.328**	-
CDB-DI	**(367.757)**	(1.147.326)
Fundos de investimentos	**(16.417)**	(139.215)
	4.162.678	**707.383**

Em 31 de dezembro de 2009 não havia posição contratada e não liquidada de derivativos na BM&F para cobertura específica deste risco.

e) Riscos de taxas de câmbio

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de hedge de futuro de câmbio na BM&F e contratos de SWAP (troca de variação cambial por variação da taxa CDI), buscando o zeramento da posição. O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Os valores nominais desses contratos não são registrados nas demonstrações contábeis. Os resultados das operações de balcão no mercado futuro de moeda, realizados e não liquidados financeiramente e os ajustes diários de posição de contratos futuros de moeda na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F estão reconhecidos como receitas ou despesas financeiras nas contas de resultado.

A seguir são apresentados os ativos e passivos expostos a riscos de variação cambial que estão sujeitos a instrumentos derivativos, bem como os efeitos dessas contas no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2009 e 2008:

			Efeitos no resultado	
EXPOSIÇÃO	**2009**	**2008**	**Variação cambial**	**Derivativos**
OPERACIONAL				
Contas a Receber - US$ / € / £	**570.712**	321.068	**(120.733)**	**126.821**
Investimentos - US$ / €	**6.205.624**	3.892.644	**-**	**-**
Estoque destinado à exportação - @ boi	**40.585**	53.960	**-**	**2.897**
Pedidos de venda - US$ / € / £	**321.390**	442.583	**(85.110)**	**87.698**
Subtotal	**7.138.311**	**4.710.255**	**(205.843)**	**217.416**
FINANCEIRO				
Créditos com controladas - US$ / €	**(917.363)**	1.550.774	**165.821**	
Empréstimos e financiamentos - US$	**(7.587.081)**	(2.740.319)	**755.539**	**(1.216.493)**
Importações a pagar - US$	**(4.485)**	(4.816)	**(2.432)**	
Valores a receber (a pagar) de contratos futuros, líquidos	**(24.107)**	60.205	**-**	
Subtotal	**(8.533.036)**	**(1.134.156)**	**918.928**	**(1.216.493)**
TOTAL	**(1.394.725)**	**3.576.099**	**713.085**	**(999.077)**

Investimentos - Foi deliberado em reunião do Conselho de Administração a não contratação de instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção (hedge) para os investimentos em empresas no exterior.

Pedidos de venda - O nocional não é registrado no balanço patrimonial. A partir do exercício de 2008, de acordo com a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting) introduzida pelo CPC 14, a Companhia passou a contabilizar a variação cambial dos pedidos de venda para contrapor os efeitos do hedge dos mesmos.

O risco de alteração nas taxas cambiais pode incorrer em prejuízos à Companhia, decorrentes de possível redução dos valores dos ativos ou aumento das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do Dólar americano, Euro e Libra Esterlina em relação ao Real.

A seguir é apresentada a exposição em moeda estrangeira com cobertura de instrumentos financeiros derivativos:

	2009	2008
Contas a Receber - US$ / € / £	**570.712**	321.068
Pedidos de venda - US$ / € / £	**321.390**	442.583
Empréstimos e financiamentos - US$	**(7.587.081)**	(2.740.319)
Importações a pagar - US$	**(4.485)**	(4.816)
	(6.699.464)	**(1.981.484)**
Contratos futuros (BM&F) - Controladora	**1.650.995**	1.664.592
Swap (balcão - CETIP) - Controladora	**174.120**	233.700
	1.825.115	**1.898.292**
Exposição em moeda estrangeira em R$	**(6.699.464)**	**(1.981.484)**
Nocional de proteção	**1.825.115**	**1.898.292**
Relação	**27%**	**96%**

Por meio da subsidiária JBS Global Investments, a Companhia realiza a gestão ativa de posições de tesouraria em moedas estrangeiras, com o objetivo de proteger exposições representadas por ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira. Caso fossem consideradas as posições de derivativos para fins de proteção, contratadas pela subsidiária JBS Global Investments, a relação entre a exposição e nocional de proteção da Companhia, para as datas-base de 31 de dezembro de 2009, e 31 de dezembro de 2008, seria, respectivamente, 28% e 103%.

Efeitos da incorporação do Bertin

A Bertin vinha reduzindo a aplicação de sua política de proteção aos riscos de câmbio, taxas e cotações de arroba de boi, aos quais estava exposta. A Companhia, logo após a incorporação, implementou sua política de proteção aos referidos ativos e passivos supra mencionados.

Entretanto, em 31 de dezembro de 2009, os saldos e exposições incorporados do Bertin impactaram significativamente a relação de exposição da Companhia. Dessa forma, com o intuito de prover informação adicional, demonstramos abaixo a exposição consolidada da Companhia, e como seria a exposição sem a incorporação do Bertin, demonstrando assim a contínua eficiência da Companhia na contratação de instrumentos financeiros de proteção.

	31 de dezembro de 2009			2008
	JBS com Bertin	Bertin	JBS sem Bertin	JBS
Contas a Receber - US$ / € / £	570.712	338.673	**232.039**	321.068
Pedidos de venda - US$ / € / £	321.390	-	**321.390**	442.583
Empréstimos e financiamentos - US$	(7.587.081)	(4.874.588)	**(2.712.493)**	(2.740.319)
Importações a pagar - US$	(4.485)	-	**(4.485)**	(4.816)
	(6.699.464)	**(4.535.915)**	**(2.163.549)**	**(1.981.484)**
Contratos futuros (BM&F) - Controladora	1.650.995	-	**1.650.995**	1.664.592
Swap (balcão - CETIP) - Controladora	174.120	-	**174.120**	233.700
	1.825.115	-	**1.825.115**	**1.898.292**
Exposição em moeda estrangeira em R$	**(6.699.464)**	**(4.535.915)**	**(2.163.549)**	**(1.981.484)**
Nocional de proteção	**1.825.115**	-	**1.825.115**	**1.898.292**
Relação	**27%**	**0%**	**84%**	**96%**

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nocional US$)	Valor de Mercado R$	Impacto no resultado do exercício
Swap (balcão - CETIP)	Fevereiro de 2010 à Fevereiro de 2013	US$ (VC) + 6% a.a.	R$/CDI (média ponderada de 120% do CDI)	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado	100.000	(23.520)	(30.526)
Contratos futuros (BM&F)	Fevereiro de 2010 à Fevereiro de 2013	US$ (VC)	R$	BM&F	941.500	270	(842.669)

f) Riscos de crédito

A Companhia é potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber. As estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas à órgãos de informações e monitoramento constante de clientes. A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas para a Companhia em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito da Companhia que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira.

Os parâmetros utilizados são baseados nos fluxos diários de informações de monitoramento de operações que identificam acréscimo de volumes de compras no mercado, eventuais inadimplências, cheques sem fundos, e protestos ou ações movidas contra os clientes. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito e configuração de status conferidos individualmente a cada cliente e trava automática de faturamento em caso de inadimplência, limite excedido ou ocorrência de informação restritiva.

g) Riscos de preços na compra de gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de hedge de futuro de boi na BM&F, visando o zeramento da posição e garantindo o preço de mercado.

Os parâmetros para redução do risco de compra de gado são baseados na posição da carteira física dos contratos de compra de boi a termo, considerando valores e prazos negociados. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Exposição	2009	2008
Contratos firmes de compra de boi	**17.026**	43.480
	17.026	**43.480**

Composição do saldo de instrumento financeiro derivativo para proteção de preço de compra de gado

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nocional @)	Valor de Mercado R$	Impacto no resultado do exercício
Contratos futuros (BM&F)	Janeiro a Outubro de 2010	R$	@ de boi	BM&F	(13.980)	32	2.812

A seguir é apresentada a exposição dos preços de gado firmados com cobertura de instrumentos financeiros derivativos:

	2009	2008
Contratos futuros (BM&F) - Boi gordo	**(13.980)**	(37.170)
	(13.980)	**(37.170)**
Exposição de preço de compra de gado em R$	**17.026**	43.480
Nocional de proteção	**(13.980)**	(37.170)
Relação	**82%**	**85%**

h) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos e derivativos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado.

i) Margens dadas em garantia

A Companhia possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à BM&F cujo saldo em 31 de dezembro de 2009 é de R$ 179.800 (R$ 308.476 em 31 de dezembro de 2008). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

j) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado publicados e na ausência destes, com base no valor presente de fluxos de caixa esperados.

O valor justo de mercado de Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber de clientes; Fornecedores; e Empréstimos e financiamentos é equivalente ao seu valor contábil. O valor justo de ativos e passivos de longo prazo não divergem significativamente de seu valor contábil.

k) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2009, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Risco de câmbio

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Futuro (BM&F) - Dólar	Apreciação do R$	-	412.749	825.498
SWAP	Apreciação do R$	-	43.530	87.060
Exposição indexada em moeda estrangeira	Depreciação do R$	-	(540.887)	(1.081.774)
		-	**(84.608)**	**(169.216)**
Premissa	Câmbio	1,7412	2,1765	2,6118

Riscos de preços na compra de gado

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Exposição de preço de compra de gado em R$	Depreciação da @	-	4.257	8.515
Futuro (BM&F) - Boi	Apreciação da @	-	(3.495)	(6.990)
		-	**762**	**1.525**
Premissa	Preço da @	75,67	94,59	113,51

O saldo de instrumentos financeiros derivativos registrado no balanço da Companhia encontram-se alocados sobre a rubrica de outros ativos e passivos circulantes. Em 31 de dezembro de 2009 não havia instrumentos financeiros derivativos alocado em outros ativos circulantes (R$ 69.373 em 31 de dezembro de 2008), e o montante alocado em outros passivos circulantes era de R$ 24.107 (R$ 9.168 em 31 de dezembro de 2008).

25 Fatos relevantes

Acordo de aquisição da Tatiara Meat Company na Austrália

A Companhia celebrou no dia 15 de dezembro de 2009, através de sua subsidiária integral Swift Austrália, um acordo com o Vion Food Group para a compra da Tatiara Meat Company (Tatiara).

A Tatiara é uma processadora de carne ovina de alta qualidade, focada em mercados sofisticados como Estados Unidos, Canadá e Europa, além do mercado doméstico Australiano. É sediada em Bordertown South Austrália, uma região conhecida por seu rebanho ovino de alta qualidade, possui um faturamento anual de aproximadamente AUD 200 milhões (aproximadamente USD 183 milhões) e a Companhia concordou em pagar AUD 30 milhões (aproximadamente USD 27,5 milhões) pela Tatiara, sujeito à conclusão do processo de due diligence. Com essa aquisição, a JBS Austrália se tornará a maior processadora de carne ovina na Austrália, com capacidade de abate de 24.500 cabeças por dia. A conclusão da operação está sujeita à aprovação pelas autoridades competentes.

A Companhia confirmou no dia 22 de fevereiro de 2010, através de fato relevante divulgado ao mercado, a aprovação da aquisição da Tatiara pelas autoridades Australianas (ACCC - Australian Competition and Consumer Commission), a conclusão da aquisição e a incorporação imediata dos novos ativos, tornando a Companhia líder de mercado na Austrália no setor de ovinos. Com receitas ligeiramente inferiores a US$200 milhões, a Tatiara reforçará a presença da JBS Austrália no mercado de exportação de carne de cordeiro de alta qualidade, no qual a Austrália tem aumentado sua participação nos últimos anos.

Initial Public Offering - JBS USA

A JBS USA submeteu à Securities and Exchange Commission (“SEC”) pedido de registro para a oferta pública inicial de ações ordinárias de sua emissão. As ações ordinárias de emissão da JBS USA deverão ser listadas nos Estados Unidos da América, na New York Stock Exchange - NYSE.

A JBS USA também apresentou à CVM pedido de registro de programa e de oferta pública, no Brasil, de Brazilian Depositary Receipts Nível III - BDRs, representativos de ações ordinárias de emissão da JBS USA.

A Oferta Global aqui descrita está sujeita à obtenção de registros e autorizações junto à SEC, CVM e a BM&F Bovespa, bem como demais autoridades competentes e está sujeita às condições de mercado à época da Oferta Global.

O pedido de registro protocolado pela JBS USA perante a SEC ainda não foi deferido e nenhum valor mobiliário poderá ser vendido, nem qualquer proposta de compra poderá ser aceita, anteriormente ao deferimento do pedido de registro.

No dia 28 de janeiro de 2010 a Companhia informou através de comunicado ao mercado que continua a analisar o prospecto de fazer o IPO da JBS USA. Porém, devido às recentes transações, a Companhia optou por aguardar a divulgação dos resultados trimestrais de março de 2010 enquanto continua a monitorar as condições de mercado para determinar o melhor momento da operação. De acordo com as boas práticas de governança corporativa, a Companhia irá comunicar ao mercado as informações relevantes à medida que estiverem disponíveis.

DIRETORIA EXECUTIVA

Joesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Wesley Mendonça Batista
Diretor Executivo de Operações

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor de Relação com Investidores

Francisco de Assis e Silva
Diretor Jurídico

Wanderley Higino da Silva
Técnico Contábil CRC: 1SP123638/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joesley Mendonça Batista
Presidente do Conselho

Wesley Mendonça Batista
Vice-Presidente

José Batista Sobrinho

José Batista Júnior

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Natalino Bertin

Wagner Pinheiro de Oliveira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2009.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: a) análise das demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores externos; c) indagações sobra atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de parecer que o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas e estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 04 de março de 2010.

Divino Aparecido dos Santos

Florisvaldo Caetano de Oliveira

Hélio Ricardo Teixeira de Moura

John Shojiro Suzuki

Alexandre Seiji Yokaichiya

* * * * *

(página intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras da Pilgrim´s Pride relativa aos exercícios sociais encerrados em 26 de setembro de 2007, 2008 e 2009 e respectivo parecer da Ernst & Young LLP

Parecer dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Pilgrim's Pride Corporation

Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da Pilgrim's Pride Corporation ("Companhia"), levantados em 26 de setembro de 2009 e 27 de setembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes a cada um dos três exercícios do período findo em 26 de setembro de 2009. Nossos exames também incluíram o anexo às demonstrações financeiras apresentado no Item 15(a) do índice. As demonstrações financeiras e o anexo foram elaborados sob a responsabilidade da sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras e o anexo com base em nossos exames de auditoria.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas do Public Company Accounting Oversight Board (Estados Unidos da América). Essas normas requerem o planejamento dos trabalhos e a execução dos exames de auditoria de forma a obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de erros materiais. Os exames de auditoria incluem a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações financeiras; e a avaliação dos princípios contábeis e estimativas significativas adotados pela Administração, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que nossos exames fornecem uma base razoável para nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Pilgrim's Pride Corporation em 26 de setembro de 2009 e 27 de setembro de 2008, os resultados consolidados de suas operações e os fluxos de caixa correspondentes a cada um dos três exercícios do período findo em 26 de setembro de 2009, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Além disso, em nossa opinião, o anexo às demonstrações financeiras, quando considerado em função das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, representa adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as informações nele contidas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Pilgrim's Pride Corporation. Conforme descrito com mais detalhes na Nota A, a Companhia apresentou pedido de concordata com base no Capítulo 11 do Código de Falências dos Estados Unidos em 1º de dezembro de 2008. Esse fato, juntamente com os demais fatores relacionados ao segmento de negócio discutidos, levanta dúvidas a respeito da capacidade de a Companhia manter o curso normal de suas operações. Os planos da Administração com relação a esse assunto também estão descritos na Nota A. As demonstrações financeiras consolidadas não incluem ajustes para refletir os possíveis efeitos futuros sobre a capacidade de recuperação e classificação de ativos registrados ou os valores e classificação de passivos que poderiam resultar dessa incerteza.

Conforme apresentado na Nota N às demonstrações financeiras, a Pilgrim's Pride Corporation adotou as orientações originalmente contidas na Interpretação no. 48 "Contabilização de incertezas relativas a impostos sobre a renda – interpretação da Norma FASB no. 109" (codificado no FASB ASC Tópico 740 "Impostos sobre a renda"), emitida pelo FASB, vigente a partir de 30 de setembro de 2007.

Também examinamos, de acordo com as normas do Public Company Accounting Oversight Board (Estados Unidos da América), a eficácia dos controles internos da Pilgrim's Pride Corporation sobre suas informações financeiras em 26 de setembro de 2009, com base nos critérios estabelecidos na *Internal Control – Integrated Framework* emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Estados Unidos da América), e nosso parecer, com data de 20 de novembro de 2009, não continha ressalvas.

/s/ Ernst & Young LLP

Dallas, Texas
20 de novembro de 2009

Balanços Patrimoniais Consolidados
Devedoras e Devedoras em Posse dos Bens em 1º de dezembro de 2008
Pilgrim's Pride Corporation

	26 de setembro de 2009	27 de setembro de 2008
	(Em milhares, exceto lucro/(prejuízo) por ação)	
Ativo		
Circulante:		
Caixa e equivalentes de caixa	$ 220.029	$ 61.553
Investimento em títulos disponíveis para venda	5.302	10.439
Contas a receber de clientes e outros recebíveis, líquido da provisão para devedores duvidosos	316.953	144.156
Estoques	763.869	1.036.163
Impostos de renda a recuperar	15.028	21.656
Impostos diferidos ativos	—	54.312
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes	45.013	88.922
Ativos de operações descontinuadas	—	33.519
Total do ativo circulante	1.366.194	1.450.720
Investimento em títulos disponíveis para venda	57.314	55.854
Impostos diferidos ativos - corrente	16.732	—
Outros ativos	63.609	51.768
Ativos intangíveis identificados, líquido	57.179	67.363
Imobilizado, líquido	1.499.476	1.673.004
	$ 3.060.504	$ 3.298.709
Passivo		
Passivo não sujeito a acordo:		
Passivo circulante:		
Contas a pagar	$ 182.173	$ 378.887
Despesas a apropriar	309.259	448.823
Impostos diferidos passivos - corrente	16.732	—
Vencimento de curto prazo da dívida de longo prazo	—	1.874.469
Passivos de operações descontinuadas	—	10.783
Total do passivo circulante	508.164	2.712.962
Dívida de longo prazo, líquida da parcela de curto prazo	41.062	67.514
Impostos diferidos passivos	22.213	80.755
Outras obrigações não circulantes	104.984	85.737
Total do passivo não sujeito a acordo	676.423	2.946.968
Passivo sujeito a acordos	2.233.161	—
Compromissos e contingências		
Patrimônio líquido:		
Ações preferenciais, valor nominal de $0,01; sendo 5.000.000 ações autorizadas; sem emissão de ações	—	—
Ações ordinárias, valor nominal de $0,01; 160.000.000 ações autorizadas; 77.141.389 ações emitidas e em circulação no final de 2009; 74.055.733 ações emitidas e em circulação no final de 2008	771	740
Capital integralizado adicional	646.793	646.922
Prejuízos acumulados	(469.407)	(317.082)
Outros resultados abrangentes acumulados	(27.237)	21.161
Total do patrimônio líquido	150.920	351.741
	$ 3.060.504	$ 3.298.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações Consolidadas do Resultado
Devedoras e Devedoras em Posse dos Bens em 1º de dezembro de 2008
Pilgrim's Pride Corporation

	Período de três exercícios findo em 26 de setembro de 2009		
	2009	**2008**	**2007**
	(Em milhares, exceto lucro/(prejuízo) por ação)		
Receita líquida de vendas	$ 7.088.055	$ 8.518.757	$ 7.498.612
Custos e despesas:			
Custo dos produtos vendidos	6.705.157	8.654.262	6.905.882
Perda do valor recuperável de ativos e outras despesas de reestruturação operacional	12.464	27.990	—
Lucro (prejuízo) bruto	370.434	(163.495)	592.730
Despesas de vendas, gerais e administrativas	301.120	376.599	355.539
Perda do valor recuperável do ágio	—	501.446	—
Despesas com reestruturação administrativa, líquidas	1.987	16.156	—
Total de custos e despesas	7.020.728	9.576.453	7.261.421
Resultado operacional	67.327	(1.057.696)	237.191
Outras despesas (receitas):			
Despesa de juros	161.929	134.220	123.183
Receita de juros	(4.386)	(2.593)	(4.641)
Perda na quitação antecipada de dívida	—	—	26.463
Diversos, líquido	(3.724)	(2.230)	(6.649)
	153.819	129.397	138.356
Lucro (prejuízo) de operações normais antes dos itens da concordata e impostos sobre a renda	(86.492)	(1.187.093)	98.835
Itens da Concordata, líquido	87.275	—	—
Lucro (prejuízo) de operações normais antes do imposto de renda	(173.767)	(1.187.093)	98.835
Despesa (benefício) de imposto de renda	(21.586)	(194.921)	47.319
Lucro (prejuízo) de operações normais	(152.181)	(992.172)	51.516
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas, líquido de impostos	599	(6.409)	(4.499)
Lucro líquido (prejuízo)	$ (151.582)	$ (998.581)	$ 47.017
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária – básico e diluído:			
Operações normais	$ (2,06)	$ (14,31)	$ 0,77
Operações descontinuadas	0,01	(0,09)	(0,06)
Lucro líquido (prejuízo)	$ (2,05)	$ (14,40)	$ 0,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido
Devedoras e Devedoras em Posse dos Bens em 1º de dezembro de 2008
Pilgrim's Pride Corporation

	Ações ordinárias		Capital integralizado	Lucros	Outros resultados	
	Quantidade	Valor	adicional	(prejuízos) acumulados	abrangentes acumulados	Total
	(Em milhares, exceto informações por ação)					
Saldo em 30 de setembro de 2006	66.555.733	$ 665	$ 469.779	$ 646.750	$ 134	$ 1.117.328
Lucro líquido				47.017		47.017
Outros resultados abrangentes					13.868	13.868
Total do lucro abrangente						60.885
Dividendos declarados ($0,09 por ação)				(5.992)		(5.992)
Saldo em 29 de setembro de 2007	66.555.733	665	469.779	687.775	14.002	1.172.221
Prejuízo líquido				(998.581)		(998.581)
Outros resultados abrangentes					7.159	7.159
Total do prejuízo abrangente						(991.422)
Venda de ações ordinárias	7.500.000	75	177.143			177.218
Dividendos declarados ($0,09 por ação)				(6.328)		(6.328)
Outros				52		52
Saldo em 27 de setembro de 2008	74.055.733	740	646.922	(317.082)	21.161	351.741
Prejuízo líquido				(151.582)		(151.582)
Outros resultados abrangentes					(48.398)	(48.398)
Total do prejuízo abrangente						(199.980)
Emissão de ações ordinárias restritas	3.085.656	31	(31)			
Outros			(98)	(743)		(841)
Saldo em 26 de setembro de 2009	77.141.389	$ 771	$ 646.793	$ (469.407)	$ (27.237)	$ 150.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Devedoras e Devedoras em Posse dos Bens em 1º de dezembro de 2008
Pilgrim's Pride Corporation

	Período de três exercícios findo em 26 de setembro de 2009		
	2009	2008	2007
		(Em milhares)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido (prejuízo)	$ (151.582)	$ (998.581)	$ 47.017
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais			
Depreciação e amortização	236.005	240.305	204.903
Perda não monetária decorrente da quitação antecipada da dívida	—	—	9.543
Perda no valor recuperável de ativo tangível	5.409	13.184	—
Perda no valor recuperável do ágio	—	501.446	—
Ganho na alienação de bens	(26.353)	(14.850)	(446)
Imposto de renda diferido	(21.478)	(195.944)	83.884
Alterações em ativos e passivos operacionais, líquido dos efeitos de aquisição de negócio			
Contas e outros valores a receber	(173.915)	(19.864)	247.217
Imposto de renda a recolher/recuperar	(2.269)	(1.552)	5.570
Estoques	284.678	(103.937)	(129.645)
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes	24.036	(23.392)	(2.981)
Contas a pagar e despesas a apropriar	(101.255)	(71.293)	(5.097)
Outros, líquido	1.730	(6.374)	3.999
Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	75.006	(680.852)	463.964
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado	(88.193)	(152.501)	(172.323)
Variações em caixa e equivalentes de caixa vinculados	(10.072)	—	—
Aquisição de títulos para investimento	(19.958)	(38.043)	(125.045)
Resultado da venda ou do vencimento de títulos para investimento	18.946	27.545	208.676
Aquisição de negócio, líquido do caixa adquirido	—	—	(1.102.069)
Resultado da alienação de bens	85.736	41.367	6.286
Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	(13.541)	(121.632)	(1.184.475)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Resultado de títulos a pagar a bancos	430.817	—	—
Pagamentos de títulos a pagar a bancos	(430.817)	—	—
Resultado da dívida de longo prazo	833.424	2.264.912	1.981.255
Pagamentos da dívida de longo prazo	(719.762)	(1.646.028)	(1.368.700)
Variações de obrigações relativas à gestão de caixa	(11.172)	13.558	39.231
Venda de ações ordinárias	—	177.218	—
Dividendos pagos	—	(6.328)	(5.992)
Outros, líquido	(1.337)	(5.589)	(15.565)
Caixa gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	101.153	797.743	630.229
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(4.142)	126	46
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	158.476	(4.615)	(90.236)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	61.553	66.168	156.404
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	$ 220.029	$ 61.553	$ 66.168
Informações Complementares:			
Caixa despendido durante o exercício na forma de:			
Juros (líquido do montante capitalizado)	$ 79.689	$ 142.339	$ 104.394
Pagamento de imposto de renda	$ 11.228	$ 6.411	$ 11.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA A—OPERAÇÕES E PEDIDO DE CONCORDATA SEGUNDO O CAPÍTULO 11 (EUA)

Operações

A Pilgrim's Pride Corporation (referida no presente relatório como “a Companhia,” “nós,” “nos,” “nosso,” ou expressões correlatas) é uma das maiores companhias do setor aviário dos Estados Unidos (“EUA”), México e Porto Rico. Nossa linha de frango fresco a varejo é comercializada nas regiões sudeste, centro, sudoeste e oeste dos EUA, em todas as regiões de Porto Rico e nas regiões norte e centro do México. Nossos produtos processados de carne de frango atendem as necessidades de alguns dos maiores clientes no setor de serviços de alimentação nos EUA. Além disso, a Companhia exporta frango e derivados para cerca de 90 países. Sendo uma empresa com integração vertical, controlamos cada fase de produção dos nossos produtos. Operamos unidades de processamento de rações, chocadeiras, unidades de processamento e centros de distribuição em 14 estados dos EUA, Porto Rico e México.

Nossos produtos à base de frango fresco consistem de frango refrigerado (não congelado) inteiro ou em cortes, pré-marinado ou não, e frango pré-embalado em diversas combinações de frango fresco refrigerado inteiro ou em pedaços. Nossos produtos à base de carne de frango processado incluem porções de filés de peito de frango, sobrecoxa e tirinhas, produtos de *delicatessen*, saladas, *nuggets* e hambúrgueres e pedaços de frango com osso. Esses produtos são comercializados refrigerados ou congelados e podem ser totalmente ou parcialmente pré-cozidos ou crus. Além disso, esses produtos podem ser à milanesa ou não e pré-marinados ou não marinados.

Apresentamos prejuízo líquido do exercício de 2009 de $151,6 milhões, ou $2,05 por ação ordinária, o que incluiu uma margem bruta negativa de $370,4 milhões. Em 27 de setembro de 2009, os prejuízos acumulados da Companhia totalizaram $469,4 milhões. Em 2009, os fundos gerados pelas operações da Companhia totalizaram $75,0 milhões. Em 26 de setembro de 2009, caixa e equivalentes de caixa totalizaram $220,0 milhões.

Em setembro de 2008, a Companhia firmou contratos com seus credores para a renúncia temporária da cláusula referente ao índice de cobertura de despesas fixas previsto nas respectivas linhas de crédito. Os credores concordaram em manter a liquidez de acordo com as linhas de crédito no decorrer do período de trinta dias findo em 28 de outubro de 2008. Em 27 de outubro de 2008, a Companhia firmou outros contratos com os credores para renúncia temporária das cláusulas com relação ao índice de cobertura de despesas fixas e ao índice de alavancagem previstos nas linhas de crédito. Os credores concordaram em manter a liquidez de acordo com as linhas de crédito no decorrer do período de trinta dias findo em 26 de novembro de 2008. Na mesma data, a Companhia também anunciou sua intenção de exercer o período de carência de 30 dias ao efetuar um pagamento de juros no valor de $25,7 milhões com vencimento em 3 de novembro de 2008 de acordo com seus títulos preferenciais subordinados a 8,375% e seus títulos preferenciais a 7,625%. Em 17 de novembro de 2008, a Companhia exerceu o período de carência de 30 dias ao efetuar um pagamento de juros no valor de $0,3 milhão com vencimento em 17 de novembro de 2008 de acordo com seus títulos preferenciais subordinados a 9,250%. Em 26 de novembro de 2008, a Companhia firmou outros contratos com seus credores para prorrogação das renúncias temporárias até 1º de dezembro de 2008.

Pedido de Concordata segundo o Capítulo 11 (EUA)

Em 1º de dezembro de 2008 (a "Data do Pedido"), a Companhia e seis de suas controladas (coletivamente referidas como as "Devedoras") apresentaram pedido voluntário de concordata para a sua recuperação judicial segundo o Capítulo 11 do Item 11 do Código de Falências dos EUA (o "Código de Falências") para o Tribunal de Falências nos EUA para o Distrito da Área Norte do Texas, Divisão de Fort Worth (o "Tribunal de Falências"). Os casos estão sendo administrados conjuntamente dentro do Processo No. 08-45664. As operações da Companhia no México e

algumas operações nos Estados Unidos não foram incluídas no pedido de concordata (as "Controladas que não pediram concordata"), que continuam a operar sem estarem incluídas no processo de concordata.

Sujeito a determinadas exceções segundo o Código de Falências, o pedido de concordata pelas Devedoras automaticamente impediu ou suspendeu a continuidade de quaisquer processos judiciais ou administrativos bem como outras ações contra as Devedoras ou os seus bens com o objetivo de recuperar, cobrar ou formalizar uma demanda anterior à Data de Pedido de Concordata. Assim, a maioria das ações de credores para obter a posse de bens das Devedoras, ou para criar, aperfeiçoar ou executar qualquer penhor sobre os bens das Devedoras, ou cobrar valores devidos ou de outra forma exercer direitos ou recursos em relação a uma demanda anterior ao pedido de concordata encontram-se impedidas a menos que e até que o Tribunal de Falências revogue a suspensão automática.

Com a apresentação dos pedidos segundo o Capítulo 11, determinadas obrigações de dívidas tornaram-se automática e imediatamente devidas e a pagar, sujeitas a suspensão automática de qualquer ação para cobrar, declarar ou recuperar demanda contra a Companhia e à aplicação da respectiva lei de falências. Como consequência, o Balanço Patrimonial Consolidado levantado em 27 de setembro de 2008 incluiu reclassificação de $1.872,1 milhões para refletir na parcela circulante determinadas dívidas de longo prazo de empréstimos da Companhia que foram antecipadas. Devido ao pedido de concordata, grande parte da dívida a longo prazo adquirida anteriormente está incluída no *Passivo sujeito a acordo* em 26 de setembro de 2009. A Companhia classifica como passivo não circulante as obrigações adquiridas anteriormente ao pedido de concordata sujeitas a acordo, pois a Administração não acredita que a Companhia irá utilizar ativos circulantes existentes ou criar passivos circulantes adicionais para custear tais obrigações..

Em 1º de dezembro de 2008, a Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE") cancelou o registro de nossas ações ordinárias em consequência dos pedidos de concordata feitos pela Companhia. Nossas ações ordinárias são agora cotadas no *Pink Sheets Electronic Quotation Service* sob o ticker "PGPDQ.PK". A Companhia submeteu à NYSE pedido de registro em bolsa de suas ações ordinárias após saída da concordata sob o ticker anterior "PPC".

Em 11 de fevereiro de 2009, o Tribunal de Falências emitiu uma ordem judicial concedendo moção à Companhia para impor determinadas restrições à negociação de suas ações ordinárias, a fim de preservar as características fiscais de valor. Essa ordem judicial estabeleceu procedimentos de notificação e determinadas restrições sobre transferências de ações ordinárias ou opções para comprar as ações ordinárias da Companhia. As restrições às negociações aplicam-se retroativamente a 17 de janeiro de 2009, data em que a moção foi apresentada, para os investidores com titularidade beneficiária de, no mínimo, 4,75% das ações ordinárias em circulação da Companhia. Para tanto, a titularidade beneficiária das ações é determinada em conformidade com normas fiscais especiais dos EUA que, entre outras coisas, aplicam conceitos de atribuição de responsabilidade tributária e tratam os detentores que atuam em conjunto como um único detentor. Além disso, no futuro, a Companhia poderá solicitar que o Tribunal de Falências imponha determinadas restrições às negociações de determinadas dívidas da Companhia e demandas contra ela.

Processo de Concordata

As Devedoras estão atualmente operando como "devedoras na posse dos bens" sob a jurisdição do Tribunal de Falências e de acordo com os dispositivos aplicáveis do Código de Falências e ordens do Tribunal de Falências. Em geral, como devedoras na posse dos bens, estamos autorizados segundo o Capítulo 11 a continuar operando normalmente, contudo não podemos realizar transações fora do curso normal dos negócios sem a prévia autorização do Tribunal de Falências.

Em 2 de dezembro de 2008, o Tribunal de Falências concedeu aprovação interina autorizando a Companhia e determinadas controladas, a saber, PPC Transportation Company, PFS Distribution Company, PPC Marketing, Ltd. e Pilgrim's Pride Corporation of West Virginia, Inc. (coletivamente denominadas “Controladas nos EUA"), e To-Ricos, Ltd. e To-Ricos Distribution, Ltd. (coletivamente denominadas em conjunto com as Controladas nos EUA como “Controladas”) a celebrarem um Contrato de Crédito pós Concordata (o "Contrato Inicial de Crédito DIP") entre a Companhia, como mutuária, as Controladas nos EUA, como garantidoras, Bank of Montreal, como agente (Agente "DIP"), e as mutuantes identificadas no contrato. Em 2 de dezembro de 2008, a Companhia, as Controladas nos EUA e outras partes contratantes celebraram o Contrato de Crédito DIP, sujeito à aprovação final do Tribunal de Falências. Em 30 de dezembro de 2008, o Tribunal de Falências concedeu a aprovação final autorizando a Companhia e as Controladas a celebrarem Contrato de Crédito Pós-Concordata Aditado e Consolidado, datado de 31 de dezembro de 2008, conforme alterações (o “Contrato de Crédito DIP”), entre a Companhia, como mutuaria, as Subsidiarias, como garantidoras, o Agente DIP, e as mutuantes identificadas no Contrato.

O Contrato de Crédito DIP prevê um compromisso total de até $350 milhões, que permite empréstimos rotativos. O compromisso inclui sub-limite de $25 milhões para empréstimos *swingline* e sub-limite de $20 milhões para cartas de crédito. Empréstimos a pagar segundo o Contrato de Crédito DIP estão sujeitos a juros de 8,0% ao ano mais (i) a taxa preferencial de juros periodicamente estabelecida pelo agente DIP, (ii) a taxa média federal para fundos mais 0,5%, ou (iii) LIBOR mais 1,0%, dos três o maior, para pagamento mensal. A taxa de juros média ponderada para 2009 foi de 11,25%. Os empréstimos segundo o Contrato de Crédito DIP foram utilizados para a recompra de todos os recebíveis vendidos segundo o Contrato de Compra de Recebíveis da Companhia Aditado e Consolidado, conforme alterações (“RPA”). Tais empréstimos também foram utilizados para satisfazer as necessidades de capital de giro da Companhia e suas controladas, segundo o orçamento aprovado pelos mutuantes requeridos pelo Contrato de Crédito DIP. Para maiores informações sobre o contrato RPA, vide Nota Explicativa H—Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis.

Os empréstimos efetivos pela Companhia segundo o Contrato de Crédito DIP estão sujeitos a uma base de empréstimo, que corresponde a uma fórmula baseada em determinados estoques e recebíveis elegíveis. A fórmula base do empréstimo é reduzida pelas (i) obrigações anteriores ao pedido de concordata, segundo o Quarto Aditamento e Consolidação ao Contrato de Crédito Garantido, datado de 8 de fevereiro de 2007, entre a Companhia e determinadas controladas, Bank of Montreal, como agente administrativo, e as mutuantes indicadas no contrato, conforme aditado (a Linha de Crédito BMO Pré-Concordata”), (ii) despesas administrativas e profissionais incorridas com relação ao processo de concordata e (iii) o valor devido pela Companhia e as Controladas Devedoras a qualquer pessoa, devido ao preço de compra de produtos agrícolas ou serviços (incluindo aves e animais de criação), se a referida pessoa for beneficiária de penhor a que o criador ou produtor estiver sujeito ou outro contrato de garantia. A base do empréstimo está limitada a 2,22 vezes o valor resultante da fórmula correspondente ao valor total dos recebíveis elegíveis. O Contrato de Crédito DIP prevê que dispêndio para aquisição de imobilizado não deverá ultrapassar $150 milhões. A Companhia também deverá cumprir os níveis mínimos mensais de LAJIDA. Com base no Contrato de Crédito DIP, o termo “LAJIDA” significa, em termos gerais, lucro antes dos juros, impostos, depreciação, amortização, baixas de fundo de comércio e outros intangíveis, despesas com perda do valor recuperável de ativos, determinados custos relacionados à reestruturação e fechamento, entre outros custos, encargos, perdas e ganhos. O Contrato de Crédito DIP também prevê algumas outras avenças, diversas declarações e garantias, e hipóteses de inadimplência que são típicas de operações desta natureza. Em 26 de setembro de 2009, tanto o valor da base de empréstimo como o valor disponível para empréstimos segundo o Contrato de Crédito DIP eram de $329,2 milhões, já que não havia empréstimos pendentes sob o Contrato de Crédito.

O valor do principal de empréstimos a pagar segundo o Contrato de Crédito DIP, juntamente com os correspondentes juros incorridos e não pagos, deve ser integralmente pago na data de vencimento de 1º de dezembro de 2009, com a possibilidade de prorrogação por mais seis meses

mediante aprovação de todos os mutuantes envolvidos. A Companhia solicitou prorrogação de dois meses. Todas as obrigações com base no Contrato de Crédito DIP são incondicionalmente garantidas pelas Controladas e caucionadas por uma hipoteca de primeiro grau sobre praticamente a totalidade dos ativos da Companhia e das Controladas, nos termos de instrumentos de penhor específicos permitidos no Contrato de Crédito DIP.

Nos termos do Contrato de Crédito DIP e da respectiva lei de falências, a Companhia não pode pagar dividendos sobre as ações ordinárias enquanto estiver em processo de falência. O Contrato permite que a Companhia conceda adiantamentos adicionais às Controladas que não pediram concordata de até cerca de $30 milhões além do valor líquido de tais adiantamentos na data do pedido de concordata. A Administração acredita que todas as Controladas que não pediram concordata, incluindo as controladas mexicanas, continuarão podendo operar dentro desse limite.

Para mais informações sobre o Contrato de Crédito DIP, vide Nota Explicativa M — Títulos a Pagar e Dívida de Longo Prazo.

Após a Data do Pedido de Concordata, as Devedoras começaram a notificar todos os credores conhecidos e potenciais credores em relação ao pedido de concordata. Sujeito a determinadas exceções segundo o Código de Falências, o pedido de concordata pelas Devedoras automaticamente impediu ou suspendeu a continuidade de quaisquer processos judiciais ou administrativos ou outras ações contra as Devedoras ou os seus bens com o objetivo de recuperar, cobrar ou formalizar uma demanda anterior à Data de Pedido de Concordata. Assim, por exemplo, a maioria das ações de credores para obter a posse de bens das Devedoras, ou para criar, consumar ou executar qualquer penhor sobre os bens das Devedoras, ou cobrar valores devidos ou de outra forma exercer direitos ou recursos em relação a uma demanda anterior ao pedido de concordata encontram-se impedidas a menos que e até que o Tribunal de Falências revogue a suspensão automática. Os pagamentos aos fornecedores por produtos acabados e serviços prestados após a Data do Pedido de Concordata estão sendo feitos no curso normal dos negócios. Além disso, o Tribunal de Falências aprovou o pagamento de determinadas obrigações das Devedoras antes do pedido de concordata, incluindo, entre outras, os ordenados, salários e benefícios dos funcionários, tendo também aprovado o pagamento pela Companhia dos fornecedores e outros prestadores no curso normal dos negócios devido a bens e serviços recebidos a partir da Data do Pedido de Concordata e outros pagamentos relacionados ao negócio, necessários para a manutenção das nossas operações.

As Devedoras contrataram, sujeito à aprovação pelo Tribunal de Falências, conselheiros jurídicos e financeiros para assessorá-las em relação aos processos de concordata e outros assessores para as atividades "do curso normal dos negócios". As Devedoras poderão, eventualmente, solicitar a aprovação pelo Tribunal de Falências para a contratação de outros profissionais.

Conforme requerido pelo Código de Falências, o Agente Fiduciário nos Estados Unidos para o Distrito Norte do Texas nomeou um comitê oficial de credores sem garantia (o "Comitê dos Credores"). O Comitê de Credores e seus representantes legais têm o direito de serem ouvidos sobre todas as questões submetidas ao Tribunal de Falências relativas às Devedoras. Em 30 de abril de 2009, o Tribunal de Falências determinou que o Agente Fiduciário nos Estados Unidos nomeasse um comitê oficial de titulares de participação societária (“Comitê de Participação Societária”) para representar os interesses dos titulares de participação societária na Pilgrim's Pride's nos processos de falência das Devedoras.

Segundo o Artigo 365 e outros artigos relevantes do Código de Falências, podemos assumir, assumir e delegar ou recusar determinados contratos contingentes e arrendamentos vincendos, incluindo, sem se limitar a, arrendamentos de bens imóveis, sujeitos à aprovação do Tribunal de Falências e outras determinadas condições. Qualquer descrição de um contrato contingente ou arrendamento vincendo no presente relatório, incluindo de nossos direitos expressos de rescisão ou a quantificação das nossas obrigações, deve ser lida juntamente com, sendo qualificada por,

quaisquer direitos de recusa que tenhamos segundo o Artigo 365 do Código de Falências. As Devedoras deverão entregar uma relação dos contratos contingentes que estão sendo assumidos até 20 de novembro de 2009, salvo no caso de prorrogação da data de votação pelos titulares de participação societária do Plano Proposto, caso em que a data limite para entrega da referida relação poderá ser prorrogada também.

Plano Proposto de Concordata e Aquisição

Para sair da concordata, as Devedoras deverão propor e obter aprovação pelo Tribunal de Falências de um plano de concordata que satisfaça os requisitos do Código de Falências. Um plano de concordata solucionaria, entre outras coisas, as obrigações das Devedoras antes do pedido de concordata, estabeleceria a estrutura revisada de capital da entidade reestruturada e preveria governança corporativa após a concordata.

Segundo a regra de preferência estabelecida pelo Código de Falências, exceto acordo em contrário dos credores, as obrigações anteriores ao pedido de concordata e as obrigações posteriores ao pedido de concordata devem ser cumpridas integralmente antes de os acionistas terem o direito de receber ou reter qualquer propriedade segundo um plano de concordata. A recuperação final de valores pelos credores e/ou acionistas, se houver, não será estabelecida até a confirmação de um plano ou planos de concordata. Não é possível garantir quais valores, se houver, serão atribuídos nos processos de concordata a cada uma das referidas partes ou que tipos ou valores de distribuições, se houver, serão por elas recebidos.
Um plano de concordata poderá eventualmente levar ao não recebimento pelos credores das nossas obrigações e/ou valores mobiliários, incluindo nossas ações ordinárias, de qualquer distribuição referente às suas participações patrimoniais e ao cancelamento das referidas participações. Devido a essa possibilidade, o valor das nossas obrigações e valores mobiliários, incluindo nossas ações ordinárias, é altamente especulativo. Deve-se ter a devida cautela em relação a investimentos existentes e futuros em quaisquer das obrigações e/ou valores mobiliários das Devedoras. Neste momento, não há garantia de que conseguiremos realizar a reestruturação mantendo o curso normal das operações ou propor ou implantar com êxito um plano de concordata.

Plano Proposto

Em 17 de setembro de 2009, as Devedoras entregaram seu Plano Conjunto de Concordata com base no Capítulo 11 do Código de Falências ao Tribunal de Falências, junto com a Declaração de Divulgação do Plano Conjunto de Concordata com base no Capítulo 11 do Código de Falências (com alterações e aditivos, a “Declaração de Divulgação”). Em 11 de novembro de 2009, as Devedoras entregaram um Aditamento do Plano Conjunto de Concordata com base no Capítulo 11 do Código de Falências (conforme modificações) ao Tribunal de Falências (com alterações e aditivos, o "Plano Proposto"), o qual alterou a forma de tratamento de titulares de títulos sem garantia, prevendo que tais titulares de títulos sem garantia poderão realizar o exercício de opção em dinheiro em vez da reintegração dos títulos. O Plano Proposto estabelece que nenhum credor das Devedoras sem garantia será prejudicado, com base no Artigo 1124 do Código de Falências. Assim, os credores sem garantia não serão solicitados a dar seu voto com relação ao Plano Proposto, pois partimos do pressuposto que o referido Plano tenha sido aceito. O Plano Proposto prevê, ainda, a concordata das Devedoras para continuidade normal dos negócios. Tal plano tem como premissas (i) a transação com a JBS USA Holdings, Inc. (a "Patrocinadora do Plano" ou "JBS USA") em que, com base no SPA (definido abaixo), a Patrocinadora do Plano irá adquirir aproximadamente 64% das ações ordinárias da Companhia reorganizada (“PPC Reorganizada”) por $800 milhões em espécie, a ser utilizado pelas Devedoras para distribuição de fundos aos titulares de demandas admitidas com base no Plano Proposto e (ii) a contratação de um novo empréstimo pelas Devedoras, tendo uma obrigação agregada de até $1.750 milhões (conforme descrito abaixo, “Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata"). Se o Plano Proposto for confirmado e implementado, a Companhia irá adotar e registrar Aditamento e

Consolidação do Contrato Social ("Contrato Social Consolidado"), e irá adotar o Estatuto Aditado e Consolidado ("Estatuto Consolidado").

O Plano Proposto não entrará em vigor até que determinadas condições sejam satisfeitas ou renunciadas, inclusive: (i) recebimento de ordem do Tribunal de Falências confirmando o Plano Proposto, (ii) realização e execução de todas as ações, documentos e contratos necessários para implantação do Plano Proposto, (iii) satisfação ou renúncia das cláusulas suspensivas do SPA (inclusive acesso das Devedoras a fundos do Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata), além das condições que devem ser satisfeitas na conclusão das transações estabelecidas no SPA (conforme definido abaixo), (iv) o acesso das Devedoras aos valores pagos pelo Patrocinador do Plano e (v) pagamento integral de demandas específicas de mutuantes das Devedoras com garantia, conforme o Plano Proposto.

Em 29 de setembro de 2009, o Tribunal de Falências aprovou moção para prorrogação adicional do período em que as Devedoras possuem direitos exclusivos para a entrega de plano de concordata e do período em que as Devedoras podem obter as aprovações necessárias do plano de concordata, durante o qual planos concorrentes não poderão ser apresentados, até 31 de dezembro de 2009 e 1 de março de 2010, respectivamente. Se necessário, poderemos apresentar mais de uma moção para solicitar prorrogações adicionais dos referidos prazos. Em 22 de outubro de 2009, recebemos aprovação do Tribunal de Falências para iniciar a solicitação de aprovação de acionistas do Plano Proposto.

O Artigo 1128(a) do Código de Falências exige que o Tribunal de Falências, após notificação adequada, conduza uma audiência sobre a confirmação do plano de concordata. A audiência de confirmação do Plano Proposto está agendada para 8 de dezembro de 2009. Eventualmente, a audiência de confirmação poderá ser suspensa pelo Tribunal de Falências sem aviso prévio, somente com o anúncio da suspensão na data da audiência de confirmação ou qualquer outra audiência de confirmação suspensa. Não é possível garantir, nesse momento, que o Plano Proposto será confirmado pelo Tribunal de Falências ou que esse tipo de plano será implantado com sucesso.

No caso de confirmação do Plano Proposto e consumação das transações descritas nesse Plano, todos os detentores de demandas serão integralmente pagos, salvo acordo em contrário pelo respectivo titular. Imediatamente antes da vigência do Plano Proposto, os detentores de participações societárias receberão coletivamente 36% das ações ordinárias da PPC Reorganizada.

Aquisição Proposta

Em 16 de setembro de 2009, celebramos contrato de compra de ações com o Patrocinador do Plano ("SPA"). Conforme visto acima, na consumação das transações descritas no SPA, o Patrocinador do Plano irá adquirir 64% do total de ações ordinárias emitidas e em circulação da PPC Reorganizada ("Aquisição Proposta") pela contraprestação no valor total de $800 milhões em espécie, a ser utilizada pelas Devedoras para custeio de distribuições com base no Plano Proposto.

A Aquisição Proposta está sujeita à aprovação pelo Tribunal de Falências com relação ao (i) Plano Proposto e a Declaração de Divulgação e (ii) SPA. Além disso, as obrigações da Companhia e do Patrocinador do Plano com base no SPA devem satisfazer as condições usuais de fechamento, inclusive, e não limitado a, assinatura e entrega de documentação definitiva, obtenção de determinadas aprovações regulamentares e entrega de declarações ao Governo e a prescrição ou término de períodos de carência aplicáveis, observância material de cláusulas restritivas pelas partes, veracidade e precisão de declarações e garantias do SPA (sujeito a determinados qualificadores de materialidade), ausência de mudanças adversas significativas com relação a nós a partir da data do SPA e o pagamento de determinadas taxas e despesas. As obrigações da JBS USA com relação ao SPA estão condicionadas ao acesso das Devedoras aos fundos do Contrato

de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata. As obrigações da JBS USA com relação ao SPA, incluindo o pagamento do preço de compra de $800 milhões em troca de 64% do total das ações ordinárias emitidas e em circulação da PPC Reorganizada não possuem outras condições de financiamento.

Em 14 de outubro de 2009, a Companhia e o Patrocinador do Plano foram notificados pela Secretaria de Concorrência da Comissão de Comércio Federal e pelo Ministério da Justiça sobre o término antecipado do período de carência, com base na Hart-Scott-Rodino Antitrust Improvements Act de 1976. A Aquisição Proposta permanece sujeita à obtenção de determinadas aprovações regulamentares.

Em 17 de setembro de 2009, ajuizamos pedido junto ao Tribunal de Falências para ordem judicial aprovando determinadas provisões do SPA. Em 7 de outubro de 2009, o Tribunal de Falências aprovou o pedido e autorizou algumas provisões do SPA. Também pleiteamos aprovação das partes restantes do SPA como parte da aprovação do Plano Proposto.

Com relação ao fechamento da Aquisição Proposta, a Companhia irá celebrar contrato de acionistas com a JBS USA ("Contrato de Acionistas") e irá adotar e apresentar às autoridades o Contrato Social Consolidado. O Contrato de Acionistas e o Contrato Social Consolidado irão reger a constituição do Conselho de Administração da Companhia e a seleção de seus membros. Além disso, o Contrato de Acionistas irá, entre outras coisas, restringir a capacidade de a JBS USA adquirir ações ordinárias da PPC Reorganizada, requerer a aprovação dos acionistas da Companhia para alterações específicas ao Contrato Social Consolidado e Estatutos Consolidados, além de exigir que a JBS USA envide esforços comerciais razoáveis para manter a negociação de ações ordinárias da PPC Reorganizada em bolsa de valores nacional. Entre outros direitos, o Contrato Social Consolidado prevê que, se a JBS USA completar uma oferta publica inicial de suas ações ordinárias, ela terá o direito de trocar todas as ações ordinárias em circulação da PPC Reorganizada pelas ações ordinárias da JBS USA. Durante o período com início após a finalização da referida oferta de ações e com término dois anos e 30 dias após a data efetiva do Plano Proposto, a JBS USA poderá exercer esse direito de troca em sessões limitadas da bolsa em cada trimestre fiscal com início seis dias de negócios na bolsa após a PPC Reorganizada e a JBS USA tiverem elaborado seus respectivos relatórios periódicos ou informes de rendimento para o trimestre ou exercício anterior, conforme aplicável, e com término no último dia do trimestre fiscal durante o qual o relatório ou informe foi elaborado. O número de ações ordinárias da JBS USA a ser emitida em troca das ações ordinárias da PPC Reorganizada irá depender do preço médio diário de negociação ponderado pelo volume por ação ordinária da PPC Reorganizada e das ações ordinárias da JBS USA durante o período imediatamente anterior à época em que a JBS USA exercer seu direito de troca.

Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata

Ao sair do processo de concordata, a Companhia e suas controladas To-Ricos, Ltd. e To-Ricos Distribution, Ltd. (coletivamente denominadas “Mutuárias To-Ricos”) deverão firmar Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata no valor total de $1.750 milhões, compreendendo (i) compromisso de empréstimo rotativo de, no mínimo, $600 milhões, (ii) empréstimos A a prazo de até $375 milhões e (iii) empréstimos B a prazo de até $775 milhões. O vencimento do compromisso de empréstimo rotativo será em 2012. Os empréstimos A a prazo, cujo total não poderá ultrapassar $375 milhões, possuem vencimento em 2012. Os empréstimos B a prazo, cujo valor total não deverá ultrapassar $775 milhões, possuem vencimento em 2014. O CoBank ACB atuará como agente administrativo (“Agente do Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata”), em nome dos mutuantes dos empréstimos. A Companhia já recebeu cartas de compromisso não vinculantes dos mutuantes potenciais para o Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata.

Os empréstimos A a prazo possuem vencimento três anos após a data efetiva do Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata, devendo o valor principal ser pago em 12

parcelas iguais e trimestrais de $12,5 milhões com início em 15 de abril de 2010 e última parcela terá vencimento na data de vencimento dos empréstimos B a prazo. Além disso, ao término de cada exercício fiscal, uma parte de nosso fluxo de caixa deverá ser utilizada para pagar valores do principal em aberto de empréstimos A e B a prazo. As cláusulas restritivas do Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata também exigem que utilizemos os fundos provenientes de determinadas vendas de ativos e dívidas específicas ou emissões de ações e na ocorrência de outros eventos para pagar valores em aberto do Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata.

O Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata inclui sub-limite de $50 milhões para empréstimos *swingline* e de $200 milhões para cartas de crédito. Valores em aberto do compromisso de empréstimo rotativo estarão sujeitos a juros anuais de 3,50% mais o que for maior entre (i) a taxa *prime* publicada pelo *Wall Street Journal*, (ii) a taxa média dos fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0%, no caso de empréstimos com taxas base alternativas, ou 4,50% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses, ajustada pela reserva estatutária aplicável, no caso de empréstimos em Eurodollar. Valores em aberto de empréstimos A e B-1 a prazo estarão sujeitos a juros anuais de 4,00% mais o que for maior entre (i) a taxa *prime* publicada pelo *Wall Street Journal*, (ii) a taxa média dos fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0%, no caso de empréstimos com taxas base alternativas, ou 5,00 % mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses, ajustada pela reserva estatutária aplicável, no caso de empréstimos em Eurodollar. Valores em aberto de empréstimos B-2 a prazo estarão sujeitos a juros anuais de 9,00%. Os honorários por compromisso de empréstimos cobrados sobre os empréstimos rotativos com base no Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata estarão sujeitos a juros anuais de 1,00%.

Os valores resultantes dos empréstimos com base no Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata serão utilizados para (i) pagamento de endividamento com e sem garantia da Companhia e (ii) pagamento de taxas, custos e despesas referentes a e contemplados no Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata e Plano Proposto. Além disso, os fundos provenientes de empréstimos obtidos por meio do compromisso rotativo serão utilizados para financiar as atividades corporativas gerais dos mutuários (incluindo dispêndio para aquisição de imobilizado, aquisições permitidas e valores do principal e juros do Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata).

Os empréstimos efetivos pela Companhia segundo o Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata estão sujeitos a uma base de empréstimo, que corresponde a uma fórmula baseada em determinados estoques e contas a receber elegíveis e valores vinculados sob controle do Agente do Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata. A fórmula base do empréstimo é reduzida pela soma de (i) reservas de estoque, (ii) reservas de aluguel e de acesso com garantia e (iii) qualquer valor vencido há mais de 15 dias devido pela Companhia ou suas controladas a qualquer pessoa, devido ao preço de compra de produtos agrícolas ou serviços (inclusive aves e animais de criação), se a referida pessoa for beneficiária de penhor a que o criador ou produtor estiver sujeito ou outro contrato de garantia. A disponibilidade do empréstimo rotativo com base na base de empréstimo também estará limitada ao valor total de $25 milhões com relação aos Mutuários To-Ricos.

O Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata irá estabelecer que a Companhia não poderá incorrer dispêndios para aquisição de imobilizado acima de $225 milhões no exercício fiscal de 2010, $275 milhões no exercício fiscal de 2011 e $350 milhões nos exercícios fiscais seguintes. A Companhia também deverá manter um índice mínimo de cobertura de encargo fixo e um nível mínimo de ativos tangíveis líquidos, não devendo ultrapassar o índice máximo de alavancagem. O Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata irá conter diversas cláusulas restritivas que poderão prejudicar nossa capacidade de, entre outras coisas, incorrer endividamento adicional, incorrer ônus, distribuir dividendos ou efetuar determinados pagamentos vinculados, consumar determinadas vendas de ativos, realizar

transações com a JBS USA e outras de nossas afiliadas, realizar fusão, consolidação e/ou vender ou alienar todos ou a maior parte de nossos ativos.

Todas as obrigações segundo o Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata serão incondicionalmente garantidas por determinadas controladas da Companhia e protegidas por um gravame instruído de alta prioridade sobre (i) as contas e estoques locais (incluindo Porto Rico) da Companhia e suas controladas, (ii) 100% da participação acionário nos Mutuários To-Ricos e nas controladas locais da Companhia e 65% da participação acionária nas controladas diretas no exterior, (iii) praticamente todos os bens móveis e ativos intangíveis da Companhia, Mutuários To-Ricos e controladas garantidoras e (iv) praticamente todos os bens imóveis e ativos fixos da Companhia e das controladas garantidoras.

O Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata irá permitir que a Companhia efetue adiantamentos adicionais a suas controladas em valor igual ao valor líquido de tais adiantamentos na data do Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata, mais $30 milhões. A Administração acredita que todas as controladas da Companhia, incluindo as mexicanas, conseguirão operar dentro do referido limite.

O Plano Proposto contempla que os títulos de escrituras de emissão em aberto serão reintegrados, salvo se e desde que o detentor dos referidos títulos optar pelo recebimento em dinheiro em valor igual ao valor principal dos títulos, acrescido de juros não pagos e incorridos anteriormente ao pedido de concordata, e juros sobre tais juros à taxa de mora contratual até a data efetiva do Plano Proposto, e os juros não pagos e incorridos após o pedido de concordata à taxa que não de mora, até a data efetiva do Plano Proposto. Se os detentores dos referidos títulos optarem pela reintegração, o valor dos compromissos de empréstimos a prazo do Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata será reduzido em base pro rata dólar a dólar.

Questões relativas à continuidade das atividades

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações da Companhia. Contudo, existem incertezas significativas quanto à capacidade da Companhia de manter o curso normal de suas operações devido aos fatores anteriormente discutidos. As Demonstrações Financeiras Consolidadas não incluem quaisquer ajustes relativos à recuperação e à classificação dos ativos registrados ou aos valores e à classificação dos passivos ou quaisquer outros ajustes que possam vir a ser necessários caso não seja possível para a Companhia manter a continuidade das suas atividades. As Demonstrações Financeiras Consolidadas acompanhantes não pretendem refletir ou estabelecer as conseqüências de nosso processo judicial segundo o Capítulo 11. Em particular, as demonstrações financeiras não pretendem demonstrar (i) quanto aos ativos, seu valor realizável em base de liquidação ou suas disponibilidades para atender as obrigações; (ii) quanto às obrigações antes do pedido de concordata, os valores que poderão ser permitidos para demandas ou contingências, ou a situação de prioridade das mesmas; (iii) quanto às contas do patrimônio líquido, o efeito de quaisquer mudanças que possam ser efetuadas em nossa capitalização; ou (iv) quanto às operações, o efeito de quaisquer mudanças que possam ocorrer em nossas atividades. A capacidade de a Companhia manter a continuidade das suas operações depende da sua capacidade de recuperar os níveis históricos de rentabilidade e de, no curto prazo, reestruturar as suas obrigações de maneira a permitir que consiga a aprovação de um plano de concordata pelo Tribunal de Falências, entre outras coisas.

Considerações sobre Emissão de Informações Financeiras

A Companhia adotou o Código de Normas Contábeis ASC no. 852 (definido abaixo) para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas. O ASC 852 estabelece que as demonstrações financeiras, para períodos subseqüentes ao pedido de concordata segundo o Capítulo 11, façam distinção entre as transações e eventos diretamente associados à concordata e as operações relacionadas à continuidade do negócio. Assim, determinadas despesas (incluindo honorários profissionais), ganhos e perdas realizadas e provisões para perdas realizadas ou

incorridas no processo de concordata são registradas nos Itens da Concordata, líquido, nas Demonstrações Consolidadas do Resultado. Além disso, obrigações anteriores ao pedido de concordata que possam ser impactadas pelo processo de concordata foram classificadas no Balanço Patrimonial Consolidado, levantado em 26 de setembro de 2009, em *Passivo sujeito a acordo.* Tais obrigações são registradas aos valores esperados de aprovação pelo Tribunal de Falências, mesmo se forem liquidadas por valores menores.

Os itens da concordata das Devedoras para 2009 compreendem os itens abaixo (em milhares):

Honorários profissionais diretamente relacionados à concordata [(a)]	$	34.831
Despesas relacionadas ao Contrato de Crédito DIP		11.375
Lucro líquido sobre alienação de ativos[(b)]		(15.850)
Outros [(c)]		56.919
Itens da Concordata, líquido	$	87.275

(a) Honorários profissionais diretamente relacionados à concordata incluem honorários pós-pedido de concordata associados a consultores das Devedoras, comitê estatutário dos credores não garantidos e determinados credores garantidos. Os honorários profissionais são estimados pelas Devedoras e serão reconciliados com as faturas efetivas quando recebidas.

(b) O lucro líquido sobre alienações de ativos inclui (1) lucro reconhecido na venda da unidade de processamento em Farmerville, LA, (ii) lucro reconhecido na venda de terras não cultivadas em Camp County, Texas, e (iii) prejuízo na venda da participação da Companhia em joint-venture de fazenda de suínos.

(c) Outras despesas inclui (1) indenizações, pagamento de criadores, deterioração no rebanho vivo, custos de alienação de estoques, custos de realocação de equipamentos e outros custos de interrupção relacionados ao fechamento das unidades de processamento em Douglas, Georgia; El Dorado, Arkansas; Farmerville, Louisiana; Franconia, Pensilvânia; Dalton, Georgia; Athens, Georgia; e Athens, Alabama, (ii) custos de indenizações relacionados ao fechamento do centro de distribuição em Houston, Texas, ação de redução do quadro de gerentes operacionais (RIF) em fevereiro de 2009, a ação de redução do quadro de funcionários que não de produção em abril de 2009 e a produção reduzida ou consolidada em várias unidades nos EUA, (iii) custos da perda do valor recuperável de ativos relacionados ao fechamento da unidade de processamento em Dalton, Georgia, e (iv) honorários associados ao encerramento de RPA em 03 de dezembro de 2008.

Em maio de 2009, a Companhia vendeu seu pólo de processamento fechado e determinados estoques em Farmerville, Louisiana, por $72.3 milhões. A Companhia reconheceu lucro de $15,0 milhões na referida transação, incluído em Itens da Concordata, líquido, em sua Demonstração Consolidada do Resultado Em junho de 2009, a Companhia alienou sua participação em uma *joint-venture* de fazenda de suínos e baixou recebíveis pendentes vencidos dessa *joint-venture*. A Companhia reconheceu prejuízo na referida transação de $2,8 milhões, incluído nos Itens da Concordata, líquido, em sua Demonstração Consolidada do Resultado. Em julho de 2009, a Companhia alienou terras não cultivadas em Camp County, Texas, por $4,9 milhões. A Companhia reconheceu lucro de $3,5 milhões nessa transação, incluído nos Itens da Concordata, líquido, em sua Demonstração Consolidada do Resultado.

O valor líquido pago pelos itens da concordata em 2009 totalizou $51,7 milhões. Isso representou pagamento de honorários profissionais diretamente relacionados à concordata de $25,4 milhões, pagamento de despesas referentes ao Contrato de Crédito DIP de $11,4 milhões, pagamentos indenizatórios de $8,6 milhões, pagamento de custos de fechamento de unidade de $5,6 milhões e pagamento de honorários associados ao encerramento da RPA de $0,7 milhões.

Para outras informações sobre custos relacionados a (1) fechamentos de nossas unidades em Douglas, Georgia; El Dorado, Arkansas; Farmerville, Louisiana; Franconia, Pensilvânia; Dalton,

Georgia; Athens, Georgia; e Athens, Alabama, e (ii) custos de indenizações relacionados ao fechamento do centro de distribuição em Houston, Texas, a ação de redução do quadro de gerentes operacionais (RIF) em fevereiro de 2009, a ação de redução do quadro de funcionários que não de produção em abril de 2009 e a produção reduzida ou consolidada em várias unidades nos EUA, vide Nota F—Atividades de Reestruturação.

O passivo sujeito a acordo refere-se a obrigações com e sem garantia que serão registradas segundo o plano de concordata. Em geral, as ações de execução ou efetuação de pagamento de obrigações anteriores ao pedido de concordata segundo o Capítulo 11 são embargadas. O ASC 852 estabelece que as obrigações anteriores ao pedido de concordata sujeitas a acordo sejam declaradas pelo valor esperado de admissão, ainda que possam ser quitadas por valores inferiores. Essas obrigações representam o valor estimado esperado de admissão, em ações conhecidas ou potenciais, a serem solucionadas através do processo segundo o Capítulo 11, e permanecem sujeitas a futuros reajustes decorrentes de acordos negociados, ações do Tribunal de Falências, indeferimento de contratos contingentes e arrendamentos vincendos, a apuração do valor da garantia colateral caucionante das ações, provas da demanda, ou outros eventos. O passivo sujeito a acordo também inclui certos itens que podem ser assumidos sob o plano de concordata e, como tal, podem ser então re-classificados como passivo não sujeito a acordo. Como ainda existirão incertezas até que o Tribunal de Falências confirme um plano de concordata, a Companhia incluiu suas dívidas com e sem garantia em Passivo sujeito a acordo. Entretanto, caso o Plano Proposto seja confirmado, tais passivos não serão sujeitos a acordo. Em audiências feitas em dezembro de 2008, o Tribunal de Falências concedeu aprovação final à muitos dos requerimentos iniciais ("*first-day motions*") das Devedoras cobrindo, entre outras coisas, obrigações relacionadas a capital humano, relações com fornecedores, seguros, relações com clientes, operações de negócio, determinados assuntos fiscais, gestão de caixa, serviços públicos, gestão de casos e retenção de profissionais. As obrigações relacionadas a tais assuntos não estão classificadas como passivo sujeito a acordo.

Como o Tribunal de Falências ainda não confirmou o Plano Proposto ou estabeleceu quais demandas serão aceitas ou não aceitas e, com base no Plano Proposto, as dívidas com e sem garantia da Companhia não estarão sujeitas a acordo caso o Plano Proposto seja confirmado pelo Tribunal de Falências, a Companhia não ajustou seus custos diferidos de financiamento referentes a dívidas com e sem garantia como avaliação da demanda admitida. Custos diferidos de financiamento de $19,1 milhões não foram incluídos em *Outros ativos* em 26 de setembro de 2009. A Companhia poderá ser obrigada a levar tais valores, ou parte deles, a resultado, como itens da concordata, caso o Tribunal de Falências proferir decisão definitiva de que uma parte da dívida não será uma demanda admitida. A Companhia também espera levar tais valores a resultado no primeiro trimestre de 2010 se o Contrato de Empréstimo para Saída do Processo de Concordata for firmado.

As Devedoras recusaram determinados contratos contingentes e arrendamentos vincendos anteriores ao pedido de concordata, referentes às operações das Devedoras, com aprovação do Tribunal de Falências e poderão recusar outros no futuro. Os titulares dos direitos de demandas anteriores ao pedido de concordata foram obrigados a registrar provas de demanda até o "prazo forense geral" de 01 de junho de 2009. O "prazo forense" é a data até a qual determinadas demandas contra as Devedoras devem ser formalizadas, se os demandantes quiserem receber qualquer distribuição nos processos segundo o Capítulo 11. Os credores foram notificados do prazo forense e da exigência de apresentação de prova de demanda ao Tribunal de Falências. Diferenças entre os valores do passivo estimado pelas Devedoras e as demandas formalizadas pelos credores estão sendo investigadas e, se necessário, o Tribunal de Falências fará a apuração definitiva da demanda admissível. Atualmente, o valor total de demandas formalizadas por credores excede o valor total de demandas reconhecido e estimado pelas Devedoras. A Administração acredita que o valor total de demandas atualmente reconhecido pelas Devedoras não irá variar consideravelmente, em última análise, do valor total das demandas admitidas pelo Tribunal de Falências. A determinação do tratamento definitivo a ser dado aos passivos não pode ser feita até que o Tribunal de Falências aprove o plano de concordata segundo o Capítulo 11.

Desse modo, o valor ou tratamento definitivo desses passivos não pode ser determinado neste momento.

Demonstramos abaixo o passivo sujeito a acordo:

	26 de setembro de 2009
	(Em milhares)
Contas a pagar	$ 85.250
Despesas a apropriar	139.319
Dívida de longo prazo garantida	1.347.036
Dívida de longo prazo não garantida	656.996
Outros passivos a longo prazo	4.560
Total do passivo sujeito a acordo	$ 2.233.161

O Passivo sujeito a acordo inclui contas a pagar a fornecedores relativas a compras anteriores ao pedido de concordata, as quais não foram pagas. Assim, os fluxos de caixa de operações da Companhia foram positivamente impactados pela suspensão de pagamento dessas Contas a pagar.

Enquanto estiverem operando como devedoras em posse segundo o Capítulo 11 da Lei de Falências, as Devedoras podem vender ou de outra forma alienar ou liquidar ativos ou pagar passivos, sujeito à aprovação do Tribunal de Falências ou de outra forma, conforme permitido pelo curso normal dos negócios, em valores diferentes daqueles refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Além disso, um plano da concordata poderia mudar significativamente os valores e classificações nas Demonstrações Financeiras Consolidadas históricas.

Informações Financeiras Condensadas e Combinadas das Devedoras

As informações financeiras condensadas e combinadas não auditadas a seguir são apresentadas para as Devedoras em 26 de setembro de 2009 ou para o exercício findo naquela data (em milhares):

Informações do balanço patrimonial:	
Valores a receber de afiliadas	$ 113.302
Outros ativos circulantes	1.091.354
Ativos intangíveis identificados	57.179
Investimento em controladas	325.856
Imobilizado, líquido	1.378.918
Outros ativos	85.744
Total de ativos	$ 3.052.353
Passivo circulante	$ 401.651
Passivo não circulante	254.410
Passivo não sujeito a acordo	656.061
Passivo sujeito a acordo	2.233.161
Total do passivo	2.889.222
Patrimônio líquido	163.131
Total do passivo e patrimônio líquido	$ 3.052.353
Informações da Demonstração do Resultado:	
Receita líquida de vendas	$ 6.454.958
Lucro bruto	306.614
Lucro operacional	28.470
Itens da concordata	84.363
Lucro das afiliadas	26.879
Prejuízo líquido	(151.582)
Informações da Demonstração de Fluxo de Caixa:	
Caixa aplicado nas atividades operacionais	$ 158.798
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(11.540)
Caixa proveniente de atividades de financiamento	(6.250)

NOTA B—SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Pilgrim's Pride Corporation e de suas controladas majoritárias, sendo que todas as contas e transações significativas das afiliadas são eliminadas na consolidação.

A Companhia apresenta seus resultados considerando exercício social de 52/53 semanas que se encerra no sábado mais próximo de 30 de setembro. Assim, cada um dos exercícios de 2009, 2008 e 2007 teve 52 semanas.

A Companhia remensura as demonstrações financeiras de suas controladas mexicanas como se o dólar norte-americano fosse sua moeda funcional. Assim, convertemos os ativos e passivos, exceto ativos não monetários, das controladas mexicanas às taxas de câmbio em vigor. Convertemos ativos não monetários utilizando a taxa de câmbio histórica em vigor na data de aquisição de cada ativo. Convertemos receitas e despesas a taxas médias em vigor no período. Ganhos ou perdas decorrentes do câmbio de moedas são incluídos na rubrica Outras despesas (receitas) da Demonstração Consolidada do Resultado.

Codificação das Normas Contábeis ("ASC" ou "Codificação") emitida pelo Comitê de Normas de Contabilidade Financeira dos EUA ("FASB")

Em 26 de setembro de 2009, a Companhia adotou o Pronunciamento sobre Normas de Contabilidade Financeira no. 168, *Codificação das Normas Contábeis ("Accounting Standards Codification™") emitida pelo FASB* e a *Hierarquia das Práticas Contábeis Geralmente Aceitas ("The Hierarchy of Generally Accepted Accounting Principles")*. A Codificação tornou-se a fonte oficial das práticas contábeis geralmente aceitas ("GAAP"), reconhecida pelo FASB, a ser adotada por entidades não-governamentais. As normas e comunicados interpretativos da SEC, regidos pelas leis federais de valores mobiliários, também são fontes oficiais de GAAP para companhias sujeitas às normas da SEC. A Codificação substitui todas as normas contábeis e de apresentação de relatórios existentes não emitidas pela SEC. Todas as demais literaturas contábeis não emitidas pela SEC e sujeitas às novas normas não incluídas na Codificação não são oficiais. A intenção desse pronunciamento não é de alterar GAAP, mas a forma com que a orientação é organizada e apresentada será mudada. A Companhia implementou a Codificação para as demonstrações financeiras consolidadas por meio de referências aos tópicos de ASC.

Reclassificações e Ajustes Contábeis

Foram efetuadas determinadas reclassificações nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2008 e 2007, sem impacto no lucro líquido (prejuízo) apresentado, para fins de conformidade com a apresentação de 2009.

Reconhecimento de Receitas

A receita é reconhecida quando do envio e transferência de titularidade do produto ao cliente, sendo registrada líquida da estimativa de oferta de incentivos, inclusive acordos especiais de preços, promoções e outros incentivos com base em volumes. O resultado das revisões dessas estimativas é levado de volta à receita líquida de vendas referente ao período em que se toma conhecimento dos fatos que resultaram na revisão.

Custos de Transporte e Manuseio

Os custos associados aos produtos entregues aos clientes são reconhecidos no custo de vendas.

Equivalentes de Caixa

A Companhia considera investimentos de alta liquidez com vencimento no prazo de até três meses a partir da data da compra como equivalentes de caixa.

Investimentos de Curto Prazo e de Longo Prazo

Os investimentos de curto e longo prazos da Companhia consistem basicamente de títulos patrimoniais e de dívida com classificação de investimento, fundos de investimento mútuo em ações ou obrigações e contratos de seguros. Os títulos patrimoniais e de dívida com classificação de investimento, assim como os fundos de investimento mútuo em ações ou obrigações, são classificados como disponíveis para venda. Esses títulos são registrados a valor justo, e os ganhos e as perdas não realizados são registrados, excluindo impostos, como componente destacado de outros resultados abrangentes acumulados. Os títulos de dívida com vencimento remanescente inferior a um ano e identificados pela administração no momento da aquisição como destinados a operações de financiamento em menos de um ano são classificados como circulantes. Os títulos de dívida com vencimento remanescente superior a um ano e não identificados pela administração no momento da compra como destinados a operações de financiamento em menos de um ano são classificados como não circulantes. Todos os títulos patrimoniais são classificados como não circulantes. As perdas não realizadas são debitadas no resultado quando uma redução no valor justo é considerada não temporária. A administração analisa diversos fatores a fim de determinar se uma perda não é temporária, tais como: por quanto tempo um título permanece em uma posição de perda não realizada, quanto o valor justo é menor que o custo amortizado, o impacto das variações nas taxas de juros no curto e no longo prazos e a intenção e a capacidade da Companhia de manter o título por tempo suficiente para permitir qualquer recuperação esperada em seu valor justo. A Companhia determina o custo de cada título vendido e cada valor reclassificado de outros resultados abrangentes acumulados para resultado através do método de identificação específica. As operações de compra e venda são registradas com base na data da negociação. Os contratos de seguro são mantidos nos fundos de remuneração diferida da Companhia. São registrados a valor justo, sendo os ganhos e as perdas decorrentes de alterações nesse valor reconhecidas imediatamente no resultado.

Os investimentos em *joint-ventures* e empresas nas quais a Companhia detém participação superior a 50% e exerce controle sobre o empreendimento são consolidados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. As participações minoritárias referentes aos exercícios apresentados, cujos valores não sejam relevantes, são incluídas nos Balanços Patrimoniais Consolidados sob a rubrica Outros passivos não circulantes. Os investimentos em *joint-ventures* e empresas nas quais a Companhia detém participação entre 20% e 50% e sobre as quais exerce influência significativa são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia possui participação de 49% na Merit Provisions LLC ("Merit"), que é consolidada uma vez que a Companhia forneceu apoio financeiro à empresa que detém participação de 51% na Merit. As operações da Merit não são significativas para a Companhia como um todo neste momento. A Companhia investe ocasionalmente em empreendimentos nos quais sua participação é inferior a 20% e sobre os quais não exerce influência significativa. Esses investimentos são contabilizados segundo o método de custo. O valor justo dos investimentos não negociados em um mercado cotado é estimado com base no desempenho histórico das empresas, seu desempenho financeiro projetado e a avaliação da administração quanto à viabilidade das empresas e seus modelos empresariais. Quando o valor contábil de um investimento ultrapassar seu valor justo estimado, a Companhia registrará a despesa relativa à perda no valor recuperável correspondente. Assim, o valor contábil dos investimentos da Companhia aproxima-se de seu valor justo.

Contas a Receber

A Companhia registra contas a receber quando do envio e transferência de titularidade do produto ao cliente. Constituímos uma provisão para devedores duvidosos, reduzindo nosso saldo de recebíveis a um valor que esperamos recuperar de nossos clientes. As estimativas utilizadas na determinação do valor da provisão para devedores duvidosos baseiam-se na experiência do histórico de

recebimentos, tendências atuais, idade de vencimento das contas a receber e análises de crédito regulares sobre a condição financeira de nossos clientes. Efetuamos a baixa das contas a receber quando se torna claro, com base em fatores relativos à idade de vencimento ou aos clientes, que tais valores não serão recebidos. Em geral, a Companhia não exige garantias para suas contas a receber.

Estoques

Os estoques de aves vivas são registrados pelo menor valor entre custo ou mercado, e os estoques de matrizes pelo menor valor entre custo, menos amortização acumulada, ou mercado. Os custos relativos a matrizes são acumulados até a fase de produção e amortizados ao longo de suas vidas produtivas através do método das unidades produzidas. Os estoques de produtos avícolas acabados, ração, ovos e outros são demonstrados pelo menor valor entre custo (médio) ou mercado.

Registramos avaliações e ajustes para perdas em nossos estoques e para obsolescência estimada em um montante equivalente à diferença entre o custo de estoque e a estimativa de valor de mercado, com base em circunstâncias conhecidas que afetam a obsolescência do estoque, inclusive produtos demasiadamente antigos, linhas de produtos descontinuadas ou produtos danificados ou obsoletos. Os custos da carne avícola são apropriados a nossos diversos produtos avícolas acabados com base em uma técnica de custeio que considera produtos derivados e reduz o custo da ave inteira à estimativa de receitas e valores a serem recuperados em determinadas partes dos derivados, inclusive, principalmente, em *leg quarters* (corte derivado da coxa e sobrecoxa contendo um quarto da porção dorsal), asas, sobrecoxas e miúdos, que são registrados no estoque pelo valor recuperável estimado, sendo o valor restante refletido no custo da carne de peito de frango.

Em geral, a Companhia avalia a necessidade de realizar ajustes pelo menor dos valores de custo ou de mercado em nível de segmento com base em uma série de fatores, inclusive (i) grupos de estoques correlatos, (ii) idade, condição, continuação ou descontinuação de produtos, (iii) preços estimados de venda no mercado, e (iv) canais de distribuição previstos. Se as condições atuais do mercado ou outras condições forem menos favoráveis do que as previstas pela administração, podem ser necessários outros ajustes aos estoques.

Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo, e os custos de reparo e manutenção são debitados ao resultado quando incorridos. A depreciação é calculada através do método da linha reta ao longo da vida útil estimada dos respectivos ativos. A estimativa de vida útil de edificações, máquinas e equipamentos é de 5 a 33 anos, e a de automóveis e caminhões é de 3 a 10 anos. A amortização de ativos registrados como arrendamento mercantil é lançada a débito no resultado como despesa de depreciação.

A Companhia reconhece despesas relativas à perda no valor recuperável de ativos de longo prazo utilizados nas operações diante de eventos e circunstâncias que indiquem que os ativos podem sofrer perda e que os fluxos de caixa estimados não descontados a serem gerados por esses ativos serão menores que o valor contábil dos mesmos. A despesa relativa à perda no valor recuperável é calculada com base no montante pelo qual o valor líquido contábil ultrapassa o respectivo valor justo de mercado. Para o cálculo desse valor, a Companhia utiliza determinadas premissas, inclusive, entre outras (i) estimativas de fluxos de caixa futuros a serem gerados por esses ativos, que se baseiam em outras premissas tais como utilização dos ativos, tempo restante de utilização e valores estimados de recuperação; (ii) estimativa do valor justo de mercado dos ativos; e (iii) determinações quanto ao menor nível de fluxos de caixa relativos ao respectivo teste de perda no valor recuperável, em geral conjuntos de instalações operacionais correlatas.

Dada a interdependência das instalações individuais da Companhia durante o processo produtivo, que funcionam como uma rede integrada verticalmente, e devido ao fato de não realizar transferências de estoques entre suas instalações integradas verticalmente a preços de mercado, a

Companhia avalia a perda no valor recuperável de ativos mantidos e utilizados em nível nacional (ou seja, EUA e México) dentro de cada segmento. A administração acredita ser esse o menor nível de fluxos de caixa identificáveis para seus ativos mantidos e utilizados em atividades produtivas. Neste momento, as previsões da Companhia indicam a possibilidade de recuperação do valor contábil de seus ativos com base nos fluxos de caixa projetados das operações. Uma das premissas chaves na projeção da administração é a de que os volumes de venda da Companhia retornarão às margens históricas à medida que se tornem mais equilibradas a oferta e a procura entre commodities e frango e outras proteínas de origem animal. No entanto, a ocasião exata do retorno às margens históricas não é certa, e caso esse retorno seja demorado pode ser necessário reconhecer as respectivas perdas no futuro.

Ágio e Outros Ativos Intangíveis

Nossos ativos intangíveis consistem de ágio e ativos sujeitos a amortização tais como nomes comerciais, relações com clientes e acordos de não concorrência. A amortização dos ativos sujeitos a amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil estimada dos respectivos ativos. A vida útil varia entre três anos (nomes comerciais e acordos de não concorrência) e treze anos (relações com clientes).

Avaliamos anualmente, ou, se necessário, periodicamente, o valor do ágio a fim de determinar qualquer perda em seu valor recuperável caso tenham ocorrido eventos ou existam circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ágio não será mais recuperável. Comparamos o valor justo de cada unidade reportada ao seu valor contábil. O valor justo é determinado através da média ponderada de resultados decorrentes tanto do método de renda quanto do método de mercado. Segundo o método de renda, calculamos o valor justo de uma unidade reportada com base no valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros. Segundo o método de mercado, calculamos o valor justo de uma unidade reportada com base no valor de mercado de seus principais concorrentes. Se o valor justo da unidade reportada ultrapassar o valor contábil do ativo líquido, inclusive o ágio atribuído àquela unidade, o ágio não sofrerá perda em seu valor. Se o valor contábil do ativo líquido da unidade reportada, inclusive o ágio, ultrapassar o valor justo da unidade reportada, determinamos então o valor justo implícito do ágio da unidade reportada. Se o valor contábil do ágio da unidade reportada ultrapassar seu valor justo implícito, terá ocorrido uma perda no valor recuperável do ágio, que será levada ao resultado no valor equivalente à diferença entre o valor contábil e o valor justo implícito do ágio e registrada como componente do resultado operacional.

Avaliamos os ativos intangíveis sujeitos a amortização a fim de determinar qualquer perda em seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil dos ativos poderá não ser recuperável. Os ativos intangíveis sujeitos a amortização são submetidos a testes de perda em seu valor recuperável e seus valores justos são estimados com base nas mesmas premissas e técnicas adotadas em relação ao imobilizado.

Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia está sujeita a ações, fiscalizações e outras demandas relacionadas a questões que envolvem assuntos relativos a trabalho, meio ambiente, produtos, entre outros. A Companhia precisa avaliar a probabilidade de resultados ou decisões desfavoráveis nesses casos, assim como os vários níveis de probabilidade de perda. A Companhia estima o valor da provisão necessária, inclusive o custo esperado de sua defesa, se houver, para as contingências cuja perda é considerada provável e após a análise considerável de cada questão. Em relação a nossas obrigações relativas à recuperação ambiental, a respectiva provisão é calculada pelo método não descontado. Essas provisões podem sofrer alteração no futuro devido a mudanças nas premissas da Companhia, na eficácia das estratégias ou em outros fatores fora do controle da Companhia.

Reserva para Autosseguro

As despesas com seguros para cobertura de sinistros por acidentes e benefícios de seguro saúde relacionados aos funcionários são estimadas com base na experiência passada e estimativas atuariais. A cobertura "*stop loss*" é mantida com seguradoras independentes e tem por objetivo limitar a exposição total da Companhia a prejuízos. Certas categorias de obrigações de sinistros são determinadas em base atuarial. As premissas usadas para se apurar as despesas periódicas são revisadas regularmente pela administração. Não obstante, as despesas efetivamente incorridas podem ser diferentes dessas estimativas e poderiam resultar no reconhecimento de ajustes.

Impostos sobre a Renda

A provisão para impostos sobre a renda tem sido determinada com base no método de ativos e passivos para contabilização dos impostos sobre a renda. Segundo esse método, os impostos de renda diferidos refletem o efeito fiscal líquido de diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos registrados, prejuízos operacionais líquidos e créditos fiscais acumulados. O valor do imposto diferido sobre essas diferenças temporárias é determinado com base nas alíquotas que devem ser aplicadas no período quando o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, conforme o caso, com base nas alíquotas e legislação tributária em vigor na respectiva jurisdição fiscal na data do balanço patrimonial.

A Companhia revisa seus impostos diferidos ativos para determinar sua recuperabilidade e constitui provisão para perdas com base no histórico de lucros tributáveis, nas projeções de lucros tributáveis futuros, nas estratégias fiscais aplicáveis e na época esperada das reversões das diferenças temporárias existentes. Constitui-se uma provisão para perda quando a probabilidade de que alguns ou todos os impostos diferidos ativos não sejam realizados for maior do que a de que venham a ser realizados. As provisões para perdas foram constituídas principalmente para prejuízos operacionais líquidos acumulados estaduais e federais nos Estados Unidos e prejuízos operacionais líquidos acumulados. Vide Nota Explicativa N – Impostos sobre a Renda nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Impostos são provisionados para controladas no exterior com base na premissa de que seus lucros serão reinvestidos indefinidamente. Dessa forma, os impostos de renda diferidos dos Estados Unidos não foram provisionados sobre esses lucros. Caso esses lucros não sejam considerados como sujeitos a reinvestimento por prazo indeterminado, alguns impostos sobre a renda diferidos dos Estados Unidos e no exterior seriam provisionados.

Em 30 de setembro de 2007, a Companhia adotou os termos da ASC 740, que prevê um parâmetro para reconhecimento e critérios de mensuração para o reconhecimento nas demonstrações financeiras de um benefício fiscal apropriado ou que deva ser apropriado na declaração do imposto de renda. Os benefícios fiscais são reconhecidos somente quando a probabilidade de que esses benefícios serão mantidos quando examinados com base em seus méritos técnicos for maior do que a de que não sejam mantidos (*"more likely than not",* ou MLTN). Os benefícios fiscais que atendem o parâmetro para reconhecimento MLTN são mensurados aplicando-se uma ponderação de probabilidade do maior valor de benefício fiscal que apresente uma probabilidade maior do que 50% de ser realizado na respectiva liquidação. Determinar se o parâmetro de reconhecimento MLTN é atendido ou não para um benefício fiscal específico é uma questão que envolve julgamento com base nos fatos e circunstâncias individuais avaliados à luz de todas as evidências disponíveis na data do balanço patrimonial. Vide Nota Explicativa N – Impostos sobre a Renda nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Previdência e Outros Benefícios Pós-Aposentadoria

Nossas obrigações e custos de previdência e outros benefícios pós-aposentadoria dependem das diversas premissas atuariais usadas no cálculo desses valores. Essas premissas referem-se a taxas de descontos, aumento salarial, retorno de longo prazo sobre ativos do plano, taxas de tendências de

plano de saúde e outros fatores. Baseamos as premissas de taxas de desconto na rentabilidade de investimentos correntes sobre títulos privados de dívida de longo prazo de alta qualidade. As premissas de aumento salarial refletem nossa experiência passada e nossas perspectivas futuras. Determinamos o retorno de longo prazo sobre os ativos do plano com base nos resultados históricos da carteira e na expectativa da administração com relação ao ambiente econômico futuro. Nossas premissas sobre tendências de custos de plano de saúde são desenvolvidas com base nas informações de custos históricos, na perspectiva de curto prazo e na avaliação de tendências prováveis de longo prazo. Resultados reais que sejam diferentes das nossas premissas são acumulados e, caso ultrapassem 10% da obrigação dos benefícios projetada ou do valor justo dos ativos do plano, dos dois o menor, amortizados ao longo da vida útil futura estimada dos participantes do plano.

Arrendamento mercantil

As despesas de aluguel relativas a arrendamento mercantil são registradas com base no método linear durante o prazo do arrendamento a menos que o contrato de arrendamento contenha uma cláusula de escalonamento que não seja fixa e determinável. O prazo do contrato de arrendamento tem início quando passamos a ter o direito de controlar o uso do bem arrendado, o que em geral ocorre antes do vencimento das prestações de aluguel segundo os termos do contrato. Caso um contrato contenha uma cláusula de escalonamento fixa e determinável, a diferença entre a despesa de aluguel e o aluguel pago é registrada como aluguel diferido nos Balanços Patrimoniais Consolidados. O aluguel referente a contratos de arrendamento mercantil que não contenham uma cláusula de escalonamento ou quando o escalonamento se baseia em um índice de inflação é lançado como despesa no resultado pelo prazo do contrato à medida que os pagamentos são efetuados.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia tenta minimizar alguns riscos financeiros, inclusive aqueles referentes à aquisição de *commodities* e à taxa de juros, através de um programa de gestão de riscos que inclui o uso de instrumentos financeiros derivativos. Reconhecemos todos os instrumentos financeiros derivativos nos Balanços Patrimoniais Consolidados a valor justo. Em 27 de setembro de 2008, a Companhia reconheceu perdas em contratos futuros totalizando o valor justo de $18,0 milhões, contratados para administrar o risco de preços de 19,1 milhões de alqueires de milho e 0,3 milhões de toneladas de ração de soja. Em outubro de 2008, suspendemos a utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Decidimos não designar os instrumentos financeiros derivativos contratados para minimizar o risco de aquisição de *commodities* como *hedges* de transações projetadas ou de variação nos fluxos de caixa a serem recebidos ou pagos em relação a ativos e passivos reconhecidos ("*hedges* de fluxo de caixa"). Assim, reconhecemos as variações no valor justo desses instrumentos financeiros derivativos imediatamente no resultado. Os ganhos ou perdas decorrentes desses instrumentos financeiros derivativos são incluídos na rubrica Custo de vendas nas Demonstrações Consolidadas do Resultado. A Companhia reconheceu perdas de $21,1 milhões e $38,3 milhões referente às variações no valor justo de seus instrumentos financeiros derivativos em 2009 e 2008, respectivamente.

Lucro líquido (prejuízo) por Ação Ordinária

O lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária baseia-se na média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A média ponderada do número de ações em circulação (básico e diluído) aqui considerada era de 74.055.733, 69.337.326 e 66.555.733 ações em 2009, 2008 e 2007, respectivamente. A Companhia não incluiu títulos conversíveis em ações ordinárias no cálculo totalmente diluído para 2009; os títulos conversíveis em ações ordinárias teriam causado um efeito antidilutivo devido ao prejuízo registrado pela Companhia naquele exercício. A Companhia não possuía títulos conversíveis em ações ordinárias em 2008 ou 2007.

Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetam os valores registrados para ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores registrados para receitas e despesas durante o período de apresentação. Os resultados reais podem divergir de tais estimativas. Utilizamos estimativas significativas em relação ao recebimento de créditos; à provisão para perdas no estoque; à realização de ativo fiscal diferido; à avaliação de ativos de longo prazo, inclusive ágio; à avaliação de passivos contingentes e de obrigações relativas a autosseguro; à avaliação de obrigações relativas a benefícios previdenciários e outros benefícios pós-aposentadoria; e à avaliação de negócios adquiridos.

Eventos Subsequentes

A Companhia avaliou os eventos subsequentes por meio da emissão das presentes demonstrações financeiras, que ocorreu em 20 de novembro de 2009.

Pronunciamentos Contábeis Recentemente Adotados

Em 28 de setembro de 2008, a Companhia adotou a diretriz da ASC 820-10 para ativos e passivos financeiros e não financeiros reconhecidos ou divulgados ao valor justo nas demonstrações financeiras em base recorrente. A Companhia não irá adotar tal diretriz até 27 de setembro de 2009 para ativos e passivos não financeiros que não são reconhecidos ou divulgados ao valor justo nas demonstrações financeiras em base recorrente. A diretriz da ASC 820-10 esclarece a definição de valor justo e os métodos utilizados para mensurar valor justo. As divulgações sobre mensuração de valor justo também são ampliadas. A adoção da diretriz da ASC 820-10 não gerou um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Vide Nota G – Instrumentos financeiros - para maiores informações sobre divulgações ampliadas das mensurações de valor justo utilizadas para os ativos e passivos financeiros e não financeiros reconhecidos ou divulgados ao valor justo nas demonstrações financeiras em base recorrente.

Em 29 de março de 2009, a Companhia adotou a diretriz da ASC 855-10, que estabelece normas gerais para contabilização e divulgação de eventos ocorridos após a data do balanço patrimonial, mas antes da emissão ou disponibilização para emissão das demonstrações financeiras. A adoção da diretriz da ASC 855-10 não gerou um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Vide “Eventos Subsequentes” acima para informações adicionais com relação à data dos eventos subsequentes utilizada para esse relatório.

Pronunciamentos Contábeis Emitidos e ainda não Adotados

Em dezembro de 2007, o FASB emitiu a ASC 805 que estabelece os princípios e exigências de como o adquirente (i) reconhece e mensura em suas demonstrações financeiras os ativos identificáveis adquiridos, as obrigações assumidas, e eventual participação minoritária na companhia adquirida, (ii) reconhece e mensura o ágio adquirido na combinação de negócios ou um lucro de uma compra negociada, e (iii) determina quais informações divulgar para permitir que os usuários das demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios. Esse dispositivo também requer que o adquirente reconheça como despesa a maior parte dos custos relacionados a transações e reestruturação conforme incorridos, no lugar de incluir tais itens no custo da entidade adquirida. Para a Companhia, a diretriz para tal assunto segundo a ASC 805 será aplicável prospectivamente a combinações de negócios cuja data de aquisição seja em ou após 27 de setembro de 2009. A Companhia irá avaliar o impacto dessas orientações sobre combinações futuras potenciais de negócios que poderão ocorrer na data de vigência ou após.

Em dezembro de 2007, o FASB emitiu a ASC 810-10 que estabelece diretriz sobre como a entidade que elabora relatórios irá (i) identificar, nomear e apresentar a participação acionária em controladas detida por outras partes nas demonstrações consolidadas de origens e aplicações de recursos, (ii) identificar e apresentar o valor do lucro líquido consolidado atribuível a ela própria e às participações não controladoras na face das demonstrações consolidadas do resultado, (iii) contabilizar mudanças em sua participação acionária enquanto detém participação financeira controladora em uma controlada, (iv) mensurar inicialmente qualquer investimento não controlador em capital de controlada não consolidada e (v) divulgar outras informações sobre suas participações e participações de acionistas não controladores. Para a Companhia, a diretriz da ASC 810-10 será aplicável prospectivamente, com vigência a partir de 27 de setembro de 2009. A Companhia também deverá aplicar retroativamente as exigências de apresentação e divulgação contidas na ASC 810-10 a todos os períodos apresentados naquela época. A Companhia não prevê que a adoção da diretriz da ASC 810-10 irá causar um impacto significativo sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em abril de 2008, o FASB emitiu a ASC 275-10 e a ASC 350-30, que alteram os fatores que uma entidade deve considerar ao desenvolver premissas de renovação ou ampliação, utilizadas na determinação da vida útil de ativos intangíveis reconhecidos. Para a Companhia, as diretrizes da ASC 275-10 e da ASC 350-30 serão aplicáveis prospectivamente a ativos intangíveis adquiridos após 27 de setembro de 2009. A Companhia não prevê que a adoção de tais diretrizes irá causar um impacto significativo sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em dezembro de 2008, o FASB emitiu a ASC 715-20, que estabelece diretriz para divulgações do empregador sobre ativos de plano de pensão com benefícios definidos ou outros planos de aposentadoria, incluindo informações sobre políticas e estratégias de investimento, categorias de ativos do plano, mensurações do valor justo de ativos do plano e concentrações significativas de risco. Para a Companhia, a diretriz da ASC 715-20 será aplicável a ativos de plano de benefício de aposentadoria vigentes em 27 de setembro de 2009. A Companhia não prevê que a adoção da diretriz da ASC 715-20 irá causar um impacto significativo sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA C—RISCOS DE MERCADO E CONCENTRAÇÕES

Os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos a concentrações de risco de crédito consistem principalmente de equivalentes de caixa, títulos para investimento e contas a receber de clientes. Os equivalentes de caixa e títulos para investimento da Companhia são títulos patrimoniais e de dívida de alta qualidade colocados em grandes bancos e instituições financeiras. As contas a receber de clientes da Companhia em geral não são lastreadas. São realizadas análises de crédito para todos os clientes significativos, com atualizações sempre que se fizerem necessárias. As concentrações de risco de crédito relativas a contas a receber de clientes são limitadas devido à grande quantidade de clientes e sua pulverização em áreas geográficas. Com exceção de um cliente que representa aproximadamente 13% das contas a receber em 26 de setembro de 2009, e do fato de aproximadamente 12% da receita líquida de vendas relativa a 2009 estar principalmente relacionada a nosso segmento de frango, a Companhia acredita não haver concentrações significativas de risco de crédito em suas contas a receber de clientes.

Em 26 de setembro de 2009, aproximadamente 31% dos funcionários da Companhia participam de acordos coletivos. Desses funcionários, 265 participam de acordos que expiram em 2009 e ainda não foram renegociados ou que expiram em 2010. Não tivemos que enfrentar nenhuma manifestação de greve em nenhuma de nossas instalações nos últimos cinco anos. Acreditamos que mantemos relações satisfatórias com nossos funcionários. Mantemos negociações periódicas de diversos acordos coletivos de trabalho.

NOTA D—AQUISIÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 27 de dezembro de 2006, adquirimos 45.343.812 ações ordinárias representativas de 88,9% das ações em circulação da Gold Kist Inc. ("Gold Kist") através de uma oferta de compra. Posteriormente, adquirimos todas as ações remanescentes da Gold Kist e, em 9 de janeiro de 2007, a Gold Kist passou a ser controlada integral da Companhia. A Gold Kist, sediada em Atlanta, na Geórgia, era a terceira maior empresa de frango dos Estados Unidos, responsável por mais de 9% do frango produzido naquele país nos últimos anos. A Gold Kist operava um negócio de produção de frango totalmente integrado, incluindo criação, processamento, marketing e distribuição.

Para fins de reporte financeiro, não incluímos os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Gold Kist em nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período de 27 de dezembro de 2006 a 30 de dezembro de 2006. Os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Gold Kist de 27 de dezembro de 2006 a 30 de dezembro de 2006 não foram significativos. Incluímos os ativos adquiridos e as obrigações assumidas em nosso balanço patrimonial através da alocação do preço de compra com base na avaliação recebida de um avaliador especialista independente.

O preço de compra da Gold Kist em 27 de dezembro de 2006 encontra-se resumido a seguir (em milhares):

Compra de 50.146.368 ações a $21,00 por ação	$	1.053.074
Ágio pago na liquidação de dívida		22.208
Cancelamento de prêmios de remuneração com base em ações		25.677
Custos e honorários da transação		37.740
Total do preço de compra	$	1.138.699

Liquidamos os Títulos Preferenciais da Gold Kist a 10,250% com vencimento em 2014 com valor contábil de $128,5 milhões ao custo de $149,8 milhões mais juros provisionados e os Certificados de Participação em Capital de Prioridade Inferior de valor nominal da Gold Kist mais juros provisionados e um prêmio de um ano de juros. Arcamos ainda com os custos da transação de aquisição e financiamos a mudança no controle de pagamentos para determinados funcionários da Gold Kist. Essa aquisição foi inicialmente custeada com (i) $780,0 milhões obtidos através de um empréstimo rotativo garantido a prazo e (ii) $450,0 milhões obtidos através do Contrato de Empréstimo Preferencial não Garantido de $450,0 milhões ("Empréstimo Ponte"). Para mais informações, vide Nota Explicativa M – Títulos a Pagar e Dívida de Longo Prazo.

Em relação à aquisição, decidimos congelar alguns dos planos de benefícios da Gold Kist a fim de cancelá-los em última instância. Registramos um ajuste no preço de compra no valor de $65,6 milhões para aumentar as obrigações com planos de benefícios para o custo atual estimado de cancelamento desses planos de $82,5 milhões. Não prevemos qualquer custo (receita) de benefício periódico líquido relativo a esses planos no futuro. Adicionalmente, ajustamos as políticas contábeis da Gold Kist a nossas políticas contábeis e provisionamos o imposto de renda diferido para todos os respectivos ajustes relativos à aquisição.

Apresentamos a seguir nossa estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e das obrigações assumidas na data da aquisição (em milhares):

Ativo circulante	$	418.583
Imobilizado		674.444
Ágio		499.669
Ativos intangíveis		64.500
Outros ativos		65.597
Total dos ativo adquirido		1.722.793
Passivo circulante		269.619
Dívida de longo prazo, menos vencimentos no curto prazo		140.674
Imposto de renda diferido		93.509
Outras obrigações de longo prazo		80.292
Total das obrigações assumidas		584.094
Total do preço de compra	$	1.138.699

O ágio e outros ativos intangíveis acima apresentados foram calculados de modo a se enquadrar no critério de reconhecimento diferente de ativos tangíveis adquiridos e obrigações assumidas. Em 27 de dezembro de 2006, os ativos intangíveis relativos à aquisição consistem de:

		Valor justo estimado (Em milhões)	Prazo de amortização (Em anos)
Ativos intangíveis sujeitos a amortização:			
Relações com clientes	$	51.000	13,0
Nome comercial		13.200	3,0
Acordos de não concorrência		300	3,0
Total de ativos intangíveis sujeitos a amortização		64.500	
Ágio		499.669	
Total de ativos intangíveis	$	564.169	
Média ponderada do prazo de amortização			10,9

O ágio, que é reconhecido no segmento de frango da Companhia, representa o valor pelo qual o preço de compra ultrapassa o valor atribuído a ativos tangíveis e intangíveis identificáveis. Decidimos adquirir a Gold Kist por um preço que resultasse no reconhecimento de ágio por acreditarmos na existência dos seguintes benefícios estratégicos e financeiros:

- A empresa resultante se posicionaria como a maior produtora de frango do mundo, e esse posicionamento nos proporcionaria mais habilidades para (i) competir com mais eficiência e prestar um serviço ainda melhor ao cliente, (ii) ampliar nosso alcance geográfico e nossa carteira de clientes, (iii) buscar ainda mais oportunidades de valor agregado e de carne de frango processada e (iv) oferecer oportunidades de crescimento de longo prazo a nossos acionistas, funcionários e criadores.

- A empresa resultante estaria melhor posicionada para competir no setor tanto internacionalmente quanto nos EUA à medida que ocorressem outras incorporações.

Conforme discutido na Nota Explicativa J – Ativos Intangíveis, devido à deterioração no setor de frangos após a aquisição, a Companhia determinou que esse ágio havia perdido todo o seu valor recuperável em 27 de setembro de 2008.

Os ativos intangíveis amortizáveis foram considerados como tendo vida definida. A vida útil do ativo intangível referente a relações com clientes que reconhecemos foi baseada em nossas previsões de rotatividade de clientes. A vida útil do ativo intangível referente a nome comercial que reconhecemos foi baseada no tempo estimado de uso do nome comercial Gold Kist até que seja gradualmente eliminado e substituído pelo nome comercial Pilgrim's Pride. A vida útil do ativo intangível referente a acordos de não concorrência que reconhecemos foi baseada no prazo remanescente dos contratos. Amortizamos esses ativos intangíveis ao longo de suas vidas úteis remanescentes com base no

método da linha reta. A despesa anual de amortização desses ativos intangíveis foi de $8,4 milhões em 2009, $8,4 milhões em 2008 e de $6,3 milhões em 2007. Estimamos reconhecer uma despesa anual de amortização de $5,1 milhões em 2010, $3,9 milhões em cada exercício de 2011 a 2019, e de $1,0 milhões em 2020.

As informações financeiras não auditadas pró-forma foram apresentadas como se a aquisição tivesse ocorrido no início de cada período apresentado (em milhares, exceto ações e informações por ação):

		2007 Pró-forma
Receita líquida de vendas	$	8.026.422
Depreciação e amortização	$	228.539
Resultado operacional	$	206.640
Despesa de juros, líquido	$	144.354
Lucro (prejuízo) de operações normais antes dos impostos	$	43.900
Lucro (prejuízo) de operações normais	$	17.331
Lucro líquido (prejuízo)	$	12.832
Lucro (prejuízo) de operações normais por ação ordinária	$	0.26
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária	$	0.19
Média ponderada de ações em circulação		66.555.733

NOTA E—OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

A Companhia vendeu certos ativos das atividades de avicultura (especificamente perus) pelo valor de $18,6 milhões, tendo reconhecido um ganho de $1,5 milhão ($0,9 milhão, líquido de impostos) no segundo trimestre de 2008. Esse negócio consistia substancialmente de todo o nosso antigo segmento de perus. Os resultados desse negócio estão incluídos na rubrica Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas, líquido de impostos nas Demonstrações Consolidadas do Resultado de todos os períodos apresentados.

Durante algum tempo, continuamos a apresentar resultados operacionais e fluxos de caixa associados a nosso antigo segmento de perus. Essas atividades foram transitórias por natureza. Firmamos um contrato de curto prazo de co-empacotamento com o comprador do antigo segmento de perus, segundo o qual os perus para venda a nossos clientes foram processados por eles até o final de 2008. Em 26 de setembro de 2009, não havia mais estoques restantes de perus e não houve reconhecimento de resultados operacionais associados à operação descontinuada de perus após o segundo trimestre de 2009.

Nem nosso envolvimento constante na distribuição e venda desses perus nem o contrato de co-empacotamento nos conferiu a habilidade de exercer influência sobre as políticas operacionais e/ou financeiras do negócio de perus sob sua nova administração.

Não foi assumida dívida, nem foi exigido o pagamento de dívidas, pelo comprador das atividades descontinuadas do segmento de perus como resultado da transação de alienação. Decidimos alocar às atividades descontinuadas do segmento de perus outras participações consolidadas que não eram diretamente atribuíveis ou relacionadas a outras operações da Companhia com base na proporção entre o acervo líquido contábil a ser vendido ou descontinuado e a soma do acervo líquido contábil da Companhia mais sua dívida consolidada. As participações alocadas às operações descontinuadas totalizaram $1,4 milhão e $2,6 milhões em 2008 e 2007, respectivamente. Não alocamos participação às atividades descontinuadas em 2009.

Os valores abaixo, relativos a nossas operações do segmento de perus, foram segregados das operações normais e incluídos nas rubricas Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas, líquido de impostos e Ganho na venda de operações descontinuadas, líquido de impostos nas Demonstrações Consolidadas do Resultado:

	2009	2008	2007
		(Em milhares)	
Receita líquida de vendas	$ 25.788	$ 86.261	$ 99.987
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas antes do imposto de renda	$ 962	$ (11.746)	$ (7.228)
Despesa (benefício) de imposto de renda	363	(4.434)	(2.729)
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas, líquido de impostos	$ 599	$ (7.312)	$ (4.499)
Ganho na venda de operações descontinuadas antes dos impostos	$ —	$ 1.450	$ —
Despesa de imposto de renda	—	547	—
Ganho na venda de operações descontinuadas, líquido de impostos	$ —	$ 903	$ —

Não existem ativos ou passivos associados às operações descontinuadas do segmento de perus em 26 de setembro de 2009. Os ativos e passivos abaixo foram segregados e incluídos nas rubricas *Ativos de operações descontinuadas* e *Passivos de operações descontinuadas*, conforme o caso, nos Balanços Patrimoniais Consolidados de 27 de setembro de 2008 (em milhares):

Contas a receber de clientes e outros recebíveis, menos provisão para devedores duvidosos	$ 5.881
Estoques	27.638
Ativos de operações descontinuadas	$ 33.519
Contas a pagar	$ 7.737
Despesas a apropriar	3.046
Passivos de operações descontinuadas	$ 10.783

NOTA F—ATIVIDADES DE REESTRUTURAÇÃO

Durante 2008 e 2009, a Companhia realizou as seguintes atividades de reestruturação:

- Fechou duas unidades de processamento em Dalton, Georgia; Douglas, Georgia; El Dorado, Arkansas; Franconia, Pensilvânia; Clinton, Arkansas; Bossier City, Louisiana; e Siler City, Carolina do Norte,
- Vendeu uma unidade de processamento fechado em Farmerville, Louisiana,
- Anunciou o fechamento de unidades de processamento em Athens, Alabama, e Athens, Georgia, em outubro de 2009,
- Vendeu os centros de distribuição fechados em Cincinnati, Ohio; Plant City, Florida; El Paso, Texas; e Pompano Beach, Flórida,
- Fechou centros de distribuição em Houston, Texas; Oskaloosa, Iowa; Jackson, Mississipi; e Nashville, Tennessee,
- Reduziu sua força de trabalho em aproximadamente 440 posições fora da área produtiva, incluindo desligamento do antigo Diretor Presidente e Diretor de Operações,
- Fechou um edifício administrativo em Duluth, Georgia, em junho de 2008 e
- Reduziu ou consolidou a produção em diversas outras unidades nos EUA.

Ações significativas ocorridas do segundo ao quarto trimestre de 2009 foram aprovados pelo Tribunal de Falências, quando necessário com base no Código de Falências, como parte dos esforços de reorganização da Companhia. Ações significativas ocorridas do segundo trimestre de 2008 ao primeiro trimestre de 2009 foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia como parte do plano cuja intenção é reduzir perdas em meio a custos recorde de milho, ração de soja, entre outros ingredientes para ração, e um excesso de oferta de frango nos EUA. Tais ações tiveram início em março de 2008 e foram concluídas em junho de 2009. As atividades de reestruturação eliminaram cerca de 10.500 posições.

O resultado das operações relativo aos exercícios de 2009 e 2008 incluiu despesas de reestruturação no total de $30,5 milhões e $16,2 milhões, respectivamente, relativas a essas ações. Todas as despesas de reestruturação, exceto alguns custos de compromisso com arrendamento, resultaram em desembolsos de caixa ou resultarão em desembolsos de caixa no prazo de um ano. O resultado das operações em 2009 também incluiu ajustes de $9,2 milhões, que reduziram os custos a apropriar. Tais ajustes compreenderam a eliminação de custos a apropriar de indenizações além dos efetivos custos de indenizações incorridos em 2009, a assunção da obrigação de arrendamento de Duluth, Georgia, por terceiros durante o segundo trimestre de 2009, a eliminação de outros custos a apropriar de reestruturação além dos efetivos custos de reestruturação incorridos em muitas das ações de reestruturação em 2008, durante o segundo trimestre de 2009, e a eliminação de outros custos a apropriar de reestruturação além dos efetivos custos de reestruturação incorridos para a ação da concordata em Douglas, Georgia, no terceiro trimestre de 2009.

O quadro a seguir apresenta as atividades de reestruturação ocorridas durante os exercícios de 2008 e 2009:

	Obrigação de arrend. a apropriar	Indenizações a apropriar e retenção de funcionários	Outros custos de reestruturação a apropriar	Reservas de estoques relacionadas à reestruturação	Total
			(Em milhares)		
29 de setembro de 2007	$ —	$ —	$ —	$ —	$ —
Provisões	4.778	4.000	7.378	2.021	18.177
Pagamento/ Alienação	(312)	(1.306)	(1.727)	(806)	(4.151)
Ajustes	—	—	—	(3)	(3)
27 de setembro de 2008	4.466	2.694	5.651	1.212	14.023
Provisões	—	17.830	7.667	5.029	30.526
Pagamento/ Alienação	(622)	(12.876)	(2.753)	(4.775)	(21.026)
Ajustes	(2.202)	(4.305)	(2.454)	(212)	(9.173)
26 de setembro de 2009	$ 1.642	$ 3.343	$ 8.111	$ 1.254	$ 14.350

Os custos incorridos no segundo, terceiro e quarto trimestres de 2009 foram inicialmente classificados como itens de reorganização. Em linha com a prática anteriormente adotada pela Companhia e considerando que a administração acredita que os custos incorridos em 2008 e no primeiro trimestre de 2009 estão relacionados à interrupção das atividades produtivas nessas instalações e não diretamente relacionados à produção normal da Companhia, esses custos foram apresentados como componente do resultado operacional.

A Companhia reconheceu perdas no valor de $12,5 milhões em 2009 referente a vendas desnecessárias de ovos de frango de corte e redução na criação de frangos. Em 2008, a Companhia reconheceu perdas de $13,9 milhões referente a vendas desnecessárias de ovos de frango de corte. Tais perdas foram contabilizadas como componentes do lucro bruto (prejuízo).

A Companhia reconheceu perdas com redução no valor recuperável de ativos, totalizando $5,4 milhões, na redução dos valores contábeis de determinados itens do imobilizado localizados em unidade fechada em 2009 aos seus justos valores estimados. Esses custos foram classificados como itens da concordata. A Companhia reconheceu perdas com redução de valor recuperável, totalizando $13,1 milhões em 2008, na redução dos valores contábeis de determinados itens do

imobilizado e outros ativos localizados em ou relacionados a unidades fechadas em 2008 aos seus justos valores estimados. Em linha com nossa prática anterior e porque a administração acredita que a realização dos valores contábeis dos ativos impactados estava diretamente relacionada às atividades de produção da Companhia, as despesas foram reconhecidas como componente do lucro (prejuízo) bruto.

Continuamos a rever e avaliar várias alternativas de reestruturação e outras para modernizar nossas operações, melhorar eficiências e reduzir custos. Essas iniciativas podem incluir a venda de ativos, paralisar unidades, consolidar operações e funções, realocar ou reduzir produção e programas de demissão voluntária e involuntária de empregados. Quaisquer dessas ações podem exigir que obtenhamos aprovação prévia de nossos financiadores segundo o Contrato de Crédito DIP e do Tribunal de Falências. Além disso, essas ações sujeitarão a Companhia a custos adicionais de curto prazo, que podem incluir custos de fechamento de unidades, perdas no valor recuperável de ativos, custos de compromisso de arrendamentos, custos relacionados a retenção de empregados e indenização, entre outros custos de fechamento.

NOTA G—INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores do ativo (passivo) reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado (valores contábeis) e os valores justos estimados de instrumentos financeiros em 26 de setembro de 2009 consistiam do seguinte:

	Valor contábil	Valor justo	Referência
	(Em milhares)		
Caixa e equivalentes de caixa	$ 220.029	$ 220.029	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	316.953	316.953	Nota H
Investimentos em títulos disponíveis para venda	62.616	62.616	
Caixa e equivalentes de caixa de longo prazo vinculados [(a)]	10.072	10.072	
Contas a pagar e despesas a apropriar	(491.432)	(491.432)	Nota L
Obrigações da dívida pública	(656.996)	(717.206)	Nota M
Linhas de crédito não públicas	(1.388.098)	[(b)]	Nota M

(a) Caixa e equivalentes de caixa vinculados a longo prazo estão incluídos em Outros Ativos no Balanço Patrimonial Consolidado.

(b) A administração prevê que o valor justo das nossas linhas de crédito não-públicas irá cair abaixo do valor agregado das unidades, mas não é possível estimar com segurança a valor justo agregado nesse momento, devido ao processo de concordata com base no Capítulo 11.

Os valores contábeis do nosso caixa e equivalentes de caixa, caixa e equivalentes de caixa vinculados, contas a receber, contas a pagar e determinadas outras obrigações se aproximam de seu valor justo devido aos seus vencimentos relativamente curtos. A Companhia ajusta seus investimentos ao valor justo com base nos preços de mercado cotados em mercados ativos para investimentos idênticos, preços de mercado cotados em mercados ativos para investimentos similares com entradas reconhecidas para os investimentos ou entradas não reconhecidas, tais como modelos ou avaliações de fluxo de caixa descontado.

Informamos abaixo um resumo de nossos equivalentes de caixa e investimentos de curto e longo prazo em títulos disponíveis para venda:

	26 de setembro de 2009		27 de setembro de 2008	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
	(Em milhares)			
Equivalentes de caixa:				
Títulos de renda fixa	$ 3.414	$ 3.562	$ —	$ —
Ações de capital	11	11	12	12
Outros	35.617	35.617	36.912	36.912
Investimentos correntes:				
Títulos de renda fixa	$ 5.174	$ 5.302	$ 9.798	$ 9.835
Outros	—	—	604	604
Investimentos de longo prazo:				
Títulos de renda fixa	$ 46.843	$ 49.477	$ 44.041	$ 44.882
Ações de capital	6.595	6.769	10.986	9.775
Outros	1.300	1.068	1.300	1.197

Os vencimentos dos investimentos da Companhia em títulos de renda fixa em 26 de setembro de 2009 foram os seguintes:

	Valor justo	Porcentagem
	(Em milhares)	
Vencimento inferior a um ano	$ 8.864	15,1 %
Vencimento entre um e dois anos	12.473	21,4 %
Vencimento entre dois e cinco anos	33.808	58,0 %
Vencimento acima de cinco anos	3.196	5,5 %
	$ 58.341	100,0 %

O custo de cada título vendido e o valor reclassificado de outros lucros abrangentes acumulados para lucros é determinado com base na identificação específica.

A Companhia e alguns planos de aposentadoria por ela patrocinados investem numa variedade de instrumentos financeiros. Em resposta à contínua turbulência verificada nos mercados financeiros globais, analisamos nossas carteiras de investimentos e, no nosso melhor entendimento, nenhum dos nossos investimentos, inclusive quotas de fundos em aplicações financeiras de liquidez, *commercial papers* e obrigações municipais, foram rebaixados em sua classificação devido à referida turbulência, e nem a Companhia nem qualquer fundo de que participamos mantém valores significativos de veículos de investimentos estruturados, títulos a taxa de leilão, obrigações de dívida garantidas, derivativos de crédito, investimentos em fundos de *hedge*, fundo em quotas de investimento ou ações preferenciais perpétuas. Determinados fundos dos quais a Companhia é participante possuem uma quantidade significativa de títulos lastreados por hipoteca. Entretanto, nenhuma das hipotecas garantidoras dos referidos títulos são consideradas de segunda linha (*subprime*).

Alguns investimentos são mantidos sob custódia a fim de compensar nosso saldo passivo referente a contratos de seguro e são classificados como não circulantes considerando a data de vencimento superior ao período de um ano contado a partir da data do balanço e ainda a intenção da administração de não utilizar tais ativos nos próximos 12 meses.

Em 28 de setembro de 2008, a Companhia adotou a diretriz da ASC 815, que estabelece um modelo para mensuração a valor justo e amplia as divulgações sobre mensuração a valor justo. A referida ASC esclarece que o valor justo é o valor de saída, correspondendo ao valor que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência do passivo em uma transação regularizada entre participantes do mercado. A diretriz também exige divulgação sobre como o valor justo foi determinado para ativos e passivos, além de estabelecer uma hierarquia para agrupamento de tais ativos e passivos, com base nos níveis significativos de entradas, conforme abaixo:

Nível 1	Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2	Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos similares e entradas que sejam observáveis para o ativo ou passivo; ou
Nível 3	Entradas observáveis, tais como modelos ou avaliações de fluxo de caixa.

A determinação da classificação de ativos e passivos dentro das categorias acima é baseada no nível mais baixo de entrada que seja significativo para a mensuração do valor justo.

Em 26 de setembro de 2009, a Companhia possuía determinados itens que devem ser mensurados ao valor justo em base recorrente, dentre os quais caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo em títulos disponíveis para venda e investimentos de longo prazo em títulos disponíveis para venda. Equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo, com alta liquidez, geradores de receita, tais como fundos de mercado monetário e outros fundos com vencimento em até 90 dias, negociados em mercados ativos. Investimentos de curto prazo em títulos disponíveis para venda incluem investimentos de curto prazo, com alta liquidez, geradores de receita, tais como títulos da dívida municipal, com vencimento entre 90 dias e um ano. Investimentos de longo prazo em títulos disponíveis para venda incluem investimentos geradores de receita, tais como títulos de dívida municipal, títulos de dívida corporativa, ações do capital e quotas de fundo de investimentos, com vencimento acima de um ano.

Os itens a seguir são mensurados pelo valor justo em base recorrente em 26 de setembro de 2009:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
		(Em milhares)		
Equivalentes de caixa	$ 33.063	$ 6.127	$ —	$ 39.190
Investimentos de curto prazo em títulos disponíveis para venda	—	5.302	—	5.302
Investimentos de longo prazo em títulos disponíveis para venda	6.769	49.477	1.068	57.314
Caixa e equivalentes de caixa de longo prazo vinculados	10.072	—	—	10.072

A tabela a seguir apresenta a atividade da Companhia para ativos mensurados pelo valor justo em base recorrente utilizando entradas significativas não observáveis (Nível 3) para 2009:

	Fundo de Fundos	Títulos a preço de leilão	Total
		(Em milhares)	
Saldo em 27 de setembro de 2008	$ 1.197	$ 3.850	$ 5.047
Venda de títulos	—	(3.850)	(3.850)
Incluído em outros lucros abrangentes	(129)	—	(129)
Saldo em 26 de setembro de 2009	$ 1.068	$ —	$ 1.068

NOTA H—CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

As contas a receber de clientes e outros recebíveis, menos a provisão para devedores duvidosos, consistem de:

	26 de setembro de 2009	27 de setembro de 2008
	(Em milhares)	
Contas a receber de clientes	$ 307.523	$ 135.003
Outros recebíveis	14.245	13.854
	321.768	148.857
Provisão para devedores duvidosos	(4.815)	(4.701)
Contas a receber, líquido	$ 316.953	$ 144.156

Com relação ao contrato RPA, a Companhia vendeu, em base rotativa, certas contas a receber para uma sociedade de propósito específico ("SPE") integralmente controlada pela Companhia, que, por sua vez, vendeu uma participação para terceiros. A SPE era uma pessoa jurídica independente e seus ativos estavam disponíveis primeiramente, e sobretudo, para honrar quaisquer demandas por parte de seus credores. Os saldos em aberto das contas a receber de clientes vendidas em 27 de setembro de 2008 totalizavam $236,3 milhões. As receitas brutas da venda foram incluídas nos fluxos de caixa das atividades operacionais nas Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa. Em 3 de dezembro de 2008, o contrato RPA foi rescindido e todos os recebíveis vendidos segundo esse contrato foram recomprados com os recursos obtidos de empréstimos segundo o Contrato de Crédito DIP. O prejuízo contabilizado dos recebíveis vendidos em 2009 e 2008 não foi significativo.

NOTA I—ESTOQUES

Os estoques consistem de:

	26 de setembro de 2009	27 de setembro de 2008
	(Em milhares)	
Frango:		
Frango vivo e poedeiras	$ 287.858	$ 385.511
Ração e ovos	206.137	265.959
Produtos acabados de carne de frango	249.732	365.123
Total do estoque de frango	743.727	1.016.593
Outros produtos:		
Ração comercial, ovos de mesa, armazém de fazenda e outros	$ 16.927	$ 13.358
Estoques de distribuição (exceto produtos de frango)	3.215	6.212
Total do estoque de outros produtos	20.142	19.570
Total do estoque	$ 763.869	$ 1.036.163

Os estoques incluem uma provisão para ajuste a custo ou mercado, dos dois o menor, no valor de $26,6 milhões em 27 de setembro de 2008. Os estoques não incluem essa provisão em 26 de setembro de 2009. O prejuízo contabilizado com a aplicação da regra de avaliação a custo ou mercado em 2008 também totalizava $26,6 milhões.

NOTA J—ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos Intangíveis Identificados

Os ativos intangíveis identificados têm a seguinte composição:

	Vida útil (Anos)	Custo original	Amortização acumulada	Valor contábil
			(Em milhares)	
26 de setembro de 2009:				
Nomes comerciais	3–15	$ 39.271	$ (22.328)	$ 16.943
Relações com clientes	13	51.000	(10.789)	40.211
Acordos de não concorrência	3	300	(275)	25
Total dos ativos intangíveis		$ 90.571	$ (33.392)	$ 57.179
27 de setembro de 2008:				
Nomes comerciais		$ 39.271	$ (16.168)	$ 23.103
Relações com clientes		51.000	(6.865)	44.135
Acordos de não concorrência		300	(175)	125
Total dos ativos intangíveis identificados		$ 90.571	$ (23.208)	$ 67.363

Reconhecemos despesas de amortização no valor de $10,2 milhões, $10,2 milhões e $8,1 milhões em 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

Estimamos reconhecer despesas de amortização referentes ao ativo intangível identificado no valor de $6,8 milhões em 2010 e de $5,7 milhões em cada exercício entre 2011 e 2014.

Ágio

A Companhia avaliou o ágio na data base de 27 de setembro de 2008 devido à piora significativa no ambiente operacional durante o quarto trimestre de 2008. O teste realizado pela Companhia resultou em uma despesa não monetária antes de impostos decorrente de perda no valor recuperável no valor de $501,4 milhões ($7,40 por ação), referente à redução do valor do ágio registrado no segmento Frango. O ágio referia-se inicialmente à aquisição da Gold Kist em 2007. A despesa não é dedutível para fins fiscais uma vez que a aquisição da Gold Kist foi estruturada com uma transação acionária não sujeita a impostos. A despesa decorrente da perda no valor recuperável está incluída na rubrica Perda no valor recuperável do ágio na Demonstração Consolidada do Resultado relativo ao exercício findo em 27 de setembro de 2008.

NOTA K—IMOBILIZADO

O imobilizado líquido consiste de:

	26 de setembro de 2009	27 de setembro de 2008
	(Em milhares)	
Terrenos	$ 109.532	$ 111.567
Edifícios, máquinas e equipamentos	2.468.297	2.465.608
Automóveis e caminhões	57.556	64.272
Imobilizado em andamento	74.943	74.307
Imobilizado, bruto	2.710.328	2.715.754
Depreciação acumulada	(1.210.852)	(1.042.750)
Imobilizado, líquido	$ 1.499.476	$ 1.673.004

Ativos Vendidos

Em maio de 2009, a Companhia vendeu seu centro de processamento fechado e determinados estoques em Farmerville, Louisiana por $72.3 milhões. A Companhia reconheceu um lucro de $15,0 milhões nessa transação que está incluída nos Itens da Concordata, líquido, em sua Demonstração Consolidada de Operações. Em junho de 2009, a Companhia vendeu seu centro de distribuição fechada em Plant City, Flórida, por $2,4 milhões. A Companhia reconheceu um prejuízo nessas transações de $0,4 milhões, incluído em *Despesas de vendas, gerais e administrativas* na Demonstração Consolidada do Resultado. Em julho de 2009, a Companhia vendeu terras não cultivadas em Camp County, Texas, por $4,9 milhões. A Companhia reconheceu lucro de $3,5 milhões nessa transação, incluído em Itens da Concordata, líquido, na Demonstração Consolidada do Resultado.

Ativos Ociosos e Mantidos para a Venda

A Companhia fechou suas unidades de processamento em Douglas, Georgia; El Dorado, Arkansas; Franconia, Pensilvânia; e Dalton, Georgia, no terceiro trimestre de 2009, e as unidades de processamento em Bossier City, Louisiana, e Clinton, Arkansas, no primeiro trimestre de 2009. Embora a Companhia tenha recebido propostas para alguns desses ativos, a Administração não considerou nenhuma das propostas apresentadas aceitável e não tem certeza se alguma proposta aceitável à Companhia será recebida no futuro. A Administração também não tem certeza se o Conselho de Administração determinaria que seria no melhor interesse da massa falida desfazer-se desses ativos. Portanto, a Administração não tem certeza se poderá ou irá desfazer-se

desses ativos no prazo de um ano e, assim, não os classificou como ativos mantidos para venda. A Companhia continua procedendo à depreciação desses ativos. A Companhia reconheceu perda de valor recuperável dos ativos de $5,4 milhões no terceiro trimestre de 2009, para reduzir os valores contábeis de determinados ativos ociosos localizados na unidade de processamento fechada em Dalton, Georgia. Em 26 de setembro de 2009, o valor contábil desses ativos ociosos era de $104,0 milhões com base em um valor depreciável de $182,7 milhões e depreciação acumulada de $78,7 milhões.

Atualmente, a Companhia classifica determinados ativos relativos ao centro de distribuição fechado em El Paso, Texas, como ativos mantidos para venda. Em 26 de setembro de 2009 e 27 de setembro de 2008, a Companhia declarou ativos mantidos para venda no montante de $0.5 milhões e $17.4 milhões, respectivamente, na conta *Despesas antecipadas e outros ativos circulantes,* no Balanço Patrimonial Consolidado.

A Companhia estimou o valor justo de cada um de seus ativos mantidos para venda, ociosos e no processo de tornarem-se ociosos na data base de 26 de setembro de 2009. A maioria dos referidos ativos foi avaliada pelo seu melhor uso – como instalações operacionais de processamento de frango. Um número selecionado desses ativos foi avaliado como instalações vazias. A Administração não acredita que, atualmente, o valor contábil agregado dos ativos mantidos para venda, ociosos e no processo de tornarem-se ociosos seja significativo. Entretanto, caso o valor contábil desses ativos ultrapassar de forma consistente as ofertas de compra recebidas, se houver, o reconhecimento de despesas com perdas de valor recuperável poderá ser necessário.

Perda de valor recuperável de ativos

Além das despesas com perda de valor recuperável dos ativos ociosos descritos acima, a Companhia reconheceu despesas com perda de valor recuperável de ativos no valor total de $10,2 milhões em 2008 para reduzir o valor contábil de determinados itens do imobilizado localizados nas instalações mencionadas na Nota F—Atividades de Reestruturação aos seus valores justos estimados.

No momento, as previsões da Companhia indicam ser possível recuperar o valor contábil dos seus ativos com base nos fluxos de caixa projetados das operações. Uma das principais premissas adotadas na previsão da administração é que os volumes de venda da Companhia permitirão um retorno às margens históricas uma vez haja maior equilíbrio entre a oferta e a procura de commodities, galinhas e outras proteínas animais. Contudo, a época exata do retorno às margens históricas permanece incerta e caso haja atraso nesse retorno, lançamentos de perdas de valor recuperável dos ativos poderiam ser necessários no futuro.

Depreciação

Reconhecemos despesas de depreciação referentes a nossas operações normais no valor de $217,9 milhões, $224,4 milhões e $188,6 milhões em 2009, 2008 e 2007, respectivamente. Reconhecemos ainda encargos de depreciação charges referentes a nossas atividades descontinuadas no segmento de perus no valor de $0,7 milhões e $1,6 milhões em 2008 e 2007, respectivamente. Não incorremos despesas de depreciação em nossas atividades descontinuadas no segmento de perus em 2009.

NOTA L—DESPESAS A APROPRIAR

Despesas a apropriar consistem de:

	26 de setembro de 2009	27 de setembro de 2008
	(Em milhares)	
Salários e benefícios	$ 107.850	$ 118.803
Juros e manutenção de dívida	11.239	35.488
Autosseguro	86.081	170.787
Outros	104.089	123.745
Total	$ 309.259	$ 448.823

Para maiores informações sobre custos de reestruturação a apropriar, vide Nota F—Atividades de Reestruturação. Informações mais detalhadas sobre despesas a apropriar sujeitas a acordo, vide Nota A—Pedido de Concordata segundo o Capítulo 11.

NOTA M—TÍTULOS A PAGAR E DÍVIDA DE LONGO PRAZO

Os títulos de curto prazo a pagar e a dívida de longo prazo consistiam nos componentes a seguir:

	Vencimento	26 de setembro de 2009	27 de setembro de 2008
		(Em milhares)	
Títulos de curto prazo a pagar:			
O Contrato de Crédito DIP com títulos a pagar à alíquota de 8,00% mais a taxa preferencial do agente da linha de crédito, a taxa média dos recursos federais mais 0,5%, ou a LIBOR mais 1,00%, das três a maior.	2009	$ —	$ —
Dívida de longo prazo:			
Títulos Preferenciais sem garantia, à taxa de 7,625%	2015	$ 400.000	$ 400.000
Títulos preferenciais subordinados sem garantia, à taxa de 8,375%	2017	250.000	250.000
A Linha de Crédito do BMO anterior ao Pedido de Concordata com títulos a pagar a uma taxa que varia da LIBOR mais 1,25% à LIBOR mais 2,75% (the "Pre	2013	218.936	181.900
O Contrato de Crédito ING (definido abaixo) com títulos a pagar a uma taxa que varia da LIBOR mais 1,65% à LIBOR mais 3,125%	2011	41.062	51.613
A Linha de Crédito do CoBank anterior ao Pedido de Concordata (definido abaixo) com quatro títulos a pagar a uma taxa que varia da LIBOR mais ágio, um título a pagar à taxa de 7,34% e um título a pagar à taxa de 7,56%	2016	1.126.398	1.035.250
Outros	Diversos	8.698	23.220
Dívida de longo prazo		2.045.094	1.941.983
Vencimentos atuais das dívidas de longo prazo		—	(1.874.469)
Dívida de longo prazo sujeita a contemporizar		(2.004.032)	—
Dívida de longo prazo, menos vencimentos atuais		$ 41.062	$ 67.514

Obrigações de Dívida

Contrato de Crédito DIP. Conforme discutido anteriormente, em 1º de dezembro de 2008, as Devedoras apresentaram pedido de concordata ao Tribunal de Falências de acordo com o Código de Falências. Os pedidos de concordata segundo o Capítulo 11 constituíram um evento de inadimplemento em relação ao pagamento de algumas de nossas obrigações. Assim, houve a aceleração do vencimento de todas as obrigações previstas no referido contrato, sujeita à suspensão automática de qualquer ação para cobrar, declarar ou recuperar uma demanda contra a Companhia e à aplicação da lei de falências. Em consequência, o Balanço Patrimonial Consolidado levantado em 27 de setembro de 2008 inclui reclassificação de $1.872,1 milhões para

refletir na parcela circulante determinadas dívidas de longo prazo de empréstimos que teriam se tornado automática e imediatamente devidas e a pagar. Devido ao pedido de concordata, a maior parte dos exigívies a longo prazo da Companhia está incluída em Passivo sujeito a transação. A Companhia classifica o passivo sujeito a transação anterior ao pedido de concordata como exigível a longo prazo porque a administração não acredita que a Companhia utilizará os ativos existentes nem criará passivo adicionais atuais para financiar essas obrigações.

Em 2 de dezembro de 2008, o Tribunal de Falências concedeu aprovação interina autorizando a Companhia e as Controladas a celebrar o Contrato de Crédito DIP Inicial com o Agente DIP e as partes credoras. Em 2 de dezembro de 2008, a Companhia, as Controladas nos EUA e outras partes contratantes celebraram o Contrato de Crédito DIP, sujeito à aprovação final do Tribunal de Falências. Em 30 de dezembro de 2008, o Tribunal de Falências concedeu a aprovação final que autoriza a Companhia e as Controladas a celebrar o Contrato de Crédito DIP.

Atualmente, o Contrato de Crédito DIP prevê um compromisso total de até $350 milhões, que permite empréstimos rotativos. O compromisso inclui um sublimite de $25 milhões para empréstimos de consolidação de dívida e um sublimite de $20 milhões para cartas de crédito. Empréstimos em aberto segundo o Contrato de Crédito DIP estão sujeitos a juros de 8,0% ao ano mais (i) a taxa preferencial de juros periodicamente estabelecida pelo agente DIP, (ii) a taxa média federal para fundos mais 0,5%, ou (iii) a taxa LIBOR mais 1,0%, das três a maior, para pagamento mensal. A média ponderada da taxa de juros de 2009 foi 11,25%. Os empréstimos sob o Contrato de Crédito DIP Inicial foram utilizados para a recompra de todos os recebíveis vendidos segundo o RPA da Companhia. Os empréstimos segundo o Contrato de Crédito DIP podem ser utilizados para financiar as exigências de capital de giro da Companhia e controladas, de acordo com o orçamento aprovado pelos credores necessários segundo o Contrato de Crédito DIP. Para informações adicionais sobre o RPA, vide Nota H—Contas a Receber e Outros Recebíveis.

Os empréstimos obtidos pela Companhia segundo o Contrato de Crédito DIP estão sujeitos a uma base de empréstimo, que corresponde a uma fórmula baseada em determinados estoques e recebíveis elegíveis. A fórmula base do empréstimo é reduzida pelas (i) obrigações anteriores ao pedido de concordata, segundo o contrato da Linha de Crédito do BMO anterior ao Pedido de Concordata (ii) despesas administrativas e profissionais incorridas com relação aos processos de concordata, e (iii) o valor devido pela Companhia e as Controladas a qualquer pessoa, devido ao preço de compra de produtos agrícolas ou serviços (inclusive aves e animais de criação), se a referida pessoa for beneficiária de penhor a que o criador ou produtor estiver sujeito ou outro contrato de garantia. A base do empréstimo está limitada a 2,22 vezes o valor resultante da fórmula correspondente ao valor total dos recebíveis elegíveis. O Contrato de Crédito DIP prevê que a Companhia não pode incorrer gastos de capital que excedam $150 milhões. A Companhia deve ainda atingir os níveis mínimos de LAJIDAR. De acordo com o Contrato de Crédito DIP, "LAJIDAR" significa, de maneira geral, lucro antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e reestruturação (baixa parcial de ágio e outros intangíveis, custos de redução no valor recuperável de ativos, certos custos de reestruturação e encerramento e outros custos, taxas, prejuízos ou lucros especificados). O Contrato de Crédito DIP também prevê algumas outras avenças, diversas declarações e garantias, e hipóteses de inadimplência que são típicas de operações dessa natureza. Em 26 de setembro de 2009, a base de empréstimos aplicável e o valor disponível para empréstimos sob o Contrato de Crédito DIP eram ambos de $329,2 milhões, uma vez que não havia empréstimos em aberto com relação ao Contrato de Crédito.

O valor de principal dos empréstimos em circulação sob o Contrato de Crédito DIP, junto com os juros acumulados e não pagos sobre ele, deve ser pago integralmente no vencimento em 1º de dezembro de 2009, sujeito a prorrogação por um período adicional de seis meses, com a aprovação de todas as mutuantes contratantes. A Companhia solicitou dois meses de prorrogação. Todas as obrigações sob o Contrato de Crédito DIP são incondicionalmente garantidas pelas Controladas e caucionadas por uma hipoteca de primeiro grau sobre praticamente a totalidade dos ativos da Companhia e das Controladas, nos termos de instrumentos de penhor específicos permitidos no Contrato de Crédito DIP. De acordo com o Contrato de Crédito DIP e a lei de

falências aplicável, a Companhia pode não pagar os dividendos sobre as ações ordinárias enquanto estiver em concordata.

Linha de Crédito do CoBank anterior ao Pedido de Concordata. a Companhia firmou um contrato de crédito rotativo/a prazo aditado e consolidado com data de vencimento em 21 de setembro de 2016 (a "Linha de Crédito do CoBank anterior ao Pedido de Concordata"). Essa linha de crédito previa um compromisso total de $1,172 bilhão, compreendendo (i) um compromisso de empréstimo rotativo/a prazo no valor de $550 milhões e (ii) $622,4 milhões em vários empréstimos a prazo. Em 26 de setembro de 2009, a Companhia tinha $506,7 milhões em aberto no crédito rotativo e $619,7 milhões em aberto nos vários empréstimos a prazo. Atualmente, a linha de crédito está garantida por determinados ativos imobilizados. Os empréstimos a prazo com taxas fixas estão sujeitos a juros entre 7,34% e 7,56%. Os empréstimos convertidos voluntariamente estão sujeitos a juros que correspondem à taxa LIBOR mais 1,0%-2,0%, dependendo do índice dívida total sobre capitalização da Companhia. Os empréstimos a prazo com taxas variáveis estão sujeitos a juros que correspondem à taxa LIBOR 1,50%-1,75% com base na relação dívida líquida/LAJIDA da Companhia, conforme definido em contrato. Os empréstimos rotativos/a prazo prevêem taxas de juros que variam entre LIBOR mais 1,0%-2,0%, dependendo do índice dívida total sobre capitalização da Companhia. As taxas de compromisso cobradas sobre o saldo não utilizado deste empréstimo variam entre 0,20% e 0,40%, dependendo do índice dívida total sobre capitalização da Companhia. Com relação a aditivos temporários a certas cláusulas financeiras desse contrato em 30 de abril de 2008, houve aumento temporário nas taxas de juros até 26 de setembro de 2009, da seguinte forma: (i) empréstimos convertidos voluntariamente: LIBOR mais 1,5%-3,0%; (ii) empréstimos a prazo com taxas variáveis: LIBOR mais 2,00%-2,75%; e (iii) empréstimos rotativos/a prazo: LIBOR mais 1,5%-3,0%. Com relação a esses aditivos, as taxas de compromisso tiveram aumento temporário pelo mesmo período, ficando entre 0,275%-0,525%. Com a formalização Com a formalização do pedido de concordata da Companhia, após 1º de dezembro de 2008, os juros serão calculados pela taxa padrão, que é de dois por cento acima da taxa de juros que, de outra forma, seria aplicável em razão do contrato de crédito. Metade das obrigações assumidas em razão da Linha de Crédito do CoBank anterior ao Pedido de Concordata é garantida pela Pilgrim Interests, Ltd., entidade relacionada ao Presidente Sênior, Lonnie "Bo" Pilgrim. Os pedidos de concordata também representaram um evento de inadimplemento em relação ao referido contrato de crédito. Com esse evento de inadimplemento, houve a aceleração do vencimento de todas as obrigações previstas no referido contrato, sujeita à suspensão automática de qualquer ação para cobrar, declarar ou recuperar uma demanda contra a Companhia e à aplicação da lei de falências.

Linha de Crédito da BMO anterior ao Pedido de Concordata. Em fevereiro de 2007, a Companhia firmou o contrato da Linha de Crédito do BMO anterior ao Pedido de Concordata, com comprometimento de crédito de até $300 milhões e vencimento final em 18 de fevereiro de 2013. Esse crédito rotativo prevê taxas de juros que correspondem à taxa LIBOR mais 0,75-1,75%, dependendo do índice dívida total sobre capitalização da Companhia. As obrigações segundo o referido contrato são garantidas pelos estoques domésticos de galinhas e recebíveis que não foram vendidos segundo o contrato RPA. As taxas de compromisso cobradas sobre o saldo não utilizado deste empréstimo variam entre 0,175% e 0,35%, dependendo do índice dívida total sobre capitalização da Companhia. Com relação a aditivos temporários a certas cláusulas financeiras desse contrato em 30 de abril de 2008, houve aumento temporário nas taxas de juros até 26 de setembro de 2009, correspondendo à taxa LIBOR mais 1,25%-2,75%. Com relação a esses aditivos, as taxas de compromisso tiveram aumento temporário pelo mesmo período, ficando entre 0,25%-0,50%. Com a formalização do pedido de concordata da Companhia, após 1º de dezembro de 2008, os juros serão calculados pela taxa padrão, que é de dois por cento acima da taxa de juros que, de outra forma, seria aplicável em razão do contrato de crédito. Metade das obrigações assumidas segundo o contrato de Linha de Crédito do BMO anterior ao Pedido de Concordata é garantida pela Pilgrim Interests, Ltd., entidade relacionada ao nosso Presidente Sênior, Lonnie "Bo" Pilgrim. Os pedidos de concordata também representaram um evento de inadimplemento em relação ao referido contrato de crédito. Com esse evento de inadimplemento, houve a aceleração do vencimento de todas as obrigações previstas no referido contrato, sujeita à suspensão

automática de qualquer ação para cobrar, declarar ou recuperar uma demanda contra a Companhia e à aplicação da lei de falências.

Linha de Crédito Rotativo Mexicana. Em 25 de setembro de 2006, uma controlada da Companhia, Avícola Pilgrim's Pride de México, S. de R.L. de C.V. (a "Mutuária Mexicana"), firmou contrato de crédito rotativo de (o "Contrato de Crédito ING") com a ING Capital, LLC, como agente (o "Agente do México") e os credores signatários do respectivo instrumento (os "Credores do México"). O Contrato de Crédito ING tem seu vencimento final para 25 de setembro de 2011 e compromisso rotativo no valor de 558 milhões de pesos mexicanos, o que equivale a 41,1 milhões de dólares americanos em 26 de setembro de 2009. Os saldos em aberto estão sujeitos a juros que variam entre a Taxa Preferencial de Juros ou a Taxa Efetiva de Juros para Fundos Federais mais 0,5%; ou a taxa LIBOR mais 1,65%-3,125%; ou a taxa TIIE mais 1,05%-2,55%, das três a maior, dependendo da classificação do empréstimo. As obrigações em razão deste contrato são garantidas por alienação fiduciária e penhor sobre todo o capital societário e demais participações societárias das controladas mexicanas da Companhia (que não a Mutuária). Todas as obrigações da Mutuária são incondicionalmente garantidas pela Companhia. Em 26 de setembro de 2009, estava em aberto o saldo de $41,1 milhões e não havia outros recursos disponíveis para empréstimo de acordo com este contrato. Os empréstimos estão sujeitos a cláusulas do tipo "nenhum efeito negativo significativo".

Em 30 de novembro de 2008, a Companhia e algumas controladas mexicanas não devedoras da Companhia (as "Controladas do México") firmaram um Acordo de Renúncia e Segundo Aditamento ao Contrato de Crédito (o "Acordo de Renúncia") com o Agente do México e os Credores do México. Segundo o Acordo de Renúncia, o Agente do México e os Credores do México renunciaram ao exercício de direitos referentes a qualquer inadimplemento ou evento de inadimplemento segundo o Contrato de Crédito ING resultante do pedido de concordata formalizado pela Companhia junto ao Tribunal de Falências. Segundo o Acordo de Renúncia, os saldos em aberto previstos no Contrato e Crédito ING agora estão sujeitos a juros anuais equivalentes a: Taxa LIBOR, a Taxa Base de Juros, ou a Taxa TIIE, conforme o caso, mais a Margem Aplicável (como definido no Contrato de Crédito ING). Embora a Companhia esteja conduzindo suas operações de acordo com os termos de seu pedido de concordata para recuperação judicial, o Acordo de Renúncia prevê uma Margem Aplicável para empréstimos à taxa LIBOR, para empréstimos à Taxa Base de Juros e para empréstimos à taxa TIIE de 6,0%, 4,0% e 5,8%, respectivamente. O Acordo de Renúncia também alterou o Contrato de Crédito ING de modo a exigir que a Mutuária Mexicana efetue um pagamento antecipado obrigatório dos empréstimos rotativos, num valor total equivalente a 100% da receita líquida de caixa recebida por qualquer Controlada do México, conforme aplicável, que exceda os parâmetros especificados no Contrato de Crédito ING gerada (i) pela venda de certos ativos pelas Controladas do México; (ii) pela ocorrência de qualquer indenização por danos materiais ou de outra natureza, ou qualquer expropriação pelo poder público ou qualquer processo de desapropriação ou outros semelhantes relativamente a qualquer propriedade ou bem de qualquer Controlada do México; ou (iii) pelo incurso de certas dívidas por uma Controlada do México. Quaisquer pagamentos antecipados obrigatórios reduzirão permanentemente o valor do compromisso em razão do Contrato de Crédito ING. No tocante ao Acordo de Renúncia, as Controladas do México deram em garantia praticamente todos os seus recebíveis, estoques e equipamentos e certos ativos imobilizados.

Títulos Preferenciais e Subordinados. Em 24 de janeiro de 2007, a Companhia fechou a venda no valor de $400 milhões de Títulos Preferenciais a 7,625% com vencimento em 2015 e $250 milhões de Títulos Preferenciais Subordinados a 8,375% com vencimento em 2017, vendidos pelo valor nominal. O pagamento dos juros vence em 1º de maio e 1º de novembro de cada ano, a partir de 1º de novembro de 2007. Antes do pedido de concordata do Capítulo 11, os títulos estavam sujeitos a certas condições que envolviam resgate antecipado. Os resultados da venda dos títulos, após os descontos de subscrição, foram usados para (i) pagamento dos empréstimos em aberto assumidos em razão do nosso contrato para Empréstimo-Ponte, (ii) recompra no valor de $77,5 milhões dos nossos Títulos Preferenciais Subordinados a 9.250%, com vencimento em 2013, com um prêmio de $7,4 milhões mais juros de $1,3 milhões e (iii) redução dos empréstimos rotativos em

aberto no que diz respeito à Linha de Crédito do CoBank anterior ao pedido de concordata. Em janeiro de 2007, a Companhia havia feito um empréstimo no valor de (i) $780 milhões com a Linha de Crédito do CoBank antes do pedido de concordata e (ii) $450 milhões na forma de contrato de empréstimo ponte para financiar a aquisição da Gold Kist. Perda na quitação antecipada da dívida reconhecida em 2007 inclui o prêmio no valor de $7,4 milhões e custos de empréstimos não amortizados no valor de $7,1 milhões referente ao pagamento dos Títulos Preferenciais Subordinados a 9,25% com vencimento em 2013.

Em setembro de 2007, a Companhia resgatou todos os seus Títulos Preferenciais a 9,625%, com vencimento em 2011, ao custo total de $307,5 milhões. Para custear uma parcela do preço total do resgate, a Companhia vendeu $300 milhões de recebíveis segundo o contrato RPA. Perda na quitação antecipada da dívida reconhecida em 2007 inclui o prêmio no valor de $9,5 milhões e custos de empréstimos não amortizados no valor de $2,5 milhões referente ao pagamento desses títulos.

No decorrer de 2009, a Companhia fez um empréstimo no valor de $616,7 milhões e pagou $525,6 milhões no que diz respeito à Linha de Crédito do CoBank antes do pedido de concordata; fez um empréstimo no valor de $216,8 milhões e pagou $179,7 milhões da Linha de Crédito do BMO antes do pedido de concordata; fez um empréstimo, já quitado, no valor de $430,8 milhões do Contrato de Crédito DIP e fez o pagamento de $14,4 milhões de outras linhas de crédito.

Em setembro de 2008, a Companhia notificou os credores que esperava incorrer em prejuízo significativo no quarto trimestre de 2008, firmando com eles acordos para a renúncia temporária com relação à cláusula sobre índice de cobertura de despesas fixas prevista nos respectivos empréstimos. Os credores concordaram em manter a liquidez exigida nos respectivos empréstimos no decorrer do período de trinta dias findo em 28 de outubro de 2008. Em 27 de outubro de 2008, a Companhia firmou novos acordos com os credores para renúncia temporária das cláusulas referentes ao índice de cobertura de despesas fixas e ao índice de alavancagem previstas nos respectivos empréstimos. Os credores concordaram em manter a liquidez exigida nos empréstimos no decorrer do período de trinta dias findo em 26 de novembro de 2008. Na mesma data, a Companhia firmou outros acordos com seus credores para prorrogação das renúncias temporárias até 1º de dezembro de 2008.

A solicitação de concordata constituiu um evento de inadimplemento dos Empréstimos realizados antes dessa solicitação junto ao BMO e ao CoBank (coletivamente, a “Dívida com Garantia”) bem como o dos 7,625% dos títulos preferenciais com vencimento em 2015, dos 8,375% dos títulos preferenciais subordinados com vencimento em 2017 e dos 9,25 títulos preferenciais subordinados com vencimento em 2013 (coletivamente, “Dívida sem Garantia”). Em 26 de setembro de 2009, o total do montante principal devido dessas linhas de crédito e títulos era de aproximadamente $2.002,3 milhões. Com esse evento de inadimplemento, houve a aceleração do vencimento de todas as obrigações previstas no referido contrato, sujeita à suspensão automática de qualquer ação para cobrar, declarar ou recuperar uma demanda contra a Companhia e à aplicação da lei de falências. Como resultado Com a formalização do pedido de concordata da Companhia, após 1º de dezembro de 2008, a Companhia calculará os juros incorridos sobre as Dívidas com Garantia pela taxa padrão, que é de dois por cento acima da taxa de juros que, de outra forma, seria aplicável em razão do contrato de crédito correspondente. No caso de inadimplemento, os contratos relacionados à Dívida sem Garantia estipulem a incidência de juros, a partir de 1º de dezembro de 2008, a uma taxa de inadimplência dois por cento acima da taxa de juros de outro modo aplicável sob os respectivos contratos de títulos. A Companhia não acredita ter incorrido inadimplência sob os termos dos contratos da Dívida sem Garantia e, dessa forma, optou por acumular os juros incididos sobre a Dívida sem Garantia, para fins contábeis, à taxa de juros de outro modo aplicável sob os respectivos contratos de títulos até o a época em que, o Tribunal de Falências exigir o pagamento de juros de inadimplemento incorrido sobre as Dívidas sem Garantia. Se a Companhia houvesse acumulado os juros incididos sobre a Dívida sem Garantia à taxa de inadimplência, teria reconhecido uma despesa adicional no total de $10,9 milhões em 2009.

Nossos contratos de empréstimos geralmente nos obrigam a reembolsar o respectivo mutuante por custos adicionais mais altos decorrentes de mudança na lei que imponha (i) qualquer exigência de reserva ou depósito especial sobre ativos desse mutante, depósitos com tal mutuante ou crédito por ele prorrogado atinentes ao empréstimo, (ii) qualquer imposto, tributo ou outro encargo com respeito ao empréstimo (exceto imposto de renda padrão) ou (iii) requisitos de adequação de capital. Além disso, alguns dos nossos empréstimos apresentam uma cláusula sobre imposto retido na fonte segundo a qual somos obrigados a pagar valores adicionais ao mutuante ou outra parte credora aplicável, geralmente se os impostos retidos na fonte incidem sobre o mutuante ou outra parte credora aplicável em decorrência de mudança na legislação fiscal aplicável. Essas cláusulas sobre custos adicionais mais altos e imposto retido na fonte vigoram por todo o prazo da transação aplicável, não havendo qualquer limitação sobre os valores adicionais máximos que poderíamos ser obrigados a pagar de acordo com essas cláusulas.

Obrigações de Receita Industrial

Em junho de 1999, a Camp County Industrial Development Corporation emitiu $ 25 milhões em obrigações de receita com taxas variáveis, para financiamento da construção de instalações ambientais, garantidas por cartas de crédito obtidas por nós de acordo com nosso empréstimo rotativo com garantia, com vencimento em 2013. Antes de nosso pedido de concordata, os recursos estavam disponíveis para a Companhia utilizar durante o período da obra, para a construção de novas instalações de esgoto e remoção de resíduos sólidos em uma planta de subprodutos aviários em Camp County, no Texas. O lucro original da emissão das obrigações foi retido pelo administrador das obrigações até recorrermos ao valor para a construção das instalações. Não havíamos recorridos ao valor nem dado início à obra antes da solicitação de concordata. A solicitação de concordata constituiu evento de inadimplemento de acordo com essas obrigações. Em decorrência do evento de inadimplemento, o administrador tinha o direito de acelerar todas as obrigações relativas àqueles títulos, de modo que esses se tornaram imediatamente devidos e pagáveis, além de sujeitos a uma suspensão automática de qualquer medida no sentido de cobrar, assegurar ou reaver uma demanda contra a Companhia e à aplicação da lei de falências aplicável. Em dezembro de 2008, os detentores das obrigações as ofereceram em leilão (*remarketing*), sem sucesso. Consequentemente, o administrador, em nome dos titulares, recorreu às cartas de crédito que garantiam as obrigações. A obrigação de restituição resultante foi convertida em empréstimos de acordo com crédito rotativo com garantia, com vencimento em 2013 e garantida por nossos estoques domésticos de frango. Em 29 de janeiro de 2009, obtivemos a aprovação do Tribunal de Falências para utilização dos resultados originais da oferta de títulos detidos pelo administrador para liquidar e cancelar as obrigações de receita. Em março de 2009, recebemos do administrador os resultados da oferta de títulos e imediatamente liquidamos e cancelamos as obrigações de receita.

Outras Divulgações

A maior parte de nossos estoques e ativos fixos domésticos está penhorada como garantia de nossos recursos de crédito e dívida de longo prazo.

Assumindo-se que não há valores antecipados, os vencimentos anuais das dívidas de longo prazo para os cinco anos subsequentes a 26 de setembro de 2009 são: 2010—$2,4 milhões; 2011—$43,5 milhões; 2012—$2,2 milhões; 2013—$228,2 milhões; 2014—$2,3 milhões; e, a partir de então—$1.766,5 milhões.

A despesa total com juros foi de $161,9 milhões, $134,2 milhões e $123,2 milhões em 2009, 2008 e 2007, respectivamente. Os juros relacionados à nova obra capitalizados em 2009, 2008 e 2007 foram de $2,6 milhões, $5,3 milhões e $5,7 milhões, respectivamente.

O valor justo de nossas obrigações de dívida pública em 26 de setembro de 2009, com base no preço de mercado das emissões, foi de aproximadamente $717,2 milhões. Nossa dívida pública atualmente é negociada a valores mais altos. Em 20 de novembro de 2009, as negociações mais

recentes dos nossos títulos preferenciais a 7,625% sem garantia real, com vencimento em 2015, e nossos títulos subordinados a 8,375% sem garantia real, com vencimento em 2018, foram celebradas aos preço médio de $111,67 para valor nominal unitário de $100,00 e $111,08 para valor nominal unitário de $100,00, respectivamente. A administração espera a redução no valor justo total de nossas linhas de crédito que não sejam do setor público em relação ao valor nominal total dessas linhas de crédito, mas, neste momento, não é possível fazer uma estimativa confiável do valor justo total devido ao nosso pedido de concordata do Capítulo 11.

NOTA N—IMPOSTOS SOBRE RENDA

O lucro (prejuízo) das operações normais antes dos impostos sobre a renda por jurisdição seguem abaixo:

	2009	2008	2007
		(Em milhares)	
EUA	$ (200.737)	$ (1.165.208)	$ 87.235
Outros países	26.970	(21.885)	11.600
Total	$ (173.767)	$ (1.187.093)	$ 98.835

Os componentes das despesas (benefícios) do imposto sobre a renda estão discriminados a seguir:

	2009	2008	2007
		(Em milhares)	
Circulante:			
Federais	$ (320)	$ 925	$ (35.434)
Estrangeiros	2.829	(1.649)	1.573
Estatuais e outros	(2.617)	1.747	(2.704)
Total do circulante	(108)	1.023	(36.565)
Diferidos:			
Federais	(21.025)	(212.151)	73.285
Estrangeiros	1.199	35.277	(1.637)
Estatuais e outros	(1.652)	(19.070)	12.236
Total do diferido	(21.478)	(195.944)	83.884
	$ (21.586)	$ (194.921)	$ 47.319

A taxa efetiva de impostos para as operações normais em 2009 foi de 12,4% em comparação aos 16,4% de 2008. A diferença entre a taxa efetiva de impostos em 2009 e 2008 se dá principalmente devido à redução nas reservas para benefícios tributários não reconhecidos compensados por um aumento da provisão para desvalorização e o efeito tributário de itens permanentes.

O quadro a seguir concilia a alíquota federal básica dos EUA com a alíquota de imposto de renda efetiva da Companhia:

	2009	2008	2007
Alíquota de imposto de renda federal	35,0 %	35,0 %	35,0 %
Alíquota de imposto estadual, líquido	2,0	2,2	2,6
Itens permanentes	(0,9)	(0,8)	2,7
Itens permanentes – custos de concordata	(8,5)	—	—
Diferença entre a alíquota básica de impostos dos EUA e a alíquota efetiva de países estrangeiros	2,2	(0,2)	(0,7)
Redução no valor recuperável do ágio	—	(14,8)	—
Créditos tributários	2,5	0,5	(7,4)
Diferenças relacionadas à moeda	—	—	3,5
Movimentação na provisão para benefícios tributários não reconhecidos	14,6	(0,2)	6,3
Mudança da provisão para desvalorização	(33,0)	(6,0)	—
Mudança da alíquota tributária	—	—	3,0
Outros	(1,5)	0,7	2,9
Total	12,4 %	16,4 %	47,9 %

Os impostos sobre renda diferidos refletem os efeitos líquidos das diferenças temporárias entre o os valores registrados do ativo e do passivo para fins de divulgação financeira e os valores utilizados para fins de imposto de renda. Componentes significativos do imposto diferido passivo e ativo da Companhia seguem abaixo:

	2009	2008
	(Em milhares)	
Impostos diferidos passivos:		
Imobilizado	$ 153.341	$ 207.706
Estoques	81.012	84.261
Uso anterior do regime de caixa	13.549	15.243
Itens relacionados à aquisição	12.967	13.832
Impostos estrangeiros diferidos	40.808	30.361
Intangíveis identificados	21.585	23.346
Outros	—	6.722
Total de impostos diferidos passivos	323.262	381.471
Impostos diferidos ativos:		
Prejuízos operacionais líquidos	296.677	212.421
Prejuízos operacionais líquidos – outros países	48.901	50.824
Créditos acumulados	23.657	20.322
Despesas dedutíveis em exercícios diferentes	85.380	142.619
Outros	11.255	—
Subtotal	465.870	426.186
Provisão para desvalorização	(164.821)	(71.158)
Total dos impostos diferidos ativos	301.049	355.028
Impostos diferidos passivos, líquido	$ 22.213	$ 26.443

A Companhia mantém provisão para desvalorização quando a não realização da totalidade ou parte do imposto diferido ativo for provável. As mudanças nas provisões para desvalorização de período a período estão incluídas na provisão fiscal do período de mudança. Avaliamos a possibilidade de recuperação de nossos impostos sobre renda ativos, analisando a necessidade de uma provisão para desvalorização trimestralmente. Caso constatemos que nossos impostos sobre renda ativos provavelmente serão recuperados, a provisão para desvalorização será reduzida. Devido ao contínuo histórico de perdas, a Companhia não acredita contar com evidências positivas o suficiente para concluir sobre a probabilidade de realização de seus impostos diferidos ativos, líquidos, em 26 de setembro de 2009 nos EUA e no México.

Em 26 de setembro de 2009, a Companhia apresentava prejuízos operacionais líquidos acumulados referentes a tributos federais dos EUA no valor de $796,6 milhões que começarão a expirar em 2026 e prejuízos operacionais líquidos acumulados referentes a tributos estaduais no valor de $569,3 milhões que começarão a expirar em 2010. A Companhia ainda apresentava prejuízos operacionais líquidos acumulados referentes a tributos mexicanos em 26 de setembro de 2009 no valor aproximado de $174,6 milhões que começarão a expirar em 2011.

Em 26 de setembro de 2009, a Companhia tinha $14,2 milhões em créditos tributários federais acumulados que começarão a expirar em 2027 e $9,5 milhões de créditos tributários estaduais acumulados que começarão a expirar em 2009.

Em 6 de novembro de 2009, o Presidente assinou o H.R. 3548, que incluiu uma provisão permitirá à maior parte dos contribuintes escolher um período de valor superior para compensação retroativa para prejuízos operacionais incorridos em 2008 ou 2009. Os efeitos das mudanças na lei tributária são levadas em consideração durante o período intermediário em que a lei é promulgada. A Companhia estima que seus prejuízos operacionais líquidos cumulativos com relação a 2008 e 2009 sejam de aproximadamente $686,5 milhões. Desse montante, a Companhia estima que até o valor aproximado de $528,2 milhões seja utilizado de acordo com os dispositivos do período expandido de compensação retroativa do H.R. 3548 para os exercícios em que a compensação retroativa for aplicável. Dessa forma, a Companhia registrou um processo na Receita Federal dos

EUA (IRS) para o reembolso de aproximadamente $162,0 milhões, segundo os dispositivos do H.R. 3548. Não é possível garantir que o valor solicitado pela Companhia será permitido em sua totalidade. Não é possível garantir a data na qual a IRS processará e pagará a solicitação de reembolso permitida.

Como resultado da promulgação do H.R. 3548 em 6 de novembro de 2009, existe uma possibilidade razoável de que ocorra uma redução material na provisão para desvalorização dos EUA dentro do período de um ano. Tal redução aproximará os efeitos tributários do valor do prejuízo operacional líquido acumulado cuja realização é esperada pela Companhia. Além disso, créditos tributários federais de aproximadamente $8,6 milhões serão acumulados, começando a expirar em 2025.

A Companhia não especificou quaisquer impostos sobre renda diferidos sobre os ganhos não distribuídos dês suas controladas mexicanas, com base na determinação de que tais ganhos serão reinvestidos de foram indefinida. Em 26 de setembro de 2009, os ganhos não distribuídos dessas controladas eram de aproximadamente $60,9 milhões. Caso não se considere que esses ganhos sejam reinvestidos de forma indefinida, a Companhia estima que estaria sujeita a aproximadamente $21,3 milhões em impostos federais dos EUA sobre renda antes de considerar a disponibilidade de quaisquer créditos tributários nos EUA provenientes do exterior.

Em 31 de outubro de 2009, o Congresso Mexicano aprovou a reforma tributária submetida pelo Poder Executivo. A nova lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010. Os efeitos das mudanças na legislação tributária são consideradas durante o período intermediário da promulgação da lei. Segundo os dispositivos da nova lei, a alíquota dos impostos de pessoa jurídica passará de 28% a 30% a partir do exercício calendário de 2010. A alíquota passará de 30% a 29% no exercício calendário de 2013 e a 28% no exercício calendário de 2014. Prevê-se que o impacto do aumento da alíquota dos impostos do exercício fiscal findo em 2010 não será material. A partir do exercício calendário de 2010, a reforma tributária também tratará a maior parte dos benefícios da declaração de impostos consolidados como benefícios temporários sobre os quais os impostos diferidos devem ser pagos quando decorrido um período de cinco anos. Para impostos diferidos gerados no exercício calendário de 2006, o tributo deve ser pago como segue: 25% em cada um dos exercícios calendários 2012 e 2013, 20% no exercício calendário de 2014 e 15% em cada um dos exercícios calendários 2015 e 2016. Além disso, segundo o novo projeto de lei, há regras de recuperação, que se aplicam a diferentes prejuízos de empresas (posteriores ao exercício calendário de 1998) utilizadas na consolidação, pelas quais os prejuízos devem ser recuperados em até cinco anos e não em dez no caso de a empresa individual não geral receita para compensar os prejuízos. Neste momento, não é possível estimar o impacto tributário. Contudo, a Companhia não espera que os valores de impostos a pagar segundo a nova lei sejam materialmente diferentes dos valores de impostos diferidos passivos atualmente registrados em 26 de setembro de 2009.

Em outubro de 2007, os órgãos legislativos mexicanos promulgaram *La Ley del Impuesto Companhiarial a Tasa Unica* (“IETU”), um novo imposto mínimo de pessoa jurídica avaliado sobre as empresas que realizam negócios no México a partir de 1º de janeiro de 2008. Embora a Companhia tenha determinado que não antecipará o pagamento de qualquer imposto significativo segundo a IETU, a nova lei não afetou as estratégias do planejamento tributário da Companhia de total realização de seus impostos diferidos ativos de acordo com o imposto de renda mexicano regular. A Companhia avaliou o impacto da IETU sobre as operações no México e, por causa do tratamento dos prejuízos operacionais líquidos segundo a nova lei, estabeleceu uma provisão para desvalorização para prejuízos operacionais líquidos que acredita não cumprirem os critérios de realização me maior probabilidade segundo a ASC 740. Essa provisão para desvalorização resultou em uma cobrança de $24,5 milhões em despesas tributárias no exercício fiscal de 2008.

Em 30 de setembro de 2007, a Companhia adotou a diretriz da ASC 740-10-25 que esclarece a contabilização dos impostos sobre renda, prescrevendo um parâmetro mínimo para reconhecimento a ser cumprido por um benefício fiscal antes de seu reconhecimento nas

demonstrações financeiras. A ASC 740-10-25 também oferece uma orientação sobre a baixa, mensuração, classificação, juros e multas, contabilização em períodos intermediários, divulgação e transição. Como resultado da implantação da diretriz da ASC 740-10-25, a Companhia apresentou aumento dos impostos diferidos ativos em $22,9 milhões e ágio em $0,5 milhões. Em 26 de setembro de 2009, os benefícios fiscais estão relacionados a diversas jurisdições dos EUA.

A conciliação dos valore iniciais e finais dos benefícios fiscais não reconhecidos são conforme segue:

	2009	2008
	(Em milhares)	
Benefícios fiscais não reconhecidos, início do exercício	$ 65.322	$ 58.557
Aumento como resultado das posições fiscais assumidas durante o exercício corrente	926	3.716
Aumento como resultado das posições fiscais assumidas durante exercícios anteriores	3.495	4.120
Redução como resultado das posições fiscais assumidas durante exercícios anteriores	(2.348)	—
Redução relacionada a liquidações com as autoridades fiscais	(44.737)	(1.071)
Benefícios fiscais não reconhecidos, fim do exercício	$ 22.658	$ 65.322

O aumento dos benefícios fiscais não reconhecidos como resultado das posições fiscais assumidas durante o exercício corrente e os anteriores está relacionado às posições dos impostos estatuais ou federais sobre renda que deixaram de cumprir o parâmetro provável de reconhecimento segundo a ASC 740. A redução dos benefícios fiscais não reconhecidos relacionados à liquidação junto às autoridades fiscais representa os valores pelos os quais a Receita Federal dos EUA e o Conselho de Recursos Fiscais concordaram efetivamente em concluir a fase de verificação e recursos para os exercícios fiscais findos de 26 de setembro de 2003 a 30 de setembro de 2006, representando a nova mensuração e a liquidação efetiva das posições fiscais relacionadas às diferenças temporárias.

Incluído nos benefícios fiscais não reconhecidos de $22,7 milhões em 26 de setembro de 2009, encontrava-se o valor de $10,3 milhões de benefícios fiscais que, se reconhecidos, reduziriam a alíquota efetiva de impostos da Companhia.

A Companhia reconhece juros e multas relacionados aos benefícios fiscais não reconhecidos em suas provisões para impostos sobre rendas. Em 26 de setembro de 2009, a Companhia registrou passivo no valor de $8,9 milhões para juros e multas. Esse valor inclui aumento de $1,5 milhão reconhecido para 2009 e redução relacionada às liquidações com as autoridades fiscais no valor de $7,6 milhões.

A possibilidade de ocorrer uma redução em nosso passivo para benefícios fiscais não reconhecidos dentro dos próximos 12 meses é razoável, devido à possibilidade de a Companhia sair da concordata. Não é possível realizar uma estimativa razoavelmente possível da faixa neste momento.

A Receita Federal dos EUA concluiu a fase de verificação e recursos para os exercícios fiscais findos de 26 de setembro de 2003 a 30 de setembro de 2006. A Companhia continua em verificação para a Gold Kist, Inc. e Controladas com relação aos exercícios fiscais de 30 de junho de 2004 a 27 de dezembro de 2006. Esperamos concluir a fase de verificação desta auditoria durante o exercício de 2010.

A Companhia tem operações nos Estados Unidos (incluindo múltiplas jurisdições estaduais), Porto Rico e México. Com algumas poucas exceções, a Companhia não está mais sujeita a verificações de impostos municipais, estaduais e federais dos EUA nos exercícios anteriores a 2003 nem a verificações, por parte das autoridades fiscais, de impostos sobre renda mexicanos de exercícios anteriores a 2005.

NOTA O—RESULTADO (PREJUÍZO) ABRANGENTE

Abaixo, o resultado (prejuízo) abrangente:

	2009	2008	2007
Lucro (prejuízo) líquido	$ (151.582)	$ (998.581)	$ 47.017
Ganho (perda) não realizado sobre investimentos em títulos de dívida	4.149	(3.465)	535
Ganho (perda) sobre previdência e outros planos de benefício pós-aposentadoria	(51.266)	15.691	15.535
Perda sobre hedge de fluxo de caixa	(557)	(557)	5.338
Efeito tributário	(724)	(4.510)	(7.540)
Resultado (prejuízo) abrangente	$ (199.980)	$ (991.422)	60.885

Outros resultados (prejuízos) abrangentes acumulados:

	26/09/2009	27/09/2008
Ganho (perda) acumulado não realizado sobre investimentos em títulos de dívida	$ 2.089	$ (1.420)
Ganho (perda) acumulado sobre previdência e outros planos de benefício pós-aposentadoria	(20.041)	31.225
Ganho acumulado sobre hedge de fluxo de caixa	4.224	4.781
Efeitos tributários	(13.509)	(13.425)
Outros resultados (prejuízos) abrangentes acumulados	$ (27.237)	$ 21.161

NOTA P—AÇÕES ORDINÁRIAS

Em 26 de setembro de 2009, estimamos que aproximadamente 25,9 milhões de nossas ações ordinárias ainda registrem vinte votos por ação. Estimamos ainda que 25,3 milhões dessas ações ordinárias sejam de usufruto de nosso Presidente Sênior do Conselho, Lonnie “Bo” Pilgrim, ou de determinadas entidades associadas.

Em maio de 2008, a Companhia terminou uma oferta pública de 7,5 milhões de suas ações ordinárias por uma contraprestação de aproximadamente $177,4 milhões. A Companhia utilizou a receita líquida da oferta na redução de endividamento de dois de seus serviços de crédito rotativo para fins corporativos gerais.

Com vigência em 1º de dezembro de 2008, a Bolsa de Valores de Nova Iorque deixou de negociar nossas ações ordinárias, em virtude dos pedidos de concordata sob o Capítulo 11. Nossas ações ordinárias agora são negociadas no "Pink Sheets Electronic Quotation Service" sob o registrador de cotações "PGPDQ.PK." A Companhia solicitou ao NYSE o registro de suas ações ordinárias quando de sua saída da concordata sob código antigo “PPC.”

Em 27 de janeiro de 2009, a Companhia concedeu a seu novo Diretor Executivo 3.085.656 de suas ações ordinárias, cuja carência termina quando se atingem determinados objetivos de desempenho e quando da confirmação de um plano de concordata da Companhia. O valor justo de $1,8 milhão das ações na data de concessão foi determinado por meio da multiplicação do número de ações concedidas pelo preço de mercado de encerramento das ações ordinárias da Companhia na data da concessão. Em 26 de setembro de 2009, o valor intrínseco das ações era de $21,8 milhões. Em 2009, não reconhecemos despesas de remuneração relacionadas a essa concessão devido às condições de desempenho. Reconheceremos $1,8 milhões de despesas de remuneração quando determinados objetivos de desempenho forem cumpridos e o plano de concordata da Companhia for confirmado pelo Tribunal de Falências. Em 26 de setembro de 2009, a Companhia não tinha qualquer outro plano de remuneração (incluindo acordos de remuneração individual) com autorização de emissão títulos patrimoniais da Companhia que não a concessão ao Diretor Executivo.

NOTA Q—PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS DE PÓS-APOSENTADORIA

Planos de Aposentadoria

A Companhia mantém os seguintes planos de aposentadoria para empregados que se enquadrem no perfil:

- Plano de Poupança para a Aposentadoria da Pilgrim's Pride (o "Plano PA"), um plano com desconto em folha de pagamento da Seção 401(k),
- O Plano de Aposentadoria da Pilgrim's Pride para Funcionários Sindicalizados (o "Plano Sindicalizado"), um plano de benefício definido,
- O Plano de Aposentadoria da Pilgrim's Pride para Funcionários Membros do Sindicato El Dorado (o Plano "El Dorado"), um plano de benefício definido,
- O Plano de Aposentadoria e Poupança para Funcionários To-Ricos (o "Plano To-Ricos"), um plano com desconto em folha de pagamento da Seção 1165(e), e
- O Plano de Previdência para Funcionários Vindos da Gold Kist (o "Plano de Previdência da GK"), um plano de benefício definido.

A Companhia ainda mantém três planos de pós-aposentadoria para funcionários do México que se enquadrem no perfil, conforme exigido pelas leis mexicanas que cobrem principalmente benefícios de demissão. A divulgação independente das obrigações do plano mexicano não é considerada material.

O Plano PA é mantido para determinados funcionários norte-americanos que se enquadram no perfil. Segundo o plano, esses funcionários podem contribuir com uma porcentagem da remuneração, havendo diversas contribuições paritárias por parte da Companhia. O Plano Sindicalizado abrange determinados locais ou grupos de trabalho da Companhia. O Plano El Dorado foi formado a partir da cisão do Plano Sindicalizado vigente e 1º de janeiro de 2008 e cobre determinados locais ou grupos de trabalho da Companhia que se enquadrem no perfil. O Plano To-Ricos é mantido para certos funcionários porto-riquenhos. Segundo o Plano To-Ricos, os funcionários que se enquadram no perfil podem fazer contribuições voluntárias de uma porcentagem da remuneração, havendo diversas contribuições paritárias por parte da Companhia. O Plano de Previdência GK abrange determinados funcionários norte-americanos contratados em locais adquiridos pela Pilgrim's Pride com a aquisição da Gold Kist em 2007. A participação no Plano de Previdência GK foi interrompida a partir de 8 de fevereiro de 2007 para todos os participantes, com exceção dos participantes desligados com direito de opção que estejam ou possa vir a ficar incapacitados em caráter total e permanente. O plano foi interrompido para esse grupo a partir de 31 de março de 2007.

Em todos os nossos planos de aposentadoria, as despesas da Companhia foram de $10,1 milhões, $4,1 milhões e $10,0 milhões em 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

A Companhia utilizou 26 de setembro de 2009 como data de mensuração de fim de exercício para os planos de benefício pós-aposentadoria e previdência. Alguns estão relacionados abaixo; outros não têm materialidade para as demonstrações financeiras.

Planos de Seguro de Vida e Médico

A Pilgrim's Pride assumiu obrigações de seguro de vida e médico pós-aposentadoria por meio da aquisição da Gold Kist em 2007. Em janeiro de 2001, a Gold Kist começou a limitar, de forma substancial, seus planos para funcionários ativos. Em 1º de julho de 2003, a Gold Kist encerrou a cobertura médica para aposentados com 65 anos de idade ou mais, podendo apenas os aposentados do grupo fechado com idade entre 55 e 65 anos continuar com a cobertura a alíquotas acima do custo médio do plano de seguro médico de funcionários ativos. Todos esses

funcionários aposentados atingirão 65 anos até 2012, terminando, então, as obrigações com plano médico pós-aposentadoria.

Obrigações de Benefício e Ativos do Plano

Os quadros a seguir mostram a conciliação da movimentação das obrigações de benefícios projetados e o valor justo dos ativos, bem como as demonstrações da situação financiada, relatório do balanço patrimonial e premissas econômicas dos planos.

	Plano de Previdência		Outros Benefícios	
	2009	2008	2009	2008
Movimentação das obrigações de benefícios projetados:	(Em milhares)			
Obrigações de benefício projetado, início do exercício	$ 127.354	$ 196.803	$ 1.893	$ 2.432
Custo do serviço	672	1.246	—	—
Custo dos juros	8.899	9.576	135	132
Contribuições dos participantes do plano	28	29	40	79
(ganhos)/perdas atuariais	43.362	(56.589)	271	(477)
Benefícios pagos	(8.991)	(23.553)	(162)	(273)
Outros	(1.877)	(158)	—	—
Obrigação de benefício projetado, fim do exercício	$ 169.447	$ 127.354	$ 2.177	$ 1.893

	Plano de Previdência		Outros Benefícios	
	2009	2008	2009	2008
Movimentação dos ativos do plano:	(Em milhares)			
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	$ 92.980	$ 138.024	$ —	$ —
Retorno real sobre os ativos do plano	587	(24.063)	—	—
Contribuições do empregador	1.111	2.543	122	194
Contribuições dos participantes do plano	28	29	40	79
Benefícios pagos	(8.991)	(23.553)	(162)	(273)
Outros	(1.140)	—	—	—
Valor justo dos ativos do plano, fim do exercício	$ 84.575	$ 92.980	$ —	$ —

	Plano de Previdência		Outros Benefícios	
	2009	2008	2009	2008
Situação financiada:	(Em milhares)			
Situação financiada	$ (84.872)	$ (34.374)	$ (2.177)	$ (1.893)
Custo de serviço anterior não reconhecido	60	121	—	—
Perda (ganho) líquido atuarial não reconhecido	19.967	(30.714)	14	(670)
Custo do benefício provisionado	$ (64.845)	$ (64.967)	$ (2.163)	$ (2.563)

	Plano de Previdência		Outros Benefícios	
	2009	2008	2009	2008
Valores reconhecidos nos balanços patrimoniais:	(Em milhares)			
Custo do benefício provisionado (atual)	$ (14,143)	$ (13,596)	$ (171)	$ (203)
Custo do benefício provisionado (longo prazo)	(70,729)	(20,778)	(2,006)	(1,690)
Impostos diferidos sobre renda, longo prazo	7,560	(11,549)	5	(253)
Outros prejuízos (resultados) abrangentes acumulados	12,467	(19,044)	9	(417)
Valor líquido reconhecido	$ (64,845)	$ (64,967)	$ (2,163)	$ (2,563)

A obrigação de benefício acumulada para todos os planos de benefício definidos foi de $169,4 milhões e $126,8 milhões em 26 de setembro de 2009 e 27 de setembro de 2008, respectivamente. Todos os planos de benefício definido da Companhia apresentavam obrigação de benefício acumulada superior aos ativos do plano em 26 de setembro de 2009 e 27 de setembro de 2008.

Custo (Receita) Periódico do Benefício, Líquido

O quadro a seguir mostra os componentes do custo (receita) periódico do benefício, líquido, dos planos.

	Plano de Previdência			Outros Benefícios		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
			(Em milhares)			
Custo do serviço	$ 672	$ 1.246	$ 2.029	$ —	$ —	$ —
Custo dos juros	8.899	9.576	8.455	135	132	103
Retorno estimado de ativos do plano	(6.781)	(10.200)	(8.170)	—	—	—
Ganho de liquidação	—	(6.312)	(2.327)	(60)	153	—
Amortização do curso de serviços anteriores	61	116	—	—	—	—
Efeito de eventos especiais	410	(158)	—	—	—	—
Amortização do ganho líquido	(2.227)	(125)	—	(49)	—	—
Custo (receita) periódico do benefício, líquido	$ 1.034	$ (5.857)	$ (13)	$ 26	$ 285	$ 103

Premissas Econômicas

O quadro a seguir apresenta as premissas utilizadas na determinação dos valores do custo líquido do benefício periódico e das obrigações de benefício.

	Plano de Previdência		Outros Benefícios	
	2009	2008	2009	2008
Taxa de desconto	5,34%	7,38%	5,33%	7,53%
Taxa de aumento dos níveis de remuneração	3,00%	3,00%	NA	NA

A redução da taxa de desconto resultou em aumentos tanto na obrigação do plano de previdência quanto no patrimônio de $60,3 milhões.

O quadro a seguir apresenta as premissas utilizadas na determinação dos valores de custo do benefício periódico.

	Plano de Previdência			Outros Benefícios		
	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Média ponderada assumida para o custo líquido do período no exercícios:						
Taxa de desconto	7,42%	5,08%	5,06%	7,53%	5,87%	5,50%
Taxa de aumento dos níveis de remuneração	3,00%	3,00%	3,00%	NA	NA	NA
Retorno esperado dos ativos do plano	7,77%	7,77%	7,75%	7,75%	7,75%	7,75%
Taxas de tendência do custo de plano de saúde assumidas:						
Taxa de tendência dos custos de plano de saúde assumida para o próximo exercício	NA	NA	NA	NA	9,00%	8,00%
Razão à qual a taxa de tendência de custo gradualmente declina	NA	NA	NA	NA	6,00%	5,00%
Exercício em que a taxa atingirá o nível no qual ela deve se manter, conforme estimado	NA	NA	NA	NA	2015	2014

A Companhia mudou sua abordagem na determinação da taxa de desconto da metodologia da taxa de compra do produto de renda para a metodologia da curva de rendimento. Essa alteração resultou em um aumento da taxa de desconto de 29 de setembro de 2007 a 27 de setembro de 2008. A metodologia da curva de rendimentos reflete melhor as expectativas da Companhia de que o encerramento do Plano de Previdência GK e outros planos de benefício não ocorra em um futuro próximo.

Uma mudança de um ponto percentual nas taxas de tendência do custo do plano de saúde teria impacto imaterial sobre as obrigações de fim de exercício e despesas de 2009.

Ativos do Plano

O quadro a seguir reflete a alocação real dos planos de previdência.

	2009	2008
Alocação de ativos:		
Fundo de mercado de capitais	1%	1%
Títulos de valores mobiliários	69%	68%
Títulos de dívida	30%	31%
Total de ativos	100%	100%

Na ausência de limitações regulatórias ou estatutárias, a alocação dos ativos alvo do investimento dos ativos para nossos planos de pensão contínuos é de 30% em títulos de dívida e 70% em títulos patrimoniais. Os planos investem somente em instrumentos patrimoniais e de dívida para os quais haja mercado público pronto. Desenvolvemos nossas premissas de taxas de retorno esperadas a longo prazo para títulos patrimoniais e de dívida do tipo em que nossos planos investem.

Pagamento de Benefícios

O quadro a seguir reflete os benefícios em 31 de dezembro de 2008, cujo pagamento é esperado para cada um dos próximos cinco anos e no valor total para os cinco anos seguintes com relação a nossa previdência e outros planos pós-aposentadoria. Como nossos planos são principalmente fundos de pensão, os benefícios antecipados a eles relacionados derivam especialmente de investimentos para eles estabelecidos. Como nossos planos pós-aposentadoria não são financiados, os benefícios antecipados relacionados aos planos derivam de nossos ativos.

	Plano de Previdência	Outros Benefícios
Pagamento de benefícios previstos por ano:	(Em milhares)	
2010	$ 14.144	$ 171
2011	12.993	175
2012	12.480	178
2013	11.914	181
2014	11.164	182
2015—2019	51.674	899
Total	$ 114.369	$ 1.786

Prevemos contribuir com $4,8 milhões e $0,2 milhão para nosso plano de previdência e outros planos pós-aposentadoria, respectivamente, em 2010.

Valores Não Reconhecidos De Valores em Outros Resultados (Prejuízos) Abrangentes Acumulados

Os valores em Outros Resultados (Prejuízos) Abrangentes Acumulados ainda não reconhecidos como componentes do custo de benefícios periódicos líquidos em 26 de setembro de 2009, bem como a movimentação desses valores em 2009, seguem abaixo:

	Plano de Previdência	Outros Benefícios
Componentes de outros resultados (prejuízos) abrangentes acumulados, antes dos tributos:	(Em milhares)	
Perda atuarial líquida	$ 19.967	$ 14
Custo de serviços anteriores, líquido	60	—
Total	$ 20.027	$ 14

	Plano de Previdência	Outros Benefícios
Movimentação em outros resultados (prejuízos) abrangentes acumulados, antes dos tributos:	**(Em milhares)**	
Ganho atuarial líquido, começo do exercício	$ (30.714)	$ (670)
Amortização	2.227	49
Ajustes de liquidação e redução	(410)	60
Perda atuarial	43.362	270
Perda de ativos	6.193	—
Outros	(691)	305
Perda atuarial líquida, fim do exercício	$ 19.967	$ 14
Custo líquido de serviços anteriores, começo do exercício	$ 121	$ —
Amortização	(61)	—
Custo líquido de serviços anteriores, fim do exercício	$ 60	$ —

NOTA R—INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Historicamente, a Companhia comprou algumas commodities, principalmente milho e ração a base de soja, para serem usados como ingredientes na preparação da ração por ela vendida comercialmente ou consumida nas operações com os animais vivos. Como resultado, a os resultados operacionais da Companhia e seu fluxo de caixa são afetados pelas mudanças do preço e disponibilidade desses ingredientes da ração. Antes de outubro de 2008, a Companhia tentou mitigar sua exposição a essas mudanças por meio de um programa de gestão de risco que incluiu o uso de (i) contratos para entrega futura de commodities a preços fixos e (ii) instrumentos financeiros derivativos, como opções e futuros negociados em bolsa. Em outubro de 2008, a Companhia interrompeu o uso de instrumentos financeiros derivativos em resposta à situação financeira em que se encontrava. Liquidou imediatamente todos os instrumentos financeiros derivativos em aberto e reconheceu os prejuízos daquele mês no total de $18,4 milhões.

A Companhia optou por não classificar dos instrumentos financeiros derivativos por ela assinadas para mitigas a exposição às mudanças de preço de commodities como *hedges* de fluxo de caixa. A Companhia reconheceu $21,1 milhões e $38,3 milhões em prejuízos relacionados a mudanças do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos durante 2009 e 2008, respectivamente. Esses prejuízos estão registrados como custo de vendas. O impacto das mudanças do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos em 2007 foi imaterial. Em 26 de setembro de 2009, a Companhia não era parte de nenhum instrumento financeiro derivativo em aberto. Em 27 de setembro de 2008, a Companhia registrou obrigações de contratos de futuros com valor justo total de $18,0 milhões, assinados com o objetivo de gerenciar o preço do risco em 19,1 milhões de búshels (um búshel equivale a uma saca de 25,4 kg) de milho e 0,3 milhões de toneladas de ração a base de soja.

Eventualmente, contratamos instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco da taxa de juros. Especificamente, contratamos um instrumento de garantia do Tesouro (*Treasury lock instrument*) em 2007 para “bloquear”, ou garantir, a taxa do Tesouro que serviu como base para a valorização de uma possível emissão de dívida pública. Uma “garantia do Tesouro” é uma venda sintética a termo de uma nota ou bônus do Tesouro norte-americano que é liquidada em dinheiro com base na diferença entre a taxa do Tesouro contratada e a taxa do Tesouro em vigor na data da liquidação. Classificamos o instrumento de garantia como *hedge* de fluxo de caixa e reconhecemos as alterações no valor justo do instrumento em outros resultados abrangentes acumulados até a ocorrência da possível emissão de dívida pública. A partir da emissão da dívida pública, passamos a reconhecer as alterações no valor justo do instrumento de garantia como um ajuste na despesa de juros pelo prazo da respectiva dívida.

NOTA S—TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Lonnie “Bo” Pilgrim, Presidente Sênior do Conselho, e algumas entidades relacionadas ao Sr. Pilgrim compões, coletivamente, o acionista majoritário da Companhia (o “Acionista Majoritário”).

As operações de caixa com o Acionista Majoritário ou entidades coligadas estão resumidas abaixo:

	2009	2008	2007
		(Em milhares)	
Taxas de garantia de mútuo	$ 1.473	$ 4.904	$ 3.592
Pagamento de contrato de criação	1.037	1.008	885
Pagamento de aluguel de imóveis de ovos comerciais	750	750	750
Outras vendas ao Acionista Majoritário	686	710	620
Pagamento de aluguel e despesas operacionais de aeronave	68	456	507

Pilgrim Interests, Ltd., uma entidade ligada a Lonnie "Bo" Pilgrim, garante uma parcela das obrigações em dívidas da Companhia. Em contraprestação a tais garantias, a Companhia pagou à Pilgrim Interests, Ltd., uma taxa trimestral equivalente a 0,25% de metade do saldo pendente total médio da dívida garantida. Durante 2009, 2008, e 2007, a Companhia pagou $1,5 milhão, $4,9 milhão e $3,6 milhão, respectivamente, à Pilgrim Interests, Ltd. Segundo os termos do Contrato de Crédito DIP, a Companhia não deve pagar qualquer taxa de garantia sem o consentimento da parte credora do contrato. Durante 2009, a Companhia teve gastos com taxas de garantia de mútuo no valor de $7,1 milhões. Em 26 de setembro de 2009, a Companhia classificou provisão para taxas de garantia de mútuo no valor de $7,1 milhões como *Obrigações sujeitas a contemporização*.

A Companhia celebrou contratos com criadores de galinha que envolviam fazendas de propriedade do Acionista Majoritário, bem como uma fazenda de propriedade de um ex-membro do conselho e diretor, que preveem a colocação de animais de criação da Companhia nessas fazendas durante a fase de criação da produção. Os termos desses contratos são substancialmente os mesmos dos contratos assinados entre a Companhia e partes não coligadas e podem ser resilidos por qualquer parte após o término da fase de criação de cada grupo de animais. O valor total pago pela Companhia aos diretores e membros do conselho, parte desses contratos de criação, foram inferiores a $2,0 milhões em cada um dos exercícios, 2009, 2008, e 2007.

A Companhia arrenda uma propriedade de ovos comerciais, incluindo todos os custos contínuos da operação do Acionista Majoritário da Companhia. O arrendamento, assinado em dezembro de 2000, vigorará por dez anos com pagamento mensal no valor de $62.500.

O Acionista Majoritário é proprietário tanto das atividades de postura de ovos quanto das de criação de galinhas. Em alguns momentos do ano, o Acionista Majoritário poderá comprar da Companhia galinhas e frangos vivos e certos estoques de ração durante a fase de criação para seus animais e, posteriormente, vender as aves à Companhia na maturidade, por meio de uma fórmula baseada no mercado, em que o preço está sujeito a um teto calculado ao custo mais dois por cento. A Companhia não compra frangos de acordo com esse contrato desde 2006.

A Companhia arrendou uma aeronave ao Acionista Majoritário de acordo com um contrato de arrendamento. Os termos desse contrato demandou pagamentos mensais no valor de $33.000 acrescidos das despesas operacionais. O contrato de arrendamento foi resilido em 18 de novembro de 2008. As despesas com o arrendamento foram de $66.000 em 2009 e $396.000 para cada ano, 2008 e 2007. As despesas operacionais foram de $1.500, $60.000 e $111.200 em 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

A Companhia mantém contas de depósito em instituições financeiras em que o Acionista Majoritário da Companhia também é acionista majoritário. As taxas pagas a esse banco em 2009, 2008 e 2007 foram imateriais. Em 26 de setembro de 2009, a Companhia apresentava saldos na conta dessa instituição financeira no valor de aproximadamente $2,3 milhões.

O Acionista Majoritário depositou $0,3 milhões com a Companhia como adiantamento de gastos diversos.

Um dos filhos do Acionista Majoritário vendeu produtos de ração e um certo número de outros serviços à Companhia num total aproximado de $0,4 milhões, $0,4 milhões e $0,6 milhões em 2009, 2008 e 2007, respectivamente. Ele também arrenda um pedaço imaterial de terra da Companhia.

NOTA T—COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

Geral

Somos signatários de diversos contratos de rotina, em que concedemos indenizações gerais nas atividades normais do negócio, para terceiros, cobrindo vários riscos. Entre outras considerações, não registramos passivo para nenhuma dessas indenizações porque, segundo a probabilidade de pagamento, o valor justo dessas indenizações é imaterial.

Obrigações de Compra

Às vezes, a Companhia celebrará contratos não passíveis de cancelamento para compra de equipamentos de capital e determinadas commodities, como milho, ração a base de soja, óleo de cozinha e gás natural. Em 26 de setembro de 2009, a Companhia era parte de contratos de compra que totalizavam $91,6 milhões. O pagamento das compras realizadas de acordo com esses contratos tem vencimento para menos de um ano.

Arrendamento Mercantil

As demonstrações do resultado consolidadas incluem as despesas com aluguel relativas a arrendamento mercantil no valor aproximado de $68,4 milhões, $71,3 milhões e $67,3 milhões em 2009, 2008 e 2007, respectivamente. A posição dos compromissos mínimos futuros com arrendamento segundo os arrendamentos mercantis não passíveis de cancelamento encontra-se conforme segue: 2010—$39,8 milhões; 2011—$27,3 milhões; 2012—$15,6 milhões; 2013—$7,7 milhões; 2014—$1,4 milhões e, posteriormente—$0,1 milhões.

Alguns dos contratos de arrendamento mercantil da Companhia incluem cláusulas de aumento do aluguel. A Companhia inclui esse aumento em suas obrigações de pagamento mínimo de arrendamento e o reconhece como componente das despesas com aluguel de forma linear ao longo do período mínimo de vigência do arrendamento.

Mantemos arrendamentos operacionais para diversos tipos de equipamentos, alguns dos quais prevêem garantias de valor residual pelo valor de mercado dos ativos arrendados ao final do contrato de arrendamento. Os prazos dos vencimentos dos contratos de arrendamento variam de um a sete anos. Estimamos que o valor máximo potencial das garantias de valor residual seja de aproximadamente $10,6 milhões; contudo, o valor efetivo seria compensado com qualquer valor recuperável com base no valor justo de mercado dos ativos arrendados. Não foi registrado qualquer passivo relativo a essa contingência uma vez que a ocorrência de pagamentos em razão dessas garantias não é considerada provável e o valor justo das garantias não é significativo. Historicamente, não temos experimentado a ocorrência de pagamentos significativos em razão de garantias semelhantes de valor residual.

Instrumentos Financeiros

Em 26 de setembro de 2009, a Companhia era parte de cartas de crédito em garantia em circulação no total de $65,9 milhões, que afetaram o montante de recursos disponíveis para empréstimos sob a linha de crédito rotativo garantido com vencimento em 2013. A Companhia não

era parte de nenhuma carta de crédito em circulação que afetasse o valor dos recursos disponíveis para empréstimos sob o Contrato de Crédito DIP.

Os contratos de empréstimo da Companhia geralmente a obriga a reembolsar o respectivo mutuante por custos adicionais mais altos decorrentes de mudança na lei que imponha (i) qualquer exigência de reserva ou depósito especial sobre ativos desse mutuante, depósitos com tal mutuante ou crédito por ele prorrogado atinentes ao empréstimo, (ii) qualquer imposto, tributo ou outro encargo com respeito ao empréstimo (exceto imposto de renda padrão) ou (iii) requisitos de adequação de capital. Além disso, alguns dos contratos de empréstimo da Companhia apresentam uma cláusula sobre imposto de renda retido na fonte que exige o pagamento de valores adicionais, por parte da Companhia, ao mutuante ou outra parte credora aplicável, geralmente se os impostos retidos na fonte incidem sobre o mutuante ou outra parte credora aplicável em decorrência de mudança na legislação fiscal aplicável. Essas cláusulas sobre custos adicionais mais altos e imposto retido na fonte vigoram por todo o prazo da transação aplicável, não havendo qualquer limitação sobre os valores adicionais máximos que poderíamos ser obrigados a pagar de acordo com essas cláusulas. O não pagamento dos valores devidos de acordo com as cláusulas poderiam levar ao fato gerador de inadimplência e, em uma transação financeira segurada, daria ao credor o direito de executar a garantia com o intuito de realizar o valor devido.

Processos judiciais

A Companhia é alvo de vários processos judiciais e demandas, originados no curso regular de suas atividades. Na opinião da Companhia, ela instituiu reservas adequadas e suficientes para essas demandas, na medida do necessário; contudo, o passivo definitivo para esses assuntos é incerto e, caso apresente uma diferença significativa dos valores das provisões, o resultado final poderá surtir efeito significativo sobre a situação financeira ou resultado das operações da Companhia. Vide Item 3. “Processos Legais” para discussão de outros processos materiais.

Em 1º de dezembro de 2008, as Devedoras protocolaram pedidos de concordata sob amparo do Capítulo 11 do Código de Falências no Tribunal de Falências. Os casos estão sendo administrados em conjunto com o Caso nº 08-45664. As Devedoras continuam operando suas atividades como "devedoras em posse" sob a jurisdição do Tribunal de Falências e de acordo com os dispositivos aplicáveis do Código de Falências e ordens do Tribunal de Falência. Na data do pedido de concordata, praticamente todos os processos contenciosos contra a Companhia (incluindo as ações descritas abaixo) foram suspensos e, sem autorização do Tribunal de Falências, nenhuma parte, salvo determinadas exceções, poderá tomar qualquer medida para a recuperação de demandas anteriores ao pedido de concordata contra as Devedoras. Nesse momento não é possível prever o resultado dos processos de concordata do Capítulo 11 ou seu efeito sobre nossas atividades. A seguir, um resumo das principais demandas pendentes contra a Companhia. Esta acredita ter defesas substanciais contra tais demandas e pretende promover forte defesa em todos esses processos.

Entre essas demandas atualmente pendentes, há dois processos idênticos movidos contra determinados executivos e funcionários da Companhia e do Pilgrim’s Pride Compensation Committee, pretendendo indenização por danos indefinidos, ao amparo da seção 502 da Lei de Garantia de Renda de Aposentadoria de Funcionários de 1974 (“ERISA”), 29 U.S.C. § 1132. Cada uma dessas ações foi movida por participantes pessoas físicas do Plano de Investimento em Ações da Pilgrim’s Pride, individualmente e em nome da categoria, alegando que os réus pessoas físicas infringiram o dever fiduciário com os participantes e beneficiários do plano. Embora a Companhia não seja uma ré apontada nessas ações, nosso estatuto social exige que indenizemos nossos atuais e antigos administradores e diretores por obrigações e despesas incorridas por eles em virtude de quaisquer atos que tenham praticado em boa fé enquanto atuavam como diretores ou administradores. Nessas ações, os autores reivindicam indenizações superiores a $35,0 milhões. Não é possível no momento prever as chances de um resultado desfavorável ou o valor ou faixa de valor do eventual prejuízo para a Companhia.

Além disso, entre as demandas contra a Companhia atualmente pendentes, há dois processos idênticos que visam indenização por danos indefinidos, cada um movido por um acionista, individualmente ou em nome da categoria, alegando violações a determinados dispositivos antifraude da Lei de Mercado de Capitais de 1934. A Companhia pretende promover sólida defesa contra o mérito dessas ações. Não é possível no momento prever as chances de um resultado desfavorável ou o valor ou faixa de valor do eventual prejuízo para a Companhia.

Outras demandas atualmente pendentes contra a Companhia são ações que pretendem indenizações por danos indefinidos, movidas por funcionários antigos e atuais que exigem ser remunerados pelo tempo gasto para vestir e despir uniformes e equipamentos de proteção individual. Estamos cientes de uma investigação em todo o setor pela Secretaria de Salários e Jornada de Trabalho do Ministério do Trabalho dos EUA com o fito de averiguar o atendimento a determinadas questões envolvendo salários e jornadas de trabalho, inclusive a remuneração de funcionários pelo tempo gasto em atividades como vestir e despir uniformes e equipamentos de proteção individual. Além disso, duas ações significativas estão em aberto com relação à questão de vestir e despir uniformes e equipamentos. Por causa, em parte, da investigação do governo e da recente decisão do Supremo Tribunal dos EUA no caso *IBP, Inc. v. Alvarez*, é possível que sejamos objeto de outras reclamações trabalhistas. A Companhia acredita ter chegado a um acordo provisório com os órgãos reguladores quanto aos pagamentos e com relação aos dois principais processos judiciais que dizem respeito às questões de vestir e despir uniformes e equipamentos de proteção. Quaisquer pagamentos deverão ser confirmadas pelo Tribunal de Falências. Como resultado, em setembro de 2009, a Companhia reduziu suas provisões para processos judiciais com base nos termos do acordo provisório de pagamentos. Todavia, não é possível oferecer garantias de que outras ações semelhantes não serão movidas contra a Companhia. Algumas dessas ações estão caminhando rumo à liquidação.

Outras demandas atualmente pendentes contra a Companhia são ações que pretendem indenizações por danos indefinidos, movidas por criadores de galinha com contrato em vigor ou resilido que alegam, entre outras reivindicações, que a Companhia violou o contrato com os criadores, juntou-se com um concorrente a fim de baixar o pagamento aos criadores e fez declarações falsas a fim de induzir os autores a construírem fazendas de criação de galinhas e celebrarem contratos de criação de galinhas com a Companhia. Negamos qualquer responsabilidade nessas ações e pretendemos promover sólida defesa contra os processos judiciais. Todavia, não é possível oferecer garantias de que outras ações semelhantes não serão movidas contra a Companhia.

Outra demanda atualmente pendente contra a Companhia é uma ação instaurada pela Prefeitura Municipal de Clinton, Arkansas, (a "Prefeitura") que pretende uma indenização de aproximadamente $28 milhões por danos relacionados à construção e/ou melhorias de uma instalação de água servida para a purificação da água liberada por uma estação de processamento desativada pela Companhia em 2009. A Companhia protocolou um pedido de extinção do processo, concedido pelo Tribunal do Distrito Federal em setembro de 2009. Recentemente, a Prefeitura solicitou a reinstauração dos processos. O tribunal ainda não decidiu se a Prefeitura poderá continuar com o processo contra a Companhia. Negamos qualquer responsabilidade com a Prefeitura e pretendemos promover sólida defesa no caso de a Prefeitura receber a permissão para dar continuidade à ação contra a Companhia. Todavia, não é possível oferecer garantias de que outras ações semelhantes não serão movidas contra a Companhia.

As autoridades do *US Immigration and Customs Enforcement* ("ICE") investigaram alegações de apropriação de identidade entre nossos funcionários. Com a nossa cooperação, as autoridades do ICE prenderam aproximadamente 350 de nossos funcionários em 2008, suspeitos de terem participado do esquema de apropriação de identidade em cinco de nossas unidades. As autoridades do ICE também alegaram que havia a possibilidade de nós não estarmos totalmente em conformidade com determinados regulamentos e que poderiam ser cobradas multas de nós. A Companhia continua cooperando com a investigação e promoverá sólida defesa contra quaisquer ações movidas contra a Companhia; entretanto, não é possível fornecer garantias de que outros

esforços de órgão do governo contra nossos funcionários ou contra a Companhia (i) não desabonarão uma parcela de nosso quadro de funcionários ou nossas operações em uma ou mais unidades, causando, assim, impacto negativo sobre nossos negócios, ou (ii) resultarão em uma avaliação de multas contra nós que podem ter um efeito adverso material sobre nossa posição financeira, resultados das operações ou fluxo de caixa.

NOTE U—RECURSOS PROVENIENTES DE SEGURO

Em 21 de julho de 2008, um incêndio na unidade de conversão de proteína em Mt. Pleasant, Texas, (o "Incêndio de Mt. Pleasant") danificou parte substancial do edifício, maquinário e equipamentos. Durante 2009 e 2008, a Companhia recebeu $37,0 milhões e $10,0 milhões, respectivamente, dos recursos reconhecidos no custo de vendas para recuperação com seguro, em relação aos custos de interrupção das atividades. Durante 2009 e 2008, a Companhia recebeu $5,0 milhões e $30,0 milhões, respectivamente, dos recursos reconhecidos no custo de vendas para recuperação com seguro, com relação aos custos de substituição de ativos.

NOTA V—SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Operamos em dois segmentos de negócios a serem reportados como (i) produtora e vendedora de produtos a base de carne de frango e (ii) vendedora de outros produtos.

No segmento de galinhas, temos vendas dos produtos a base de carne de frango que produzimos e compramos para revenda nos Estados Unidos, Porto Rico e México. Nosso segmento galinhas conduz operações independentes nos Estados Unidos, Porto Rico e México e é reportado como duas áreas geográficas distintas. Para fins de reportagem de segmento, incluímos Porto Rico em nossas operações nos EUA.

No segmento Outros Produtos, temos distribuição de produtos não aviários adquiridos de terceiros e vendidos a lojas de independentes de produtos alimentícios e restaurantes *fast food*. Também nessa categoria estão as vendas de ovos de mesa, rações, produtos proteicos, porcos e outros itens, alguns dos quais são produzidos ou criados pela Companhia.

Despesas societárias são alocadas ao México com base em vários métodos de rateio para gastos específicos lá incorridos, sendo os valores remanescentes alocados às partes dos segmentos nos Estados Unidos são baseados no número de funcionários.

Os ativos associados com as nossas áreas corporativas, inclusive caixa e equivalentes de caixa e investimentos em títulos disponíveis para venda, estão incluídos no segmento galinhas.

Despesas com vendas, gerais e administrativas referentes aos nossos centros de distribuição são alocadas com base na proporção de receita líquida de vendas para o segmento específico ao qual se referem as vendas do produto.

Depreciação e amortização, total de ativos e dispêndio financeiro de nossos centros de distribuição estão incluídos no segmento galinhas de acordo com o foco principal dos centros.

A tabela a seguir apresenta certas informações sobre nossos segmentos:

No Exercício Findo em	26 de setembro de 2009	27 de setembro de 2008	29 de setembro de 2007[a]
		(Em milhares)	
Receita líquida de vendas a clientes:			
Galinhas:			
Estados Unidos	$ 6.063.914	$ 7.077.047	$ 6.328.354
México	487.785	543.583	488.466
Subtotal	6.551.699	7.620.630	6.816.820
Outros produtos:			
Estados Unidos	505.738	863.495	661.115
México	30.618	34.632	20.677
Subtotal	536.356	898.127	681.792
Total	$ 7.088.055	$ 8.518.757	$ 7.498.612
Receita (prejuízo) operacional [b]:			
Galinhas:			
Estados Unidos	$ 5.583	$ (604.685)	$ 192.447
México	22.353	(25.702)	13.116
Subtotal	27.936	(630.387)	205.563
Outros produtos:			
Estados Unidos	47.195	113.770	28.636
México	6.647	4.513	2.992
Subtotal	53.842	118.283	31.628
Redução no valor recuperável do ágio	—	(501.446)	—
Redução no valor recuperável de ativos e custos de reestruturação operacional	(12.464)	(27.990)	—
Custos de reestruturação administrativa	(1.987)	(16.156)	—
Total	$ 67.327	$ (1.057.696)	$ 237.191
Depreciação e amortização [b][c][d]:			
Galinhas:			
Estados Unidos	$ 210.333	$ 215.586	$ 183.808
México	9.527	10.351	11.015
Subtotal	219.860	225.937	194.823
Outros produtos:			
Estados Unidos	15.919	13.354	8.278
México	226	244	215
Subtotal	16.145	13.598	8.493
Total	$ 236.005	$ 239.535	$ 203.316
Total do ativo[e]:			
Galinhas:			
Estados Unidos	$ 2.542.818	$ 2.733.089	$ 3.247.812
México	345.205	372.952	348.894
Subtotal	2.888.023	3.106.041	3.596.706
Outros produtos:			
Estados Unidos	168.776	153.607	104.644
México	3.705	5.542	4.120
Subtotal	172.481	159.149	108.764
Total	$ 3.060.504	$ 3.265.190	$ 3.705.470
Aquisições de imobilizado (excluindo-se a aquisição de negócios)[f]:			
Galinhas:			
Estados Unidos	$ 57.001	$ 148.811	$ 164.449
México	2.118	545	1.633
Subtotal	59.119	149.356	166.082
Outros produtos:			
Estados Unidos	29.074	2.815	5.699
México	—	330	40
Subtotal	29.074	3.145	5.739
Total	$ 88.193	$ 152.501	$ 171.821

(a) A Companhia adquiriu a Gold Kist em 27/12/2006 por $1,139 bilhão.

(b) Inclui amortização de custos financeiros capitalizados no valor aproximado de $6,8 milhões, $4,9 milhões e $6,6 milhões em 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

(c) Inclui amortização de ativos intangíveis no valor de $10,2 milhões, $10,2 milhões e $8,1 milhões reconhecidos em 2009, 2008 e 2007, respectivamente, referente, basicamente, à aquisição da Gold Kist e da ConAgra Chicken.

(d) Exclui custos de depreciação incorridos em nossas atividades descontinuadas (especificamente perus) no valor de $0,7 milhão e $1,6 milhão durante 2008 e 2007, respectivamente. A Companhia não registrou custos de depreciação relacionados a essas atividades descontinuadas em 2009.

(e) Exclui total de ativos das nossas atividades descontinuadas (especificamente perus) no valor de $33,5 milhões e $68,8 milhões em 27/09/2008 e 29/09/2007, respectivamente. Essas atividades descontinuadas da Companhia não possuíam ativo algum em 26/09/2009.

(f) Exclui aquisições de imobilizado por nossas atividades descontinuadas (especificamente perus) no valor de $0,5 milhão em 2007. A Companhia não adquiriu imobilizado para essas atividades descontinuadas em 2009 e 2008.

A Companhia contava com um cliente que representou 10% ou mais da receita líquida anual de vendas em 2009, 2008 e 2007.

As atividades mexicanas da Companhia tinham ativos de vida longa no valor líquido de $88,6 milhões, $97,2 milhões e $106,2 milhões em 26 de setembro de 2009, 27 de setembro de 2008 e 29 de setembro de 2007, respectivamente.

As atividades mexicanas da Companhia tinham ativos no valor líquido de $143,1 milhões e $230,5 milhões em 26 de setembro de 2009 e 27de setembro de 2008, respectivamente.

NOTA W—RESULTADOS TRIMESTRAIS (NÃO AUDITADO)

2009	Primeiro[a]	Segundo[b]	Terceiro[c]	Quarto[d]	Exercício
	(Em milhares, exceto os valores por ação)				
Receita líquida de vendas	$ 1.876.991	$ 1.698.102	$ 1.776.813	$ 1.736.149	$ 7.088.055
Lucro (prejuízo) bruto	(83.382)	97.724	183.414	172.678	370.434
Receita (prejuízo) operacional	(178.241)	20.280	108.596	116.692	67.327
Lucro (prejuízo) das operações	(229.356)	(58.790)	53.239	82.726	(152.181)
Lucro (prejuízo) de atividades descontinuadas	574	25	—	—	599
Lucro (prejuízo) líquido	(228.782)	(58.765)	53.239	82.726	(151.582)
Valores por ação - básico:					
Operações	$ (3,10)	$ (0,79)	$ 0,72	$ 1,11	$ (2,06)
Atividades descontinuadas	0,01	—	—	—	0,01
Lucro (prejuízo) líquido	(3,09)	(0,79)	0,72	1,11	(2,05)
Valores por ação – diluído:					
Operações	$ (3,10)	$ (0,79)	$ 0,69	$ 1,07	$ (2,06)
Atividades descontinuadas	0,01	—	—	—	0,01
Lucro (prejuízo) líquido	(3,09)	(0,79)	0,69	1,07	(2,05)
Número de dias do trimestre	91	91	91	91	364

(a) No primeiro trimestre de 2009, a Companhia reconheceu os custos posteriores ao pedido de concordata no valor de $13,3 milhões, custos anteriores ao pedido de reestruturação no valor de $2,4 milhões, perdas sobre instrumentos financeiros derivativos de $21,4 milhões e recuperação do seguro contra incêndios de Mt. Pleasant no valor de $5,0 milhões.

(b) No segundo trimestre de 2009, a Companhia reconheceu custos posteriores ao pedido de concordata no valor de $35,4 milhões, créditos anteriores ao pedido de reestruturação de $0,4 milhões e recuperação do seguro contra incêndios de Mt. Pleasant no valor de $5,0 milhões.

(c) No terceiro trimestre de 2009, a Companhia reconheceu custos posteriores ao pedido de concordata no valor de $16,8 milhões e recuperação do seguro contra incêndios de Mt. Pleasant no valor de $15,0 milhões.

(d) No quarto trimestre de 2009, a Companhia reconheceu os custos posteriores ao pedido de concordata no valor de $21,8 milhões, custos de reestruturação de $12,5 milhões e recuperação do seguro contra incêndios de Mt. Pleasant no valor de $17,0 milhões.

2008	Primeiro	Segundo[a]	Terceiro[b]	Quarto[c]	Exercício
	(Em milhares, exceto os valores por ação)				
Vendas líquidas	$ 2.047.353	$ 2.100.794	$ 2.207.476	$ 2.163.134	$ 8.518.757
Lucro (prejuízo) bruto	105.103	(35.401)	53.211	(286.408)	(163.495)
Receita (prejuízo) operacional	670	(143.629)	(42.531)	(872.206)	(1.057.696)
Lucro (prejuízo) das operações	(33.166)	(111.501)	(48.344)	(799.161)	(992.172)
Lucro (prejuízo) de atividades descontinuadas	837	53	(4.437)	(2.862)	(6.409)
Lucro (prejuízo) líquido	(32.329)	(111.448)	(52.781)	(802.023)	(998.581)
Valores por ação – básico e diluído:					
Operações	$ (0,50)	$ (1,67)	$ (0,69)	$ (10,79)	$ (14,31)
Atividades descontinuadas	0,01	—	(0,06)	(0,04)	(0,09)
Lucro (prejuízo) líquido	(0,49)	(1,67)	(0,75)	(10,83)	(14,40)
Dividendos	0,0225	0,0225	0,0225	0,0225	0,0900
Número de dias do trimestre	91	91	91	91	364

(a) No segundo trimestre de 2008, a Companhia reconheceu custos de reestruturação no valor de $17,7 milhões.

(b) No terceiro trimestre de 2008, a Companhia reconheceu ganhos sobre instrumentos financeiros derivativos no valor de $102,4 milhões.

(c) No quarto trimestre de 2008, a Companhia reconheceu redução no valor do ágio de $501,4 milhões, perdas sobre instrumentos financeiros derivativos de $155,7 milhões, custos de reestruturação no valor de $22,0 milhões, provisões para perdas no valor de $34,6 milhões e recuperação do seguro contra incêndios de Mt. Pleasant no valor de $35,0 milhões.

Demonstrações Financeiras da Pilgrim´s Pride relativa aos período de três meses encerrados em 27 de dezembro de 2009 e respectivo relatório de revisão limitada da Ernst & Young LLP

(página intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

PILGRIM'S PRIDE CORPORATION E CONTROLADAS

PARTE I. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Item 1. Demonstrações Financeiras (Não Auditadas)

Parecer dos Auditores Independentes
Balanço Patrimonial Consolidado
27 de dezembro de 2009 e 26 de setembro de 2009
Demonstrações de Resultado Consolidadas
Três meses findos em 27 de dezembro de 2009 e 27 de dezembro de 2008
Demonstrações de Lucro (Prejuízo) Abrangente Consolidadas
Três meses findos em 27 de dezembro de 2009 e 27 de dezembro de 2008
Demonstrações das Mutações de Patrimônio Líquido Consolidadas
Três meses findos em 27 de dezembro de 2009 e 27 de dezembro de 2008
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidadas
Três meses findos em 27 de dezembro de 2009 e 27 de dezembro de 2008
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Administradores e Acionistas
Pilgrim's Pride Corporation

Examinamos os balanços patrimoniais da Pilgrim's Pride Corporation e empresas controladas (a Companhia) levantadas em 27 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações consolidadas de operações e fluxo de caixa para os trimestres findos em 27 de dezembro de 2009 e 27 de dezembro de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

Nosso exame foi conduzido de acordo com o Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB (Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Empresas de Capital Aberto – Estados Unidos da América. O exame das informações trimestrais consiste, principalmente, na aplicação de procedimentos analíticos e indagações dos responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis. Seu escopo é substancialmente menor do que uma auditoria conduzida em conformidade com as normas do PCAOB, cujo objetivo é o de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Dessa forma, não expressamos tal opinião.

Com base em nosso exame, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais consolidadas referidas acima para que estejam de acordo com as normas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos da América.

Examinamos anteriormente, de acordo com as normas do PCAOB – Estados Unidos da América, o balanço patrimonial consolidado da Pilgrim's Pride Corporation e empresas controladas levantado em 26 de setembro de 2009, e as respectivas demonstrações de resultado consolidadas, do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. Nosso parecer datado de 20 de novembro de 2009 não contém quaisquer ressalvas sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas, e inclui um parágrafo explicativo sobre a capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia. Em nossa opinião, as informações contidas no balanço patrimonial condensado consolidado levantado em 26 de setembro de 2009 estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação ao balanço patrimonial consolidado do qual foram derivadas.

/s/ Ernst & Young LLP

Dallas, Texas
22 de fevereiro de 2010

PARTE I. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

ITEM 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PILGRIM'S PRIDE CORPORATION
DEVEDORA E DEVEDORA EM POSSE
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
(Não Auditados)

	27 de dezembro de 2009	26 de setembro de 2009
	(Em milhares)	
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	$ 236.300	$ 220.029
Investimento em títulos disponíveis para venda	7.876	5.302
Contas a receber de clientes e outros recebíveis, líquidos da provisão para devedores duvidosos	311.501	316.953
Estoques	740.810	763.869
Impostos de renda a recuperar	175.475	15.028
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes	37.248	45.013
Total dos ativos circulantes	1.509.210	1.366.194
Investimento em títulos disponíveis para venda	58.104	57.314
Ativo de imposto diferido	—	16.732
Outros ativos	112.809	63.609
Ativos intangíveis identificados, líquidos	54.633	57.179
Imobilizado, líquidos	1.474.707	1.499.476
	$ 3.209.463	$ 3.060.504
Passivo e patrimônio líquido:		
Contas a pagar	$ 196.674	$ 182.173
Despesas provisionadas	400.809	309.259
Impostos de renda diferidos circulantes	15.276	16.732
Parcela a curto prazo da dívida a longo prazo	221.195	—
Total do passivo circulante	833.954	508.164
Dívida a longo prazo, líquida da parcela a curto prazo	1.876.277	41.062
Impostos de renda diferidos	69.595	22.213
Outras obrigações a longo prazo	92.963	98.783
Total do passivo não sujeito a acordo	2.872.789	670.222
Passivo sujeito a acordo	138.208	2.233.161
Ações ordinárias	771	771
Aumento de capital integralizado	648.583	646.793
Prejuízos acumulados	(435.792)	(469.407)
Outros prejuízos abrangentes acumulados	(21.610)	(27.237)
Patrimônio líquido total da Pilgrim's Pride Corporation	191.952	150.920
Participações não controladoras	6.514	6.201
Total do patrimônio líquido	198.466	157.121
	$ 3.209.463	$ 3.060.504

As notas acompanhantes fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas

PILGRIM'S PRIDE CORPORATION
DEVEDORA E DEVEDORA EM POSSE
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADAS
(Não Auditado)

	Três meses findos em	
	27 de dezembro de 2009	**27 de dezembro de 2008**
	(Em milhares, exceto por dados de ações)	
Faturamento líquido	$ 1.602.734	$ 1.876.991
Custos e despesas:		
Custo de vendas	1.517.273	1.960.373
Encargos de reestruturação operacional	2.877	—
Lucro bruto (prejuízo)	82.584	(83.382)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	76.354	92.437
Itens de reestruturação administrativa, líquidos	(1.359)	2.422
Total dos custos e despesas	1.595.145	2.055.232
Lucro operacional (prejuízo)	7.589	(178.241)
Outras despesas (receitas):		
Despesas financeiras	44.673	39.569
Receitas financeiras	(480)	(531)
Diversos, líquidos	(884)	(1.440)
Total de outras despesas (receitas)	43.309	37.598
Prejuízo das operações normais antes dos itens da recuperação e impostos de renda	(35.720)	(215.839)
Itens da recuperação, líquidos	32.726	13.250
Prejuízo das operações normais antes dos impostos de renda	(68.446)	(229.089)
Despesa (receita) de imposto de renda	(102.371)	278
Lucro (prejuízo) das operações normais	33.925	(229.367)
Lucro na operação das atividades descontinuadas, líquido do imposto	—	574
Lucro líquido (prejuízo)	33.925	(228.793)
Menos: Lucro líquido (prejuízo) atribuível a participações não controladoras	312	(13)
Lucro líquido (prejuízo) atribuível à Pilgrim's Pride Corporation	$ 33.613	$ (228.780)
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária—básico:		
Lucro (prejuízo) de operações normais atribuível a acionistas ordinários da Pilgrim's Pride Corporation	$ 0,45	$ (3,10)
Lucro de negócios descontinuados atribuível a acionistas ordinários da Pilgrim's Pride Corporation	—	0,01
Lucro líquido (prejuízo) atribuível a acionistas ordinários da Pilgrim's Pride Corporation	$ 0,45	$ (3,09)
Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária —diluído:		
Lucro (prejuízo) de operações normais atribuível a acionistas ordinários da Pilgrim's Pride Corporation	$ 0,44	$ (3,10)
Lucro de negócios descontinuados atribuível a acionistas ordinários da Pilgrim's Pride Corporation	—	0,01
Lucro líquido (prejuízo) atribuível a acionistas ordinários da Pilgrim's Pride Corporation	$ 0,44	$ (3,09)

As notas acompanhantes fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas

PILGRIM'S PRIDE CORPORATION
DEVEDORA E DEVEDORA EM POSSE
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADAS (CONTINUAÇÃO)
(Não Auditado)

	Três meses findos em	
	27 de dezembro de 2009	**27 de dezembro de 2008**
	(Em milhares, exceto por dados de ações)	
Média ponderada das ações em circulação:		
Básico	74.374	74.056
Diluído	77.141	74.056
Valores atribuíveis a acionistas ordinários da Pilgrim's Pride Corporation:		
Lucro (prejuízo) das operações normais, líquido do imposto	$ 33.613	$ (229.354)
Lucro de negócios descontinuados, líquido do imposto	—	574
Lucro (prejuízo) líquido	$ 33.613	$ (228.780)

As notas acompanhantes fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

PILGRIM'S PRIDE CORPORATION
DEVEDORA E DEVEDORA EM POSSE
DEMONSTRAÇÕES DE LUCRO (PREJUÍZO) ABRANGENTE CONSOLIDADAS
(Não Auditadas)

	Três meses findos em	
	27 de dezembro de 2009	**27 de dezembro de 2008**
	(Em milhares)	
Lucro (prejuízo) líquido	$ 33.925	$ (228.793)
Outro lucro abrangente:		
Lucros não realizados sobre títulos disponíveis para venda	41	415
Prejuízo sobre instrumento derivativo denominado *hedge* de fluxo de caixa	(139)	(139)
Ganhos atuariais associados às pensões e outros benefícios pós-aposentadoria	9.156	—
Efeito fiscal	(3.431)	(100)
Total de outro lucro abrangente, líquido de imposto	5.627	176
Lucro (prejuízo) abrangente	39.552	(228.617)
Menos: Lucro (prejuízo) abrangente atribuível a participações não controladoras	312	(13)
Lucro (prejuízo) abrangente atribuível à Pilgrim's Pride Corporation	$ 39.240	$ (228.604)

As notas acompanhantes fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

PILGRIM'S PRIDE CORPORATION DEVEDORA E DEVEDORA EM POSSE
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADAS
(Não Auditadas)

			Acionistas da Pilgrim's Pride Corporation					
	Total	Lucro Abrangente	Ganho (Déficit) Acumulado	Outros Lucros (Prejuízos) Abrangentes Acumulados	Valor	Ações	Capital Integralizado Adicional	Participação Não controladora
			(Em milhares, exceto ações e por dados de ação)					
Saldo em 27 de setembro de 2008	$ 358.055	$ —	$ (317.082)	$ 21.161	$ 740	74.055.733	$ 646.922	$ 6.314
Lucro abrangente (prejuízo):								
Prejuízo líquido	(228.793)	(228.793)	(228.780)					(13)
Outro lucro abrangente, líquido do imposto:								
Lucros não realizados sobre títulos disponíveis para venda	415	415		415				
Prejuízo sobre instrumento derivativo denominado *hedge* de fluxo de caixa	(139)	(139)		(139)				
Efeito fiscal	(100)	(100)		(100)				
Total de outro lucro abrangente	176	176						
Total de prejuízo abrangente	(228.617)	$ (228.617)						
Outra atividade	(98)						(98)	
Saldo em 27 de dezembro de 2008	$ 129.340		$ (545.862)	$ 21.337	$ 740	74.055.733	$ 646.824	$ 6.301
Saldo em 26 de setembro de 2009	$ 157.121	$ —	$ (469.407)	$ (27.237)	$ 771	77.141.389	$ 646.793	$ 6.201
Lucro abrangente (prejuízo):								
Lucro líquido	33.925	33.925	33.613					312
Outro lucro abrangente, líquido do imposto:								
Lucros não realizados sobre títulos disponíveis para venda	41	41		41				
Prejuízo sobre instrumento derivativo denominado *hedge* de fluxo de caixa	(139)	(139)		(139)				
Lucros atuariais associados às pensões e outros benefícios pós-aposentadoria	9.156	9.156		9.156				
Efeito fiscal	(3.431)	(3.431)		(3.431)				
Total de outro lucro abrangente	5.627	5.627						
Total de lucro abrangente	39.552	$ 39.552						
Pagamentos compartilhados	1.790						1.790	
Outra atividade	3		2					1
Saldo em 27 de dezembro de 2009	$ 198.466		$ (435.792)	$ (21.610)	$ 771	77.141.389	$ 648.583	$ 6,514.

As notas acompanhantes fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

PILGRIM'S PRIDE CORPORATION E CONTROLADAS
DEVEDORA E DEVEDORA EM POSSE
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE FLUXOS DE CAIXA
(Não Auditadas)

	Três Meses Findos em	
	27 de dezembro de 2009	27 de dezembro de 2008
	(Em milhares)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro (prejuízo) líquido atribuível à Pilgrim's Pride Corporation	$ 33.613	$ (228.780)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido atribuível à Pilgrim's Pride Corporation ao caixa originado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	56.705	60.158
Lucro sobre ativos alienados	(1.377)	(51)
Indenização compartilhada	1.790	—
Imposto de renda diferido	(112.392)	—
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber e outros recebíveis	6.577	(206.069)
Estoques	26.006	267.675
Despesas antecipadas e outros ativos circulantes	9.897	16.615
Contas a pagar e despesas provisionadas	16.540	(7.352)
Impostos de renda a receber, líquidos	10.909	(541)
Depósitos de seguro	(49.635)	—
Outros	(2.690)	(13.392)
Caixa utilizado em atividades operacionais	(4.057)	(111.737)
Fluxos de caixa nas atividades de investimento:		
Aquisições de imobilizado	(30.463)	(29.028)
Compras de títulos de investimento	(6.024)	(5.629)
Recebimentos da venda ou vencimento de títulos de investimento	4.511	4.591
Variação no caixa e equivalentes de caixa vinculados	—	(6.667)
Recebimentos da alienação da Valley Rail Service, Inc.	1.000	—
Recebimentos da alienação de ativos	2.522	732
Caixa utilizado em atividades de investimento	(28.454)	(36.001)
Fluxos de caixa nas atividades de financiamento:		
Recebimentos de notas de curto prazo a pagar	—	234.717
Pagamentos de notas de curto prazo a pagar	—	(133.525)
Recebimentos de dívida a longo prazo	60.370	828.238
Pagamentos de dívida a longo prazo	(10.144)	(694.563)
Variação no saldo de caixa das obrigações da administração	—	(115.305)
Outros	(1.976)	(98)
Caixa originado em atividades de financiamento	48.250	119.464
Efeito das variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	532	(634)
Acréscimo (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	16.271	(28.908)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	220.029	61.553
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	$ 236.300	$ 32.645

As notas acompanhantes fazem parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA A— NEGÓCIOS E PROCESSO JUDICIAL DE RECUPERAÇÃO

Negócios

A Pilgrim's Pride Corporation (doravante denominada "Pilgrim's Pride", "Companhia", "nós", "nosso/nossa" ou termos similares) é uma das maiores empresas do setor aviário nos Estados Unidos, México e Porto Rico. Nossa linha de frango fresco para o varejo é comercializada em todo os Estados Unidos, em Porto Rico e nas regiões norte e central do México. Nossos produtos feitos com carne de frango processada atendem às necessidades de alguns dos mais importantes clientes do segmento de *food service* nos Estados Unidos. Além disso, a Companhia exporta produtos feitos com carne de frango para aproximadamente 90 países. Como uma Companhia integrada verticalmente, controlamos cada etapa da produção de nossos produtos. Dirigimos unidades de processamento de ração, chocadeiras, unidades de processamento e centros de distribuição em 15 estados dos Estados Unidos, em Porto Rico e no México.

Nossos produtos feitos com carne de frango fresco consistem em frango fresco ou refrigerado (não congelado) inteiro ou em cortes, pré-marinado ou não marinado, e frango pré-embalado em diversas combinações de frangos inteiros e pedaços de frango frescos refrigerados. Nossos produtos à base de carne de frango processado incluem porções de filés de peito de frango, sobrecoxa e tirinhas, produtos de delicatessen, saladas, nuggets e pedaços de frango com osso. Esses produtos são vendidos refrigerados ou congelados, podendo ser parcialmente cozidos, totalmente cozidos ou crus. Outrossim, esses produtos podem ser empanados ou não empanados, pré-marinados ou não marinados.

Capítulo 11 Pedido de Recuperação

Histórico

Em 1º de dezembro de 2008 (a "Data do pedido de recuperação"), a Pilgrim's Pride Corporation e seis de suas controladas (coletivamente, as "Devedoras") protocolaram pedidos de recuperações voluntárias, ao amparo do Capítulo 11 do Título 11 do Código dos Estados Unidos ("Código Falimentar"), no Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Norte do Texas, Divisão Fort Worth (o "Tribunal de Falências"). Os casos estão sendo administrados em conjunto com a Ação nº 08-45664. As controladas da Companhia no México e determinadas operações nos Estados Unidos ("EUA") não foram incluídas no protocolo (as "Controladas não Protocoladas") e continuarão a operar fora do pedido de recuperação. Conforme descrito abaixo, em 10 de dezembro de 2009, o Tribunal de Falências proferiu uma ordem (a "Ordem de Confirmação") aprovando e confirmando o Plano. A Companhia emergiu do pedido de recuperação em 28 de dezembro de 2009 (a "Data de Vigência").

Até a emergência na Data de Vigência, as Devedoras estavam operando como "devedoras em posse" (DIP) sob a jurisdição do Tribunal de Falências e em conformidade com as disposições aplicáveis do Código Falimentar e ordens do Tribunal de Falências. Em geral, como devedores em posse, estamos autorizados pelo Capítulo 11 a continuar a operar como um negócio normal, mas não podemos nos dedicar a transações fora do curso normal dos negócios sem a prévia aprovação do Tribunal de Falências.

Logo após a Data do pedido de recuperação, as Devedoras notificaram a todos os credores atuais ou potenciais conhecidos do pedido de recuperação. Dependendo de determinadas exceções segundo o Código Falimentar, a apresentação das Devedoras na recuperação automaticamente impôs, ou suspendeu, a continuação de quaisquer processos judiciais ou administrativos, ou outras ações contra as Devedoras ou seus bens para recuperar, cobrar ou garantir um crédito surgido anteriormente à Data do pedido de recuperação. Assim, por exemplo, a maioria das ações de credores para obter a posse de bens das Devedoras, ou para criar, reforçar ou aplicar qualquer ônus contra os bens das Devedoras, ou para cobrar as quantias devidas ou de outra forma exercer direitos ou remediações jurídicas em relação a um crédito de pré-pedido da recuperação são impostas, salvo e até que o Tribunal de Falências pare a suspensão automática. Os fornecedores estão sendo pagos pelas mercadorias fornecidas e serviços prestados após a Data do pedido de recuperação no curso normal dos negócios. Além disso, o Tribunal de Falências aprovou o pagamento de algumas obrigações anteriores ao pedido de recuperação, das Devedoras, inclusive, mas não apenas, salários e benefícios de empregados, e o Tribunal de Falências aprovou o pagamento de fornecedores e

provedores que forneceram bens ou serviços no curso normal dos negócios das Devedoras pedidos pré-pedido da recuperação, porém recebidos a partir e após a Data do pedido de recuperação, e outros pagamentos relacionados às atividades, necessários para manter a operação de nossos negócios.

Conforme exigido pelo Código Falimentar, o Depositário dos Estados Unidos para o Distrito do Norte do Texas nomeou um comitê oficial de credores não garantidos. O Comitê de Credores e seus representantes legais tinham o direito de ser ouvidos sobre todas as questões dirigidas ao Tribunal de Falências em relação às Devedoras. Além disso, em 30 de abril de 2009, o Tribunal de Falências ordenou ao Depositário dos EUA que nomeasse um comitê oficial de acionistas para representar as participações dos acionistas da Pilgrim's Pride nos casos de falência das Devedoras.

Segundo a Seção 365 e outras seções relevantes do Código Falimentar, podemos assumir, assumir e designar, ou rejeitar, determinados contratos contingentes e arrendamentos não expirados, incluindo, entre outros, arrendamentos de propriedades reais e equipamentos, sujeitos à aprovação do Tribunal de Falências e algumas outras condições. Qualquer descrição de um contrato contingente ou arrendamento não expirado no presente relatório, incluindo, quando aplicável, nossos direitos de rescisão expressa ou a quantificação de nossas obrigações, deve ser lida em conjunto, e ser qualificada por quaisquer direitos de anulação de rejeição que tenhamos conforme a Seção 365 do Código Falimentar. Em 20 de novembro de 2009, os Devedores protocolaram uma lista de contratos contingentes que eles assumiriam.

Contrato de Crédito DIP

Em 2 de dezembro de 2008, o Tribunal de Falências concedeu uma aprovação intermediária autorizando a Companhia e algumas de suas controladas, consistindo na PPC Transportation Company, PFS Distribution Company, PPC Marketing, Ltd., Pilgrim's Pride Corporation of West Virginia, Inc. (coletivamente, as "Controladas nos EUA"), To-Ricos, Ltd. e To-Ricos Distribution, Ltd. (coletivamente com as Controladas nos EUA, as "Controladas"), a celebrar um Contrato de Crédito Pós-Pedido de Recuperação (o "Contrato de Crédito DIP Inicial") entre a Companhia, como tomadora, as Controladas nos EUA, como fiadoras, o Bank of Montreal, como agente (o "Agente DIP"), e a parte dos financiadores. Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia, as Controladas nos EUA e as outras partes celebraram um Contrato de Crédito DIP Inicial, sujeito à aprovação final do Tribunal de Falências. Em 30 de dezembro de 2008, o Tribunal de Falências concedeu aprovação final autorizando a Companhia e as Controladas a celebrar um Contrato de Crédito Pós-Pedido de Recuperação Aditado e Atualizado, datado de 31 de dezembro de 2008, e suas alterações (o "Contrato de Crédito DIP"), entre a Companhia, como tomadora, as Controladas, como fiadoras, o Agente DIP, e a parte financiadora.

O Contrato de Crédito DIP estabelece um acordo total original de até $ 450 milhões, que permite empréstimos em base rotativa. O acordo inclui um sublimite de $ 25 milhões para empréstimos *swingline* e um sub-limite de $ 20 milhões em cartas de crédito. Os empréstimos em circulação pelo Contrato de Crédito DIP arcarão com juros a uma taxa percentual anual igual a 8,0% mais o que for maior entre (i) a taxa *prime* estabelecida pelo Agente DIP periodicamente, (ii) a taxa média dos fundos federais mais 0,5%, ou (iii) a taxa LIBOR mais 1,0%, devidos mensalmente. Durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2009, não havia empréstimos pendentes sob o Contrato de Crédito DIP. Durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2008, a média dos empréstimos pendentes e a taxa média ponderada de juros nos termos do Contrato de Crédito DIP foram $ 120,4 milhões e 11,86%, respectivamente. Os empréstimos pelo Contrato de Crédito DIP Inicial foram usados para recomprar todas as contas a receber vendidas sob um Contrato de Compra de Recebíveis Alterado e Consolidado, da Companhia celebrado em 26 de setembro de 2008, na forma emendada (“RPA”). Os Empréstimos sob o Contrato de Crédito DIP também foram usados para custear os requisitos de capital de giro da Companhia e de suas controladas, de acordo com um orçamento aprovado pelas mutuantes sob o Contrato de Crédito DIP.

Os empréstimos efetivamente tomados pela Companhia sob o Contrato de Crédito DIP estão sujeitos a uma base de mútuo, que é uma fórmula baseada em certos estoques elegíveis e recebíveis elegíveis. Em 27 de dezembro de 2009, a base de mútuo aplicável e o valor disponível para empréstimos nos termos do Contrato de Crédito DIP eram ambos $ 250 milhões já que não havia empréstimos em circulação nos termos do Contrato de Crédito DIP.

Em 1º de dezembro de 2009, a data de vencimento do Contrato de Crédito DIP foi prorrogada de 1º de dezembro de 2009 até 31 de janeiro de 2010, e os compromissos do mutuante nos termos do Contrato de Crédito DIP foram

reduzidos para $ 250 milhões. Todas as obrigações sob o Contrato de Crédito DIP foram incondicionalmente garantidas pelas Controladas e caucionadas por uma hipoteca de primeiro grau sobre praticamente a totalidade dos ativos da Companhia e das Controladas, nos termos de instrumentos de penhor específicos permitidos no Contrato de Crédito DIP. Conforme discutido abaixo, na data de vigência, o Contrato de Crédito DIP foi rescindido de acordo com a Ordem de Confirmação e Plano.

Emergência da Falência e Aquisição

A fim de sair com sucesso da Recuperação, as Devedoras necessitarão obter confirmação pelo Tribunal de Falências de um plano da recuperação que satisfaça as exigências do Código Falimentar. Um plano da recuperação a ser confirmado resolveria, entre outras coisas, as obrigações pré-pedido da recuperação das Devedoras, estabeleceria a estrutura revista do capital da entidade recém-reorganizada e estabeleceria a governança corporativa subseqüente à saída da falência.

O Plano e Emergência

Em 17 de setembro de 2009, as Devedoras apresentaram o Plano Conjunto de Recuperação do Código de Falência de Companhia no Tribunal de Falência, junto com a Declaração de Informação para o Plano Conjunto de Recuperação do Código de Falência de Companhia das Devedoras (conforme alterado e aditado, o "Plano"). O Plano previu para a recuperação dos negócios da Devedora como em plena atividade. O plano foi estabelecido sobre (i) uma operação com a JBS USA Holdings, Inc. (a "Patrocinadora do Plano" ou "JBS USA"), pelo qual, de acordo com o SPA (definido abaixo), a Patrocinadora do Plano compraria 64% das ações ordinárias da Sociedade recuperada ("PPC recuperada") em troca de $ 800 milhões em dinheiro, a serem usados pelas Devedoras para, entre outras coisas, financiar distribuições para titulares de créditos autorizados nos termos do Plano, e (ii) as Devedoras celebraram uma nova linha de crédito com compromisso total de até $ 1.750 milhão (conforme descrito abaixo, "Linha de Crédito de Saída"). Em relação ao plano, todos os titulares de créditos autorizados serão pagos na íntegra salvo decisão em contrário do titular aplicável, desde que o Plano contemple que as Notas Seniores de 7 5/8% com vencimento em 2015, as Notas Subordinadas Seniores de 8 3/8% com vencimento em 2017 e as Notas Subordinadas Seniores de 9 1/4% com vencimento em 2013 (em conjunto, as "Notas Descobertas"), emitidas no termos das escrituras de emissão em circulação da Companhia, seriam reintegradas pelo menos e na medida em que um titular dos títulos eleito para receber um pagamento em dinheiro igual aos valores do principal das títulos mais os juros não pagos que venceram antes do pedido com juros vencidos sobre os juros não pagos à taxa do contrato padrão até a Data de Vigência, conforme definido abaixo, e os juros não pagos vencidos após pedido sobre o valor do principal das notas na taxa não-padrão do contrato até a Data de Vigência. Com base nos titulares dos Descobertas que fazem eleições em dinheiro, o valor do principal agregado de $ 5,1 milhão das Notas Descobertas foram reintegrados.

A Seção 1128 (a) do Código de Falências prevê que o Tribunal de Falências, após aviso adequado, realize uma audiência sobre a confirmação de um plano de recuperação. A audiência de confirmação do Plano ocorreu nos dias 8 e 9 de dezembro de 2009. Em 10 de dezembro de 2009, o Tribunal de Falências proferiu a Ordem de Confirmação aprovando e confirmando o Plano. A companhia emergiu do pedido de recuperação na Data de Vigência, um dia após seu período de transição encerrado em 27 de dezembro de 2009.

De acordo com a Ordem de Plano e Confirmação, na Data de Vigência, os seguintes contratos foram rescindidos: (i) o Contrato de Crédito DIP, (ii) Quarto Contrato de Crédito Garantido Alterado e Consolidado datado de 08 de fevereiro de 2007, entre a Companhia e algumas de suas controladas, Bank of Montreal, como agente administrativo, e as mutuantes partes do contrato, conforme alterado ("Linha de Crédito BMO Pré-pedido de Recuperação"), e (iii) o Contrato de Crédito Alterado e Consolidado, datado de 21 de setembro de 2006, entre a Companhia, CoBank, como agente, e mutuantes daquele, conforme alterado ("Linha de Crédito CoBank Pré-pedido de Recuperação" e junto com o Contrato de Crédito DIP e Linha de Crédito BMO Pré-pedido de Recuperação, "Linhas de Crédito Garantidas Antecipadamente"). Os recursos da Linha de Crédito de Saída foram usados para reembolsar os valores pendentes nos termos das Linhas de Crédito Garantidas Antecipadamente.

A Aquisição

Em 17 de setembro de 2009, apresentamos uma petição no Tribunal de Falências buscando um ordem aprovando determinadas disposições do SPA. Em 7 de outubro de 2009, o Tribunal de Falências deferiu a petição e aprovou

determinadas disposições do SPA. Também requeremos a aprovação das partes restantes do SPA, como parte da aprovação do Plano.

Na Data de Vigência, que foi o dia após a data do balanço patrimonial de 27 de dezembro de 2009, as ações ordinárias da Companhia em circulação imediatamente antes da entrada em vigor do Plano foram canceladas e convertidas em direito de receber ações ordinárias, de valor nominal de $ 0,01 dólar por ação, da PPC Recuperada com base em uma taxa de câmbio de um para um, que constitui 36% do número total de ações ordinárias da PPC Recuperada emitidas de acordo com o Plano. As ações ordinárias restantes da PPC Recuperada, constituindo 64% do total emitido em conformidade com o Plano e em circulação na Data de Vigência, foram emitidas para a Patrocinadora do Plano, uma controlada indireta totalmente controlada da JBS S.A., uma produtora de carne com base no Brasil, por $ 800 milhões em dinheiro, conforme os termos e as condições de um Contrato de Compra de Ações (o "SPA"), celebrado pela Companhia e a Patrocinadora do Plano em 16 de setembro de 2009, conforme alterado (a "Aquisição"). O recurso da venda das ações ordinárias da PPC Recuperada para a JBS USA foi usado para financiar a distribuição de dinheiro aos credores quirografários. Vigente em 29 dezembro de 2009, a Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) listou as ações ordinárias da PPC Recuperada, que agora é cotada sob o símbolo do registrador da bolsa "PPC".

Em conexão com o fechamento da aquisição, a Companhia celebrou um contrato de acionistas com a JBS USA (o "Contrato de Acionistas"), adotaram e apresentaram um Certificado de Constituição Alterado e Consolidado ("Certificado de Constituição Consolidado") e adotou o Regimento Interno Alterado e Consolidado (o "Regimento Interno Consolidado"). O Contrato de Acionistas e o Certificado de Constituição Consolidado regerão a constituição do conselho de administração da Companhia e a seleção dos seus membros. O Contrato de Acionistas, entre outras coisas, também restringe a capacidade da JBS USA de comprar ações ordinárias da PPC Recuperada, exige a aprovação dos acionistas da Companhia com relação a alterações especificadas do Certificado de Constituição Consolidado e Regimento Interno Consolidado e exige que a JBS USA use esforços comercialmente razoáveis para manter a cotação das ações ordinárias da PPC Recuperada em uma bolsa de valores nacional. Entre outros direitos, o Certificado de Constituição Consolidado prevê que, se a JBS USA concluir uma oferta pública inicial de suas ações ordinárias, então, a JBS USA tem o direito de trocar todas as ações ordinárias em circulação da PPC Recuperada por ações ordinárias da JBS USA. Por um período que tem início após a conclusão de tal oferta e que termina dois anos e 30 dias após a Data de Vigência do Plano, a JBS USA pode exercer esse direito de troca durante a janela de troca limitada em cada trimestre fiscal com início seis dias de negociação após a PPC Recuperada e a JBS USA fazerem os respectivos relatórios periódicos ou quitações de rendimento do trimestre ou ano anterior, conforme o caso, e terminando no último dia do trimestre fiscal durante o qual o relatório ou quitação foi feito. O número de ações ordinárias da JBS USA a serem emitidas em troca das ações ordinárias da PPC Recuperada será dependente da média ponderada do volume dos preços de negociação diários relativos por ação ordinária da PPC Recuperada e ação ordinária da JBS USA durante o período imediatamente anterior ao momento em que a JBS USA exercer o seu direito de troca.

Linha de Crédito de Saída

Ao sair da falência, em 28 de dezembro de 2009, a Companhia e algumas de suas controladas, To-Ricos Ltd. e To-Ricos Distribution Ltd. (coletivamente, "Mutuários To-Ricos"), celebraram uma Linha de Crédito de Saída, que prevê um compromisso total de 1,75 bilhão de dólares que consiste em (i) um acordo de mútuo rotativo de $600 milhões, (ii) Acordo de empréstimos Termo A de $ 375 milhões e (iii) um acordo de empréstimos Termo B de $ 775 milhões. A acordo de mútuo rotativo e os empréstimos Termo A vencerão em 28 de dezembro de 2012. Os empréstimos Termo B vencerão em 28 de dezembro de 2014. A CoBank ACB funcionará como agente administrativo ("Agente da Linha de Crédito de Saída") em nome dos mutuantes nos termos da Linha de Crédito de Saída.

Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia pediu emprestado $ 375 milhões nos termos do acordo de empréstimos Termo A, $ 775 milhões nos termos do acordo de empréstimos Termo B e $ 100 milhões nos termos do acordo de mútuo rotativo. A Companhia pagou os empréstimos pendentes nos termos do acordo de mútuo rotativo em 7 de janeiro de 2010. Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia também pagou os custos de empréstimos, totalizando $ 50,0 milhões relacionados à Linha de Crédito de Saída, que ela reconheceu como um ativo no seu balanço patrimonial. A Companhia amortizará esses custos capitalizados ao gasto durante a eficácia da Linha de Crédito de Saída.

Os empréstimos Termo A serão pagos em 12 parcelas do principal trimestrais iguais de $ 12,5 milhões, com início em 15 de abril de 2010, com a última parcela vencendo em 28 de dezembro de 2012. Os empréstimos Termo B devem ser pagos em 16 parcelas do principal trimestrais iguais de $ 12,5 milhões, com início em 15 de abril de 2011, com a última parcela vencendo em 28 de dezembro de 2014. Além disso, após o final de cada exercício fiscal, uma parcela de nosso fluxo de caixa deve ser utilizada para pagar as quantias do principal pendentes nos termos dos empréstimos Termo A e Termo B. Os *covenants* na Linha de Crédito de Saída também exigem que usemos os recursos recebidos da venda de certos ativos e emissões de títulos e títulos dívida especificados e, na ocorrência de outros eventos, que paguemos os empréstimos pendentes nos termos da Linha de Crédito de Saída.

A Linha de Crédito de Saída inclui um sub-limite de $ 50 milhões para empréstimos *swingline* e um sub-limite de $ 200 milhões para cartas de crédito. Empréstimos pendentes nos termos do acordo de mútuo rotativo têm juros na taxa anual igual a 3,50%, mais o maior entre (i) a taxa *prime* dos EUA publicada pelo *Wall Street Journal*, (ii) a taxa média de fundos federais mais 0,5%, e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0%, no caso de empréstimos de taxa básica alternada, ou 4,50% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses ajustada pela reserva legal aplicável, no caso de empréstimos Eurodollar. Empréstimos pendentes de Termo A e Termo B-1 têm juros na taxa anual igual a 4,00%, mais o maior entre (i) a taxa *prime* dos EUA publicada pelo *Wall Street Journal*, (ii) a taxa média de fundos federais mais 0,5%, e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0%, no caso de empréstimos de taxa básica alternada, ou 5,00% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses ajustada pela reserva legal aplicável, no caso de empréstimos Eurodollar. Empréstimos Termo B-2 pendentes incorrem em juros a uma taxa anual igual a 9,00%. As comissões de compromisso cobradas sobre os acordos de crédito rotativo nos termos da Linha de Crédito de Saída vencerão em uma taxa anual igual a 1,00%.

O produto dos empréstimos contraídos nos termos da Linha de Crédito de Saída foi utilizado para (i) reembolsar a dívida garantida pendente da Companhia e (ii) pagar taxas, custos e despesas relacionados e contemplados pela Linha de Crédito de Saída e pelo Plano. Além disso, o recurso dos empréstimos contraídos nos termos do acordo de mútuo rotativo será usado para financiar os propósitos gerais societários dos mutuários (incluindo as despesas de capital, aquisições autorizadas, principal e juros nos termos da Linha de Crédito de Saída).

Empréstimos contraídos pela Companhia nos termos da Linha de Crédito de Saída estão sujeitos a uma base de mútuo, que é uma fórmula baseada em estoque elegível, recebíveis elegíveis e caixa restrito sob o controle do Agente da Linha de Crédito de Saída. A fórmula base do mútuo é reduzida pela soma de (i) estoque reserva, (ii) aluguel e reservas de acesso de garantia, e (iii) qualquer valor com mais de 15 dias em atraso que seja devido pela Companhia ou suas controladas a qualquer pessoa por causa do preço de compra de produtos agrícolas ou serviços (inclusive de aves e animais), se essa pessoa tiver direito a qualquer garantia real ou outra garantia do produtor ou criador. A disponibilidade de mútuo rotativo sob a base de empréstimos também é limitada a um total de $ 25 milhões em relação aos mutuários To-Ricos.

A Linha de Crédito de Saída prevê que a Companhia não pode incorrer em despesas de capital acima de $ 225 milhões no exercício fiscal de 2010, $ 275 milhões no exercício fiscal de 2011 e $ 350 milhões por exercício fiscal seguinte. A companhia também deve manter um índice de cobertura de encargo fixo mínimo e um nível mínimo de patrimônio líquido tangível e não pode exceder um índice máximo de mútuo. A Linha de Crédito de Saída contém também vários convênios que podem prejudicar nossa capacidade de, entre outras coisas, incorrer em dívidas adicionais, incorrer em ônus, pagar dividendos ou fazer certos pagamentos restritos, consumar a venda de determinados ativos, celebrar operações com a JBS USA e nossas outras coligadas, incorporar, consolidar, fundir e/ou vender ou alienar parte ou totalidade de nossos ativos.

Todas as obrigações nos termos da Linha de Crédito de Saída são incondicionalmente garantidas pelas Controladas e caucionadas por uma hipoteca de primeiro grau sobre (i) as contas a receber nacionais (incluindo Porto Rico) e estoque da Companhia e suas controladas, (ii) 100% da participação acionária nos Mutuários To-Ricos e controladas nacionais da companhia e 65% da participação acionária nas controladas estrangeiras diretas da Companhia, (iii) substancialmente todos os bens móveis e intangíveis da Companhia, dos Mutuários To-Ricos e dos garantes das controladas, e (iv) substancialmente todos os bens imóveis e ativos fixos da Companhia e garantes da controlada.

A Linha de Crédito de Saída permite que a Companhia faça adiantamentos adicionais às suas controladas não-garantes de até $ 61,8 milhões. Após o pagamento integral dos empréstimos Termo A, a Companhia poderá fornecer

adiantamentos adicionais para suas controladas não-garantes de até $ 131,8 milhões, sujeita a determinadas condições. A administração acredita que todas as controladas da Companhia, incluindo suas controladas mexicanas, serão capazes de operar dentro desta limitação.

Ver Nota K— Títulos a pagar e de dívida de longo prazo para mais informações sobre o Contrato de Crédito DIP e a Linha de Crédito de Saída.

Considerações do Relatório Financeiro

O impacto das demonstrações financeiras de emergência da Companhia da falência, a aquisição de 64% das ações ordinárias da PPC Recuperada pela JBS USA e de refinanciamento por meio do recurso da Linha de Crédito de Saída não são refletidos nas demonstrações financeiras para os três meses findos em 27 de dezembro de 2009, já que essas operações ocorreram em 28 de dezembro de 2009. A emergência da falência não autoriza o recomeço da contabilidade. A aquisição de uma participação controladora na companhia pela JBS USA não autoriza baixar a contabilidade, já que a JBS comprou somente 64% das ações ordinárias da PPC Recuperada. Assim, a Companhia não reavaliará seus ativos e passivos relativos à emergência da Companhia da falência.

Da Data do pedido de recuperação até 27 de dezembro de 2009, a Companhia aplicou o Tópico 852 da Codificação das Normas de Contabilidade ("ASC") na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. O Tópico 852 da ASC exige que as demonstrações financeiras, para os períodos posteriores à apresentação do pedido de recuperação, diferenciem as transações e eventos que estão diretamente associados à recuperação das operações em andamento dos negócios. Assim, certas despesas (incluindo honorários profissionais), lucros e prejuízos realizados e as provisões para perdas que são realizadas ou incorridas no pedido de recuperação estão incluídos na linha *itens da Recuperação, líquidos* nas Demonstrações Consolidadas de Operações. Além disso, as obrigações de pré-pedido que foram impactadas pelo processo de recuperação da falência foram incluídas na linha item *Passivos comprometidos* no Balanço Patrimonial Consolidado.

Os itens de recuperação dos Devedores consistiram no que segue:

	Três meses findos em	
	27 de dezembro de 2009	27 de dezembro de 2008
	(Em milhares)	
Honorários profissionais diretamente relacionadas à recuperação[(a)]	$ 14.175	$ 6.875
Custos financeiros relativos a várias linhas de crédito[(b)]	—	5.690
Remuneração de incentivo [(c)]	14.071	—
Outros custos [(d)]	4.480	685
Itens da recuperação, líquidos	$ 32.726	$ 13.250

(a) *Honorários profissionais diretamente relacionados à recuperação* incluíram honorários pós-pedido da recuperação associados a consultores das Devedoras, do comitê estatutário dos credores não-garantidos e determinados credores garantidos. Os honorários profissionais são estimados pelas Devedoras e serão reconciliados com as faturas reais quando recebidas.

(b) Para os três meses findos em 27 de dezembro de 2008, *Custos financeiros relativos a várias linhas de crédito* incluíram custos financeiros relativos ao Contrato de Crédito DIP.

(c) Para os três meses findos em 27 de dezembro de 2009, a *Remuneração de incentivo* incluiu determinados custos de remuneração de incentivo que eram contingentes mediante confirmação pelo Tribunal de Falências de um plano de recuperação que atendesse as exigências do Código Falimentar. Esses custos incluíram remuneração de incentivo de $ 10,3 milhões concedidos nos termos do Plano de Bônus de Desempenho para o Exercício de 2009 da Pilgrim's Pride Corporation, aprovado pelo Tribunal de Falências em 29 de setembro de 2009, e tanto a remuneração de incentivo em dinheiro de $ 2,0 milhões quanto a remuneração de incentivo com base na participação de $ 1,8 milhão serão concedidas nos termos do Contrato de Trabalho Consolidado e Alterado entre a companhia e o seu Diretor Presidente ("CEO"), que foi aprovado pelo Tribunal de Falências em 27 de janeiro de 2009 (o "Contrato de Trabalho do CEO"). A

Companhia reconheceu despesas de remuneração com base na participação de $ 0,9 milhão em 10 de dezembro de 2009, quando restrições sobre 1.542.828 ações ordinárias outorgadas ao CEO caducaram após a confirmação do Plano e o alcance pela Companhia de determinadas metas de desempenho financeiro, estabelecidas nos termos do Contrato de Trabalho do CEO. A Companhia reconheceu também despesas de remuneração com base na participação de $ 0,9 milhão em 27 de dezembro de 2009, quando restrições sobre 1.542.828 ações ordinárias outorgadas ao CEO da Companhia caducaram madiante alcance pela Companhia de determinadas metas de desempenho financeiro estabelecidas nos termos do Contrato de Trabalho do CEO. Em 27 de dezembro de 2009, o valor intrínseco das ações ordinárias outorgadas ao CEO totalizou $ 25,9 milhões.

(d) Para os três meses findos em 27 de dezembro de 2009, *Outros custos* incluíram (i) indenizações e outros custos relativos ao fechamento de instalações pós-pedido de reorganização e ações de redução do quadro ("RIF"),e (ii) prejuízo incorrido sobre a venda da Valley Rail Service, Inc., controlada de propriedade total da Companhia que participou de uma joint venture detendo os direitos de acesso a um ramal ferroviário no norte da Virginia. Para os três meses findos em 27 de dezembro de 2008, *Outros custos* incluíram taxas associadas ao término do RPA em 3 de dezembro de 2008.

O caixa líquido pago pelos itens da recuperação durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2009 totalizou $ 17,0 milhões. Isso representou o pagamento de honorários profissionais diretamente relacionados à recuperação totalizando $ 9,5 milhões, pagamentos de indenização de $ 2,3 milhões e pagamento de custos de fechamento de unidade totalizando $ 5,2 milhões. O caixa líquido pago pelos itens de recuperação durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2008 totalizou $ 7,6 milhões. Isso representou o pagamento de despesas relacionadas ao Contrato de Crédito DIP de $ 6,9 milhões e taxas associadas ao término do RPA totalizando $ 0,7 milhão. Esses fluxos de caixa são incluídos na seção *Fluxos de caixa de atividades operacionais* nas Demonstrações de Fluxo de Caixa Consolidadas.

O caixa líquido recebido de atividades de recuperação durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2009 totalizou $ 1,0 milhão e resultou da venda da Valley Rail Service, Inc. Esse fluxo de caixa está incluído em *Fluxos de caixa de atividades de investimento* nas Demonstrações de Fluxo de Caixa Consolidadas.

Após 27 de dezembro de 2009, a Companhia reconheceu despesas de recuperação, inclusive, entre outras, (i) custos de indenização de $ 17,8 milhões relativos à eliminação de 230 cargos corporativos e administrativos em toda a organização sob a primeira fase da integração com a JBS USA e (ii) despesas relativas à eliminação de custos de empréstimo não amortizado pré-pedido de recuperação totalizando $ 17,7 milhões em 27 de dezembro de 2009.

Após 27 de dezembro de 2009, a Companhia pagou várias despesas de recuperação que foram acumuladas em 27 de dezembro de 2009, inclusive, entre outras, (i) custos de alteração no controle relativos à rescisão contratual de certos executivos totalizando $ 12,3 milhões e (ii) remuneração de incentivos totalizando $ 12,3 milhões que eram contingentes mediante confirmação pelo Tribunal de Falência de um plano de recuperação que satisfizesse as exigências do Código Falimentar.

Para outras informações sobre custos relacionados a (i) fechamentos de nossas unidades em Douglas, Georgia; El Dorado, Arkansas; Farmerville, Louisiana; Franconia, Pennsylvania; Dalton, Georgia; Athens, Georgia; e Athens, Alabama, e (ii) custos de indenizações relacionados ao fechamento do centro de distribuição em Houston, Texas, as operações da Administração para redução do quadro ("RIF") em ação de fevereiro de 2009, a ação RIF de empregados fora da produção em abril 2009, e a produção reduzida ou consolidada em várias unidades nos EUA, vide Nota D—Atividades de Saída ou de Alienação.

A conta de Passivos Comprometidos refere-se a obrigações cobertas e descobertas que foram contabilizadas no Plano. Em geral, ações de execução ou efetuação de pagamento de obrigações pré-pedido de recuperação são embargadas. O Tópico 852 da ASC exige que as obrigações pré- pedido de recuperação, sujeitas a compromisso, sejam declaradas pelo valor esperado de admissão, ainda que possam ser quitadas por valores inferiores. Essas obrigações representam o valor estimado esperado de admissão, em créditos conhecidos ou potenciais, a serem pagos por meio do pedido de recuperação, e permanecem sujeitas a futuros reajustes decorrentes de acordos negociados, ações do Tribunal de Falências, indeferimento de contratos contingentes e arrendamentos vincendos, a apuração do valor da garantia colateral caucionante das ações, habilitações de crédito, ou outros eventos. Os

Passivos Comprometidos também incluem certos itens que podem ser assumidos sob o Plano de recuperação e, como tal, podem ser então reclassificados como passivos não comprometidos.

A partir da Data do Pedido de Recuperação até a data em que o Tribunal de Falências confirmou o Plano, a Companhia incluiu a dívida nos termos das Linhas de Crédito Garantidas Antecipadamente e as Notas Descobertas nos passivos comprometidos. Depois que o plano foi confirmado, esse passivo não era mais considerado comprometido e a classificação desse passivo, quer como circulante ou a longo prazo em 27 de dezembro de 2009, foi baseada na nossa capacidade de refinanciar esse passivo numa base a longo prazo, nos termos do subtópico 470-10-45 da ASC. Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia (i) usou o recurso recebido de empréstimos nos termos da Linha de Crédito de Saída e caixa disponível para pagar dívidas nos termos das Linhas de Crédito Garantidas Antecipadamente, totalizando $ 1.398,0 milhão, (ii) usou o recurso recebido da venda das ações ordinárias da PPC Recuperada para a JBS USA para pagar a dívida nos termos das Notas Descobertas, totalizando $ 651,9 milhões, e (iii) dívida reintegrada nos termos das Notas Descobertas, totalizando $ 5,1 milhões.

Como a dívida nos termos das Linhas de Crédito Garantidas Antecipadamente e das Notas Descobertas não foi considerada comprometida nos termos do Plano, a Companhia não ajustou os seus custos de financiamento diferidos relativos a esse passivo como uma avaliação do crédito permitido. Custos de financiamento diferidos de $ 17,7 milhões foram incluídos no item *Outros Ativos* em 27 de dezembro de 2009. A Companhia gastou esses valores em 28 de dezembro de 2009, quando se extinguiu a dívida relacionada.

Nas audiências realizadas em dezembro de 2008, o Tribunal de Falências deferiu a aprovação final de muitas das pretensões "de primeiro dia" das Devedoras, cobrindo, entre outras coisas, recursos humanos, relações com fornecedores, seguros, relações com clientes, operações comerciais, determinadas matérias fiscais, gestão de caixa, serviços públicos, administração de processo e contratação de profissionais. As obrigações associadas a essas matérias não foram classificadas como Passivos Comprometidos.

As Devedoras recusaram alguns contratos contingentes pré-petição e arrendamentos vincendos, em relação às operações das Devedoras, com a aprovação do Tribunal de Falências. As perdas resultantes da recusa de contratos contingentes e arrendamentos vincendos costumam ser tratadas como créditos quirográficos e serão classificadas como Passivos Comprometidos. Os titulares de créditos pré-pedido de recuperação foram obrigados a registrar habilitações de crédito até o "prazo forense geral" de 1º de junho de 2009. O "prazo forense" é a data até a qual determinados créditos contra as Devedoras devem ser formalizados, se os demandantes quiserem receber qualquer distribuição nos casos de pedidos de recuperação. Os credores foram notificados do prazo forense geral e da exigência de apresentação de habilitação de crédito ao Tribunal de Falências. Diferenças entre os valores do passivo estimado pelas Devedoras e os créditos apresentados pelos credores estão sendo investigadas e, se necessário, o Tribunal de Falências fará a apuração definitiva do crédito admissível. Atualmente, o valor total de créditos apresentados por credores excede o valor total de créditos reconhecidos e estimados pelas Devedoras. A Administração acredita que o valor total de créditos atualmente reconhecidos pelas Devedoras não variará consideravelmente, em última análise, do valor total dos créditos admitidos pelo Tribunal de Falências. Como os créditos quirográficos gerais restantes (excluindo as dívidas sob as Notas Descobertas) ainda estão sujeitos à determinação final, a Companhia continuou a classificar tais créditos como comprometidos em 27 de dezembro de 2009.

Os Passivos Comprometidos consistem no que segue:

	27 de dezembro de 2009
	(Em milhares)
Contas a pagar	$ 102.952
Despesas acumuladas	32.834
Outros passivos de longo prazo	2.422
Total de Passivos Comprometidos	$ 138.208

A conta de Passivos Comprometidos inclui as contas comerciais a pagar, relativas a compras pré- pedido de recuperação, todas não pagas. Assim, os fluxos de caixa de operações da Companhia foram favoravelmente afetados pela suspensão de pagamento dessas contas a pagar.

Informações Financeiras Condensadas e Combinadas das Devedoras

As informações financeiras condensadas e combinadas não auditadas a seguir são apresentadas para as Devedoras em 27 de dezembro de 2009, ou para os três meses então findos (em milhares):

Informações do balanço patrimonial:		
Recebíveis de coligadas	$	126.746
Outros ativos circulantes		1.213.774
Ativos intangíveis identificados		54.633
Investimento em controladas		325.856
Imobilizado líquido		1.356.274
Outros ativos		118.115
Total de ativos	$	3.195.398
Passivo circulante	$	716.149
Passivo a longo prazo		2.249.212
Patrimônio líquido		230.037
Total do passivo e patrimônio líquido	$	3.195.398
Informações da Demonstração das Operações:		
Faturamento líquido	$	1.443.180
Lucro bruto		72.836
Lucro operacional		3.379
Itens da recuperação		32.657
Prejuízo das coligadas		(12.040)
Lucro líquido		33.613
Informações sobre as demonstrações de fluxos de caixa:		
Caixa utilizado em atividades operacionais	$	(38.285)
Caixa utilizado em atividades de investimento		(26.450)
Caixa originado em atividades de financiamento		61.228

NOTA B - BASES DA APRESENTAÇÃO

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas não auditadas acompanhantes da Pilgrim's Pride Corporation (doravante denominada "Pilgrim's, "Companhia", "nós", "nosso/nossa" ou expressões semelhantes) foram preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA quanto a informações financeiras temporárias, com as instruções do Formulário 10-Q e com o Artigo 10 do Regulamento S-X da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos ("SEC"). Assim, elas não incluem todas as informações e notas de rodapé exigidas pelos princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA para fazer as demonstrações financeiras. Na opinião da administração, foram incluídos todos os ajustes (que consistem em ajustes normais e recorrentes, salvo se divulgados de outra forma) considerados necessários para uma apresentação correta. Os resultados operacionais para os três meses findos em 27 de dezembro de 2009 não indicam necessariamente os resultados que podem ser esperados para o ano que finda em 26 de dezembro de 2010. Para mais informações, consulte as demonstrações financeiras consolidadas e suas notas de rodapé incluídas no Relatório Anual da Pilgrim's sob o Formulário K-10 para o ano findo em 26 de setembro de 2009.

Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia adotou o Regimento Interno Consolidado, que mudou o final do exercício fiscal da Companhia do sábado mais próximo de 30 de setembro de cada ano para o último domingo de

dezembro de cada ano. Essa mudança alinha o ciclo de relatório da Companhia com o calendário fiscal da JBS USA. A mudança entrou em vigor no exercício fiscal de 2010 da Companhia, que começou em 27 de setembro de 2009 e terminará em 26 de dezembro de 2010 e resultou em um período de transição aproximado de três meses, que começou em 27 de setembro de 2009 e terminou em 27 de dezembro de 2009. A Companhia opera agora em um exercício fiscal de 52/53 semanas que termina no domingo que cair em 31 de dezembro ou no anterior. Como resultado de uma mudança no exercício fiscal, a Companhia está registrando um relatório de transição no Formulário 10-Q, incluindo o período de transição de 27 de setembro de 2009 a 27 de dezembro de 2009. A Companhia também registrou com o *SEC* um relatório trimestral no Formulário 10-Q para o período de 27 de setembro de 2009 a 26 de dezembro de 2009. O leitor deve pressupor que qualquer referência feita para um ano em especial (por exemplo, 2010) neste relatório se aplica ao nosso exercício fiscal e não ao ano civil.

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Pilgrim's Pride Corporation e suas controladas integrais. Eliminamos todas as contas e transações significativas das coligadas mediante consolidação.

A Companhia redimensiona as demonstrações financeiras das suas controladas mexicanas como se o dólar dos EUA fosse a moeda funcional. Portanto, convertemos ativos e passivos, que não sejam ativos não-monetários, das controladas mexicanas pelas taxas de câmbio correntes. Convertemos os ativos não-monetários utilizando a taxa de câmbio histórica em vigor na data de aquisição de cada ativo. Convertemos as receitas e despesas pelas taxas de câmbio médias em vigor durante o período. Receitas ou prejuízos de câmbio são incluídos no item *Outras Despesas, líquidas,* no Resultado Consolidado das Operações.

A Companhia avaliou os eventos subseqüentes por meio da emissão destes demonstrativos financeiros, que ocorreu em 22 de fevereiro de 2010.

Lucro (prejuízo) por Ação

A tabela a seguir apresenta a base para o cálculo do lucro (prejuízo) por ação:

	Três meses findos em	
	27 de dezembro de 2009	**27 de dezembro de 2008**
	(em milhares, exceto por dados de ação)	
Numerador:		
Lucro (prejuízo) das operações normais imputável à Pilgrim's Pride Corporation	$ 33.613	$ (229.354)
Lucro do negócio descontinuado imputável à Pilgrim's Pride Corporation	—	574
Lucro líquido (prejuízo) imputável à Pilgrim's Pride Corporation	$ 33.613	$ (228.780)
Denominador:		
Média ponderada das ações em circulação, básicas	74.374	74.056
Efeito de ações diluídas ordinárias equivalentes	2.767	—
Média ponderada das ações em circulação, diluídas	77.141	74.056

Pronunciamentos Contábeis Recentemente Adotados

Em 27 de setembro de 2009, a Companhia adotou a orientação nos termos do Tópico 805 da ASC, que estabelece os princípios e as exigências de como o adquirente (i) reconhece e mensura em suas demonstrações financeiras os ativos identificáveis adquiridos, as obrigações assumidas e qualquer participação não controladora na aquisição, (ii) reconhece e mensura o ágio adquirido na combinação de negócios ou um lucro de uma compra negociada, e (iii) determina quais informações divulgar para capacitar os usuários das demonstrações financeiras a avaliar a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios. Ela também exige que um adquirente reconheça como gasto a maioria dos custos de operação e reestruturação como incorridos, em vez de incluir esses itens no custo da entidade adquirida. Adoção da orientação nos termos do Tópico 805 da ASC impactará quaisquer combinações de empresas

futuras que ocorram a partir da data de adoção ou após. A companhia avaliará o impacto da orientação conforme cada combinação de empresas for consumada.

Em 27 de setembro de 2009, a Companhia adotou a orientação nos termos do Subtópico 810-10 da ASC, que estabelece padrões de como a entidade reportada (i) identifica, rotula e apresenta, em suas demonstrações consolidadas de posição financeira, as participações proprietárias em controladas detidas pelas demais partes que não ela mesma, (ii) identifica e apresenta, na face de suas demonstrações consolidadas das operações, o valor do lucro líquido consolidado atribuível a ela própria e às participações não-controladoras, (iii) contabiliza mudanças em sua participação proprietária enquanto retém a participação financeira controladora em uma controlada, (iv) mensura inicialmente qualquer investimento de capital não controlador retido em uma controlada não consolidada, e (v) divulga outras informações sobre suas participações e as participações de acionistas não-controladores. A companhia reclassificou retroativamente as participações não controladoras em algumas controladas, nenhuma das quais são significantes para as operações da Companhia. A adoção da orientação do Subtópico 810-10 da ASC não apresentou um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Em 27 de setembro de 2009, a Companhia adotou orientação nos termos do Subtópico 275-10 da ASC e do Subtópico 350-30 da ASC, que altera os fatores que uma entidade deve considerar no desenvolvimento da renovação ou ampliação das premissas utilizadas na determinação da vida útil dos ativos intangíveis reconhecidos. A adoção da orientação nos termos do Subtópico 275-10 da ASC e do Subtópico 350-30 da ASC impactará os ativos intangíveis adquiridos na data da adoção ou depois. Atualmente, a Companhia avaliará o impacto da orientação no momento da aquisição de cada ativo. A Companhia não prevê que a adoção da orientação apresentará um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 27 de setembro de 2009, a Companhia adotou a orientação nos termos do Subtópico 715-20 da ASC, que estabelece instrução sobre as informações do empregador sobre os ativos do plano de uma pensão de benefício definido ou outro plano pós-aposentadoria, incluindo informações sobre políticas e estratégias de investimentos, categorias de ativos do plano, mensurações do valor justo dos ativos do plano e significativas concentrações de risco. A adoção da orientação no Subtópico 715 da ASC causará impacto sobre todas as demonstrações da Companhia de ativos do plano de benefício previdenciário definido ou outros planos pós-aposentadoria publicados ou após a data de adoção. A Companhia avaliará o impacto da orientação na ocasião em que preparar cada demonstração. A Companhia não espera que a adoção da orientação influencie substancialmente suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 27 de setembro de 2009, a Companhia adotou a Atualização das Normas de Contabilidade ("ASU") 2009-05, *Mensuração de Passivos no Valor Justo*, que prevê alterações ao Subtópico 820-10 da ASC para a mensuração do valor justo dos passivos e esclarece as técnicas necessárias para medir o valor justo quando um preço cotado em um mercado ativo para o mesmo passivo não estiver disponível. A adoção da orientação nos termos do Subtópico 820-10 da ASC não teve um impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Pronunciamentos Contábeis Emitidos Porém Ainda Não Adotados

Em janeiro de 2010, o Conselho de Normas Contábeis e Financeiras emitiu a ASU 2010-06, *Aperfeiçoando Informações sobre Mensurações do Valor justo*, que prevê alterações ao Subtópico 820-10 da ASC e que exige novas informações relativas (i) às transferências dentro e fora das mensurações do valor justo de Nível 1 e Nível 2 e (ii) à atividade nas mensurações do valor justo do Nível 3. A ASU 2010-06 também esclarece informações existentes relativas (i) ao nível da separação do passivo e ativo e (ii) à mensuração do valor justo e técnicas de avaliação. Para a Companhia, a maior parte da orientação nos termos da ASC 820-10 será aplicada em 28 de dezembro de 2009. Nova informação relativa à atividade em mensurações de valor justo de Nível 3 será aplicada em 27 de dezembro de 2010. A Companhia não espera que a adoção da orientação nos termos da ASC 820-10 tenha um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA C—NEGÓCIOS DESCONTINUADOS

A Companhia vendeu certos ativos das suas atividades de perus por $ 18,6 milhões e registrou um lucro de $ 1,5 milhão ($ 0,9 milhão, líquido do imposto) durante o trimestre que findou em 29 de março de 2008. Esse negócio era composto de praticamente todo o nosso antigo segmento avícola. Os resultados desse negócio estão incluídos na linha *Lucro de negócios descontinuados, líquido de imposto* no Resultado Consolidado de Operações para todos os períodos apresentados.

Por um período de tempo continuamos a gerar resultados operacionais e fluxo de caixa associados às nossas atividades descontinuadas de avicultura. Essas atividades foram transicionais por natureza. Celebramos um contrato de pacote comum de curto prazo com o adquirente das atividades descontinuadas de avicultura, por meio do qual eles processaram produtos avícolas para venda aos nossos clientes até o final do ano civil de 2008. Não tínhamos mais estoque remanescente de produtos avícolas em 27 de dezembro de 2009, e não reconhecemos resultados operacionais relacionados às nossas atividades descontinuadas de avicultura após o trimestre que findou em 28 de março de 2009.

Nem nosso envolvimento contínuo na distribuição e venda desses produtos avícolas nem o contrato de pacote comum nos conferiu a capacidade de influenciar as políticas operacionais e/ou financeiras do negócio de avicultura sob sua nova administração.

Nenhuma dívida foi assumida pelo comprador das atividades descontinuadas de avicultura ou exigiu-se que fosse paga como resultado da transação de alienação. Não alocamos juros ao negócio descontinuado para os três meses findos em 27 de dezembro de 2008.

Tendo-se em vista que não reconhecemos resultados operacionais para nossas atividades descontinuadas de avicultura após o trimestre findo em 28 de março de 2009, não havia valores relativos às nossas atividades de perus que exigissem segregação de operações normais para os três meses findos em 27 de dezembro de 2009. Os seguintes valores relativos às nossas atividades de avicultura foram segregados das operações normais e incluídos na linha *Lucro de negócios descontinuados, líquido de imposto* no Resultado Consolidado de Operações para os três meses findos em 27 de dezembro de 2008:

Vendas líquidas	$	26.514
Lucro de negócios descontinuados antes de impostos sobre a renda	$	922
Despesa de imposto sobre a renda		(348)
Lucro de negócios descontinuados, líquido de imposto	$	574

Não havia nenhum ativo ou passivo remanescente relativo às nossas atividades descontinuadas de avicultura em 27 de dezembro de 2009 ou em 26 de setembro de 2009.

NOTA D—ATIVIDADES DE ALIENAÇÃO OU SAÍDA

Em 2008, 2009 e nos três meses findos em 27 de dezembro de 2009, a Companhia concluiu as seguintes atividades de alienação ou saída:

- fechou os pólos de processamento ou pólos em Athens, Alabama; Athens, Georgia; Dalton, Georgia; Douglas, Georgia; El Dorado, Arkansas; Franconia, Pennsylvania; Clinton, Arkansas; Bossier City, Louisiana; e Siler City, North Carolina,
- vendeu um pólo de processamento fechado em Farmerville, Louisiana,
- Vendeu os centros de distribuição fechados em Cincinnati, Ohio; Plant City, Florida; El Paso, Texas, e Pompano Beach, Florida,
- Fechou os centros de distribuição em Houston, Texas; Oskaloosa, Iowa; Jackson, Mississippi e Nashville, Tennessee,

- Reduziu sua força de trabalho em aproximadamente 440 cargos fora da produção, incluindo a renúncia do então Diretor Presidente e do anterior Diretor de Operações,
- Fechou um prédio de escritório administrativo em Duluth, Georgia, e
- Reduziu ou consolidou a produção em vários outros pólos nos EUA.

As ações significativas que ocorreram durante o exercício findo em 27 de dezembro de 2009 foram aprovadas pelo Tribunal de Falências, quando solicitadas nos termos do Código Falimentar, como parte dos esforços de recuperação da Companhia. Ações significativas que ocorreram durante o exercício findo em 27 de dezembro de 2008 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia como parte de um plano destinado a diminuir prejuízos em meio a custos recordistas elevados no milho, ração de soja e outros ingredientes de alimentação, e um excesso de oferta de frangos nos EUA. Essas ações iniciaram em março de 2008 e foram completadas em junho de 2009. Até o presente, essas atividades de reestruturação resultaram na eliminação de aproximadamente 12.600 cargos e encargos líquidos totalizando $ 50,9 milhões, reconhecidos principalmente no segmento de frangos da Companhia.

Os resultados das operações dos três meses findos em 27 de dezembro de 2009 e 27 de dezembro de 2008 incluíram despesas de reestruturação totalizando $ 4,5 milhões e $ 3,7 milhões, respectivamente, relacionadas a essas ações. Todas essas despesas de reestruturação, com exceção de determinados custos de continuação de arrendamentos, resultaram em gastos de caixa ou resultarão em gastos de caixa no período de um ano. Os resultados das operações para os três meses findos em 27 de dezembro de 2009 e 27 de dezembro de 2008 também incluíram ajustes totalizando $ 2,1 milhões e $ 1,3 milhão, respectivamente, que reduziram os custos provisionados. Esses ajustes incluíram a eliminação de custos de indenizações provisionados excedentes aos reais custos de indenizações incorridos durante o período de saída ou alienação e a eliminação dos custos de obrigação de arrendamento estimados acima dos valores de liquidação para os centros de distribuição fechados em Jackson, Mississippi e Oskaloosa, Iowa.

Os custos incorridos durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2009 foram classificados principalmente como itens de encargos de recuperação operacional. Consistentemente com a prática prévia da Companhia, e porque a administração entende que os custos incorridos durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2008 eram relacionados ao término da produção em pólos anunciados previamente e não diretamente relacionados à produção em andamento da Companhia, eles foram classificados como elemento de prejuízos operacionais abaixo do lucro bruto.

A tabela a seguir estabelece a atividade que foi lançada por meio das contas de reestruturação da Companhia durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2009:

	Obrigação de Arrendamento Provisionada	Indenizações Provisionadas e Contratação de Empregados	Outros Custos de Reestruturação Provisionados	Reservas de Estoques Relacionadas à Reestruturação	Total
			(em milhares)		
26 de setembro de 2009	$ 1.642	$ 3.343	$ 8.111	$ 1.254	$ 14.350
Provisões	—	833	—	741	1.574
Pagamento / Alienação	(86)	(2.393)	(5.608)	(92)	(8.179)
Ajustes	(1.536)	(522)	—	—	(2.058)
27 de dezembro de 2009	$ 20	$ 1.261	$ 2.503	$ 1.903	$ 5.687

A Companhia também reconheceu prejuízos totalizando $ 2,9 milhões durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2009, que não foram lançados por meio de suas contas de reestruturação provisionadas. Esses prejuízos foram relacionados às vendas de frangos para assar, ovos e redução de bando nos pólos de processamento que não foram fechados como parte dos esforços de recuperação da Companhia. Esses prejuízos foram reconhecidos como elementos do lucro bruto e não como itens de reestruturação.

Após 27 de dezembro de 2009, a Companhia reduziu seu número de empregados em até aproximadamente 230 cargos corporativos e administrativos na sociedade na primeira fase de sua integração com a JBS USA. A Companhia incorreu em custos de indenização de $ 17,8 milhões relacionados a esta ação, reconhecidos principalmente como itens de recuperação no segmento de frango da Companhia.

Continuaremos a rever e avaliar várias alternativas de reestruturação e outras para modernizar nossas operações, melhorar eficiências e reduzir custos. Essas iniciativas podem incluir a venda de ativos, paralisar unidades, consolidar operações e funções, realocar ou reduzir produção e programas de separação voluntária e involuntária de empregados. Quaisquer dessas ações podem exigir de nós uma pré-aprovação de nossos financiadores segundo nossa Linha de Crédito de Saída. Além disso, essas ações sujeitarão a Companhia a custos adicionais de curto prazo, que podem incluir custos de fechamento de pólos, encargos de redução de ativos, custos do acordo de arrendamentos, contratação de empregados, custos de indenizações trabalhistas e outros custos de fechamento.

NOTA E—MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Os valores do ativo (passivo) lançados no Balanço Patrimonial Consolidado (valores líquidos) e os valores justos estimados dos instrumentos financeiros em 27 de dezembro de 2009 consistiam no seguinte:

	Valor Líquido	Valor Justo	Referência
	(em milhares)		
Caixa e equivalentes de caixa	$ 236.300	$ 236.300	
Conta de cliente e outros recebíveis	311.501	311.501	Nota F
Investimentos em títulos disponíveis para venda	65.980	65.980	
Equivalentes de caixa e caixa vinculado a longo prazo[(a)]	10.072	10.072	
Contas a pagar e despesas incorridas	(597.483)	(597.483)	Nota J
Obrigações de dívidas públicas[(b)]	(656.996)	(656.996)	Nota K
Linhas de crédito não públicas[(b)]	(1.465.476)	(1.465.476)	Nota K

(a) Equivalentes de caixa e caixa vinculado a longo prazo estão incluídos em *Outros ativos* no Balanço Patrimonial Consolidado.

(b) O valor justo agregado das obrigações de dívidas públicas e linhas de crédito não públicas da Companhia em 27 de dezembro de 2009 foi assumido para aproximar o valor líquido agregado desses instrumentos em 27 de dezembro de 2009. Com exceção das obrigações de dívidas públicas totalizando $ 5,1 milhões que foram reintegrados em 28 de dezembro de 2009, estes instrumentos foram extintos em 28 de dezembro de 2009.

Os valores líquidos de nosso caixa e equivalentes de caixa, caixa e equivalentes de caixa restritos, contas a receber, contas a pagar e outros passivos determinados aproximam os valores justos devido aos seus vencimentos relativamente curtos. A companhia ajusta seus investimentos ao valor justo com base em preços de mercado cotados em mercados ativos para investimentos idênticos, preços de mercado cotados nos mercados ativos para investimentos semelhantes com insumos que são observáveis para o investimento sujeito ou insumos não observáveis, tais como modelos ou avaliações de fluxo de caixa descontado.

Em vigor a partir de 28 de setembro de 2008, a Companhia adotou a orientação nos termos do Tópico 815 da ASC que estabeleceu uma estrutura para mensuração do valor justo e exigiu maiores informações sobre as mensurações do valor justo. A orientação nos termos do Tópico 815 da ASC esclareceu que o valor justo é um preço de saída, representando o valor que seria recebido para vender um ativo ou pago para vender um passivo em uma transação disciplinada entre os participantes do mercado. A orientação segundo o Tópico 815 da ASC também requer informações de como o valor justo foi determinado para os ativos e passivos e estabeleceu uma hierarquia pela qual esses ativos e passivos devem ser agrupados, com base nos níveis significativos de entradas, como segue:

Nível 1 Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares e entradas reconhecidas para o ativo ou passivo; ou

Nível 3 Entradas não reconhecidas, tais como modelos de fluxo de caixa descontado ou avaliações.

A determinação de onde os ativos e passivos se enquadram nessa hierarquia é baseada no nível mínimo de entrada significativa para a mensuração do valor justo.

Em 27 de dezembro de 2009, a Companhia detinha determinados itens exigidos para mensuração pelo valor justo em base recorrente. Esses incluíam caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo em títulos disponíveis para venda e investimentos de longo prazo em títulos disponíveis para venda. Equivalentes de caixa

consistem em investimentos de curto prazo, altamente líquidos, investimentos geradores de receitas, tais como fundos de mercado financeiro e outros fundos com vencimento de 90 dias ou menos. Investimentos de curto prazo em títulos disponíveis para venda consistem em investimentos de curto prazo, altamente líquidos, geradores de receitas, tais como títulos da dívida municipal com vencimentos acima de 90 dias, porém inferiores a um ano. Investimentos de longo prazo em títulos disponíveis para venda consistem em investimentos geradores de receitas, tais como os títulos de dívida municipal, títulos de dívida corporativa, títulos de capital e unidades de fundo de fundos com vencimentos acima de um ano.

Os itens a seguir são mensurados pelo valor justo em base recorrente em 27 de dezembro de 2009:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	(Em milhares)			
Caixa e equivalentes de caixa	$ 233.045	$ 3.255	$ —	$ 236.300
Investimentos de curto prazo em títulos disponíveis para venda	—	7.876	—	7.876
Investimentos de longo prazo em títulos disponíveis para venda	7.068	49.920	1.116	58.104
Caixa e equivalentes de caixa de longo prazo vinculados	10.072	—	—	10.072

A tabela a seguir apresenta a atividade da Companhia para os três meses findos em 27 de dezembro de 2009, relacionada aos investimentos da Companhia em um fundo de ativos de fundo que é medido no valor justo sobre uma base recorrente usando-se os insumos do Nível 3 (em milhares):

Saldo em 26 de setembro de 2009	$ 1.068
Incluído em outros lucros abrangentes	48
Saldo em 27 de dezembro de 2009	$ 1.116

NOTA F—CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

As contas a receber de clientes e outros recebíveis, líquidos da provisão para devedores duvidosos, consistiam nos seguintes elementos:

	27 de dezembro de 2009	26 de setembro de 2009
	(Em milhares)	
Contas a receber de clientes	$ 307.389	$ 307.523
Outros recebíveis	9.865	14.245
Recebíveis, brutos	317.254	321.768
Provisão para devedores duvidosos	(5.753)	(4.815)
Recebíveis, líquidos	$ 311.501	$ 316.953

NOTA G—ESTOQUE

O estoque consistia nos seguintes elementos:

	27 de dezembro de 2009	26 de setembro de 2009
	(Em milhares)	
Frangos:		
Galinhas e frangos vivos	$ 276.367	$ 287.858
Ração e ovos	196.849	206.137
Produtos acabados feitos com carne de frango	249.230	249.732
Total do estoque de frangos	722.446	743.727
Outros produtos:		
Ração comercial, ovos de mesa, produtos da fazenda e outros	$ 15.528	$ 16.927
Estoques para distribuição (exceto produtos feitos com carne de frango)	2.836	3.215
Total de outros produtos em estoque	18.364	20.142
Total do estoque	$ 740.810	$ 763.869

NOTA H—INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Investimentos em Títulos

Segue-se um resumo de nossos equivalentes de caixa e investimentos a curto e longo prazos em títulos disponíveis para venda:

	27 de dezembro de 2009		26 de setembro de 2009	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
	(Em milhares)			
Caixa e equivalentes:				
Títulos de renda fixa	$ 3.213	$ 1.793	$ 3.414	$ 3.562
Títulos de capital	—	—	11	11
Outros	44.176	44.176	35.617	35.617
Investimentos atuais:				
Títulos de renda fixa	$ 7.640	$ 7.876	$ 5.174	$ 5.302
Investimentos a longo prazo:				
Títulos de renda fixa	$ 47.506	$ 49.920	$ 4.843	$ 49.477
Títulos de capital	6.756	7.057	6.595	6.769
Outros	1.300	1.127	1.300	1.068

Os vencimentos dos investimentos da Companhia em títulos de renda fixa em 27 de dezembro de 2009 foram os seguintes:

	Quantia	Percentagem
	(Em milhares)	
Vencimento inferior a um ano	$ 9.669	16,2 %
Vencimento entre um e dois anos	10.634	17,8 %
Vencimento entre dois e cinco anos	32.986	55,4 %
Vencimento acima de cinco anos	6.300	10,6 %
	$ 59.589	100,0 %

O custo de cada título vendido e o valor reclassificado de outros lucros abrangentes acumulados para lucros são determinados em base específica de identificação.

A Companhia e determinados planos de aposentadoria que ela patrocina investem em uma variedade de instrumentos financeiros. Em resposta à continuada turbulência dos mercados financeiros globais, analisamos nossas carteiras de investimentos e, no melhor do nosso conhecimento, nenhum de nossos investimentos, incluindo as unidades de fundos de mercado financeiro, papéis comerciais e títulos municipais, foi desvalorizado devido a essa turbulência, e nem nós nem qualquer fundo no qual participamos detêm valores significativos de veículos de investimento estruturado, títulos de leilão de taxas, obrigações de dívida garantida, derivativos de crédito,

investimentos em fundos *hedge*, fundo de investimentos de fundos ou títulos preferenciais perpétuos. Determinados fundos pós-aposentadoria em que a Companhia participa detêm valores significativos de títulos garantidos por hipotecas. Entretanto, nenhum desses títulos garantidos por hipotecas é considerado *subprime*.

Determinados investimentos são mantidos em custódia como acordos de saldos de compensação de nossa obrigação de seguro e são classificados como longo prazo com base na data de vencimento acima de um ano a partir da data do balanço patrimonial, bem como na decisão da administração de não utilizar esses ativos nos próximos doze meses.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Em outubro de 2008 a Companhia suspendeu o uso de instrumentos financeiros derivativos em resposta à sua condição financeira à época. Imediatamente liquidamos nossos instrumentos financeiros derivativos pendentes e reconhecemos prejuízos no trimestre findo em 27 de dezembro de 2008, totalizando $ 21,4 milhões, que foram lançados por meio de custo de vendas.

NOTA I— IMOBILIZADO

O imobilizado líquido consistiu nos seguintes elementos:

	27 de dezembro de 2009	26 de setembro de 2009
	(Em milhares)	
Terreno	$ 109.070	$ 109.532
Edifícios, maquinários e equipamentos	2.517.552	2.468.297
Veículos e caminhões	56.976	57.556
Construções em andamento	46.174	74.943
Imobilizado, bruto	2.729.772	2.710.328
Depreciação acumulada	(1.255.065)	(1.210.852)
Imobilizado, líquido	$ 1.474.707	$ 1.499.476

Reconhecemos o custo de depreciação de $ 52,4 milhões e $ 56,1 milhões durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2009 e 27 de dezembro de 2008, respectivamente.

A Companhia fechou seus pólos de processamento em Athens, Alabama, e Athens, Georgia, durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2009; fechou seus pólos de processamento em Douglas, Georgia, El Dorado, Arkansas, e Franconia, Pensilvânia, durante os três meses findos em 27 de junho de 2009; e fechou os pólos de processamento em Bossier City, Louisiana, e Clinton, Arkansas, durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2008. A Administração não tem certeza se a Diretoria ou a JBS USA determinaria que seria no melhor interesse da Companhia desfazer-se desses ativos. Portanto, a Administração não tem certeza se poderá ou irá desfazer-se desses ativos no prazo de um ano, não anunciou ativamente esses ativos e, assim, não os classificou como ativos mantidos para venda. A Companhia continua procedendo à depreciação desses ativos. Em 27 de dezembro de 2009, o valor líquido desses ativos ociosos era de $ 108,2 milhões, com base no valor depreciável de $ 192,7 milhões e depreciação acumulada de $ 84,5 milhões.

Atualmente, a Companhia classifica determinados ativos relativos ao pólo de processamento fechado em Dalton, Georgia, e centros de distribuição fechados em Shreveport, Louisiana, e El Paso, Texas, como ativos mantidos para venda. Em 27 de dezembro de 2009 e em 26 de setembro de 2009, a Companhia declarou ativos mantidos para venda no montante de $ 2,1 milhões e $ 0,5 milhão, respectivamente, na conta de *Despesas pré-pagas e Outros ativos circulantes*, em seu Balanço Patrimonial Consolidado.

A Companhia estimou formalmente o valor justo de todos os seus ativos detidos para venda, ativos ociosos e ativos em processo de serem ociosos em 26 de setembro de 2009. A maioria desses ativos foi avaliada em seu melhor e mais alto uso – como instalações de processamento de frangos. Um número pequeno selecionado desses ativos foi avaliado como instalações vazias. A Administração não acredita que o valor líquido total dos ativos mantidos para

venda, ativos ociosos ou ativos em processo de serem ociosos seja significativamente reduzido no presente momento. Entretanto, se os valores líquidos desses ativos excederem consistentemente as futuras propostas de compra recebidas, se houver, o reconhecimento dos encargos de redução poderá fazer-se necessário.

No presente momento, as projeções da Companhia indicam que ela pode recuperar o valor líquido de seus ativos operacionais, inclusive seu imobilizado e ativos intangíveis identificados, com base nos fluxos de caixa de operações projetados. Uma suposição fundamental da projeção da Administração é de que o volume de vendas da Companhia gerará margens históricas, conforme a relação "oferta e procura" entre mercadorias, frango e outras proteínas animais ficarem mais equilibradas. Entretanto, o tempo exato de retorno às margens históricas não pode ser definido com precisão e, se o retorno às margens históricas demorar, os encargos de redução poderão fazer-se necessários no futuro.

NOTA J— DESPESAS ACUMULADAS

As despesas acumuladas não comprometidas consistiram nos seguintes elementos:

	27 de dezembro de 2009	26 de setembro de 2009
	(Em milhares)	
Remuneração e benefícios	$ 94.939	$ 107.850
Juros e manutenção da dívida	130.705	11.239
Seguro próprio	110.124	86.081
Outros	65.041	104.089
Total de despesas acumuladas	$ 400.809	$ 309.259

Após 27 de dezembro de 2009, a Companhia acumulou custos de indenização trabalhista de $ 5,5 milhões relativos à eliminação de cargos corporativos e administrativos na organização sob a primeira fase da integração com a JBS USA.

Após 27 de dezembro de 2009, a Companhia pagou várias obrigações acumuladas até 27 de dezembro de 2009, inclusive, entre outras, (i) taxas de juros e de manutenção de dívida de $ 129,9 milhões relativas a empréstimos sob Linhas de Crédito Garantidas Antecipadamente e Notas Descobertas, (ii) taxas no total de $ 8,9 milhões para a Pilgrim Interests, Ltd. pelas garantias de pagamento que forneceu sobre uma parcela da dívida da Companhia sob as Linhas de Crédito Garantidas Antecipadamente, (iii) remuneração de incentivo no total de $ 10,3 milhões concedida sob o Plano de Bônus de Desempenho do exercício de 2009 da Pilgrim's Pride Corporation, (iv) remuneração de incentivo no total de $ 2,0 milhões concedida sob o Contrato de Emprego de CEO, (v) remuneração de incentivo no total de $ 2,7 milhões concedida sob contratos de retenção entre a Companhia e determinados funcionários e (vi) remuneração de incentivo de $ 0,6 milhão concedida de acordo com um plano de bônus de incentivo.

Para informações sobre saída acumulada ou custos de alienação, ver Nota D—Atividades de Saída ou Alienação.

NOTA K— TÍTULOS DE CURTO PRAZO A PAGAR E DÍVIDA DE LONGO PRAZO

A conta de títulos de curto prazo a pagar e de dívida de longo prazo consistiu nos seguintes elementos:

	Vencimento	27 de dezembro de 2009	26 de setembro de 2009
		(Em milhares)	
Títulos de curto prazo a pagar:			
Contrato de Crédito *DIP*, com títulos pagáveis a 8,00% mais o maior índice entre a taxa preferencial da financeira, a taxa média dos fundos federais mais 0,50%, ou *LIBOR* mais 1,00%	2010	$ —	$ —
Dívida de longo prazo:			
Títulos preferenciais a descoberto, a 7 5/8%	2015	$ 400.000	$ 400.000
Títulos preferenciais subordinados, a descoberto, a 8 3/8%	2017	250.000	250.000
Linha de Crédito BMO Pré-pedido de Recuperação com títulos a pagar à taxa de *LIBOR* mais 1,25% a *LIBOR* mais 2,75%	2013	269.306	218.936
Contrato de Crédito ING (definido abaixo) com títulos a pagar à taxa de *LIBOR* mais 1,65% a *LIBOR* mais 3,125%	2011	43.214	41.062
Linha de Crédito CoBank Pré-pedido de Recuperação com quatro títulos a pagar à taxa *LIBOR* mais ágio, um título a pagar a 7,34% e um título a pagar a 7,56%	2016	1.126.398	1.126.398
Outros	Vários	8.554	8.698
Dívida de longo prazo		2.097.472	2.045.094
Menos: Vencimentos atuais de dívida de longo prazo		(221.195)	—
Menos: Dívida de longo prazo comprometida		—	(2.004.032)
Dívida de longo prazo, menos vencimentos atuais		$ 1.876.277	$ 41.062

Obrigações de Dívida

Conforme discutido anteriormente, em 1º de dezembro de 2008 as devedoras protocolaram pedidos voluntários no Tribunal de Falências buscando medida de reorganização de acordo com o Código de Falências. O protocolo de pedidos de concordata constituiu um caso de inadimplência de acordo com as Linhas de Crédito Garantidas Antecipadamente e Notas Descobertas. O valor principal agregado devido de acordo com essas linhas de crédito e títulos era de $ 2.052,7 milhões em 27 de dezembro de 2009. Como resultado de tal caso de inadimplência, todas as obrigações sob essas linhas de crédito tornaram-se automática e imediatamente devidas e pagáveis, sujeitas a uma suspensão automática de qualquer ação para cobrar, ajuizar ou reaver um crédito contra a Companhia e à aplicação do código de falências aplicável. Como resultado do pedido do Capítulo 11 feito pela Companhia, após 1º de dezembro de 2008, a Companhia acumulou juros incorridos sobre as Linhas de Crédito Garantidas Antecipadamente como taxa de inadimplência, estando dois pontos percentuais acima da taxa de juros de outro modo aplicável de acordo com a respectiva linha de crédito. Mediante uma inadimplência, os contratos relativos a Notas Descobertas exigem a acumulação de juros após 1º de dezembro de 2008, a uma taxa de inadimplência que é dois pontos percentuais acima da taxa de juros de outro modo aplicável de acordo com contratos de títulos associados. A Companhia, no entanto, não acredita que tenha incorrido em inadimplência de acordo com os termos dos Notas Descobertas e dessa forma optou por acumular juros incorridos nos Notas Descobertas, para fins contábeis, a uma taxa de juros de outro modo aplicável de acordo com os contratos do título associados até o momento, se ocorrer, em que o Tribunal de Falências exigir o pagamento de juros de inadimplência incorridos sobre os Notas Descobertas. Se a Companhia tivesse acumulado juros incorridos sobre os Notas Descobertas à taxa de inadimplência, teria reconhecido despesa de juros adicionais no total de $ 3,3 milhões durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2009.

A Companhia classificou o endividamento sob as Linhas de Crédito Garantidas Antecipadamente e os Notas Descobertas ou como corrente ou como a longo prazo em 27 de dezembro de 2009, com base na sua capacidade de refinanciar essas obrigações a longo prazo conforme o subitem 470-10-45 da ASC. Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia (i) usou os recursos recebidos de empréstimos sob a Linha de Crédito de Saída e caixa disponível para pagar o endividamento sob as Linhas de Crédito Garantidas Antecipadamente no total de $ 1.398,0 milhão, (ii) usou

os recursos recebidos da venda das ações ordinárias da PPC Reorganizada para a JBS USA para pagar o endividamento sob os Notas Descobertas no total de $ 651,9 milhões e (iii) restabeleceu o endividamento sob os Notas Descobertas no total de $ 5,1 milhões.

Contrato de Crédito DIP. Em 2 de dezembro de 2008, o Tribunal de Falências concedeu uma aprovação intermediária autorizando a Companhia e algumas das Controladas dos EUA a celebrar um Contrato de Crédito *DIP* Inicial com o Agente *DIP* e as partes financiadoras daquele. Em 2 de dezembro de 2008 a Companhia, as Controladas dos EUA e as outras partes celebraram um Contrato de Crédito *DIP* Inicial, sujeito à aprovação final do Tribunal de Falências. Em 30 de dezembro de 2008, o Tribunal de Falências concedeu aprovação final autorizando a Companhia e as Controladas a celebrar um Contrato de Crédito *DIP*. Durante os três meses que terminaram em 27 de dezembro de 2009, não houve nenhum empréstimo pendente de acordo com o Contrato de Crédito *DIP*. Durante os três meses que terminaram em 27 de dezembro de 2008, a média dos empréstimos pendentes e a média ponderada da taxa de juros de acordo com o Contrato de Crédito *DIP* eram de $ 120,4 milhões e 11,86%, respectivamente.

Em 1º de dezembro de 2009, a data de vencimento do Contrato de Crédito *DIP* foi adiada de 1º de dezembro de 2009 para 31 de janeiro de 2010, e os compromissos do credor sob o Contrato de Crédito *DIP* foram reduzidos para $ 250 milhões.

Os empréstimos efetivos feitos pela Companhia sob o Contrato de Crédito *DIP* foram submetidos a uma base de empréstimo, que é uma fórmula baseada em certo estoque elegível e recebíveis elegíveis. Em 27 de dezembro de 2009, a base de empréstimo aplicável e o valor disponível para empréstimos sob o Contrato de Crédito *DIP* foram ambos de $ 250,0 milhões, já que não havia nenhum empréstimo pendente sob o Contrato de Crédito *DIP*. Conforme o Plano e a Ordem de Confirmação na Data de Vigência, o Contrato de Crédito *DIP* foi rescindido.

Contrato de Crédito ING. Em 25 de setembro de 2006, uma controlada da Companhia, a Avícola Pilgrim's Pride de México, S. de R.L. de C.V. ("Devedora no México"), celebrou um contrato de crédito rotativo garantido ("Contrato de Crédito ING") com a ING Capital, LLC, como agente ("Agente no México") e os credores signatários daquele ("Credores no México"). O Contrato de Crédito *ING* tem como data de vencimento final 25 de setembro de 2011, e um compromisso rotativo de 558 milhões de pesos mexicanos, equivalentes a 43,2 milhões de dólares norte-americanos em 27 de dezembro de 2009.

Em 30 de novembro de 2008, algumas controladas não devedoras da Companhia no México ("Controladas no México") firmaram um Contrato de Renúncia e o Segundo Aditamento ao Contrato de Crédito ("Contrato de Renúncia") com o Agente no México e os Credores no México. De acordo com o Contrato de Renúncia, o Agente no México e os Credores no México renunciaram a qualquer inadimplência ou eventos de inadimplência sob o Contrato de Crédito *ING* resultante do pedido de concordata da Companhia junto ao Tribunal de Falências.

Conforme o Contrato de Renúncia, valores pendentes conforme o Contrato de Crédito *ING* estão sujeitos a juros a uma taxa anual igual a: Taxa Interbancária do Mercado de Londres ("Taxa LIBOR"), Taxa Básica, ou Taxa de Juros Interbancários de Equilíbrio ("Taxa TIIE"), conforme aplicável, mais a Margem Aplicável (conforme definição desses termos no Contrato de Crédito *ING*). Embora a Companhia esteja operando no Capítulo 11, o Contrato de Renúncia estabelece uma Margem Aplicável para empréstimos à *LIBOR*, empréstimos à Taxa Básica e empréstimos à TIIE de 6,0%, 4,0% e 5,8%, respectivamente.

O Contrato de Crédito *ING* exige que a Companhia efetue um pagamento antecipado obrigatório dos empréstimos rotativos, em valor agregado equivalente a 100% dos resultados líquidos à vista recebidos por qualquer Controlada México, conforme aplicável, acima dos patamares especificados no Contrato de Crédito *ING* que sejam resultantes (i) da ocorrência da venda de determinados ativos pelas Controladas no México; (ii) da ocorrência de qualquer caso fortuito ou outro dano segurado, ou qualquer tomada sob pressão do poder expropriante, por desapropriação ou procedimento semelhante, de qualquer propriedade ou ativo de qualquer Controlada no México; ou (iii) de determinados endividamentos por uma Controlada México. Quaisquer desses pagamentos antecipados obrigatórios reduzirão em caráter permanente o valor da obrigação prevista no Contrato de Crédito *ING*. No que diz respeito ao Contrato de Renúncia, as Controladas no México penhoraram praticamente todos os seus recebíveis, estoque e equipamentos, e determinados ativos fixos. As controladas no México estão excluídas dos processos de concordata dos EUA.

Linha de Crédito de Saída. Ao sair da falência, em 28 de dezembro de 2009, a Companhia e algumas de suas controladas, Mutuários To-Ricos, celebraram uma Linha de Crédito de Saída, que prevê um acordo total de $1,75 bilhão que consiste em (i) um acordo de empréstimo rotativo de $600 milhões, (ii) Acordo de empréstimos Termo A de $375 milhões e (iii) um acordo de empréstimos Termo B de $775 milhões. O acordo de mútuo rotativo e os empréstimos Termo A vencerão em 28 de dezembro de 2012. Os empréstimos Termo B vencerão em 28 de dezembro de 2014.

Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia pediu emprestado $ 375 milhões nos termos dos empréstimos Termo A, $775 milhões nos termos do acordo de empréstimos Termo B e $ 100 milhões nos termos do acordo de mútuo rotativo. A Companhia pagou os empréstimos pendentes nos termos do acordo de mútuo rotativo em 7 de janeiro de 2010. Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia também pagou os custos de empréstimos, totalizando $ 50,0 milhões relacionados à Linha de Crédito de Saída que ela reconheceu como um ativo no seu balanço patrimonial. A Companhia amortizará esses custos capitalizados ao gasto durante a vigência da Linha de Crédito de Saída.

Os empréstimos Termo A devem ser pagos em 12 parcelas do principal trimestrais iguais de $ 12,5 milhões, com início em 15 de abril de 2010, com a última parcela vencendo em 28 de dezembro de 2012. Os empréstimos Termo B devem ser pagos em 16 parcelas do principal trimestrais iguais de $12,5 milhões, com início em 15 de abril de 2011, com a última parcela vencendo em 28 de dezembro de 2014. Além disso, após o final de cada exercício fiscal, uma parcela de nosso fluxo de caixa deve ser utilizada para pagar as quantias do principal pendentes nos termos dos empréstimos Termo A e Termo B. Os acordos na Linha de Crédito de Saída também exigem que usemos os resultados recebidos da venda de certos ativos ou emissões de títulos e títulos dívida especificadas e, na ocorrência de outros eventos, que paguemos os empréstimos pendentes no termos da Linha de Crédito de Saída.

A Linha de Crédito de Saída inclui um sub-limite de $ 50 milhões para empréstimos *swingline* e um sub-limite de $ 200 milhões para cartas de crédito. Empréstimos pendentes nos termos do acordo de mútuo rotativo têm juros na taxa anual igual a 3,50%, mais o maior entre (i) a taxa *prime* dos EUA, publicada pelo Wall Street Journal, (ii) a taxa média de fundos federais mais 0,5%, e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0%, no caso de empréstimos de taxa básica alternada, ou 4,50% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses ajustada pela reserva legal aplicável, no caso de empréstimos Eurodollar. Empréstimos pendentes de Termo A e Termo B têm juros na taxa anual igual a 4,00%, mais o maior entre (i) a taxa *prime* dos EUA publicada pelo Wall Street Journal, (ii) a taxa média de fundos federais mais 0,5%, e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0%, no caso de empréstimos de taxa básica alternada, ou 5,00% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses ajustada pela reserva legal aplicável, no caso de empréstimos Eurodollar. Empréstimos Termo B-2 pendentes incorrem em juros a uma taxa anual igual a 9,00%. As taxas de compromisso cobradas sobre os acordos de crédito rotativo nos termos da Linha de Crédito de Saída vencerão em uma taxa anual igual a 1,00%.

O recurso dos empréstimos contraídos nos termos da Linha de Crédito de Saída foi utilizado para (i) reembolsar a dívida garantida pendente da Companhia e (ii) pagar taxas, custos e despesas relacionados e contemplados pela Linha de Crédito de Saída e pelo Plano. Além disso, o recurso dos empréstimos contraídos nos termos do acordo de mútuo rotativo será usado para financiar os propósitos gerais societários dos mutuários (incluindo as despesas de capital, aquisições autorizadas e principal e juros nos termos da Linha de Crédito de Saída).

Empréstimos contraídos pela Companhia nos termos da Linha de Crédito de Saída estão sujeitos a uma base de mútuo, que é uma fórmula baseada em estoque elegível, recebíveis elegíveis e caixa restrito sob o controle do Agente da Linha de Crédito de Saída. A fórmula base do empréstimo é reduzida pela soma de (i) estoque reserva, (ii) aluguel e reservas de acesso de garantia, e (iii) qualquer valor com mais de 15 dias em atraso que seja devido pela Companhia ou suas controladas a qualquer pessoa por causa do preço de compra de produtos agrícolas ou serviços (inclusive de aves e animais), se essa pessoa tiver direito a qualquer garantia real ou outra garantia do produtor ou criador. A disponibilidade de mútuo rotativo sob a base de empréstimos também é limitado a um total de $ 25 milhões em relação aos mutuários To-Ricos.

A Linha de Crédito de Saída prevê que a Companhia não pode incorrer em despesas de capital acima de $ 225 milhões no exercício fiscal de 2010, $ 275 milhões no exercício fiscal de 2011 e $350 milhões por exercício fiscal seguinte. A companhia também deve manter um índice de cobertura de encargo fixo mínimo e um nível mínimo de patrimônio líquido tangível e não pode exceder um índice máximo de mútuo. A Linha de Crédito de Saída contém também vários convênios que podem prejudicar nossa capacidade de, entre outras coisas, incorrer em dívidas

adicionais, incorrer em ônus, pagar dividendos ou fazer certos pagamentos restritos, consumar a venda de determinados ativos, celebrar determinadas operações com a JBS USA e nossas outras coligadas, incorporar, fundir e/ou vender ou alienar parte ou totalidade de nossos ativos.

Todas as obrigações nos termos da Linha de Crédito de Saída são incondicionalmente garantidas pelas Controladas e caucionadas por uma hipoteca de primeiro grau sobre (i) as contas a receber nacionais (incluindo Porto Rico) e estoque da Companhia e suas controladas, (ii) 100% da participação acionária nos Mutuários To-Ricos e controladas nacionais da companhia e 65% da participação acionária nas controladas estrangeiras diretas da Companhia, (iii) substancialmente todos os bens móveis e intangíveis da Companhia, dos Mutuários To-Ricos e dos garantes das controladas, e (iv) substancialmente todos os bens imóveis e ativos fixos da Companhia e garantes da controlada.

A Linha de Crédito de Saída permite que a Companhia faça adiantamentos adicionais às suas controladas não-garantes de até $ 61,8 milhões. Após o pagamento integral dos empréstimos Termo A, a Companhia poderá fornecer adiantamentos adicionais para suas controladas não-garantes de até $ 131,8 milhões, sujeito a determinadas condições. A administração acredita que todas as controladas não-garantes da Companhia, incluindo suas controladas mexicanas, serão capazes de operar dentro desta limitação.

No que diz respeito ao Plano, todos os titulares de créditos autorizados serão pagos no total, salvo se acordado de outra forma pelo detentor aplicável, desde que o Plano estabeleça que os Notas Descobertas emitidos sob documentos pendentes da Companhia sejam restabelecidos salvo se e à medida que um titular dos títulos opte por receber pagamento à vista equivalente aos valores principais dos títulos mais juros não pagos que tenham sido acumulados de concordata pré-pedido de recuperação com juros acumulados sobre tais juros não pagos à taxa de mora contratual até a Data de Vigência, e os juros acumulados não pagos pós-pedido de concordata sobre o valor principal dos títulos à taxa de não-inadimplência contratual até a Data de Vigência. Com base na escolha de pagamento à vista feita pelos detentores de Notas Descobertas, foram restabelecidos $5,1 milhões do valor principal agregado das Notas Descobertas.

NOTA L—IMPOSTO DE RENDA

A Companhia registrou um benefício fiscal de $102,4 milhões, uma alíquota de 149,6%, para os três meses terminando em 27 de dezembro de 2009, comparado à despesa de imposto de renda de $ 0,3 milhão, uma alíquota de 0%, para os três meses terminando em 27 de dezembro de 2008. O benefício de imposto de renda para os três meses que terminaram em 27 de dezembro de 2009 foi primordialmente o resultado da liberação da Companhia de reserva de avaliação devido a novas provisões que aumentaram o potencial de compensação retroativa de prejuízo operacional líquido federal nos EUA isento de despesas fiscais para a nova legislação tributária promulgada no México.

A Companhia mantém reservas de avaliação quando é mais provável que a totalidade ou uma parcela de um ativo fiscal diferido não possa ser realizada. As mudanças nas reservas de avaliação de período a período estão incluídas na provisão fiscal no período da mudança. Avaliamos a possibilidade de recuperação de nosso ativo de imposto de renda diferido, analisando a necessidade de uma reserva de avaliação por trimestre. Quando constatamos ser mais provável que nosso ativo de imposto de renda diferido seja recuperado, a reserva de avaliação é reduzida.

Em 6 de novembro de 2009, o projeto de lei *H.R.* 3548 foi promulgado, incluindo-se um dispositivo que dá aos contribuintes pessoa jurídica um período estendido de compensação retroativa para prejuízos líquidos operacionais incorridos em 2008 ou 2009. Os efeitos de uma mudança na lei tributária são levados em conta durante o período intermediário no qual a lei é promulgada. Durante os doze meses que terminaram em 27 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou $547,7 milhões dos seus prejuízos operacionais líquidos federais dos EUA sob os dispositivos de compensação retroativa expandida do H.R. 3548. Da mesma forma, a Companhia protocolou um pedido de reembolso de $169,7 milhões com a Receita Federal dos EUA sob os dispositivos do H.R. 3548. Como resultado, a Companhia liberou a reserva de avaliação que tinha sido registrada em seus prejuízos operacionais líquidos federais dos EUA no valor de $109,3 milhões. Em 27 de dezembro de 2009, a reserva de avaliação da Companhia era de $59,8 milhões, dos quais $27,5 milhões eram relativos a prejuízos operacionais líquidos estaduais dos EUA e créditos fiscais acumulados, e $32,3 milhões relativos a operações no México.

Em 31 de outubro de 2009, o Congresso Mexicano promulgou uma reforma fiscal que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2010. De acordo com os dispositivos da nova lei, o índice de imposto corporativo aumentará de 28% para 30% a partir do ano civil de 2010, diminuirá de 30% para 29% no ano civil de 2013, e voltará a 28% no ano civil de 2014. Além disso, com início no ano civil de 2010, a reforma fiscal tratará a maioria dos benefícios de declaração de imposto de renda consolidado como benefícios temporários para os quais impostos diferidos devem ser pagos uma vez a cada período de cinco anos. No que diz respeito a impostos diferidos gerados no ano civil de 2006, o imposto deve ser pago como segue: 25% em cada um dos anos civis de 2012 – 2013, 20% no ano civil de 2014 e 15% em cada um dos anos civil de 2015-2016. Além disso, de acordo com a nova lei, há normas de recuperação que se aplicam a prejuízos separados da companhia (pós-ano civil de 1998) utilizados em consolidação, por meio da qual os prejuízos devem ser recuperados dentro de cinco anos, em vez de dez anos, se a companhia separada não gerar renda para compensar os prejuízos. O impacto fiscal da nova lei reconhecido durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2009 foi uma cobrança de $15,4 milhões.

Durante os três meses findos em 27 de dezembro de 2009, a Companhia gerou prejuízos operacionais líquidos adicionais das deduções de compensação de estoque superiores a despesas reconhecidas para fins de relatório financeiro (benefícios fiscais a maior). Benefícios fiscais a maior são realizados quando reduzem impostos a pagar, conforme determinado com a aplicação do método "com e sem", e são creditados a capital integralizado quando realizados. A Companhia não registrou benefício fiscal a maior de $ 22,2 milhões em 27 de dezembro de 2009, de deduções de remunerações em ações a maior, que se espera que sejam assumidas na nossa declaração de renda para a qual um benefício ainda não foi realizado.

Com poucas exceções, a Companhia já não está sujeita a auditorias federais, estaduais ou municipais nos EUA, quanto ao imposto de renda, para os exercícios anteriores a 2003, e já não está sujeita a auditoria no México, quanto ao imposto de renda, para os exercícios anteriores a 2005. Atualmente, estamos nos estágios iniciais de litígio perante o Tribunal de Falências para os anos fiscais de 2003 a 2006; ver Parte II, Item 1 – Processos. Embora esperemos que algumas demandas formalizadas pelas autoridades fiscais federais, estaduais ou municipais dos EUA sejam admitidas, não é possível neste momento estimarmos o valor de pagamentos significativos, se houver, a serem efetuados dentro dos próximos doze meses.

Nos próximos doze meses, é razoavelmente possível que alguns acertos fiscais e demandas das autoridades fiscais federais, estaduais ou municipais dos EUA venham a alterar consideravelmente os benefícios fiscais não reconhecidos, seja porque nossas posições fiscais sejam sustentadas seja porque a Companhia concorde com sua glosa. Não é possível fazer uma estimativa do alcance razoavelmente possível neste momento. Uma alteração considerável nos benefícios fiscais não reconhecidos poderia afetar materialmente o índice de imposto efetivo da Companhia.

NOTA M—OPERAÇÕES COM COLIGADAS

Durante os três meses que terminaram em 27 de dezembro de 2009, Lonnie A. "Bo" Pilgrim era o Presidente Sênior da Companhia. O Sr. Pilgrim deixou de ser Presidente Sênior na Data de Vigência; no entanto, ele permanece como diretor da Companhia. O Sr. Pilgrim e algumas entidades ligadas ao Sr. Pilgrim são, coletivamente, o acionista majoritário da Companhia ("Acionista Majoritário").

As operações de caixa com o Acionista Majoritário estão resumidas abaixo.

	Três meses findos	
	27 de dezembro de 2009	27 de dezembro de 2008
	(Em milhares)	
Taxas de garantia do empréstimo	$ —	$ 1.473
Pagamento de contrato de criação	185	179
Pagamentos de aluguel de imóveis de ovos comerciais	188	188
Outras vendas ao acionista majoritário	146	243
Pagamentos de arrendamentos e despesas operacionais do avião	—	68

Até a Data de Vigência, a Pilgrim Interests, Ltd., uma entidade ligada a Lonnie A. "Bo" Pilgrim, garantiu uma parcela das obrigações em dívidas da Companhia. Em contrapartida a tais garantias, a Companhia pagou à Pilgrim Interests, Ltd. uma taxa trimestral equivalente a 0,25% de metade do saldo pendente total médio da dívida garantida. Nos termos do Contrato de Crédito *DIP*, a Companhia não pôde mais pagar taxas de garantias de empréstimo durante a ação do Capítulo 11 sem o consentimento dos credores partes daquele instrumento. Em 27 de dezembro de 2009, a Companhia havia acumulado taxas de garantias de empréstimos, no total de $8,9 milhões. A Companhia pagou essas taxas após sair da concordata em 28 de dezembro de 2009.

A Companhia arrendou anteriormente uma aeronave de seu acionista majoritário, sob um contrato de arrendamento operacional que era renovável anualmente. Em 18 de novembro de 2008, cancelamos o arrendamento da aeronave.

Associado ao Plano, a Companhia e Lonnie A. “Bo” Pilgrim celebraram um contrato de consultoria, que se tornou válido na Data de Vigência. Os termos do contrato de consultoria incluem, entre outras coisas, que (i) o Sr. Pilgrim forneça serviços à Companhia que sejam comparáveis no total com os serviços fornecidos por ele à Companhia antes da Data de Vigência, (ii) o Sr. Pilgrim será indicado para o Conselho Administrativo da Companhia e durante a vigência do contrato de consultoria, será indicado para mandatos subseqüentes no Conselho, (iii) o Sr. Pilgrim será remunerado pelos serviços prestados à Companhia a uma taxa de $1,5 milhão por ano por um mandato de 5 anos, (iv) o Sr. Pilgrim será submetido a dispositivos normais de não-solicitação e não-concorrência, e (v) o Sr. Pilgrim e sua esposa receberão benefícios médicos (ou serão compensados por cobertura médica) que sejam comparáveis no total aos benefícios médicos dados a funcionários da Companhia.

NOTA N—COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

Somos signatários de diversos contratos de rotina em que concedemos indenizações gerais nas atividades normais do negócio para terceiros, cobrindo vários riscos. Entre outras considerações, não registramos passivo para nenhuma dessas indenizações porque, segundo a probabilidade de pagamento, o valor justo dessas indenizações não causaria impacto significativo em nossa situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa.

Em 27 de dezembro de 2009, a Companhia era parte de cartas de crédito *standby* totalizando $2,3 milhões que afetaram a quantia dos fundos disponíveis para empréstimo nos termos da Linha de Crédito BMO Pré-pedido de Recuperação.

A Companhia é alvo de vários processos judiciais e demandas, oriundos no curso regular de suas atividades. Na opinião da Companhia, ela instituiu reservas adequadas e suficientes para essas demandas, na medida do necessário; entretanto, o passivo definitivo para essas matérias é incerto e, se consideravelmente diferente dos valores em reserva, o resultado final poderá surtir efeito significativo sobre a situação financeira ou os resultados das operações da Companhia. Ver Item 3. “Processos” para discussão de processos significativos adicionais.

Em 1º de dezembro de 2008, as Devedoras formalizaram pedidos voluntários de concordata sob o Capítulo 11 do Código de Falências no Tribunal de Falências. Os processos foram administrados juntos, sob o Processo nº 08-45664. As Devedoras continuam realizando suas atividades como "devedoras em posse" sob a jurisdição do Tribunal de Falências e em consonância com as disposições aplicáveis do Código de Falências e decisões do Tribunal de Falências. Na data da formalização do pedido sob o Capítulo 11, virtualmente todos os litígios pendentes contra a Companhia (inclusive as ações descritas abaixo) foram embargados para a Companhia e, na ausência de ulterior decisão do Tribunal de Falências, nenhuma parte, ressalvadas poucas exceções, pôde interpor ação, também ressalvadas poucas exceções, de recuperação em demandas anteriores ao pedido de concordata, contra as Devedoras. Abaixo, consta um resumo das principais demandas pendentes contra a Companhia. A Companhia acredita ter defesas substanciais contra essas demandas, e pretende promover forte e sólida defesa em todos esses processos.

Entre essas demandas atualmente pendentes, há dois processos idênticos movidos contra determinados executivos e funcionários da Companhia e do Pilgrim’s Pride Compensation Committee, pretendendo indenização por danos indefinidos, ao amparo da seção 502 da Lei de Garantia de Renda de Aposentadoria de Funcionário, de 1974 ("ERISA"), 29 *U.S.C.*, § 1132. Cada uma dessas ações foi movida por participantes pessoas físicas do Pilgrim’s Pride Stock Investment Plan, individualmente e em nome da categoria, alegando que os réus pessoas físicas

infringiram o dever fiduciário para com os participantes e beneficiários do plano. Embora a Companhia não seja uma ré apontada nessas ações, nosso estatuto social exige que indenizemos nossos atuais e antigos administradores e diretores por quaisquer obrigações e despesas incorridas por eles em virtude de quaisquer atos que tenham praticado em boa fé enquanto atuavam como diretores ou administradores. Nessas ações, as autoras fazem reivindicações com valor superior a $ 35,0 milhões. A probabilidade de um resultado desfavorável, ou o valor ou alcance de uma possível perda para a Companhia, não pode ser determinado neste exato momento.

Ademais, entre as demandas atualmente pendentes contra a Companhia, há dois processos idênticos, pretendendo indenização por danos indefinidos, cada um movido por um acionista, individualmente e em nome da categoria, alegando violações a determinadas disposições antifraudes da Lei de Valores Mobiliários, de 1934. A Companhia pretende promover sólida defesa contra o mérito dessas ações. A probabilidade de um resultado desfavorável, ou o valor ou alcance de uma possível perda para a Companhia, não pode ser determinado neste exato momento.

Outras demandas atualmente pendentes contra a Companhia são ações que pretendem indenizações por danos indefinidos, movidas por atuais e antigos funcionários, requerendo indenização por tempo gasto para vestir e despir-se de uniformes e equipamentos de proteção individual. Estamos cientes de uma investigação em todo o setor, pela Secretaria de Salários e Jornada de Trabalho do Ministério do Trabalho dos EUA ("DOL"), com o fito de averiguar o atendimento a determinadas questões envolvendo salários e jornadas de trabalho, inclusive a remuneração de funcionários pelo tempo gasto em atividades como vestir e despir uniformes e equipamentos de proteção individual. Ainda, duas ações significativas estão pendentes em relação às questões de vestir e despir-se de uniformes. Por causa, em parte, da investigação do governo e da recente decisão do Supremo Tribunal dos EUA no caso "IBP, Inc. v. Alvarez", é possível que sejamos objeto de outras reclamações trabalhistas. A Companhia obteve acordos nas duas ações principais relativas a questões de vestir e despir-se de uniforme, que receberam aprovação preliminar do Tribunal de Falências. Como resultado, a Companhia reduziu suas reservas para litígios em setembro de 2009 com base nos termos propostos no acordo. Além disso, a Companhia celebrou um contrato de acordo na ação *DOL*, mediante o qual a Companhia concordou, entre outras coisas, em pagar $1,0 milhão aos autores nomeados como remuneração de hora extra. No entanto, não há como garantir que outras reclamações similares não serão movidas contra a Companhia.

Outras demandas pendentes no momento contra a Companhia são demandas que buscam danos não específicos ajuizadas por criadores de galinha atuais ou antigos que alegam, com outras afirmações, que a Companhia violou contratos de criação, conspirou com um concorrente para diminuir o pagamento do criador e fez declarações falsas para induzir os autores a construir fazendas de galinha e a celebrar acordos de criação de galinha com a Companhia. Negamos qualquer obrigação nessas ações e pretendemos promover sólida defesa nesses litígios. No entanto, não há como garantir que outras reclamações similares não serão movidas contra a Companhia.

Outra demanda pendente no momento contra a Companhia é uma demanda interposta pela Cidade de Clinton, no Arkansas ("Cidade"), buscando aproximadamente $28 milhões em danos relacionados à construção e/ou melhoria de uma instalação de águas residuais para purificar a água descartada de uma fábrica de processamento que a Companhia desativou em 2009. A Companhia protocolou um pedido para que fosse negado provimento à ação, o que foi concedido pela vara federal em setembro de 2009. A Cidade solicitou que suas demandas fossem analisadas novamente. A corte decidiu que a Cidade não poderia pleitear novamente e extinguiu o processo com julgamento do mérito. Em 31 de dezembro de 2009, a Cidade apresentou recurso, buscando reverter a decisão da corte. Nós negamos qualquer obrigação para com a Cidade e pretendemos promover sólida defesa nesses litígios. No entanto, não há como garantir que outras reclamações similares não serão movidas contra a Companhia.

Outra demanda no momento pendente contra a Companhia é uma demanda feita pelo Departamento do Tesouro, Receita Federal ("IRS") dos Estados Unidos, por meio da qual o *IRS* apresenta demandas no total de $ 74,7 milhões. A Companhia pretende promover sólida defesa contra o mérito dessa ação. A probabilidade de um resultado desfavorável ou a quantia ou extensão de qualquer prejuízo possível para a Companhia não pode ser determinada neste momento.

A Imigração e Execução de Alfândega ("ICE") dos EUA investigou acusações de roubo de identidade na nossa força de trabalho. Com a nossa cooperação, o *ICE* prendeu aproximadamente 350 dos nossos funcionários em 2008 que se acredita terem se envolvido no roubo de identidades em cinco das nossas instalações. Em 30 de dezembro de 2009, a PPC, a Procuradoria Geral dos EUA para o Distrito Leste do Texas, e o Escritório de Dallas do *ICE*

celebraram um acordo de não acusação e resolução civil da investigação do governo. De acordo com esse acordo: (1) o governo concordou em não acusar criminal ou civilmente a PPC, e finalizar essa investigação de problemas de imigração, relativos à companhia e a seus gerentes, funcionários e diretores atuais e anteriores; (2) a PPC concordou com um programa de obediência à imigração que permaneceria em vigor por um prazo de pelo menos os 5 (cinco) anos de vigência do acordo; e (3) a PPC pagará um total de $4,5 milhões, que se aproxima do valor que a Companhia tinha acumulado anteriormente para essa questão, para o governo em quatro parcelas anuais. As partes reconhecem que a PPC não assume nenhuma responsabilidade civil ou culpabilidade criminal como resultado do acordo. No entanto, nenhuma garantia pode ser dada que favoreça os esforços de execução pelas autoridades governamentais contra nossos funcionários ou a Companhia (i) não irá paralisar parte da nossa força de trabalho ou de nossas operações em uma ou mais das nossas instalações, assim impactando de forma negativa no nosso negócio, ou (ii) resultar na avaliação de multas contra nós que possam ter um efeito material adverso em nossa posição financeira, resultados de operações ou fluxos de caixa.

NOTA O—SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Operamos em dois segmentos de negócios que podem ser relatados, como (i) produtor e vendedor de produtos derivados do frango e (ii) vendedor de outros produtos:

	Três meses findos	
	27 de dezembro de 2009	27 de dezembro de 2008
	(Em milhares)	
Vendas líquidas para os clientes:		
Frango:		
Estados Unidos	$ 1.334.205	$ 1.586.965
México	127.556	136.051
Total de frango	1.461.761	1.723.016
Outros produtos:		
Estados Unidos	132.500	144.784
México	8.473	9.191
Total de outros produtos	140.973	153.975
Vendas líquidas para clientes	$ 1.602.734	$ 1.876.991
Lucro operacional (prejuízo):		
Frango:		
Estados Unidos	$ 2.956	$ (179.448)
México	(3.655)	(7.217)
Total de frango	(699)	(186.665)
Outros produtos:		
Estados Unidos	8.199	8.965
México	1.607	1.881
Total de outros produtos	9.806	10.846
Encargos de reestruturação operacionais	(2.877)	—
Encargos de reestruturação administrativos, líquidos	1.359	(2.422)
Lucro operacional (prejuízo)	$ 7.589	$ (178.241)
Depreciação e amortização[(a)(b)]:		
Frango:		
Estados Unidos	$ 50.216	$ 53.609
México	2.274	2.437
Total de frango	52.490	56.046
Outros produtos:		
Estados Unidos	4.160	4.054
México	55	58
Total de outros produtos	4.215	4.112
Depreciação e amortização	$ 56.705	$ 60.158

(a) Inclui amortização de custos de financiamento capitalizados de $1,4 milhão e $1,5 milhão reconhecidos nos três meses findos em 27 de dezembro de 2009, e os três meses findos em 27 de dezembro de 2008, respectivamente.

(b) Inclui amortização de ativos intangíveis de $2,5 milhões reconhecidos nos três meses findos em 27 de dezembro de 2009, e os três meses findos em 27 de dezembro de 2008.

NOTA P—PLANOS DE REMUNERAÇÃO DE INCENTIVO

Em setembro de 2009, o Conselho Administrativo da Companhia aprovou, sujeito à confirmação do Plano pelo Tribunal de Falências e aprovação dos acionistas da Companhia, o Plano de Incentivo de Administração a Curto Prazo, um novo programa de incentivo anual para utilização após a saída da Companhia da concordata, que estabelece a concessão de prêmios de bônus pagáveis mediante a obtenção de metas específicas de desempenho ("STIP"). O Tribunal de Falências e os acionistas aprovaram o *STIP* associado à confirmação do Plano em dezembro de 2009. O *STIP* permite a concessão de 162(m) prêmios e prêmios de bônus que não eram destinados a assim se qualificar. A Seção 162(m) do Código Tributário Federal impõe limitações sobre a dedutibilidade para fins de imposto de renda federal de remuneração acima de $1.000.000 milhão paga a cada um dos cinco executivos mais bem pagos em um ano tributável. Remuneração acima de $ 1,0 milhão pode apenas ser deduzida se for "remuneração com base em desempenho", dentro do significado dado pelo Código. Pretende-se que quaisquer valores pagáveis sob o *STIP* sejam remunerações com base em desempenho, e que satisfaça a essas exigências e, como tais, sejam totalmente dedutíveis. No entanto, a Companhia não adotou uma política que exija que todas as remunerações sejam dedutíveis. Funcionários assalariados de tempo integral e isentos da Companhia e de suas associadas que são selecionados pelo comitê de administração serão elegíveis para participar do *STIP*. Nenhum prêmio foi concedido sob o *STIP* até a data deste relatório.

Em setembro de 2009, o Conselho Administrativo da Companhia também aprovou, sujeito a confirmação do Plano pelo Tribunal de Falências e aprovação dos acionistas, um novo plano de incentivo coletivo de longo prazo com base em desempenho ("LTIP"), que estabelece a concessão, após a saída da Companhia dos processos do Capítulo 11, de amplo leque de prêmios de longo prazo com base em ações e moeda corrente aos diretores da Companhia e outros funcionários, membros do Conselho e quaisquer consultores. O Tribunal de Falências e os acionistas aprovaram o *LTIP* associado à confirmação do Plano em dezembro de 2009. Os prêmios com base em ações que podem ser concedidos sob o *LTIP* incluem "opção de ação de incentivo", dentro do significado dado pelo Código, opção de ação não qualificada, direitos de valorização de ação, prêmios de ação restrita e unidades de ação restrita. Nenhum prêmio foi concedido sob o *LTIP* até a data deste relatório.

(página intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras do Bertin S.A. relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008 e respectivos pareceres da BDO Trevisan Auditores Independentes

(página intencionalmente deixada em branco)

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E AO PERÍODO DE 27 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria denominadas firmas-membro BDO. Cada firma-membro é uma entidade juridicamente independente em seu próprio país. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., constituída na Holanda, com sua sede estatutária em Eindhoven (número de registro comercial 33205251) e com um escritório na Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica, onde está situado o Escritório Executivo Internacional.

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E PARA O PERÍODO DE 27 DE JULHO (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2007

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Quadro 5 - Demonstração das origens e aplicações de recursos (exercício de 2007)

Quadro 6 - Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações contábeis

BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua Bernardino de Campos, 1.001 - 4º andar
Ribeirão Preto - SP - Brasil
14015-130

Tel.: +55 (16) 3632-9300
Fax.: +55 (16) 3632-4353
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Bertin S.A.
Lins - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado da Bertin S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações individual (controladora) e consolidada dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos seus fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da empresa controlada direta Novaprom Foods Ingredients Ltda. foram por nós examinadas. As demonstrações das empresas controladas diretas Bertin Corporation (USA) e Bertin Holding GmbH (Áustria) foram por nós revisadas. As demonstrações contábeis da empresa controlada S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa opinião com respeito aos saldos dos investimentos nessa empresa e ao correspondente resultado de equivalência patrimonial, está embasada nos trabalhos daqueles auditores.

1. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

2. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bertin S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Bertin S.A.
Lins - SP

3. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis individual (controladora) e consolidadas da Bertin S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer, sem ressalva, datado de 18 de janeiro de 2008 e 21 de fevereiro de 2008 para a nota explicativa nº 10 que tratava de investimentos em empresas controladas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Ribeirão Preto, 6 de março de 2009

Estefan George Haddad
Sócio-contador
CRC 1DF008320/O-5 “S” SP
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

José Luiz Sanches
Sócio-contador
CRC 1SP124579/O-0
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

BERTIN S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E PARA O PERÍODO DE 27 DE JULHO (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bertin S.A. é constituída por capital 100% (cem por cento) nacional, tendo como atividades a exploração nos ramos de abate, industrialização, comercialização e distribuição de carne bovina e seus derivados; beneficiamento de couros; industrialização e comercialização de produtos voltados para a higiene pessoal e limpeza doméstica; produção de brinquedos para animais de estimação - produtos pet; produção de embalagens metálicas; transporte de cargas e reciclagem.

Tem suas atividades organizadas por Unidades de Negócios que se agrupam em Alimentos, Couros, Higiene e Beleza, Produtos Pet, Fábrica de Latas, Logística e Ambiental.

Reestruturação societária

Conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2008, a Bertin S.A. aprovou o laudo de incorporação das empresas controladas Goult Participações Ltda. e Gestior Participações Ltda..

Os referidos laudos, com data base em 31 de outubro de 2008, apresentavam os seguintes valores:

GESTIOR PARTICIPAÇÕES LTDA.

	Valores
ATIVO PERMANENTE	94.823
ACERVO LÍQUIDO INCORPORADO	94.823

GOULT PARTICIPAÇÕES LTDA

	Valores
ATIVO PERMANENTE	143.421
PASSIVO CIRCULANTE	(11)
ACERVO LÍQUIDO INCORPORADO	143.410

2. CONSTITUIÇÃO DA BERTIN S.A.

No dia 27 de julho de 2007, realizou-se a Assembleia Geral de Constituição que aprovou a criação da Bertin S.A., com a subscrição de capital de R$2.000 (dois milhões de reais).

Em 10 de outubro de 2007, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, deliberou-se sobre o aumento de capital mediante incorporação de acervo líquido, vertido da empresa Bertin Ltda., no valor de R$18.000 (dezoito milhões de reais). Tal acervo líquido é composto pela universalidade de bens, direitos e obrigações, relacionada às atividades desenvolvidas pela Bertin S.A., e está baseado em laudo de avaliação confeccionado pela AMKS Contadores e Consultores Ltda., com data-base de 30 de setembro de 2007, sendo que todo o acervo líquido já foi devidamente contabilizado na Bertin S.A.

Segue resumo do acervo líquido incorporado pela Bertin S.A.:

	Valores
ATIVO CIRCULANTE	1.450.164
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	38.306
ATIVO PERMANENTE	2.361.423
PASSIVO CIRCULANTE	(1.600.735)
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	(2.231.158)
ACERVO LÍQUIDO INCORPORADO	(18.000)

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, bem como outros pronunciamentos emitidos por essa autarquia federal.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na nota explicativa nº 4.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Administração da Companhia optou por elaborar suas demonstrações contábeis de transição em 1º de janeiro de 2008, que é o ponto de partida para o levantamento de demonstrações contábeis de acordo com as novas disposições trazidas na Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pelos referidos normativos caracterizam-se como mudança de prática contábil; entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, aprovada pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008 e Medida Provisória nº 449/08, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados na data de transição contra a conta de lucros e prejuízos acumulados, no patrimônio líquido, nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 -, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Seguem abaixo os ajustes patrimoniais decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, o sumário das práticas contábeis modificadas pela referida legislação e o resumo dos efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da adoção da referida legislação.

Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2008

	Saldos em 31/12/2007	Ajustes	Saldos em 1/1/2008
Patrimônio líquido	1.068.777	(44.577)	1.024.200
Capital social	1.027.070	-	1.027.070
Reserva de capital	3.233	-	3.233
Lucros (prejuízos) acumulados	38.474	(44.577) (a)	(6.103)

(a) Baixa de gastos ativados que eram classificados no ativo diferido e que não foi possível a reclassificação para outros grupos de ativos na data de transição.

Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

- Arrendamento mercantil financeiro

Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente do saldo de pagamentos mínimos previstos nos contratos de arrendamento financeiro, sendo depreciados pelas taxas de depreciação praticadas pela Companhia de acordo com a natureza de cada bem. Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro, alienados ou baixados por perda, têm o seu valor residual reconhecido como custo ou perda, respectivamente, na demonstração do resultado.

Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante com base no valor presente das prestações remanescentes a pagar na data da transição. A diferença entre o valor presente e o valor total das prestações vincendas será apropriada na demonstração do resultado como despesas financeiras pelo prazo remanescente do contrato por meio do método do custo amortizado e com base na taxa de juros efetiva.

Em 2007, os contratos de arrendamento mercantil financeiro eram contabilizados como arrendamento mercantil operacional.

- Ativo intangível

A Companhia procedeu, na data da transição, à reclassificação de determinados bens do ativo imobilizado e ativo diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas no Pronunciamento Técnico CPC nº 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

- Ajustes a valor presente

Determinadas contas do ativo e passivo não circulante, bem como do ativo e passivo circulante, quando relevantes, foram ajustadas ao valor presente nas datas das respectivas transações, com base em taxas que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para as contas em questão.

Os efeitos iniciais dos ajustes a valor presente decorrentes da adoção inicial, e relativos ao exercício de 2008, da Lei nº 11.638 e Medida Provisória nº 449/08 foram calculados e seus efeitos são praticamente nulos.

Equivalência patrimonial em empresas coligadas

Com base nas novas disposições da legislação societária, trazidas pela MP nº 449/08, a Companhia passou a aplicar o método da equivalência patrimonial na avaliação de investimentos permanentes em todas as coligadas. Com base no novo texto, são coligadas todas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa, mesmo sem controlá-la.

Efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Segue a conciliação do resultado e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07.

Demonstração dos efeitos no resultado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08:

	2008
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	(681.847)
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	-
Impairment de imóveis em controlada	6.451
Despesas com marketing e propaganda	11.770
Resultado financeiro com derivativos	(15.090)
Lucro líquido sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	(678.716)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	3.172.097
Ajustes na data da transição reconhecidos em:	
Lucros ou prejuízos acumulados	(44.577)
Ajustes de avaliação patrimonial	-
Diferença entre o resultado líquido de 2008 e o resultado ajustado	3.131
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	3.130.651

Não houve efeito tributário significativo dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

4.2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são as seguintes:

a. *Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação.

b. *Estimativas contábeis*

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. *Instrumentos financeiros*

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os mesmos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento e são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável e as diferenças em moeda estrangeira desses instrumentos são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Outros

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais deduções no valor recuperável.

d. *Moeda estrangeira*

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

e. *Ativos circulante e não circulante*

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

- Estoques

Os estoques de produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas e outros suprimentos são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, os quais são inferiores aos valores de reposição ou aos valores de realização.

O custo dos produtos acabados e produtos em elaboração incluem matérias-primas adquiridas, mão-de-obra, despesas de produção, transporte e armazenagem, que estão relacionadas à compra e à produção de estoques.

As perdas normais de produção são registradas e integram o custo de produção do respectivo mês. Essas perdas normais são registradas diretamente no resultado como custo de produtos vendidos.

- Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

- Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas nestes.

- Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

- Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, os gerados internamente pela Companhia, e são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear, com base nos prazos dos direitos de exploração decorrentes dos contratos de arrendamento e com base nos prazos estimados de recuperação do ágio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir de 1º de janeiro de 2009 não serão amortizados e terão o seu valor recuperável testado anualmente.

f. *Redução ao valor recuperável*

Os itens de ativos do imobilizado, intangível e diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O *goodwill* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

g. *Passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h. *Provisões*

São reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldá-lo. As provisões são registradas quando são julgadas como prováveis tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas deverão optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

j. *Lucro (prejuízo) por ação*

É calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial.

k. *Consolidação*

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas.
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas.

4.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas:

	Porcentagem de participação	
	2008	2007
Controladas diretas		
Novaprom Foods e Ingredients Ltda.	60,00%	50,00%
Bertin Holding GMBH (Áustria)	100,00%	100,00%
Bertin Corporation (USA)	100,00%	-
Goult Participações Ltda.	-	56,00%
S/A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	74,60%	-
Controladas indiretas		
Bertin Handels GMBH	100,00%	100,00%
Bertin Holding INC	100,00%	100,00%
Bertin Trading US LLC	100,00%	100,00%
Bertin Trading UK LLP	99,99%	99,99%
Nedhol INTL NV	100,00%	100,00%
Frigorífico Canelones S.A.	100,00%	100,00%
Quality Meat S.A.	80,00%	80,00%
Trump Asia Enterprises Limited	99,99%	99,99%
Misr Cold Centers & Storage Company SAE	97,50%	-
Sam Prometex S.A.	70,00%	-
Egygate Distribution Company	70,00%	-
Sampco INC	100,00%	-
CIA Leco Produtos Alimentícios S.A.	7,02%	7,02%
Dan Vigor Ltda.	50,00%	50,00%
Laticínios Serra Bella Ltda.	100,00%	-

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A carteira de aplicações é composta basicamente por CDBs - Certificados de Depósito Bancário indexados ao CDI e emitidos por instituições de 1ª linha, com *rating* mínimo ”A” classificado pela Fitch Ratings.

6. VALORES A RECEBER DE CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Clientes nacionais	305.631	317.095	394.989	415.203
Clientes internacionais	806.517	199.280	1.000.806	237.207
ACE - Adiantamentos sobre cambiais entregues	(302.083)	(112.554)	(302.083)	(112.554)
Cambiais em liquidação	(75.095)	-	(75.096)	-
Vendor	(37.394)	-	(37.394)	-
PCLD - Provisão para créditos de liquidações duvidosas	(66)	(101)	(4.079)	(5.839)
Duplicatas descontadas	(120.521)	-	(120.521)	-
Adiantamento de clientes	(5.051)	-	(5.118)	-
	571.938	403.720	851.504	534.017
Clientes nacionais	142.599	316.994	227.877	409.364
Clientes internacionais	429.339	86.726	623.627	124.653

7. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Produtos acabados	452.129	160.401	472.024	230.431
Produtos em elaboração	69.684	44.622	85.072	49.178
Matérias-primas e almoxarifados	302.838	136.266	531.830	169.862
	824.651	341.289	1.088.926	449.471

Os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, inferior aos valores de realização, conforme destacado na nota explicativa nº 4.2(e). Os estoques de matérias-primas e almoxarifados foram avaliados pelo custo médio das aquisições.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Ativo circulante:				
Imposto circulação de mercadorias e serviços - ICMS	313.213	160.898	372.133	161.763
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.596	-	8.372	8.795
Impostos federais - Diferidos	-	-	-	2.409
Crédito PIS/COFINS/IPI	239.267	101.952	239.313	101.978
Outros tributos a compensar	2.752	1.995	2.763	73.362
	559.828	264.845	622.581	348.307
Ativo não circulante				
Impostos federais diferidos	251.393	-	316.057	-
	251.393	-	316.057	-

9. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Devoluções de compras a receber	2.792	1.439	2.792	1.439
Seguros a receber	9	316	9	316
Cheques depositados e devolvidos	278	1.039	278	1.039
Posição líquida de instrumentos financeiros a receber	15.090	-	15.090	-
Outros créditos	2.643	1.916	25.674	36.743
	20.812	4.710	43.843	39.537
Ativo circulante	20.812	4.710	31.892	23.732
Ativo não circulante	-	-	11.951	15.805

10. PARTES RELACIONADAS

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado.

Controladora	Incoporação	(i) Vendas	(ii) Compras	(iii) Pagamentos efetuados	(iv) Recebimentos efetuados	Saldos em 31/12/2007 Ativo
Bracol Holding Ltda.	-	150.805	-	53.803	51.594	153.014
Novaprom Food Ingredients Ltda.	290	1.193	1.268	1.268	1.193	290
Bertin Holding GMBH	-	79.913	14.832	3.903	65.534	3.450
	290	231.911	16.100	58.974	118.321	156.754

Controladora	Saldos em 01/01/08						Saldos em 31/12/08	
	Ativo	Passivo	(i) Vendas	(ii) Compras	(iii) Pagamentos efetuados	(iv) Recebimentos efetuados	Ativo	Passivo
Bracol Holding Ltda.	153.014	-	191.820	178.397	134.379	344.834	-	44.018
Novaprom Food Ingredients Ltda.	290	-	4.763	481	479	4.849	204	2
Bertin Holding GMBH	3.450	-	47.464	614	614	30.460	20.454	-
S.A. Fab. Prod. Alimentícios Vigor	-	-	781	24	22	710	71	2
Cia Leco Produtos Alimentícios	-	-	12.534	6	-	9.738	2.796	6
Newdrop Química Ltda.	-	-	150	1.361	988	142	8	373
Biolins Energia Ltda.	-	-	3.203	-	-	-	3.203	-
BSB Equipamentos de Proteção Individual Ltda.	-	-	1.733	-	-	2	1.731	-
Sampco INC	-	-	322.293	-	-	189.945	132.348	-
Bracol Indústria de Couros Ltda.	-	-	272.188	17.642	17.582	236.125	36.063	60
	156.754	-	856.929	198.525	154.064	816.805	196.878	44.461

Consolidado	(i) Vendas	(ii) Compras	(iii) Pagamentos efetuados	(iv) Recebimentos efetuados	Saldos em 31/12/2007 Ativo
Bracol Holding Ltda.	150.805	-	53.803	51.594	153.014
	150.805	-	53.803	51.594	153.014

Consolidado	Saldos em 01/01/08						Saldos em 31/12/08	
	Ativo	Passivo	(i) Vendas	(ii) Compras	(iii) Pagamentos efetuados	(iv) Recebimentos efetuados	Ativo	Passivo
Bracol Holding Ltda.	153.014	-	191.820	178.397	134.379	344.834	-	44.018
Bracol Ind. Couros	-	-	272.188	17.642	17.582	236.125	36.063	60
Biolins Energia Ltda.	-	-	3.203	-	-	-	3.203	-
BSB Equipamentos de Proteção Individual Ltda.	-	-	1.733	-	-	2	1.731	-
Newdrop Química Ltda.	-	-	150	1.361	988	142	8	373
	153.014	-	469.094	197.400	152.949	581.103	41.005	44.451

(i) Vendas - Referem-se aos processos de comercialização dos mais diversos produtos fabricados e à prestação de serviços efetuada pela Bertin S.A.

(ii) Compras - Referem-se, substancialmente, aos produtos e serviços adquiridos pela Bertin S.A., necessários em seus processos produtivos.

(iii) Pagamentos efetuados - Referem-se aos pagamentos efetuados pela Bertin S.A. por conta das operações de compra.

(iv) Recebimentos efetuados - Referem-se aos valores recebidos pela Bertin S.A. por conta dos processos de comercialização com partes relacionadas.

11. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Adiantamento para futura aquisição de investimentos	-	-	14.022	8.741
Participações em empresas controladas	280.964	88.924	-	-
Ágio sobre investimentos	-	341.962	-	345.230
	280.964	430.886	14.022	353.971

Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

	Bertin Holding GMBH (1)	Novaprom Foods e Ingredients (2)	Goult Participaç. Ltda. (a) (incorporada)	Vigor S.A. (3)	Cia Leco (3)	Bertin Corporation USA (1)	Total 2008	Total 2007
Dados das investidas								
Número de mil quotas/ações do capital social	103	792	74.510	81.000	33.700	-	-	-
Quantidade de quotas/ação possuídas	103	475	74.510	60.426	2.366	-	-	-
Patrimônio líquido	131.605	1.899		89.689	100.118	60.343	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	14.043	1.012		(68.650)	(17.809)	2.123	-	-
Participação societária	100,00%	60,00%	100,00%	74,60%	7,02%	100,00%	-	-
Movimentação dos investimentos no período								
Saldos iniciais	17.186	526	71.212	-	-	-	88.924	82
Aquisição/incorporação (a)	81.267	-	(40.845)	87.394	7.429	21.875	157.120	73.563
Aporte para aumento de capital	-	-	-	-	-	26.904	26.904	-
Resultado da equivalência patrimonial	26.217	613	(30.367)	(20.486)	(401)	5.864	(18.560)	(836)
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	16.115
Variação cambial dos investimentos	19.109	-	-	-	-	7.467	26.576	-
Saldos finais em 31 de dezembro	143.779	1.139	-	66.908	7.028	62.110	280.964	88.924

(1) Empresa revisada pela BDO Trevisan Auditores Independentes sem emissão formal de relatório.

(2) Empresa examinada pela BDO Trevisan Auditores Independentes com emissão formal de relatório.

(3) Empresas examinadas por outros auditores independentes.

(a) Em 1º de novembro de 2008, a controlada direta Goult e a controlada indireta Gestior foram incorporadas pela Bertin S.A.

No dia 7 de julho de 2008, conforme ata da Reunião dos sócios da empresa controladora Bracol Holding Ltda., houve a deliberação da compra da totalidade das ações da Bertin USA Corporation, empresa constituída em Chicago - Estados Unidos da América, pela Bertin S.A.

No dia 10 de dezembro de 2008, conforme ata de Reunião dos sócios da empresa controladora Bracol Holding Ltda., houve a deliberação da compra da totalidade das ações da Goult Participações Ltda., assim como da Gestior Participações Ltda. que eram controladoras da S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor e Companhia Leco Produtos Alimentícios.

Em 05 de janeiro de 2009, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas das empresas controlada direta S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor e controlada indireta Companhia Leco de Produtos Alimentícios aprovaram por unanimidade, proceder o cancelamento dos registros de companhia aberta das Sociedades perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com a realização da Oferta Pública de Aquisição ('OPA"), cujos processos foram concluídos em 10 de fevereiro de 2009, com a aquisição de 40.883.300 ações ao valor total de R$ 239.167.305,00 pela controlada direta e de 17.341.779 ações preferenciais ao valor total de R$ 1,49 pela controlada indireta. Em razão da deliberação aprovada, a Administração das Sociedades enviaram à CVM pedidos de cancelamento de registro de companhia aberta, nos termos do artigo 34 da Instrução CVM n°361/02 e legislação em vigor, bem como adotou todas as demais providências necessárias para esse fim perante terceiros, incluindo, sem limitação, todas e quaisquer repartições e autoridades públicas, instituições depositárias e entidades prestadoras de serviço de custódia e registro e entidades integrantes no mercado organizado. Tais solicitações foram aprovadas pela CVM que expediu Oficio em 20 de fevereiro de 2009, cancelando os registros das Sociedades perante esta autarquia.

12. IMOBILIZADO

					Controladora
				2008	2007
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	2 a 3%	1.414.093	(36.943)	1.377.150	1.196.845
Máquinas e equipamentos	5 a 25%	1.079.780	(87.665)	992.115	1.015.163
Móveis e utensílios	9 a 50%	13.179	(5.931)	7.248	6.754
Instalações	7 a 33%	331.989	(12.773)	319.216	287.679
Veículos	6 a 50%	228.570	(58.347)	170.223	149.701
Equipamentos de informática	7 a 25%	33.327	(18.803)	14.524	14.024
Benfeitorias em bens de terceiros	-	2.057	-	2.057	747.367
Terrenos	-	747.367	-	747.367	1.618
Imobilizações em andamento	-	4.164	-	4.164	199
Direito de uso de telefone	-	199	-	199	6.615
Adiantamentos para imobilização	-	73.316	-	73.316	-
Marcas	-	-	-	-	798
		3.928.041	(220.462)	3.707.579	3.426.763

					Consolidado
				2008	2007
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	2 a 3%	1.729.664	(101.137)	1.628.527	1.394.729
Máquinas e equipamentos	5 a 25%	1.240.042	(206.383)	1.033.659	1.050.385
Móveis e utensílios	9 a 50%	16.886	(9.521)	7.365	13.057
Instalações	7 a 33%	373.976	(38.248)	335.728	326.819
Veículos	6 a 50%	234.745	(63.184)	171.561	151.063
Equipamentos de informática	7 a 25%	40.263	(24.411)	15.852	15.471
Benfeitorias em bens de terceiros	-	2.076	(19)	2.057	846
Terrenos	-	849.156	-	849.156	852.701
Imobilizações em andamento	-	7.822	-	7.822	5.980
Direito de uso de telefone	-	199	-	199	205
Adiantamentos para imobilização	-	74.097	-	74.097	7.319
Marcas	-	-	-	-	3.375
		4.568.926	(442.903)	4.126.023	3.821.950

13. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Ágio sobre investimentos (1)	605.327	-	708.794	-
Ágio sobre investimentos incorporado (2)	52.642	-	52.642	-
Marcas (3)	153.000	-	204.978	-
	810.969	-	966.414	-

(1) Em 31 de dezembro de 2007, esse valor compunha o grupo dos Investimentos, conforme nota explicativa nº 11.

(2) Em 31 de dezembro de 2007, esse valor compunha o grupo do Diferido, conforme nota explicativa nº 14.

(3) Em 31 de dezembro de 2007, esse valor compunha o grupo do Imobilizado, conforme nota explicativa nº 12.

14. DIFERIDO

				Controladora	
				31/12/08	31/12/07
	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Despesas com marketing	10%	34.817	(34.817)	-	43.358
Despesas com propaganda e publicidade	10%	12.773	(12.773)	-	12.989
Ágio aquisição investimentos incorporado	10%	4.213	(4.213)	-	6.067
Despesas pré-operacionais	10%	84.017	(49.163)	34.854	26.606
		135.820	(100.966)	34.854	89.020

				Consolidado	
				31/12/08	31/12/07
	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Despesas com marketing	10%	34.817	(34.817)	-	43.358
Despesas com propaganda e publicidade	10%	12.773	(12.773)	-	12.989
Ágio aquisição investimentos incorporado	10%	4.213	(4.213)	-	6.067
Despesas pré-operacionais	10%	84.055	(49.167)	34.888	26.656
		135.858	(100.970)	34.888	89.070

As amortizações do diferido serão efetuadas em conformidade com o previsto na legislação societária.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
Modalidades	Taxa média de juros e comissões	2008	2007	2008	2007
Adiantamento Contrato de Câmbio - ACC	Variação cambial e Libor mais 5,36% a.a.	107.447	176.799	147.564	240.989
Pré-pagamento Exportação	Variação cambial e Libor mais 2,15 % a.a.	1.506.666	540.373	1.506.665	540.373
Empréstimo no Exterior	Variação cambial mais 10,25% a.a.	837.746	855.321	837.746	855.321
Emprést. Exterior c/ organismos multilaterais	Variação cambial e Libor mais 1,85% a.a.	140.480	106.555	140.480	106.555
BNDES - EXIM	Cesta moedas mais 2,88% a.a.	67.362	102.876	67.362	102.876
BNDES - EXIM	Variação da TJLP mais 3,13% a.a.	225.352	495.900	225.352	495.900
BNDES - EXIM	Juros de 18,0% a.a. (pré-fixado).	307.455	-	307.455	-
BNDES - FINEM	Variação da TJLP mais 4,00% a.a.	244.766	252.219	244.766	252.219
BNDES - FINEM	Cesta moedas mais 2,90% a.a.	37.467	35.067	37.467	35.067
Finame	Variação da TJLP mais 2,50 % a.a.	183.980	139.287	187.858	154.535
Finame	Cesta moedas mais 3,30% a.a.	1.125	931	1.125	931
Finame	Juros de 5,0% a 11,44 % a.a.(pré-fixado)	10.224	15.291	10.224	15.995
FINIMP	Variação cambial mais 5,50% a.a.	7.462	6.324	7.462	6.324
FINIMP	Juros de 5,475% a.a. a 5,560%a.a.	-	-	8.207	6.122
FINIMP	Variação cambial US$ mais 5,43% a.a.	-	-	-	379
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,0 % a.a. (pré-fixado)	3.077	3.682	3.077	3.682
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,0% a.a. (pré-fixado)	31.983	12.593	31.983	12.593
Capital de giro agrícola	Variação da TR mais 10,14% a.a.	91.638	81.882	91.638	81.882
Capital de giro industrial	Variação da TJLP mais 2,30% a.a.	-	3.631		3.631
Capital de giro - Moeda estrangeira	Varia cambial mais juros 5,83 a 7,06% a.a.	212.692	202.046	373.027	213.551
NCE - Nota de Crédito Exportação	Variação de 109,00% da taxa do CDI	1.026.314	379.439	1.026.314	379.439
Capital de Giro	Juros de 104,5% a 135,0% do CDI	-	-	18.284	5.525
"Notes"	Variação cambial mais 9,25 a.a.	-	-	242.293	183.724
NPR	De 6,75% a 8,75% a.a. (pré-fixado)	-	-	19.039	20.644
Resolução nº 63	US$ mais 8,0% a.a.	-	-	-	4.156
Financiamento Importação	Variação cambial e Libor mais 0,84% a.a.	11.553	19.342	11.553	19.342
		5.054.789	3.429.558	5.546.941	3.741.755
Passivo circulante		1.253.511	1.290.387	1.490.802	1.405.581
Passivo não circulante		3.801.278	2.139.171	4.056.139	2.336.174

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
2009	-	599.651	-	794.774
2010	1.021.020	338.684	1.030.628	339.472
2011	648.326	225.831	657.754	226.619
2012	832.888	199.522	833.848	199.594
2013	245.929	70.574	246.162	70.646
2014	131.418	27.362	131.651	27.433
2015	95.979	11.007	96.212	11.037
2016	821.196	666.307	821.429	666.336
2017	2.377	233	236.310	263
2018	2.145	-	2.145	-
	3.801.278	2.139.171	4.056.139	2.336.174

Os financiamentos estão garantidos por alienações fiduciárias de bens do ativo imobilizado e/ou por avais da controladora.

16. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Passivo circulante				
Impostos, taxas e contribuições				
CSSL	1.424	2.985	1.708	13.895
IRPJ	11.400	7.844	13.614	7.844
ICMS	4.795	3.463	8.866	3.463
COFINS	-	-	625	-
ISS	134	63	136	63
Fundersul	171	175	171	175
Funrural	5.482	-	8.273	-
Fundepec	118	47	118	47
Funcouros	7	-	7	-
IRRF	3.047	945	3.062	945
Parcelamento PIS E COFINS	-	-	13.463	-
Parcelamento IRPJ	-	-	193	-
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	16.244	-
Outros tributos a recolher	211	77	162	121
	26.789	15.599	66.642	26.553
Passivo não circulante				
Impostos, taxas e contribuições				
Fomentar	1.351	2.049	1.351	2.049
IRPJ diferido	186.035	198.705	216.496	272.593
CSLL diferida	66.973	71.534	66.973	82.364
Parcelamento PIS E COFINS	-	-	53.852	-
Parcelamento IRPJ	-	-	1.479	-
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	35.085	57.450
	254.359	272.288	375.236	414.456

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Créditos não identificados	6.367	341	6.367	341
Seguros a pagar	1.921	1.839	1.921	1.839
Devoluções sobre vendas a descontar	4.162	2.731	4.162	2.731
Comissões a pagar	-	4.285	-	4.285
Investimentos a pagar planta Pimenta Bueno	22.589	-	22.589	-
Investimentos a pagar à Goult Participações Ltda.	440.762	191.962	440.762	191.962
Investimentos a pagar à Bertin GMBH	-	-	73.880	-
Outras obrigações a pagar	10.316	27.186	70.717	82.323
	486.117	228.344	620.398	283.481
Passivo circulante	486.177	131.289	571.197	160.925
Passivo não circulante	-	97.055	49.201	122.556

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$3.915.678 (em 31 de dezembro de 2007, R$1.027.070), representado por 28.636.178 (em 31 de dezembro de 2007, 20.000.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

19. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

É política da Bertin S.A. manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco utilizando laudos recentes de avaliação patrimonial para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e orientação da política de seguros da Companhia.

A Bertin S.A. possui um Plano de Gerenciamento de Riscos - PGR iniciado por consultoria externa e praticado/gerenciado internamente.

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS, SOCIAIS E TRABALHISTAS

A Bertin S.A. possui processos cíveis, tributários e trabalhistas, todos em razão do curso normal das operações, sendo que em 31 de dezembro de 2008 os montantes envolvidos de R$3.315 (em 31 de dezembro de 2007, R$94) se referem a processos prováveis de perda, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos. A provisão de R$3.315 é considerada, pela Administração, como suficiente para cobrir eventuais perdas.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda foi calculado considerando-se as atuais alíquotas, e a contribuição social sobre o lucro foi apurada considerando-se a taxa de 9% conforme legislação em vigor.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis com relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS

Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Bertin S.A. possui uma política formal de gerenciamento de riscos financeiros (mercado, liquidez e crédito), cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão, possibilitando a redução da exposição diária destes. A exposição a riscos de mercado, advindos de variações de taxas de câmbio, taxas de juros e preços na compra de gado ligados à atividade operacional, é tratada através de instrumentos financeiros e derivativos que objetivam minimizar e neutralizar o efeito a esses riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo, que não possuem direta relação com as atividades da Companhia. O risco de liquidez é acompanhado através de *ratings* específicos da contraparte.

a. *Riscos de taxas de câmbio e juros*

Os riscos de mercado oriundos de variação cambial e taxas de juros são protegidos por instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moedas (*forwards*), contratos de troca de moeda (swaps), contratos de troca de taxas de juros (Libor para taxas pré-fixadas) e contratos de mercado futuro em Bolsa.

b. *Riscos de créditos*

O risco de crédito é combatido por política específica monitorada pelos departamentos de Crédito Interno e Externo, através de acompanhamento da evolução de carteiras e controle de exposição a grupos pré-definidos de clientes e países. A utilização de instrumentos de garantia de recebíveis também faz parte da política de crédito.

c. *Riscos de flutuação de preços na compra de gado*

A exposição da Companhia à flutuação dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores externos, é acompanhada e seus efeitos avaliados diariamente.

d. *Valores utilizados*

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de todos os instrumentos financeiros são marcados a mercado e expressam o valor justo na data 31 de dezembro de 2008.

e. *Informações sobre instrumentos financeiros*

A seguir, são apresentados os ativos e passivos expostos a riscos que estão sujeitos a instrumentos derivativos, bem como os efeitos dessas contas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008:

		Controladora	
		Efeitos no resultado	
Exposição	2008	Variação cambial	Derivativos
OPERACIONAL			
Contas a receber - US$, €	429.339	116.420	(213.360)
Pedidos de vendas - US$, €	1.439.782	-	446.982
Subtotal	1.869.121	116.420	233.622
FINANCEIRO			
Créditos com controladas - US$	152.802	35.998	-
Empréstimos e financiamentos US$	(3.237.500)	(763.999)	-
Importações a pagar US$	(4.258)	766	-
Valores a receber (a pagar) de contratos futuros líquidos	792.243	-	(218.532)
Subtotal	(2.296.713)	(727.235)	(218.532)
TOTAL	(427.592)	(610.815)	15.090

Pedidos de venda - O nocional não é registrado no balanço patrimonial. A partir do exercício de 2008, de acordo com a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*) introduzida pelo CPC 14, a Companhia passou a contabilizar a variação cambial dos pedidos de venda para contrapor os efeitos do hedge destes

f. *Análise de sensibilidade*

Considerando que a Companhia está sujeita, principalmente, ao risco de taxas de câmbio e juros sobre os seus ativos e passivos em moeda estrangeira, e que se utiliza apenas de instrumentos derivativos para proteção dos referidos ativos e passivos, as variações de cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, provocando efeitos praticamente nulos.

* * *

QUADRO 1

BERTIN S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Disponibilidades	112.865	85.551	217.787	106.081
Aplicações financeiras (nota 5)	2.176.242	248.264	2.176.242	248.266
Valores a receber clientes nacionais (nota 6)	142.599	316.994	227.877	409.364
Valores a receber clientes internacionais (nota 6)	429.339	86.726	623.627	124.653
Estoques de produtos e mercadorias (nota 7)	824.651	341.289	1.088.926	449.471
Impostos a recuperar (nota 8)	559.828	264.845	622.581	348.307
Adiantamentos a fornecedores e diversos	96.979	35.901	102.240	39.707
Outros créditos (9)	20.812	4.710	31.892	23.732
Despesas do exercício seguinte	4.235	21.699	5.806	24.411
	4.367.550	1.405.979	5.096.978	1.773.992
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais e compulsórios	3.231	94	3.775	1.192
Impostos a recuperar (nota 8)	251.393	-	316.057	-
Imóveis destinados à venda	-	-	57.720	66.367
Partes relacionadas (nota 10)	196.878	156.754	41.005	153.014
Outros créditos (9)	-	-	11.951	15.805
	451.502	156.848	430.508	236.378
Permanente				
Investimentos (nota 11)	280.964	430.886	14.022	353.971
Imobilizado (nota 12)	3.707.579	3.426.763	4.126.023	3.821.950
Intangível (nota 13)	810.969	-	966.414	-
Diferido (nota 14)	34.854	89.020	34.888	89.070
	4.834.366	3.946.669	5.141.347	4.264.991
Total do ativo	9.653.418	5.509.496	10.668.833	6.275.361

	Controladora		Consolidado	
Passivo	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Pessoal, encargos e benefícios sociais	76.853	55.586	99.256	70.862
Fornecedores nacionais	517.555	423.810	569.615	427.706
Fornecedores internacionais	4.258	31	95.431	107.247
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	1.253.511	1.290.387	1.490.802	1.405.581
Impostos a recolher (nota 16)	26.789	15.599	66.642	26.553
Dividendos a pagar	12.825	12.825	12.825	12.825
Outras obrigações (nota 17)	486.117	131.289	571.197	160.925
	2.377.908	1.929.527	2.905.768	2.211.699
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	3.801.278	2.139.171	4.056.139	2.336.174
Impostos a recolher (nota 16)	254.359	272.288	375.236	414.456
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas (nota 20)	3.315	94	11.228	6.491
Provisão para perdas em investimentos	-	2.584	-	-
Partes relacionadas (nota 10)	44.461	-	44.451	-
Outras obrigações (nota 17)	-	97.055	49.201	122.556
	4.103.413	2.511.192	4.536.255	2.879.677
Participação de acionistas não controladores				
Participação minoritária	-	-	54.713	115.208
	-	-	54.713	115.208
Patrimônio líquido				
Capital social (nota 18)	3.915.678	1.027.070	3.915.678	1.027.070
Reserva de capital	-	3.233	-	3.233
Ajuste acumulado de conversão	26.574	-	26.574	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(770.155)	38.474	(770.155)	38.474
	3.172.097	1.068.777	3.172.097	1.068.777
Total do passivo	9.653.418	5.509.496	10.668.833	6.275.361

QUADRO 2

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E PARA O PERÍODO DE 27 DE JULHO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receita operacional bruta				
Mercado interno	3.539.208	829.884	4.498.898	1.078.908
Mercado externo	2.521.560	334.723	3.045.456	535.543
	6.060.768	1.164.607	7.544.354	1.614.451
Deduções da receita operacional bruta				
Impostos sobre vendas	(594.100)	(160.524)	(721.941)	(173.074)
Devoluções e abatimentos	(157.185)	(10.400)	(196.542)	(18.575)
Receita operacional líquida	5.309.483	993.683	6.625.871	1.422.802
Custo dos produtos vendidos	(4.327.892)	(733.521)	(5.289.361)	(1.108.964)
Lucro bruto	981.591	260.162	1.336.510	313.838
Despesas operacionais				
Comerciais	(302.114)	(85.825)	(503.153)	(104.208)
Administrativas	(353.076)	(48.853)	(424.098)	(82.850)
Financeiras líquidas	(1.098.185)	(64.993)	(1.241.424)	(78.099)
Resultado da equivalência patrimonial	(18.560)	(836)	-	-
Participação nos resultados	(2.422)	(348)	(2.422)	(348)
Outras receitas operacionais	-	5.881	-	8.773
	(1.774.357)	(194.974)	(2.171.097)	(256.732)
Resultado operacional	(792.766)	65.188	(834.587)	57.106
Resultado antes dos efeitos tributários	(792.766)	65.188	(834.587)	57.106
Imposto de renda	82.653	(8.226)	80.627	(5.993)
Contribuição social	28.266	(2.963)	32.454	(2.969)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(681.847)	53.999	(721.506)	48.144
Participação minoritária em controladas consolidadas			39.659	5.855
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADO			(681.847)	53.999
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - em reais	(23,81)	2,70		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E PARA O PERÍODO DE
27 DE JULHO (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de capital						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de reavaliação	Ajuste acumulado de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Subscrição do capital social	2.000	-	-	-	-	-	-	2.000
Incorporação do acervo líquido	18.000	-	-	-	-	-	-	18.000
Constituição de reserva de reavaliação	-	-	-	-	1.277.308	-	-	1.277.308
Impostos federais diferidos sobre a reserva de reavaliação	-	-	-	-	(270.238)	-	-	(270.238)
Capitalização de reserva de reavaliação	1.007.070	-	-	-	(1.007.070)	-	-	-
Incentivo fiscal para subvenção de investimentos	-	-	-	533	-	-	-	533
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	53.999	53.999
Proposta para destinação do lucro líquido:								
- Reserva legal	-	-	2.700	-	-	-	(2.700)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(12.825)	(12.825)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	1.027.070	-	2.700	533	-	-	38.474	1.068.777
Ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07	-	-	-	-	-	-	(44.577)	(44.577)
Subscrição do capital social	692.582	-	-	-	-	-	-	692.582
Lucro na subscrição de ações	-	2.107.871	-	-	-	-	-	2.107.871
Incentivo fiscal para subvenção de investimentos	-	-	-	12.021	-	-	-	12.021
Capitalização de reservas e lucros acumulados acumulados apurados até 30 de junho de 2008	2.196.026	(2.107.871)	(2.700)	(3.250)	-	-	(82.205)	-
Reconhecimento da receita de incentivos fiscais	-	-	-	(9.304)	-	-	-	(9.304)
Ajuste de conversão em balanços de controladas	-	-	-	-	-	26.574		26.574
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(681.847)	(681.847)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	3.915.678	-	-	-	-	26.574	(770.155)	3.172.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	2008	2008
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(681.847)	(681.847)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(163.642)	(228.306)
Depreciação, amortização e *impairment*	259.182	285.431
Baixas do ativo imobilizado	116.565	89.296
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	38.166	40.135
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	763.999	799.808
Juros sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	395.281	455.027
Equivalência patrimonial	18.560	-
Reversão de provisão para perdas de investimentos	(2.584)	-
Constituição de provisão para contingências	3.221	4.737
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Valores a receber - clientes	(342.226)	(317.482)
Estoques de produtos e mercadorias	(483.362)	(639.455)
Adiantamentos a fornecedores e diversos	(61.078)	(62.533)
Outros créditos - curto e longo prazo	1.362	22.946
Depósitos judiciais e compulsórios	(3.137)	(2.583)
Partes relacionadas	177.960	156.455
Pessoal, encargos e benefícios sociais	21.267	28.394
Fornecedores	98.357	130.093
Impostos a recolher - líquido	(389.473)	(361.156)
Outras obrigações - curto e longo prazo	257.773	336.917
CAIXA ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	24.344	55.877
FLUXO DE CAIXA DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	(231.964)	8.741
Aquisição de ativo imobilizado	(516.673)	(542.282)
Intangível	(531.990)	(702.158)
Aumento do diferido	(1.377)	(1.362)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.282.004)	(1.237.061)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES FINANCEIRAS		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo:		
• Pagamentos	(3.286.917)	(3.329.066)
• Captações	3.714.702	3.839.282
Variação na participação de minoritários	-	(74.517)
Aumento de capital e reserva (Acionista)	2.785.167	2.785.167
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	3.212.952	3.220.866
AUMENTO DE CAIXA E BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.955.292	2.039.682
Caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata		
Saldo final	2.289.107	2.394.029
Saldo inicial	333.815	354.347
Variação no exercício	1.955.292	2.039.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 5

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA O PERÍODO DE 27 DE JULHO
(DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	2007	2007
Origens dos recursos		
Das operações:		
Lucro líquido do período	53.999	53.999
Itens que não afetam o capital circulante:		
Depreciações	42.332	46.289
Amortizações	12.697	12.698
Resultado da equivalência patrimonial	837	-
Valor residual do ativo permanente baixado	172.335	185.945
Encargos do exigível a longo prazo	(89.169)	(89.383)
Provisões contingenciais	94	125
Recursos originados das operações	193.125	209.673
De quotistas:		
Integralização de capital	2.000	2.000
De terceiros:		
Incentivo fiscal	533	533
Redução do investimento	1.245	1.245
Redução do realizável a longo prazo	51.597	58.590
Aumento do exigível a longo prazo	369.243	604.174
Total das origens de recursos	617.743	876.216
Aplicações de recursos		
Nos investimentos	416.770	372.233
No imobilizado	111.290	131.972
No diferido	29.438	29.438
Impostos diferidos	270.238	270.238
Por aumento do realizável a longo prazo	208.582	213.880
Por incorporação de acervo líquido	92.148	92.148
Por redução do exigível a longo prazo	-	74.562
Participação dos minoritários	-	115.208
Distribuição de lucros e dividendos propostos	12.825	14.243
Total das aplicações de recursos	1.141.291	1.313.922
Redução do capital circulante	(523.548)	(437.707)

QUADRO 5 (página 2)

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA O PERÍODO DE 27 DE JULHO
(DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	2007	2007
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No início do período	-	-
No final do período	1.405.979	1.773.992
	1.405.979	1.773.992
Passivo circulante		
No início do período	-	-
No final do período	1.929.527	2.211.699
	1.929.527	2.211.699
Redução do capital circulante	(523.548)	(437.707)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 6

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado
	2008	2008
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
1 - RECEITAS	5.309.483	6.625.871
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.309.483	6.625.871
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui valores do ICMS e IPI)	(4.077.175)	(5.179.054)
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.542.918)	(4.423.812)
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(534.257)	(748.791)
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	-	(6.451)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.232.308	1.446.817
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(259.182)	(278.980)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (3-4)	973.126	1.167.837
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.302.954	1.326.291
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	(18.560)	-
6.2) Receitas financeiras	1.321.514	1.326.291
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	2.276.080	2.494.128
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)	(2.276.080)	(2.494.128)
8.1) Pessoal	(562.668)	(699.364)
8.1.1 - Remuneração direta	(408.386)	(543.918)
8.1.2 - Benefícios	(127.143)	(128.070)
8.1.3 - FGTS	(27.139)	(27.376)
8.2) Impostos, taxas e contribuições	27.312	97.903
8.2.1 - Federais	43.225	113.816
8.2.2 - Estaduais	(15.913)	(15.913)
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	(2.422.571)	(2.614.173)
8.3.1 - Juros	(437.632)	(512.711)
8.3.2 - Aluguéis	(7.072)	(7.367)
8.3.3 - Outras	(1.977.867)	(2.094.095)
8.4) Remuneração de capitais próprios	681.847	721.506
8.4.1 - Prejuízo do exercício	681.847	681.847
8.4.2 - Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	39.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Financeiras do Bertin S.A. relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009 e respectivo relatório de revisão limitada da BDO Trevisan Auditores Independentes

(página intencionalmente deixada em branco)

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BDO International é uma rede mundial de empresas de auditoria, juridicamente independentes em seu próprio país, denominadas Firmas Membro BDO. A rede é coordenada pela BDO Global Coordination B.V., com sede estatutária em Eindhoven, Holanda (registro comercial n°33205251). O Escritório Executivo Internacional está situado no Boulevard de la Woluwe 60, 1200 Bruxelas, Bélgica.
BDO Trevisan Auditores Independentes é a Firma Membro da BDO no Brasil.
BDO é o nome comercial para a rede BDO International e para cada uma das Firmas Membro BDO.

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 – Balanços patrimoniais

Quadro 2 – Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Tel.: +55 (16) 3632-9300
Fax.: +55 (16) 3632-4353
www.bdobrazil.com.br

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua Bernardino de Campos, 1.001 - 4º andar
Ribeirão Preto - SP - Brasil
14015-130

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Bertin S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial individual (controladora) e consolidado da Bertin S.A. ("Companhia") e de suas controladas em 30 de setembro de 2009 e das correspondentes demonstrações individuais (controladora) e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao período de 9 (nove) meses findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis das empresas controladas indiretas Dan Vigor Ltda. e Trump Ásia Enterprises Limited foram revisadas por outros auditores independentes. Os saldos dos investimentos nessas empresas e os correspondentes resultados de equivalência patrimonial estão embasados nos trabalhos daqueles auditores.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bertin S.A. em 30 de setembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos seus fluxos de caixa referentes ao período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Bertin S.A.
São Paulo – SP

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia e por suas controladas durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008. As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2008, apresentadas em conjunto com as informações do período corrente, não foram ajustadas para fins de comparação, conforme facultado pelo Comunicado Técnico do IBRACON nº 04, de 7 de maio de 2009.

Ribeirão Preto, 17 de dezembro de 2009.

José Luiz Sanches
Sócio-contador
CRC 1SP124579/O-0
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

BERTIN S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bertin S.A. é constituída por capital 100% nacional, tendo como atividades a exploração nos ramos de abate, industrialização, comercialização e distribuição de carne bovina e seus derivados; beneficiamento de couros; industrialização e comercialização de produtos voltados para a higiene pessoal e limpeza doméstica; produção de brinquedos para animais de estimação – produtos pet; produção de embalagens metálicas; transporte de cargas e reciclagem.

Tem suas atividades organizadas por unidades de negócios que se agrupam em carnes, couros, higiene e beleza, produtos pet, fábrica de latas, logística e ambiental.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. ADOÇÃO DA LEI Nº 11.638/07

A Administração da Companhia optou por elaborar as demonstrações contábeis de transição em 1º de janeiro de 2008, o ponto de partida para o levantamento de demonstrações contábeis de acordo com as novas disposições trazidas na Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pelos referidos normativos caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, aprovada pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Medida Provisória nº 449/08, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados na data de transição contra a conta de lucros e prejuízos acumulados, no patrimônio líquido, nos termos do artigo 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis referentes ao período findo em 30 de setembro de 2008 foram preparadas em conformidade com a legislação vigente naquela data. A Companhia optou por não reapresentá-las, com base no Comunicado Técnico do Ibracon nº 4, de 7 de maio de 2009. Dessa forma, não são comparáveis com as demonstrações contábeis do período findo em 30 de setembro de 2009.

Em decorrência das alterações promovidas pela nova legislação contábil, foram apurados os efeitos no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 30 de setembro de 2008, que são apresentados a seguir:

	2008
Prejuízo do período findo em 30 de setembro de 2008	(153.203)
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	-
Incentivos fiscais reconhecidos no resultado (b)	10.541
Lucro líquido com os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	(142.662)
Patrimônio líquido em 30 de setembro de 2008	2.836.438
Ajustes na data da transição reconhecidos em:	
Lucros ou prejuízos acumulados (a)	(45.260)
Incentivos fiscais reconhecidos no resultado (b)	(10.541)
Capitalização dos custos dos empréstimos (c)	78.437
Patrimônio líquido em 30 de setembro de 2008, com os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	2.859.074

(a) Baixa de gastos ativados que eram classificados no ativo diferido e que não foi possível a reclassificação para outros grupos de ativos na data de transição.

(b) Baixa referente a incentivos ficais que eram classificados no patrimônio líquido e foram reclassificados para a conta de resultado.

(c) Conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 20 – Custos dos empréstimos, a Companhia optou pela adoção relativa a capitalização dos custos de empréstimo que são atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo imobilizado qualificável como parte dos custos dos ativos

Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

- Arrendamento mercantil financeiro

Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente do saldo de pagamentos mínimos previstos nos contratos de arrendamento financeiro, sendo depreciados pelas taxas de depreciação praticadas pela Companhia de acordo com a

natureza de cada bem. Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro, alienados ou baixados por perda, têm o seu valor residual reconhecido como custo ou perda, respectivamente, na demonstração do resultado.

Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante com base no valor presente das prestações remanescentes a pagar na data da transição. A diferença entre o valor presente e o valor total das prestações vincendas será apropriada na demonstração do resultado como despesas financeiras pelo prazo remanescente do contrato por meio do método do custo amortizado e com base na taxa de juros efetiva.

- Ativo intangível

A Companhia procedeu, no quarto trimestre de 2008, à reclassificação de determinados bens do ativo imobilizado e ativo diferido para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas no Pronunciamento Técnico CPC nº 4 – Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

- Ajustes a valor presente

Determinadas contas do ativo e passivo não circulante, bem como do ativo e passivo circulante, quando relevantes, foram ajustadas ao valor presente nas datas das respectivas transações, com base em taxas que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para as contas em questão.

Os efeitos dos ajustes a valor presente relativos ao período findo em 30 de setembro de 2009, da Lei nº 11.638 e Medida Provisória nº 449/08, foram calculados e são praticamente nulos.

- Equivalência patrimonial em empresas coligadas

Com base nas novas disposições da legislação societária, trazidas pela MP nº 449/08, a Companhia passou a aplicar o método da equivalência patrimonial na avaliação de investimentos permanentes em todas as coligadas. Com base no novo texto, são coligadas todas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa, mesmo sem controlá-las.

Não houve efeito tributário significativo dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08.

3.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são as seguintes:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidações duvidosas, estoques e Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativos, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados de acordo com sua respectiva classificação:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, estes são classificados como mantidos até o vencimento e são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável e as diferenças em moeda estrangeira desses instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentada pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Outros

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais deduções no valor recuperável.

d. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 2 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

e. Ativos circulante e não circulante

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

- Estoques

Os estoques de produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas e outros suprimentos são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, os quais são inferiores aos valores de reposição ou aos valores de realização.

O custo dos produtos acabados e produtos em elaboração incluem matérias-primas adquiridas, mão de obra, despesas de produção, transporte e armazenagem, que estão relacionados à compra e à produção de estoques.

As perdas normais de produção são registradas e integram o custo de produção do respectivo mês.

- Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

- Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 11, e levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas nestes.

- Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 11. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

- Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, os gerados internamente pela Companhia, e são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear, com base nos prazos dos direitos de exploração decorrentes dos contratos de arrendamento e com base nos prazos estimados de recuperação do ágio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir de 1º de janeiro de 2009 não serão amortizados e terão o seu valor recuperável testado anualmente.

- Diferido

São os valores e despesas reconhecidos pelo custo. As amortizações são computadas pelo método linear em até dez anos. Conforme as modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, o saldo existente no ativo diferido, que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, permaneceu no ativo sob essa classificação até sua completa amortização.

f. Redução ao valor recuperável

Os itens de ativos do imobilizado, intangível e diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O *goodwill* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

g. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h. Provisões

São reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldá-lo. As provisões são registradas quando são julgadas como prováveis tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Imposto de Renda e contribuição social

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro real. O Imposto de Renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas deverão optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

j. Lucro (prejuízo) por ação

É calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial.

k. Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas.

Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.

Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas:

	Porcentagem de participação	
	2009	2008
Controladas diretas		
Novaprom Foods e Ingredients Ltda.	60,00%	60,00%
Cascavel Couros Ltda.	99,99%	-
Bertin Holding GMBH (Austria)	100,00%	100,00%
Bertin Corporation (USA)	100,00%	100,00%
Goult Participações Ltda.	-	56%
S/A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	99,54%	-
CIA Leco Produtos Alimentícios S.A.	19,08%	-
Controladas indiretas		
Bertin Handels GMBH	100,00%	100,00%
Bertin Holding INC	100,00%	100,00%
Bertin Trading USA LLC	100,00%	100,00%
Bertin Trading UK LLP	99,99%	99,99%
Nedhol INTL NV	100,00%	100,00%
Frigorífico Canelones S.A.	100,00%	100,00%
Bertin Paraguay S.A.	80,00%	80,00%
Trump Asia Enterprises Limited	99,99%	99,99%
Misr Cold Centers & Storage Company SAE	97,50%	97,50%
Sam Prometex S.A.	70,00%	70,00%
Egygate Distribution Company	70,00%	70,00%
Sampco INC	100,00%	100,00%
CIA Leco Produtos Alimentícios S.A.	80,00%	7,02%
Dan Vigor Ltda.	50,00%	50,00%
Laticínios Serra Bella Ltda.	100,00%	100,00%
International Food Parkers	100,00%	-
Bertin Peru S.A.	100,00%	-
B&M Itália	50,00%	-

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A carteira de aplicações é composta basicamente por CDBs (Certificados de Depósito Bancário) indexados ao CDI e emitidos por instituições de 1ª linha, com *rating* mínimo “A” classificado pela Fitch Ratings.

5. VALORES A RECEBER DE CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Clientes nacionais	314.271	218.179	452.483	385.238
Clientes internacionais	488.285	808.083	644.501	850.258
Adiantamento sobre cambiais entregues	(207.111)	(178.737)	(207.613)	(178.737)
Cambiais em liquidação	(21.887)	(45.116)	(21.887)	(45.116)
Ajuste a valor presente – Cliente nacional	-	-	(190)	-
Vendor	(21.770)	-	(21.770)	-
Provisão para créditos de liquidações duvidosa	(601)	(66)	(1.239)	(4.712)
Duplicatas descontadas	(36.260)	(128.756)	(72.689)	(128.756)
Adiantamento de clientes	(9.611)	(44.690)	(17.272)	(44.692)
	505.316	628.897	754.324	833.483
Clientes nacionais	246.029	44.667	339.323	207.078
Clientes internacionais	259.287	584.230	415.001	626.405

6. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Produtos acabados	586.627	423.945	691.460	453.325
Produtos em elaboração	127.378	54.927	143.462	72.952
Matérias-primas e almoxarifados	229.242	307.830	358.122	448.305
	943.247	786.702	1.193.044	974.582

Os estoques de produtos acabados e de produtos em elaboração foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, inferior aos valores de realização, conforme destacado na nota explicativa nº 3.2(e). Os estoques de matérias-primas e almoxarifados foram avaliados pelo custo médio das aquisições.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante				
Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	420.361	291.270	443.584	328.174
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	17.816	8.933	19.113	16.741
Crédito PIS/Cofins/IPI	626.157	220.611	901.291	220.681
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	16.651	-	17.485	-
IRPJ a recuperar	38.607	-	41.041	-
ICMS a recuperar – Crédito presumido	-	-	7.139	-
Impostos federais – Diferidos	-	103.625	7.841	162.877
Outros tributos a compensar	-	2.875	1.803	2.900
	1.119.592	627.314	1.439.297	731.373
Circulante	866.931	523.689	1.176.161	568.496
Não circulante	252.661	103.625	263.136	162.877
	1.119.592	627.314	1.439.297	731.373

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Devolução de compras a receber	3.586	2.284	4.474	2.284
Seguros a receber	9	9	423	9
Cheques depositados e devolvidos	640	137	583	137
Valor a receber clientes	179	419	239	771
Posição líquida de instrumentos financeiros a receber	185.286	-	185.286	-
Outros créditos	2.852	2.615	78.645	102.049
	192.552	5.464	269.650	105.250
Circulante	192.552	5.464	266.728	15.698
Não circulante	-	-	2.922	89.552

9. PARTES RELACIONADAS

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado.

Controladora	Saldos em 1º/1/2008						Saldos em 30/09/08	
	Ativo	Passivo	(i) Vendas	(ii) Compras	(iii) Pagamentos efetuados	(iv) Recebimentos efetuados	Ativo	Passivo
Bracol Holding Ltda.	153.014	-	174.403	293.372	241.308	327.417	-	52.064
Novaprom Food Ingredients Ltda.	290	-	3.488	386	382	3.394	384	4
Bertin Holding GMBH	3.450	-	36.402	214	16	16.717	23.135	198
Bertin USA Corporation	-	-	185.980	-	-	136.887	49.093	-
Bracol Ind. Couros Ltda.	-	-	234.899	13.544	10.434	146.768	88.131	3.110
	156.754	-	635.172	307.516	252.140	631.183	160.743	55.376

Bertin S.A.

Controladora	Saldos em 1º/1/2009						Saldos em 30/09/2009	
	Ativo	Passivo	(i) Vendas	(ii) Compras	(iii) Pagamentos efetuados	(iv) Recebimenos efetuados	Ativo	Passivo
Bracol Holding Ltda.	-	44.018	53.981	246.644	266.514	53.981	-	24.148
Novaprom Food Ingredients Ltda.	204	2	5.311	310	246	4.686	829	66
Bertin Holding GMBH	20.454	-	23.556	2.908	2.645	23.776	20.234	263
S.A. Fab. Prod. Alimentícios Vigor	71	2	4.046	31	30	3.480	637	3
Cia Leco Produtos Alimentícios	2.796	6	17.814	207	213	16.060	4.550	-
Newdrop Química Ltda.	8	373	546	5.867	6.010	530	24	230
Biolins Energia Ltda.	3.203	-	35.966	201	87	5.281	33.888	114
BSB Equipamentos de Prot. Ind. Ltda.	1.731	-	7.005	719	580	4.960	3.776	139
Ecopur Ind.e Com.de Prod.Quim.Ltda.	-	-	-	439	439	-	-	-
Curuá Energia S.A.	-	-	25	-	-	-	25	-
Brasil Central Energia S.A.	-	-	185	-	-	184	1	-
Mafrip Matadouro Frig. Rio Pardo S.A.	-	-	1.177	-	-	1.177	-	-
Sampco INC	132.348	-	167.756	-	-	246.825	53.279	-
Heber Participações S.A.	-	-	17	-	-	13	4	-
Gaia Energia e Participações S.A.	-	-	113	38	-	105	8	38
São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.	-	-	115	-	-	107	8	-
Cascavel Couros Ltda	36.063	60	230.130	21.541	17.489	157.351	108.842	4.112
	196.878	44.461	547.743	278.905	294.253	518.516	226.105	29.113

9. PARTES RELACIONADAS (CONTINUAÇÃO)

Consolidado	Saldos em 1º/1/2008						Saldos em 30/09/08	
	Ativo	Passivo	(i) Vendas	(ii) Compras	(iii) Pagamentos efetuados	(iv) Recebimentos efetuados	Ativo	Passivo
Bracol Holding Ltda.	153.014	-	174.403	293.372	241.308	327.417	-	52.064
Bracol Ind. Couros	-	-	234.900	13.544	10.434	146.767	88.133	3.110
	153.014	-	409.303	306.916	251.742	474.184	88.133	55.174

Consolidado	Saldos em 1º/1/2009						Saldos em 30/09/09	
	Ativo	Passivo	(i) Vendas	(ii) Compras	(iii) Pagamentos efetuados	(iv) Recebimentos efetuados	Ativo	Passivo
Bracol Holding Ltda.	-	44.018	53.981	246.644	266.514	53.981	-	24.148
Brasil Central Energia S.A.	-	-	185	-	-	184	1	-
Biolins Energia Ltda.	3.203	-	35.966	201	87	5.281	33.888	114
BSB Equipamentos de Prot. Ind. Ltda.	1.731	-	7.005	825	676	4.960	3.776	149
Curuá Energia S.A.	-	-	25	-	-	-	25	-
Ecopur Ind.e Com.de Prod. Quim. Ltda	-	-	-	439	439	-	-	-
Gaia Energia e Participações S.A.	-	-	113	38	-	105	8	38
Heber Participações S.A.	-	-	17	-	-	13	4	-
Mafrip Matadouro Frig. Rio Pardo S.A.	-	-	1.177	-	-	1.177	-	-
São Fernando Açúcar e Alcool Ltda	-	-	115	-	-	107	8	-
Newdrop Química Ltda.	8	373	546	5.867	6.010	530	24	230
	4.942	44.391	99.130	254.014	273.726	66.338	37.734	24.679

(i) Vendas – Referem-se, substancialmente, aos processos de comercialização dos mais diversos produtos fabricados e por prestação de serviços efetuados pela Bertin S.A.
(ii) Compras – Referem-se, substancialmente, aos produtos (matéria-prima) e serviços adquiridos pela Bertin S.A., necessários em seus processos produtivos.
(iii) Pagamentos efetuados – Referem-se aos pagamentos efetuados pela Bertin S.A., por conta das operações de compra.
(iv) Recebimentos efetuados – Referem-se aos valores recebidos pela Bertin S.A., por conta dos processos de comercialização com partes relacionadas.

10. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Adiantamento para futura aquisição de investimentos	-	17.504	8.002	17.504
Participações em empresas controladas	635.243	277.837	-	-
Outras ações	-	-	25	-
Ágio sobre investimentos	-	639.659	-	737.086
	635.243	935.000	8.027	754.590

10. INVESTIMENTOS (CONTINUAÇÃO)

Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

	Bertin Holding GMBH (1)	Novaprom Foods e Ingredients (2)	Vigor S.A. (2)	Cia Leco (2)	Cascavel Couros Ltda (2)	Bertin Corporation USA (1)	Total 2009	Total 2008
Dados das investidas								
Número de mil quotas/ações do capital social	96	792	165.447	145.000	265.127	-		
Quantidade de quotas/ação possuídas	96	475	164.689	27.673	265.127	-		
Patrimônio líquido	117.091	3.059	161.911	119.745	287.061	44.154		
Lucro líquido (Prejuízo) do período	(47)	1.160	76.266	19.626	(24.750)	(2.525)		
Participação societária	100,00%	60,00%	99,54%	19,08%	99,99%	100,00%		
Movimentação dos investimentos no período								
Saldos em 1º de janeiro de 2009	143.779	1.139	66.908	7.028	-	62.110	280.964	88.924
Aquisição/incorporação	8.184	-	240.730	25.925	321.843	-	596.682	161.158
Resultado da equivalência patrimonial	895	696	75.915	3.746	(35.322)	(2.388)	43.542	17.382
Ágio na aquisição de ações	-	-	(218.359)	(13.846)	-	-	(232.205)	-
Ganhos efetivos	-	-	-	-	540	-	540	-
Variação cambial dos investimentos	(34.824)	-	(4.025)	-	-	(15.431)	(54.280)	10.373
Saldos finais em 30 de setembro de 2009	118.034	1.835	161.169	22.853	287.061	44.291	635.243	277.837

(1) Empresa revisada pela BDO Trevisan Auditores Independentes sem emissão formal de relatório.
(2) Empresa revisada pela BDO Trevisan Auditores Independentes com emissão formal de relatório.

11. IMOBILIZADO

					Controladora
				2009	2008
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	2 a 3%	1.656.618	(66.071)	1.590.547	1.318.631
Máquinas e equipamentos	5 a 25%	1.116.533	(142.824)	973.709	980.077
Móveis e utensílios	9 a 50%	15.457	(6.704)	8.753	7.258
Instalações	7 a 33%	380.585	(24.718)	355.867	307.928
Veículos	6 a 50%	231.623	(82.462)	149.161	176.300
Equipamentos de informática	7 a 25%	37.643	(18.366)	19.277	13.666
Benfeitorias em bens de terceiros	2 a 3%	3.117	-	3.117	1.843
Terrenos	-	756.278	-	756.278	747.367
Imobilizações em andamento	-	2.592	-	2.592	4.164
Direito de uso de telefone	-	-	-	-	199
Adiantamentos para imobilização	-	23.989	-	23.989	68.906
Marcas	-	-	-	-	153.000
		4.224.435	(341.145)	3.883.290	3.779.339

					Consolidado
				2009	2008
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	2 a 3%	2.020.830	(147.028)	1.873.802	1.541.571
Máquinas e equipamentos	5 a 25%	1.340.971	(304.784)	1.036.187	1.022.896
Móveis e utensílios	9 a 50%	21.067	(11.118)	9.949	7.376
Instalações	7 a 33%	431.865	(55.447)	376.418	324.885
Veículos	6 a 50%	238.589	(90.280)	148.309	177.719
Equipamentos de informática	7 a 25%	46.804	(25.845)	20.959	15.071
Benfeitorias em bens de terceiros	2 a 3%	3.008	-	3.008	1.843
Terrenos	-	858.694	-	858.694	849.156
Imobilizações em andamento	-	5.368	-	5.368	6.909
Direito de uso de telefone	-	91	-	91	199
Adiantamentos para imobilização	-	25.502	-	25.502	69.675
Marcas	-	-	-	-	186.739
		4.992.789	(634.502)	4.358.287	4.204.039

Conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC no. 20 – Custos dos empréstimos, a Companhia optou pela adoção relativa a capitalização dos custos de empréstimo que são atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo imobilizado qualificável como parte dos custos dos ativos.

12. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Ágio sobre investimentos (1)	890.174	-	969.505	-
Software (2)	6.665	-	7.359	-
Marcas (2)	175.000	-	214.372	-
	1.071.839	-	1.191.236	-

(1) Em 30 de setembro de 2008, esse valor compunha o grupo dos Investimentos.
(2) Em 30 de setembro de 2008, esse valor compunha o grupo do Imobilizado.

13. DIFERIDO

					Controladora
				2009	2008
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Despesas com marketing	10%	-	-	-	39.408
Despesas com propaganda e publicidade	10%	-	-	-	14.269
Ágio aquisição investimentos incorporado	10%	-	-	-	4.549
Despesas pré-operacionais	10%	34.854	(1.599)	33.255	32.688
		34.854	(1.599)	33.255	90.914

					Consolidado
				2009	2008
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Despesas com marketing	10%	-	-	-	39.408
Despesas com propaganda e publicidade	10%	-	-	-	14.269
Ágio aquisição investimentos incorporado	10%	-	-	-	4.549
Despesas pre-operacionais	10%	35.826	(1.489)	34.337	32.791
		35.826	(1.489)	34.337	91.017

As amortizações do diferido serão efetuadas em conformidade com o previsto na legislação societária.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
Modalidades	Taxa média de juros e comissões	2009	2008	2009	2008
Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC	Variação cambial e Libor mais 7,2 % a.a.	513.916	323.689	548.878	357.423
Pré-pagamento exportação	Variação cambial e Libor mais 2 % a.a.	1.017.764	1.311.845	1.024.954	1.311.845
Empréstimo no exterior	Variação cambial, mais 10,25% a.a.	653.521	703.389	653.521	703.389
Empréstimo no cxterior c/ organismos multilaterais	Variação cambial e Libor mais 1,85% a.a.	91.019	117.169	91.019	117.169
BNDES – EXIM	Juros de 9,15% a.a. (pré-fixado).	17.849	69.071	17.849	69.071
BNDES – EXIM BRL	Juros de 18,27% a.a. (pré-fixado).	310.798	-	310.798	-
BNDES – EXIM	TJLP, mais 3,10% a.a.	69.511	290.126	69.514	290.126
BNDES – FINEM	TJLP, mais 3,98% a.a.	203.271	224.715	203.271	224.715
BNDES – FINEM	Cesta moedas mais 2,9% a.a.	25.274	32.471	25.274	32.471
Finame	TJLP, mais 3,3% a.a.	167.508	183.233	167.885	189.832
Finame	7,0% a.a. (pré-fixado)	4.473	-	5.371	-
Finame	Cesta moedas, mais 3,73% a.a.	646	961	646	1.037
Finame	Juros de 11,01 % a.a. (pré-fixado)	6.044	11.545	6.044	11.545
Leasing CDI	CDI, mais 0,13% a.m.	2.283	-	2.283	-
Leaseback	CDI, mais 0,89% a.m. e VC	4.129	-	4.129	-
FININP	Variação cambial, mais 4,5% a.a.	7.557	7.945	7.557	7.945
FININP	Juros de 9,54% a.a.	-	-	2.084	9.191
FCO – Fundo do Centro-Oeste	Juros de 10,0 % a.a. (pré-fixado)	2.620	3.227	6.081	3.227
FNO – Fundo do Norte	Juros de 10,0 % a.a. (pré-fixado)	33.512	13.234	33.512	13.234
Capital de giro	Juros de 104,5% a 135,0% do CDI	-	-	440.289	-
Capital de giro agrícola	Juros de 10,5 % a.a, mais TR	73.763	88.949	73.763	88.949
Capital de giro industrial	152% do CDI	236.705	-	236.705	-
Capital de giro – Moeda estrangeira	Variação cambial, mais juros de 4,5% a.a. - Resolução 63/2770	131.484	197.032	140.735	311.082
Nota de Crédito Exportação	Juros de 124,5% do CDI	1.181.285	1.117.666	1.198.979	1.117.666
Nota de Crédito Importação	Variação cambial, mais 11,25% a.a.	-	-	25.528	-
EGF	6,75% a.a. (pré-fixado)	-	-	4.969	-
LEC	6,75% a.a. (pré-fixado)	-	-	5.555	-
"Notes"	Variação cambial, mais 9,25 a.a.	-	-	325.248	193.410
NPR	Juros de 6,75% a.a. (pré-fixado)	-	-	2.473	20.030
Leasing	Juros de 0,82% a.m. (pré-fixado)	1.930	-	3.022	1.041
Financiamento Importação	Variação cambial e Libor	-	16.330	-	16.330
		4.756.862	4.712.597	5.637.936	5.090.728
Circulante		2.087.419	1.631.422	2.636.617	1.797.676
Não circulante		2.669.443	3.081.175	3.001.319	3.293.052

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
2009	-	89.841	-	98.125
2010	230.516	582.699	347.065	591.718
2011	1.001.267	850.150	1.005.137	851.172
2012	470.212	485.119	471.362	487.240
2013	213.606	218.103	245.796	218.103
2014	94.844	107.082	95.151	107.082
2015	28.550	77.094	28.550	77.094
2016	625.927	670.854	625.927	670.856
2017	2.377	233	180.187	191.662
2018	2.144	-	2.144	-
	2.669.443	3.081.175	3.001.319	3.293.052

Os financiamentos estão garantidos por alienações fiduciárias de bens do ativo imobilizado e/ou por avais da controladora.

15. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladoria		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Passivo circulante				
Impostos, taxas e contribuições				
CSSL	4.047	12.342	4.784	12.668
IRPJ	5.379	29.026	7.641	31.126
ICMS	7.827	5.270	20.202	9.932
Cofins	283	-	478	-
PIS	61	-	165	-
ISS	116	132	231	132
Fundersul	167	170	167	170
Funrural	52.237	6.302	55.264	6.455
Fundepec	133	112	133	112
Funcouros	10	6	10	6
IRRF	2.450	2.167	2.892	2.181
Parcelamento PIS e Cofins	-	-	13.516	-
Parcelamento IRPJ	-	-	202	-
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	-	41.094
Outros tributos a recolher	45	164	1.450	238
	72.755	55.691	107.135	104.114
Passivo não circulante				
Impostos, taxas e contribuições				
Fomentar	6.448	5.834	6.545	5.834
IRPJ diferido	79.836	189.090	80.506	225.522
CSLL diferida	26.596	68.072	26.596	68.073
Parcelamento PIS e Cofins	-	-	55.636	2.095
Parcelamento IRPJ	-	-	1.511	-
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	54.177	59.486
	112.880	262.996	224.971	361.010

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Créditos não identificados	5.677	3.804	7.443	3.812
Seguros a pagar	3.508	5.908	3.580	5.910
Devoluções sobre vendas a descontar	1.849	3.570	6.061	3.570
Comissões a pagar	-	6.660	1.342	6.660
Investimentos a pagar planta Pimenta Bueno	16.277	-	16.277	-
Investimentos a pagar à Goult Participações Ltda.	379.208	567.386	379.208	567.386
Investimentos a pagar à Bertin GMBH	-	-	15.375	58.093
Aquisição de Imobilizado a pagar	3.644	-	3.644	-
Rino Mastrotto Group SPA a pagar	-	-	30.000	-
Outras obrigações a pagar	15.768	8.551	49.674	63.912
	425.931	595.879	512.604	709.343
Passivo circulante	337.810	570.605	406.003	641.598
Passivo não circulante	88.121	25.274	106.601	67.745

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2009, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$4.238.195 (em 30 de setembro de 2008, R$2.449.430), representado por 28.636.178 (em 30 de setembro de 2008, 25.860.930) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

18. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Bertin S.A. manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco utilizando laudos recentes de avaliação patrimonial para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e orientação da política de seguros da Companhia.

A Bertin S.A. possui um plano de gerenciamento de riscos iniciado por consultoria externa e praticado/gerenciado internamente.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS, SOCIAIS E TRABALHISTAS

A Bertin S.A. possui processos cíveis, tributários e trabalhistas, todos em razão do curso normal das operações, sendo que em 30 de setembro de 2009 os montantes envolvidos de R$4.763 (em 30 de setembro de 2008, R$1.801) se referem a processos prováveis de perda, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos. A provisão de R$4.763 é considerada, pela Administração, como suficiente para cobrir eventuais perdas.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda foi calculado considerando-se as atuais alíquotas, e a contribuição social sobre o lucro foi apurada considerando-se a taxa de 9% conforme legislação em vigor.

Os cálculos do Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis com relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVATIVOS

Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Bertin S.A. possui uma política formal de gerenciamento de riscos financeiros (mercado, liquidez e crédito), cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão, possibilitando a redução da exposição diária destes. A exposição a riscos de mercado, advindos de variações de taxas de câmbio, taxas de juros e preços na compra de gado ligados à atividade operacional, é tratada através de instrumentos financeiros e derivativos que objetivam minimizar e neutralizar o efeito a esses riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo, que não possuem direta relação com as atividades da Companhia. O risco de liquidez é acompanhado através de *ratings* específicos da contraparte.

Riscos de taxas de câmbio e juros

Os riscos de mercado oriundos de variação cambial e taxas de juros são protegidos por instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moedas (*forwards*), contratos de troca de moeda (swaps), contratos de troca de taxas de juros (Libor para taxas pré-fixadas) e contratos de mercado futuro em Bolsa.

Riscos de créditos

O risco de crédito é combatido por política específica monitorada pelos Departamentos de Crédito Interno e Externo, através de acompanhamento da evolução de carteiras e controle de exposição a grupos pré-definidos de clientes e países. A utilização de instrumentos de garantia de recebíveis também faz parte da política de crédito.

Riscos de flutuação de preços na compra de gado

A exposição da Companhia à flutuação dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores externos, é acompanhada e seus efeitos avaliados diariamente.

Valores utilizados

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de todos os instrumentos financeiros são marcados a mercado e expressam o valor justo na data de 30 de setembro de 2009.

Informações sobre instrumentos financeiros

A seguir, são apresentados os ativos e passivos expostos a riscos que estão sujeitos a instrumentos derivativos, bem como os efeitos dessas contas no resultado do período findo em 30 de setembro de 2009:

		Controladora	
		Efeitos no resultado	
Exposição	30/09/09	Variação cambial	Other comprehensive income
OPERACIONAL			
Contas a receber - US$, €	246.029	(80.026)	103
Pedidos de vendas - US$, €	1.836.853	-	185.183
Subtotal	2.082.882	(80.026)	185.286
FINANCEIRO			
Créditos com controladas - US$	73.250	(17.835)	-
Empréstimos e financiamentos US$, €	(2.899.905)	818.312	-
Importações a pagar US$	(6.068)	2.457	-
Subtotal	(2.832.723)	802.934	-
TOTAL	(749.841)	722.909	185.286

Para 30 de setembro de 2008 a Companhia não possuía o quadro demonstrativo.

Pedidos de venda - o nocional não é registrado no balanço patrimonial. A partir do exercício de 2008, de acordo com a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*) introduzida pelo CPC 14, a Companhia passou a contabilizar a variação cambial dos pedidos de venda para contrapor os efeitos do hedge destes.

Análise de sensibilidade

Considerando que a Companhia está sujeita, principalmente, ao risco de taxas de câmbio e juros sobre os seus ativos e passivos em moeda estrangeira, e que se utiliza apenas de instrumentos derivativos para proteção dos referidos ativos e passivos, as variações de cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, provocando efeitos praticamente nulos.

* * *

QUADRO 1

BERTIN S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Ativo				
Circulante				
Disponibilidades	339.328	67.645	431.083	129.444
Aplicações financeiras (nota 4)	633.327	1.904.506	1.097.087	1.904.506
Valores a receber clientes nacionais (nota 5)	246.029	44.667	339.323	207.078
Valores a receber clientes internacionais (nota 5)	259.287	584.230	415.001	626.405
Estoques produtos e mercadorias (nota 6)	943.247	786.702	1.193.044	974.582
Impostos a recuperar (nota 7)	866.931	523.689	1.176.161	568.496
Adiantamentos a fornecedores e diversos	49.293	44.543	56.830	49.948
Outros créditos (nota 8)	192.552	5.464	266.728	15.698
Despesas do exercício seguinte	2.750	15.430	6.816	17.252
Total circulante	3.532.744	3.976.876	4.982.073	4.493.409
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais e compulsórios	5.287	1.801	7.997	3.099
Impostos a recuperar (nota 7)	252.661	103.625	263.136	162.877
Imóveis destinados a venda	-	-	57.720	-
Partes relacionadas (nota 9)	226.105	160.743	37.734	88.133
Outros créditos (nota 8)	-	-	2.922	89.552
	484.053	266.169	369.509	343.661
Permanente				
Investimentos (nota 10)	635.243	935.000	8.027	754.590
Imobilizado (nota 11)	3.883.290	3.779.339	4.358.287	4.204.039
Intangível (nota 12)	1.071.839	-	1.191.236	-
Diferido (nota 13)	33.255	90.914	34.337	91.017
	5.623.627	4.805.253	5.591.887	5.049.646
Total não circulante	6.107.680	5.071.422	5.961.396	5.393.307
Total do ativo	9.640.424	9.048.298	10.943.469	9.886.716

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Passivo				
Circulante				
Pessoal, encargos e benefícios sociais	116.431	110.299	144.885	132.269
Fornecedores nacionais	329.098	391.513	374.730	448.807
Fornecedores internacionais	6.068	12.883	85.751	78.032
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	2.087.419	1.631.422	2.636.617	1.797.676
Impostos a recolher (nota 15)	72.755	55.691	107.135	104.114
Dividendos a pagar	12.665	12.825	12.665	12.825
Outras obrigações (nota 16)	337.810	570.605	406.003	641.598
Total circulante	2.962.246	2.785.238	3.767.786	3.215.321
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	2.669.443	3.081.175	3.001.319	3.293.052
Impostos a recolher (nota 15)	112.880	262.996	224.971	361.010
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	4.763	1.801	12.362	10.271
Perdas de investimentos	-	-	-	-
Partes relacionadas (nota 9)	29.113	55.376	24.679	55.174
Outras obrigações (nota 16)	88.121	25.274	106.601	67.745
Total não circulante	2.904.320	3.426.622	3.369.932	3.787.252
Participação de minoritários em empresas controladoras consolidadas				
Participação minoritária	-	-	31.893	47.705
	-	-	31.893	47.705
Patrimônio líquido				
Capital social (nota 17)	4.238.195	2.449.430	4.238.195	2.449.430
Reserva de capital	-	574.142	-	574.142
Ajuste acumulado de conversão	(27.707)	9.799	(27.707)	9.799
Lucros (prejuízos) acumulados	(436.630)	(196.933)	(436.630)	(196.933)
	3.773.858	2.836.438	3.773.858	2.836.438
Total do passivo	9.640.424	9.048.298	10.943.469	9.886.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE 9 (NOVE) MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receita operacional bruta				
Mercado interno	2.895.586	2.597.313	3.580.050	3.321.488
Mercado externo	2.079.492	1.816.481	2.722.129	2.160.307
	4.975.078	4.413.794	6.302.179	5.481.795
Deduções da receita operacional bruta				
Impostos sobre vendas	(505.049)	(444.982)	(669.581)	(548.103)
Devoluções e abatimentos	(82.122)	(124.071)	(119.281)	(151.881)
Receita operacional líquida	4.387.907	3.844.741	5.513.317	4.781.811
Custo dos produtos vendidos	(3.527.637)	(3.214.551)	(4.267.445)	(3.899.610)
Lucro bruto	860.270	630.190	1.245.872	882.201
Despesas operacionais				
Comerciais	(273.098)	(242.217)	(494.180)	(361.008)
Administrativas	(246.356)	(225.493)	(349.319)	(298.765)
Financeiras líquidas	(98.301)	(414.913)	(75.479)	(473.112)
Resultado da equivalência patrimonial (nota 10)	43.542	17.382	-	-
Participação nos resultados	(3.310)	(2.070)	(3.846)	(2.070)
Outras receitas operacionais	8.330	37.092	5.431	47.234
	(569.193)	(830.219)	(917.393)	(1.087.721)
Lucro / (prejuizo) antes dos efeitos tributários	291.077	(200.029)	328.479	(205.520)
Imposto de renda	(28.842)	35.800	(51.223)	27.705
Contribuição social	(7.147)	11.026	(15.762)	10.797
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	255.088	(153.203)	261.494	(167.018)
Participação minoritária em controladas consolidadas			(6.406)	13.815
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO CONSOLIDADO			255.088	(153.203)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO POR LOTE DE MIL AÇÕES - em reais	0,06	(0,06)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE 9 (NOVE) MESES EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de capital					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Ajuste acumulado de conversão	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
EM 1º. DE JANEIRO DE 2008	1.027.070	-	2.700	533	-	38.474	1.068.777
Subscrição do capital social	429.710	-	-	-	-	-	429.710
Lucro na subscrição de ações	-	1.470.813	-	-	-	-	1.470.813
Incentivo fiscal para subvenção de investimentos	-	-	-	10.541	-	-	10.541
Ajuste de conversão em balanços de controladas	-	-	-	-	9.799	-	9.799
Capitalização de reservas	992.650	(904.495)	(2.700)	(3.250)	-	(82.204)	1
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(153.203)	(153.203)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2008	2.449.430	566.318	-	7.824	9.799	(196.933)	2.836.438
EM 1º. DE JANEIRO DE 2009	3.915.678	-	-	-	26.574	(770.155)	3.172.097
Subscrição do capital social	322.517	-	-	-	-	-	322.517
Ajuste de conversão em balanços de controladas	-	-	-	-	(54.281)	-	(54.281)
Ajuste da Lei 11.638/07 - CPC-20 - (nota 11)	-	-	-	-	-	78.437	78.437
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	255.088	255.088
EM 30 DE SETEMBRO DE 2009	4.238.195	-	-	-	(27.707)	(436.630)	3.773.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4

BERTIN S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE 9 (NOVE) MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (prejuízo) do período	255.088	(153.203)	255.088	(153.203)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo)				
ao caixa oriundo das atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(103.625)	-	(103.625)
Depreciação e amortização	109.524	179.592	148.938	199.907
Baixas do ativo imobilizado	123.561	105.598	132.920	79.902
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	41.422	12.058	58.564	12.208
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	(818.312)	173.100	(687.626)	173.491
Juros sobre empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	307.618	282.936	357.917	315.871
Equivalência patrimonial	(43.542)	(17.382)	-	-
Constituição (reversão) de provisão para perdas de investimentos	-	(2.584)	-	-
Constituição de provisão para contingências	1.448	1.707	1.134	3.780
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Valores a receber clientes	66.622	(225.177)	97.180	(299.466)
Estoques produtos e mercadorias	(118.596)	(445.413)	(104.118)	(525.111)
Adiantamentos a fornecedores e diversos	47.686	(8.642)	45.410	(10.241)
Outros créditos - curto e longo prazo	(170.255)	5.515	(226.817)	7.813
Depósitos judiciais e compulsórios	(2.056)	(1.707)	(4.222)	(1.907)
Partes relacionadas	(44.575)	51.387	(16.501)	120.055
Pessoal, encargos e benefícios sociais	39.578	54.713	45.629	61.407
Fornecedores	(186.647)	(19.445)	(204.565)	(8.114)
Impostos a recolher - líquido	(403.884)	(228.044)	(610.431)	(255.326)
Outras obrigações - curto e longo prazo	(60.346)	367.535	(107.954)	425.862
CAIXA (APLICADO NAS) ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(855.666)	28.919	(819.454)	43.303
FLUXO DE CAIXA DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTOS				
Investimentos	(365.018)	(536.803)	(48.286)	(452.267)
Aquisição de ativo imobilizado	(330.359)	(549.574)	(435.685)	(572.129)
Baixa do diferido	1.599	(40.015)	551	(40.068)
Intangível	(260.870)	-	(224.822)	-
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(954.648)	(1.126.392)	(708.242)	(1.064.464)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES FINANCEIRAS				
Empréstimos e financiamentos de curto prazo e longo prazo				
. Pagamentos	(1.320.284)	(2.193.001)	(1.360.041)	(2.238.485)
. Captações	1.491.629	3.007.946	1.722.181	3.085.888
Variação na participação de minoritários	-	-	(22.820)	(67.503)
Aumento de capital e reserva (Acionista)	322.517	1.920.864	322.517	1.920.864
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	493.862	2.735.809	661.837	2.700.764
AUMENTO DE CAIXA E BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(1.316.452)	1.638.336	(865.859)	1.679.603
Caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata				
Saldo final	972.655	1.972.151	1.528.170	2.033.950
Saldo inicial	2.289.107	333.815	2.394.029	354.347
Variação no período	(1.316.452)	1.638.336	(865.859)	1.679.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Página intencionalmente deixada em branco)

3. FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

[página intencionalmente deixada em branco]

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

JBS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF 02.916.265/0001-60
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.391, 2º Andar, Conjunto 22, Sala 2, Jardim Paulistano
CEP 01452-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo

31 DE MARÇO DE 2010

(Página intencionalmente deixada em branco)

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Este formulário é elaborado com base na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("ICVM 480").

A data de última atualização deste Formulário de Referência não significa, necessariamente, que este documento teve todas as suas informações atualizadas até tal data, mas que algumas ou todas as informações nele contidas foram atualizadas conforme o Artigo 24 caput da ICVM 480 e seus Parágrafos 1º, 2º e 3º.

Este Formulário de Referência, considerado isoladamente, não se caracteriza como um documento de oferta pública de valores mobiliários da Companhia, bem como não constitui uma oferta de venda ou uma solicitação para oferta de compra de títulos e valores mobiliários no Brasil ou em qualquer outra jurisdição.

Identificação da Companhia	JBS S.A., sociedade por ações inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.916.265/0001-60 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35300330587, registrada como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 20575 (com suas subsidiárias, "Companhia" ou "JBS").
Sede	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.391, 2º Andar, Conjunto 22, Sala 2, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Diretoria de Relações com Investidores	Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Jeremiah Alphonsus O'Callaghan. Os telefones do departamento de relações com investidores da Companhia são (55 11) 3144-4147 e (55 11) 3144-4224. O fax do departamento de relações com investidores da Companhia é (55 11) 3144-4279 e o e-mail é ri@jbs.com.br.
Auditores Independentes da Companhia	2008 e 2009: BDO Auditores Independentes, localizada na Rua Bela Cintra, 952, 3º Andar, Conj. 32, Cerqueira César, CEP 01415-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (55 11) 3138-5000 e fax (55 11) 3138-5227. 2007: Terco Grant Thornton Auditores Independentes S/S, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.995 – 13º, 14º e 15º andares, CEP 04578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (55 11) 3054-0000 e fax (55 11) 3054-0077.
Banco Escriturador	Banco Bradesco S.A.
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos Acionistas é efetuado pela Diretoria de Relações com Investidores da Companhia (cujas informações gerais estão acima) ou em qualquer agência do Banco Bradesco S.A., cuja sede está localizada Av. Yara, S/N, Prédio Amarelo, 2º Andar, Cidade de Deus, CEP 06029-900, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo. O responsável pelo Departamento de Acionistas é o Sr. José Donizetti de Oliveira, que pode ser contatado pelos telefones (55 11) 3684-3749 e (55 11) 3684-8013 e pelo fax (55 11) 3684-2714 e e-mail 4010.donizetti@bradesco.com.br.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As ações da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") sob o símbolo "JBSS3", no segmento denominado Novo Mercado.

Jornais nos quais a Companhia divulga informações	As publicações realizadas pela Companhia, em decorrência da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "Valor Econômico".
***Site* na Internet**	www.jbs.com.br. As informações constantes do *site* da Companhia não são parte integrante deste Formulário de Referência, nem se encontram incorporadas por referência a este.
Data da última atualização deste Formulário de Referência	27 de abril de 2010.

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO

1.1. Declaração do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores:

Joesley Mendonça Batista (Diretor Presidente da Companhia) e Jeremiah Alphonsus O'Callaghan (Diretor de Relações com Investidores da Companhia), nos termos do item 1 do Anexo 24 da ICVM 480, declaram que:

revisaram este Formulário de Referência;

todas as informações contidas neste Formulário de Referência atendem ao disposto na ICVM 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

2. AUDITORES

2.1. Em relação aos auditores independentes:

	Exercício Social			
	A ser encerrado em 31.12.2010	**Encerrado em 31.12.2009**	**Encerrado em 31.12.2008**	**Encerrado em 31.12.2007**
a) Nome empresarial	BDO Auditores Independentes	BDO Auditores Independentes	BDO Trevisan Auditores Independentes	Terco Grant Thornton Auditores Independentes S/S
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Sr. Orlando Octávio de Freitas Junior CPF: 084.911.368-78 Endereço: Rua Bela Cintra, 952, 3º andar, Cerqueira César, CEP - 01415-000, São Paulo/SP Telefone: (0xx11) 3138-5000 Fax: (0xx11) 3138-5227 E-mail: orlando@bdobrazil.com.br	*Responsável 1º Trim/2009* Sr. Estefan George Haddad CPF: 564.042128-20 Endereço: Rua Bernadino de Campos, 1.001, CEP 14015-130, Ribeirão Preto/SP Telefone: (0xx16) 3632-9300 Fax: (0xx16) 3632-4353 E-mail: Estefan.haddad@bdotrevisan.com.br *Responsável 2º Trim/2009* Sr. José Luiz Sanches CPF: 065.351.898-64 Endereço: Rua Bernadino de Campos, 1.001, CEP 14015-130, Ribeirão Preto/SP Telefone: (0xx16) 3632-9300 Fax: (0xx16) 3632-4353 E-mail: jose.sanches@bdotrevisan.com.br *Responsável 3º Trim e 4º Trim/2009* Sr. Orlando Octávio de Freitas Junior CPF: 084.911.368-78 Endereço: Rua Bela Cintra, 952, 3º andar, Cerqueira César, CEP - 01415-000, São Paulo/SP Telefone: (0xx11) 3138-5000 Fax: (0xx11) 3138-5227 E-mail: orlando@bdobrazil.com.br	Sr. Estefan George Haddad CPF: 564.042128-20 Endereço: Rua Bernadino de Campos, 1.001, CEP – 14015-130, Ribeirão Preto/SP Telefone: (0xx16) 3632-9300 Fax: (0xx16) 3632-4353 E-mail: Estefan.haddad@bdotrevisan.com.br	Sr. Luiz Cláudio Fontes CPF: 331.194.577-87 Endereço: Avenida das Nações Unidas, 12995 – 13º, 14º e 15º andares, CEP – 04578-000, São Paulo/SP Telefone: (0xx11) 3054-0000 Fax: (0xx11) 3054-0077 E-mail: luizfontes@tercogt.com.br
c) Data da contratação dos Serviços	20 de março de 2009	20 de março de 2009	17 de março de 2008	05 de fevereiro de 2007
d) Descrição dos serviços (1)	Auditoria das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação da CVM; revisão das informações trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres findos em 31 de março, em 30 de junho e em 30 de setembro de 2010.	Auditoria das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação da CVM; revisão das informações trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres findos em 31 de março, em 30 de junho e em 30 de setembro de 2009.	Auditoria das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação da CVM; revisão das informações trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres a findarem em 31 de março, em 30 de junho e em 30 de setembro de 2008.	Auditoria das demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação da CVM; revisão das informações trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres a findarem em 31 de março, em 30 de junho e em 30 de setembro de 2007, revisão das operações e controles fiscais, revisão da escrita fiscal e legal e revisão de práticas trabalhistas / previdenciárias.
e) Substituição do auditor	Não aplicável	Não aplicável	Sim	Não aplicável
i) Justificativa da substituição	Não aplicável	Não aplicável	A substituição ocorreu porque a administração da Companhia entendeu que a substituição é um processo natural e salutar de rotatividade, conforme política de governança corporativa.	Não aplicável
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não aplicável	Não aplicável	Não há	Não aplicável

(1) Os serviços descritos neste item abrangem todos e quaisquer serviços prestados pela empresa de auditoria.

2.2. Informar montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social, discriminando os honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços prestados:

No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os auditores independentes da Companhia, em contrapartida aos serviços de auditoria contábil, receberam honorários que totalizaram o valor de R$ 448,4 mil. Não foram recebidos quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.

2.3. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

Algumas cifras apresentadas neste Formulário de Referência poderão não resultar em um somatório preciso em razão de arredondamentos.

3.1. Informações com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

	Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de		
Descrição da Conta	**2009**	**2008**	**2007**
a) Patrimônio Líquido (em R$ milhões)	16.728,1	6.134,4	3.054,6
b) Ativo Total (em R$ milhões)	42.489,1	16.096,3	8.448,2
c) Receita Líquida (em R$ milhões)	34.311,8	30.340,3	14.141,6
d) Lucro Bruto (em R$ milhões)	3.199,1	2.992,5	1.532,5
e) Resultado Líquido (em R$ mil)	129,4	25,9	-165,0
f) Número de Ações, ex-tesouraria (em milhões)	2.323,5	1.403,9	1.077,4
g) Valor patrimonial da ação (em reais)	7,1995	4,3695	2,8351
h) Resultado líquido da ação (Controladora) (em reais)	0,0557	0,0184	-0,1532
i) Outras informações contábeis selecionadas (em R$ milhões): EBITDA	1.285,2	1.156,1	602,3

3.2. Medições não contábeis:

a. valor das medições não contábeis:

EBITDA

O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A demonstração da apuração do EBITDA segue abaixo:

(em R$ milhões)

Período	**Exercício Social encerrado em 31.12.2009**	**Exercício Social encerrado em 31.12.2008**	**Exercício Social encerrado em 31.12.2007**
Resultado antes da provisão para IRPJ e CSLL	340,5	84,8	(63,6)
Resultado Financeiro Líquido	601,1	612,2	403,1
Depreciação e amortização[1]	343,6	243,6	120,8
Despesas extraordinárias[2]	-	35,7	67,1
Amortização de ágio de investimentos[3]	-	179,9	74,9
EBITDA	**1.285,2**	**1.156,1**	**602,3**

(1) O valor de depreciações e amortizações está sendo apresentado com base nas Demonstrações de Fluxos de Caixa Descontados de 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007, respectivamente.

(2) As despesas extraordinárias referem-se a despesas não recorrentes relacionados a projetos específicos tais como ofertas públicas de ações.

(3) A amortização de ágio de investimentos refere-se a amortização de intangíveis com vida útil definida decorrente de combinações de negócios.

c. explicações sobre o motivo pelo qual a Companhia entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA retrata o desempenho da Companhia sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) às suas despesas com planos de opções de compra de ações, que não têm efeito no fluxo de caixa da Companhia, (iv) à suas despesas com depreciações e amortizações, especialmente as advindas de operações de fusões e aquisições e (v) à participação de acionistas não controladores. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades.

3.3. Evento subsequente às últimas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2007

Aquisição da Inalca

Em março de 2008, a Companhia concluiu a aquisição de 50% do capital social da Inalca, controlada pela Cremonini. Para maiores informações a respeito desta operação, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Contratos de aquisição

Smithfield Beef

Em março de 2008, a Companhia celebrou um "stock purchase agreement" visando à aquisição, direta ou indiretamente, da totalidade das ações representativas do capital social da Smithfield Beef, incluindo 100% das ações de emissão da subsidiária Five Rivers. Para maiores informações a respeito desta operação, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

National Beef

Em março de 2008, a Companhia celebrou um "Membership Interest Purchase Agreement" visando à aquisição, direta ou indiretamente, da totalidade da participação societária representativa do capital social da National Beef Packing Company, LLC, sociedade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos da América, e que abate e comercializa carne bovina, cortes de carne embalados e customizados e subprodutos bovinos (o encerramento das negociações foi comunicado em 20 de fevereiro de 2009).

Tasman

Em março de 2008, a Companhia celebrou um "Share Sale Agreement" visando à aquisição, direta ou indiretamente, das operações da Tasman. Para maiores informações a respeito desta operação, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2008

Não aplicável.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2009

Aquisição da Tatiara

Em 22 de fevereiro de 2010, a Companhia anunciou a conclusão da aquisição da Tatiara. Para maiores informações a respeito desta aquisição, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Oferta Pública Inicial da JBS USA

A JBS USA submeteu à SEC pedido de registro para a oferta pública inicial de ações ordinárias de sua emissão. As ações ordinárias de emissão da JBS USA deverão ser listadas nos Estados Unidos, na NYSE.

A JBS USA também apresentou à CVM pedido de registro de programa e de oferta pública, no Brasil, de *Brazilian Depositary Receipts* Nível II ou Nível III - BDRs, representativos de ações ordinárias de emissão da JBS USA. Em 24 de fevereiro de 2010, a JBS USA protocolou pedido de cancelamento do programa de BDRs Nível III perante a CVM.

A oferta pública inicial da JBS USA está sujeita à obtenção de registros e autorizações junto à SEC, bem como demais autoridades competentes e está sujeita às condições de mercado à época de tal oferta.

O pedido de registro protocolado pela JBS USA perante a SEC ainda não foi deferido e nenhum valor mobiliário poderá ser vendido, nem qualquer proposta de compra poderá ser aceita, anteriormente ao deferimento do pedido de registro.

No dia 28 de janeiro de 2010, a Companhia informou, por meio de comunicado ao mercado, que continua a analisar fazer a oferta pública inicial de ações da JBS USA. Porém, devido às recentes transações, a Companhia optou por aguardar a divulgação dos resultados trimestrais de março de 2010 enquanto continua a monitorar as condições de mercado para determinar o melhor momento da operação. A Companhia irá comunicar ao mercado as informações referentes à oferta pública inicial de ações da JBS USA à medida que estiverem disponíveis.

Aquisição da Rockdale Beef

Em 19 de março de 2010, a Companhia anunciou a celebração, através de sua subsidiária integral, Swift Austrália, de um acordo para potencial aquisição da Rockdale Beef, na Austrália. Para maiores informações a respeito desta operação, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

3.4. Descrição da política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

Período	2009	2008	2007
(a) Regras sobre retenção de lucros	O lucro líquido remanescente, após as deduções legais e estatutárias, será destinado para constituição da reserva legal, que terá por finalidade a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.	O lucro líquido remanescente, após as deduções legais e estatutárias, será destinado para constituição da reserva legal, que terá por finalidade a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.	Uma parcela formada por 75% dos lucros remanescentes, após as deduções legais e estatutárias, será destinado para constituição da reserva legal, que terá por finalidade a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito o recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.	O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito o recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.	O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito o recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual

Período	2009	2008	2007
(d) Restrições à distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembléia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembléia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembléia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.

Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

Os contratos de financiamento celebrados pela Companhia, de maneira geral, contêm restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia no caso de mora ou inadimplemento de suas obrigações. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas celebrado com o BNDESPAR também concede direitos de veto à distribuição de dividendos em determinadas situações. Para maiores informações sobre os contratos financeiros envolvendo a Companhia e o Acordo de Acionistas celebrado com o BNDESPAR, vide seções 7.8 e 15.5(g), respectivamente, deste Formulário de Referência.

Não existem demais restrições relativas à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicáveis à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5. Tabela com distribuições de dividendos e retenções de lucro ocorridas:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
Período	**2009**	**2008** [(a)]	**2007**
(a) Lucro líquido ajustado para fins de dividendos (em R$ milhões)	123,0	204,5	69,8
(b) Dividendo declarados (em R$ milhões)	123,0	51,1	17,5
(c) Percentual de dividendo por lucro líquido ajustado	100%	25%	25%
(d) Dividendo declarados por ação ordinária (em R$)	0,052937	0,036399	0,016243
(e) Data de pagamento do dividendo	a definir	08.05.2009	19.05.2008
(f) Taxa de retorno do lucro líquido ajustado para fins de dividendo em relação ao patrimônio líquido	0,74%	3,33%	2,29 %
(g) Lucro líquido retido (em R$ milhões)	a definir	38,8	Não aplicável
(h) Data da aprovação da retenção	a definir	29.04.2009	30.04.2008

A Administração da Companhia propôs a distribuição, a título de dividendos, de 100% do lucro líquido ajustado auferido no exercício de 2009, sendo que a aprovação para pagamento de dividendos, em montante superior ao definido na Lei 6.404/76 como dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado), depende de deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

(a) O valor aprovado da distribuição de dividendos, que é menor do que aquele que havia sido inicialmente declarado pela administração da Companhia de R$ 51.1 foi fixado pelos acionistas que participaram da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, que entenderam por bem não

considerar a exclusão da amortização do ágio para fins do cálculo dos dividendos, preferindo, em conseqüência, a distribuição de 50% do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, após a destinação da reserva legal, apresentado na tabela abaixo.

Em R$ milhões	Declarados	Distribuídos
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	25,9	25,9
Reserva Legal - (5%)	(1,3)	(1,3)
Amortização do ágio de investimentos - JBS USA	175,5	-
Amortização do ágio de investimentos - SB Holdings	4,3	-
Base ajustada para cálculo dos dividendos	204,5	24,6
Porcentagem de distribuição	-	-
Dividendos obrigatórios	51,1	12,3
Dividendos adicionais	-	-
Dividendos (b)	51,1	12,3

(b) Conforme Ato Societário mencionado no item (a), o montante de R$ 38,8 milhões não foi distribuído, acarretando a reversão dos saldos de reserva de ágio no montante de R$ 21,4 milhões e na constituição de reserva para expansão, por meio da realização da reserva de reavaliação no exercício de 2009 de R$ 5,1 milhões, e da retenção de lucro de R$ 12,3 milhões, conforme quadro abaixo.

Dividendos distribuídos e retenções de lucro ocorridas:

Período	2008	2007
(a) Lucro líquido ajustado para fins de dividendos (em R$ milhões)	24,6	69,8
(b) Dividendo distribuídos (em R$ milhões)	12,3	17,5
(c) Percentual de dividendo por lucro líquido ajustado	50%	25%
(d) Dividendo distribuído por ação ordinária (em R$)	0,008761	0,016483
(e) Data de pagamento do dividendo	08.05.2009	19.05.2008
(f) Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido	0,40%	2,29 %
(g) Lucro líquido retido (em R$ milhões)	12,3	Não aplicável

3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
Período	**2009**	**2008**	**2007**
Lucros Retidos (R$ milhões)	17,4 (R$ milhões)	0	Não aplicável
Reservas Constituídas (R$ milhões)	29,7 (R$ milhões)	1,3 (R$ milhões)	Não aplicável

3.7. Tabela com informações acerca do endividamento da Companhia (demonstrações financeiras consolidadas):

Período	Exercício Social encerrado em 31.12.2009	Exercício Social encerrado em 31.12.2008	Exercício Social encerrado em 31.12.2007
(a) Passivo Circulante mais Passivo Não Circulante (em R$ milhões)	25.119,7	9.964,3	5.397,7
(b) Empréstimos e Financiamento de Curto Prazo (em R$ milhões)	5.272,1	2.214,8	2.384,8
(c) Empréstimos e Financiamento de Longo Prazo (em R$ milhões)	9.157,7	3.401,7	1.364,8
(d) Empréstimos e Financiamento Total (em R$ milhões)	14.429,8	5.616,5	3.749,6
(e) Índice de endividamento (passivo circulante mais o não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido)	150%	162%	177%
(f) Outro índice de endividamento (Dívida Líquida / EBITDA, calculado pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA dos últimos 12 meses em base pro forma)	3,1	2,9	3,9

Definição de "Dívida Líquida": Empréstimos e Financiamentos do passivo circulante e do não circulante, menos caixa e equivalentes de caixa do ativo circulante.

Definição de "EBITDA": "EBITDA" significa, para fins do cálculo do índice de endividamento, com relação a qualquer período, o lucro líquido da Companhia com relação a esse período, antes dos impostos, das despesas ou receitas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização, do resultado não operacional, de despesas não recorrentes, de equivalência patrimonial e da participação minoritária, em bases pro forma. Ver seção 3.2(b) deste Formulário de Referência.

A Companhia entende que este índice de endividamento representa, de forma mais apropriada, o nível relativo de endividamento da Companhia, pois (i) reflete o endividamento consolidado líquido de sua capacidade imediata de pagamento e (ii) é utilizado, para fins de cálculo de índices financeiros nos diversos contratos de endividamento da Companhia.

3.8. Tabela com dívidas com garantia real, dívidas com garantia flutuante e dívidas quirografárias, com o montante de obrigações da Companhia de acordo com o prazo de vencimento (demonstrações financeiras consolidadas):

Exercício Social encerrado em 31.12.2009 - em R$ milhões

Período	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Real	1.306,2	1.871,0	1.157,4	72,8	4.407,4
Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografária	3.965,9	2.820,6	1.905,6	1.330,4	10.022,5
Total	**5.272,1**	**4.691,6**	**3.063,0**	**1.403,2**	**14.429,8**

3.9. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas

Devido à incorporação do Bertin e aquisição de parte significativa da Pilgrim´s Pride terem ocorrido em datas extremamente próximas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não existem saldos representativos de resultado nas operações ocorridas da data de incorporação e aquisição. Portanto, até a data de encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2009, não existem resultados a serem reconhecidos por equivalência patrimonial no exercício findo naquela data. Entretanto, com objetivo de prover aos potenciais investidores a nova dimensão dos resultados consolidados futuros da Companhia e suas controladas, a seguir, encontra-se apresentado a título de informação adicional, um resumo das demonstrações do resultado (pro forma não auditadas) do consolidado, acrescentando os resultados auferidos pelo Bertin e Pilgrim´s Pride durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, com objetivo exclusivo de demonstrar o resultado combinado dessas empresas com o resultado auferido pela Companhia, durante o exercício findo naquela data.

O resumo das demonstrações do resultado (pro forma não auditado) do consolidado, acrescentando os resultados auferidos pelo Bertin e Pilgrim´s Pride durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi preparado de forma a refletir os resultados consolidados pro forma não auditados, como se a aquisição da Pilgrim´s Pride e a incorporação do Bertin tivessem ocorrido e, portanto, as empresas estivessem sob nosso controle desde 1º de janeiro de 2009. A base das informações constantes nas demonstrações do resultado pro forma e não auditadas foram preparadas com base nas demonstrações de resultado consolidadas auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, pela Ernst & Young LLP (no que se refere à Pilgrim's Pride) e pela BDO Auditores Independentes (no que refere ao Bertin) relativas àquele período. Maiores infomações acerca dos dados da demonstração de resultado pro forma poderão ser obtidos na nota 4 das demonstrações financeiras do exerício social encerrado em 31.12.2009.

Estas informações financeiras pro forma não auditadas apresentam os resultados da Companhia auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes, acrescentados dos: (i) resultados do Bertin, com base nas demonstrações contábeis auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009, elaboradas de acordo com o BR GAAP; (ii) resultados consolidados da Pilgrim´s Pride, com base nas demonstrações contábeis auditadas pela Ernst Young LLP relativas ao período de doze meses findos em 30 de setembro de 2009, excluindo o efeito dos 3 (três) primeiros meses de 2009 e somados ao resultado revisado do trimestre findo em 31 de dezembro de 2009, ambos elaboradas de acordo como o US GAAP, e ajustado de acordo com a BR GAAP (ao qual foi utilizada a taxa média da

cotação de compra e venda de R$ 1,9980 por US$1,00 para conversão de dados financeiros da Pilgrim´s Pride); e (iii) determinados ajustes resultantes dos efeitos do US GAAP.

As demonstrações de resultado pro forma não auditadas são baseadas em premissas consideradas razoáveis pela Companhia e deverão ser lidas em conjunto com as demais informações financeiras da Companhia, incluindo as demonstrações contábeis auditadas da Companhia. Maiores infomações acerca dos dados da demonstração de resultado pro forma poderão ser obtidos na nota 4 das demonstrações financeiras do exerício social encerrado em 31.12.2009.

Sob as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, essas demonstrações do resultado pro forma não podem ser auditadas tendo em vista principalmente o fato de as empresas incluídas naquela apresentação não terem estado sob controle comum durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o que não permite a combinação de resultados. Adicionalmente, a Pilgrim's Pride teve as suas demonstrações contábeis revisadas por outro auditor independente, no caso a Ernst & Young LLP. No entanto:

1) as demonstrações de resultado pro forma não auditadas foram elaboradas a partir das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia auditadas pela BDO Trevisan Auditores, das demonstrações contábeis do Bertin auditadas pela BDO Trevisan Auditores Independentes, e das demonstrações contábeis da Pilgrim's Pride , relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 revisadas pela Ernst & Young LLP e do trimestre findo em 31 de dezembro de 2009, revisadas pela Ernst & Young LLP;

2) somente foram registrados ajustes pro forma ao somatório das demonstrações no que se refere aos efeitos do US GAAP das demonstrações da Pilgrim´s Pride, sendo que tais ajustes foram objeto de análise por parte da BDO Trevisan Auditores Independentes. Essa revisão consistiu principalmente na discussão das premissas utilizadas pela Administração e verificação dos ajustes pro forma ao somatório das demonstrações contábeis históricas auditadas ou revisadas, conforme o caso; e

3) a BDO Trevisan Auditores Independentes emitirá, na data de precificação da oferta pública de distribuição primária da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 11 e 29 de março de 2010, carta de conforto nos termos da Norma de Procedimento de Auditoria (NPA) 12 do Ibracon, relativo às premissas utilizadas pela Administração e verificação dos somatórios na preparação das demonstrações de resultado pro forma não auditadas da Companhia.

A Companhia não apresentou balanço patrimonial consolidado pro forma em 31 de dezembro de 2009, uma vez que a aquisição da Pilgrim´s Pride e a incorporação da Bertin ocorreram durante o exercício social de 2009, e portanto, seu balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2009 já reflete a aquisição da Pilgrim's Pride e incorporação da Bertin.

Para mais informações acerca da aquisição da Pilgrim's Pride e a incorporação do Bertin, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Segue abaixo algumas informações financeiras pro forma da Companhia. Maiores infomações acerca dos dados da demonstração de resultado proforma poderão ser obtidos na nota 4 das demonstrações financeiras do exerício social encerrado em 31.12.2009.

Descrição da Conta	**2009**
a) Patrimônio Líquido (em R$ milhões)	N/A
b) Ativo Total (em R$ milhões)	N/A
c) Receita Líquida (em R$ milhões)	**55.223,6**
d) Lucro Bruto (em R$ milhões)	**5.916,1**
e) Resultado (Prejuízo) Líquido (em R$ mil)	(307,6)
f) Número de Ações, ex-tesouraria (em milhões)	N/A
g) Valor patrimonial da ação (em reais)	N/A
h) Resultado líquido da ação (Controladora) (em reais)	N/A
i) Outras informações contábeis selecionadas (em R$ milhões):	
EBITDA	3.058,0

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA
"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Australia
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"BR GAAP"	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia. O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado

	padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBRACON"	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
"ICE"	Divisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna norte-americano
"ICVM 480"	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"US GAAP"	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América

4. FATORES DE RISCO

4.1. Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. à Companhia:

A Companhia pode não ser bem sucedida na execução de sua estratégia para prosseguir desenvolvendo seus negócios e aumentar sua receita e rentabilidade futura.

O crescimento e o desempenho financeiro futuro da Companhia dependerão, em parte, do sucesso na implementação de diversos elementos de estratégia da Companhia que dependem de fatores que estão fora do seu controle. Os principais elementos da estratégia da Companhia são:

- buscar oportunidades de investimentos e aquisições;
- continuar a crescer nos mercados doméstico e internacional;
- continuar a reduzir custos e a aumentar as eficiências operacionais;
- expandir a participação na receita de produtos mais rentáveis; e
- expandir a rede de distribuição direta.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer de suas estratégias serão executadas integralmente ou com sucesso. Particularmente, a indústria de alimentos é afetada principalmente por mudanças nas preferências, gostos e hábitos alimentares dos consumidores, regulamentações governamentais, condições econômicas regionais e nacionais, tendências demográficas e nos padrões de comercialização dos estabelecimentos comerciais. Alguns aspectos de estratégia da Companhia envolvem o aumento de gastos operacionais, que pode não ser compensado pelo aumento de receita, resultando em queda de suas margens operacionais.

A implementação da estratégia de expansão da rede de distribuição direta poderá exigir que a Companhia efetue significativos investimentos na aquisição e construção de redes e centros de distribuição, e que a Companhia tenha despesas operacionais adicionais. Além disso, a Companhia está constantemente avaliando aquisições em potencial, inclusive aquisições para expandir sua rede de distribuição direta. A Companhia poderá não conseguir negociar os contratos para tais aquisições em termos aceitáveis. Além disso, essa estratégia poderá expor a Companhia à competição direta com os atuais distribuidores terceirizados, o que poderá afetar o relacionamento da Companhia com tais distribuidores. Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de efetivamente integrar os negócios que adquiriu ou de implementar com sucesso os sistemas e controles operacionais, financeiros e administrativos apropriados para alcançar os benefícios que espera que resultem de tais aquisições. O desvio da atenção da administração da Companhia e quaisquer atrasos ou dificuldades enfrentadas em relação à integração de tais negócios poderia impactar negativamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados caso ela não seja capaz de integrar com sucesso os negócios que a Companhia adquiriu, em especial a Pilgrim's Pride Corporation ("Pilgrim's Pride") e a incorporação do Bertin S.A. ("Bertin"). Alguns dos concorrentes da Companhia podem pretender crescer por meio de aquisições, o que poderá reduzir a probabilidade de que a Companhia seja capaz de realizar as aquisições necessárias para a expansão dos seus negócios.

Adicionalmente, os benefícios que a Companhia espera de tais aquisições podem não se desenvolver e qualquer aquisição que esta considerar pode estar sujeita a aprovações por autoridades de defesa da concorrência e a outras aprovações governamentais. A Companhia pode não ser capaz de obter as aprovações exigidas, bem como, nas circunstâncias em que venha a obter tais aprovações, pode não obtê-las de forma tempestiva.

A capacidade de endividamento da Companhia é limitada em certas circunstâncias nos termos de seus contratos de endividamento. Para maiores informações acerca dos contratos de endividamento da Companhia, vide seção 7.8 deste Fomulário de Referência.

Além disso, alguns elementos da estratégia da Companhia dependem de fatores que estão fora do controle da Companhia, como mudanças nas condições dos mercados em que a Companhia atua e ações tomadas por concorrentes ou governos das jurisdições onde a Companhia atua, os quais podem sofrer alterações a

qualquer tempo. Qualquer falha na execução de elementos da sua estratégia pode afetar negativamente o crescimento de negócio e desempenho financeiro da Companhia no futuro.

O negócio da Companhia requer capital intensivo de longo prazo para implementação da estratégia de crescimento da Companhia.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem da sua capacidade de captar recursos para realizar investimentos. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear seus investimentos de capital e sua estratégia de expansão ou a custos aceitáveis, seja por condições macroeconômicas adversas, seja pelo seu desempenho ou por outros fatores externos ao seu ambiente, o que poderá afetar adversamente a capacidade da Companhia de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.

A implementação da estratégia da Companhia depende de fatores fora de seu controle, tais como alterações das condições dos mercados nos quais opera, ações de seus concorrentes ou leis e regulamentos existentes a qualquer tempo. Caso a Companhia não consiga implementar com sucesso qualquer parte da sua estratégia, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não conseguir realizar completamente todas as sinergias previstas com a aquisição da Pilgrim's Pride e a incorporação do Bertin.

A Companhia pode não conseguir realizar completamente todas as sinergias previstas da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin. A capacidade de realizar os benefícios previstos das aquisições dependerá da capacidade da Companhia de integrar com sucesso os negócios da Pilgrim's Pride e do Bertin com os negócios da Companhia. A integração de negócios independentes é um processo complexo, custoso e demorado. Além disso, a Companhia fará a integração de um negócio diferente daqueles atualmente conduzidos em diversos aspectos, incluindo os ciclos de vida dos animais, a dinâmica de preços, margens e volumes. Consequentemente, a Companhia terá que dedicar atenção e recursos administrativos significativos para integrar suas operações e práticas comerciais aos da Pilgrim's Pride e Bertin.

O processo de integração poderá interromper os negócios da Companhia e/ou os negócios da Pilgrim's Pride e do Bertin e, se implementado de maneira ineficaz, poderá impedir a realização de todos os benefícios que se esperam. Além disso, a integração em geral poderá resultar em problemas, despesas, responsabilidades, respostas à concorrência, perda de clientes e de fornecedores, e o desvio das atenções da administração. A integração das operações da Pilgrim's Pride e do Bertin com as suas operações incluem, dentre outros: (i) a consolidação de infra-estruturas corporativas e administrativas, e a eliminação de operações duplicadas; (ii) a manutenção do nível de confiança e motivação dos funcionários e a retenção e contratação de pessoal chave; (iii) a minimização do desvio da atenção da administração dos negócios em andamento; (iv) a coordenação de empresas geograficamente separadas; (v) a abordagem de questões não previstas ao integrar os sistemas de tecnologia de informação, as comunicações e outros sistemas; e (vi) a administração de custos de impostos ou ineficiências relacionadas à integração das operações.

No que se refere à Pilgrim's Pride, a Companhia espera aproveitar ganhos de sinergia e reduzir custos através de iniciativas nas áreas corporativas, transporte, suprimentos e embalagens, e também reduzir despesas gerais e administrativas, exportações e logística. Com relação às sinergias esperadas com a incorporação do Bertin, a Companhia espera aproveitar ganhos de sinergia e acredita que poderá se beneficiar com redução de custos com embalagem, processos industriais, formulação e administrativas, além de sinergias advindas principalmente do corporativo e das exportações.

Caso a Companhia não consiga realizar completamente todas as sinergias previstas da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não conseguir integrar satisfatoriamente as operações das sociedades adquiridas ou aproveitar oportunidades de crescimento porventura empreendidas no futuro.

A Companhia pretende buscar e aproveitar oportunidades de crescimento selecionadas, no futuro, à medida que forem surgindo. A Companhia pode responder como sucessora por contingências de outras sociedades adquiridas, suas respectivas administrações ou responsabilidades incorridas antes de seu envolvimento. As contingências relevantes associadas a estes tipos de oportunidades ou a não integração bem sucedida por parte da Companhia de operações de outras sociedades ao seu negócio poderiam prejudicar sua reputação e ter efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A assunção de responsabilidades desconhecidas nas aquisições pode prejudicar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Se a Companhia fizer aquisições no futuro, essas transações podem ser estruturadas de uma maneira que resulte na assunção de responsabilidades desconhecidas não divulgadas pelo vendedor ou não reveladas durante a *due diligence* anterior à aquisição. Essas obrigações e responsabilidades podem prejudicar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de integrar com êxito oportunidades de crescimento que possam surgir no futuro ou introduzir com êxito sistemas e controles operacionais, financeiros e administrativos adequados para auferir os benefícios que estima que resultem dessas oportunidades. Estes riscos incluem: (i) as sociedades adquiridas não lograrem os resultados previstos; (ii) possível incapacidade de manter ou contratar pessoal-chave das sociedades adquiridas; e (iii) possível incapacidade de lograr sinergias e/ou economias de escala previstas. Adicionalmente, o processo de integração de negócios poderia acarretar a interrupção ou perda do ímpeto das atividades existentes do negócio da Companhia. O desvio da atenção da administração da Companhia e quaisquer atrasos ou dificuldades encontrados com relação à integração desses negócios poderiam ter impacto negativo sobre o negócio da Companhia, resultados operacionais, perspectivas e sobre o preço de mercado das ações da Companhia.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente impactados por flutuações dos preços do gado bovino, suíno e *commodities* de ingredientes alimentares.

As margens operacionais da Companhia dependem, entre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas (principalmente de gado) e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, em virtude de vários fatores, incluindo o fornecimento e a demanda de carne bovina e o mercado de outros produtos protéicos, como a carne de frango e de porco. O fornecimento e o preço de mercado do gado, que é a principal matéria-prima da Companhia, que representou, em 31 de dezembro de 2009, cerca de 83,7% do custo de mercadoria vendida do segmento de bovinos, dependem de uma série de fatores, acerca dos quais a Companhia possui pouco ou nenhum controle, incluindo surtos de doenças, tais como a febre aftosa, o custo da alimentação, as condições econômicas e meteorológicas.

Os preços de gado bovino e suíno apresentam uma natureza cíclica de acordo com a época do ano e no decorrer dos anos, refletindo a oferta e a procura do gado bovino e suíno no mercado e também o mercado para outras fontes de proteína, como frango e peixe. Esses custos são determinados por forças de mercado e outros fatores sobre os quais a Companhia tem pouco ou nenhum controle. Esses outros fatores incluem: (i) regulamentações ambientais e de preservação; (ii) restrições a importação e exportação; (iii) conjuntura econômica; (iv) doenças; e (v) diminuição dos níveis de estoques.

Em geral, a Companhia não firma acordos de compra e venda de longo prazo com seus clientes com contratos de preço fixo e, por conseguinte, os preços pelos quais vende seus produtos são em grande parte determinados pelas condições de mercado. A maior parte do gado bovino e suíno da Companhia é comprada de produtores independentes que vendem gado nos termos de contratos de fornecimento ou no mercado aberto. A diminuição significativa dos preços dos produtos de carne bovina ou suína durante um período longo poderia afetar adversamente a receita líquida de vendas da Companhia e seus lucros operacionais.

Eventual utilização, pela Companhia, de programas de gestão de risco e *hedge*, incluindo contratos futuros e opções de compra e venda, não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também poderão limitar ganhos derivados de flutuações favoráveis do preço de *commodities*. Ademais, parte dos contratos de compra e venda futuros da Companhia é marcada ao mercado de tal forma que os ganhos e perdas não-realizados correlatos são informados trimestralmente nas demonstrações de resultado. Assim sendo, as perdas decorrentes desses contratos prejudicariam os ganhos e poderiam acarretar volatilidade significativa nos ganhos da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de repassar o aumento de seus custos, no todo ou em parte, aos consumidores de seus produtos. Ademais, se a Companhia não celebrar e mantiver contratos ou parcerias com os produtores e agricultores independentes, suas operações de produção poderão ser interrompidas, causando um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Além disso, a lucratividade no setor de processamento de proteína animal é afetada pelos preços de *commodities* de ingredientes alimentares, como, por exemplo, milho e soja. A produção de ingredientes alimentares é afetada positiva e negativamente em especial pelo nível global de estoques de fornecimento e demanda de ingredientes alimentares, pelas políticas agrícolas dos governos e pelos padrões meteorológicos em todo o mundo.

O custo do farelo de milho e de soja, principais ingredientes alimentares da Pilgrim's Pride, aumentou significativamente de agosto de 2006 a julho de 2008, antes da moderação em 2009, e o preço do farelo de milho ou de soja poderá sofrer aumento significativo novamente em razão, dentre outras coisas, do crescimento da demanda desses produtos em todo o mundo e do uso alternativo desses produtos, tais como para a produção do etanol e do biodiesel. Os altos preços dos ingredientes alimentares podem ter um efeito substancial adverso sobre os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia enfrenta intensa concorrência em seus setores de negócios, o que pode afetar sua participação de mercado e rentabilidade.

Os setores de carne bovina, suína e de aves são altamente competitivos. A concorrência existe tanto na compra de gado bovino, suíno e de frango, quanto na venda de produtos. Além disso, os produtos de carne bovina, suína e frango da Companhia concorrem com outras fontes de proteína, como por exemplo, peixes. A Companhia concorre com diversos produtores de carne bovina, inclusive empresas sediadas no Brasil, nos United States of America ("Estados Unidos", "Estados Unidos da América" ou "EUA") e na Commonwealth of Austrália ("Austrália"), bem como com produtores de carne suína e de frango. Os principais fatores competitivos nas indústrias de processamento de proteína animal são a eficiência operacional e a disponibilidade, qualidade e custo de matérias-primas e mão-de-obra, preço, qualidade, segurança alimentar, distribuição de produto, inovações tecnológicas e fidelidade à marca. A capacidade para concorrer de forma eficaz da Companhia depende de sua capacidade de concorrer em função destas características. A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficazmente com essas empresas e, caso no futuro não consiga permanecer competitiva frente a esses produtores de carne bovina, suína e de frango, sua participação de mercado poderá ser afetada.

O desempenho da Companhia depende de relações trabalhistas favoráveis com seus empregados. Qualquer deterioração em tais relações ou o aumento dos custos trabalhistas poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía 114.322 empregados. A maioria dos mencionados empregados é representada por sindicatos trabalhistas. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, a deterioração das relações trabalhistas, operações-tartaruga ou paralisações em quaisquer de suas localidades, seja decorrente de atividades sindicais, movimentação dos empregados ou de outra forma, poderiam ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais e o valor de mercado de suas ações.

A Companhia é dependente de certos membros de sua administração ("Administração"), formada pelo conselho de administração ("Conselho de Administração") e diretoria ("Diretoria").

As operações da Companhia são dependentes de alguns membros da sua Administração, especialmente com relação à definição, implementação de suas estratégias e desenvolvimento de suas operações. Com eventual melhora no cenário econômico nacional e internacional, a Companhia poderá sofrer risco de que tais pessoas-chaves deixem de integrar o quadro de colaboradores da Companhia, bem como poderá ainda enfrentar dificuldades para a contratação de nova pessoa-chave com as mesmas qualificações daquela que possa eventualmente deixar a Companhia. Para que a Companhia tenha capacidade para reter essas pessoas-chave em seu quadro de colaboradores, poderá ser necessária alteração substancial na política de remuneração a fim de fazer frente com eventuais propostas a serem oferecidas pelo mercado, o que poderá acarretar em aumento nos custos da Companhia. Ressaltamos ainda que, caso uma dessas pessoas-chave da Administração da Companhia deixe de exercer suas atuais atividades, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas operações, o que poderá afetar seus resultados e sua condição financeira.

O nível de endividamento da Companhia pode prejudicar seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía um total de dívida consolidada em aberto em seu balanço patrimonial de R$14.429,8 milhões (excluindo as debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009 ("Debêntures Conversíveis") e o endividamento da Tatiara Meat Company ("Tatiara")). A dívida consolidada da Companhia pode: (i) dificultar o cumprimento de suas obrigações; (ii) limitar sua capacidade de obter financiamento adicional; (iii) exigir parcela significativa de sua geração de caixa para redução da dívida, reduzindo assim sua capacidade de usá-la para capital de giro e outras necessidades empresariais em geral; (iv) limitar sua flexibilidade de planejamento e reação a modificações em seus negócios e no setor no qual a Companhia opera; (v) diminuir as eventuais vantagens competitivas da Companhia com relação a alguns de seus concorrentes com dívida menor do que a dívida da Companhia; e (vi) aumentar a vulnerabilidade da

Companhia a condições econômicas e setoriais adversas, incluindo alterações de taxas de juros, preços de gado ou desaquecimento de seu negócio ou da economia.

Nos termos dos contratos financeiros dos quais é parte, a Companhia está sujeita a obrigações específicas, bem como a restrições à sua capacidade de contrair dívida adicional.

A Companhia firmou contratos e compromissos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores, poderá acarretar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou de outros contratos financeiros. Determinados financiamentos incorridos contêm cláusulas que impedem a Companhia e suas subsidiárias (inclusive a JBS USA Holdings, Inc. ("JBS USA") e outras) de contraírem dívida, a menos que o índice de alavancagem da Companhia seja menor que 4,75:1.0. Além disso, alguns dos contratos celebrados pela Companhia impõem restrições à sua capacidade de distribuir dividendos, contrair dívidas adicionais, ou até mesmo de dar garantias a terceiros ou a novos financiamentos. Dessa forma, caso ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, o fluxo de caixa e as demais condições financeiras da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa. Para mais informações acerca das restrições às quais a Companhia está sujeita por conta da celebração de contratos de endividamento, vide seção 7.8 deste Formulário de Referência.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia é ré em processos judiciais, cujos resultados não se pode garantir que serão favoráveis ou que não serão julgados improcedentes, ou, ainda, que tais ações estejam plenamente provisionadas. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso em seu negócio, sua condição financeira e seus resultados operacionais. Para maiores informações a respeito dos processos judiciais ou adminsitrativos da Companhia, vide seção 4.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia está exposta a riscos relacionados à responsabilidade por produto, *recall* de produto, dano à propriedade e danos a pessoas para os quais a cobertura de seguro é cara, limitada e potencialmente inadequada.

As operações comerciais da Companhia acarretam em diversos riscos, incluindo riscos relacionados a reivindicações de responsabilidade por produto, *recalls* de produtos, danos à propriedade e danos às pessoas. Atualmente, a Companhia mantém seguro para alguns desses riscos, incluindo seguro de responsabilidade por produto, seguro de propriedade, seguro de remuneração de trabalhadores, seguro por interrupção dos negócios e seguro de responsabilidade geral, mas, em muitos casos, esse tipo de seguro é caro e de difícil acesso, não havendo nenhuma garantia que futuramente esse seguro possa ser mantido pela Companhia mediante termos aceitáveis, ou em valores suficientes para proteger a Companhia contra perdas eventuais. Além disso, os seguros atualmente existentes poderão não proteger a Companhia adequadamente de responsabilidades e despesas incorridas em relação a esses eventos. Como exemplo, cita-se a Pilgrim's Pride, que foi obrigada a realizar um *recall* dos produtos cozidos produzidos em uma de suas fábricas em 2002. Na ocasião, o custo total do *recall* foi superior a US$100 milhões, sendo que a Pilgrim's Pride conseguiu reaver apenas aproximadamente US$50 milhões em cobertura de seguro com relação a esse *recall*.

O processo de associação com o Bertin está sujeito à aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência, sendo que qualquer aprovação das autoridades antistrust pode exigir que a Companhia se desfaça de uma parcela de seus negócios.

Em 16 de setembro de 2009, a J&F Participações S.A. ("J&F") e a ZMF Fundo de Investimento em Participações ("ZMF"), até então acionistas controladoras da Companhia e os acionistas controladores do Bertin concordaram em iniciar um processo de associação da Companhia com o Bertin. Em 29 de dezembro de 2009, a Companhia concluiu o processo de associação com o Bertin, através da incorporação do Bertin pela Companhia.

A Companhia submeteu, tempestivamente, o Ato de Concentração referente à associação, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), em 7 de outubro de 2009, nos termos da legislação aplicável. Referido Ato de Concentração está seguindo o curso normal de instrução junto à Secretaria de Acompanhamento Econômico ("SEAE") e as partes vêm colaborando com as autoridades sempre que solicitadas.

Após a análise da SEAE e da Secretaria de Direito Econômico ("SDE"), o CADE avaliará os impactos da associação sobre a concorrência. Caso o CADE venha a entender que a associação limita a concorrência, em prejuízo dos consumidores, o CADE poderá não aprovar a operação ou impor condições para a sua realização, incluindo compromissos de desempenho ou de se desfazer de determinadas subsidiárias, linhas de produtos, marcas ou plantas.

Caso o CADE não aprove a operação ou imponha condições para a sua realização, o volume de operações da Companhia no Brasil poderá sofrer redução significativa, impactando em seus resultados de forma negativa.

O surto de doenças de animais poderá afetar a capacidade da Companhia de conduzir as suas operações e as demandas por seus produtos.

Um surto de doença que afete o gado, como a Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como "doença da vaca louca") ("BSE"), poderá resultar em restrições às vendas dos produtos da Companhia ou a compras de gado dos fornecedores. Além disso, surtos desse tipo de doença ou preocupações quanto à possibilidade de ocorrência e disseminação dessas doenças no futuro poderão resultar no cancelamento de pedidos pelos clientes da Companhia e gerar uma repercussão desfavorável que poderá ter efeito adverso relevante sobre a demanda pelos produtos da Companhia. Como exemplo, em dezembro de 2003, o *United States Department of Agriculture* ("USDA") anunciou o primeiro caso confirmado de BSE nos Estados Unidos. Depois do anúncio, praticamente todos os mercados internacionais proibiram a importação de carne bovina norte-americana. Atualmente não é possível avaliar se, ou quando, esses mercados internacionais remanescentes irão se abrir totalmente para a carne bovina norte-americana ou se mercados abertos existentes irão fechar.

Além da BSE (no caso do gado) e da febre aftosa (doença animal altamente contagiosa), os gados bovino, ovino e suíno estão sujeitos a surtos de outras doenças. Um surto de BSE, febre aftosa ou qualquer outra doença, ou a percepção, por parte do público, da ocorrência do surto, poderia resultar em restrições às vendas aos mercados doméstico e internacional dos produtos da Companhia, cancelamentos de pedidos pelos clientes e repercussão desfavorável. Além disso, caso os produtos dos concorrentes da Companhia sejam contaminados, a publicidade negativa associada a esse acontecimento poderá reduzir a procura de produtos da Companhia por parte do consumidor. Quaisquer desses acontecimentos podem causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Adicionalmente, durante a primeira metade de 2006, houve publicidade substancial a respeito da gripe aviária, conhecida como H5N1, que vem afetando a Ásia desde 2002, e que também foi encontrada na Europa e na África. O medo mundial em relação a doenças aviárias, tais como a gripe aviária, pode impactar adversamente as vendas da Pilgrim's Pride, afetando, por consequencia, a Companhia.

Finalmente, em 2009, a gripe A(H1N1), também chamada "gripe suína", disseminou-se por vários países. Foram registrados mais de 94.000 casos e mais de 400 mortes no mundo todo com o surto de gripe A(H1N1) no México, e em 11 de junho de 2009, a Organização Mundial de Saúde, ou OMS, declarou alerta de gripe nível seis, indicando uma pandemia mundial. Qualquer outro surto da doença poderia ter impacto negativo sobre o consumo de carne suína nos mercados da Companhia, e um surto significativo poderia prejudicar a receita líquida de vendas de carne suína e os resultados financeiros da Companhia. Qualquer outro surto de gripe A(H1N1) poderia levar à imposição de controles preventivos onerosos sobre as importações de carne suína nos mercados internacionais da Companhia. Assim, qualquer disseminação da gripe A(H1N1) ou aumento da preocupação acerca dessa doença poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais de carne suína e na capacidade de venda de carne suína da Companhia a mercados existentes ou novos, afetando, por conseqüência, a Companhia.

O surto de doenças de animais poderá afetar a capacidade da Companhia de conduzir as suas operações e as demandas por seus produtos.

Riscos sanitários possíveis ou efetivos relacionados à indústria de alimentos poderão prejudicar a capacidade de venda de produtos da Companhia. Caso seus produtos fiquem contaminados, a Companhia poderá estar sujeita a demandas e *recalls* de seus produtos.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam a indústria de alimentos de forma geral, inclusive relacionados a:

- deterioração ou contaminação de alimentos;

- evolução das preferências do consumidor, preocupações nutricionais e relacionadas à saúde;
- demandas pelo consumidor por responsabilidade de produto;
- adulteração de produtos;
- provável indisponibilidade e custos para obtenção de seguro de responsabilidade de produto; e
- custos e interrupção de operações causados por *recall* de produto.

Nos Estados Unidos, os produtos de carne bovina e de carne suína da Companhia estiveram no passado e poderão ficar no futuro expostos a contaminação por organismos, tais como *E. coli*, *Listeria monocytogenes* e *Salmonela*. Esses organismos em geral são encontrados no meio ambiente e, por esse motivo, há risco de que possam estar presentes em nossos produtos. Esses organismos também podem ser introduzidos em produtos da Companhia por adulteração ou em decorrência de manipulação incorreta no processamento ou preparação. Produtos contaminados podem causar doença ou morte caso os produtos não sejam corretamente preparados antes do consumo ou caso os organismos não sejam eliminados na preparação.

A Companhia possui sistemas projetados para monitorar os riscos de segurança alimentar em todas as fases de seus processos. Porém, esses sistemas, mesmo quando funcionando com eficiência, podem não eliminar os riscos relacionados à segurança alimentar. Como conseqüência, a Companhia pode fazer um *recall* voluntariamente ou ser obrigada a fazer um *recall* de seus produtos caso estejam ou possam estar contaminados, deteriorados ou indevidamente rotulados. Por exemplo, em 25 de junho de 2009, voluntariamente, a Companhia fez um *recall* de 41.280 libras (aproximadamente 18.700 quilos) de produtos de carne bovina que poderiam ter sido contaminados por E. coli. Depois de investigações adicionais, em 28 de junho de 2009, a Companhia ampliou o *recall* voluntariamente para incluir mais 380.000 libras aproximadamente 172.300 quilos) de diversos produtos de carne bovina. Os produtos de carne bovina objeto do *recall* foram produzidos em 21 de abril e 22 de abril de 2009 na unidade da Companhia localizada em Greeley, Colorado, e foram distribuídos em vários estados dos Estados Unidos e outros países. Ainda que não tenha sido possível determinar precisamente o custo desses *recalls* voluntários, a Companhia acredita que o valor total envolvido seria de aproximadamente US$4 milhões.

A Companhia pode ser responsabilizada caso o consumo de qualquer de seus produtos cause doenças ou morte. Essa responsabilização pode advir de medidas judiciais ingressadas pelo Ministério Público, agências de defesa do consumidor ou por consumidores, agindo individualmente. Tais medidas judiciais podem acarretar em pagamento pela Companhia de indenizações consideráveis ao erário público ou aos próprios consumidores. O valor dessas indenizações poderá exceder os limites das apólices de seguro da Companhia.

A publicidade negativa com relação a qualquer risco sanitário percebido ou real associado aos produtos da Companhia também poderia fazer com que os clientes perdessem a confiança na segurança e qualidade de seus produtos alimentícios, o que poderia prejudicar a capacidade de venda de produtos da Companhia. A Companhia poderia, ademais, ser prejudicada por riscos sanitários percebidos ou reais associados a produtos similares fabricados por terceiros, na medida em que esses riscos façam com que os clientes percam a confiança na segurança e qualidade desse tipo de produto em geral.

Quaisquer desses acontecimentos poderão causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, como, por exemplo, através do pagamento de indenizações, o que poderia causar riscos de imagem à Companhia.

Mudanças nas preferências do consumidor podem prejudicar o negócio da Companhia.

Em geral, a indústria alimentícia está sujeita a tendências, demandas e preferências dos consumidores. Os produtos da Companhia concorrem com outras fontes de proteína, inclusive peixes. As tendências do setor alimentício mudam frequentemente e o fato da Companhia não conseguir prever, identificar ou reagir a essas mudanças de tendências poderia acarretar a redução da demanda e dos preços dos produtos da Companhia, podendo ter um efeito adverso relevante sobre o seu negócio, sua situação financeira, seus resultados operacionais e o preço de mercado de suas ações.

O negócio da Companhia pode ser adversamente afetado de modo relevante em razão de condições climáticas ou outros acontecimentos extremos, imprevistos e fora do alcance da Companhia, em suas áreas de operação.

O negócio da Companhia pode ser adversamente afetado por alterações do clima nas áreas nas quais a Companhia opera. Além disso, desastres naturais, incêndio, bioterrorismo, pandemias ou condições climáticas extremas, inclusive inundações, secas, frio ou calor excessivo, furacões ou outras tempestades, poderiam prejudicar a saúde ou crescimento do gado bovino e suíno ou prejudicar as operações da Companhia devido a quedas de energia, escassez de combustível, danos às instalações de produção e processamento ou interrupções em rede de transporte, entre outras coisas. Quaisquer desses fatores, bem como falhas dos sistemas de informação da Companhia, poderiam prejudicar os resultados financeiros da Companhia.

O uso de instrumentos financeiros derivativos pode afetar negativamente os resultados das operações da Companhia, especialmente em um mercado volátil e incerto.

A Companhia tem utilizado instrumentos financeiros derivativos para administrar o perfil de risco associado a taxas de juros e exposição de moeda de sua dívida. Como resultado da crescente volatilidade e variação do real em relação à moeda corrente dos Estados Unidos ("Dólar"), podem ocorrer mudanças significativas no valor justo do *portfólio* de instrumentos derivativos e a Companhia pode incorrer em perdas líquidas de seus instrumentos financeiros derivativos. O valor justo de instrumentos derivativos flutua com o tempo, como resultado dos efeitos de taxas de juros futuras e da volatilidade do mercado financeiro. Esses valores devem ser analisados em relação aos valores justos das operações subjacentes e como uma parte da exposição média total da Companhia a flutuações na taxa de juros e em taxas de câmbio. Como a valorização é imprecisa e variável, é difícil prever exatamente a magnitude do risco decorrente do uso de instrumentos derivativos no futuro. A Companhia pode ser afetada negativamente por suas posições nos derivativos financeiros.

b. ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

O BNDES Participações S.A., subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES ("BNDESPAR"), cujos interesses nos negócios da Companhia podem diferir dos demais acionistas, possui direitos de veto sobre determinadas decisões societárias importantes.

O BNDESPAR detem aproximadamente 18,5% das ações ordinárias em circulação da Companhia. O acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR celebraram, em 22 de dezembro de 2009, o acordo de acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009 ("Acordo de Acionistas BNDESPAR"), mediante o qual foi concedido ao BNDESPAR o direito de vetar determinadas decisões societárias importantes que a Companhia possa tomar, incluindo: (i) a assunção de dívida acima de determinados limites; (ii) o pagamento de dividendos ou juros acima de determinados limites; (iii) a realização de determinadas reduções de capital; (iv) o envolvimento em transformações societárias, incorporações, cisões ou determinadas outras operações societárias; (v) o envolvimento em operações com partes relacionadas acima de determinados valores; (vi) a adoção de um orçamento anual que implique a incorrência de dívida acima de determinados limites; (vii) cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou de sua subsidiária JBS USA, conforme aplicável, ou redução do nível de listagem da Companhia na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"); (viii) a criação de qualquer espécie ou classe de ação na JBS USA com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados (incluindo, sem limitação, ações preferenciais); (ix) a realização de aquisições substanciais não previstas no orçamento anual aprovado ou pelo plano de negócios; (x) a realização de vendas de ativo não circulante acima de determinados limites; e (xi) a criação de gravames ou a concessão de garantias a favor de terceiros não relacionados acima de determinados valores.

Além disso, o Acordo de Acionistas BNDESPAR concede ao BNDESPAR o direito de indicar até dois membros do Conselho de Administração da Companhia. O BNDESPAR pode exercer seus direitos de veto de maneiras conflitantes com seus interesses como investidor na Companhia.

Para maiores informações sobre o acordo de acionistas da Companhia, vide seção 15.5(g) deste Formulário de Referência.

Os interesses do acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses de investidores da Companhia.

A FB Participações S.A. ("FB"), acionista controlador da Companhia, tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). O acionista controlador da Companhia poderá ter

interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos investidores da Companhia e causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

c. aos seus acionistas:

A conversão das Debêntures Conversíveis em ações ordinárias da Companhia acarretará a diluição da participação do investidor em suas ações.

Em 29 de dezembro de 2009, a Companhia emitiu as Debêntures Conversíveis. Tais debêntures também são obrigatoriamente permutáveis por ações ordinárias da JBS USA na forma de *Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA ("BDRs") no caso da ocorrência de um "Evento de Liquidez". O Evento de Liquidez é definido, na escritura de emissão, como sendo a conclusão de uma oferta pública de ações da JBS USA, com colocação primária de, no mínimo, 50%, seja através de oferta inicial ou de *follow-on*, em montante mínimo equivalente a US$ 1,5 bilhão, por ocasião da qual a JBS USA (a) torne-se companhia registrada (*reporting company*) na SEC, (b) tenha ações listadas na New York Stock Exchange ou *National Association of Securities Dealers Automated Quotations* ("NASDAQ"), (c) tenha *free float* mínimo (excluída potencial participação dos debenturistas) de 15% após a oferta pública, e (d) que a integralidade do capital social da JBS USA, na data do Evento de Liquidez, seja composta de ações de uma só espécie e classe, tendo, portanto, os mesmos direitos e vantagens (observado que será permitida a emissão de classe de ações preferenciais com direitos políticos diferenciados, após o Evento de Liquidez, exclusivamente para fins de defesa contra tomada de controle hostil). Os termos e condições gerais das Debêntures Conversíveis estão dispostos na seção 18.5 deste Formulário de Referência.

O Evento de Liquidez deve ocorrer até 31 de dezembro de 2010 (a "Data Limite"), sob pena de realização mandatória da conversão em ações da Companhia. Contudo, nos termos da escritura, a Companhia poderá, em até cinco dias antes da Data Limite, notificar o agente fiduciário de que pretende prorrogar a Data Limite até 31 de dezembro de 2011 (a "Data Limite Prorrogada"), caso em que deverá pagar, na data da notificação e em moeda corrente nacional, aos debenturistas, um prêmio no valor de 15% sobre o valor nominal unitário da totalidade das Debêntures Conversíveis então em circulação.

Nos termos da escritura, as Debêntures Conversíveis serão convertidas por uma quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia decorrente da divisão entre (a) seu valor nominal unitário, acrescido de um prêmio de 10%; e (b) o preço de conversão determinado com base na média ponderada por volume do preço da ação ordinária de emissão da Companhia em negociação na BM&FBOVESPA sob o código "JBSS3" nos 60 pregões imediatamente anteriores à data de conversão, média esta ajustada para proventos declarados, limitado a um piso de R$ 6,50 por ação e um teto de R$ 12,50 por ação. A conversão em ações somente ocorrerá no caso de não-verificação do Evento de Liquidez ou na ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado prevista na escritura de emissão.

A conversão das Debêntures Conversíveis em ações ordinárias da Companhia poderá acarretar diluição da participação acionária do investidor no capital social da Companhia, bem como diluição econômica de seu investimento.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em suas ações.

É possível que a Companhia tenha interesse em captar recursos no mercado de capitais por meio de emissão de ações e/ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações, que pode não prever direito de preferência aos acionistas da Companhia, poderá acarretar diluição da participação acionária do investidor no capital social da Companhia.

A Companhia pode não pagar dividendos aos acionistas titulares de suas ações.

De acordo com seu estatuto social, conforme alterado ("Estatuto Social"), a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% de lucro líquido anual ajustado da Companhia sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se os administradores manifestarem, e se a assembléia geral de acionistas da Companhia ("Assembléia Geral") assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

Ademais, parcela relevante dos resultados da Companhia dependem dos resultados de suas subsidiárias, que podem não vir a ser distribuídos. Alguns dos contratos celebrados pela Companhia (e suas subsidiárias) impõem restrições à sua capacidade de distribuir dividendos, contrair dívidas adicionais, ou até mesmo de dar garantias a terceiros ou a novos financiamentos. Dessa forma, caso ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, o fluxo de caixa e as demais condições financeiras da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa. Para mais informações acerca das restrições aos quais a Companhia está sujeita por conta da celebração de contratos de endividamento, vide seção 7.8 deste Formulário de Referência.

A relativa volatilidade e a liquidez limitada do mercado de capitais brasileiro podem afetar negativamente a liquidez e o valor de mercado de ações da Companhia.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. A BM&FBOVESPA apresentou uma capitalização de mercado de R$2,3 trilhões em 26 de fevereiro de 2010, e um volume médio diário de negociação de US$6,6 bilhões no mês de fevereiro de 2010. As dez maiores companhias, em termos de capitalização de mercado representavam, aproximadamente, 49,16% do volume de negociação de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA em fevereiro de 2010. Embora quaisquer das ações de uma empresa listada possam ser negociadas na BM&FBOVESPA, na maioria dos casos nem todas as ações listadas estão efetivamente disponíveis para negociação pública, sendo uma parte detida por pequenos grupos de investidores, por instituições governamentais ou por um único acionista principal. Além disso, a eventual falta de liquidez no mercado de capitais pode limitar substancialmente a capacidade do investidor de vender as ações na ocasião e pelo preço desejado, o que poderia acarretar impacto negativo sobre o valor de mercado desses valores mobiliários.

Caso os planos de opções de ações sejam outorgados, os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação das ações de emissão da Companhia.

Mediante aprovação do Conselho de Administração, a Companhia pode oferecer aos seus administradores e/ou empregados que tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia, a possibilidade de aderir ao Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2007.

O Conselho de Administração é responsável pela seleção dos empregados que terão direito ao plano, bem como por definir o número de opções que serão oferecidas. O prazo para exercício obedecerá as seguintes regras:

(i) Até ¼ das opções poderá ser exercida ao final de 24 meses a contar da data de outorga;

(ii) Até 2/4 das opções poderá ser exercida ao final de 36 meses a contar da data de outorga;

(iii) Até 3/4 das opções poderá ser exercida ao final de 48 meses a contar da data de outorga; e

(iv) O total das opções poderá ser exercida ao final de 60 meses a contar da data de outorga, sendo que o prazo máximo de exercício será de 72 meses.

O preço de outorga será o correspondente a: (i) para as opções outorgadas no lançamento do plano, o preço de distribuição fixado na oferta pública inicial da da Companhia ocorrida em 2007; (ii) para as demais outorgas, o valor correspondente à média aritmética do valor das ações da Companhia, verificado nos pregões dos cinco dias anteriores à data de outorga.

A quantidade total das ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar 2% do capital social da Companhia por ano.

O fato dos administradores e executivos poderem receber, como parte de sua remuneração, opções de compra de ações de emissão da Companhia a um preço de exercício eventualmente inferior ao preço de mercado das ações da Companhia pode levar tais pessoas a ficarem com seus interesses excessivamente vinculados à cotação das ações da Companhia.

d. a suas controladas e coligadas:

As controladas e coligadas da Companhia estão sujeitas, além dos riscos relacionados à Companhia descritos na seção 4.1.(a) acima, aos seguintes fatores de risco:

Riscos Relativos à JBS USA e Pilgrim´s Pride

Os esforços para cumprir com as leis de imigração, a introdução da nova legislação sobre imigração ou os maiores esforços para o cumprimento das leis de imigração podem aumentar os custos com mão-de-obra da JBS USA e/ou da Pilgrim's Pride, bem como interromper as operações e expor a JBS USA e/ou a Pilgrim's Pride a penalidades civis e possivelmente criminais.

A reforma das leis de imigração nos Estados Unidos continua a atrair atenção significativa do público e do congresso norte-americano. Se a nova legislação federal sobre imigração for promulgada, ou se os estados em que a JBS USA e/ou a Pilgrim's Pride fazem negócios promulgarem leis de imigração, essas leis poderão conter disposições que podem tornar mais difícil ou custoso para a JBS USA e/ou a Pilgrim's Pride contratarem cidadãos norte-americanos e/ou trabalhadores imigrantes legais. Neste caso, a JBS USA e/ou a Pilgrim's Pride poderão contrair custos adicionais com mão-de-obra e outros custos relacionados aos negócios, o que poderá ter um efeito substancial adverso sobre seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Além disso, apesar dos esforços da JBS USA e da Pilgrim's Pride para contratar apenas cidadãos norte-americanos e/ou pessoas legalmente autorizadas a trabalhar nos Estados Unidos, a JBS USA e a Pilgrim's Pride não podem garantir que todos os seus funcionários sejam cidadãos norte-americanos e/ou pessoas legalmente autorizadas a trabalhar nos Estados Unidos.

Em 12 de dezembro de 2006, época em que a JBS USA estava sob controle de seu antigo controlador (um fundo de private equity) agentes da divisão de Imigração e Alfândegas ("ICE"), do Departamento de Segurança Interna norte-americano e outros órgãos públicos realizaram entrevistas com empregados em todas as unidades de produção, com exceção das unidades de produção localizadas em Louisville, Kentucky e Santa Fe Springs, Califórnia, no contexto de uma investigação da condição imigratória dos empregados da JBS USA. Aproximadamente 1.300 pessoas foram detidas pela ICE e afastadas do quadro de empregados da JBS USA. Até esta data, não foram apresentadas acusações civis ou criminais pelo governo norte-americano contra a JBS USA ou quaisquer dos membros de sua administração atual ou anterior. Em 12 de dezembro de 2006, depois de suspensão de seis a sete horas de operações devido ao processo de entrevista dos empregados, a JBS USA retomou a produção em todas as unidades dos Estados Unidos, contudo, com redução dos níveis de produção. A Companhia estima que a escassez na mão-de-obra e interrupções correlatas em suas operações como resultado do evento da ICE tenham resultado em custos adicionais de aproximadamente US$82 milhões, bem como em redução da receita das unidades afetadas, uma vez que a redução da quantidade de trabalhadores experientes resultará em volumes de carne mais baixos do que os níveis ideais de processamento. A JBS USA retomou a produção normal em suas unidades de processamento de carne suína em março de 2007. A Companhia poderá enfrentar interrupções semelhantes no futuro em suas unidades norte-americanas, suas práticas aprimoradas de contratação poderão expor a Companhia ao aumento de risco de processos judiciais relacionados a essa prática e os custos de mão-de-obra poderão ser consequentemente afetados. Além disso, o ICE apreendeu 30 funcionários da Pilgrim's Pride em 2007 e mais de 300 funcionários da Pilgrim's Pride em 2008 que não tinham a documentação de imigração adequada.

No futuro, outros esforços de execução da lei pelas autoridades governamentais podem ocorrer, os quais podem incluir penalidades civis ou possivelmente criminais, e a JBS USA e/ou a Pilgrim's Pride podem enfrentar interrupções em seus quadros de funcionários ou em suas operações em uma ou mais fábricas, dessa forma com um impacto negativo nos negócios da JBS USA e/ou da Pilgrim's Pride, e consequentemente, para a Companhia.

A Pilgrim's Pride terá nível significativo de alavancagem após firmar a Linha de Crédito de Saída, conforme contemplado pelo Plano, o que poderá afetar adversamente a sua flexibilidade operacional e financeira futura.

A Pilgrim's Pride terá nível significativo de alavancagem financeira, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira. Na data do fechamento da aquisição da Pilgrim's Pride, depois de colocar em prática as operações previstas pelo plano de reestruturação da Pilgrim's Pride aprovado pelas corte norte-americanas de falência ("Plano"), a Companhia estima que a Pilgrim's Pride, em base consolidada, terá aproximadamente US$ 1,25 bilhão em dívida garantida, e poderá tomar em empréstimo adicional aproximadamente mais US$

0,5 bilhão, conforme a linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, um empréstimo "A", com prazo de três anos, no valor de no máximo US$375,0 milhões, e um empréstimo "B", com prazo de cinco anos, no valor de no máximo US$775,0 milhões, contratada pela Pilgrim's Pride após sair de seu processo falimentar ("Linha de Crédito de Saída"). Valores significativos de fluxo de caixa serão necessários para efetuar pagamentos de juros e amortizar o valor do principal dessa dívida.

A capacidade da Pilgrim's Pride de efetuar pagamentos e de refinanciar a sua dívida, incluindo a Linha de Crédito de Saída, dependerá de sua capacidade de gerar caixa no futuro. Isto, em certa extensão, depende de diversos fatores comerciais (incluindo, dentre outros, os preços de *commodities* de ingredientes alimentares e do frango) e econômicos, financeiros, de concorrência, legislativos e reguladores em geral, e de outros fatores que estão além do controle da Pilgrim's Pride e da Companhia.

A Pilgrim's Pride poderá não conseguir gerar fluxo de caixa suficiente das operações, e empréstimos futuros podem não estar disponíveis sob linhas de crédito em um valor suficiente para permitir que a Pilgrim's Pride honre suas obrigações de dívida, incluindo suas obrigações relacionadas à Linha de Crédito de Saída, ou financie as suas demais necessidades de liquidez. A Pilgrim's Pride poderá precisar financiar toda ou uma parte de sua dívida antes do vencimento. A Pilgrim's Pride poderá não conseguir refinanciar qualquer uma de suas dívidas em termos comercialmente razoáveis, ou de forma alguma.

O passivo consolidado da Companhia, após a saída da Pilgrim's Pride do processo de recuperação judicial poderia exceder substancialmente as estimativas da Companhia bem como aquelas da Pilgrim's Pride.

De acordo com o Plano da Pilgrim's Pride para a reestruturação, nenhuma ação autorizada movida contra a Pilgrim's Pride será prejudicada (exceto pela participação dos detentores de patrimônio anterior à falência da Pilgrim's Pride) e devem ser pagas integralmente pelo valor autorizado. O valor estimado das ações contra a Pilgrim's Pride que serão pagas nos termos do Plano é de aproximadamente US$250 milhões, valor este que não inclui compensação profissional e ações de reembolso, pagamento de notas pendentes da Pilgrim's Pride, ações entre companhias, ações *flow-through* e determinadas outras ações *de minimis*. A Pilgrim's Pride registrou passivo para esse valor em seu balanço com base em seu julgamento quanto ao valor total das ações autorizadas e os valores pelos quais ela acredita poder liquidar as ações contestadas. Todavia, os valores totais pleiteados por credores sem garantia nas habilitações de crédito apresentadas por detentores de créditos são significativamente superiores à estimativa feita pela Pilgrim's Pride para as ações autorizadas e a Pilgrim's Pride pode não conseguir liquidar essas ações contestadas pela sua estimativa mais baixa. Por exemplo, o valor total das ações sem garantias autorizadas excederia a estimativa de US$180 milhões feita pela Pilgrim's Pride. Qualquer ação contestada será um passivo da Companhia consolidada após a saída da Pilgrim's Pride da falência, uma vez que qualquer ação deve ser paga integralmente nos termos do Plano.

Além disso, a Pilgrim's Pride exerceu seus direitos dentro do processo de falência de rejeitar determinados contratos e arrendamentos não vencidos, incluindo os contratos com granjeiros. As ações por danos decorrentes de tal rejeição podem ser discutidas em juízo, sendo que o montante para tais ações de danos por rejeição, conforme aprovados entre as partes ou por determinação do tribunal de falência, poderão ser liquidadas nos termos do Plano. Todas essas ações por danos de rejeição podem ser maiores do que a Pilgrim's Pride prevê no momento.

Por todos esses motivos, o passivo da JBS USA consolidada pode exceder as ações estimadas refletidas no Plano e pode não ser solucionado durante algum tempo após a data de fechamento da aquisição da Pilgrim's Pride. Todas as ações ou os custos que excederem substancialmente as estimativas da JBS USA e da Pilgrim's Pride podem afetar de modo negativo os resultados das operações consolidadas, a condição financeira e os fluxos de caixa da Pilgrim´s Pride, e consequentemente, da Companhia.

A Pilgrim's Pride pode incorrer em custos significativos para cumprir as exigências ambientais existentes ou variáveis e obrigações ambientais em potencial relacionadas às atuais operações ou às operações interrompidas.

Diversas fábricas da Pilgrim's Pride estão operando abaixo da capacidade em virtude das condições econômicas, e o aprimoramento em algumas fábricas foi adiado ou diferido em virtude da falência. Antes de a produção poder ser restaurada até os níveis anteriores à falência, investimentos de capital relevantes poderão ser necessários em algumas fábricas para a instalação de novos equipamentos de controle de poluição para atingir a conformidade com as exigências ambientais existentes ou variáveis, incluindo limitações mais rigorosas impostas ou previstas em alvarás ambientais recém-renovados ou prestes a serem renovados.

A Pilgrim's Pride adquiriu no passado negócios com operações tais como produção de pesticidas e fertilizantes que envolveram um uso maior de materiais perigosos e geração de mais resíduos perigosos do que as atuais operações da Pilgrim's Pride. Apesar de muitas dessas operações terem sido vendidas ou encerradas, algumas leis ambientais impõem responsabilidade estrita e, em determinadas circunstâncias, responsabilidade conjunta e individual pelos custos de investigação e reparo de locais contaminados aos antigos e atuais proprietários e operadores dos locais, e às pessoas que providenciaram o derramamento de resíduos nesses locais. Além disso, os atuais proprietários ou operadores desses locais contaminados podem pleitear a recuperação dos custos de limpeza da Pilgrim's Pride com base nas operações anteriores ou indenizações contratuais.

Novas exigências ambientais, interpretações mais rigorosas das exigências ambientais existentes, ou obrigações relacionadas à investigação ou limpeza de locais contaminados, podem afetar substancialmente os negócios ou operações da Pilgrim's Pride no futuro.

Os contratos de mudança de controle entre a Pilgrim's Pride e seus diretores executivos e principais funcionários podem ter um impacto significativo sobre os negócios da Pilgrim's Pride e podem resultar em conflitos de interesses.

A aquisição da maioria das ações ordinárias da Pilgrim's Pride pela JBS USA nos termos do contrato de compra de ações constituirá uma mudança de controle da Pilgrim's Pride, nos termos dos contratos de mudança de controle firmados entre a Pilgrim's Pride e seus diretores executivos e determinados funcionários principais. A Pilgrim's Pride assumiu 21 contratos de mudança de controle com determinados diretores executivos e funcionários principais da Pilgrim's Pride, que mediante a ocorrência dos eventos específicos estabelecidos abaixo exigiriam que a Pilgrim's Pride fizesse pagamentos a tais indivíduos, os quais, no total, constituiriam um valor substancial. Em geral, os contratos de mudança de controle prevêem que a Pilgrim's Pride pague a cada participante uma porcentagem de seu salário base, bônus e benefícios, caso o contrato de trabalho daquele participante seja rescindido sem justa causa em um período específico após um evento de mudança de controle. Caso a Pilgrim's Pride acione a obrigação de pagamento por alteração no controle, no caso de encerramento sem justa causa para todos os 21 participantes exceto Lonnie "Bo" Pilgrim, sua obrigação de pagamento total será de aproximadamente US$31,9 milhões.

Além disso, os diretores executivos e/ou funcionários principais da Pilgrim's Pride terão deveres fiduciários com a Pilgrim's Pride e com a JBS USA e tais interesses podem entrar em conflito ou concorrer entre si de tempos em tempos até que a JBS USA exerça sua opção de permutar cada ação do lote de ações ordinárias da Pilgrim's Pride por novas ações do lote de ações ordinárias da JBS USA, de acordo com uma taxa especificada para a oferta de permuta.

e. a seus fornecedores:

Não aplicável.

f. a seus clientes:

A consolidação dos clientes da Companhia poderá ter impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

Os clientes da Companhia, tais como supermercados, clubes atacadistas e distribuidores de alimentos, realizaram consolidações nos últimos anos. Prevê-se que um movimento de consolidação prosseguirá nos Estados Unidos e em outros mercados importantes. Essas consolidações produziram clientes de grande porte, sofisticados, com maior poder de compra, e, portanto, mais aptos a operar com estoques menores, opondo-se a aumentos de preços e exigindo preços menores, aumento de programas promocionais e produtos especificamente personalizados. Esses clientes também podem usar espaço para exposição atualmente utilizado para os produtos da Companhia para seus produtos, de marca própria. Caso a Companhia não reaja a essas tendências, o crescimento do volume de vendas da Companhia poderá diminuir, prejudicando os resultados financeiros e o preço das ações da Companhia.

g. aos setores da economia nos quais a Companhia atue:

A deterioração da conjuntura econômica poderá causar impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

O negócio da Companhia poderá ser prejudicado por alterações da conjuntura econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxas de juros, disponibilidade dos mercados de capital, taxas de gastos do consumidor, disponibilidade de energia e custos (inclusive sobretaxas de combustível) e efeitos de iniciativas

governamentais para administrar a conjuntura econômica. Quaisquer das referidas alterações poderiam prejudicar a demanda de produtos nos mercados doméstico e externo ou o custo e a disponibilidade das matérias-primas que a Companhia necessita, ingredientes culinários e materiais de embalagem, prejudicando, dessa forma, os resultados financeiros da Companhia.

As interrupções nos mercados de crédito e em outros mercados financeiros e a deterioração da conjuntura econômica nacional e mundial poderão, entre outras coisas: (i) ter impacto negativo sobre a demanda global por produtos protéicos, o que poderia acarretar a redução de vendas, lucro operacional e fluxos de caixa; (ii) fazer com que os clientes ou consumidores finais deixem de consumir os produtos da Companhia em favor de produtos mais baratos, passando a consumir produtos com menos proteínas como cortes de carne bovina, suína ou frango que são menos lucrativos, pressionando as margens de lucro da Companhia; (iii) dificultar ou encarecer a obtenção de financiamento para as operações ou investimentos ou refinanciamento da dívida da Companhia no futuro; (iv) fazer com que os credores modifiquem suas políticas de risco de crédito e dificultem ou encareçam a concessão de qualquer renegociação ou disputa de obrigações de natureza técnica ou de outra natureza nos termos dos contratos de dívida, caso a Companhia venha a pleiteá-las no futuro; (v) prejudicar a situação financeira de alguns clientes ou fornecedores da Companhia; e (vi) diminuir o valor dos investimentos da Companhia.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue:

O atendimento de exigências ambientais poderá resultar em custos significativos e a inobservância de tais exigências poderá resultar em condenações por perdas e danos, bem como sanções criminais e administrativas.

As operações da Companhia estão sujeitas a extensas e cada vez mais rigorosas leis e regulamentos em vigor nas jurisdições em que a Companhia atua, em diversos níveis de governo, relativos à proteção do meio ambiente, inclusive com relação ao descarte de materiais no meio ambiente, à manipulação, tratamento e descarte de resíduos e saneamento do solo e contaminação de águas subterrâneas.

A impossibilidade de atender a essas exigências, ou a eventuais acordos internacionais que versem sobre proteção ambiental, poderá resultar em sérias consequências para a Companhia, inclusive penalidades criminais, civis e administrativas, condenações por perdas e danos e publicidade negativa. Devido à possibilidade de regulamentos, acordos internacionais ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil e nos mercados domésticos em que a Companhia atua, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Em 7 de julho de 2009, o Bertin e seus acionistas controladores firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal do Estado do Pará ("MPF/PA"), com o fim de coibir, no Estado do Pará, a compra de gado e subprodutos de fazendas fornecedoras constantes de lista de locais onde ocorrem condições de trabalho análogas a de escravo, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e de lista de áreas embargadas, divulgada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). A Companhia é sucessora legal do Bertin em decorrência da incorporação desta pela Companhia.

Adicionalmente, assim como outras empresas do seu setor de atuação, a Companhia está atualmente em fase de negociações com o Ministério Público Federal ("MPF") do estado do Mato Grosso para a celebração, oportunamente, de Termo de Ajustamento de Conduta, nos mesmos moldes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o MPF/PA.

A Companhia incorre em custos e despesas e realiza investimentos significativos com melhorias nas instalações para o tratamento dos resíduos líquidos e controle de contaminações precedentes devido à liberação da água utilizada em algumas de suas unidades. Como exemplo, entre 10 de agosto de 2007 e 10 de junho de 2008, a fábrica da JBS USA em Souderton, à época sob outro controle, vivenciou diversos incidentes de derramamento de água residual. Em 29 de novembro de 2008, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos moveu uma ação civil contra a JBS USA no juízo federal de primeira instância do Distrito Leste da Pensilvânia a respeito desses incidentes. Caso o Departamento de Justiça dos Estados Unidos determine que as medidas de correção e modernização da JBS USA são inadequadas, eles poderão exigir que a JBS USA faça melhorias adicionais ou outras alterações operacionais que podem resultar em custos adicionais. Exigências ambientais adicionais impostas no futuro e/ou execução mais rigorosa de exigências

existentes poderiam requerer investigações, avaliações ou dispêndios atualmente não previstos e exigir que a Companhia incorra em custos adicionais significativos.

Algumas das unidades da JBS USA nos Estados Unidos operam há muitos anos. Durante esse tempo, a JBS USA e os proprietários e operadores anteriores geraram e descartaram resíduos que podem ser considerados perigosos ou que podem ter poluído o solo e a água superficial ou água subterrânea de unidades da JBS USA e imóveis adjacentes. Algumas leis ambientais dos Estados Unidos impõem responsabilidade (e, em certas circunstâncias, solidária) por custos de investigação e saneamento de locais contaminados sobre proprietários e operadores atuais e anteriores dos locais, e sobre pessoas que tenham sido encarregadas do descarte de resíduos nesses locais. A constatação de contaminação anteriormente desconhecida de imóvel subjacente, ou nos arredores de imóveis ou instalações industriais presentes ou anteriores da Companhia ou sua antecessora e/ou locais de descarte de resíduos poderia acarretar em despesas relevantes para a Companhia. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderá ter efeito adverso relevante sobre o negócio, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

Alterações na legislação fiscal pode resultar em aumento de certos tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir a margem líquida e afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

O governo brasileiro implementa, de tempos em tempos, modificações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes. Tais modificações incluem alteração na incidência e edição de tributos temporários, cujos recursos seriam destinados a específicos fins governamentais. A Companhia não pode prever as mudanças na legislação fiscal brasileira que podem ser propostas ou editadas. Além disso, os governos de outras jurisdições em que a Companhia atua também poderão implementar mudanças nos seus respectivos regimes fiscais, aumentando a carga tributária das subsidiárias da Companhia no exterior.

Futuras modificações na legislação fiscal podem resultar em aumento na carga tributária da Companhia e de suas subsidiárias, o que poderia reduzir a margem líquida da Companhia e afetar negativamente seu desempenho financeiro.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue:

As exportações da Companhia estão sujeitas a uma ampla gama de riscos ligados a operações internacionais.

As exportações respondem por parcela significativa das vendas da Companhia, representando aproximadamente 23,0% do total das vendas da Companhia em 31 de dezembro de 2009. Nos principais mercados de exportação da Companhia (União Européia, Rússia, Estados Unidos e Oriente Médio), a Companhia está sujeita a fatores que não dependem do seu controle, tais como os seguintes: (i) variações das taxas de câmbio; (ii) deterioração da conjuntura econômica; (iii) imposição de aumento de tarifas, tarifas anti-dumping ou outras barreiras comerciais e/ou fitossanitárias; (iv) imposição de controles cambiais e restrições para realização de operações de câmbio; (v) greves ou outros eventos que possam afetar os portos e meios de transporte; (vi) o atendimento de diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros; e (vii) sabotagens de produtos da Companhia. O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá, em extensão significativa, da conjuntura econômica, condições política e social existente nos principais mercados de exportação da Companhia.

Além disso, a operações da Companhia vêm sendo freqüentemente afetadas por greves de funcionários portuários ou de agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e demais agentes públicos nos portos brasileiros a partir dos quais a Companhia exporta seus produtos. Em 2005, no Brasil, por exemplo, os vigilantes sanitários do Governo Federal do Brasil ("Governo Federal") ficaram em greve por aproximadamente um mês, causando atrasos nas exportações de produtos da Companhia. Uma greve prolongada no futuro poderá prejudicar o negócio e os resultados operacionais da Companhia.

As operações estrangeiras da Companhia impõem riscos especiais a seus negócios e operações.

A Companhia atua em diversas regiões do mundo, razão pela qual as operações estrangeiras da Companhia estão sujeitas a diversos riscos especiais, incluindo, entre outros: (i) flutuações na taxa de câmbio, inflação ou deflação nos países em que atua; (ii) barreiras comerciais formais ou informais entre os governos; (iii) controles cambiais; e (iv) alterações nas leis e políticas dos países em que a Companhia atua. A título exemplificativo, pode-se citar a recente barreira imposta pela Russia à exportação de frango dos EUA, além da imposição, pela China, de um imposto punitivo de até 104,5% sobre importação de produtos de frango dos EUA.

Impactos como a imposição de barreiras comerciais e alterações nas políticas dos países em que a Companhia atua ou para os quais ela exporta poderão prejudicar o negócio e os resultados operacionais da Companhia.

O governo argentino exerceu, e continua a exercer, influência significativa na economia argentina, o que pode impactar os negócios da Companhia na Argentina.

A economia argentina é caracterizada pela freqüente, e ocasionalmente drástica, intervenção do governo argentino, o qual freqüentemente realiza modificações em suas políticas monetárias, de crédito e outras políticas para influenciar a economia argentina. As medidas tomadas pelo governo argentino para controlar a inflação, além de outras políticas, freqüentemente implicaram controles de salários e de preço, oscilações das taxas de juros do Banco Central da República Argentina bem como outras medidas, tais como o congelamento das contas correntes em 2002 como as medidas que estabeleceram uma quota à exportação de carne bovina até meados de 2007. As medidas tomadas pelo governo argentino em relação à economia podem impactar negativamente a Companhia e seus resultados financeiros.

4.2. Eventuais expectativas do emissor de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes acima mencionados

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de seu desempenho. A Companhia acredita possuir elevado grau de controle sobre seus fornecedores, visando a evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. A Companhia adota política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

A Companhia é parte em diversas ações judiciais oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações cíveis, tributárias e trabalhistas.

A Companhia mantém provisão em seus balanços referentes a perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada de tais perdas. As práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC ("BR GAAP") exigem que a Companhia mantenha reservas em virtude de perdas prováveis e que efetue provisão quando, na opinião de sua Diretoria e de seus advogados externos, a Companhia acredite que um resultado desfavorável seja provável e a perda possa ser razoavelmente estimada. Para os fins desta seção 4, "CVM" será entendido como a Comissão de Valores Mobiliários e "IBRACON" será entendido como o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

A Companhia possui valores de contingências, os quais estão sendo discutidos judicialmente, e que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para contingências no montante total de R$ 421,9 milhões, em 31 de dezembro de 2009.

Destacam-se, abaixo, os processos judiciais e administrativos de maior relevância de que a Companhia é parte. Na avaliação da relevância, a Companhia não se ateve somente à capacidade do processo de impactar de forma significativa seu patrimônio, sua capacidade financeira ou seus negócios, ou os de suas controladas, considerando também outros fatores que poderiam influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a uma certa prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias. Não obstante, a Administração da Companhia entende que um resultado desfavorável à Companhia em tais processos não causaria riscos de imagem para a Companhia.

Trabalhista:

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia figurava como parte em 5.444 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho (já incluindo os processos em que Bertin e controladas figuravam como parte), envolvendo o valor total em discussão de R$ 354,4 milhões, sendo que, salvo quanto aos processos

expressamente mencionados neste item, nenhum deles é considerado relevante para o desempenho das atividades da Companhia. Existe atualmente provisão para perdas trabalhistas de R$ 50,2 milhões, correspondente aos processos trabalhistas com risco de perda provável. De uma maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e versam sobre insalubridade, hora extra por antecipação de jornada, reversão de justa causa, intervalo do artigo 253 da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 ("CLT") e doença profissional. A Companhia acredita que, embora o número de ações trabalhistas seja alto, nenhuma ação considerada individualmente é relevante suficiente a ponto de poder impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados.

Em 2009, foi ajuizada uma ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho contra o Bertin (sociedade incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2009), tendo por finalidade obrigá-la a conceder um intervalo de 20 minutos para cada 1h40m de trabalho para os empregados das salas de desossa. O pedido de tutela antecipada foi indeferido. Este pedido tem como fundamento o artigo 253 da CLT, que concede o direito a este intervalo aos empregados de câmaras frigoríficas, sem haver menção aos empregados das salas de desossa. Com base no teor do referido artigo 253, a Companhia entende que este direito é exclusivo dos empregados das câmaras frigoríficas, não sendo extensível aos empregados das salas de desossa, e que o risco de perda nesta demanda é possível. A Companhia também é parte em reclamações trabalhistas envolvendo pedido de verba salarial em razão do suposto não-atendimento do artigo 253, que não envolvem valor significativo.

Seguem abaixo informações sobre a ação do Ministério Público do Trabalho. Sua relevância advém do fato de que um resultado desfavorável à Companhia poderia causar atrasos no processo de produção da carne e aumento de custos de produção, além de eventualmente servir como precedente para as ações trabalhistas individuais atualmente em curso ou que surjam no futuro contra a Companhia que abordem esta questão.

Ação Civil Pública

a. juízo	Vara do Trabalho de Naviraí – MS
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	27.01.2009
d. partes no processo	Bertin S.A. e Ministério Público do Trabalho
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Direito de descanso do empregado que trabalha na sala de desossa (20 minutos de descanso a cada 1h40m de trabalho)
f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, com pedido de tutela antecipada, tendo a finalidade de obrigar o Bertin a conceder um intervalo de 20 minutos de descanso a cada 1h40m de trabalho para os empregados que trabalham nas salas de desossa, com base no artigo 253 da CLT. A tutela antecipada foi indeferida. O processo atualmente aguarda conclusão de laudo. O Ministério Público do Trabalho argumenta, com base no §1° do referido artigo 253 que o intervalor seria devido aos empregados da sala de desossa, devido ao fato das salas serem artificialmente resfriadas. A Companhia defende que o caput do artigo 253 é claro ao garantir o direito ao intervalo apenas aos empregados das câmaras frigoríficas, não sendo tal direito extensível aos empregados das salas de desossa. Embora o ponto já tenha chegado aos tribunais superiores, ainda não existe jurisprudência pacífica sobre o tema.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a decisão seja desfarovável para o Bertin, a Companhia poderá ser obrigada a conceder o direito de descanso aos empregados das salas de desossa, causando impacto na cadeia de produção da carne, especialmente como atrasos no processo de produção da carne e aumento de custos de produção. Além disso, esta decisão poderá servir de precedente para as ações trabalhistas individuais atualmente em curso ou que surjam no futuro contra a Companhia que abordem esta questão.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia figura como parte em 281 ações cíveis, sendo certo que o valor total dos pedidos de referidas ações é de aproximadamente R$ 185,0 milhões. Existe provisão de R$ 55.0 milhões. De uma maneira geral, os processos cíveis nos quais a Companhia figura como ré versam sobre acidentes de trabalho, e a Companhia acredita que nenhuma ação considerada individualmente é relevante suficiente a ponto de poder impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados.

Há, atualmente, uma Ação de Indenização por Uso Indevido de Marca Registrada envolvendo a Companhia, relativa à utilização da marca "Frigoara" pela Companhia. Não obstante, a Administração da Companhia

acredita que prevalecerão seus argumentos, baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada na jurisprudência, favorável, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre esta espécie de processo.

Abaixo encontra-se uma breve descrição dos principais termos de referida ação. Sua relevância advém da própria discussão sobre a propriedade e utilização da marca "Frigoara", que foi utilizada pela Companhia por certo período no passado. Não obstante, a Companhia não acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significante sobre a capacidade financeira da Companhia e nem influenciaria a decisão do público investidor.

Processo 2007.36.01.000032-7

a. juízo	Juízo Federal de Cáceres/MT
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	20 de julho de 2005
d. partes no processo	A Companhia e o Frigorífico Araputanga S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Uso da Marca "Frigoara". O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S/A que avalia a marca em R$ 315 milhões. Com base em tal laudo de avaliação, o Frigorífico Araputanga S/A exige uma indenização por danos morais de R$ 100 milhões e ressarcimento no importe de R$ 26,938 milhões, o que soma o importe de R$ 126,938 milhões.
f. principais fatos	1. O Frigorífico Araputanga S/A ajuizou na Comarca de Araputanga/MT Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa de a Companhia (ainda sob a denominação social "Friboi Ltda.") estar utilizando a marca "Frigoara" sem a sua autorização. 2. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com certo processo principal, onde se discute a propriedade do Frigorífico Araputanga S/A (Processo 2005.36.01.00.16.18-8, Justiça Federal de Cáceres/MT – "Processo Principal")[2]. 3 No mérito, a Companhia demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigorífico Araputanga S/A, que necessitava comprovar à extinta SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado. Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados eram comercializados com a marca "Friboi"; já com a marca "Frigoara", era produzido somente carne moída em ínfima quantidade. 4. O Juiz da Comarca de Araputanga/MT suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres/MT, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. 5. O processo tramita em apenso ao Processo Principal e encontra-se suspenso, aguardando o julgamento de referido Processo Principal.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia não acredita que uma decisão desfavorável causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira ou sobre os seus resultados operacionais e nem influenciaria a decisão do público investidor.
i. valor provisionado, se houver provisão	R$ 600 mil.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia era parte em 255 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e mantinha provisão no montante aproximado de R$ 316,7 milhões para suportar eventuais contingências discutidas nesses processos. Além dos processos abaixo mencionados, na data deste Formulário de Referência, a Companhia era parte em outros processos tributários oriundos do curso normal

[2] A ação judicial pretende a anulação de escrituras públicas e declaração de ineficácia do Contrato de Compromisso de Compra e Venda do Imóvel de Araputanga-MT, sob uma inverídica alegação de não-pagamento do preço de aquisição pela J&F Participações S.A., inadinplindo, com pecuaristas e fornecedores, bem como deixando de assumir dívida perante o BNDES; e falta de anuência da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para venda do imóvel. O processo encontra-se em fase pericial (segunda perícia), tendo já uma primeira perícia realizada comprovado o pagamento integral do preço de aquisição, inclusive no que tange à assunção e pagamento ao BNDES, tal como a J&F Participações S.A sempre sustentou (R$ 35 milhões).

dos seus negócios, nos quais a Companhia entende não estarem envolvidos valores que pudessem impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados. A Companhia destaca que os processos tributários considerados com risco de perda provável estão devidamente provisionados, totalizando R$ 316,7 milhões.

A Companhia sofreu cerca de 55 autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS, que segundo o Estado de São Paulo deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R$ 185,5 milhões. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs uma ação que tem como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarci-la, caso as autuações sejam mantidas.

As ações judiciais suspenderam as exigências do Estado de São Paulo. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer na maior parte desses procedimentos, razão pela qual constituiu provisão no montante de R$ 2,1 milhões.

A título exemplificativo, segue abaixo a descrição individualizada de um dos autos de infração lavrados pela autoridade coatora do Estado de São Paulo, relacionado ao assunto acima mencionado. Tal auto de infração foi escolhido para servir como exemplo entre os 55 autos de infração mencionados acima, tendo em vista a similaridade desses processos, apenas para ilustrar os termos e condições principais das autuações. A Companhia destaca tais casos como relevantes apenas por tratar-se de matéria correlata em diversos processos diferentes, com um montante total substancial. No entanto, a Companhia não acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significante sobre a capacidade financeira da Companhia e nem influenciaria a decisão do público investidor.

Auto de Infração nº 3.055.572-3– Processo DRT – 9-392.599/2006	
a. juízo	Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo – TIT-SP
b. instância	Recurso Especial
c. data de instauração	1/7/2006
d. partes no processo	JBS S/A X Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 6.763.204,96
f. principais fatos	12/12/2006 – Julgado parcialmente procedente a autuação, reconhecendo a decadência parcial. Valor remanescente: R$ 4.982.569,02. 01/02/2008 - Negado provimento ao Recurso Voluntário interposto pela empresa. 12/06/2008 - Processo suspenso conforme determinação judicial dirigida ao Presidente do TIT.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia não acredita que uma decisão desfavorável causaria um efeito material adverso sobre a sua situação financeira ou sobre os seus resultados operacionais e nem influenciaria a decisão do público investidor. Caso o Estado de São Paulo não reconheça os créditos oriundos de outros Estados, a Companhia cobrará o crédito não aceito destes Estados.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

A Companhia sofreu outras autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R$ 204,1 milhões. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer na maior parte desses procedimentos, e constituiu provisão no montante de R$ 4,2 milhões.

INSS - FUNRURAL

Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou mandado de segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural ("Novo Funrural"). Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da

contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS") lançou notificações fiscais de lançamento de débito, referente ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, no montante de R$ 69,2 milhões, e de 2003 até 2006, no montante de R$ 198,8 milhões, cujo total dos autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R$ 268,0 milhões.

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, por isto os citados processos encontram-se suspensos até decisão final do Mandado de Segurança.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal apreciou matéria similar no julgamento do Recurso Extraordinário nº 363852, decidindo favoravelmente aos contribuintes. Por esse motivo e com base em pareceres de consultores legais, a Companhia entende que a probabilidade de incidência dessa tributação é remota, razão pela qual não constitui provisão para esta contingência. A Companhia acredita que tal processo é relevante tendo em vista o valor envolvido.

PIS - COFINS

Foram lavrados contra a Companhia dois Autos de Infração pela Secretaria da Fazenda Federal do Brasil em razão de suposto não recolhimento de Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Os valores das autuações compreendem aproximadamente R$ 100,0 milhões e a Companhia não efetuou provisão, pois os períodos compreendidos na autuação foram alcançados pela decadência. A Delegacia Recional de Julgamento julgou improcedentes as autuações em razão do reconhecimento da decadência, matéria que já foi pacificada pela edição da Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal. A Companhia acredita que a perda é remota e não constitui provisão para fazer frente a estes processos, e também acredita que tal autuação é relevante tendo em vista o valor envolvido.

Auto de Infração nº 19515.002361/2008-84	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) do Ministério da Fazenda
b. instância	Recurso de Ofício (Fazenda)
c. data de instauração	20/06/2008
d. partes no processo	JBS S/A X Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 65.085.778,07
f. principais fatos	17/02/2009
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de perda do processo, haveria um desembolso de caixa no montante de R$ 75.000.000,00, uma vez não há provisão para tal processo. Cabe, entanro, esclarecer que a própria administração pública já reconheceu a improcedência da autuação com base em Súmula Vinculante.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Ambientais:

Em 7 de julho de 2009, o Bertin e seus acionistas controladores firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta com o MPF/PA, com o fim de coibir, no estado do Pará, a compra de gado e subprodutos de fazendas fornecedoras constantes de lista de locais onde ocorrem condições de trabalho análogoas a de escravo, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e de lista de áreas embargadas, divulgada pelo IBAMA. A Companhia é sucessora legal do Bertin, em decorrência da incorporação deste pela Companhia em 31 de dezembro de 2009.

Assim como outras empresas do seu setor de atuação, a Companhia está atualmente em fase de negociações com o MPF do estado do Mato Grosso para a celebração, oportunamente, de Termo de Ajustamento de Conduta, nos mesmos moldes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o MPF/PA.

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:

Em 31 de dezembro de 2009, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nas seções 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

4.6. Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros:

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos na seção 4.3 deste Formulário de Referência.

4.7. Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:

Abaixo a Companhia apresenta um resumo sobre as principais contingências e procedimentos judiciais aplicáveis à JBS USA e à Pilgrim's Pride.

Questões relativas a resíduos industriais:

Unidade de Grand Island, Nebraska

Em maio de 2008, o Departamento de Qualidade Ambiental de Nebraska, ou DEQ, e a *Environmental Protection Agency,* agência de proteção do Meio-Ambiente norte-americana ("EPA"), alegaram que de 2004 até a data presente a água residual descartada da unidade de Grand Island, Nebraska, da JBS USA, tinha violado várias disposições da Lei de Proteção ao Meio Ambiente de Nebraska e da Lei de Água Limpa federal, fazendo com que a Cidade de Grand Island viole os limites de descarte de água residual previstos em seu alvará. A EPA e o DEQ pleiteiam multa e liminar para assegurar o cumprimento das Leis acima mencionadas. Em janeiro de 2009, a JBS USA recebeu intimação do júri de instrução da Procuradoria dos Estados Unidos do Distrito de Nebraska, solicitando documentos relacionados ao seu sistema de pré-tratamento de água residual da unidade de Grand Island. A JBS USA está cumprindo a intimação e, paralelamente, participando de discussões e negociações com o DEQ e a EPA para solucionar a questão através de um acordo.

Atualmente, a JBS USA não mantém seguro que cubra responsabilidade ambiental. Não há qualquer provisão, pois o processo de negociação do acordo ainda está no início.

Processos da EEOC

Em setembro de 2008, aproximadamente 190 funcionários da JBS USA das unidades em Greeley e Grand Island, Nebraska se retiraram do trabalho quando souberam que não poderiam fazer uma pausa para orar ao pôr-do-sol para marcar o final de um jejum de um dia, uma exigência religiosa durante o período do Ramadan. Aproximadamente 100 funcionários e 90 funcionários foram demitidos de unidades em Greeley e Grand Island, respectivamente, após não voltarem ao trabalho dias depois. As queixas em nome da maioria dos funcionários demitidos foram registradas na Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana ("EEOC"), alegando, entre outras coisas, discriminação no emprego e omissão em acomodar as solicitações religiosas de funcionários. Em 31 de agosto de 2009, a EEOC determinou que a JBS USA tinha violado uma parte da lei de direitos civis e ainda determinou que a JBS USA conciliasse os termos da rescisão dos funcionários demitidos. Recentemente, a JBS USA recebeu notificação da EEOC dando ciência de que a conciliação com os demitidos não obteve êxito e, em consequência, tanto a EEOC, como os demitidos poderão ajuizar ação contra a JBS USA. Após os incidentes de setembro de 2008, a JBS USA

estabeleceu salas de oração especiais em suas unidades e implementou procedimentos que permitem que seus funcionários muçulmanos façam a pausa necessária para cumprir suas obrigações religiosas. A JBS USA não teve problemas no período de Ramadan no ano de 2009. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não havia constituído provisão contábil relativa a esta ação.

Pilgrim's Pride – processos judiciais

Litígios relacionados ao tempo gasto pelos funcionários para vestir e retirar trajes de trabalho

A Pilgrim's Pride é ré na Ação coletiva *MDL 1832 Pilgrim's Pride Fair Labor Standards Act Litigation*, em trâmite no Juízo Federal de Primeira Instância do Distrito Oeste de Arkansas, ou Ação MDL, movida por funcionários ou ex-funcionários a respeito do tempo gasto vestindo e retirando os uniformes e equipamentos de proteção e os reflexos desse tempo em salários não pagos, horas extras não pagas, danos apurados, custos e honorários advocatícios. A Ação MDL representa uma pretensão no valor aproximado de US$45 milhões, no entanto a Pilgrim's Pride negociou um acordo no valor aproximado de US$ 10 milhões, que deve ser concluído em abril de 2010. Com relação a essa ação, a Pilgrim's Pride acredita não ter responsabilidade por diversas razões, principalmente porque os funcionários despendem uma quantidade mínima de tempo diária para vestir e retirar os equipamentos de proteção.

Litígios relacionados a valores mobiliários – *Class Action*

Em 29 de outubro de 2008, Ronald Acaldo impetrou uma *class action* alegada no Juízo Federal de Primeira Instância do Distrito Leste do Texas, Divisão Marshall, contra a Pilgrim's Pride e outros Diretores ou o Caso Acaldo. A reclamação pleiteou um valor não especificado de indenização por danos. Em 13 de novembro de 2008, Chad Howes moveu uma ação no Juízo Federal de Primeira Instância do Distrito Leste do Texas, Divisão Marshall, contra a Pilgrim's Pride e outros Diretores e Gerentes da Pilgrim's Pride, ou Caso Howes.Em 14 de maio de 2009, o juízo unificou o Caso Acaldo e o Caso Howes, uma vez que continham as mesmas reinvidicações. São elas:(i) violações das Cláusulas 10(b) e 20(a) do *Securities Exchange Act* de 1934, e suas alterações posteriores, e da Norma 10b-5 promulgada em seus termos, exclusivamente contra os réus ("Réus Diretores"). Essas reclamações alegam que, durante o *class period* de 5 de maio de 2008 até 28 de outubro de 2008, os réus, por meio de diversas demonstrações financeiras, press releases e conferências telefônicas, fizeram declarações falsas substanciais de fatos e/ou omitiram a divulgação de fatos substanciais ao deixarem, intencionalmente, de efetuar uma deterioração total do fundo de comércio relacionado à aquisição da Gold Kist Inc. ("Gold Kist"); (ii) as declarações feitas na declaração de registro relacionada à oferta secundária de 14 de maio de 2008 das ações ordinárias da Pilgrim's Pride foram substancialmente falsas a respeito de sua omissão em efetuar uma deterioração total do fundo de comércio relacionado à aquisição da Gold Kist; e (iii) uma violação do artigo 15 da Securities Act contra os Réus Diretores apenas, reivindicando que os Réus Diretores eram pessoas da controladora da Pilgrim's Pride e de suas outras rés a respeito da violação da Seção 11 pela reivindicação consolidada, na qual o réu líder procura obter certificação da classe, danos não divulgados, e custos e honorários de advogados.

Em 27 de julho de 2009, os réus protocolaram um pedido para discutir a reclamação da *class action*. Em 27 de agosto de 2009, os autores apresentaram oposição ao pedido de indeferimento. Os réus apresentaram contra-razões em 10 de setembro de 2009, e os autores apresentaram tréplica em 24 de setembro de 2009. Houve audiência em 07 de janeiro de 2010, mas o juízo ainda não se manifestou. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não havia constituído provisão contábil relativa a esta ação.

Litígios de Criadores

Um processo contraditório foi movido em nome de 555 autores, predominantemente criadores ou ex-criadores, pleiteando, em geral, indenização por danos não especificada nos termos da PSA, da *Deceptive Trade Practices Act* do Texas, ou DTPA, fraude nos termos dos princípios de *common law* e não divulgação fraudulenta, impedimento processual e intentional inflição de sofrimento emocional. Essa ação é denominada *Adams, et al. contra Pilgrim's Pride Corporation*. Em resposta ao processo contraditório, a Pilgrim's Pride registrou um pedido de arquivamento. Esse caso foi consolidado com o caso da Cidade de Clinton descrito abaixo. O pedido de arquivamento foi concedido parcialmente, indeferindo todas as reivindicações dos autores, exceto as reivindicações movidas nos termos da PSA e as reivindicações movidas pelos criadores do Texas nos termos da DTPA. Os autores apresentaram pedido pleiteando inclusão de novas alegações e pedido de desaforamento do caso do tribunal federal de Fort Worth, Texas, para tribunal federal no Distrito Leste do Texas. O tribunal concordou com o pleito dos autores que apresentaram a reclamação alterada em 7 de dezembro de 2009. A Pilgrim's Pride protocolou um pedido de oposição da decisão de desaforamento do caso, mas o pleito do desaforamento foi deferido pelo tribunal. A Pilgrim's Pride nega responsabilidade e não expressão opinião quanto à probabilidade de um resultado desfavorável.

Uma ação judicial também foi registrada por Ricky Arnold e outros contra a Pilgrim's Pride e dois de seus funcionários, Danny Boone e Jamie Statler, na Vara do Condado de Van Buren, Arkansas ("Ação Arnold"). O caso é denominado *Ricky Arnold, et al. contra Pilgrim's Pride Corporation, et al.*, ou a Ação Arnold. Os autores na Ação Arnold incluem criadores de aves contratados de 74 fazendas diversas. Na Ação Arnold, os autores alegam que a Pilgrim's Pride e seus funcionários fizeram diversas declarações falsas para induzir os autores a construir fazendas de frangos e celebrar contratos de criação de frangos com a Pilgrim's Pride. Os autores alegam que eles descobriram que as declarações eram falsas quando a Pilgrim's Pride desativou sua unidade de processamento Clinton, Arkansas por volta de 11 de agosto de 2008. Os autores alegam reivindicações a respeito de: (a) fraude e dolo; (b) impedimento processual; e (c) violações da *Arkansas Livestock and Poultry Contract Protection Act*. Os danos (se houver) não foram apurados. Os autores apresentaram a justificação das pretensões ao tribunal de falências e a Pilgrim's Pride apresentou objeções. O caso foi sobrestado devido ao pedido de falência. A Pilgrim's Pride nega qualquer responsabilidade para com os autores da Arnold e não expressa parecer quanto à probabilidade de um resultado desfavorável.

Litígios relacionados à ERISA

In re Pilgrim's Pride Stock Investment Plan ERISA Litigation, N° 2:08-cv-472-TJW está em trâmite no Juízo Federal de Primeira Instância do Distrito Leste do Texas, Divisão Marshall, contra os réus Lonnie "Bo" Pilgrim, Lonnie "Ken" Pilgrim, Clifford E. Butler, J. Clinton Rivers, Richard A. Cogdill, Renee N. DeBar, o Comitê de Remuneração e outros réus não nomeados, ou os Réus da Pilgrim's Pride. Esse caso é a consolidação de duas ações coletivas supostas movidas por Kenneth Patterson e Denise Smalls, respectivamente, de acordo com o artigo 502 da Employee Retirement Income Security Act of 1974 ("ERISA"), ou Caso Patterson. A Pilgrim's Pride pleiteou estender o sobrestamento de falência também ao Caso Patterson, mas o pedido foi negado pelo tribunal de falências sem julgamento do mérito.

Os autores alegam, em geral, que os réus pessoas física violaram os deveres fiduciários de prudência e lealdade para com os participantes e beneficiários do Plano de Poupança de Aposentadoria da Pilgrim's Pride e o Plano de Poupança e Aposentadoria de Funcionários da To-Ricos, Inc. coletivamente, o Plano de Aposentadoria, através do investimento supostamente imprudente do Plano de Aposentadoria nas ações ordinárias da Pilgrim's Pride, e a suposta omissão dos réus em fornecer informações precisas aos participantes e beneficiários do referido Plano. Patterson e Smalls contestam as quitações estabelecidas no Plano, pois são interpretadas de forma a quitar reivindicações no caso Patterson.

Em 15 de janeiro de 2010 houve um pedido conjunto para suspender o processo por 30 dias a fim de que as partes pudessem discutir o potencial impacto da ordem do Tribunal de Falências no que tange a reorganização da Pilgrim's Pride. O juízo determinou a instrução para certificação de classe, com uma audiência a ser realizada em 30 de março de 2010.

A probabilidade de um resultado desfavorável ou do valor de qualquer perda possível para a Pilgrim's Pride não pode ser determinada nesse momento. A Pilgrim's Pride tem uma apólice de seguro de responsabilidade em vigor que está disponível para compensar os custos de defesa e os danos no Caso Patterson. A seguradora já consentiu com o seu dever de indenizar e arcar com os custos gerados por essa ação.

Em 9 de outubro de 2009, David Simmons, Carla Simmons, Patty L. Funkhouser e Dickie L. Funkhouser, ou em conjunto, Funkhouser, ajuizaram ação coletiva putativa intitulada *Simmons et al v. Pilgrim et al*, Ação N° 2:09-CV-121, contra Lonnie A. Pilgrim, Lonnie "Ken" Pilgrim, Clifford Butler, O.B. Goolsby, Richard A. Cogdill, S. Key Coker, Blake D. Lovette, Vance C. Miller, James G. Vetter, Donald L. Wass, Charles L. Black, Linda Chavez, J. Clinton Rivers, Keith W. Hughes, Don Jackson, o Comitê Administrativo do Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride, ou Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride, Renee DeBar, Jane Brookshire, Gerry Evenwel, Prudential Retirement Insurance and Annuity Company e outros réus não especificados no Tribunal Federal dos Estados Unidos para o Distrito Norte de West Virginia, alegando que os agentes fiduciários violaram seus deveres para com os participantes e beneficiários por, entre outras coisas, alterar o Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride, permitir investimentos supostamente imprudentes em ações ordinárias da Pilgrim's Pride, deixar de cobrar contribuições de empregador inadimplente e deixar de apresentar reivindicações não garantidas e preferenciais por conta do plano 401(k) ou por outra forma deixar de proteger os direitos dos participantes do 401(k) nos casos amparados pelo *Chapter 11* do *United States Bankruptcy Code* ("Capítulo 11"), ou Processo Funkhouser. Os autores pleitearam certificação de classe de todas as pessoas físicas ou jurídicas participantes ou beneficiárias nos termos do Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride entre 3 de outubro de 2002 e a presente data, e pleitearam determinação de que os réus violaram seus deveres fiduciários e co-fiduciários para com o Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride e os participantes e beneficiários, restituição ao Plano de Contribuição para Aposentadoria da Pilgrim's Pride e aos seus participantes e beneficiários das perdas incorridas pelo Plano de Contribuição para Aposentadoria

da Pilgrim's Pride, imposição de *constructive trust*, honorários advocatícios e recurso adicional nos termos da lei, da eqüidade ou recurso corretivo. As partes protocolizaram um requerimento para emendarem o pedido inicial até 23 de fevereiro de 2010, a fim de que pudessem discutir o potencial impacto da ordem do Tribunal de Falências no que tange a reorganização da Pilgrim's Pride.

Apesar da Pilgrim's Pride não ser ré do processo, seu estatuto social prevê que a Pilgrim's Pride indenize seus atuais e antigos diretores executivos e conselheiros de passivos e despesas incorridas pelos mesmos em ações que os envolvam. A seguradora de responsabilidade da Pilgrim's Pride foi notificada do Processo Funkhouser.

Alguns dos participantes ou requerentes do ERISA nos planos 401(k) da Pilgrim's Pride também requereram habilitações de crédito (POC) coletivas putativas e individuais contra a Pilgrim's Pride relativas, em essência, aos mesmos fatos que fundamentam o Caso Patterson e o Processo Funkhouser, juntamente com as POCs do ERISA. Nas POCs do ERISA, os requerentes do ERISA opõem reivindicações em valor superior a US$35 milhões. A Pilgrim's Pride nega responsabilidade perante os requerentes com relação ao ERISA e não expressa parecer acerca da probabilidade de resultado desfavorável.

O Plano prevê a assunção dos planos 401(k) e estabelece que a Pilgrim's Pride sanará qualquer inadimplemento nos termos dos documentos do plano 401(k) pelo qual o tribunal de falências determinar a responsabilidade da Pilgrim's Pride.

Litígios ambientais

Cidade de Clinton, Arkansas

A cidade de Clinton, Arkansas, ou Cidade de Clinton, moveu um processo contraditório contra a Pilgrim's Pride em 1º de junho de 2009 pleiteando uma reivindicação nos termos da PSA, fraude e não divulgação fraudulenta, e de impedimento processual com relação à desativação da unidade em Clinton. A Cidade de Clinton está pleiteando aproximadamente US$28 milhões em indenização por danos com relação à construção e/ou melhorias a uma unidade de tratamento de águas para purificar a água descartada da unidade de processamento da Pilgrim's Pride. Essa ação é denominada *The City of Clinton contra Pilgrim's Pride Corporation.* Em resposta ao processo contraditório, cuja referência foi retirada do tribunal de falências para o juízo federal de primeira instância, A Pilgrim's Pride registrou um pedido de arquivamento, que foi concedido pelo juízo federal de primeira instância em 15 de setembro de 2009. Este caso foi consolidado com o caso Adams descrito acima. Recentemente, a Cidade de Clinton pleiteou autorização para apresentar novas alegações para suas reivindicações, a Pilgrim's Pride se opôs ao pedido da Cidade de Clinton, e em 2 de dezembro de 2009, o tribunal decidiu que a Cidade de Clinton não poderia apresentar novas alegações e extinguiu o processo com renúncia ao direito de ação. Em 31 de dezembro de 2009, a Cidade de Clinton apresentou um recurso que ainda está pendente de julgamento. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não havia constituído provisão contábil relativa a esta ação.

4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificando:

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos;

Não aplicável.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários:

Não aplicável.

c. hipóteses de cancelamento de registro:

Não aplicável.

d. outras questões do interesse dos investidores:

Não aplicável.

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativamente, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

As operações internacionais e de exportação expõem a Companhia a riscos relacionados a flutuações de moeda, bem como a riscos políticos e econômicos em outros países.

As exportações da Companhia, principalmente para União Européia, Rússia, Estados Unidos, Japão, México, Canadá, Taiwan, China e Oriente Médio, representaram aproximadamente 23,0% da receita bruta de vendas da Companhia em 31 de dezembro de 2009. As atividades internacionais da Companhia a expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco significativo é a possibilidade de as operações internacionais serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio e exigências de licença de importação ou exportação. O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados da Companhia (União Européia, Rússia, Estados Unidos, Japão, México, Canadá, Taiwan, China e Oriente Médio). Outros riscos associados às operações internacionais da Companhia incluem: (i) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera; (ii) controles cambiais; (iii) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de um região específica, em particular de mercados emergentes; (iv) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias; (v) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos, incluindo, sem se limitar, a Lei sobre Práticas de Corrupção no Exterior; (vi) alíquotas de tributos que poderão exceder as dos tributos norte-americanos e ganhos que poderão estar sujeitos a exigências de retenção e aumento de tributos incidentes sobre o repatriamento; (vii) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária; e (vii) custos de distribuição, interrupções do transporte ou redução da disponibilidade de transporte fretado. A título exemplificativo, pode-se citar a recente barreira importa pela Russia à exportação de frango dos EUA, além da imposição, pela China, de um imposto punitivo de até 104,5% sobre importação de produtos de frango dos EUA.

A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica no Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Isso poderia prejudicar o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente os Estados Unidos e países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações da Companhia.

A Companhia está sujeita a variações nas taxas de câmbio e de juros.

Em 31 de dezembro de 2009, 65,5% do endividamento da Companhia era denominado em moeda estrangeira e 59,5% do endividamento da Companhia, de R$ 14.429,8 milhões, estava sujeita a variações da taxa de juros, especificamente do CDI, já contemplados os efeitos das operações de *swap*. Oscilações nas taxas de câmbio e de juros correntes decorrem de diversos fatores fora do controle da Companhia. Caso as taxas de câmbio e de juros aumentem significativamente, as despesas financeiras da Companhia aumentarão e a capacidade de obter financiamentos poderá diminuir, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

Oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial no negócio da Companhia e nos preços de mercado das suas ações.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro em geral. Em 31 de dezembro de 2009, aproximadamente 59,5% das dívidas da Companhia, no valor de R$ 14.429,8 milhões, eram (i) denominadas (ou conversíveis) em reais e atreladas a taxas do mercado financeiro brasileiro ou a índices de inflação, tais como TJLP, taxa de juros aplicadas em contratos da Companhia financeiros firmados com o BNDES e taxa CDI; e (ii) denominadas em dólares e atreladas a LIBOR. Portanto, uma elevação do CDI, da TJLP ou da LIBOR poderá ter impacto negativo nos resultados da Companhia, na medida em que pode aumentar os custos da dívida da Companhia.

A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, e podem gerar um efeito adverso relevante sobre condição financeira da Companhia, seus resultados operacionais e o preço de mercado de suas ações.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la causaram, no passado, efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No entanto, pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. O Brasil poderá vivenciar altos índices de inflação no futuro. As pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações da Companhia e o valor de mercado das suas ações.

A volatilidade do real em relação ao dólar, euro e outras moedas pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia e sobre o preço de mercado de suas ações.

Historicamente, a moeda brasileira sofreu freqüentes desvalorizações. O Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R$ 1,7412 por US$ 1,00.

Uma parcela significativa do endividamento da Companhia, parte significativa de sua receita e algumas de suas despesas operacionais são, e a Companhia espera que continuem sendo, denominadas ou indexadas em dólares norte-americanos e em outras moedas estrangeiras. A exposição líquida da Companhia a moedas estrangeiras, em 31 de dezembro de 2009 era de, aproximadamente, R$9.451,5 milhões. A Companhia administra parte de seu risco cambial por meio de instrumentos derivativos em moeda estrangeira, sem que sua exposição líquida por endividamento em moeda estrangeira esteja totalmente coberta por *hedge*. Além disso, é possível que não haja disponibilidade no mercado para a realização de operações de *hedge* a custos razoáveis. A menos que a Companhia efetue, com sucesso, operações de *hedge* para toda sua exposição em moeda estrangeira, qualquer desvalorização cambial poderia ter um efeito adverso relevante nos negócios e nos resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, uma desvalorização ou uma taxa de câmbio menos favorável poderia efetivamente aumentar a despesa de juros em relação à dívida da Companhia em dólares norte-americanos.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados.

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09 (conversão, em lei, da Medida Provisória 449/08), que alteraram a Lei das Sociedades por Ações e introduziram novas regras contábeis com o objetivo de convergir com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu em 2009 diversos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações, que já foram aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com aplicação mandatória a partir de 2010, inclusive para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, que serão reapresentadas para fins de comparabilidade.

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos decorrentes da adoção desses novos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações que poderão ter impacto relevante nas demonstrações financeiras, nos nossos resultados e na nossa base de apuração de dividendos, a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, incluindo os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, que serão reapresentados para fins de comparabilidade.

5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos:

a. riscos para os quais se busca proteção:

A Companhia busca proteção contra riscos das variações de taxas de câmbio, riscos de crédito, taxas de juros e preços na compra de gado.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge):

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Essa política é monitorada permanentemente pelo Comitê Financeiro e por executivos financeiros da Companhia, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia da administração na gestão desses riscos, determinando os limites de posição e exposição. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. As estratégias utilizadas pela Companhia vão desde análises detalhadas das demonstrações financeiras dos clientes da Companhia e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco à zeragem de exposições em mercados futuros em bolsa de valores.

Uma vez identificadas as exposições da Companhia, as unidades de negócio precificam e zeram seus riscos junto à tesouraria, que consolida esses riscos e busca proteção com operações no mercado de bolsa de valores. Esses riscos são monitorados diariamente para corrigir exposições adicionais ocasionadas por riscos de "gaps" e controles de margens e ajustes. A discricionariedade da tesouraria em determinar os limites de posição necessários para minimizar a exposição da Companhia a moedas e/ou taxas de juros está limitada aos parâmetros de análise do VAR (*Value at Risk*) da carteira de derivativos.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):

Risco de taxas de juros

O risco de taxa de juros sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos é reduzido, através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI, por meio de contratos de mercado futuro em bolsa de valores.

Risco de variação cambial

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de *hedge* de futuro de câmbio na BM&F e contratos de *swap* (troca de variação cambial por variação da taxa CDI), buscando o zeramento da posição.

Risco de crédito

A Companhia é potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber. As estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas a órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

Risco de preço na compra de gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua

estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de hedge de futuro de boi na BM&F, visando o zeramento da posição e garantindo o preço de mercado.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Risco de taxas de juros

Os parâmetros para cobertura levam em consideração a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros em comparação com a taxa CDI. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Risco de variação cambial

O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Risco de crédito

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas para a Companhia em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito da Companhia que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira.

Risco de preço na compra de gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de hedge de futuro de boi na BM&FBOVESPA, visando o zeramento da posição e garantindo o preço de mercado.

Os parâmetros para redução do risco de compra de gado são baseados na posição da carteira física dos contratos de compra de boi a termo, considerando valores e prazos negociados. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

A Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial (*hedge*).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pelo Comitê Financeiro, pelo Diretor Presidente e pelo Diretor de Operações, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração. O Comitê Financeiro auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. O Comitê também auxilia o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia; examina, discute e formula recomendações ao Conselho de Administração quanto à política financeira proposta pela Diretoria da Companhia; acompanha a implantação da política financeira aprovada pelo Conselho de Administração; e avalia periodicamente os resultados da política financeira implementada pela Companhia.

O Comitê Financeiro é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Coordenador, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia. Poderão integrar este comitê os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração da Companhia, seus Diretores; ou profissionais da área de finanças, com comprovados conhecimentos sobre economia, operações financeiras, gestão de caixa e de riscos financeiros e matérias correlatas. Este comitê é composto pelos seguintes membros: Marcos Cunha Bastos, Emerson Fernandes Loureiro, Fernando Abe Ohara e André Nogueira.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Diretoria, por meio da estrutura organizacional da Companhia monitora e avalia a adequação das suas operações com as políticas adotadas. A Diretoria conta com as auditorias internas, como as de processo e de tecnologia da informação (TI), que auxiliam na verificação das políticas adotadas. A auditoria de processos é responsável por auditar todos os processos de negócios da empresa, os quais estão divididos em: (i) processos nas fábricas e (ii) processos corporativos. A auditoria de TI é responsável por auditar os processos relacionados ao uso de sistemas de informação, bem como auxiliar a empresa no entendimento e controle dos riscos potenciais decorrentes do aumento da dependência destes sistemas e surgimento de novas ameaças. A auditoria de TI engloba a verificação dos processos de TI, que incluem os controles gerais (infraestrutura, desenvolvimento, segurança da informação e operações), controles de aplicativos (relacionados diretamente às funcionalidades dos sistemas) e a participação em projetos de TI. Além disso, a avaliação dos riscos de TI é feita com base em um conjunto de processos denominado COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology) utilizado e recomendado pela Associação Internacional de Controles e Auditoria de TI (ISACA) que estabelece níveis de maturidade para os controles relacionados com processos informatizados.

5.3. Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada:

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"ANVISA"	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
"AQIS"	*Australian Quarantine and Inspection Service*, Serviço de Inspeção de Quarentena australiano
"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA

"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Australia
"BDRs"	*Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"BR GAAP"	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC
"BSE"	Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como "doença da vaca louca")
"CADE"	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
"CAGR"	*Compound Annual Growth Rate*
"CD"	Centro de Distribuição
"CFC"	Conselho Federal de Contabilidade
"CGC"	Continental Grain Company (anteriormente ContiGroup Companies, Inc.)
"CLT"	Consolidação das Leis do Trabalho, conforme aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943
"CNPJ"	Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas
"Código de Falência"	Código de Falência Norte-Americano
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"CPF"	Cadastro de Pessoas Físicas
"Cremonini"	Cremonini S.p.A., Itália
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia

"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia. O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"EEOC"	*Equal Employment Opportunity Commission*, Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana
"EPA"	*Environmental Protection Agency,* Agência de Proteção do Meio-Ambiente norte-americana
"Estados Unidos" ou "Estados Unidos da América"	United States of America
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"GEE"	Gases estufa
"Governo Federal"	Governo Federal do Brasil
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBAMA"	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
"IBRACON"	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

"ICE"	Divisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna norte-americano
"ICMS"	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
"ICVM 480"	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada
"ICVM 332"	Instrução da CVM nº 332, de 04 de abril de 2000, conforme alterada
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"INPI"	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
"INSS"	Instituto Nacional do Seguro Social
"IPI"	Imposto sobre Produtos Industrializados
"IPO da JBS USA"	Oferta inicial para distribuição pública ou qualquer outra oferta pública inicial de ações ordinárias da JBS USA
"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"LIBOR"	*London Interbank Offered Rate*
"Linha de Crédito de Saída"	Linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, um empréstimo "A", com prazo de três anos, no valor de no máximo US$375,0 milhões, e um empréstimo "B", com prazo de cinco anos, no valor de no máximo US$775,0 milhões, contratada pela Pilgrim's Pride após sair de seu processo falimentar
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Montana"	Montana Alimentari S.p.A.
"MPF"	Ministério Público Federal
"MPF/PA"	Ministério Público Federal, Estado do Pará
"NASDAQ"	*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*
"Notas 2011"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 275 milhões e juros de 9,375%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2011
"Notas 2014"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. no valor de US$ 700 milhões e juros de 11,625%, emitidas em 27 de abril de 2009 e com vencimento em maio de 2014
"Notas 2016"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 300 milhões e juros de 10,50%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2016 do Bertin"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pelo Bertin, no valor de US$ 350 milhões e juros de 10,25%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2017 da Vigor"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Vigor, no valor de US$ 100 milhões e juros de 9,25%, emitidas em

	2007 e com vencimento em 2017
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"NYSE"	*New York Stock Exchange*
"OIE"	*World Organization for Animal Health* (*Office Internationale des Epizooties*)
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"OMS"	Organização Mundial de Saúde
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"PIS"	Programa de Integração Social
"Plano"	Plano de reestruturação da Pilgrim's Pride aprovado pelas corte norte-americanas de falência
"PROT"	PROT - Fundo de investimentos em Participações
"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"SAGPYA"	*Secretaría de agricultura, ganadería, pesca y alimentación*, secretaria de agricultura da Argentina
"SEC"	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos
"SDE"	Secretaria de Direito Econômico
"SEAE"	Secretaria de Acompanhamento Econômico
"SECEX"	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
"SENASA"	*Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria*
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Taxa de Desfrute"	Índice usualmente utilizado na indústria de carne bovina que mede a quantidade de gado abatido no país durante um ano em relação ao seu rebanho total
"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"TJLP"	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional

"USDA"	*United States Department of Agriculture*
"US GAAP"	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América
"VAR"	*Value at Risk*
"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

6. HISTÓRICO DA COMPANHIA

6.1. Com relação à constituição da Companhia:

a. Data: 10 de dezembro de 1998

b. Forma: Sociedade por ações, constituída em 10 de dezembro de 1998 como sociedade limitada, sob a denominação "Friboi Ltda."

c. País de Constituição: Brasil

6.2. Prazo de duração

Indeterminado.

6.3. Breve histórico da Companhia:

A Companhia é uma sociedade anônima, constituída em 10 de dezembro de 1998, sob a denominação Friboi Ltda., mas sua origem remonta a 1953, quando seu fundador, José Batista Sobrinho, iniciou as operações de uma pequena planta de abate, na Cidade de Anápolis, Goiás, com capacidade de abate de cinco cabeças de gado por dia. Em 1968, a Companhia adquiriu sua primeira planta de abate e em 1970 a segunda, aumentando sua capacidade de abate para 500 cabeças de gado por dia.

De 1970 a 2001, a Companhia expandiu significativamente as operações no setor de carne bovina no Brasil. Tal expansão se deu através de aquisições de plantas de abate e unidades produtoras de carne industrializada, bem como por meio de investimentos no aumento da capacidade produtiva das plantas preexistentes. Nesse período, a capacidade de abate aumentou para 5,8 mil cabeças/dia.

De 2001 até 2006, a capacidade de abate aumentou de 5,8 mil cabeças/dia para 19,9 mil cabeças/dia em 2006 e a Companhia passou a operar um total de 21 plantas no Brasil e 5 na Argentina. Em agosto de 2005, a Companhia indiretamente adquiriu 100% do capital social da Swift-Armour, a maior produtora e exportadora de carne bovina na Argentina, através de outra holding, a JBS Holding Internacional Ltda.

Após a aquisição da Swift-Armour, a Companhia, através de sua companhia Swift-Armour Argentina S.A., adquiriu em leilão uma planta em Pontevedra, que pertencia a Compañia Elaboradora de Produtos Alimentícios (CEPA). Este investimento foi somado à aquisição, em 2006, da planta em Venado Tuerto, também pertencente à CEPA.

Em janeiro de 2007, a Companhia adquiriu 100% das ações de emissão da empresa norte americana SB Holdings e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales Internacional e Austral Foods, uma das maiores distribuidoras de produtos industrializados de carne bovina no mercado norte-americano e detentora das marcas "Hereford", "Manco Pride" e "Rip n' Ready".

Em 11 de julho de 2007, a Companhia concluiu a aquisição do controle acionário da Swift, sociedade com sede em Delaware, Estados Unidos, pelo valor de US$ 1.459 milhões, sendo US$ 225 milhões pagos a HM Capital Partners LLC, antiga acionista controladora da Swift, e US$ 1.234 milhões utilizados para a liquidação de passivos financeiros da Swift.

Em 03 de março de 2008, a Companhia concluiu a aquisição, no valor total de 225 milhões de Euros (U$331,1 milhões), de 50% do capital da Inalca. Posteriormente, em 02 de maio de 2008, a Companhia confirmou o fechamento da aquisição e pagamento da Tasman Group na Austrália.

Em 23 de outubro de 2008, a Companhia anunciou a conclusão da aquisição da unidade de carne bovina do Grupo Smithfield (Smithfield Beef), atualmente conhecida com JBS Packerland, e também das suas operações de confinamento conhecidas como Five Rivers (Five Rivers), atualmente JBS Five Rivers.

Em 06 de julho de 2009, a Companhia comunicou a sua expansão no Brasil com o arrendamento de cinco unidades de abate e desossa que ampliaram a sua capacidade de abate em 5.150 animais/dia, quais sejam: (i) uma unidade de abate e desossa na cidade de Juara, com capacidade para processar 800 animais/dia, (ii) uma unidade de abate e desossa na cidade de Alta Floresta, com capacidade para processar 1.600 animais/dia, (iii) uma unidade de abate e desossa na cidade de Colider, com capacidade para processar 850 animais/dia (iv) uma unidade de abate e desossa na cidade de Cuiabá, com capacidade para processar 800 animais/dia; e (v) uma unidade de abate e desossa na cidade de São José dos Quatro Marcos, com capacidade para processar 1.100 animais/dia. As duas últimas unidades pertencem ao Grupo Quatro Marcos, que está atualmente em recuperação judicial, cujos arrendamentos foram autorizados judicialmente.

Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia anunciou a conclusão da operação pela qual a JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% do capital social total e votante da Pilgrim's Pride, sediada em Pittsburgh, Texas, EUA, por US$ 800 milhões de dólares norte-americanos, que foram pagos em dinheiro.

Em 29 de dezembro de 2009, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações de emissão do Bertin pela Companhia. Em contrapartida, os acionistas do Bertin receberam indiretamente, através da FB Participações, ações de emissão da Companhia representando aproximadamente 28,7% do capital social da Companhia. Posteriormente, em 31 de dezembro de 2009, foi aprovada a incorporação do Bertin pela Companhia.

Em 22 de fevereiro de 2010, a Companhia anunciou a conclusão da operação de aquisição da Tatiara e a incorporação imediata dos novos ativos. A Companhia pagou AUD 30 milhões (aproximadamente US$ 27 milhões) pela Tatiara.

Em 19 de março de 2010, a Companhia anunciou a celebração, através de sua subsidiária integral, Swift Austrália, de um acordo para potencial aquisição da Rockdale Beef na Austrália, sendo certo que, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, referida operação ainda não havia sido concluída.

6.4. Data do registro na CVM:

Registro obtido em 27 de março de 2007.

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando: (a) evento; (b) principais condições do negócio; (c) sociedades envolvidas; (d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia; (e) quadro societário antes e depois da operação:

Aquisição da SB Holdings

Em janeiro de 2007, a Companhia adquiriu a totalidade das ações de emissão da empresa norte-americana SB Holdings e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales Internacional e Austral Foods. A SB Holdings era considerada uma importante distribuidora de produtos industrializados de origem de carne bovina no mercado norte-americano e detentora das marcas "Hereford", "Manco Pride" e "Rip n' Ready", as quais nos proporcionam acesso direto ao mercado norte-americano de carne industrializada. O valor da aquisição foi de US$ 11,9 milhões. A receita líquida consolidada da SB Holdings em 2006 foi de US$55,7 milhões.

A participação societária no capital social da Companhia não mudou em razão da aquisição da SB Holdings.

Aquisição da Swift

Em julho de 2007, foi concluída a aquisição da Swift pela Companhia, conforme aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2007. O valor da aquisição foi de US$ 1.459 milhões, sendo US$ 225 milhões pagos à HM Capital Partners LLC, antiga acionista controladora da Swift, e US$ 1.234 milhões utilizados para a liquidação de passivos financeiros da Swift. Ainda, outros valores foram desembolsados pela Swift, relativos a despesas do processo de aquisição, tais como honorários e comissões de assessores, despesas com retenção de funcionários e outros custos da operação.

Parte substancial do financiamento dos recursos para aquisição da Swift pela Companhia foi oriunda do aumento de capital da Companhia, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2007, e o restante dos recursos foi obtido através de nova dívida assumida pela Swift no momento da aquisição. Em relação a referido aumento de capital, o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR") firmou com os até então acionistas controladores da Companhia um compromisso de investimento, por meio do qual o BNDESPAR investiria até R$1.463.552.345,17 e a J&F Participações S.A. e/ou o ZMF Fundo de Investimento em Participações investiriam até R$390.280.674,83 na Companhia, perfazendo um total de R$1.853.833.020,00, ou a totalidade da proposta de aumento de capital, mediante a emissão de 227.400.000 novas ações pela Companhia, ao preço de emissão de R$8,1523 por ação. A subscrição de ações de emissão da Companhia pelo BNDESPAR se deu mediante a cessão de parcela do direito de preferência de J&F e/ou ZMF na subscrição de novas ações da Companhia.

Segue quadro societário da Companhia antes e pós-aumento de capital com a entrada do BNDESPAR no capital da Companhia:

Acionista	**Pré-aumento de capital**		**Pós-aumento de capital (em 31.12.2007)**	
	Nº de ações	**Participação (%)**	**Nº de ações**	**Participação (%)**
ZMF Fundo de Investimento em Participações	87.903.348	10,3%	87.903.348	8,2%
J&F Participações S.A.	560.002.836	65,9%	597.195.003	55,4%
BNDES Participações S.A.	0	0,0%	139.470.610	12,9%
Ações em Tesouraria	0	0,0%	0	0,0%
Minoritários	202.093.816	23,8%	252.831.039	23,5%
Total	**850.000.000**	**100,0%**	**1.077.400.000**	**100,0%**

A concretização da aquisição da Swift pela Companhia resultou na criação da maior empresa do mundo no setor de alimentos de proteína de origem bovina e da maior empresa brasileira na indústria de alimentos.

Aliança Estratégica - Inalca S.p.A.

Em 6 de dezembro de 2007, a Companhia comunicou a celebração, junto a Cremonini S.p.A., Itália ("Cremonini"), um acordo para aquisição de 50% do capital social da Inalca, um dos principais produtores de carne bovina da Europa, por um total de € 225 milhões, baseado em um "*enterprise value*" da Inalca de € 600 milhões de Euros. A transação ocorreu através de um aumento de capital da Inalca (100% controlada pela Cremonini – CRM.MI), tendo como objetivo o desenvolvimento do seu setor de produção de carne bovina. A Companhia e a Cremonini assinaram um contrato preliminar visando à formação de uma aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini ("Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."), a qual abrange toda a divisão de produção de carne bovina e subprodutos de carne bovina da Cremonini (Inalca S.p.A. and Montana Alimentari S.p.A., 100% controladas), na qual a Companhia tem uma participação de 50%. A transação foi estruturada da seguinte forma:

- A Cremonini transferiu 100% do capital social da Montana Alimentari S.p.A. ("Montana") para a Inalca, por um total de €70 milhões.

- A Companhia adquiriu 50% do capital social da Inalca pelo valor total de € 225 milhões, sendo 46,4% por meio de um aumento de capital totalizando € 210,0 milhões e 3,6% por meio da compra direta de ações detidas pela Cremonini por € 15 milhões.

- A Cremonini subscreveu o valor residual do aumento de capital da Inalca por um total de € 10 milhões.

- O aumento de capital total da Inalca foi de 220 milhões de euros.

Após a conclusão da reorganização corporativa descrita acima, a Companhia e a Cremonini passaram a ter, cada uma, uma participação de 50% no capital social da Inalca.

O valor a ser pago pelo total das ações transferidas da Inalca estava sujeito a um reajuste com base na dívida líquida do setor de produção da Cremonini (Inalca e Montana) em 31 de dezembro de 2007, comparado a uma previsão de € 300 milhões. A transação foi baseada em um valor da empresa ("*enterprise value*") de € 600 milhões ao setor de produção da Cremonini e o acordo estabeleceu uma cláusula de reajuste do preço de aquisição no valor de 65 milhões de euros em favor da Cremonini, caso o EBITDA anual médio seja de € 75 milhões durante o período de 2008 a 2010 ou, alternativamente, caso o EBITDA seja igual ou superior a € 90 milhões no exercício de 2010.

O aumento de capital objetivava captar recursos financeiros para a Inalca, visando acelerar o crescimento do seu setor de produção, tanto no mercado italiano quanto nos mercados internacionais, também por meio de aquisições.

Em termos de governança corporativa, o acordo de acionistas entre a Companhia e a Cremonini estabeleceu a nomeação de um mesmo número de membros para o Conselho de Administração da Inalca por cada companhia. A Cremonini nomeia o Diretor-Presidente (CEO) e mantém a administração operacional da companhia. A Companhia nomeia o Presidente do Conselho de Administração e o CFO.

Adicionalmente, o acordo de aquisição incluia uma opção de venda, de acordo com a qual a Cremonini poderá exercer o direito de vender a sua participação de 50% na Inalca para a Companhia a qualquer momento entre o quarto e o décimo ano após a conclusão da operação. Esta opção pode ser exercida desde que o EBITDA consolidado da Inalca seja de pelo menos € 60 milhões. O preço será um múltiplo (entre 5 e 10 vezes) do EBITDA consolidado da Inalca. Além disso, o acordo de acionistas estabelece uma opção de compra, a qual pode ser exercida no caso de falência ou mudança de controle dos respectivos acionistas majoritários.

De acordo com o acordo de acionistas, as partes estão obrigadas a financiar os investimentos da Inalca proporcionalmente às suas participações no capital social da companhia, caso a Inalca não consiga obter outras fontes de financiamento. Caso seja necessária uma garantia corporativa a obrigações da Inalca incorridas no curso normal de seus negócios, as partes também se obrigaram a garantir essas obrigações proporcionalmente às suas participações no capital social da companhia. As partes também estão obrigadas a não concorrer com as atividades da Inalca em certas regiões geográficas. Para tanto, elas são obrigadas a oferecer à Inalca as oportunidades de investimento que se enquadrem em suas atividades sociais, e a Inalca terá direito de preferência para a sua realização.

Esta aliança estratégica criou sinergias importantes entre os produtos e canais de venda da Companhia e da Cremonini, ambas líderes em seus respectivos mercados: a Companhia com produção e distribuição nos mercados da América do Sul, Estados Unidos e da Austrália, e a Cremonini, através da Inalca, com atuação na Europa, Rússia e África. Para a Companhia, esta operação representou uma oportunidade de acesso, através da Inalca, a novos mercados e clientes, dentre os quais grandes multinacionais no setor de *fast food*, produtores de alimentos industrializados, grandes cadeias de varejo e empresas de distribuição de alimentos (*foodservice*). A aliança também ofereceu à Companhia acesso à tecnologia de última geração da Inalca, amplamente reconhecida, bem como aos produtos de maior valor agregado comercializados sob a marca Montana. Para a Cremonini, a transação garantiu acesso privilegiado às principais fontes mundiais de fornecimento de carne bovina, além de fortalecer o controle global de toda a cadeia de abastecimento.

A participação societária no capital social da Companhia não mudou em razão da Aliança Estratégica - Inalca S.p.A.

Aquisição da Tasman

Em 4 de março de 2008, a Companhia celebrou um *Share Sale Agreement* visando à aquisição, direta ou indiretamente, de sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd (em conjunto, "Tasman"), com atuação no abate, processamento e comercialização de carne bovina e de animais de pequeno porte. O preço de aquisição da Tasman foi de AUS$ 160 milhões (aproximadamente US$ 150 milhões) e foi pago integralmente em dinheiro, considerando um valor de firma (*enterprise value*), composto por AUS$ 110 milhões em valor de capital e mais AUS$ 50 milhões de dívida da Tasman.

A aquisição da Tasman representou um passo importante na conclusão do plano de investimentos para a construção de uma sustentável plataforma de abate, produção e comercialização de carne nos Estados Unidos e na Austrália, que se iniciou em julho de 2007 através da aquisição da Swift. A aquisição incrementou a capacidade da Companhia em atender a demandas específicas de seus clientes e proporcionou economias de escala e eficiências operacionais, gerando valor aos seus acionistas.

A participação societária no capital social da Companhia não mudou em razão da aquisição da Tasman.

Aquisição da Smithfield Beef

Em 4 de março de 2008, a Companhia e a Smithfield Foods celebraram um Contrato de Compra de Ações ("Contrato com a Smithfield"). De acordo com o Contrato com a Smithfield, a Companhia formalizou, através da JBS USA, a aquisição da Smithfield Beef por US$565,00 milhões, em dinheiro (incluindo US$32,3 milhões de custos pertinentes à operação). A Companhia então contribuiu os recursos à JBS USA, a qual finalizou a aquisição da Smithfield Beef ("Aquisição da Smithfield"). A aquisição incluiu 100% da Five Rivers, a qual era detida pela Smithfield Beef em uma associação com a Continental Grain Company ("CGC", anteriormente ContiGroup Companies, Inc.). Em 23 de outubro de 2008, a aquisição da Smithfield Beef foi concluída. Em conjunto com o fechamento desta aquisição, a denominação social da Smithfield Beef foi alterada para JBS Packerland e a denominação social da Five Rivers foi alterada para JBS Five Rivers. Os ativos adquiridos incluem quatro fábricas de processamento e onze fazendas de confinamento. Esta aquisição proporcionou maior capacidade para continuar a atender a demanda dos clientes da Companhia.

A aquisição excluiu substancialmente todos os estoques de rebanho de gado mantidos pela Smithfield Beef e pela Five Rivers na data de fechamento, em conjunto com o seu respectivo débito. O rebanho de gado excluído é criado pela JBS Five Rivers após o fechamento por uma taxa negociada.

Parte substancial do financiamento dos recursos para aquisição da Tasman e da Smithfield Beef pela Companhia foi oriunda do aumento de capital da Companhia, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2008. Em relação a referido aumento de capital, o BNDESPAR e o PROT firmaram com os até então acionistas controladores da Companhia um compromisso de investimento, por meio do qual o BNDESPAR, o PROT, a J&F e a ZMF investiriam até R$2.550.000.006,82 na Companhia, ou a totalidade da proposta de aumento de capital, mediante a emissão de 360.678.926 novas ações pela Companhia, ao preço de emissão de R$ 7,07 por ação. A subscrição de ações de emissão da Companhia pelo BNDESPAR e PROT se deu mediante a cessão de parcela do direito de preferência dos acionistas J&F e ZMF na subscrição dessas novas ações, conforme acordo de investimento celebrado em 18 de março de 2008.

Segue quadro societário da Companhia antes e pós-aumento de capital, com o investimento de BNDESPAR, PROT, J&F e ZMF:

Acionista	**Pré-aumento de capital**		**Pós-aumento de capital (em 31.12.2008)**	
	Nº de ações	**Participação (%)**	**Nº de ações**	**Participação (%)**
ZMF Fundo de Investimento em Participações	597.195.003	55,4%	632.781.603	44,0%
J&F Participações S.A.	87.903.348	8,2%	87.903.348	6,1%
BNDES Participações S.A.	139.470.610	12,9%	186.891.800	13,0%
PROT – Fundo de Investimento em Participações	-	0,0%	205.365.101	14,3%
Ações em Tesouraria	-	0,0%	43.990.100	3,0%
Minoritários	252.831.039	23,5%	281.146.974	19,6%
Total	**1.077.400.000**	**100,0%**	**1.438.078.926**	**100,0%**

Aquisição da Pilgrim's Pride

Em 1º de dezembro de 2008, a Pilgrim's Pride e seis de suas subsidiárias apresentaram pedidos voluntários no Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Norte do Texas, Divisão de Fort Worth, pleiteando uma tutela jurisdicional conforme previsto nas disposições do Capítulo 11 do Título 11 do Código de Falência Norte-Americano, ou Código de Falência.

Em 16 de setembro de 2009, a JBS USA celebrou um contrato de compra de ações com a Pilgrim's Pride. Após a conclusão das transações previstas no contrato de compra de ações e, de acordo com o plano de reorganização alterado da Pilgrim's Pride (o "Plano"), a JBS USA adquiriu novas ações ordinárias de emissão

da Pilgrim's Pride representativas de 64% do total de ações em circulação mediante pagamento do valor total de US$800,0 milhões em dinheiro. Após sair do processo falimentar, a Pilgrim's Pride reestruturada deverá contratar uma linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, sendo um empréstimo A com prazo de três anos no valor de no máximo US$375,0 milhões e um empréstimo B com prazo de cinco anos no valor de no máximo US$775,0 milhões ("Linha de Crédito de Saída"). Adicionalmente, de acordo com os termos do contrato de compra de ações, se a JBS USA realizar uma oferta inicial para distribuição pública ("IPO da JBS USA") até 27 de janeiro de 2012, a JBS USA terá a opção de fazer com que a totalidade das ações ordinárias da Pilgrim's Pride reestruturada atualmente não detidas pela JBS USA seja trocada por ações ordinárias da JBS USA, conforme um índice de troca específico calculado com base na cotação de mercado das ações da JBS USA e da Pilgrim's Pride, de forma que a JBS USA passe a ser a detentora da totalidade das ações ordinárias da Pilgrim's Pride.

Em 17 de setembro de 2009, a Pilgrim's Pride e seis de suas subsidiárias apresentaram ao Tribunal de Falências uma proposta de plano conjunto de reestruturação, ou Plano, e uma proposta de declaração nos termos do Capítulo 11 do Código de Falência norte-americana. Em 17 de setembro de 2009, a Pilgrim's Pride apresentou um pedido ao Tribunal de Falências pleiteando o deferimento de um mandado aprovando certas disposições do contrato de compra de ações. Em 7 de outubro de 2009, o Tribunal de Falências deferiu o pedido e aprovou determinadas disposições do contrato de compra de ações. A Pilgrim's Pride também pleiteou a aprovação das partes restantes do contrato de compra de ações como parte da aprovação de seu plano de reorganização conjunto alterado proposto. Em 22 de outubro de 2009, a Pilgrim's Pride recebeu aprovação do Tribunal de Falências para iniciar o processo de solicitação de aprovação dos acionistas de seu plano de reorganização conjunto alterado proposto. Em 10 de dezembro de 2009, o Tribunal de Falências proferiu uma decisão confirmando a alteração do Plano da Pilgrim's Pride. Em 14 de outubro de 2009, a aquisição da Pilgrim's Pride recebeu autorização antitruste da Agência de Defesa da Concorrência da Comissão de Comércio Federal e do Ministério da Justiça norte-americano.

Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia informou ao mercado que havia concluído, em referida data, a Aquisição da Pilgrim's Pride, por US$ 800 milhões de dólares norte-americanos, que foram pagos em dinheiro. A Aquisição da Pilgrim's Pride seguiu os trâmites legais aplicáveis e foi aprovada pela corte de falências competente nos Estados Unidos.

No que se refere à Pilgrim's Pride, a Companhia espera aproveitar ganhos de sinergia e reduzir custos através de iniciativas nas áreas corporativas, transporte, suprimentos e embalagens, e também reduzir despesas gerais e administrativas, exportações e logística.

A participação societária no capital social da Companhia não mudou em razão da aquisição da Pilgrim's Pride.

Debêntures Conversíveis/Operação BNDESPAR

Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia concordou em emitir uma série de debêntures permutáveis, conversíveis em ações ordinárias da Companhia, e por BDRs da JBS USA, em uma operação privada isenta de registro nos termos da Lei nº 6.382 do *Securities Act* e de acordo com o *Regulation S* ("Debêntures Conversíveis"). As 2.000.000 debêntures foram emitidas em 29 de dezembro de 2009 e não são negociáveis, de acordo com seus termos. Essas debêntures são obrigatoriamente permutáveis por ações ordinárias da JBS USA na forma de BDRs após o IPO da JBS USA e sob determinadas condições e obrigatoriamente conversíveis em ações da Companhia caso não ocorra tal IPO da JBS USA. Os termos e condições gerais das Debêntures Conversíveis estão dispostos no item 18.5 deste Formulário de Referência.

O BNDESPAR concordou em subscrever e integralizar até o montante principal total das Debêntures Conversíveis oferecidas por US$2,0 bilhões. Após o IPO da JBS USA e assumindo o cumprimento das outras condições, as 2.000.000 Debêntures Conversíveis em circulação serão obrigatoriamente permutadas por uma porcentagem total das ações ordinárias em circulação da JBS USA na forma de BDRs, porcentagem essa igual a US$2,0 bilhões divididos pela avaliação do patrimônio da JBS USA em dólares norte-americanos, com base no número de ações em circulação na data imediatamente anterior ao IPO da JBS USA, porém calculado com base no preço por ação do IPO da JBS USA e multiplicado por 100. Nestes termos, o número de ações do grupo de ações ordinárias da JBS USA na forma de BDRs não representará mais do que 20% a 25% das ações ordinárias da JBS USA.

A Companhia, entre outras coisas, usou o produto líquido apurado com a oferta das Debêntures Conversíveis para capitalizar a JBS USA, incluindo o financiamento do preço de compra de US$800 milhões de participação na Pilgrim's Pride nos termos da aquisição da Pilgrim's Pride.

Para viabilizar a utilização do produto líquido declarado acima antes do fechamento da operação BNDESPAR em 21 de dezembro de 2009, a JBS USA e a Companhia celebraram um contrato de compra e venda nos termos do qual a JBS USA concordou em emitir e vender de 20% a 25% das ações ordinárias da JBS USA à Companhia, por um preço de compra total de US$2,0 bilhões. Atualmente, a Companhia detem uma participação entre 20% e 25% do capital social da JBS USA, e o restante é detido pela JBS Hungary Holdings Kft. A ação ordinária que for adquirida pela Companhia nos termos do contrato de compra e venda será a ação ordinária subjacente aos BDRs a serem entregues mediante a permuta obrigatória das Debêntures Conversíveis.

No que se refere ao investimento do BNDESPAR, a Companhia, a J&F, o ZMF e o BNDESPAR celebraram, em 22 de dezembro de 2009, um acordo de acionistas, nos termos do qual o BNDESPAR recebeu direitos de veto em relação a determinadas questões societárias que envolvam a Companhia e a JBS USA, e lhe foi garantido o direito de indicar até dois membros do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, a JBS USA concordou em conceder ao BNDESPAR determinados direitos de registro pertencentes a suas ações ordinárias. Um contrato de direitos de registro (*registration rights agreement*) foi celebrado com o BNDESPAR antes do fechamento do investimento do BNDESPAR. Para maiores informações sobre referido acordo de acionistas, vide seção 15.5 deste Formulário de Referência.

Operação JBS S.A./Bertin

Em 16 de setembro de 2009, a J&F e a ZMF, até então acionistas controladoras da Companhia, e acionistas controladores do Bertin concordaram em iniciar um processo de associação da Companhia com o Bertin, empresa brasileira que era uma das maiores exportadoras de carne bovina e outros subprodutos de gado da América Latina. De acordo com o processo de associação acordado entre as partes: (1) os acionistas controladores da Companhia concordaram em contribuir as ações da Companhia por eles detidas, direta ou indiretamente, em troca de ações a serem emitidas por uma holding recém-constituída, denominada FB Participações S.A.; e (2) os acionistas controladores do Bertin concordaram em contribuir a totalidade de suas ações representativas de 73,1% do Bertin em troca de ações que serão emitidas pela FB Participações.

Em 23 de dezembro de 2009 os antigos controladores da Companhia, J&F e ZMF, contribuíram a totalidade das 632.781.603 e 87.903.348 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por cada acionista, respectivamente, em aumento de capital da FB Participações, atual acionista controladora da Companhia (conforme seção 15.1 deste Formulário de Referência).

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia concluiu um processo de associação com o Grupo Bertin, através de uma reorganização societária que, após a prévia incorporação da totalidade das 28.636.178 ações de emissão do Bertin pela Companhia, em 29 de dezembro de 2009, resultou na incorporação do Bertin pela Companhia. Os acionistas controladores do Bertin contribuíram a totalidade das 679.182.067 ações da Companhia que tais acionistas receberam em virtude da incorporação de ações acima mencionada em aumento de capital da FB Participações, no valor total de R$ 4.949.046.230,13, mediante a emissão de 2.334.370.128 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da FB. Para maiores informações sobre o atual quadro societário da Companhia, vide a seção 15.1 deste Formulário de Referência.

Com relação às sinergias esperadas com a incorporação do Bertin, a Companhia espera aproveitar ganhos de sinergia e acredita que poderá se beneficiar com redução de custos com embalagem, processos industriais, formulação e administrativas, além de sinergias advindas principalmente do corporativo e das exportações.

Segue quadro societário da Companhia antes e pós-incorporação da Bertin pela Companhia:

Acionista	Pré-aumento de capital		Pós-aumento de capital (em 31.12.2009)	
	Nº de ações	Participação (%)	Nº de ações	Participação (%)
FB Participações S.A.	-		1.399.867.018	59,1%
J&F Participações S.A.	632.781.603	44,0%	-	-
ZMF Fundo de Investimento em Participações	87.903.348	6,1%	-	-
BNDES Participações S.A.	186.891.800	13,0%	437.102.282	18,5%
PROT – Fundo de Investimento em Participações	205.365.101	14,3%	205.365.101	8,7%
Ações em tesouraria	43.990.100	3,0%	43.990.100	1,8%
Minoritários	281.146.974	19,6%	281.146.975	11,9%
Total	**1.438.078.926**	**100,0%**	**2.367.471.476**	**100,0%**

Aquisição da Tatiara Meat

Em 22 de fevereiro de 2010, foi anunciada a conclusão da aquisição da Tatiara pela subsidiária australiana Swift Australia Pty Limited, por AUD30 milhões, do Vion Food Group, uma empresa internacional de alimentos da Holanda. A aquisição da Tatiara obteve a não-oposição da autoridade da concorrência australiana em fevereiro de 2010. A Tatiara é uma processadora de carne ovina de alta qualidade, focada em mercados sofisticados como Estados Unidos, Canadá e Europa, além do mercado doméstico Australiano. Com essa aquisição, a Swift Austrália se tornou a maior processadora de carne ovina na Austrália, com capacidade de abate de 23.000 cabeças por dia.

A participação societária no capital social da Companhia não mudou em razão da aquisição da Tatiara.

Aquisição da Rockdale Beef

Em 19 de março de 2010, a Companhia anunciou a celebração, através de sua subsidiária integral Swift Austrália, de um acordo para potencial aquisição da Rockdale Beef na Austrália. Nos termos de referido acordo, celebrado com os acionistas controladores da Rockdale Beef, a Swift Austrália adquirirá todo o negócio da Rockdale Beef, incluindo o solo, aperfeiçoamentos, prédios, ativos fixos, propriedade intelectual e estoques. Adicionalmente, a Swift Austrália também deverá adquirir todo o gado da Rockdale Beef no fechamento da operação, por um preço a ser acordado entre as partes.

A conclusão da operação está sujeita à aprovação pelas autoridades competentes, incluindo o órgão anti-trust da Austrália e o Conselho de Administração da Companhia e dos vendedores. Até a data deste Formulário de Referência, a operação não havia sido concluída.

A Rockdale Beef possui uma operação de carne bovina integrada através de fazendas, confinamentos, fábrica de ração e frigorífico. Situada em Yanco, New South Wales, Austrália, a companhia possui uma capacidade de abate de aproximadamente 200.000 bois/ano combinada com uma capacidade de confinar mais de 53.000 bois.

A participação societária no capital social da Companhia não sofrerá modificações, caso a proposta atual de aquisição da Rockdale Beef seja concluída.

6.6. Pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos:

Até a data de publicação deste Formulário de Referência não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"ANVISA"	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
"AQIS"	*Australian Quarantine and Inspection Service*, Serviço de Inspeção de Quarentena australiano
"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA
"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Australia
"BDRs"	*Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"BR GAAP"	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC
"BSE"	Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como "doença da vaca louca")
"CADE"	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
"CAGR"	*Compound Annual Growth Rate*
"CD"	Centro de Distribuição
"CFC"	Conselho Federal de Contabilidade
"CGC"	Continental Grain Company (anteriormente ContiGroup Companies, Inc.)
"CLT"	Consolidação das Leis do Trabalho, conforme aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943
"CNPJ"	Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas
"Código de Falência"	Código de Falência Norte-Americano
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.

"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"CPF"	Cadastro de Pessoas Físicas
"Cremonini"	Cremonini S.p.A., Itália
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia. O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"EEOC"	*Equal Employment Opportunity Commission*, Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana
"EPA"	*Environmental Protection Agency,* Agência de Proteção do Meio-Ambiente norte-americana
"Estados Unidos" ou "Estados Unidos da América"	United States of America
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"GEE"	Gases estufa

"Governo Federal"	Governo Federal do Brasil
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBAMA"	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
"IBRACON"	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
"ICE"	Divisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna norte-americano
"ICMS"	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
"ICVM 480"	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada
"ICVM 332"	Instrução da CVM nº 332, de 04 de abril de 2000, conforme alterada
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"INPI"	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
"INSS"	Instituto Nacional do Seguro Social
"IPI"	Imposto sobre Produtos Industrializados
"IPO da JBS USA"	Oferta inicial para distribuição pública ou qualquer outra oferta pública inicial de ações ordinárias da JBS USA
"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"LIBOR"	*London Interbank Offered Rate*
"Linha de Crédito de Saída"	Linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, um empréstimo "A", com prazo de três anos, no valor de no máximo US$375,0 milhões, e um empréstimo "B", com prazo de cinco anos, no valor de no máximo US$775,0 milhões, contratada pela Pilgrim's Pride após sair de seu processo falimentar
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Montana"	Montana Alimentari S.p.A.
"MPF"	Ministério Público Federal
"MPF/PA"	Ministério Público Federal, Estado do Pará
"NASDAQ"	*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*
"Notas 2011"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 275 milhões e juros de 9,375%, emitidas em

	2006 e com vencimento em 2011
"Notas 2014"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. no valor de US$ 700 milhões e juros de 11,625%, emitidas em 27 de abril de 2009 e com vencimento em maio de 2014
"Notas 2016"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 300 milhões e juros de 10,50%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2016 do Bertin"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pelo Bertin, no valor de US$ 350 milhões e juros de 10,25%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2017 da Vigor"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Vigor, no valor de US$ 100 milhões e juros de 9,25%, emitidas em 2007 e com vencimento em 2017
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"NYSE"	*New York Stock Exchange*
"OIE"	*World Organization for Animal Health* (*Office Internationale des Epizooties*)
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"OMS"	Organização Mundial de Saúde
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"PIS"	Programa de Integração Social
"Plano"	Plano de reestruturação da Pilgrim's Pride aprovado pelas corte norte-americanas de falência
"PROT"	PROT - Fundo de investimentos em Participações
"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"SAGPYA"	*Secretaría de agricultura, ganadería, pesca y alimentación*, secretaria de agricultura da Argentina
"SB Holdings"	SB Holdings, Inc. e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales Internacional e Austral Foods
"SEC"	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos
"SDE"	Secretaria de Direito Econômico
"SEAE"	Secretaria de Acompanhamento Econômico
"SECEX"	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

"SENASA"	*Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria*
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Taxa de Desfrute"	Índice usualmente utilizado na indústria de carne bovina que mede a quantidade de gado abatido no país durante um ano em relação ao seu rebanho total
"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"TJLP"	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional
"USDA"	*United States Department of Agriculture*
"US GAAP"	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América
"VAR"	*Value at Risk*
"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

7. ATIVIDADES DA COMPANHIA

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas:

Visão Geral da Companhia

A Companhia acredita ser a maior empresa de proteínas do mundo, com faturamento de R$ 55.223,6 milhões em 2009, base pro forma, considerando a aquisição da Pilgrim´s Pride e a incorporação do Bertin em dezembro de 2009. A Companhia atua no processamento de carnes bovinas, suínas, ovinas e de frango, além do processamento de couros e na produção de lácteos e seus derivados. Atualmente, a Companhia acredita ser:

- líder em produção e exportação de carne bovina do mundo, com operações no EUA, Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Austrália, Itália e Rússia, com capacidade de abate global de 90.290 cabeças/dia;
- o segundo maior produtor de carne de frango do mundo, com operações nos EUA, México e Porto Rico e capacidade de abate global de 7,6 milhões de aves/dia;
- o terceiro maior produtor de carne suína dos EUA, com uma capacidade de abate de 48,5 mil cabeças/dia;
- um dos líderes na produção e exportação de carne ovina do mundo, com operações nos EUA e Austrália e capacidade de abate global de 27,5 mil cabeças/dia;
- líder na produção de couros processados do mundo, com operações no Brasil, EUA e China e capacidade global de produção de 55.600 couros/dia;
- produtora de 1.364 ton/dia de lácteos.

A Companhia processa, embala e entrega produtos bovinos, suínos, ovinos e de frango *in natura,* processados, que incluem também produtos de maior valor agregado, em mais de 100 países localizados em seis continentes. A oferta de produtos com valor agregado consiste em produtos cortados, moídos e embalados de forma customizada para atender às necessidades dos clientes da Companhia e incluem também carnes cozidas congeladas, enlatadas, pratos prontos, temperados e marinados. A Companhia processa, embala e entrega também lácteos e seus derivados tais como leite longa vida, iogurtes, achocolatados, queijos e manteigas sob marcas reconhecidas no mercado, como "Vigor", "Leco", "Danúbio", "Faixa Azul" e "Serrabella".

A Companhia vende seus produtos principalmente a clientes varejistas como supermercados, clubes de atacado, outros distribuidores de varejo e empresas do setor de *food service* (tais como restaurantes, hotéis, distribuidores de serviços de alimentação e processadores complementares). Além disso, a Companhia produz e comercializa outros produtos derivados do seu processamento de carne, tais como couros e subprodutos, para clientes das indústrias de confecção, alimentos para animais de estimação, equipamentos de proteção e setor automotivo, dentre outros. A Companhia produz também produtos de higiene e limpeza, tais como sabonetes, xampus, detergentes e sabão em barra.

A tabela abaixo mostra a capacidade diária de abate de animais e produção de lácteos e couro da Companhia e as localidades das suas unidades em 2009:

Companhia e as localidades das suas unidades em 2009:											
	Abate – Carnes								**Produção – Outros**		
Diária	**Bovina**		**Frangos**		**Suínos**		**Ovinos/Smalls**		**Lácteos**	**Hig/Limp**	**Couro**
País	**(cabeças/ dia)**	**Unidades**	**(mil cabeças/ dia)**	**Unidades**	**(cabeças/ dia)**	**Unidades**	**(cabeças/ dia)**	**Unidades**	**(ton/ dia)**	**(ton/dia)**	**(couros/dia)**
Argentina	6.700	6	-	-	-	-			-	-	-
Austrália	8.690	10	-	-	-		23.000	5	-	-	-
Brasil	41.200	35	-	-	-	-			1.364	810,2	55.600
Estados Unidos	28.600	8	6.900	29	48.500	3	4.500	1	-	-	-
Itália	3.000	3	-	-	-	-			-	-	-
México / Porto Rico	-	-	667	4	-	-			-	-	-
Paraguai	1.000	2	-	-	-	-			-	-	-
Uruguai	1.100	1	-	-	-	-			-	-	-
Total	**90.290**	**65**	**7.567**	**33**	**48.500**	**3**	**27.500**	**6**	**1.364**	**810,2**	**55.600**

Nos últimos três anos, a Companhia realizou diversas aquisições no Brasil e no exterior, como segue:

- Em julho de 2007, a Companhia adquiriu a Swift (atual JBS USA), que marcou a entrada da Companhia nos Estados Unidos e resultou na criação da maior empresa do mundo no setor de alimentos de proteína de origem bovina e da maior empresa brasileira na indústria de alimentos.

- Em maio de 2008, nos Estados Unidos, a Companhia adquiriu os ativos da Tasman, relacionados à produção de carne bovina, que representou um passo importante na conclusão do plano de investimentos para a construção de uma sustentável plataforma de abate, produção e comercialização de carne nos Estados Unidos da América e na Austrália, proporcionando economias de escala e eficiências operacionais e gerando valor aos acionistas da Companhia.

- Em outubro de 2008, a Companhia adquiriu a Smithfield Beef (atualmente JBS Packerland), a maior operação de confinamento de gado bovino do mundo.

- Em dezembro de 2009, a Companhia adquiriu 64% da Pilgrim's Pride, nos Estados Unidos, o que permitiu à Companhia operar no segmento de processamento de frangos.

- Em dezembro de 2009, a Companhia incorporou o Bertin no Brasil, empresa brasileira que é uma das maiores exportadoras de carne bovina e outros subprodutos de gado da América Latina.

- Mais recentemente, em fevereiro de 2010, a Companhia adquiriu, na Austrália, a Tatiara, uma processadora de carne bovina de alta qualidade focada em mercados sofisticados como Estados Unidos, Canadá e Europa, além do mercado doméstico australiano. Com essa aquisição, a Swift Austrália se tornou uma das maiores processadoras de carne ovina na Austrália, com capacidade de abate de 23.000 cabeças por dia.

A Companhia possui uma administração focada em crescimento com comprovado histórico de sucesso na realização e na integração de aquisições e reestruturações de empresas deficitárias adquiridas. Ao longo dos últimos anos, a Companhia obteve um crescimento substancial da sua receita líquida através de crescimento orgânico e aquisições. Nos últimos 11 anos, a Companhia apresentou uma taxa de crescimento anual composto de 55,9% na sua receita líquida e de 57,8% no seu EBITDA. A tabela abaixo contém alguns dos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de											
	2001 (3)	2002 (3)	2003 (3)	2004 (3)	2005 (3)	2006	2007	2008	2009	2001-06	2006-2009	2001 – 2009
R$ milhões (exceto dados operacionais e porcentagens)												
	CAGR		CAGR							CAGR		
Receita Líquida	1.212	1.289	1.912	3.501	3.709	4.302	14.142	30.340	34.312	28,8%	99,8%	51,9%
EBITDA(1)	66	147	165	327	399	548	602	1.156	1.285	52,7%	32,9%	44,9%
Margem EBITDA (%) (2)	5,4%	11,4%	8,6%	9,3%	10,8%	12,7%	4,3%	3,8%	3,7%	-	-	-
Capacidade de abate (mil cabeças/dia)												
Bovinos	5,8	6,8	9,0	13,1	17,4	19,9	51,8	65,7	73,5	28,0%	54,6%	37,4%
Suínos	-	-	-	-	-	-	48,5	48,5	48,5	-	-	-
Ovínos	-	-	-	-	-	-	19,5	19,5	19,5	-	-	-
Frangos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.

(2) A margem EBITDA é calculada através da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida de vendas.

(3) As informações relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2001 a 2005 referem-se à Friboi Ltda., antiga denominação da JBS S.A.

Do total de R$ 55.223,6 milhões, a receita bruta de 2009 em base pro forma da Companhia, 72,4% foi proveniente dos EUA, 22,3% do Brasil e 5,3% de outros países onde a Companhia atua.

7.2. Informações sobre cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas:

a. Produtos e serviços comercializados:

Os principais produtos comercializados pela Companhia são carne bovina *in natura* (cortes dianteiros e traseiros resfriados e/ou congelados), carne bovina processada (cortes porcionados, moídos, hambúrgueres e etc.), carne bovina indutrializada (carnes cozidas congelada, enlatas, *corned beef*, *cubed beef*, extrato de carne e etc.), miúdos, couros (*wet blue*, semi acabado e acabado) , carne suína *in natura* (lombos, postas, costelas resfriados e/ou congelados e etc.), carne suína processada (cortes porcionados, marinados e etc.) carne de frango *in natura* (frango inteiro, em pedaços resfriados e/congelados e etc.), carne de frango processado (cortes porcionados, *nuggets*, empanados, pré marinados e etc.), lácteos (iogurtes, manteiga, queijo, leite e etc.) e outros (produtos de higiene, beleza e limpeza, colágeno e etc.).

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia:

A receita líquida da Companhia em 2009 foi de R$ 34.311,8 milhões, sendo 65,0% proveniente da divisão Carne Bovina USA/AUS, 17,4% da divisão Mercosul, 13,0% da divisão Carne Suína USA e 4,6% da divisão Europa.

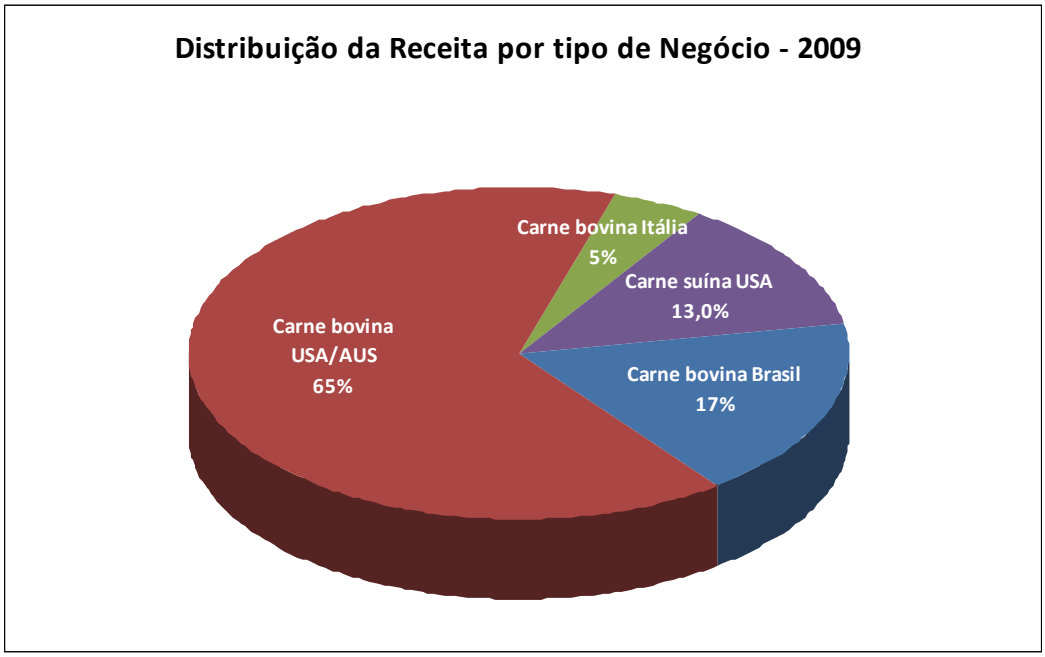
A tabela abaixo mostra a receita líquida e lucro (prejuízo) do exercício:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2007
Informações Financeiras e Operacionais (Em milhões R$)	Auditado	Auditado	Auditado
Receita Operacional Líquida	34.311,8	30.340,3	14.141,6
Lucro Líquido (prejuízo)	129,4	25,9	(165,0)

As tabelas abaixo mostram as receitas provenientes dos segmentos operados pela Companhia para os do exercícios sociais indicados:

Exercício Social encerrado em 31.12.2009

Divisão	Receita Operacional Líquida (R$ milhões)	% da Receita Líquida
Mercosul	5.961,5	17,4%
Carne bovina USA/AUS	22.303,3	65,0%
Europa	1.589,1	4,6%
Carne Suína USA	4.457,8	13,0%
Total	34.311,8	100%



Exercício Social encerrado em 31.12.2008

Divisão	Receita Operacional Líquida (R$ milhões)	% da Receita Líquida
Mercosul	6.115,5	20,2%
Carne bovina USA/AUS	18.226,0	60,1%
Europa	1.544,2	5,0%
Carne Suína USA	4.454,5	14,7%
Total	30.340,2	100%

Exercício Social encerrado em 31.12.2007

Divisão	Receita Operacional Líquida (R$ milhões)	% da Receita Líquida
Mercosul	4.891,9	34,6%
Carne bovina USA/AUS	7.284,3	51,5%
Europa	-	-
Carne Suína USA	1.965,4	13,9%
Total	14.141,6	100%

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

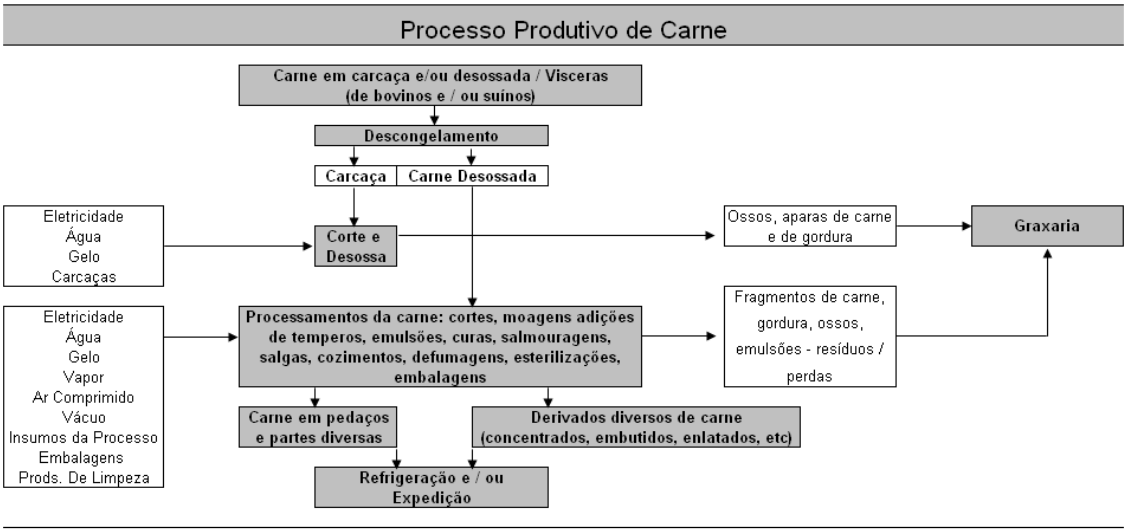
A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua tendo em vista que algumas contas apresentadas nas demonstrações de resultado, tais como, despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, são calculados de forma consolidada.

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. Características do processo de produção:

Carne Bovina

O processo de produção de carne bovina e suína inicia-se no abate, esta operação, bem como as operações subseqüentes são regulamentadas por uma série de normas sanitárias com a finalidade de dar, de forma integral, toda a segurança alimentar aos consumidores. São realizadas rotineiras inspeções e fiscalizações de qualidade pelos órgãos responsáveis e pela vigilância sanitária (municipais estaduais e federais).



Como conseqüência das operações de abate obtém-se: carcaça, gorduras, tripas, vísceras, couro, subprodutos e resíduos.

Nesta cadeia produtiva existem , basicamente, 3 tipos de agentes, sendo eles:

- O abatedouro, que é responsável pelo abate dos animais para a produção de carcaças e couros, dentre outros produtos, não havendo processos de industrialização de carnes;

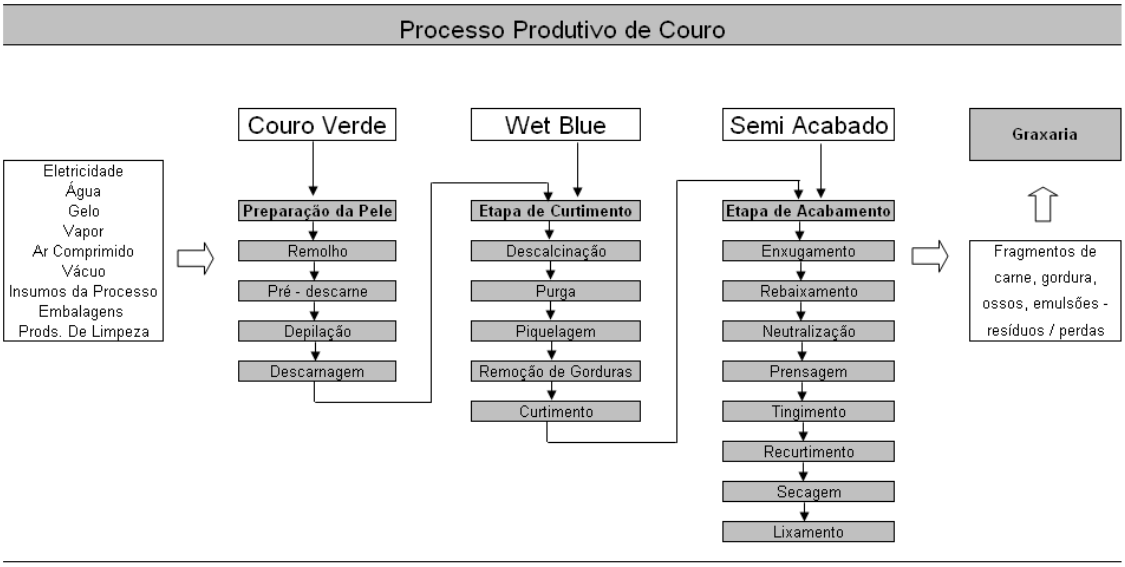
- O frigorífico, agente que pode também possuir um abatedouro ou então compra a carne em carcaça com a finalidade de processamento e industrialização de carne; e

- A graxaria, agente responsável pela industrialização de resíduos como sangue e gorduras, assim como subprodutos, sendo destes os mais comuns o sebo e pelos para a produção de farinha de sangue e de ossos, destinada a ração animal e graxas usadas nas mais diversas indústrias.

A carne e as vísceras de bovinos e suínos, obtidas por meio do abate, seguirão para as operações de corte e embalagens ou então poderão ser industrializadas e transformadas em diversos produtos, sendo estes: salsichas, lingüiças, salames, patês, carnes enlatadas, caldos de carnes concentrados.

Couros

O processo de produção de couros se dá com a retirada da pele do animal após o abate. Este couro, conhecido como couro cru ou couro verde, é imediatamente salgado sendo, posteriormente, transportado para o curtume. O processo de preparação da pele inicia-se com a descarneamento e a depilação do couro que é, então, colocado em banho de cromo.

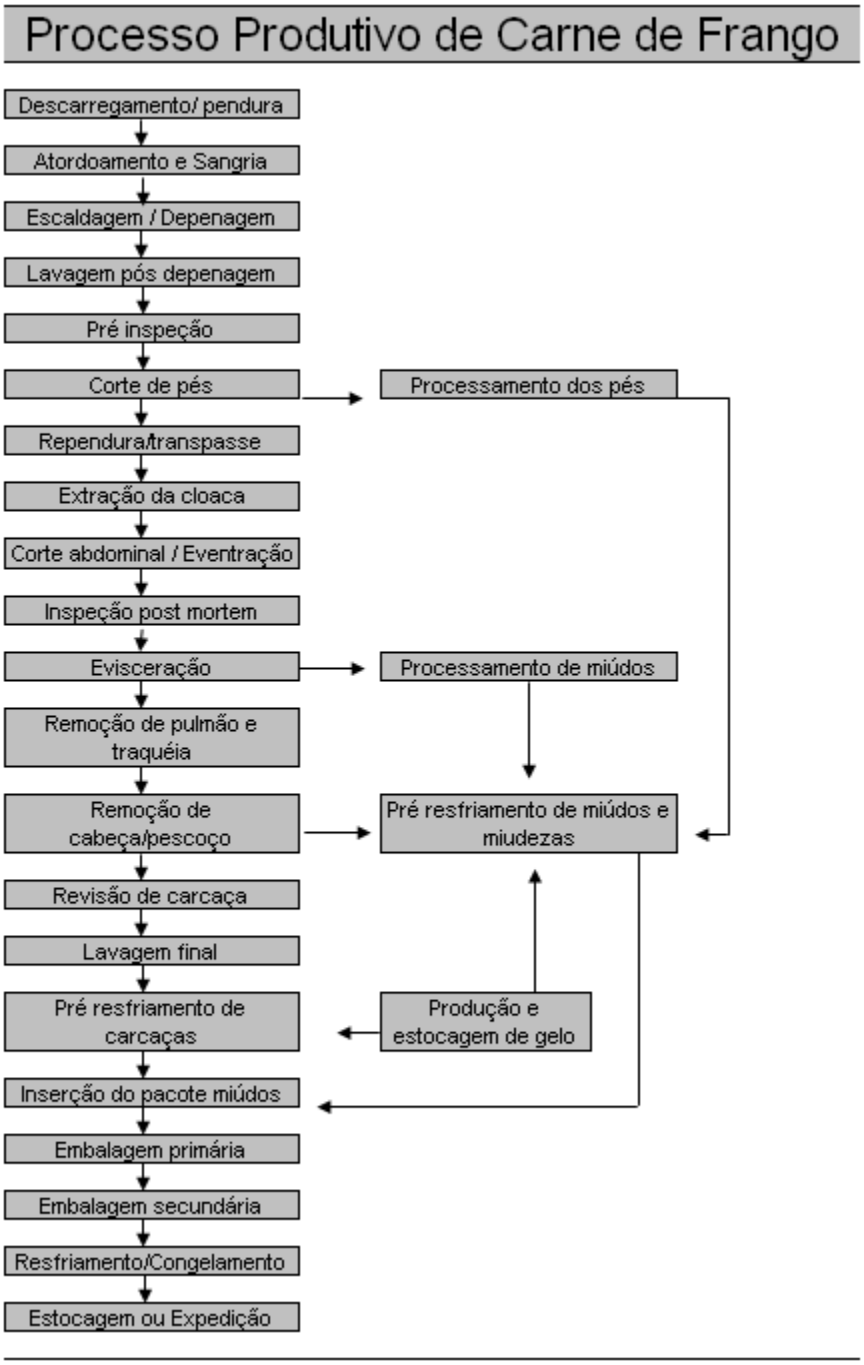


Após o banho de cromo, o couro passa a ser chamado de wet blue (azul molhado), passando então pelas etapas de descalcinação, pugra, piquelagem, remoção de gorduras e curtimento, chegando ao estágio de couro semi-acabado.

Após os processos de enxugamento, rebaixamento, neutralização e prensagem, o couro semi acabado poderá ser processado para as mais diferentes finalidades, sendo, tingido, recurtido, secado e lixado.

Carne de Frango

O processo produtivo de carne de aves inicia-se com o recebimento do animal, que é descarregado e pendurado. Após o abate, que se da por meio de um atordoamento e sangria, a ave é escaldada e depenada, sendo levada para a primeira lavagem e inspeção de qualidade, passando posteriormente por diversos processos, como descrito no fluxograma abaixo, até ser embalado e expedido.



b. Características do processo de distribuição:

Fundamental para a estratégia da Companhia em expandir sua atuação para novos mercados e consolidar o atendimento ágil, seguro e de qualidade nos locais em que já atua, a logística da Companhia está sempre alinhada com o dinamismo das operações comerciais no mundo todo. Por isso, o departamento de logística e documentação da Companhia trabalha na busca de soluções inovadoras para cumprir com essa missão.

Faz parte da estrutura da Companhia uma rede própria de unidades de apoio logístico para a distribuição dos produtos, que contribuem para o controle de custos operacionais. A rede está assim constituída:

- 16 Centros de distribuição - Brasil
- 9 Centros de distribuição - EUA
- 5 Centros de distribuição - Austrália
- 22 Centros de distribuição – EUA, México e Porto Rico - Divisão Frango
- 2 Centros de distribuição – Itália
- 2 Centros de distribuição – Angola
- 1 Centro de distribuição – Argélia
- 1 Centro de distribuição – Congo
- 1 Centro de distribuição – República Democrática do Congo
- 1 Centro de distribuição – Rússia
- subsidiárias no Chile, Egito, Inglaterra, Japão, Hong Kong, Coréia do Sul, Taiwan e China, responsáveis pela distribuição e comercialização nesses países.

Distribuição e Transporte nos Estados Unidos e Austrália (JBS USA) e Pilgrim's Pride

A distribuição varia segundo o tipo de produto. A JBS USA arrenda sete unidades de distribuição localizadas em Nova Jersey, Illinois, Flórida, Nebraska, Arizona, Colorado e Texas e cinco unidades de comercialização/distribuição na Austrália. Essas unidades de distribuição ficam estrategicamente situadas próximas a algumas das unidades da JBS USA. A JBS USA também vende seus produtos para distribuidores de alimentos que futuramente distribuirão tais produtos para restaurantes e cadeias de hotéis e outros clientes. Estes distribuidores de alimentos compram os produtos da JBS USA tanto das unidades de produção como das atuais unidades de distribuição da JBS USA.

A Pilgrim's Pride atualmente detém cinco centros de distribuição nos Estados Unidos, dezesseis centros de distribuição no México e um centro de distribuição em Porto Rico. Os centros de distribuição regionais da Pilgrim's Pride localizados no Arizona, Texas e Utah têm o foco principalmente na distribuição de seus próprios produtos de frango. Entretanto, os centros de distribuição também distribuem certos produtos de frango, e sem ser de frango, comprados de terceiros para mercearias independentes e restaurantes de fast-food. Os negócios de distribuição de produtos não relacionados a frangos próprios da Pilgrim's Pride são conduzidos como uma acomodação para seus clientes e para atingir maiores economias de escala na logística de distribuição.

A JBS USA possui ou arrenda nos Estados Unidos e Austrália aproximadamente 600 caminhões especialmente equipados para o transporte de matérias-primas e produtos acabados. Além disso, a JBS USA recentemente firmou contrato de arrendamento de mais 400 caminhões, que já começaram a ser entregues. A JBS USA também utiliza transportadoras de terceiros que fornecem à JBS USA caminhões adicionais para o transporte de matérias-primas e produtos finais. O custo do combustível diesel não é um custo significativo em virtude de o custo de combustível ser, em geral, arcado pelo cliente, e dessa forma é "repassado" para o comprador das mercadorias acabadas. A JBS USA não tem contratos de longo prazo para comprar diesel em virtude de comprar a maior parte do combustível para seus caminhões nos postos de combustível ao longo do sistema nacional de rodovias.

A Pilgrim's Pride atualmente possui ou arrenda cerca de 1.300 tratores e 2.600 carretas, que são usadas para o transporte de filhotes das incubadoras e de ração aos criadores contratados e de frangos dos criadores contratados para as unidades de processamento.

Distribuição e Transporte no Brasil

A Companhia comercializa seus produtos através de diversos canais de distribuição, incluindo varejistas nacionais e regionais, armazéns, lojas, distribuidores e atacadistas, processadores de alimentos, mercados internacionais, indústria de serviços alimentícios, incluindo distribuidores de serviço alimentício, *fast food*, cadeias de restaurantes e hotéis.

A Companhia distribui seus produtos, tanto diretamente, a partir de suas unidades, bem como através de seus dois centros de distribuição localizados no estado de São Paulo, os quais permitem acesso ao mercado nacional. No mercado interno, a Companhia distribui seus produtos através de equipes de vendas regionais e de representantes, sendo que o transporte dos produtos da Companhia até os clientes é realizado através de transportadoras terceirizadas.

Para facilitar a logística de exportação, a Companhia completou a construção de um pátio de contêineres localizado em Cubatão, São Paulo (perto do porto de Santos, o maior porto da América Latina), adquirido em outubro de 2007. Tal pátio de contêineres tem uma area total de aproximadamente 30 mil metros quadrados, incluindo um prédio de escritório e areas de contêineres e outras instalações que podem (i) receber e estocar até 240 contêineres cheios (até 6.000 mil toneladas de carne) e até 600 contêineres vazios; e (ii) acomodar até 80 caminhões carregados. Referido pátio opera como um depósito de cargas, de modo que os contêineres da Companhia possam ser descarregados de seus caminhões no terminal (liberando esses caminhões para realizar mais entregas para o terminal) e carregados em outros caminhões que transpostam produtos da Companhia dos contêineres para embarcações.

O transporte do gado dos criadores até as plantas de abate da Companhia no Brasil é realizado através de uma frota própria de 691 caminhões de dois pavimentos e também por uma frota de terceiros. Ademais, a Companhia possui 368 caminhões no Brasil dedicados ao transporte dos seus produtos para exportação, o que, em conjunto com o pátio de contêineres da Companhia localizado próximo ao porto de Santos, proporciona à Companhia alta eficiência logística. A Companhia possui uma rede de distribuição direta volta da ao pequeno varejo e ao consumidor final composta por uma frota de 713 vans.

Distribuição e Transporte nas demais localidades

No mercado externo, a Companhia mantém equipes de vendas em alguns países através de suas subsidiárias localizadas no Chile, Egito, Estados Unidos, Inglaterra e Rússia, que funcionam como distribuidores dos produtos da Companhia naqueles países. Tais escritórios, por estarem mais próximos aos clientes finais, prestam um serviço mais eficiente e customizado aos hábitos culturais e de consumo de cada um desses mercados.

Os produtos da Companhia destinados para o mercado externo são transportados das plantas da Compnhia até os portos do país por meio de uma frota própria de caminhões especialmente dimensionados para o transporte de contêineres. Com o intuito de facilitar a logística de exportação, a Companhia possui um pátio de contêineres localizado próximo ao porto de Santos, Estado de São Paulo. Esse pátio funciona como um entreposto de carga para que os caminhões da frota da Companhia façam o desembarque dos contêineres e os caminhões que prestam serviços para os transportadores marítimos retirem os contêineres no pátio da Companhia.

A Companhia tem aproximadamente 200 mil clientes em sua base, sendo que,deste total, são clientes ativos, incluindo-se clientes varejistas e atacadistas.

Vendas e Mercado

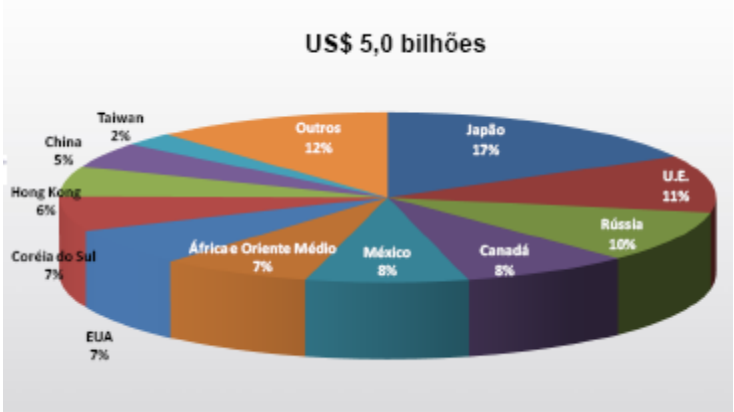
O gráfico abaixo mostra a distribuição da receita da Companhia por mercado durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Distribuição da Receita por Mercado – 2009

Distribuição das Exportações Consolidadas

O gráfico abaixo mostra a distribuição das exportações da Companhia durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Exportações da Companhia – 2009



Mercado Doméstico

Brasil

Os clientes da Companhia no Brasil são, principalmente, grandes varejistas, restaurantes e curtumes. A Companhia criou o Programa Açougue Swift, para criar um relacionamento sólido com os compradores e consolidar a marca entre os consumidores finais. A Companhia também investe ativamente nas marcas Swift e Maturatta, bem como na difusão do conceito *Organic Beef* junto aos distribuidores e aos consumidores. Atualmente, algumas empresas do mercado interno fazem parte da carteira de clientes da Companhia, sendo que os maiores deles não representam um percentual total de dependência da Companhia.

Argentina

Na Argentina, a Companhia comercializa marcas próprias e de terceiros, entre as quais se destacam: Swift, Cabaña Las Lilas, Armour, Plate, Fray Bentos, Safra, Exeter e Corte Buona. Com essas marcas, a Companhia é líder absoluta no mercado doméstico no segmento de carne em conserva, com participação de 15% nas vendas em 2009. Nesse último ano, a marca Swift aumentou suas vendas no mercado interno em todas as linhas de produtos, principalmente hambúrgueres e salsichas. A carteira de clientes na Argentina é formada por diversas empresas, entre elas as principais redes de hipermercados e supermercados no país, além de atacadistas e distribuidores presentes em todo o território argentino, comprovando a forte atuação da Companhia no segmento de carne industrializada.

Estados Unidos

A JBS USA comercializa marcas reconhecidas em nível global pelo alto padrão de qualidade dos produtos, sempre focados na inovação para agregar valor às vendas dos clientes ao disponibilizar produtos saborosos e práticos aos consumidores. A carteira de clientes é constituída por grandes redes atacadistas, algumas delas atuando em diversos países. Da carteira de atacadistas, os principais clientes detêm um significante número das vendas da Companhia, todos bem consolidados em suas áreas de atuação.

Austrália

Na Austrália, o mercado doméstico possui relevância estratégica e apresenta grande potencial de crescimento. A Companhia atua nesse mercado com marcas fortes e produtos diversificados, voltados a um público consumidor exigente, em crescimento e com alto poder de consumo.

Mercado Externo

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia era a maior exportadora de produtos de origem bovina no Brasil, representando 42,4% do total das exportações de produtos de origem bovina no país, segundo dados do SECEX, e ocupa uma importante posição entre as principais exportadoras brasileiras em todos os setores. Assim como no comércio doméstico, não há concentração de mercado nas exportações, comprovando, mais uma vez, seu alto desempenho.

Argentina

Na Argentina, a Companhia também ocupa o primeiro lugar nas exportações de carne bovina representando 14,9% do total das exportações de produtos de origem bovina no país. Segundo a SENASA, em 2009 a JBS Argentina foi responsável pela maioria das exportações de carne industrializada no país, sendo que os principais destinos das exportações são os Estados Unidos e a Europa, que somam uma base de cerca de 172 clientes no mercado externo.

USA

Para o mercado externo de produtos de origem bovina, a JBS USA oferece produtos com o mesmo padrão de qualidade e reconhecimento de marca, verificados no mercado doméstico. Em 2009, as exportações da Companhia representaram 43,0% do total das exportações de produtos de origem bovina no país.

Para o mercado externo de produtos de origem suína as exportações da Companhia representaram 8,9% do total das exportações de produtos de origem suína no país.

Austrália

A liderança nas exportações de produtos de origem bovina se repete na Austrália, que alcançou um alto rendimento nos produtos comercializados para o mercado exterior em 2009, representando 44,9% do total das exportações de produtos de origem bovina no país.

A liderança nas exportações de produtos de origem bovina se repete alcançando receita superior a US$ 1.999,0 milhões nos produtos comercializados para o mercado exterior em 2009.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados:

A Companhia atua em mercados competitivos e sua participação em cada um deles varia de acordo com o país. Segundo o USDA, foram abatidas 34,2 milhões de cabeças de gado bovino nos Estados Unidos em 2009, tendo a Companhia, com 6,4 milhões de cabeças abatidas no período, cerca de 18,7% de participação nesse mercado. Na Austrália, a companhia abateu 1,7 milhão de cabeças de gado bovino, correspondendo, aproximadamente, a 19,8% do total que, de acordo com o USDA, foi de 8,6 milhões de cabeças. No Brasil, a participação da Companhia foi de cerca de 8,6%. A Companhia abateu 3,4 milhões de cabeças, enquanto o total de abates no Brasil, segundo o USDA, foi de 39,5 milhões de cabeças de gado. Na Argentina, o total de abates, de acordo com o USDA, foi de 15,0 milhões de cabeças de gado bovino, enquanto a Companhia, com 812,8 mil cabeças abatidas no país em 2009, representou aproximadamente 5,4% do total. Segundo dados da Watt Poutry USA de fevereiro de 2010, a Companhia responde por cerca de 19,0% do mercado de produção de carne de frango nos EUA em 2009. Nos Estados Unidos, o total de abates de suínos, de acordo com o USDA, foi de 113,7 milhões de cabeças, tendo a Companhia abatido 12,5 milhões de cabeças no país em 2009, representando, assim, aproximadamente 11,0% do total.

ii. condições de competição nos mercados:

Produção

Segundo dados da USDA, o rebanho mundial de gado bovino em 2009 totalizou 975,1 milhões de cabeças de gado, praticamente estável em relação a 2008.

Dado que a Índia não destina parcela significativa de seu rebanho bovino para fins comerciais em razão de questões religiosas, o Brasil possui o maior rebanho do mundo para fins comerciais, com 185,2 milhões de cabeças de gado em 2009, enquanto que os Estados Unidos possui o 3º maior rebanho do mundo para fins comerciais, com 93,0 milhões de cabeças de gado e a Austrália possui o 7º maior rebanho do mundo para fins comerciais, com 27,4 milhões de cabeças de gado em 2009, segundo dados da USDA.

A partir da tabela abaixo, é possível inferir que os principais países cujos rebanhos bovinos cresceram em 2009 foram Brasil e Austrália. Por outro lado, verifica-se também reduções nos rebanhos de Argentina, Rússia, Estados Unidos, União Europeia e Uruguai.

A retenção de subsídios agrícolas concedidos aos confinamentos na Argentina, em decorrência da crise econômica verificada no país, impactou negativamente sobre a reposição do gado abatido pelos operadores locais. A Rússia vem passando por um processo de redução drástica do seu rebanho bovino, em função de condições climáticas que reduzem sua capacidade de competição no mercado global de carne bovina, tornando-se um grande importador. Nos Estados Unidos, os altos preços dos grãos, a seca e as baixas margens impactaram negativamente sobre o rebanho. Na União Europeia, a redução gradual dos subsídios agrícolas dado a criadores e exportadores vem desestimulando a criação de gado bovino. No caso do Uruguai, as exportações de carne bovina in natura para os Estados Unidos resultou no aumento do abate em proporção superior ao crescimento do rebanho, resultando em sutil redução do seu rebanho. O Uruguai é considerado um país livre de febre aftosa e tem autorização para exportar carne bovina in natura para os Estados Unidos.

A tabela a seguir apresenta os países com os maiores rebanhos bovinos do mundo entre 2004 e 2009:

Maiores Rebanhos Bovinos do Mundo (em milhões de cabeças)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Índia	282,5	282,3	282,0	281,7	281,4	281,1
Brasil	169,6	172,1	173,8	175,4	179,8	185,2
China	112,4	109,9	104,7	105,9	105,7	104,9
Estados Unidos	94,0	96,3	96,6	96,0	94,5	93,0
União Européia	89,3	89,7	88,5	89,0	88,9	88,6
Argentina	53,8	54,3	55,7	55,7	54,3	50,2
Colombia	27,4	28,5	29,3	30,1	30,8	31,2
Austrália	27,3	27,8	28,4	28,0	27,3	27,4
México	24,3	23,7	23,3	22,9	22,7	22,2
Rússia	21,1	19,9	19,0	18,4	17,9	17,5
África do Sul	13,5	13,8	13,9	14,1	14,2	14,3
Canada	14,9	14,7	14,2	13,9	13,2	12,8
Uruguai	12,5	12,3	11,9	11,9	12,0	11,9
Outros	51,5	51,0	50,9	50,3	44,7	34,8
Total	994,1	996,3	992,2	993,3	987,4	975,1

Fonte: USDA

Segundo dados da USDA, foram produzidos 56,8 milhões de toneladas de carne bovina no mundo em 2009, representando um decréscimo de 2,2% em relação a 2008.

A tabela a seguir demonstra os maiores produtores de carne bovina do mundo:

Produção Mundial de Carne Bovina (em milhares de toneladas)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estados Unidos	11,3	11,3	11,9	12,1	12,1	11,8
Brasil	8,0	8,6	9,0	9,3	9,0	8,9
União Européia	8,2	8,1	8,1	8,2	8,1	8,0
China	5,6	5,7	5,8	6,1	6,1	5,8
Argentina	3,1	3,2	3,1	3,3	3,1	3,2
Índia (1)	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6
Austrália	2,1	2,1	2,2	2,1	2,1	2,1
México	1,9	1,7	1,5	1,6	1,6	1,6
Canadá	1,5	1,4	1,3	1,2	1,3	1,3
Rússia	1,6	1,5	1,4	1,4	1,3	1,3
Paquistão	1	1	1,1	1,1	1,2	1,3
Colômbia	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9
África do Sul	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Uzbequistão	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6
Nova Zelândia	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Japão	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Uruguai	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Outros	5,5	5,6	5,7	5,6	5,6	4,9
Total	55,4	56,0	57,1	58,1	57,7	56,6

Fonte: USDA (1) Inclui Carne de Búfalo

Apesar de deter o terceiro maior rebanho bovino comercial do mundo, os Estados Unidos são os maiores produtores globais de carne bovina por causa da alta produtividade de seu rebanho e pelo fato de que em grande parte do gado utilizado nos Estados Unidos são aplicados hormônios de crescimento. Além disso, esses animais são criados em unidades de confinamento, fazendo com que fiquem prontos para o abate muito mais rapidamente que os animais criados a pasto e sem utilização de hormônios. Podemos verificar a alta produtividade dos Estados Unidos através da sua Taxa de Desfrute (índice usado para indicar a quantidade de bovinos abatido durante um ano em relação ao rebanho total), que foi de 36,8% em 2009.

Em 2009, a Austrália registrou uma Taxa de Desfrute de 31,3%, sendo que, diferente dos Estados Unidos, a forma de criação do rebanho é predominantemente extensiva (pastagens), implicando que o rebanho australiano leve mais tempo para atingir o peso ideal para o abate.

A Rússia passa por um período de desestímulo econômico à criação de gado por causa do clima desfavorável verificado no país. A manutenção do abate, quando aliada à menor reposição do gado, com a consequente redução do rebanho disponível, explica a elevada taxa de desfrute apurada no ano de 2009.

A China possui Taxa de Desfrute maior do que a dos Estados Unidos. No entanto, o país não possui as mesmas técnicas e formas de criação dos Estados Unidos. A sua Taxa de Desfrute é maior porque o gado bovino da China é abatido antes mesmo de atingir o peso e a idade ideal. Em 2008, o peso médio da carcaça de um animal abatido na China foi de 136,0 quilogramas, enquanto que a média mundial aproxima-se de 243,7 quilogramas por animal. Além da China estar no limite de sua capacidade de abate, este país vem apresentando taxas de crescimento no consumo de carne bovina superiores à taxa de crescimento do seu rebanho. Diante disso, a Companhia acredita que a China não conseguirá, a longo prazo, atender ao crescimento de sua demanda interna através de sua própria produção e poderá precisar importar carne bovina.

Argentina, Brasil e Austrália possuem os maiores excedentes de produção de carne bovina e, consequentemente, são países exportadores. União Europeia, Rússia e leste da Ásia são áreas deficitárias em termos de produção de carne bovina, o que as torna dependentes do mercado externo.

A tabela abaixo demonstra as Taxas de Desfrute para os anos de 2004 a 2009, nos países indicados:

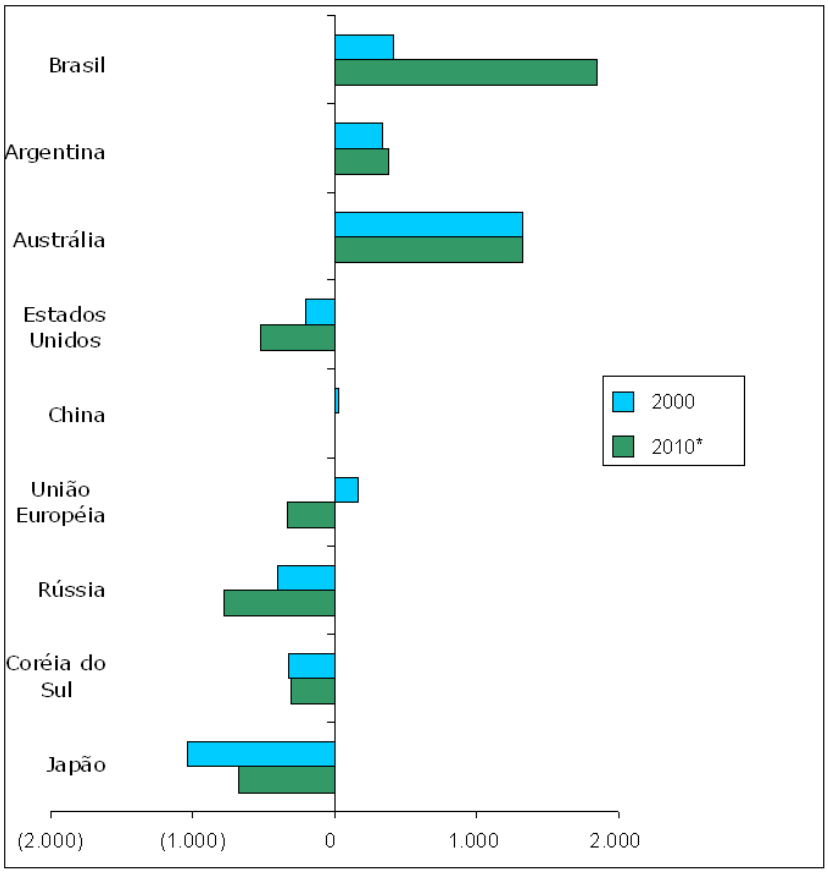
Taxas de Desfrute (Abate sobre Rebanho)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rússia	44,4%	45,3%	43,6%	43,2%	42,2%	42,2%
China	36,6%	37,7%	40,2%	41,0%	42,0%	40,3%
Estados Unidos	35,8%	34,5%	35,7%	36,6%	37,5%	36,7%
União Europeia	33,6%	32,5%	33,0%	32,3%	32,4%	32,4%
Austrália	31,6%	30,5%	30,9%	31,9%	32,0%	31,2%
Canada	29,7%	29,9%	28,0%	27,4%	29,1%	30,2%
Argentina	27,4%	26,8%	24,5%	27,2%	27,2%	29,8%
México	27,8%	25,9%	23,4%	24,8%	25,4%	26,5%
Brasil	21,7%	22,8%	23,6%	24,0%	22,4%	21,2%
Uruguai	17,6%	19,8%	22,6%	19,3%	18,7%	18,0%

Fonte: USDA

O gráfico a seguir demonstra o déficit e o superávit em produção de carne bovina no mundo em milhares de toneladas.

Déficit e Superávit de Carne Bovina – Produção menos Consumo (em milhares de toneladas)



Fonte: USDA *Estimativa USDA

Consumo

A carne bovina é uma fonte rica em nutrientes proteicos e é o terceiro tipo de carne mais consumida no mundo, após a carne suína e de frango. Segundo a USDA, o consumo mundial de carne bovina apresentou um decréscimo de 2,3% em 2009. Grande parte deste consumo está concentrado nos países ocidentais devido aos hábitos alimentares desta região.

Embora a previsão da USDA para 2010 sobre o consumo mundial de carne ainda aponte para ligeira queda em relação ao ano corrente (0,3%), espera-se por uma retomada do crescimento para os anos seguintes, como consequência da expectativa de elevação populacional, do desenvolvimento econômico e do aumento da renda per capita (já que o consumo de carne bovina per capita está diretamente relacionado ao crescimento econômico). Em função disso, acredita-se que países emergentes (China e Brasil, por exemplo) apresentem as maiores taxas de crescimento do consumo de carne bovina, além de países da América Latina, do Oriente Médio e do Leste Europeu.

A tabela a seguir apresenta os maiores consumidores mundiais de carne bovina entre 2004 e 2009:

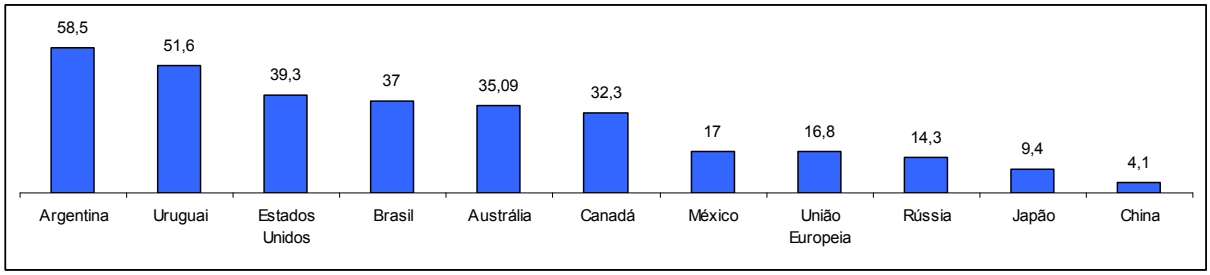
Consumo Mundial de Carne Bovina (em milhares de toneladas)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estados Unidos	12.667	12.664	12.833	12.829	12.452	12.310
União Europeia	8.582	8.550	8.649	8.690	8.352	8.310
Brasil	6.417	6.795	6.969	7.144	7.252	7.410
China	5.566	5.614	5.692	6.065	6.080	5.751
Argentina	2.519	2.451	2.553	2.771	2.732	2.642
Índia (1)	1.638	1.633	1.694	1.735	1.853	1.985
Rússia	2.300	2.492	2.361	2.392	2.441	1.968
México	2.177	2.028	1.894	1.961	1.966	1.880
Paquistão	979	1.009	1.090	1.132	1.174	1.232
Japão	1.169	1.188	1.159	1.182	1.174	1.189
Outros	11.226	11.408	11.910	12.046	11.974	11.439
Total	55.240	55.832	56.804	57.947	57.450	56.116

Fonte: USDA

O gráfico a seguir ilustra a estimativa do USDA para 2010 do consumo de carne bovina per capita (em quilogramas) em determinados países:

Consumo de Carne Bovina (per Capita, em Kg/ano)



Fonte: USDA – Estimativa para 2010

Importações

Apesar de ser o maior produtor do mundo de carne bovina, os Estados Unidos são também os maiores importadores do planeta, tendo em vista que a sua produção não é capaz de atender toda demanda do seu relevante mercado consumidor. Em 2009, segundo a USDA, as importações mundiais de carne bovina totalizaram 6,4 milhões de toneladas, representando um decréscimo de 9,7% em relação a 2008, principalmente em função da queda nas importações por parte dos Estados Unidos, uma vez que o país vem aumentando a sua produção, que foi duramente prejudicada pela ocorrência de BSE em 2004. Para os próximos, anos espera-se o crescimento das importações, tendo em vista, principalmente, (i) o crescimento da demanda nos países desenvolvidos e em desenvolvimento; (ii) a redução do rebanho bovino na Rússia e, consequentemente, de sua capacidade de produção; (iii) a redução dos subsídios aos criadores de gado na União Européia, o que vem afetando negativamente a sua produção; e (iv) a expectativa do início de importações de carne bovina pela China, dado o relevante crescimento no consumo de carne bovina nesse país.

O quadro a seguir ilustra a evolução dos principais importadores de carne bovina do mundo nos anos de 2004 a 2009:

Maiores Importadores de Carne Bovina do Mundo (em milhares de toneladas)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estados Unidos	1.669	1.632	1.399	1.384	1.151	1.254
Rússia	719	978	939	1.030	1.137	700
Japão	634	686	678	686	659	672
União Europeia	641	711	717	642	465	470
México	296	335	383	403	408	300
Coreia do Sul	224	250	298	308	295	290
Canadá	123	151	180	242	230	270
Vietnam	2	20	29	90	200	250
Outros	1.904	2.030	2.213	2.442	2.583	2.233
Total	6.212	6.793	6.836	7.227	7.128	6.439

Fonte: USDA

Exportações

O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, tendo alcançado essa posição de liderança em 2004, enquanto a Austrália é o segundo maior exportador e os Estados Unidos figuram na 3ª posição. De acordo com a USDA, as exportações mundiais apresentaram uma pequena redução de 5,1% de 2008 para 2009, principalmente em função da redução da demanda no mercado internacional, reflexo ainda da crise financeira e escassez de crédito.

No mesmo período, o Brasil apresentou um decréscimo de 13,7% nas suas exportações, reflexo, principalmente, da imposição, por parte dos países da União Europeia, de regras mais restritivas impostas às fazendas criadoras de gado bovino no Brasil. Em 2009, os Estados Unidos apresentaram um decréscimo de 8,3% nas suas exportações em função da crise financeira internacional. A Austrália também reduziu suas exportações em 1,2%.

No entanto, de acordo com as estimativas do USDA, as exportações do Brasil, dos Estados Unidos e do Uruguai deverão crescer 20,3%, 6,6% e 16,1%, respectivamente, refletindo a retomada do crescimento econômico mundial após o período de crise, já em 2010.

O quadro abaixo descreve a evolução dos países líderes nas exportações de carne bovina nos anos de 2004 a 2009:

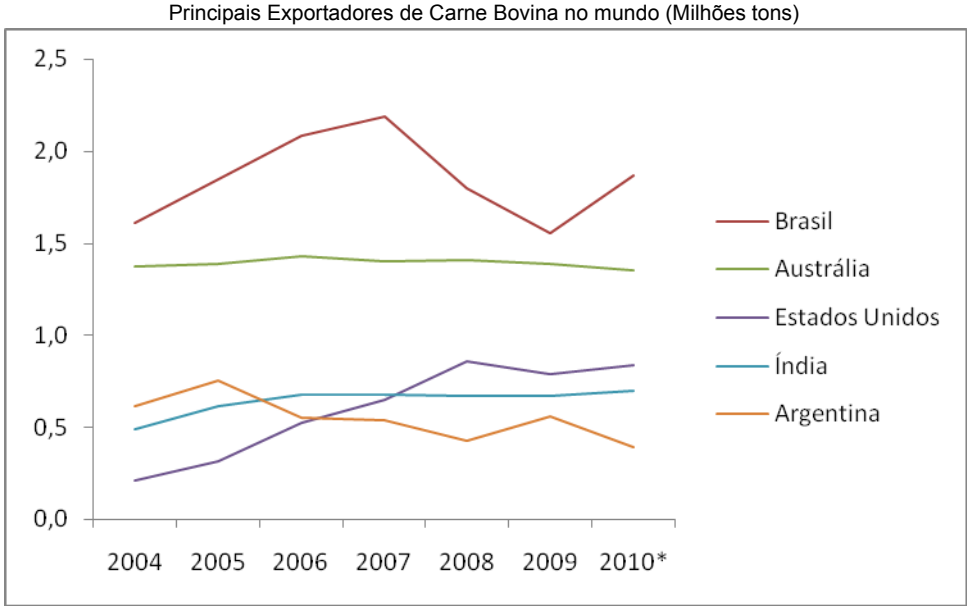
Países Líderes nas Exportações de Carne Bovina no Mundo (em milhares de toneladas)

País	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	1,610	1,845	2,084	2,189	1,801	1,555
Austrália	1,369	1,388	1,430	1,400	1,407	1,390
Estados Unidos	209	316	519	650	856	785
Índia	492	617	681	678	672	675
Argentina	616	754	552	534	422	560
Nova Zelândia	594	577	530	496	533	525
Canadá	603	596	477	457	494	475
Uruguai	354	417	460	385	361	310
Outros	810	805	770	782	944	835
Total	6,657	7,315	7,503	7,571	7,490	7,110

Fonte: USDA

O gráfico abaixo indica os principais exportadores de carne bovina no mundo para os períodos indicados.

Principais Exportadores de Carne Bovina no mundo (Milhões tons)



Fonte: USDA

* Estimativa do USDA

A Indústria Americana de Carne Bovina

Os Estados Unidos possuem o maior rebanho de gado confinado do mundo e são os maiores produtores mundiais de carne bovina devido, principalmente, à carne de alta qualidade proveniente do gado confinado e alimentado com grãos, vendida tanto para o mercado interno quanto externo.

Em 2009, os Estados Unidos processaram 34,2 milhões de cabeças de gado e produziram 11,8 milhões de toneladas de carne bovina. A indústria norte-americana de carne bovina é caracterizada por preços que oscilam diariamente com base em padrões de consumo sazonais e pela oferta e demanda de carne bovina e outras fontes de proteínas nos Estados Unidos e em outros países. Os preços do gado variam com o tempo e são impactados pelos níveis de estoques, ciclo de produção, clima e custo de alimentação do gado, dentre outros fatores.

Os produtores de carne bovina incluem empresas verticalmente integradas que possuem e criam gado para engorda para utilização em suas unidades de abate, e produtores puros, que não possuem gado na engorda.

Os quatro maiores produtores de carne bovina nos Estados Unidos, que representaram aproximadamente 75% da capacidade total dos produtores de carne bovina dos Estados Unidos, de acordo com a Cattle Buyer's Weekly, operam, predominantemente como processadores puros. Os produtores puros de carne bovina norte-americanos geralmente compram gado de confinamentos no mercado à vista ou por meio de acordos de fornecimento a preços de mercado, processam o gado em suas próprias unidades e vendem a carne bovina por preços à vista. O gado normalmente é comprado por preços de mercado e mantido por menos de um dia até o abate, de modo que esses produtores estão normalmente expostos à oscilação dos preços de mercado por menos de duas semanas. Os produtores puros de carne bovina são principalmente operadores de "spread", e seu lucro operacional é determinado, na maioria das vezes, pela eficiência operacional da unidade e não por flutuações de preços de gado e carne bovina. Nos Estados Unidos, a Companhia opera como processadora de carne bovina pura.

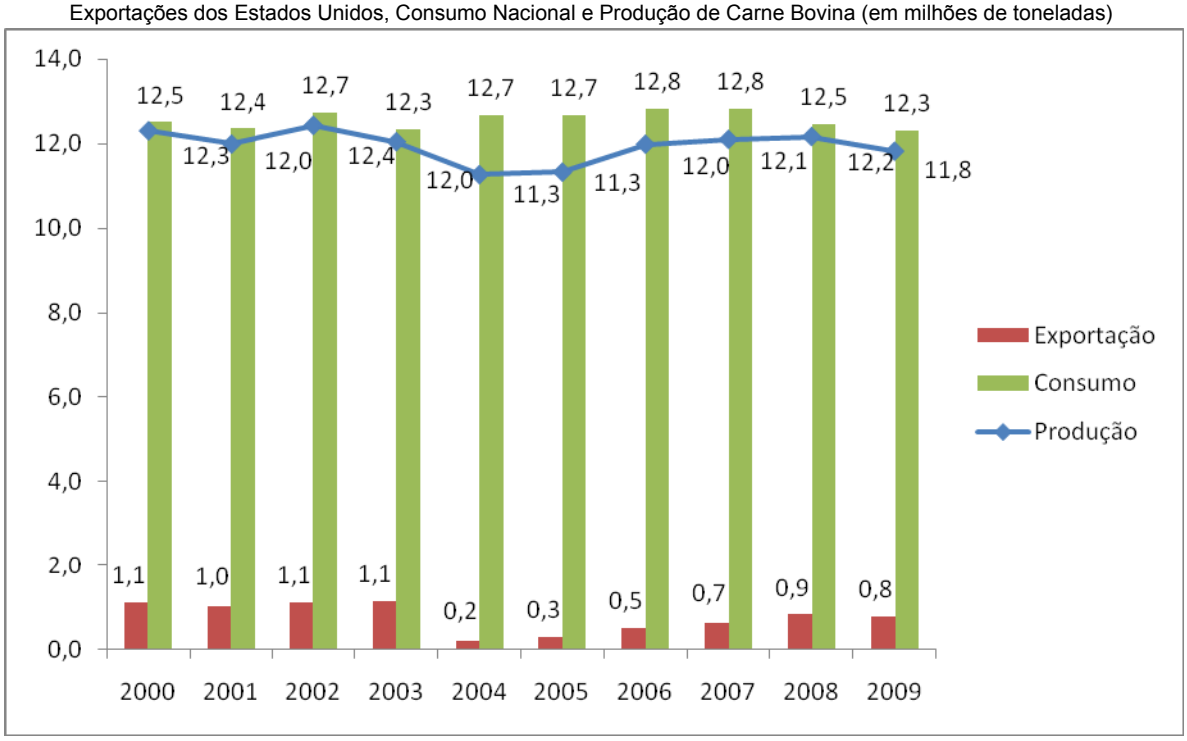
Nas últimas décadas, a demanda por produtos de carne bovina nos Estados Unidos tem apresentado crescimento impulsionado pelo crescimento da população, que é o principal fator de impulso da demanda agregada. Historicamente, a demanda dos consumidores por produtos de carne bovina nos Estados Unidos permaneceu relativamente estável durante as crises econômicas, e também permaneceu relativamente estável durante a atual recessão. A Companhia acredita que a demanda de países em desenvolvimento por exportações norte-americanas seja impulsionada pelo crescimento da população aliado ao crescimento econômico. Conforme melhora a situação econômica dos consumidores, maior o consumo de proteínas

animais. A demanda de exportação tem variado, mas a procura vem crescendo desde a reabertura, em 2005, de certos mercados internacionais que tinham sido fechados à importação da carne bovina norte-americana devido à descoberta de casos isolados de encefalopatia espongiforme bovina, ou BSE (também geralmente denominada doença da vaca louca) em 2003. As exportações de carne bovina norte-americanas atingiram US$3,0 bilhões em 2008, aumento superior a 35% em relação a 2007, de acordo com o USDA, e as exportações permaneceram relativamente estáveis em 2009, apesar do desaquecimento econômico global.

Entre 2006 e janeiro de 2008, nosso maior concorrente norte-americano de carne bovina reduziu sua capacidade de abate em dois milhões de cabeças por ano em quatro unidades, representando uma redução de quase 7% da capacidade de abate total norte-americana de todo o setor, o que tem ajudado a equilibrar a relação oferta/demanda de carne bovina nos Estados Unidos e nos mercados externos. A Companhia acredita que, juntamente com seus concorrentes, tem se beneficiado com a melhoria do equilibro entre fornecimento/demanda de carne bovina nos Estados Unidos e nos mercados de exportação, uma vez que a eliminação na capacidade de abatimento criou mais estabilidade no setor. Atualmente, a Companhia não prevê que a indústria apresente aumento relevante de capacidade num futuro previsível.

O gráfico a seguir demonstra a relação entre a produção nacional de carne bovina nos Estados Unidos, o consumo doméstico e o volume de exportações nos anos indicados (em milhões de toneladas):

Exportações dos Estados Unidos, Consumo Nacional e Produção de Carne Bovina (em milhões de toneladas)

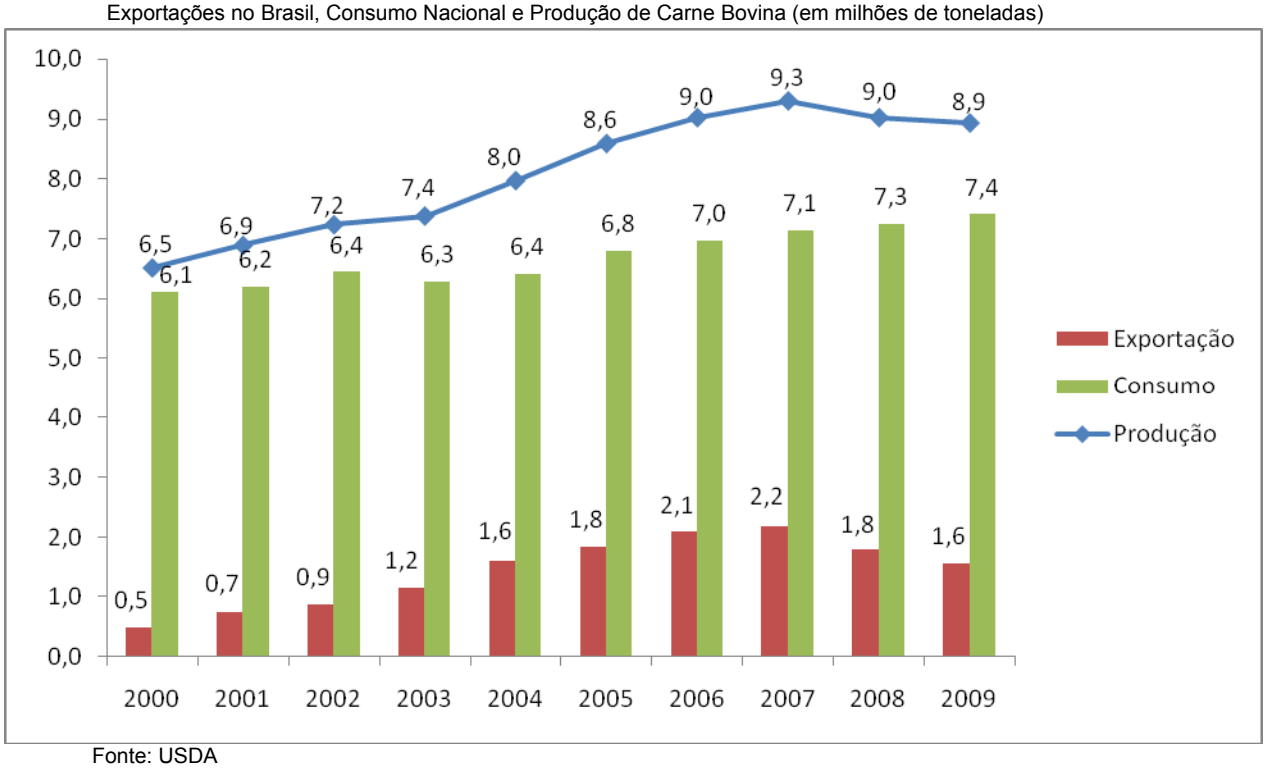


Fonte: USDA

A Indústria Brasileira de Carne Bovina

Com uma estimativa de 191,2 milhões de cabeças de gado em 2010, segundo o USDA, o Brasil possui o maior rebanho de gado no mundo para fins comerciais.

Exportações no Brasil, Consumo Nacional e Produção de Carne Bovina (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

A indústria de carne bovina brasileira tem enfrentado um intenso processo de internacionalização e as exportações de carne bovina brasileira aumentaram consideravelmente, passando de menos de 8,0% da produção no início da década para aproximadamente 17,0% em 2009. O aumento das exportações brasileiras de carne bovina são decorrentes:

- do aumento da produtividade no setor de carne bovina brasileiro e redução dos custos de produção;
- da intensificação das campanhas de marketing e propaganda;
- de um aumento do número de destinatários das exportações;

O Brasil oferece diversas vantagens competitivas na produção de carne bovina, dentre as quais destaca-se:

- *Baixo custo de produção*: o Brasil possui um dos mais baixos custos de produção de carne bovina entre os maiores produtores mundiais.
- *Alto potencial de crescimento da produção*: O Brasil possui atualmente o maior rebanho de gado no mundo para fins comerciais com 185,2 milhões de cabeças de gado, com uma Taxa de Desfrute de 21,3%, em comparação com 31,3% na Austrália e 36,8% nos Estados Unidos. O Brasil ainda possui grandes quantidades de terras disponíveis em áreas rurais, o que também permite ampliar substancialmente a criação e a produção de carne bovina brasileira.
- *Criação extensiva e outras vantagens*: A criação de gado no Brasil é predominantemente extensiva. Diferentemente da maioria dos principais produtores mundiais de carne bovina (incluindo os Estados Unidos e os países da União Européia), o gado brasileiro alimenta-se de pastagem e/ou de ração de origem vegetal, o que é visto como um fator que elimina o risco de um surto de BSE no gado brasileiro. Além disso, a carne bovina produzida no Brasil é caracterizada por seu baixo teor de gordura e por não conter hormônios de crescimento, que são utilizados na criação do gado em outros

países. Tais fatores são importantes no posicionamento de marketing da carne bovina brasileira, principalmente junto a alguns países desenvolvidos.

- *Forte demanda do mercado doméstico*: O Brasil possui um amplo mercado doméstico de carne bovina, que, tradicionalmente, consome cerca de 80,0% de sua produção. Essa forte demanda no mercado interno permite otimizar a utilização e o processamento de cada carcaça, o que acredita-se ser uma vantagem competitiva em relação a outros produtores mundiais de carne bovina.

O quadro a seguir apresenta o montante total (em US$ milhões) das exportações brasileiras de carne bovina nos principais mercados exportadores em 2009:

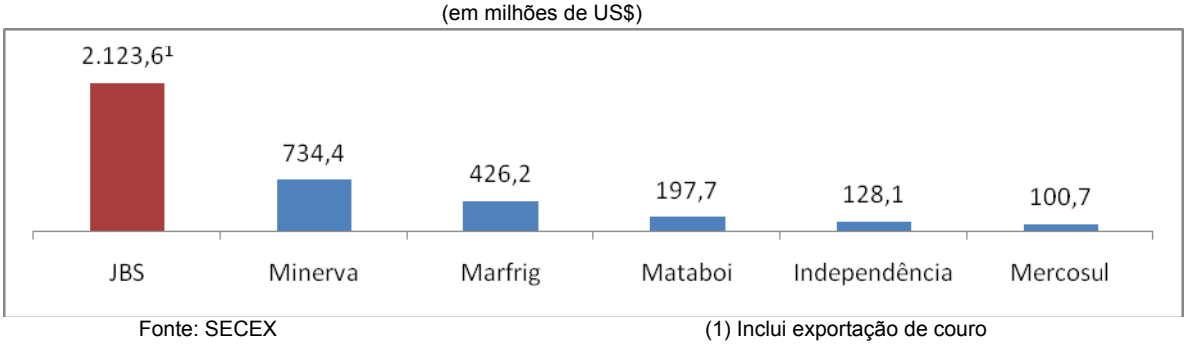
Destinações e Montantes de Exportações Brasileiras de Carne Bovina em 2009

País	Volume(mil toneladas)	Valor (US$ milhões)	(%)
RÚSSIA	334,1	952,8	23,1%
HONG KONG	207,4	612,1	14,9%
UNIÃO EUROPEIA	125,7	607,8	14,8%
IRA	89,0	335,4	8,1%
ESTADOS UNIDOS	44,3	231,8	5,6%
EGITO	81,6	217,2	5,3%
VENEZUELA	40,0	165,0	4,0%
ARGELIA	51,1	142,3	3,5%
Outros	271,9	854,1	20,7%
Total	**1.245,1**	**4.118,5**	**100%**

Fonte: SECEX/MDIC

O gráfico a seguir demonstra as maiores empresas brasileiras exportadoras de produtos de origem bovina, bem como as respectivas receitas com exportação em 2009:

Maiores Empresas Exportadoras de Produtos de Origem Bovina do Brasil em 2009
(em milhões de US$)



Fonte: SECEX (1) Inclui exportação de couro

A Indústria Argentina de Carne Bovina

Produção

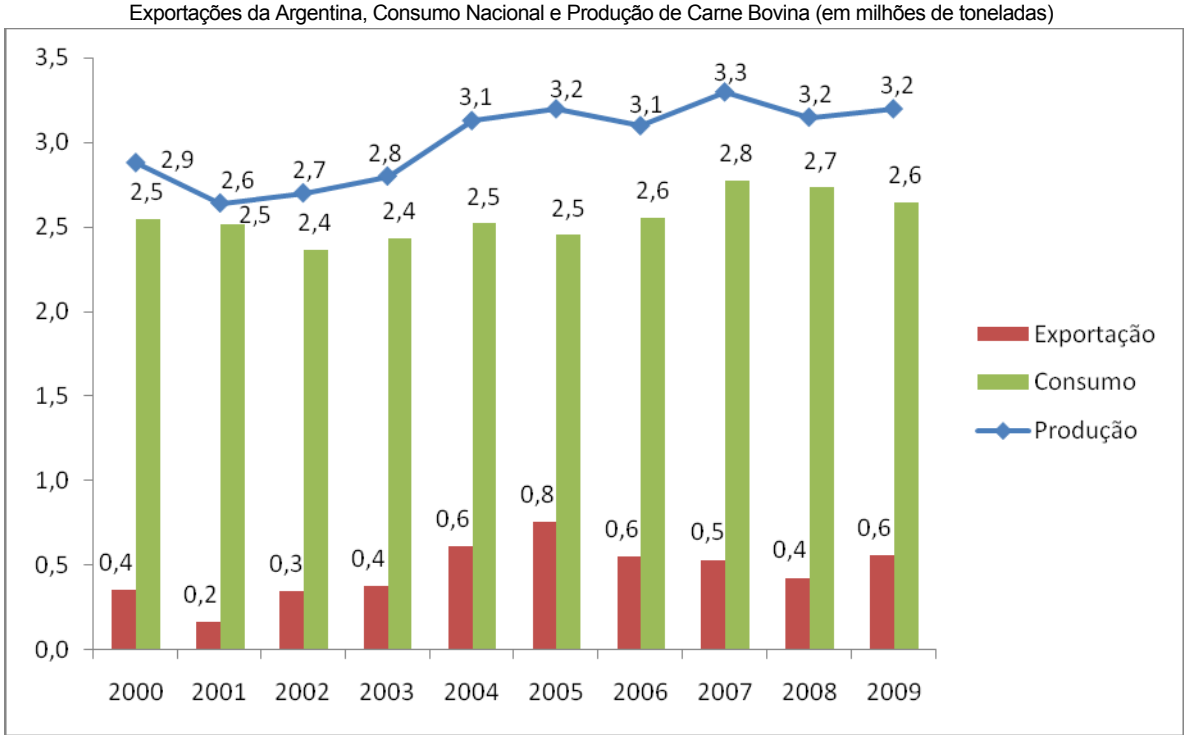
Com uma estimativa de 49,7 milhões de cabeças de gado em 2010, segundo o USDA, a Argentina possui o quinto maior rebanho de gado no mundo para fins comerciais.

Devido a baixa taxa de desfrute apresentada pela Argentina (29,9% em 2010, conforme USDA), existe um potencial significativo da Argentina aumentar ainda mais sua produção durante os próximos anos.

Consumo

O consumo de carne bovina na Argentina tem se mantido relativamente constante durante os últimos anos, dado que esta já apresenta um dos maiores consumos per capita no mundo (64,6 kg/habitante contra 40,2 kg/habitante nos Estados Unidos e 37,3 kg/habitante no Brasil). Conforme o USDA, durante 2010, este consumo deverá permancer praticamente estável, mantendo a tendência apresentada durante os últimos anos.

Exportações da Argentina, Consumo Nacional e Produção de Carne Bovina (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

Exportação

Nos últimos anos, a indústria de carne bovina argentina vem aumentando suas exportações de maneira significativa. Em 2009, a Argentina era a quinta maior exportadora de carne bovina no mundo, segundo o USDA, com uma participação de 7,9% no total das exportações mundiais de carne bovina. A Argentina obteve um enorme sucesso no marketing internacional feito com o intuito de posicionar a carne argentina com uma percepção *premium* no mercado internacional.

O quadro a seguir demonstra o montante geral (em milhões) das exportações argentinas de carne bovina como um percentual do total das exportações nos principais mercados exportadores para a carne bovina brasileira em 2009:

Destinações e Montantes de Exportações Argentinas de Carne Bovina em 2009

País	Volume (mil toneladas)	Valor (US$ milhões)	%
União Europeia	112,8	708,3	32,2%
Rússia	177,7	383,4	17,4%
Hong Kong	78,1	174,8	7,9%
Chile	45,3	161,9	7,4%
Israel	31,8	112,8	5,1%
Venezuela	27,9	101,2	4,6%
Brasil	19,8	77,6	3,5%
Outros	190,0	481,9	21,9%
Total	**683,4**	**2,201,9**	**100,0%**

Fonte: SENASA.

A União Européia representa uma parcela significativa das exportações da Argentina. A *Hilton Beef Quota* é uma quota de tarifa de importação para carne bovina resfriada, sem osso e de alta qualidade, estabelecida pela União Européia como uma maneira de compensar as restrições à importação de outras mercadorias agrícolas. A alíquota tarifária é de 20,0%, comparada com a tarifa integral de 104,0%. A atual quota de aproximadamente 60.600 toneladas de carne *in natura* e resfriada é dividida entre seis países, com a

Argentina representando 46,0% da quota (28.000 toneladas). As exportações, de acordo com a *Hilton Beef Quota*, têm sido a principal fonte de receita para os exportadores argentinos de carne bovina, representando um total de aproximadamente US$217,8 milhões de receita de exportação anual. O governo argentino, através da SAGPYA, aloca um volume da quota entre os exportadores argentinos de carne bovina.

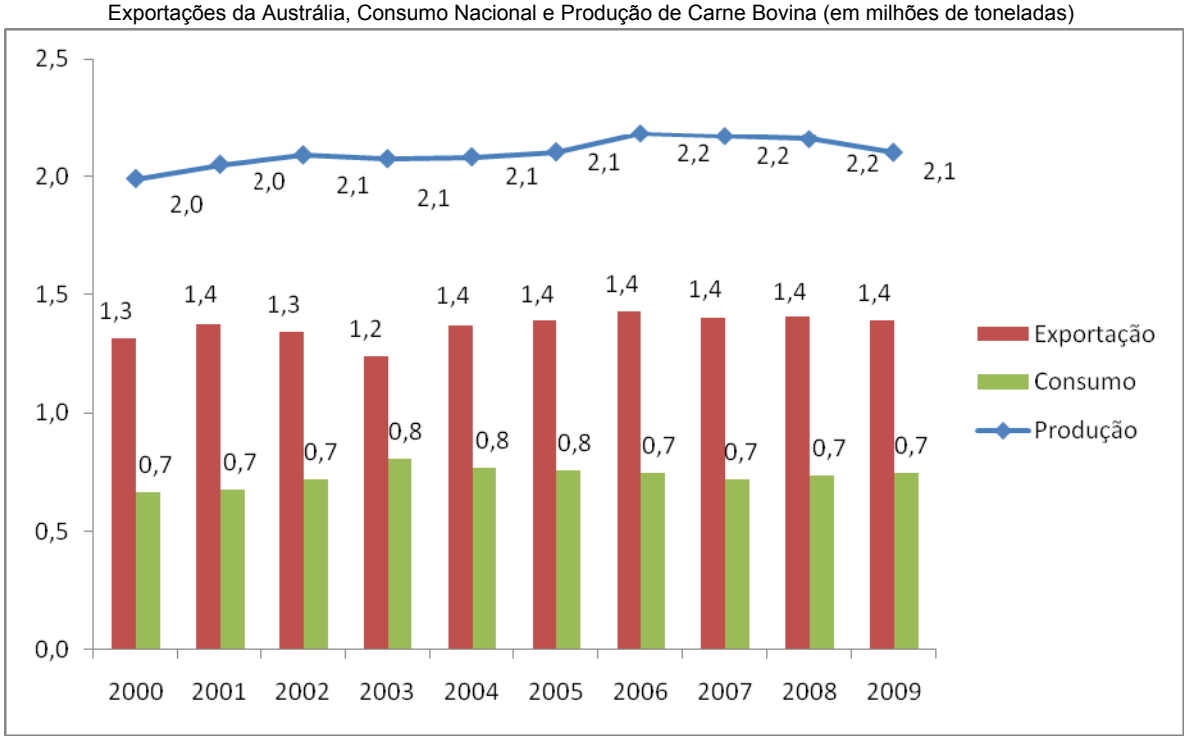
Em 2009, as exportações de carne bovina da Argentina cresceram 32,7%. O aumento do abate, ocasionado pelo preço retraído do gado, fez com que o governo revisse as restrições às exportações de carne bovina argentina, com o objetivo de estimular a produção pecuária no país.

A Indústria Australiana de Carne Bovina

A Austrália é fornecedora tradicional de carne bovina de gado alimentado no pasto, fonte de alimento bem mais barata do que os grãos. Com a vasta extensão de terras disponíveis na Austrália para a criação e alimentação do gado, o pasto constitui o método de alimentação predominante. A maior parte do gado abatido na Austrália é alimentado na invernada ou pasto e não engordado em confinamentos. A Austrália apresenta, também, um setor de gado de corte alimentado com grãos, que fornece carne bovina processada para exportação, principalmente ao Japão, Coreia do Sul e ao mercado interno. O gado alimentado com grãos correspondeu a 27% do gado abatido em 2008, representando 34% da produção total de carne bovina da Austrália. A Companhia escolhe ser verticalmente integrada na Austrália com o fim de fornecermos produtos com margens mais altas, como *Kobe-style beef*, a clientes dos mercados asiáticos. A Austrália é um dos países líderes na exportação de carne bovina há mais de uma década. A Companhia acredita que aproximadamente 75% das exportações são tradicionalmente vendidas aos Estados Unidos, Japão e Coréia do Sul, contudo, a carne bovina australiana tem sido cada vez mais exportada à Rússia, Taiwan, Indonésia, Chile e os Emirados Árabes Unidos, entre outros países. Os frigoríficos australianos, incluindo nossas operações australianas, têm se beneficiado pelo fechamento de muitos mercados à carne bovina norte-americana, em razão da constatação de casos isolados de BSE nos Estados Unidos. Entretanto, as exportações australianas têm permanecido fortes, subsequentemente à reabertura de mercados internacionais à carne bovina norte-americana.

O gráfico a seguir demonstra a relação entre a produção nacional australiana de carne bovina, o consumo doméstico e o volume de exportações nos anos indicados:

Exportações da Austrália, Consumo Nacional e Produção de Carne Bovina (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

Outros Temas Relevantes Relativos à Indústria de Carne Bovina

BSE (Encefalopatia Espongiforme Bovina)

BSE, popularmente conhecida como doença da vaca louca, é uma moléstia crônica degenerativa que afeta o sistema nervoso dos bovinos provocando o descontrole motor. As células do cérebro morrem, fazendo com que o animal passe a agir como se estivesse enlouquecido. A transmissão dessa doença ocorre através da ingestão pelo animal de ração preparada à base de carne, ossos, sangue e vísceras. O causador da doença não é um vírus ou bactéria, mas sim uma proteína anormal denominada príon. O primeiro caso da doença foi diagnosticado no Reino Unido, em 1986. Devido ao descontrole na utilização de ração de origem animal, a doença se disseminou em vários países, principalmente nos localizados na União Européia. Em 1995, foi diagnosticada a primeira vítima humana de Creutzfeldt-Jakob, doença cuja origem foi atribuída à ingestão de carne bovina de animal contaminado com BSE. A transmissão da doença para seres humanos ocorre através da ingestão de carne contaminada, mesmo cozida ou frita.

Desde então, a OIE vem reportando diversos casos de BSE em rebanhos bovinos no mundo, sendo que a grande maioria foi registrada em países localizados na Europa, principalmente em países membros da União Européia. Os demais países do mundo a registrarem a doença em seus rebanhos bovinos são os Estados Unidos, Canadá, Japão e Israel. A principal característica desses países é a criação de gado pelo método intensivo (utilização de confinamento e ração de origem animal).

Pelo fato de a BSE ser contraída através da ingestão de rações de origem animal, países onde a criação de gado é extensiva e cuja alimentação é baseada em pastagem, como o Brasil e Argentina, são considerados países livres da doença. Nesses dois países é proibida a utilização de ração de origem animal na alimentação do rebanho bovino. No Brasil e na Argentina nunca foram registrados casos da doença.

Febre Aftosa

Descoberta na Itália no século XVI, a febre aftosa é uma doença contagiosa, ocasionada por um vírus, e que afeta animais bovinos, suínos, bufalinos, caprinos, ovinos, cervídeos e outros animais que possuem cascos fendidos. Os seres humanos são raramente infectados pelo vírus, fato comprovado pelo reduzido número de casos humanos descritos no mundo, mesmo perante as freqüentes oportunidades de exposição ao agente. A transmissão pode ocorrer por contato com animais enfermos ou materiais infectados, através de lesões mínimas pelas quais o vírus penetra no organismo ou pela ingestão de leite não pasteurizado. A contaminação humana devido à ingestão de carnes e outros produtos de mesma origem não foi comprovada. A transmissão entre seres humanos também não foi relatada.

A importância da febre aftosa em termos de saúde pública seria mínima se não fosse considerados os impactos econômicos e sociais tendo em vista os prejuízos sobre a produção, produtividade e rentabilidade da pecuária. A doença causa a redução da disponibilidade do produto no país, como também impõem embargos a produtos de determinada procedência, uma vez que resulta na redução das exportações tendo em vista aos embargos de países importadores impostos em decorrência da doença.

A Indústria Americana de Carne Suína

A carne suína é o tipo de carne mais consumido no mundo, em volume, e é a terceira maior fonte de proteínas de carne consumida nos Estados Unidos, atrás das carnes de frango e bovina. Os Estados Unidos são o terceiro maior produtor e consumidor de carne suína do mundo, atrás da China e da União Européia. Os Estados Unidos são também um dos maiores exportadores mundiais de carne suína, de acordo com a USDA.

A indústria americana de carne suína é caracterizada por preços que oscilam diariamente com base em padrões de consumo sazonais e pela oferta e demanda de carne suína e outras carnes nos Estados Unidos e em outros países. Em geral, a demanda do consumidor interno e externo de produtos de carne suína direciona a demanda de longo prazo por parte dos produtores de carne suína. A rentabilidade dos processadores de carne suína depende principalmente de sua capacidade de adquirir ou criar suínos de forma eficiente em termos de custo e minimizar os custos de produção, maximizando a eficiência da unidade. Os preços da carne suína variam com o tempo e são impactados pelos níveis de estoques, ciclo de produção, clima e custos de alimentação dos animais, entre outros fatores.

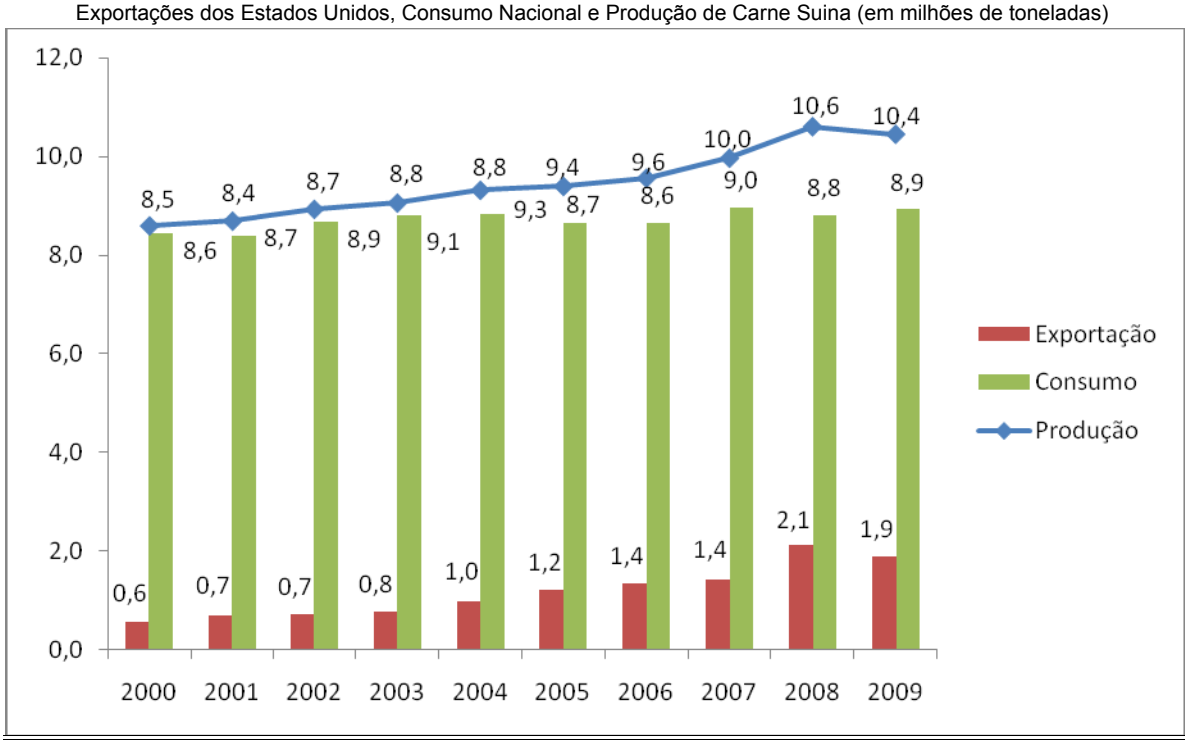
Os produtores de carne suína incluem empresas verticalmente integradas, que possuem e criam suínos na engorda para utilização em suas instalações de produção, e produtores puros, que não possuem suínos na engorda. Os produtores puros em geral compram suínos por meio de contratos de fornecimento de longo prazo a preços de mercado vigentes, abatem os suínos em suas próprias instalações e vendem os produtos

por preços à vista. Os suínos acabados são comprados via de regra a preços de mercado e mantidos por menos de um dia até o abate, de modo que os produtores puros ficam expostos a oscilações dos preços de mercado por menos de duas semanas. Os produtores puros de carne suína são principalmente operadores de "spread", e seu lucro operacional é em grande parte determinado pela eficiência operacional da unidade e não por flutuações dos preços dos suínos e da carne suína. Nossas operações de carne suína norte-americanas funcionam como processadoras puras de carne suína.

Embora afetada por padrões de consumo sazonais, a demanda por carne suína tem permanecido invariavelmente alta. A Companhia acredita que nas últimas décadas o crescimento da população têm sido a principal impulsionadora do aumento da demanda agregada de carne suína nos Estados Unidos. A Companhia acredita que a demanda de países em desenvolvimento por exportações dos Estados Unidos é impulsionada pelo crescimento da população aliado ao crescimento econômico: conforme melhora a situação econômica dos consumidores, maior o consumo de proteínas animais. Para atender a crescente demanda mundial, as exportações de carne suína norte-americanas mais do que triplicaram na última década para quatro bilhões de libras, de acordo com a USDA. Os três principais mercados exportadores para a carne suína e subprodutos suínos dos Estados Unidos são Japão, México e Canadá.

O gráfico a seguir demonstra a relação entre a produção nacional norte-americana de carne suína, o consumo doméstico e o volume de exportações nos anos indicados:

Exportações dos Estados Unidos, Consumo Nacional e Produção de Carne Suina (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

A Indústria Americana de Carne de Frango

A avicultura é um setor composto principalmente por produtos de carne de frango e de peru. Os produtos de frango são a fonte de proteína de carne mais consumida nos Estados Unidos e a segunda carne mais consumida no mundo, em termos de volume. Os Estados Unidos são os maiores fabricantes de produtos de frango, segundo o USDA.

O setor de frango norte-americano é caracterizado por alterações diárias no preço tomando como base parâmetros de consumo sazonal, fornecimento e demanda totais de frango e de outras carnes nos Estados Unidos e no exterior. Os preços do frango variam conforme o tempo e são afetados pelos níveis de estoque, ciclos de produção, pelo clima e pelos preços dos alimentos, dentre outros fatores.

Normalmente, os processadores de frango de grande escala são processadores verticalmente integrados. Os processadores verticalmente integrados possuem e criam matrizes para a produção de ovos para incubação. Uma vez nascidos, os pintos, ou frangos, são transportados para fazendas de crescimento contratadas independentes onde se desenvolvem até a idade de sete a nove semanas. O processador fornece aos criadores contratados os pintos, alimentos e serviços veterinários. Os processadores verticalmente integrados de frangos podem ser significativamente afetados pelas demandas de capital de giro, uma vez que os pintos se alimentam por aproximadamente sete a nove semanas, sem geração de receita até que processados. Adicionalmente, os pintos consomem alimentos (produzidos principalmente a partir de farelo de milho e soja) com um preço de substituição que está sujeito às variações de preço no mercado, e os processadores de carne de frango verticalmente integrados sofrem exposições financeiras diretas à volatilidade nos preços das rações.

Embora afetada pelos parâmetros de consumo sazonal, a demanda de frango permaneceu consistentemente sólida. Durante as últimas décadas, a mudança demográfica da mão-de-obra, as tendências de dieta e a procura crescente de serviços de alimentação são os principais impulsores do aumento da demanda dos produtos de frango nos Estados Unidos. A Companhia acredita que a demanda do consumidor por exportações norte-americanas em países em desenvolvimento é impulsionada pelo crescimento populacional composto resultante do crescimento econômico. Na medida em que as circunstâncias econômicas dos consumidores melhoram, eles tendem a mudar suas dietas para proteínas. Os Estados Unidos são o segundo maior exportador mundial de carne de frango atrás do Brasil, de acordo com o USDA. Os maiores importadores de produtos de frango norte-americanos são Rússia, China e México que, juntos, respondem por quase metade das exportações de produtos de frango norte-americanas.

Competitividade da indústria de carne bovina e suína

Os setores de carne bovina e suína são altamente competitivos. A concorrência existe tanto na compra de gado bovino e suíno, quanto na venda de produtos. No Brasil, os concorrentes no mercado de carne bovina incluem os frigoríficos Marfrig, Minerva e Independência. A Companhia concorre com diversos produtores internacionais de carne bovina, inclusive empresas sediadas nos Estados Unidos (Tyson Foods Inc., National Beef Packing Company, LLC e Cargill Inc.) e na Austrália (Teys Bros Pty Ltd. e Nippon Meat Packers Ltd.), bem como com produtores de carne suína (Smithfield Foods, Inc., Tyson Foods Inc. e Cargill Inc.). Os principais fatores competitivos nas indústrias de processamento de carne bovina e suína são eficiência operacional e disponibilidade, qualidade e custo de matérias-primas e mão-de-obra, preço, qualidade, segurança alimentar, distribuição de produto, inovações tecnológicas e fidelidade à marca. A capacidade da Companhia para concorrer de forma eficaz depende de sua capacidade de concorrer com base nestas características.

Competitividade da indústria de carne de frango

O setor de carne de frango é altamente competitivo. Tanto nos Estados Unidos quanto no México, a Pilgrim's Pride reestruturada concorrerá principalmente com outras empresas de carne de frango verticalmente integradas. Os fatores de concorrência variam conforme o mercado. No mercado de serviços alimentares, a Companhia acredita que a concorrência está fundamentada principalmente em qualidade consistente, desenvolvimento do produto, atendimento e preço. No mercado varejista norte-americano, a Companhia acredita que a concorrência está fundamentada principalmente na qualidade do produto, conhecimento da marca, atendimento ao cliente e preço. Além disso, existe uma concorrência com outros processadores não verticalmente integrados no ramo de frango preparado. Os principais concorrentes da Companhia são a Tyson Foods, Inc., Cargill Inc., Hormel Foods Corporation e Sara Lee Corporation.

d. Eventual sazonalidade:

Demanda

No setor de carne bovina nos Estados Unidos, a demanda sazonal de produtos de carne bovina é maior nos meses de verão e no outono, quando os padrões climáticos permitem mais atividades ao ar livre e em regra há aumento da demanda de produtos de maior valor agregado que são grelhados, como bifes. Tanto os preços do gado vivo como os preços da carne bovina embalada tendem a atingir altas sazonais em tais épocas. Em razão do aumento do consumo, condições de crescimento mais favoráveis e alojamento de animais em confinamentos nos meses de inverno, geralmente há mais gado disponível no verão e outono. A demanda sazonal na Austrália não flutua de modo tão significativo como nos Estados Unidos.

O setor de carne suína apresenta ciclos sazonais semelhantes, porém em diferentes meses. O suíno leva em média 11 meses, a partir da concepção, para atingir o peso de mercado. Em geral, as matrizes são menos

produtivas nos meses de verão, resultando em menor disponibilidade de suínos na primavera e início de verão, épocas nas quais os preços de suínos e carne suína costumam aumentar e a produção cair. A maior demanda por carne suína ocorre de outubro a março, quando a disponibilidade de suínos e períodos de festas aumentam a demanda de presunto, lombo e outros produtos de carne suína de maior valor agregado. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a demanda sazonal seguiu os padrões históricos normais.

No setor de frango, a Pilgrim's Pride não vivencia grandes flutuações na demanda em virtude de sazonalidade. Contudo, as vendas líquidas da Pilgrim's Pride têm sido historicamente mais altas em seu terceiro e quatro exercícios fiscais, correspondendo aos meses de primavera e verão. As vendas líquidas da Pilgrim's Pride têm sido historicamente mais baixas em seu primeiro trimestre fiscal, correspondendo ao outono e início do inverno.

Impacto do preço de commodity

Assim como acontece com os mercados de carne bovina e suína, os mercados de frango são afetados pelas flutuações nos preços de determinadas commodities. Contudo, os negócios da Pilgrim's Pride são mais fortemente influenciados pelas flutuações nos preços do milho e do farelo de soja, que são ingredientes de ração necessários para suas operações integradas verticalmente. Os segmentos de carne bovina e suína da Companhia, por outro lado, são afetados apenas indiretamente pelas flutuações nos preços de ingredientes de ração já que a Companhia não detém ou cria suas próprias cabeças de gado ou suínos (exceto as operações de gado australianas). Ao invés disso, os segmentos de carne bovina e suína da Companhia são afetados mais diretamente pelas flutuações no mercado à vista para cabeças de gado e suínos, onde a Companhia compra uma parte significativa do gado e dos suínos que a Companhia precisa. A Pilgrim's Pride também é significativamente influenciada por flutuações no custo de energia, tanto em termos de custo de produção e fabricação quanto com relação às despesas de entrega e de transporte correlatas.

Doenças e Barreiras Comerciais

Riscos sanitários envolvem surtos de doenças no gado. Os acordos bilaterais sanitários variam entre países. Surtos de doenças podem provocar a imposição de barreiras comerciais entre as nações.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

Brasil

Gado

A principal matéria-prima da Companhia é o gado bovino. Atualmente, a Companhia adquire a maior parte do gado utilizado nas suas atividades de fazendas pecuárias situadas em um raio de até 500 quilômetros de suas instalações de abate no Brasil. A Companhia é capaz de manter um custo reduzido com o transporte de gado, uma vez que suas plantas estão localizadas próximas aos principais centros produtores. Além disso, dada a proximidade entre as instalações de abate e os produtores, a Companhia é capaz de mitigar o risco de perda de peso e de ferimento do gado durante o transporte.

A Companhia celebra acordos de aquisição de compra de gado a termo. Nesse contexto, a Companhia ajuda os criadores de gado locais a obterem financiamento com instituições financeiras por meio de um programa que foi criado para auxiliar os criadores na obtenção de financiamento para melhoria e expansão de suas operações, uma vez que tais espécies de financiamentos não estavam tradicionalmente disponíveis para tais criadores. O funcionamento do programa de financiamento é o seguinte:

- uma instituição financeira local concede um empréstimo de curto prazo a um criador de gado;
- o criador de gado dá em garantia ao referido empréstimo determinado número específico de cabeças de gado, cujo valor total (na data do contrato de empréstimo) excede o montante principal do empréstimo;
- a Companhia concorda em adquirir o gado da instituição financeira na data de vencimento do empréstimo por um preço determinado no contrato com um desconto, sendo que o pagamento é realizado mediante a entrega do gado nas plantas de abate da Companhia;

- o risco de inadimplemento permanece com o criador do gado, dado que a Companhia só está obrigada a adquirir o número de bovinos que a Companhia considera saudáveis e adequados, e desde que entregues pelo criador de gado nas plantas da Companhia; e

- a instituição financeira utiliza os recursos pagos pela Companhia para reduzir o montante principal e de juros acumulados no empréstimo, reembolsando o criador de gado com qualquer montante em excesso.

A Companhia possui empregados especializados na compra de gado, localizados em todas as principais áreas de produção de gado no Brasil. Eles são treinados para selecionar animais de alta qualidade e livres de doenças, sendo que desempenho é continuamente monitorado pela Companhia. A Companhia adquire gado somente de produtores selecionados e registrados, baseados em rigorosas diretrizes de seleção de animais. A Companhia exige de todos os seus fornecedores a documentação de qualidade de suas operações e a verificação de que sua utilização de antibióticos e produtos químicos agrícolas segue os respectivos padrões da indústria. Todo o gado que a Companhia recebe é inspecionado pelos veterinários do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, o qual autoriza a sua produção e processamento.

Os preços de gado estão sujeitos a oscilações. Os fornecimentos e os preços do gado são afetados por vários fatores, tais como as condições meteorológicas, acesso ao capital pelo criador de gado e período de safras.

Estados Unidos

A principal matéria-prima das unidades de produção norte-americanas é o gado vivo. Todo o processo de obtenção de gado norte-americano fica centralizada na sede da JBS USA, em Greeley, Colorado. A Companhia solicitou a todos os seus mais de 3.000 fornecedores de gado que comprovem a qualidade de suas operações de confinamento, confirmem que a utilização de antibióticos e produtos químicos agrícolas segue os padrões pretendidos pelo fabricante e confirmem que a ração utilizada não contém produtos com proteína animal que tenham sido associados a surtos de BSE.

A Five Rivers opera 13 unidades de confinamento de gado com capacidade para comportar aproximadamente 839.000 cabeças de gado, localizadas no Colorado, Idaho, Kansas, Oklahoma, Novo México, Ohio e Texas, adjacentes às nossas unidades de abate do segmento de carne bovina existentes. A Five Rivers opera exclusivamente como uma unidade de confinamento de terceiros, às vezes conhecida como operação de "hospedagem". Segundo este modelo, a unidade de confinamento "hospeda" gado de propriedade de terceiros em troca de taxas. A Five Rivers tem um acordo desse tipo com nossa afiliada, a J&F Oklahoma Holdings, Inc., ou J&F Oklahoma, que é uma subsidiária integral da J&F Participações S.A., acionista da JBS S.A. Conforme este acordo, a Five Rivers concordou em "hospedar" gado de propriedade da J&F Oklahoma em troca de taxas. Embora o operador de confinamento geralmente vende o gado em nome do proprietário (deduzindo as taxas dos lucros da venda), o risco final do gado não ser vendido é arcado pelo proprietário do gado, não pelo operador do confinamento.

Austrália

As principais matérias-primas que a Companhia utiliza nas unidades de processamento australianas são gado bovino, ovino e caprino vivo. A função de obtenção de gado se concentra em obter com eficiência gado alimentado no pasto e gado para engorda para nosso negócio de gado alimentado com grãos. O gado alimentado no pasto é obtido de fornecedores terceirizados, com características específicas de peso e classificação. Esse processo ajuda a assegurar que o gado atenda nossas exigências de futuros pedidos. A maior parte do gado alimentado com grãos é obtida de unidades de confinamento de gado de propriedade da Companhia.

A Companhia opera cinco unidades de confinamento de gado que fornecem gado alimentado com grãos exclusivamente às nossas operações de produção na Austrália. Em média, o gado permanece em nossas unidades de confinamento por aproximadamente 140 dias até ser transferido às nossas operações de produção.

Gado Suíno

A Companhia (por meio da JBS USA) emprega uma rede de compradores de gado suíno em suas unidades de produção e estações de compras para garantir seu suprimento de gado suíno. Em 2009, aproximadamente 72,8% das compras de gado suíno da Companhia foram efetuadas por meio de diversos tipos de contratos de fornecimento que nos proporcionam suprimento estável de gado suíno de alta qualidade. Esses contratos de

fornecimento têm, em regra, prazos de quatro a cinco anos e estipulam compromissos de compra mínimos e máximos com preços baseados, em parte, no preço de mercado dos suínos por ocasião da entrega, com realização de ajustes com base na qualidade, peso, composição magra e qualidade da carne. A Companhia compra os cerca de 28,2% remanescentes de seu gado suíno no mercado à vista pelo preço de mercado diário com a mesma qualidade geral e grau de rendimento que exige nos termos de seus contratos. A Companhia exige programa de certificação de fornecedor abrangente e realiza testes de corte abrangentes nos animais de seus fornecedores em potencial para determinação da composição da carcaça e magreza.

Os produtores verticalmente integrados de carne suína, que possuem suínos para engorda, podem ficar sujeitos a impacto financeiro significativo em termos de utilização de capital de giro, pois os suínos para engorda são alimentados por aproximadamente 180 dias e não geram receita até o abate. Além disso, como os suínos para engorda consomem alimento com preço de reposição sujeito a alterações de mercado, os produtores verticalmente integrados apresentam exposição financeira direta à volatilidade dos preços de milho e de outros insumos. Atualmente, a Companhia é uma produtora não-verticalmente integrada de carne suína. A Companhia não possui suínos para engorda e em geral compra suínos acabados segundo contratos de fornecimento de longo prazo por preços de mercado vigentes, processa os suínos em suas unidades de produção e vende os produtos acabados por preços à vista. Como são em regra adquiridos no prazo de 24 horas do abate, os suínos acabados não ficam expostos a oscilações de preços de mercado durante período de tempo tão grande como os produtores verticalmente integrados.

Frango

A Companhia é uma processadora de frango verticalmente integrada, pois possui e cria matrizes para a produção de ovos para incubação. Uma vez nascidos, os pintos, ou frangos, são transportados para fazendas de crescimento contratadas independentes onde se desenvolvem até a idade de sete a nove semanas. A Companhia fornece aos criadores contratados os pintos, alimentos e serviços veterinários. Para a criação de frangos, a Companhia possui nos Estados Unidos 34 incubadoras e 26 fábricas de ração como suporte na criação e desenvolvimentos dos frangos utilizados em sua produção.

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável:

A Companhia mantém com seus fornecedores relacionamentos de longo prazo. Conforme prática corrente do mercado, a Companhia não costuma celebrar acordos que criam a obrigação de exclusividade para a Companhia, a fim de manter sua liberdade de contratar o fornecedor mais adequado para cada empreendimento, com base nos preços, qualidade, termos e condições de entrega dos produtos. A Companhia ressalta que todos os fornecedores da Companhia estão sujeitos a órgãos de fiscalização, e respectivas legislações aplicáveis nas jurisdições em que operam.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores:

A Companhia conta com uma vasta lista de fornecedores, não apresentando risco de concentração para a Companhia.

A Companhia possui mais de 35.000 fornecedores de animais para abate ao redor do mundo, e, desta forma, não possui nenhum risco de concentração de fornecedores em nenhum mercado onde esta presente.

iii. eventual volatilidade em seus preços:

As margens operacionais da Companhia dependem, entre outros fatores, do preço de compra de matérias-primas (principalmente de gado) e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, em virtude de vários fatores, incluindo o fornecimento e a demanda de carne bovina e o mercado de outros produtos protéicos, como a carne de frango e de porco. A Companhia tenta administrar alguns desses riscos com a utilização de programas de gestão de risco e hedge, incluindo contratos futuros e opções de compra e venda. Contudo, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também poderão limitar ganhos derivados de flutuações favoráveis do preço de commodities. Para maiores informações, vide seção 4.1, "*Os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente impactados por flutuações dos preços do gado bovino, suíno e commodities de ingredientes alimentares*".

7.4. Clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia:

Não há.

7.5. Descrição dos efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

Uma das principais prioridades da Companhia é o respeito às leis sanitárias e ambientais nas jurisdições onde opera seus negócios, em todos os níveis de governo, incluindo a obtenção, manutenção e renovação das licenças da Companhia.

A Companhia acredita cumprir com as leis e normas sanitárias e ambientais governamentais nas jurisdições onde exerce suas atividades em todos os seus aspectos relevantes.

Regulação da Vigilância Sanitária - Brasil

As operações da Companhia relacionadas com o abate e processamento de carne no Brasil estão sujeitas a várias normas impostas pelo Ministério da Saúde, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), pelo MAPA e por outras autoridades estaduais ou locais em relação ao processamento, embalagem, armazenagem, distribuição, anúncio e etiquetagem de produtos, incluindo o compromisso da Companhia com normas de segurança. Nos anos recentes, as práticas sanitárias e os procedimentos na indústria de processamento têm sido sujeitos a exames minuciosos mais intensos e supervisionados pelo MAPA e pela ANVISA. Cada uma das instalações da Companhia nas quais estas atividades são desempenhadas deve ser previamente licenciada pelas autoridades e deve contar com um técnico responsável em cada uma. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante a ANVISA ou o MAPA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos, ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação setorial, estará sujeita não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas na Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977, tais como advertência, multa, interdição do estabelecimento, cancelamento de autorização ou licença, entre outras. Os produtos de carne bovina in natura devem ser registrados no Ministério da Agricultura.

Regulação da Vigilância Sanitária – Outras localidades

As operações da Companhia nos EUA, na Austrália, na Itália e na Argentina estão sujeitas a uma extensa regulamentação pelas autoridades estaduais, municipais e estrangeiras relativa ao processamento, acondicionamento, armazenamento, distribuição, publicidade e rotulagem de seus produtos, inclusive normas de segurança alimentar. Para maiores informações acerca de regulação de vigilância sanitária nos EUA, na Austrália, na Itália e na Argentina aos quais a JBS USA e suas subsidiárias se sujeitam, ver seção 7.7. deste Formulário de Referência.

b. Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Para a Companhia, que tem incorporados em sua governança corporativa os conceitos de responsabilidade social, respeito ao meio ambiente, conduta ética e desempenho econômico, a sustentabilidade é um valor importante. A Companhia acredita que seu desenvolvimento e crescimento empresarial devem estar associados à sustentabilidade de suas ações. Assim, a Companhia segue as boas práticas da governança e adota como linhas mestras a transparência junto a todos os públicos com que se relaciona, investe constantemente na melhoria da cadeia produtiva em suas unidades, com ênfase na redução de impactos ambientais, além de buscar formas de estreitar sua relação com os colaboradores, familiares e a comunidade em geral por meio de iniciativas de caráter social.

A Companhia possui uma política de sustentabilidade, pois está ciente de sua responsabilidade como a maior Companhia de proteína animal do mundo, bem como de todos os impactos gerados por suas operações em cada região. Assim sendo, a Companhia possui um programa de sustentabilidade adequado para cada uma de suas unidades, incluindo Política Ambiental, Procedimentos Adotados, Política de Informação, Relacionamentos e Investimentos, Utilização de Recursos Naturais, ações socioambientais e tratamento de Resíduos.

As premissas da sustentabilidade, que inclui ser ecologicamente viável e correta, socialmente justa e culturalmente aceita, sempre fizeram parte do desenvolvimento e crescimento da Companhia em todos os países em que atua. A extensa experiência da Companhia comprova a importância da redução dos impactos

ambientais para manter um estreito relacionamento com as comunidades onde está presente. A Companhia prioriza em sua atuação pelo uso sustentável de materiais, pelos fatores climáticos, tratamento de resíduos, pelas parcerias com organizações justas, pela saúde, qualidade de vida e pela ética.

Para questões relativas a resíduos industriais envolvendo a JBS USA, vide seção 4.7 deste Formulário de Referência.

Em 2009, foram investidos aproximadamente R$ 25,8 milhões em melhorias para o cumprimento da regulação ambiental e de outras práticas ambientais, incluindo a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia e o Meio Ambiente

As instalações produtivas da Companhia, no Brasil e ao redor do mundo, estão em conformidade com as leis e regulamentações ambientais aplicáveis. Isso significa que todas as unidades possuem licença ambiental de acordo com as normas vigentes. Para controlar o impacto ambiental das operações, a Companhia mantém um processo de manutenção preventiva de máquinas, equipamentos e sistemas de filtragem de gases, bem como programas para utilização eficiente de água, energia e reciclagem de materiais utilizados na rotina da Companhia. Periodicamente, o impacto ambiental dos produtos, processos, operações e serviços são avaliados a fim de identificar eventuais ou potenciais causadores de danos ambientais relevantes, além de desenvolver e implementar processos sustentáveis.

JBS Brasil

Ações Ambientais

- Programa de Educação Ambiental – Direcionado aos colaboradores através de diferentes tipos de campanhas informativas;
- Coleta seletiva de Lixo – A Empresa tem programa de coleta seletiva de lixo para educar seus colaboradores;

JBS USA

Ações Ambientais

- JBS USA recicla a maioria dos resíduos gerados. Cada unidade possui seu próprio mecanismo de gestão de resíduos, de acordo com os resíduos que geram. Esses programas são baseados na gestão seletiva do fluxo de resíduos sólidos;

JBS Austrália

Ações Ambientais

- Além de uma coleta seletiva do lixo, existe um programa para orientar seus colaboradores;
- Parceria com Healty Waterways Partnership, dedicado a melhorar a saúde dos sistemas fluviais na região sudeste de Queensland;
- Membro da Fitzroy Basin Association em Rockhampton, que visa o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica de Fitzroy.

INALCA JBS

Ações Ambientais

- Programa de treinamento em procedimentos ambientais internos.
- Coleta seletiva de lixo para educar seus colaboradores.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades:

A Companhia acredita que suas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de seus produtos. Nos últimos anos, a Companhia tem feito investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de suas marcas. Esses investimentos incluem várias aquisições e a diversificação de portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de produtos da Companhia, o aprimoramento da apresentação de marcas e embalagens e campanhas promocionais. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas no território nacional e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não fosse legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros. Não obstante, atualmente não há dependência específica de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia. Para maiores informações acerca do assunto, vide a seção 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6. Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes, identificar:

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia;

A receita proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil é de R$ 5.374,1 milhões em 2009. Sua participação na receita líquida total da Companhia é igual a 15,7%, em 2009.

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia;

A receita total proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros é de R$ 28.937,7 milhões em 2009. Sua participação na receita líquida total da Companhia é igual a 84,3%, em 2009.

Segue tabela evidenciando a distribuição da receita em 2009, dividida entre os clientes dos países estrangeiros:

País	Receita Total (em milhões de R$)	% na Receita Líquida Total
Argentina	587,5	1,7%
Estados Unidos da América	22.599,0	65,9%
Austrália	4.162,1	12,1%
Itália	1.589,1	4,6%

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia:

A receita total proveniente de países estrangeiros foi de R$ 30.675,0 milhões em 2009. Sua participação na receita líquida total da Companhia é igual a 89.4%, em 2009.

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios da Companhia:

As operações da Companhia nos Estados Unidos estão sujeitas a uma extensa regulamentação pela EPA e outras autoridades estaduais e municipais com relação ao manejo e descarte de água usada, água pluvial, emissões atmosféricas, tratamento, armazenamento e descarte de resíduos, manejo de substâncias perigosas e saneamento de solo contaminado, água superficial e subterrânea. As operações australianas da Companhia também estão sujeitas a uma extensa regulamentação do Serviço de Inspeção de Quarentena australiano, bem como de autoridades ambientais australianas. A EPA, AQIS e/ou outras autoridades estaduais e municipais norte-americanas ou australianas poderão revisar normas e regulamentos ambientais e/ou alterar os termos e condições das licenças ambientais da Companhia e/ou de suas subsidiárias, as quais a Companhia deve observar. A observância de tal regulação poderá exigir que a Companhia incorra em dispêndios operacionais e de capital adicionais, que poderão ser significativos. Para assegurar a observância contínua das leis, normas e regulamentos ambientais existentes, a Companhia deve, periodicamente, substituir, reparar ou atualizar as instalações, equipamentos ou materiais existentes, o que poderá exigir que a Companhia incorra em capital adicional.

Algumas das instalações da JBS USA despejam efluentes em estações de tratamento de efluente municipais e, caso tais estações municipais sejam incapazes de cumprir com suas próprias normas ambientais, eles podem solicitar que a Companhia realize benfeitorias ou mudanças operacionais que podem ocasionar custo adicional. Além disso, algumas das unidades da Companhia utilizam substâncias perigosas, tais como amônia em sistemas de refrigeração, e liberações, decorrentes de vazamentos ou outros acidentes. Algumas das propriedades da JBS USA foram impactadas por contaminação decorrente de respingos e a Companhia ou os antecessores da Companhia incorrem em gastos para reparar tal contaminação. A Companhia também melhorou, de forma voluntária, algumas instalações de forma a contornar algumas preocupações governamentais ou de seus vizinhos.

Os esforços crescentes para controlar as emissões de gases estufa, ou GEE, provavelmente terão impacto sobre a Companhia. Nos Estados Unidos, recentemente a EPA emitiu uma nova regulamentação sobre um sistema obrigatório de informação de GEE para certas atividades, incluindo sistemas de administração de manejo, que excedam limiares de emissão especificados. A EPA também anunciou proposta relativa a emissões de GEE que poderá resultar na promulgação de normas de qualidade do ar quanto a GEE. O Congresso norte-americano está considerando várias opções, inclusive sistema de teto e comercialização que imporia um limite e um preço às emissões de GEE e estabeleceria um mercado para comercialização de créditos de GEE. Em junho de 2009, a Câmara dos Deputados norte-americana aprovou um projeto de lei que contempla um limite e sistema de comercialização, sendo que o projeto de lei também fora apresentado para o Senado norte-americano.

Na Austrália, o governo federal propôs um sistema de limites e comercialização de créditos de GEE que, se implementado conforme proposto, cobriria operações agrícolas, incluindo algumas das unidades de confinamento de gado e pelo menos duas das unidades de produção da Companhia. Certos estados da Austrália também poderiam adotar regulamentos de emissões de GEE mais rígidos do que os regulamentos federais australianos. Embora não seja possível estimar o impacto específico que os regulamentos de GEE finais terão sobre as operações da Companhia, não é possível garantir que essas medidas não resultem em impactos significativos sobre a Companhia.

As operações norte-americanas da Companhia também estão sujeitas à Lei de Frigoríficos e Currais de 1921 dos Estados Unidos. Essa lei em geral proíbe aos frigoríficos da indústria de gado certas práticas contrárias à concorrência. Além disso, essa lei exige que a JBS USA efetue o pagamento de suas compras de gado antes do encerramento do dia útil seguinte à compra e transferência da posse do gado que comprarmos, salvo acordo em contrário dos fornecedores de gado da Companhia. Qualquer atraso ou tentativa de atraso do pagamento será considerado como prática desleal com violação da lei. Nos termos da Lei de Frigoríficos e Currais de 1921, a JBS USA deve manter as compras em dinheiro de gado sob fidúcia para seus fornecedores de gado, até que eles recebam o pagamento integral do preço de compra em dinheiro. Em 29 de setembro de 2009, a JBS USA tinha títulos avalizados no valor total de aproximadamente $77,8 milhões para garantir obrigações de pagamento da JBS USA a seus fornecedores de gado.

A Companhia também está sujeita a retiradas e *recalls* voluntários do mercado de seus produtos protéicos na hipótese de suspeita de contaminação ou adulteração que possa constituir perigo à segurança alimentar. A Companhia mantém programa rigoroso de intervenções, inspeções e testes destinado a reduzir a probabilidade de perigo à segurança alimentar. Como medida proativa, a equipe de administração da Companhia ampliou os procedimentos de teste em todas as suas unidades de produção de carne bovina. Por exemplo, em 25 de junho de 2009, a JBS USA realizou um *recall* voluntário para determinados produtos bovinos que poderiam ter sido contaminados com *E. coli*.

Além disso, devido ao crescimento do internacional dos produtos brasileiros de bovinos, suínos e frango, os exportadores brasileiros estão sendo cada vez mais afetados pelas medidas tomadas por países importadores para proteger os produtores locais. A competitividade das companhias brasileiras levou alguns países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso de companhias brasileiras aos seus mercados ou mesmo subsidiar os produtores locais. Alguns países impõem quotas de importação de carne bovina *in natura*, suínos e frangos vindos do Brasil, e atrasos na alocação dessas quotas ou mudanças na legislação ou políticas relacionadas a essas quotas podem afetar adversamente as exportações da Companhia.

Em 2009, a gripe A(H1N1), também chamada "gripe suína", disseminou-se por vários países. Foram registrados mais de 94.000 casos e mais de 400 mortes no mundo todo com o surto de gripe A(H1N1) no México, e em 11 de junho de 2009, a Organização Mundial de Saúde, ou OMS, declarou alerta de gripe nível seis, indicando uma pandemia mundial. Embora a OMS tenha declarado que não há nenhuma relação entre os infectados com a gripe A(H1N1) e o contato com pessoas que vivem próximas de suínos nem com o consumo de carne suína, vários países, inclusive

Rússia, Tailândia, Ucrânia, China e Filipinas, reduziram ou restringiram a importação de carne suína produzida nos estados afetados dos Estados Unidos e certas outras regiões do mundo.

Na Itália, as operações da Companhia estão sujeitas a uma regulamentação bastante extensa. O principal órgão de regulamentação é o Ministério das Políticas Agrícolas Alimentares e Florestais, que atua no sentido de garantir que os produtos alimentares respeitem os requisitos estabelecidos pela normativa italiana e comunitária. Os organismos de controle do Ministério são privados e autorizados por entes governamentais territoriais (Regiões e Províncias). Cada região possui uma própria regulamentação. O Ministério tem ligações diretas com a União Européia (UE) através do seu departamento das políticas européias e internacionais, que regulamenta e recebe as diretivas pela UE em linha com quando estabelecido em âmbito da PAC (Política Agrícola Comum). Aplica-se também a regulamentação da UE, quando aplicável sem necessidade de recebimento pelos Órgãos Estatuais da Itália. São dependentes diretamente desse Ministério - e exercem um controle sobre a aplicação das normas - o *Corpo Forestale dello Stato, o Comando Carabinieri Politiche Agricole e Alimentari, e o Reparto Pesca Marittima del Corpo delle Capitanerie di Porto.* Para assegurar a aplicação da lei e fornecer um suporte à desenvolvimento dos negócios agropecuários também estão ligados ao Ministerio a *Agenzia per le Erogazioni in Agricoltura* - AGEA; o *Istituto Nazionale di Economia Agraria* – INEA; a *Unione Nazionale Incremento Razze Equine* - UNIRE; a Buonitalia; o *Consiglio per la Ricerca e la Sperimentazione in agricoltura* - CRA; o *Istituto di Servizi per Mercato Agricolo Alimentare* - ISMEA; o *Istituto Nazionale per gli Alimenti e la Nutrizione* - INRAN; e o *Istituto Sviluppo Agroalimentare* S.p.A. - ISA. As disposições editadas pelo Ministério atuam também em conjunto com as do Ministério da Saúde e do Meio Ambiente.

As operações da Companhia na Argentina estão sujeitas a uma extensa regulamentação. Os principais órgãos de regulação a que estão sujeitas as operações na Argentina são a ONCCA (Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário) e o SENASA (Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Alimentar). A ONCCA é o órgão que regula a distribuição da Cota Hilton (parcela de exportação de carne bovina sem osso de alta qualidade e valor que a União Européia outorga anualmente a países produtores e exportadores de carnes) no país e possui poderes bastante amplos que vão desde o controle do comércio interno e externo, como questões sanitárias, confundindo-se portanto com a competência de outros órgãos federais e provinciais de inspeção sanitária. Esse órgão regula preços internos e freqüentemente proíbe ou restringe fortemente a exportação de carne e derivados com o intuito de regular a crescente inflação do país. O SENASA, como órgão de inspeção sanitária, atua fortemente no setor em que trabalha a Companhia, pois a carne é considerada como o principal produto de consumo interno do país. Tal regulação causa grande instabilidade na comercialização, oriundo especialmente da atividade da ONCCA, gerando prejuízos significativos na operação. No primeiro semestre de 2008 a Companhia sofreu forte impacto desse controle de preços, por meio da conhecida resolução 125 da ONCCA, que foi objeto de intensos debates no Congresso Nacional, e que por apertada maioria, foi rejeitada pelos Senadores do país apenas meses depois de sua publicação. Ainda, a observância de tal regulação poderá exigir que a Companhia incorra em dispêndios operacionais e de capital adicionais, que poderão ser significativos. Para assegurar a observância contínua das leis, normas e regulamentos ambientais existentes, a Companhia deve, periodicamente, substituir, reparar ou atualizar as instalações, equipamentos ou materiais existentes, o que poderá exigir que a Companhia incorra em capital adicional.

Pilgrim's Pride – Questões regulamentares e ambientais norte-americanas

O setor de frangos está sujeito à regulamentação do governo norte americano, especificamente nas áreas ambientais e de saúde, incluindo disposições relacionadas ao descarte de materiais no meio ambiente, pela USDA, FDA e EPA nos EUA e por agências governamentais similares no México. Várias unidades da Pilgrim's Pride operam abaixo da capacidade devido à conjuntura econômica. Além disso, algumas unidades foram paralisadas em razão do pedido de recuperação judicial. Para que a produção possa ser restabelecida a níveis verificados antes da recuperação judicial, poderão ser necessários certos dispêndios de capital e despesas operacionais significativos em algumas unidades para lograr a observância das exigências ambientais existentes ou novas, incluindo limitações mais rigorosas impostas ou previstas em licenças ambientais recém-renovadas ou que serão renovadas.

Algumas das propriedades da Pilgrim's Pride recebem impacto da contaminação de vazamentos ou outros derramamentos, e a Pilgrim's Pride incorreu em custos de remediação da contaminação. Além disso, a Pilgrim's Pride no passado adquiriu negócios com operações, como produção de pesticidas e fertilizantes, que

envolviam maior emprego de materiais perigosos e geração de resíduos mais perigosos do que os das atuais operações da empresa. Embora muitas dessas operações tenham sido vendidas ou fechadas, algumas leis ambientais impõem responsabilidadesà companhia por custos de investigação e remediação de locais contaminados. Além disso, os proprietários ou operadores atuais dos locais contaminados poderão pleitear o reembolso de custos de limpeza da Pilgrim's Pride com base em operações ou indenizações contratuais passadas.

A Companhia prevê uma maior regulamentação pela USDA no que diz respeito à segurança alimentar, pela FDA no que diz respeito ao uso de medicamentos na alimentação e pela EPA e outras agências estaduais no que diz respeito a certos descartes no meio-ambiente.

7.8. Descrição das relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste Formulário de Referência:

Contrato de Compra de Ações com Pilgrim's Pride

Em 16 de setembro de 2009, a JBS USA celebrou um contrato de compra de ações com a Pilgrim's Pride. Com a conclusão das transações previstas no contrato de compra de ações e, de acordo com o plano de reorganização alterado da Pilgrim's Pride, a JBS USA adquiriu 64% do total das novas ações ordinárias da Pilgrim's Pride emitidas e em circulação, conforme reestruturadas de acordo com o plano de reorganização alterado, pelo valor total de US$800,0 milhões (em dinheiro). Adicionalmente, de acordo com os termos do contrato de compra de ações, se a JBS USA realizar uma abertura de capital com uma oferta pública inicial de ações com listagem em qualquer bolsa de valores nos EUA, a JBS USA terá a opção de fazer com que cada ação ordinária da Pilgrim's Pride reestruturada seja trocada por novas ações ordinárias da JBS USA, conforme um índice de troca específico.

Contrato de Respaldo ao Plano

Em 16 de setembro de 2009, a JBS USA e o Sr. Lonnie A. "Bo" Pilgrim firmaram um contrato de respaldo ao plano. Nos termos deste contrato, o Sr. Pilgrim comprometeu-se, entre outras coisas, a: (i) apoiar o plano de reestruturação e o contrato de compra de ações; (ii) não apoiar qualquer ato, contrato ou proposta que resulte em violação de qualquer avença, declaração ou garantia ou qualquer outra obrigação ou acordo da Pilgrim's Pride nos termos do contrato de compra de ações que pudesse resultar no descumprimento de quaisquer das condições das obrigações da Pilgrim's Pride previstas no contrato de compra de ações; e (iii) apoiar qualquer outra matéria necessária à consumação das transações.

Nenhuma das disposições do referido contrato limita ou afeta quaisquer atos praticados pelo Sr. Pilgrim em sua capacidade como conselheiro ou diretor da Pilgrim's Pride ou da Pilgrim's Pride reestruturada ou de qualquer de suas subsidiárias.

Linha de crédito rotativo da JBS USA

Em 5 de novembro de 2008, a JBS USA firmou contrato de crédito de empréstimo rotativo garantido, ou a linha de crédito rotativo, que permite empréstimos de até US$400,0 milhões. Tal contrato de crédito expira em 5 de novembro de 2011. Em 22 de abril de 2009, tal contrato foi aditado, de modo que a linha de crédito disponibilizada foi aumentada para US$500,0 milhões.

Até US$75,0 milhões desta linha de crédito crédito estão disponíveis para a JBS USA. Os empréstimos que forem indexados às taxas variáveis terão juros à taxa anual igual à taxa PRIME acrescidas de 2,25%, com custo total de 5.5% em 31 de dezembro de 2009, ao passo que os empréstimos atrelados à taxa LIBOR renderão juros à taxa anual igual à taxa LIBOR aplicável mais 3,25%. Em 31 de dezembro de 2009, referida taxa era de 0,98458%. Quando da aprovação pelo credor, os montantes liberados atrelados à taxa LIBOR serão tomados pelo prazo de um a seis meses, a critério do agente nos termos do contrato.

Em 31 de dezembro de 2009, a JBS USA estava utilizando US$ 315 milhões da linhas de crédito rotativo. A disponibilidade dos recursos da linha de crédito dependem da concessão de garantias atreladas aos ativos de subsidiárias integrais da JBS USA, com exclusão da Five Rivers. Os ativos a serem concedidos em garantia podem ser recebíveis e estoques, entre outros. As garantias concedidas são de primeiro grau.

Restrições Contratuais (covenants). A linha de crédito rotativo contém declarações e restrições contratuais financeiros exigindo índice de cobertura de encargo fixo (*fixed charge coverage ratio*) de no mínimo 1,15 para 1,00. O índice de cobertura de encargo fixo é definido como sendo o índice do EBITDA para os encargos

fixos. Além disso,a linha de crédito rotativo também contém compromissos restritivos que limitam a capacidade e a capacidade das subsidiárias da JBS USA de, entre outras coisas:

- efetuar investimentos superiores a US$175,0 milhões por ano;
- incorrer em endividamento adicional;
- criar ônus sobre bens, receita ou ativos;
- efetuar certos empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar certos dividendos e efetuar outros pagamentos;
- pagar antecipadamente, cancelar ou alterar certos endividamentos;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas outras subsidiárias;
- atuar em novas linhas de negócio;
- celebrar certas transações com partes relacionadas; e
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale/leaseback*).

Eventos de inadimplemento. A linha de crédito rotativo também contém eventos de inadimplemento tais como descumprimento ou inobservância dos compromissos restritivos, inadimplementos e outros endividamentos, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis e certos acontecimentos relacionados a falência e insolvência ou questões referentes à ERISA. Caso ocorra um evento de inadimplemento, os credores poderão, entre outras coisas, rescindir seus compromissos e declarar todos os empréstimos vencidos antecipadamente acrescidos dos juros acumulados e multas, além de excutir a garantia.

Em 31 de dezembro de 2009, a JBS USA estava observando as restrições contratuais do contrato de crédito rotativo.

Notas 2011 – JBS S.A.

Em 6 de fevereiro de 2006 a Companhia emitiu as Notas 2011, com vencimento em fevereiro de 2011, no valor de US$275,0 milhões. As Notas 2011 são garantidas pela J&F, pela Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e pela JBS Agropecuária Ltda. A taxa de juros aplicável às Notas 2011 é de 9,375% calculada a partir de 6 de fevereiro de 2006, e pagos trimestralmente em 7 de fevereiro, 7 de maio, 7 de agosto e 7 de novembro de cada ano, a contar de 7 de maio de 2006. O valor do principal das Notas 2011 deverá ser integralmente pago em 7 de fevereiro de 2011.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2011 restrições contratuais que limitam a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas de suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus sobre bens, receita ou ativos;
- efetuar certos empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar certos dividendos e efetuar outros pagamentos;
- pagar antecipadamente, cancelar ou alterar certos endividamentos;

- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas outras subsidiárias;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale leaseback*); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2011.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2011 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2011) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2011 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2011; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2011 a Companhia não poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2011; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2011, mencionada no parágrafo acima; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30,0 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura das Notas 2011 preve os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, compromissos restritivos ou outras avenças contidos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento dispensado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças ou ordens judiciais desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Oferta de Recompra. Em dezembro de 2009, a Companhia deu início a uma oferta de recompra das Notas 2011, no valor total de aproximadamente US$2,4 milhões. Referida oferta está sendo feita de acordo com as obrigações da Companhia sob a escritura que rege as Notas 2011, que exige que a Companhia faça uma oferta para comprar as Notas 2011 no caso de uma mudança de controle (como definido na escritura que regula as Notas 2011). Uma mudança de controle ocorreu em 31 de dezembro de 2009, no âmbito da operação de incorporação do Bertin pela Companhia. A oferta de recompra terminou em 26 de fevereiro de 2010 e a recompra foi efetuada em 4 de março de 2010, mediante o pagamento do valor total do principal de US$2,4 milhões, representativo das Notas 2011 que foram recompradas pela Companhia.

Notas 2014 – JBS USA, LLC e JBS USA Finance com garantia da JBS S.A.

As subsidiárias integrais, JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. emitiram as Notas 2014 no valor principal total de US$700,0 milhões em 27 de abril de 2009. As Notas 2014 são garantidas pela Companhia, pela JBS USA, JBS Hungary Holdings Kft. (uma subsidiária integral indireta da Companhia) e certas subsidiárias restritas (subsidiárias norte-americanas da JBS USA, LLC, com exceção da JBS USA Finance, Inc. e da JBS US Holding LLC). Os juros sobre as Notas 2014 são de 11,625%, ao ano, pagos semestralmente em 1º de maio e 1º de novembro de cada ano, com início em 1º de novembro de 2009. O valor principal das Notas 2014 será devido integralmente em 1º de maio de 2014.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2014 contém restrições contratuais de praxe que limitam a capacidade da JBS USA e a capacidade de algumas de suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale leaseback*); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2014.

Índice Dívida Líquida/EBITDA pro forma JBS USA, LLC. Além disso, as Notas 2014 incluem restrições contratuais que proíbem a subsidiária, JBS USA, LLC e suas subsidiárias garantidoras das Notas 2014, de incorrer em qualquer dívida ou emitir ações (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da JBS USA, LLC na data de contratação da dívida e destinação do respectivo produto seja menor do que 3,0/1,0. Os co-emissores das Notas 2014 foram as subsidiárias integrais JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc.

O cálculo do índice de dívida líquida/EBITDA é feito com base no índice de dívida líquida/EBITDA da JBS USA, LLC e suas subsidiárias restritas, conforme definidas nos termos da escritura de emissão, e não incluem a JBS USA.

Os termos e condições das Notas 2014 definem (i) o índice Dívida Líquida/EBITDA em qualquer data de determinação ("Data de Cálculo"), o índice da Dívida Líquida da JBS USA, LLC na Data de Cálculo/EBITDA consolidado da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas no último período à época encerrado de quatro trimestres fiscais consecutivos, sujeitos a ajustes referentes a alienações de ativo e investimentos realizados no período; (ii) Dívida Líquida a qualquer tempo como valor total de dívida da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas menos a soma de caixa, equivalentes a caixa e valores mobiliários registrados como ativo circulante (com exceção de qualquer capital social de qualquer pessoa); ficando estipulado que a Dívida Líquida incluirá o valor principal total das Notas 2016 da Companhia e qualquer outra dívida da Companhia porventura garantida pela JBS USA, LLC ou suas subsidiárias restritas; e (iii) o EBITDA consolidado da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas em qualquer período como (1) Lucro (prejuízo) líquido consolidado no período em questão, sujeito a determinados ajustes, menos (2) a soma de: (a) créditos de imposto de renda; (b) receitas de juros; (c) ganho de itens extraordinários; (d) qualquer ganho líquido total (mas nem todo prejuízo líquido total) decorrente da venda, permuta ou outra alienação de capital ativo pela JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas (incluindo qualquer ativo fixo, quer tangível, quer intangível, todos os estoques vendidos com relação à alienação de ativos fixos e todos os valores mobiliários); e (e) qualquer outro ganho não-monetário adicionado para apuração do Lucro (prejuízo) líquido consolidado (que em cada caso, na medida em que incluído no cálculo do Lucro (prejuízo) líquido consolidado da JBS USA, LLC em conformidade com os GAAP, mas sem duplicação), acrescido de: (3) a soma de: (a) qualquer provisão para imposto de renda; (b) despesa de juros consolidada; (c) perda gerada por itens extraordinários; (d) depreciação e amortização; (e) qualquer prejuízo líquido total (mas nem todo ganho líquido total) decorrente da venda, permuta ou outra alienação de capital ativo pela JBS USA, LLC (incluindo qualquer ativo fixo, quer tangível, quer intangível); (f) desconto de dívida amortizado; (g) montante de qualquer dedução efetuada no Lucro (prejuízo) líquido consolidado resultante de qualquer concessão a qualquer membro da administração da JBS USA, LLC ou certas subsidiárias restritas de qualquer participação societária; e (h) quaisquer outras perdas não-monetárias que tenham sido subtraídas na apuração do Lucro (prejuízo) líquido consolidado (que não perdas não-monetárias relacionadas a baixas ou cancelamentos de contas a receber ou estoques) (em cada caso, na medida em que incluído no cálculo do Lucro (prejuízo) líquido consolidado da JBS USA, LLC em conformidade com os GAAP, mas sem duplicação, e conforme ajuste adicional de forma a excluir certos itens não-monetários e itens não-recorrentes).

Para o propósito dessa restrição contratual, o Lucro (prejuízo) líquido consolidado é ajustado para excluir, dentre outras coisas, (1) lucros das subsidiárias restritas, na medida em que o pagamento de dividendos ou distribuições similares pelas subsidiárias restritas não são permitidas por lei ou por qualquer contrato a qual as subsidiárias restritas sejam partes, (2) lucro de qualquer empresa na qual a JBS USA, LLC, tenha participação em conjunto, salvo os casos de dividendos e outras distribuições efetivamente pagas para a JBS USA, LLC ou uma de suas subsidiárias integrais consideradas como subsidiárias restritas, e (3) determinados itens que não sejam em espécie e não sejam recorrentes.

Eventos de inadimplemento. A escritura de emissão prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstas na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2014 à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2014.

Notas 2016 - JBS S.A.

Em 4 de agosto de 2006, a Companhia emitiu notas seniores com vencimento em 2016, com valor principal total de US$300,0 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2016 são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, com início em 4 de fevereiro de 2007. O valor principal das Notas 2016 será integralmente devido em 4 de agosto de 2016. Conforme a primeira escritura suplementar, de 31 de janeiro de 2007, a JBS Finance Ltd. é co-emissora.

Garantias. A escritura de emissão que rege as Notas 2016 exige que qualquer subsidiária significativa (isto é, qualquer subsidiária que represente pelo menos 20% da totalidade dos ativos ou receita bruta anual da Companhia, de acordo com suas demonstrações financeiras mais recentes) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016. As Notas 2016 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA Holdings, Inc., JBS USA, LLC, Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia (incluindo subsidiárias da JBS USA) poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 no futuro.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2016 contém restrições contratuais de praxe que limitam nossa capacidade e a capacidade de algumas das subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a nossos acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por nossas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale leaseback*); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar tais atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30,0 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura das Notas 2016 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2016 do Bertin

O Bertin, sociedade da qual a Companhia é sucessora por incorporação, emitiu as Notas 2016 do Bertin, no valor principal total de US$350,0 milhões, em 09 de novembro de 2006 (ainda sob a denominação social de Bertin Ltda.). Os juros sobre as Notas 2016 do Bertin são de 10,25%, ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início em 5 de abril de 2007. O valor principal das Notas 2016 do Bertin será devido integralmente em 5 de outubro de 2016.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2016 do Bertin contém restrições contratuais de praxe que limitam a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice, e caso tal operação não seja excepcionada pela escritura das Notas 2016 do Bertin;
- criar ônus;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas;
- vender ou alienar ativos;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale leaseback*);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016 do Bertin; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 do Bertin incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia (na qualidade de sucessora legal do Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 do Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 do Bertin estabelecem restrições ao Bertin e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 do Bertin; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 do Bertin, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2016 do Bertin; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 do Bertin; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30,0 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura de emissão das Notas 2016 do Bertin prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuaisou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 do Bertin à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 do Bertin.

Em 24 de novembro de 2009, o Bertin iniciou um processo de *consent solicitation* junto aos detentores das Notas 2016 do Bertin para, entre outras finalidades, (i) igualar a forma de certas cláusulas da escritura das Notas 2016 do Bertin, especialmente aquelas relativas à *covenants* e *events of default*, às disposições da Notas 2016 da Companhia; e (ii) excepcionar a mudança de controle do Bertin, em decorrência da incorporação do Bertin pela Companhia, das hipóteses de configuração de uma mudança de controle, no âmbito das Notas 2016 do Bertin. Referido processo terminou em 14 de dezembro de 2009 e contou com a adesão de detentores de mais de 85% do valor principal das Notas 2016.

Notas 2017 da Vigor

A S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor ("Vigor"), subsidiária da Companhia após a incorporação do Bertin pela Companhia, emitiu as Notas 2017 da Vigor, no valor principal total de US$100,0 milhões, em 16 de fevereiro de 2007. As Notas 2017 da Vigor são garantidas pela Companhia Leco de Produtos Alimentícios, subsidiária da Vigor. Os juros sobre as Notas 2017 da Vigor são de 9,25% ao ano, pagos semestralmente em 23 de fevereiro e 23 de agosto de cada ano, com início em 23 de agosto de 2007. O valor principal das Notas 2017 da Vigor será devido integralmente em 23 de fevereiro de 2017.

Restrições Contratuais (covenants). A escritura de emissão das Notas 2017 da Vigor contém restrições contratuaisde praxe que limitam a sua capacidade e a capacidade de algumas das subsidiárias da Companhia de, entre outras coisas:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida liquida/EBITDA seja superior a um determinado índice, e caso tal operação não seja excepcionada pela escritura das Notas 2017 da Vigor;

- criar ônus;

- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas; e
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (*sale leaseback*);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2017 da Vigor; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2017 da Vigor incluem restrições contratuaisque proíbem a Companhia (também na qualidade de sucessora legal do Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2017 da Vigor) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2017 da Vigor estabelecem restrições à Vigor e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar débitos ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2017; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Além disso, de acordo com as Notas 2017 da Vigor, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2017 da Vigor; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2017 da Vigor; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 10,0 milhões.

Eventos de inadimplemento. A escritura de emissão prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, compromissos restritivos ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento dispensado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças ou ordens judiciais desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2017 da Vigor à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2017 da Vigor.

Linha de crédito rotativo garantido da J&F Oklahoma

A J&F Oklahoma possui uma linha de crédito rotativo garantido no montante de US$600 milhões com um banco comercial. Sua controladora, a J&F, firmou contrato com a J&F Oklahoma por meio do qual realizará contribuições para a J&F Oklahoma se a J&F Oklahoma não estiver observando seus compromissos financeiros previstos nessa linha de crédito. Caso a J&F Oklahoma incorra em inadimplência com suas obrigações previstas nessa linha de crédito e o inadimplemento não seja sanado pela J&F nos termos do contrato de filiação, a Five Rivers ficará obrigada a pagar US$250 milhões das obrigações nos termos da linha de crédito. Essa linha de crédito está disponível para empréstimos rotativos e cartas de crédito. Empréstimos tomados nos termos dessa linha de crédito incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% ou taxa básica acrescida de 1,00%, sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. Taxas de compromisso de 0,45% ao ano incidem sobre compromissos novos. Essa linha de crédito tem vencimento em 7 de outubro de 2011. Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e da Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da Five Rivers de acordo com contrato de fornecimento e alimentação de gado descrito acima. O gado é vendido à JBS USA, LLC de acordo com o contrato de compra e venda de gado descrito acima.

Linha de crédito rotativo para a J&F Oklahoma

A Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a Five Rivers se comprometeu a conceder até US$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais para serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para acabamento. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% ou taxa básica acrescida de 1,00%, sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. O vencimento da linha de crédito é em 24 de outubro de 2011. Em 27 de dezembro de 2009 o saldo era de US$ 160,5 milhões. Em 27 de dezembro de 2009 o saldo em aberto dessa linha de crédito era de US$160,5 milhões.

Empréstimos entre empresas do mesmo grupo devidos pela JBS USA Holdings, Inc. a uma subsidiária da JBS S.A.

Em 29 de março de 2009, a JBS USA devia um total de US$658,6 milhões por vários empréstimos entre empresas do mesmo grupo da Companhia, doravante designada JBS HU Liquidity Management LLC (Hungria), subsidiária integral indireta da Companhia. O produto desses empréstimos entre empresas do mesmo grupo foi destinado ao custeio das operações da JBS USA e à Aquisição da Tasman e à Aquisição da JBS Packerland. Em 27 de abril de 2009, os contratos de empréstimo entre empresas do mesmo grupo foram consolidados em um único contrato de empréstimo e as datas de vencimento do valor principal dos empréstimos entre empresas do mesmo grupo foram prorrogadas para 18 de abril de 2019, e a taxa de juros foi alterada para 12% ao ano. O produto líquido da oferta e venda das Notas 2014 (menos US$100 milhões) foi aplicado na amortização de juros acumulados e de parcela do principal sobre esses empréstimos entre empresas do mesmo grupo. Além disso, a JBS USA firmou um contrato de empréstimo a prazo entre empresas do mesmo grupo no valor principal total de US$6 milhões nos mesmos termos do contrato de empréstimo entre empresas do mesmo grupo consolidado. Em 27 de dezembro de 2009, o saldo desses empréstimos era de aproximadamente US$ 89,1 milhões.

Adiantamento de cliente com relação a contrato de fornecimento de matéria-prima

Em 27 de fevereiro de 2008, a Companhia firmou um contrato de fornecimento de matéria-prima, através do qual conferiu a um cliente o direito exclusivo de, durante o prazo do contrato, receber certo subproduto de produção de carne bovina de todas as unidades de carne bovina norte-americanas da Companhia. O adiantamento do cliente é garantido por contrato de emissão de nota promissória, que vence juros à taxa LIBOR de dois meses mais 200 pontos-base e prevê conversão em capital na JBS USA na hipótese de incorrermos em inadimplemento nos termos do contrato de emissão de nota promissória. O saldo não amortizado em 27 de dezembro de 2009 era de aproximadamente US$ 156,0 milhões.

Financiamento relacionado à Proposta de Aquisição da Pilgrim's Pride

Linha de Crédito de Saída

A Pilgrim's Pride reestruturada e determinadas subsidiárias também devem fazer parte da Linha de Crédito de Saída, uma vez que ela existe em um processo de falência para fornecer o financiamento para distribuições do Plano e capital de giro. Em 11 de agosto de 2009, o tribunal de falências assinou um despacho autorizando a Pilgrim's Pride a assinar determinados mandados, compromissos e cartas de taxas em relação à Linha de Crédito de Saída e pagar determinadas taxas relacionadas aos mesmos. Qualquer fusão ou consolidação da Pilgrim's Pride reestruturada conosco exigirá o pagamento antecipado e integral da Linha de Crédito de Saída, antecipação de pagamento essa que não pode ser renunciada sem o consentimento dos credores da Linha de Crédito de Saída ou sem um refinanciamento da Linha de Crédito de Saída. Em 20 de novembro de 2009, a Pilgrim's Pride e determinadas de suas subsidiárias apresentaram como suplemento para seu Plano um modelo de contrato de crédito detalhando os termos e as condições da Linha de Crédito de Saída que ela espera celebrar ao sair da falência. Os termos e condições mais importantes da Linha de Crédito de Saída estão detalhados a seguir.

A Linha de Crédito de Saída atualmente prevista fornecerá (i) uma linha de financiamento garantida principal no valor total máximo para o principal de US$1.750,0 milhões, para incluir uma linha de crédito rotativo de três anos, no valor máximo total do principal de US$600,0 milhões, (ii) uma linha de financiamento A de três anos com valor total do principal de até US$375,0 milhões e (iii) uma linha de financiamento B com prazo de cinco anos no valor total do principal de até US$775,0 milhões. Como previsto, uma parte dos compromissos rotativos nos termos da Linha de Crédito de Saída de pelo menos US$200,0 milhões estará disponível para a emissão de cartas de crédito de reserva (standby) e cartas de crédito comerciais. O compromisso de financiamento rotativo vence em 2012. Os empréstimos a prazo A vencem em 2012. Os empréstimos a prazo B vencem em 2014. Após a data de vigência da Linha de Crédito de Saída e sujeito a determinadas

condições, o valor do empréstimo a prazo A pode aumentar no máximo em US$100,0 milhões e o empréstimo a prazo B pode ter seu valor aumentado de US$25 milhões a U$400,0 milhões. O valor do principal total pendente nos termos da Linha de Crédito de Saída não podem aumentar para mais do que US$1.850,0 milhão.

Os empréstimos rotativos terão juros a uma taxa anual igual a uma das seguintes taxas a critério da Pilgrim's Pride:

- 3,50% mais o maior entre: (i) a taxa prime; (ii) a taxa média dos fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0% ou
- 4,50% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses corrigida pela reserva legal aplicável.
- Os empréstimos a prazo A e B-1 terão juros a uma taxa anual igual a uma das seguintes taxas a critério da Pilgrim's Pride:
- 4.00% mais o maior entre: (i) a taxa prime; (ii) a taxa média dos fundos federais mais 0,5% e (iii) a taxa LIBOR de um mês mais 1,0% ou
- 5.00% mais a taxa LIBOR de um, dois, três ou seis meses corrigida pela reserva legal aplicável.

Os juros sobre os empréstimos a prazo A aumentarão em 1,00% caso tais empréstimos não sejam pagos no prazo de dois anos da data de vigência da Linha de Crédito de Saída e em mais 1,00% caso os empréstimos não sejam pagos no prazo de dois anos e meio de tal data. No pagamento total dos empréstimos a prazo A, a taxa de juros sobre os empréstimos restantes será reduzida 0,50%.

O empréstimo a prazo B-2 terá juros a uma taxa anual de 9,00%.

Disponibilidade. A disponibilidade nos termos da Linha de Crédito de Saída está sujeita a uma base de empréstimos de acordo com determinados ativos do tomador. A base de empréstimos consiste em uma porcentagem de determinadas contas a receber qualificáveis, inventário, depósitos em dinheiro e contas de corretagem de commodities menos determinadas reservas e contas a pagar.

Garantias. Os empréstimos nos termos da Linha de Crédito de Saída e as obrigações relacionadas a determinados produtos bancários especificados e contratos de *hedge* serão garantidos por determinadas subsidiárias da Pilgrim's Pride e por uma participação de garantia de primeiro grau em todos os ativos, seja eles reais ou pessoais, tangíveis ou intangíveis, sujeitas a determinadas exceções. No caso de determinadas subsidiárias estrangeiras, a Pilgrim's Pride garantirá 100% do capital social sem direito a voto e 65% do capital social com direito a voto.

Acordos. A Linha de Crédito de Saída conterá as declarações e garantias e acordos financeiros comuns, incluindo um acordo que exige um índice de cobertura de encargos fixos (*fixed charge coverage ratio*) mínimo de 1.2 a 1.0. O índice cobertura de encargos fixos é definido como o índice EBITDA (definido no contrato de crédito) da Pilgrim's Pride menos determinados investimentos não financiados e certos impostos pagos em dinheiro para encargos fixos de acordo com definição na Linha de Crédito de Saída.

A Linha de Crédito de Saída também exigirá um índice de alavancagem com base em quatro trimestres contínuos de no máximo 3,5 a 1,0 para o trimestre fiscal encerrado em 27 de dezembro de 2009, 3,25 a 1,0 para os trimestres fiscais encerrados em 28 de março de 2010 e 27 de junho de 2010 e 3,0 a 1,0 para cada trimestre fiscal subsequente. O índice de alavancagem é definido como o índice de dívida total em relação ao EBITDA. O EBITDA da Pilgrim's Pride não é calculado da mesma maneira que o EBITDA da JBS USA. A Pilgrim's Pride deve cumprir seu índice de alavancagem no fechamento da aquisição da Pilgrim's Pride.

A Linha de Crédito de Saída também exigirá um patrimônio líquido tangível consolidado não inferior à soma de 70% do patrimônio líquido tangível consolidado na data de vigência da Linha de Crédito de Saída e 50% de receita líquida cumulativa. O patrimônio líquido tangível consolidado é definido como o patrimônio dos acionistas da Pilgrim's Pride menos o ativo intangível (de acordo com a definição desses termos na Linha de Crédito de Saída).

Entre outras coisas, a Linha de Crédito de Saída também conterá acordos negativos que limitam a capacidade da Pilgrim's Pride e de suas subsidiárias de:

- incorrer em dívida adicional;
- criar gravames sobre propriedades ou ativos;
- dissolver, consolidar, incorporar, transferir substancialmente todos os ativos, liquidar ou alterar o tipo de entidade ou a jurisdição da organização;
- fazer determinados investimentos, empréstimos, adiantamentos, garantias e aquisições;
- vender, transferir, arrendar ou alienar ativos;
- celebrar transações de venda/retroarrendamento (leaseback);
- celebrar contratos de swap;
- efetuar determinados pagamentos da dívida e taxas de gerenciamento e outros pagamentos restritos (incluindo dividendos);
- celebrar transações com afiliadas;
- celebrar contratos restritivos;
- pagar antecipadamente, cancelar ou alterar determinadas dívidas;
- alterar o exercício fiscal e
- efetuar gastos de capital em valor maior do que US$225,0 milhões durante o exercício fiscal de 2010, US$275,0 milhões durante o exercício fiscal de 2011 da Pilgrim's Pride e US$350,0 milhões durante o exercício fiscal da Pilgrim's Pride de 2012 e posteriormente.

Eventos de inadimplemento. A Linha de Crédito de Saída também conterá eventos comuns de inadimplemento, incluindo falta de um pagamento previsto na Linha de Crédito de Saída, falta de pagamentos de outras dívidas, qualquer evento ou condição que permita a antecipação de dívida relevante e determinados eventos relacionados à falência e insolvência.

Caso um evento de inadimplemento ocorra, os credores dentro da Linha de Crédito de Saída podem entre outras coisas rescindir seus compromissos, declarar que todos os empréstimos sejam imediatamente devidos e exigíveis juntamente com os juros acumulados e taxas, e exercer outros direitos e recursos nos termos dos documentos de empréstimo.

Além dos contratos acima mencionadas, a Companhia celebrou outos financiamentos descritas da seguinte forma:

NCE - Notas de Crédito de Exportação

As NCEs são linhas de crédito destinadas a empresas exportadoras, com benefícios fiscais. É necessária a comprovação das exportações efetuadas. Há operações em reais e em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2009, as notas de crédito que haviam sido celebradas eram:

NCEs com o Banco do Brasil S.A. (a) em 22 de fevereiro de 2008, no montante de principal total de R$ 192,4 milhões. De acordo com os termos desta nota de crédito, a amortização do montante de principal será realizada em 3 parcelas, no montante de R$ 64,1 milhões cada, em 26 de fevereiro de 2011, 26 de fevereiro de 2012 e 26 de janeiro de 2013. Sobre o montante principal incidem juros calculados à taxa média do CDI, acrescidos de sobretaxa efetiva de 1,20% ao ano. Os juros serão calculados por dia útil e pagos semestralmente, bem como no vencimento e liquidação da dívida. Os valores captados por meio desta nota de crédito foram utilizados para capital de giro; (b) em 22 de fevereiro de 2008, no montante de principal total de R$ 337,5 milhões. De acordo com os termos desta nota de crédito, a amortização do montante de principal será realizada em 3 parcelas, no montante de R$ 112,5 milhões cada, em 26 de fevereiro de 2011, 26 de fevereiro de 2012 e 26 de janeiro de 2013. Sobre o montante principal incidem juros calculados à taxa média do CDI, acrescidos de sobretaxa efetiva de 1,20% ao ano. Os juros serão calculados por dia útil e pagos semestralmente, bem como no vencimento e liquidação da dívida. Os valores captados por meio desta nota de crédito forma utilizados para capital de giro.

NCEs com o Banco Bradesco S.A.: (a) em 20 de fevereiro de 2008, no montante de principal total de R$ 433,8 milhões. De acordo com os termos desta nota de crédito, a amortização do montante de principal será realizada em duas parcelas no valor de R$ 144, 6 milhões, com vencimentos em 17 de fevereiro de 2009 e 11 de fevereiro de 2010 e uma parcela, no montante de R$ 144, 6 milhões com vencimento em 4 de fevereiro de 2011. Sobre o montante principal incidem juros calculados à taxa de 100% da taxa média diária do CDI, capitalizada em base anual, acrescida exponencialmente de *spread* de 2,75% ao ano. As parcelas de juros possuem as seguintes datas de vencimento: 23 de maio de 2008; 20 de agosto de 2008; 18 de novembro de 2008; 17 de fevereiro de 2009; 19 de maio de 2009; 17 de agosto de 2009; 13 de novembro de 2009; 11 de fevereiro de 2010; 12 de maio de 2010; 10 de agosto de 2010; 9 de novembro de 2010 e 4 de fevereiro de 2011. Os recursos captados por meio desta nota de crédito foram utilizados exclusivamente para compra de cabeças de gado, para exportação de carne bovina; e (b) em 14 de agosto de 2008, no montante de principal total de R$ 250,0 milhões (originalmente celebrada pelo Bertin, a obrigação foi assumida pela Companhia em decorrência da incorporação de Bertin pela Companhia, em 31 de dezembro de 2009). De acordo com os termos desta nota de crédito, a amortização do montante principal será realizada em 1 parcela, com vencimento em 26 de julho de 2011. Sobre o montante principal incidem juros calculados à taxa de 118% do CDI, capitalizada em base anual. O pagamento dos juros deve ocorrer com a liquidação do principal, ou seja, em 26 de julho de 2011. Os recursos captados por meio desta nota de crédito foram utilizados exclusivamente para aquisição de bovinos para exportação de carne bovina *in natura*, industrializadas e seus derivados e na aquisição de couro bovino, exportação de couro semi-acabado, acabado e *wet blue*, além de produtos de higiene e beleza e produtos pet a serem exportados.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo total devedor das NCEs é de R$ 2.745,3 milhões.

Pré-Pagamentos

As operações captadas na modalidade pré-pagamento são utilizadas para financiamento das exportações. Essas operações são captadas em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia havia celebrado as seguintes linhas de crédito de pré-pagamento:

Pré-pagamento com Banco Santander (Brasil) S.A.. Em 28 de dezembro de 2009, no montante total de US$ 200,0 milhões. De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações serão realizas em 9 parcelas, com os seguintes vencimentos: 28 de dezembro de 2010; 23 de junho de 2011; 20 de dezembro de 2011; 18 de junho de 2012; 14 de dezembro de 2012; 12 de junho de 2013; 9 de dezembro de 2013; 9 de junho de 2014; e 4 de dezembro de 2014. Sobre o montante total incidem juros calculados pela variação da taxa LIBOR + 3,50% ao ano a partir da data de desembolso do valor principal do empréstimo. Tais juros serão pagos semestralmente pela Companhia.

Pré-pagamento com ABN Amro Bank S.A.. Em 24 de janeiro de 2008, no montante de principal de até US$ 105,0 milhões (originalmente celebrado pelo Bertin, a obrigação foi assumida pela Companhia em decorrência da incorporação de Bertin pela Companhia, em 31 de dezembro de 2009). De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações do montante de principal ocorrerão em 7 parcelas, com os seguintes vencimentos: 18 de janeiro de 2010; 19 de julho de 2010; 13 de janeiro de 2011; 12 de julho de 2011; 9 de janeiro de 2012; 6 de julho de 2012; 31 de dezembro de 2012. Sobre o montante principal incidirão juros calculados pela variação da taxa LIBOR + 1,70% ao ano, que deverão ser pagos em 10 parcelas, com os seguintes vencimentos: 28 de julho de 2008; 26 de janeiro de 2009; 23 de julho de 2009; 18 de janeiro de 2010; 19 de julho de 2010; 13 de janeiro de 2011; 12 de julho de 2011; 9 de janeiro de 2012; 6 de julho de 2012; 31 de dezembro de 2012. As empresas Herber Participações Ltda. e Bertin são garantidoras da operação.

Pré-pagamento com o Credit Suisse (Brasil) S.A. Em 8 de maio de 2008, no montante de principal de US$ 100,0 milhões. De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações do montante de principal ocorrerão em 9 parcelas, conforme a seguir: (i) 8 parcelas no montante de USD 11.111.111,11, com vencimento nos dias 14 dos meses de maio, agosto, novembro de 2011; fevereiro, maio, agosto, novembro de 2012 e fevereiro de 2013; e (ii) uma parcela no montante de USD 11.111.111,12, com vencimento em 14 de maio de 2013. Sobre o montante principal incidirão juros calculados à taxa de 6% ao ano, que deverão ser pagos pela Companhia em parcelas com vencimentos nos mesmos dias de vencimento das parcelas de principal. A empresa J&F Participações S.A. é garantidora da operação.

Pré-pagamentos com Banco Rabobank International Brasil S.A.: (a) em 29 de novembro de 2006, no montante de principal de US$ 40,0 milhões. De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações do montante principal ocorrerão em 9 parcelas, no montante de US$ 4,4 milhões, com os vencimentos a seguir: (i) a primeira parcela com vencimento 24 meses após o crédito nos recursos na conta-corrente da Companhia e; (ii) as demais, na data de vencimento das parcelas de juros, sendo que o

vencimento final será após 72 meses da data de crédito dos recursos na conta-corrente da Companhia. Sobre o montante principal incidirão juros calculados pela variação da taxa LIBOR + 2,50% ao ano, que deverão ser pagas semestralmente, sendo a primeira parcela vencimento em 6 meses após o crédito dos recursos na conta-corrente da Companhia. A empresa Heber Participações S.A. é garantidora da operação; (b) em 4 de março de 2008, no montante de principal total de US$ 50,0 milhões. De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações do montante principal ocorrerão em 9 parcelas, no montante de US$ 5,6 milhões, com os vencimentos a seguir: (i) a primeira parcela com vencimento 36 meses após o crédito nos recursos na conta-corrente da Companhia e; (ii) as demais, na data de vencimento das parcelas de juros, sendo que o vencimento da última parcela será em 4 de fevereiro de 2015. Sobre o montante principal incidirão juros calculados pela variação da taxa LIBOR + 1,8% ao ano, que deverão ser pagos semestralmente, sendo a primeira parcela com vencimento em 6 meses após o crédito dos recursos na conta-corrente da Companhia. As empresas Heber Participações S.A. e Bracol Holding Ltda. são garantidoras da operação; (c) em 12 de agosto de 2008, no montante de principal total de US$ 75,0 milhões. De acordo com os termos e condições deste pré-pagamento, as amortizações do montante principal ocorrerão em 9 parcelas, no montante de US$ 8,3 milhões, com os vencimentos a seguir: (i) a primeira parcela com vencimento 30 meses após o crédito nos recursos na conta-corrente da Companhia e; (ii) as demais, na data de vencimento das parcelas de juros, sendo que o vencimento da última parcela será em 4 de fevereiro de 2015. Sobre o montante principal incidirão juros calculados pela variação da taxa LIBOR + 3,00% ao ano, que deverão ser pagas semestralmente, sendo a primeira parcela vencimento em 6 meses após o crédito dos recursos na conta-corrente da Companhia. As empresas Heber Participações S.A. e Bracol Holding Ltda. são garantidoras da operação. Todos esses contratos de pré-pagamento foram originalmente celebrados pelo Bertin, sendo certo que a obrigação foi assumida pela Companhia em decorrência da incorporação de Bertin pela Companhia, em 31 de dezembro de 2009)

O saldo total das operações de pré-pagamento em 31 de dezembro de 2009 é de R$1.521,2 milhões.

CCB - Cédulas de Crédito Bancário

A Companhia assumiu a CCB celebrada pelo Bertin em razão da sua incorporação em 31 de dezembro de 2009. A cédula de crédito bancário com o BNDES foi firmada em 10 de novembro de 2009, no montante de principal total de R$ 200,0 milhões. De acordo com os termos e condições desta cédula de crédito, as amortizações do montante de principal ocorrerão em 24 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de dezembro de 2010 e a última em 15 de novembro de 2012. Sobre o montante de principal incidem juros calculados à taxa de 4,44% acima da TJLP, acrescida de 1% ao ano. Em garantia ao valor captado, foram instituídas hipotecas em novo grau sobre imóveis de propriedade de Bracol Holding Ltda., localizadas na cidade de Lins, Estado de São Paulo. A empresa Heber Participações é avalista da operação. Os recursos captados por meio desta cédula de crédito foram utilizados para financiamento de capital de giro, no âmbito do Programa Especial de Créditos do BNDES. O saldo devedor desta cédula de crédito em 31 de dezembro de 2009 é de R$ 202,1 milhões.

Restrições de dividendos

As obrigações e compromissos previstos em determinados contratos de dívida da Companhia e de suas subsidiárias incluem a restrição da capacidade da Companhia (ou de suas subsidiárias, conforme aplicável) de pagar dividendos, conforme o disposto nesta seção 7.8 do Formulário de Referência.

7.9. Outras informações que a Companhia julga relevantes

A Companhia acredita ser a maior empresa em processamento de proteína animal do mundo, atuando nas áreas de alimentos, couro, lácteos, produtos para animais domésticos, colágeno e biodiesel. A Companhia está presente em seis continentes, com plataformas de produção e escritórios no Brasil, Argentina, Itália, Austrália, EUA, Uruguai, Paraguai, México, China e Rússia entre outros países.

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas da Companhia

Os pontos fortes e vantagens competitivas da Companhia incluem:

Liderança de mercado, escala e reconhecimento de marca. A Companhia acredita ser a maior companhia de proteína do mundo e o maior produtor e exportador mundial de carne bovina com acesso a 100 países do globo. Adicionalmente, a Companhia acredita ser o segundo maior produtor de frango do mundo, o terceiro maior produtor de carne suína dos EUA e líder mundial no processamento de couro. A Companhia acredita que sua posição de liderança no mundo lhe permitirá aproveitar oportunidades de mercado, possibilitando expandir os seus negócios e aumentar sua participação nos mercados doméstico e internacional. A escala

produtiva da Companhia lhe permite otimizar sua produção e diluir seus custos fixos, o que a Companhia acredita proporcionar uma rentabilidade maior em relação aos seus competidores locais e globais. As marcas da Companhia incluem, no Brasil: "Friboi", "Swift", "Bertin", "Maturatta", "Organic Beef", "Anglo", "Mouran", "Apeti", "Grill", "Vigor", "Leco", "Danúbio", "Faixa Azul", "Serrabella", "Bracol" e "Super Flor", nos EUA: "Swift", "Swift Premium", "1855", "Pilgrim's Pride" e "Gold Kist", na Australia: "AMH", "Aberdeen", "Pure Prime", "Royal", "Tasman Meats", "King Island Beef", "Longford", "Seatle Meat", na Argentina: "Swift", "Cabaña Las Lilas", "Plate" e "La Blanca", e na Itália: "Montana", "Inalca" e "Ibise". A Companhia acredita que suas marcas são amplamente reconhecidas como símbolos de qualidade nos mercados em que são comercializadas, o que lhe permite manter e ampliar sua liderança.

Modelo de negócio diversificado com alcance global. O negócio da Companhia é bastante diversificado, pois a Companhia produz e distribui uma ampla gama de produtos protéicos para diversas localidades por meio de inúmeros canais de distribuição.

- *Oferta diversificada de proteínas*. A Companhia vende produtos de carne bovina, suína, de frango, de cordeiro e carneiro. Além disso, a Companhia produz produtos lácteos e derivados. A diversificação de vendas de produtos protéicos da Companhia proporciona a oportunidade de realizar venda cruzada (*cross selling)* para seus clientes, além de mitigar os principais riscos típicos do setor, tais como ciclos, doenças específicas a certas espécies e às mudanças das preferências do consumidor. Em conseqüência, a Companhia acredita que seu amplo portfólio de produtos protéicos é uma proteção adicional contra riscos de sua indústria.

- *Distribuição geográfica da produção.* As plataformas de processamento da Companhia situadas nos principais países produtores de carne bovina do mundo lhe proporcionam diversificação geográfica e flexibilidade operacional suficientes para atender a demanda de seus clientes, independentemente das condições de mercado e das restrições sanitárias. Este fato permite à Companhia mitigar riscos de restrições de exportação de carne *in natura* causados por eventuais problemas fitossanitários (tais como BSE e febre aftosa). Como exemplo, em 2005, com o surto de febre aftosa no Brasil e a conseqüente restrição de vários países à carne brasileira, a Companhia utilizou sua plataforma de produção na Argentina para suprir a demanda por carne até a suspensão das restrições. Atualmente, a Companhia está utilizando suas plataformas de produção no Uruguai, Paraguai e Austrália para suprir a demanda européia por conta das restrições européias impostas tendo em vista problemas de rastreamento no Brasil.

- *Diversificação da rede de vendas e de distribuição.* A Companhia é beneficiada por sua rede diversificada de vendas e distribuição, que inclui varejistas nacionais e regionais (inclusive cadeias de supermercados, mercearias e distribuidores), processadores (incluindo os fabricantes de toucinho, linguiças e frios), mercados internacionais e o setor de *food service* (inclusive distribuidores de *food service*, que servem cadeias de restaurantes, hotéis e outros clientes institucionais). A Companhia vende seus produtos para mais de 200.000 clientes no mundo todo, sendo que nenhum cliente individualmente foi responsável por mais de 2,0% de sua receita líquida de vendas em 2009. Esse grau de diversificação reduz a dependência da Companhia a qualquer mercado ou cliente e lhe proporciona várias formas de crescimento potencial.

- *Diversificação das exportações.* A Companhia é o maior exportador de carne bovina do mundo e vende seus produtos em mais de 100 países localizados nos seis continentes. Ao todo, as exportações da Companhia corresponderam a aproximadamente 23,0% de suas vendas de 2009. A diversificação geográfica da Companhia lhe permite reduzir a exposição à qualquer mercado individualmente e, da mesma forma, ter acesso a todos os mercados exportadores. Além disso, o acesso a mercados internacionais potencializa a geração de retorno, pois diversos dos produtos de exportação da Companhia, tais como cortes dianteiros, língua, coração, rim e outros miúdos, geram maior demanda e precificação em mercados externos, em particular na Ásia e Oriente Médio.

Histórico de sucesso em aquisições. A Companhia tem um sólido histórico de sucesso em aquisições e integração de empresas adquiridas. Nos últimos 15 anos, a Companhia realizou mais de 30 aquisições. Além disso, a Companhia tem histórico de sucesso em recuperação de empresas deficitárias, comprovado com a aquisição e recuperação da Swift nos EUA. Após a oferta pública inicial de ações da Companhia no Brasil em março de 2007, a Companhia adquiriu a Swift, Inalca, Smithfield, Five Rivers, Tasman, Pilgrim's Pride e a Bertin, dentre outras, o que aumentou sua receita líquida de R$ 4.301,7 milhões em 2006 para R$ 55.223,6 milhões em 2009 e seu EBITDA de R$ 547,8 milhões para R$ 3.058 milhões no mesmo período. Esse histórico de sucesso transformou a Companhia na maior empresa de proteínas do mundo e a Companhia acredita que em razão de sua liderança, escala, solidez financeira e experiência na execução de aquisições e

integração de empresas adquiridas, estará bem posicionada para atuar como um dos principais agentes na consolidação da indústria de alimentos no mundo.

Administração experiente e especializada no setor. A equipe de administradores da Companhia, focada em crescimento, possui profundo conhecimento do setor de produção de carne bovina, suínas e de frango, alguns deles possuindo mais de 20 anos de experiência na administração da Companhia ou atuando no setor. A Administração é um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento das vendas, otimização de operações, integração de recentes aquisições, transformando a Companhia em um dos principais *players* da indústria de alimentos no mundo.

Estratégia da Companhia

O objetivo da Companhia é continuar a crescer, alcançando uma posição de liderança na indústria de alimentos, aproveitar as oportunidades de consolidação do setor no mundo, a abertura e o crescimento dos mercados internacionais, e ao mesmo tempo alcançar taxas de retorno atrativas para seus acionistas. A seguir, a Companhia apresenta os principais elementos da sua estratégia:

Continuar explorando oportunidades de crescimento através de investimentos e aquisições. A Companhia pretende continuar a buscar oportunidades de aquisição e de parcerias estratégicas no mundo que ofereçam novos mercados, novos produtos, ganhos de escala e capturas de sinergias operacionais, aproveitando sua experiência na execução de aquisições e integração de empresas adquiridas nos últimos 15 anos. A Companhia pretende continuar crescendo de maneira sustentável no mercado internacional de alimentos, buscando oportunidades de aquisição e de parcerias estratégicas, mantendo seu alto padrão de segurança alimentar, com o fim de assegurar a qualidade de seus produtos. Além disso, a Companhia continuará investindo em novos mercados e desenvolvendo e consolidando os mercados em que já atua. Ao mesmo tempo, a Companhia continuará a investir na ampliação e consolidação da nossa liderança nos mercados domésticos e internacionais nos quais atua. A Companhia acredita que será capaz de ingressar em novos mercados de exportação à medida que as barreiras comerciais existentes sejam reduzidas ou eliminadas e suas vantagens competitivas e experiência em exportações deverão proporcionar à Companhia uma vantagem competitiva no início das atividades nesses mercados.

Continuar a reduzir custos e a aumentar eficiências operacionais. A Companhia pretende continuar a ser uma das empresas com estrutura de custo mais eficiente do mundo, buscando sempre melhorar seus processos produtivos e logísticos, investindo em tecnologia da informação e qualificação profissional, além de aproveitar os ganhos de escala e as sinergias capturadas nas aquisições. A Companhia acredita poder aumentar sua rentabilidade por meio do desenvolvimento e introdução de processos inovadores e melhorias de produto em toda a cadeia de produção otimizando a utilização da carcaça do boi pela produção de carne *in natura* e industrializada, bem como processamento de couros e produção de lácteos. A Companhia continuará a desenvolvimento de processos inovadores e melhorias em toda a cadeia produtiva. A Companhia, desde sua fundação, foca seus esforços na redução de custos e, ao mesmo tempo, no aumento de sua produção e rentabilidade.

Expandir substancialmente nossa rede de distribuição direta. A Companhia construiu a maior empresa produtora de proteínas do mundo com plataformas globais de produção nos principais países produtores e consumidores de proteínas do mundo. A Companhia pretende executar uma estratégia de distribuição direta global que permita melhorar sua capacidade de prestação de serviços aos seus clientes e que lhe dê a oportunidade de prestar serviços diretamente a novos clientes, sobretudo para redes de *food service* e varejo. A estratégia de vendas da Companhia historicamente se baseia na utilização de distribuidores intermediários que compram seus produtos e revendem ao consumidor final a preços mais elevados. A Companhia pretende mudar uma parte significativa de seus esforços de venda para a venda direta ao consumidor final, de forma a reter a margem de lucro existente na cadeia de valor. A Companhia acredita que a execução de sua estratégia de distribuição direta exigirá a ampliação substancial da sua rede de distribuição e equipe de vendas dentro e fora do país, sendo que seus planos de implementação de tal estratégia incluem aquisição de empresas de distribuição e armazenamento. A estratégia de distribuição direta da Companhia também consiste em vendas diretas e envio de produto para o consumidor final por meio do seu pessoal de vendas e sua frota própria ou arrendada de veículos.

Aumentar a oferta de produtos de marca e com maior valor agregado. Como extensão da estratégia de expansão da rede de distribuição direta da Companhia, esta pretende intensificar a oferta de produtos processados, industrializados e com marcas, que tendem a apresentar margens de lucro mais elevadas e menor oscilação de preços. Historicamente, a Companhia obtém melhores resultados quando oferece aos seus clientes produtos com maior valor agregado. Os exemplos de ofertas de produtos com valor agregado da Companhia incluem produtos com marcas, além dos processados e industrializados, tais como os produtos

fatiados, em cubos, amaciados, cozidos, enlatados, ao molho e prontos para o consumo. Na medida em que tais produtos ajudam a reduzir os custos de mão-de-obra dos clientes da Companhia, estimula-se a demanda por parte do consumidor. A Companhia pretende expandir suas ofertas de produtos processados, industrializados e principalmente expandir a produção de produtos com marcas por meio de investimentos em novas plantas e/ou ampliação das instalações de produção existentes e aquisições, além de investir em marketing para criação de marcas fortes e o fortalecimento das suas marcas já existentes. A Companhia acredita que o aumento das vendas de produtos com valor agregado impulsionará o aumento de sua margem.

Continuidade da integração bem sucedida de aquisições recentes. A Companhia tem histórico comprovado de sucesso na aquisição, integração e melhoria do desempenho operacional de suas aquisições. A Companhia já integrou ou recuperou a Swift (hoje JBS USA Holdings, Inc) e mais recentemente, concluiu com sucesso a integração da JBS Packerland aos seus sistemas de tecnologia da informação operacionais e financeiros. A Companhia identifica oportunidades de economia de custo adicional propiciada pela integração e desenvolve planos para se valer dessas oportunidades. A Companhia pretende aplicar sua recente experiência de integração bem sucedida à integração da Pilgrim's Pride e do Bertin, bem como outras empresas que a Companhia vier a adquirir, para a captura de sinergias que incluem o aperfeiçoamento de funções administrativas e redes de vendas, a consolidação das redes de distribuição, a otimização dos custos de frete e armazenamento, bem como a consolidação de sistemas de gerenciamento de riscos e tesouraria.

Segmentos de Atuação

As operações da Companhia estão estruturadas seguindo os segmentos: (i) Divisão Mercosul (carne bovina, lácteos, couros, além de produtos PET, biodisel, colágeno, higiene e limpeza, entre outros); (ii) Dívisão Carne Bovina USA/AUS; (iii) Divisão Divisão Carne Suína USA; (iv) Divisão Carne de Frango USA; e (v) Divisão Europa.

Além de carne *in natura*, a Companhia fabrica grande variedade de produtos industrializados que usam a carne bovina, suína, ovina e de aves como matéria-prima: são carnes enlatadas, *beef jerky*, supergelados, pratos prontos, entre outros, incluindo também produtos de maior valor agregado, em mais de 100 países localizados em seis continentes. A oferta de produtos com valor agregado consiste em produtos cortados, moídos e embalados de forma customizada para atender as necessidades dos clientes da Companhia e incluem também carnes cozidas congeladas, enlatadas, pratos prontos, temperados e marinados.

A Companhia também investe na qualificação de seus pecuaristas e estabelece um conjunto de critérios para credenciamento de fazendas. A Companhia é auditada pelo Ministério da Agricultura do Brasil e freqüentemente recebe missões de diversos países.

Todas as plantas da Companhia localizadas no Brasil de processamento de carne são credenciadas pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). As destinações de matéria-prima, das diferentes origens para os diferentes mercados, são regidas por normatização do SIF. No caso de matéria-prima para exportação, é emitido um Certificado Sanitário Internacional (CSI) e, para as transferências de mercado interno, uma Guia de Trânsito (GT), sem especificação de habilitação. Os mercados da União Europeia e EUA têm regulamentação própria dentro do SIF, onde os controles são mais estritos ainda. A Companhia segue estes normativas em todas as suas unidades através de um sistema próprio de rastreabilidade de matéria-prima. Este sistema também está disponível para os clientes no Portal da Companhia, para que, por meio de seu número de cadastro e da nota fiscal de compra, possam checar a fazenda e o proprietário fornecedor daquela carne. Em seguida, basta acessar o site do Ibama e do Ministério do Trabalho para ter certeza de que não está adquirindo produtos das áreas embargadas ou com práticas de trabalho escravo identificadas pelos respectivos órgãos.

Divisão Mercosul

A divisão Mercosul compreende a produção de carne bovina no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, a produção de Lácteos no Brasil, a produção de couros processados no Brasil além de outros produtos, tais como produtos PET, biodisel, colágeno, higiene e limpeza entre outros.

Carne Bovina Brasil

A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com unidades industriais localizadas nos estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, Acre, Rio de Janeiro, Paraná e Pará. Produz uma ampla linha de produtos industrializados e de cortes nobres de carne *in natura* com grande penetração no mercado brasileiro e internacional.

Toda a produção segue rígido controle de qualidade e atende a padrões fitossanitários internacionais. A manipulação de carnes é realizada em salas climatizadas e as câmaras de resfriamento ou congelamento têm temperatura controlada por sistemas totalmente computadorizados. Programas de controle para Limpeza e Higienização (PPHO – Procedimento Padrão de Higiene Operacional), Treinamento de Pessoal (GMP – Good Manufacture Practice), Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (HACCP – Hazard Analysis and Critical Control Point), além do Programa de Qualidade Total Friboi (TQF), são realizados permanentemente para assegurar a qualidade dos produtos.

Adicionalmente, as carcaças são inspecionadas por médicos veterinários do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura – SIF para emissão de autorização para a produção e processamento. Complementando o acompanhamento de sanidade e rastreabilidade da matéria-prima, os processos são submetidos a controle efetuado por modernos laboratórios e técnicos experientes nas unidades industriais da Companhia.

No Brasil, a Companhia conta com 35 unidades de abate de bovinos, 16 centros de distribuição, uma unidade de carne em conserva, uma unidade de vegetais e dois confinamentos, situados em 11 estados, conforme a tabela abaixo.

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Andradina	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Barretos	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Presidente Epitácio	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Lins	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Cacoal 1	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Porto Velho	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Vilhena	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Pimenta Bueno	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Araputanga	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Barra Do Garças	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Cáceres	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Pedra Preta	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Juara	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Alta Floresta	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Colider	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Cuiabá	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
São José do Quatro Marcos	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Diamantino	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Água Boa	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Naviraí	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Iturama	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não
Teófilo Otoni	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não
Ituiutaba	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não
Anápolis	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Goiânia	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Mozarlândia	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Itapetinga	Bahia	Abate	Bovinos	Não
Rio Branco	Acre	Abate	Bovinos	Não
Marabá	Pará	Abate	Bovinos	Não
Redenção	Pará	Abate	Bovinos	Não
Santana do Araguaia	Pará	Abate	Bovinos	Não
Tucumã	Pará	Abate	Bovinos	Não
Maringá	Paraná	Abate	Bovinos	Não
Raposo Tavares	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Carapicuíba	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Não
Cubatão	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasília	DF	Centro de Distribuição	CD	Sim
Esteio	Rio Grande do Sul	Centro de Distribuição	CD	Sim
Barueri	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Não
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Centro de Distribuição	CD	Sim

Simões Filho	Bahia	Centro de Distribuição	CD	Sim
Indaiatuba	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Curitiba	Paraná	Centro de Distribuição	CD	Sim
Contagem	Minas Gerais	Centro de Distribuição	CD	Sim
Jardinópolis	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
São Gonçalo do Sapucaí	Minas Gerais	Centro de Distribuição	CD	Sim
Cariacica	Espírito Santo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Manaus	Amazonas	Centro de Distribuição	CD	Sim
Itajaí	Santa Catarina	Centro de Distribuição	CD	Sim
Três Rios	Rio de Janeiro	Carne em Conserva	Conservas	Não
Uberlândia	Minas Gerais	Vegetais em Conserva	Vegetais	Não
Castilho	São Paulo	Confinamento	-	Não
Nazário	Goiás	Confinamento	-	Não

Carne Bovina Argentina, Uruguai e Paraguai

Na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, a Companhia se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com unidades industriais localizadas nos três países. Na Argentina, a Companhia acredita que ocupa posição de liderança na produção de alimentos à base de carne, além de ser a primeira em exportação de carne bovina, sendo reconhecida pela alta qualidade dos produtos, tanto pelo exigente mercado interno, como pelo mercado internacional.

No Paraguai, a Companhia possui duas plantas de abate, situadas nas cidades de Assunção e de San António. Em Canelones, no Uruguai, a Companhia possui mais uma planta de abate. A operação da Companhia na Argentina conta com 6 unidades de abate e 2 fábricas de latas.

As unidades na Argentina, no Uruguai e no Paraguai estão listadas abaixo:

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Paraguai	Assunção	Paraguai	Abate	Bovinos	Não
	San António	Paraguai	Abate	Bovinos	Não
Uruguai	Canelones	Uruguai	Abate	Bovinos	Não
Argentina	Rosário	Santa Fé	Abate	Bovinos	Não
	San Jose	Entre Rios	Abate	Bovinos	Não
	Venado Tuerto	Santa Fé	Abate	Bovinos	Não
	Pontevedra	Buenos Aires	Abate	Bovinos	Não
	Berazategui	Buenos Aires	Abate	Bovinos	Não
	Colonia Caroya	Cordoba	Abate	Bovinos	Não
	Zarate	Buenos Aires	Fábrica de Latas	Fábrica de Latas	Não
	Juarez Celman	Cordoba	Fábrica de Latas	Fábrica de Latas	Sim

Lácteos

Com sete plantas industriais, o segmento de lácteos comercializa produtos de alto valor agregado, como iogurtes, queijos, margarinas e sobremesas, com as marcas Vigor, Leco, Danubio, Faixa Azul, Serrabella, Amélia, Franciscano, Carmelita e Mesa. As unidades deste segmento seguem abaixo:

Cidade	Estado	Atividade	Arrendamento
São Paulo	São Paulo	Lácteos	Não
São Caetano do Sul	São Paulo	Lácteos	Não
Cruzeiro	São Paulo	Lácteos	Não
Anápolis	Goiás	Lácteos	Não
Lavras	Minas Gerais	Lácteos	Não
São Gonçalo do Sapucaí	Minas Gerais	Lácteos	Não
Santo Inácio	Paraná	Lácteos	Não

Couros

A Companhia acredita ser a maior exportadora brasileira de couros e conta com 23 unidades industriais no País, uma na Austrália, uma nos EUA e uma na China, conforme demonstrado abaixo. A Companhia produz couros, que levam a marca Bracol, nos estágios *wet blue*, semiacabado e acabado, para os setores de calçados, automobilístico, moveleiro e de artefatos.

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Brasil	Bacabal	Maranhão	Curtume	Couros	Não
Brasil	Lins	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	São Luiz dos Montes Belos	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Rio Brilhante	Mato Grosso do Sul	Curtume	Couros	Não
Brasil	Baixo Guandu	Espírito Santo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Wanderlândia	Tocantins	Curtume	Couros	Não
Brasil	Redenção	Pará	Curtume	Couros	Não
Brasil	Conceição do Araguaia	Pará	Curtume	Couros	Não
Brasil	Aguaí	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Estância Velha	Rio Grande do Sul	Curtume	Couros	Não
Brasil	Caruaru	Pernambuco	Curtume	Couros	Não
Brasil	Barra do Bugres	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Porto Velho	Rondônia	Curtume	Couros	Não
Brasil	Uberlândia	Minas Gerais	Curtume	Couros	Não
Brasil	Itumbiara	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Campo Grande	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Barra Do Garças	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Porangatu	Goiás	Curtume	Couros	Sim
Brasil	Gurupi	Tocantins	Curtume	Couros	Não
Brasil	Montenegro	Rio Grande do Sul	Curtume	Couros	Não
Brasil	Franca	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Iporã	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Cacoal	Rondônia	Curtume	Couros	Não
EUA	Cactus	Texas	Wet Blue (8.000)	Couros	Não
Austrália	Dinmore	Queensland	Couro	Couros	Não
China	Guangdon	Guangdon	Couro	Couros	Não

Outros Produtos

Produtos Pet

A Companhia conta com quatro unidades industriais e capacidade produtiva de milhares de toneladas por ano. Desde 2007, a subdivisão de Produtos Pet voltou-se para o mercado nacional e lançou a marca FunPet, com o objetivo de aproveitar o know-how adquirido nas exportações para crescer no Brasil, onde está a segunda maior população de cães e gatos do mundo. Abaixo seguem as unidades de segmento de produtos pet:

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Guaiçara	São Paulo	Pet	-	Não
São Luiz dos Montes Belos	Goiás	Pet	-	Não
Cacoal	Rondônia	Pet	-	Não
Conceição do Araguaia	Pará	Pet	-	Não

Higiene e limpeza

Com três plantas industriais, a divisão Higiene e Limpeza produz sabonetes e a Companhia acredita ser líder nacional na produção de sebo bovino e massa base para pequenas, médias e grandes empresas do segmento. Com as marcas próprias, BioBriz e Lavarte, a Companhia produz produtos de limpeza para a casa e para roupas, como desinfetantes, sabão em barra, sabão em pó, amaciante, multiuso, limpeza pesada e lava-louça. Abaixo seguem as unidades de segmento de higiene e limpeza:

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Jundiaí	São Paulo	Hig/Limp	-	Não
Louveira	São Paulo	Hig/Limp	-	Não
Curitiba	Paraná	Hig/Limp	-	Não

Colágeno

A Companhia acredita ser líder mundial na fabricação de fibra natural de colágeno, através da Novaprom. A Novaprom produz e comercializa fibra natural de colágeno desde 2002. Esse ingrediente se destina principalmente à indústria de alimentos, sendo utilizado em produtos cárneos, lácteos, bebidas preparadas, panificação e alimentos funcionais. A Companhia é pioneira no Brasil na fabricação de fibra natural de colágeno. A Companhia tem capacidade de produção de centenas de toneladas por mês, comercializadas no mercado interno e exportadas para vários países. A fibra de colágeno é uma proteína pura, não-desnaturada, extraída das camadas internas da pele bovina, sendo uma ferramenta tecnológica. O colágeno, além de ser um excelente ingrediente, também apresenta propriedades benéficas à saúde: contribui para a regeneração de ossos, articulações e tecidos do coração, retarda o envelhecimento da pele e a flacidez dos tecidos, promove a hidratação cutânea e assegura a consistência e a elasticidade dos tecidos. A Companhia possui uma unidade para esse segmento.

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Lins	São Paulo	Colágeno	-	Não

Biodiesel

A subdivisão de Biodiesel da Companhia tem capacidade instalada para a produção mensal de 28 *megawatts*, a partir de óleos vegetais e gordura animal. Sediada em Lins (SP), a unidade está instalada em uma área de 30 mil metros quadrados de construção, dentro de um complexo industrial de 500 mil metros quadrados. Totalmente automatizada, a planta conta com um moderno sistema de produção e de análises laboratoriais para garantir a qualidade desta alternativa energética e atender as normas nacionais e internacionais.

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Lins	São Paulo	Biodiesel	-	Não

Divisão Carne Bovina USA e Austrália e Divisão Carne Suína USA

Desde 2007 a Companhia acredita ser, através da JBS USA, uma das maiores companhia de produtos de origem bovina a atuar no mercado norte-americano. Isso foi possível com a compra, em julho daquele ano, da Swift, empresa reconhecida por fornecer produtos de origem bovina e suína com qualidade há mais de 150 anos.

Além de abastecer o maior mercado consumidor de carne bovina e pratos industrializados, a JBS EUA representa uma diversificação das operações da Companhia com a oportunidade de exploração do segmento de carne suína.

Nos Estados Unidos, a Companhia opera oito unidades de abate de bovinos, três unidades de abate de suínos, uma unidade de abate de ovinos, uma unidade de processamento de carne bovina e suína embaladas e customizadas, um curtume, sete centros de distribuição regional arrendados e 13 unidades de confinamento de gado operados pela Five Rivers, conforme tabela abaixo:

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Grand Island	Nebraska	Abate	Bovinos	Não
Greeley	Colorado	Abate	Bovinos	Não
Hyrum	Utah	Abate	Bovinos	Não
Cactus	Texas	Abate	Bovinos	Não
Green Bay	Wisconsin	Abate	Bovinos	Não
Plainwell	Minnesota	Abate	Bovinos	Não
Souderton	Pennsylvania	Abate	Bovinos	Não
Tolleson	Arizona	Abate	Bovinos	Não
Worthington	Minnesota	Abate	Suínos	Não
Marshalltown	Iowa	Abate	Suínos	Não
Louisville	Kentucky	Abate	Suínos	Não
Greeley	Colorado	Abate	Smalls	Não
Cactus	Texas	Couros	Wet Blue	Não
Seabrook	New Jersey	Centro de Distribuição	CD	Sim
Miami	Flórida	Centro de Distribuição	CD	Sim
Chicago	Illinois	Centro de Distribuição	CD	Sim
Grand Island	Nebraska	Centro de Distribuição	CD	Sim
Denver	Colorado	Centro de Distribuição	CD	Sim
Phoenix	Arizona	Centro de Distribuição	CD	Sim
Mcallen	Texas	Centro de Distribuição	CD	Sim
Greeley	Colorado	Confinamento	-	Não
Malta	Idaho	Confinamento	-	Não
Kersey	Colorado	Confinamento	-	Não
La Salle	Colorado	Confinamento	-	Não
Yuma	Colorado	Confinamento	-	Não
Lamar	Colorado	Confinamento	-	Não
Ulysses	Kansas	Confinamento	-	Não
Texhoma	Oklahoma	Confinamento	-	Não
Dalhart	Texas	Confinamento	-	Não
Hartley	Texas	Confinamento	-	Não
Farmington	New Mexico	Confinamento	-	Sim
South Charleston	Ohio	Confinamento		Sim
DePere	Wisconsin	Confinamento	-	Sim
Santa Fé	California	Pratos Prontos	-	Não

A Companhia acredita que a JBS Austrália é uma das maiores e mais abrangentes processadoras e exportadoras de carnes da Austrália. A JBS Austrália mantém relações comerciais com mais de 30 países e sua atuação nos mercados da costa do Pacífico e da América do Norte merece destaque, pois adota sofisticados cuidados com a saúde e higiene.

Divisão Carne de Frango USA

A divisão de carne de frango situa-se nos Estados Unidos, México e Porto Rico. Conta com 29 unidades de abate nos Estados Unidos, 3 no México e uma em Porto Rico, 11 plantas de produtos industrializados, 26 fábricas de ração animal nos Estados Unidos, 3 no México e 1 em Porto Rico, 34 incubadoras, e 22 centros de distribuição.

Com a conclusão da aquisição da Pilgrim's Pride pela Companhia (através da JBS USA), a Companhia passou a ter capacidade de processar 7,6 milhões de frangos de corte por dia, e de realizar as operações com frango da Companhia através de 29 unidades de processamento de frango, amparadas por 31 granuladores para alimentação animal, 41 chocadeiras e 11 graxarias, nove unidades de processamento complementar e três fábricas de ração para animais de estimação. Além disso, a aquisição da Pilgrim's Pride expandiu a capacidade de distribuição da Companhia, acrescentando cinco centros regionais de distribuição nos Estados Unidos, oito centros de distribuição no México e um centro de distribuição em Porto Rico. Para maiores informações acerca da aquisição da Pilgrim's Pride, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

A lista abaixo mostra as unidades de processamento de frango da Companhia:

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
EUA	Athens	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Boaz	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Broadway	Virginia	Abate	Frangos	Não
EUA	Canton	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Carrollton	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Abate	Frangos	Não
EUA	Clinton	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Dallas	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Dalton	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	De Queen	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Douglas	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	El Dorado	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Ellijay	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Enterprise	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Guntersville	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Abate	Frangos	Não
EUA	Lufkin	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Marshville	North Carolina	Abate	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Abate	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Abate	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Abate	Frangos	Não
EUA	Russellville	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Sanford	North Carolina	Abate	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Abate	Frangos	Não
México	Los Cues	México	Abate	Frangos	Não
México	San Luis Potosí	México	Abate	Frangos	Não
México	Tepeji del Rio	México	Abate	Frangos	Não
Porto Rico	Aibonito	Porto Rico	Abate	Frangos	Não
EUA	Boaz	Alabama	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Bossier City	Louisiana	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Dallas	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Elberton	Georgia	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Franconia	Pennsylvania	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
EUA	Sumter	South Carolina	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Waco	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Calhoun	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Canton	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Commerce	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Enterprise	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Falkville	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Guntersville	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Harrisonburg	Virginia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Hope	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Nashville	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Pittsburg	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Staley	North Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Teneha	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Tuscumbia	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Waco	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Wingate	North Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	Querétaro	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	Saltillo	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	San Luis Potosí	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
Porto Rico	Las Piedras	Porto Rico	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Albertville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Blaine	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Bowdon	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Broadway	Virginia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Calhoun	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Center	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Cohutta	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Commerce	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Crossville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Cullman	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	De Queen	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Enterprise	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Ft. Payne	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Marshville	North Carolina	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Moulton	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Nashville	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Pittsburg	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Ranburne	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Russellville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Staley	North Carolina	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Incubadora	Frangos	Não
México	Atongo	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Balvenaro	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Esperanza	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Rio Verde	México	Incubadora	Frangos	Não
Porto Rico	Aibonito	Puerto Rico	Incubadora	Frangos	Não
México	Aguascalientes	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Porto Rico	Aibonito	Puerto Rico	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	Arlington	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
México	Ciudad Victoria	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Coatzacoalcos	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Guadalajara	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Monterrey	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Morelia	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	New Port Beach	Califórnia	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Poza Rica	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Puerto Vallarta	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Querétaro	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Reynosa	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
EUA	Salt Lake City	Utah	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	San Antonio	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
México	San Luis Potosí	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Tampico	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Tepeji del Rio	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Tlalnepantla	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Torreón	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Veracruz	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não

Divisão *Europa*

A divisão Europa se dá por operações na Itália por meio de três plantas de abate de bovinos, dois confinamentos, uma unidade de desossa, uma unidade fatiadora e de pratos prontos, uma unidade produtora de presunto, uma unidade produtora de bresaola e uma unidade produtora de salames, mortadelas e culatello.

A Aliança Estratégica - Inalca S.p.A. criou sinergias importantes entre os produtos e canais de vendas da Companhia e da Cremonini. Por um lado, a Companhia com a sua produção e distribuição nos mercados da América do Sul, Estados Unidos e da Austrália, e do outro lado a Cremonini, através da Inalca, com diversos centros de distribuição e atuação na Europa, Rússia e África.

As unidades na Itália estão listadas abaixo:

Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Castelvetro	Emilia Romagna	Abate	Bovinos	Não
Ospedaletto	Lombardia	Abate	Bovinos	Não
Avelino	Campania	Abate	Bovinos	Não
Postalesio	Lombardia	Bresaola	Carne Seca	Não
Castelfranco	Treviso	Confinamento	-	Não
Spilamberto	Emilia Romagna	Confinamento	-	Não
Rieti	Lazio	Desossa e Enlatados	Conservas	Não
Mantova	Lombardia	Fatiados, snacks e pratos prontos	Pratos Prontos	Não
Frosinone	Lazio	Presunto	Presunto	Não
Busseto	Emilia Romagna	Salame, mortadela e culatello	Presunto	Não

Os centros de distribuição utilizados pela Inalca estão listados abaixo:

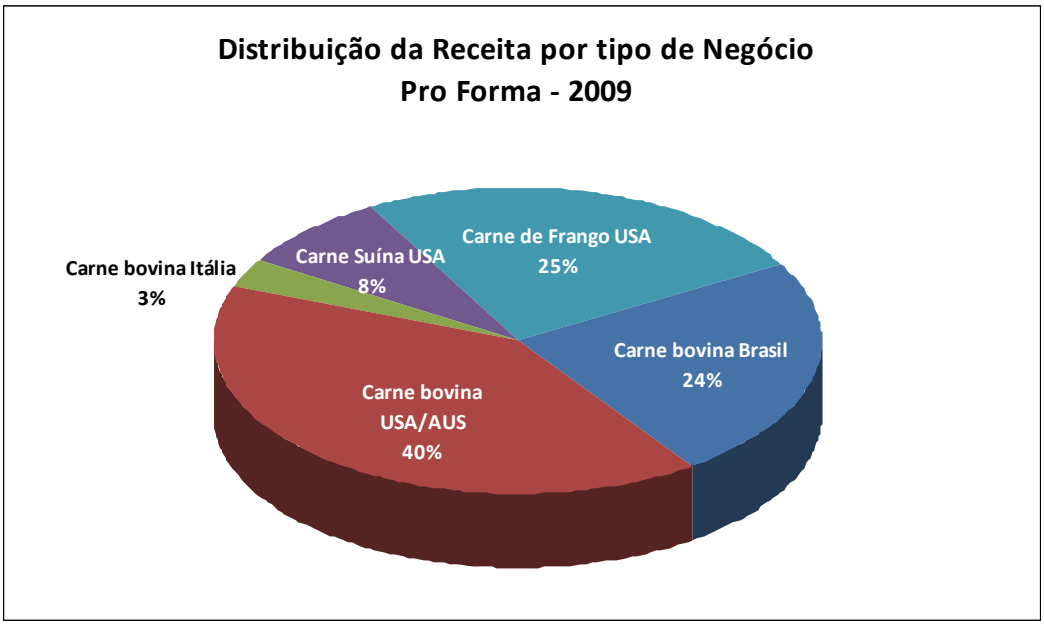
País	Cidade	Subsidiária	Atividade
Angola	Luanda	Inalca Angola	Distribuição
Angola	Lobito	Inter Inalca Angola	Distribuição
Argélia	Argel	Inalca Algerie	Distribuição
Congo	Point Noir	Inalca Brazzaville	Distribuição
Itália	Stienta	Eurobeef	Distribuição
Itália	Piacenza	Fiorani	Distribuição
RD Congo	Kinshasa	Inalca Kinshasa	Distribuição
Rússia	Moscou	Marr Russia	Fábrica de hambúrguer/ Distribuição

Receita Proveniente dos Segmentos Operados pela Companhia

A tabela abaixo mostra as receitas provenientes dos segmentos operados pela Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 (pro forma):

Exercício Social encerrado em 31.12.2009 (Pro Forma)

Divisão	Receita Operacional Líquida (R$ milhões)	% da Receita Líquida
Mercosul	13.058,9	23,6%
Carne bovina USA/AUS	22.303,3	40,4%
Europa	1.789,3	3,2%
Carne Suína USA	4.457,8	8,1%
Carne de Frango USA	13.614,3	24,7%
Total	55.223,6	100,0%



Atividades no Brasil

A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com 77 unidades industriais localizadas nos Estados de: Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Tocantins.

A controlada JBS Embalagens Metálicas Ltda. (JBS Embalagens), confecciona embalagens metálicas em unidade fabril no Estado de São Paulo, que são utilizadas pela Companhia.

A controlada JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada nos municípios de Castilho, Estado de São Paulo e Nazário, Estado de Goiás, explora a atividade de engorda de bovinos para abate.

A controlada indireta Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (Beef Snacks), localizada em Santo Antônio de Posse, São Paulo, explora o ramo de fabricação de *Beef Jerky*, comprando carne in natura no mercado interno e exportando o produto industrializado para os Estados Unidos da América.

Bertin

Devido a incorporação do Bertin, pela Companhia, em 31 de dezembro de 2009, e em virtude da correspondente sinergia e unificação das operações das duas companhias, o contexto operacional atual da Companhia já incorporou as operações do Bertin.

O Bertin era constituído por capital 100% nacional, tendo como atividades a exploração nos ramos de abate, industrialização, comercialização e distribuição de carne bovina e seus derivados; beneficiamento de couros; industrialização e comercialização de produtos voltados para a higiene pessoal e limpeza doméstica; produção de alimentos para animais de estimação (produtos pet); produção de embalagens metálicas; transporte de cargas e reciclagem. Tinha suas atividades organizadas por unidades de negócios que se agrupam em carnes, couros, energia, óleos, biodiesel, higiene e beleza, produtos pet, fábrica de latas, logística e ambiental.

O Bertin possuía um total de 49 unidades, sendo 15 unidades de curtume localizadas nos Estados de São Paulo, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Tocantins, Pará, Rondônia e Minas Gerais; 15 unidades Frigoríficas localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Tocantins, Bahia, Minas Gerais e Rondônia; 6 unidades comerciais localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul; 3 unidades de Cosméticos localizadas nos Estados de São Paulo e Paraná; 2 transportadoras localizadas no Estado de São Paulo; 2 beef shoppings localizados no Estado de São Paulo; 1 unidade de subprodutos localizada no Estado de Minas Gerais; 1 unidade de charque localizada no Estado de Pernambuco; 1 unidade de produtos animais "Pet" localizada no estado de São Paulo, 1 unidade de comércio de bovinos localizada em Minas Gerais, 1 unidade de reciclagem localizada no estado de São Paulo e 1 unidade (matriz) localizada em São Paulo.

Atividades no Exterior

No que se refere às controladas relevantes da Companhia, tem-se a destacar a JBS USA e a Pilgrim's Pride.

JBS USA

A JBS USA é uma das maiores produtoras de carne bovina e suína do mundo com aproximadamente US$ 13.416 milhões em receita líquida consolidada de vendas durante o exercício social encerrado em 27 de dezembro de 2009 (excluindo as vendas líquidas provenientes da Pilgrim's Pride).

Nos Estados Unidos, a Companhia opera, através da JBS USA, em oito unidades de abate de bovinos, três unidades de abate de suínos, uma unidade de abate de ovinos, uma unidade de processamento de carne bovina e suína embaladas e customizadas, um curtume, sete centros de distribuição regional arrendados e 13 unidades de confinamento de gado operados pela Five Rivers, que fornecem aproximadamente 30% do gado bovino que é processado pela JBS USA. Na Austrália, a JBS USA opera dez plantas de abate de bovinos e de animais de pequeno porte, incluindo a maior e mais avançada tecnologicamente daquele país, em Dinmore, bem como cinco unidades de confinamento que fornecem, aproximadamente, 17,9% do gado bovino que a JBS USA processa. As unidades de processamento de pequenos animais na Austrália processam suínos, carneiros e cordeiros e outros animais de pequeno porte. As unidades australianas estão estrategicamente localizadas, permitindo a obtenção de gado a baixo custo e a prestação de serviços de forma eficiente para a base de clientes da Companhia na Ásia e em outros lugares do mundo. Com base em atuais unidades, a Companhia tem capacidade de processar aproximadamente 28.600 cabeças de gado bovino, 48.500 suínos e 4.500 cordeiros por dia nos Estados Unidos e 8.690 cabeças de gado bovino e 23.000 animais de pequeno porte por dia na Austrália.

A JBS USA abate, processa, embala e entrega carnes "*in natura*" de origem bovina e suína, com clientes nos Estados Unidos e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos. A JBS USA divide a sua operação em dois grandes segmentos: *Beef*, operando o negócio de origem bovina; e *Pork*, operando o negócio de origem suína, ambos no mercado norte-americano.

Em termos de capacidade diária de abate, a JBS USA está entre os líderes na produção de carne bovina e suína nos Estados Unidos, e a Companhia acredita que a JBS USA seja a maior produtora de carne bovina na Austrália. A Companhia também acredita que a JBS USA possui e opera a maior empresa de confinamento de gado bovino nos Estados Unidos. Com a conclusão da Aquisição da Pilgrim's Pride, a JBS USA é um dos maiores produtores de frango dos Estados Unidos, em termos de capacidade de processamento diário.

Pilgrim's Pride

A Pilgrim's Pride é uma empresa localizada em Delaware, nos Estados Unidos, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos, com operação no México e em Porto Rico. A Pilgrim's Pride exporta *commodities* de frango para mais de 90 países, sendo certo que os principais produtos são *in natura*, refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

A Pilgrim's Pride opera como empresa verticalmente integrada e controla todas as fases da fabricação de seus produtos, inclusive granuladores para alimentação animal, chocadeiras, incubadoras, unidades de processamento e centros de distribuição nos Estados Unidos, Porto Rico e México. Com a aquisição da Pilgrim's Pride pela Companhia, a JBS USA passou a fabricar produtos de carne de frango in natura e processados para venda aos clientes de varejo, food service e canais de distribuição internacional em mais de 80 países, em seis continentes. Os produtos de carne de frango in natura da Companhia incluem frangos inteiros e cortados resfriados e frangos pré-embalados e customizados. O frango customizado inclui diversas combinações de frangos inteiros in natura e resfriados e cortes de frango prontas para balcões varejistas de carnes in natura. Os produtos de frango preparados incluem filés de peitos, filés e tiras de frango controlados, resfriados e congelados, produtos alimentares e saladas, nuggets e tortas e pedaços de frango com osso. Os produtos de frango preparado podem ser totalmente cozidos, parcialmente cozidos ou crus e incluirão produtos empanados e marinados.

Com a conclusão da aquisição da Pilgrim's Pride pela Companhia (através da JBS USA), a Companhia passou a ter capacidade de processar 7,6 milhões de frangos de corte por dia, e de realizar as operações com frango da Companhia através de 29 unidades de processamento de frango, amparadas por 31 granuladores para alimentação animal, 41 chocadeiras e 11 graxarias, nove unidades de processamento complementar e três fábricas de ração para animais de estimação. Além disso, a Aquisição da Pilgrim's Pride expandiu a capacidade de distribuição da Companhia, acrescentando cinco centros regionais de distribuição nos Estados Unidos, oito centros de distribuição no México e um centro de distribuição em Porto Rico. Para maiores informações acerca da aquisição da Pilgrim's Pride, vide a seção 6.5. do Formulário de Referência.

Outras Controladas da Companhia

A Companhia possui duas controladas indiretas na Inglaterra e Egito para maximizar as vendas e distribuição dos produtos na Europa, Ásia e África.

Além disso, possui uma controlada indireta, JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, que se dedica à exploração do ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com sete unidades industriais localizadas nas províncias de Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba. A JBS Argentina possui três subsidiárias, sendo um frigorífico abatedouro em Berezategui (Consignaciones Rurales), uma fábrica de latas localizada em Zarate (Argenvases), ambas na província de Buenos Aires e um frigorífico abatedouro em Córdoba (Col-car).

A controlada JBS Trading USA, Inc. (JBS Trading USA) e suas subsidiárias, Tupman Thurlow Co., Inc. (Tupman) e Astro Sales International, Inc. (Astro) localizadas nos Estados Unidos da América vendem produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

A controlada indireta Jerky Snack Brands, Inc (Jerky Snack), localizada nos Estados Unidos da América, industrializa e vende Meat Snacks (como Beef Jerky, Smoked Meat Sticks, Kippered Beef Steak,

Meat&Cheese, Turkey Jerky e Hunter Sausage). Jerky Snack compra produtos do Brasil e dos Estados Unidos, vendendo principalmente nos Estados Unidos.

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, de aves e suína. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países, na Europa, África e Ásia.

A Companhia detém 50% do capital social da Inalca JBS S.p.A, (Inalca JBS), uma das principais operadoras européias no setor de processamento de carne bovina. A Inalca JBS produz e comercializa uma linha completa de carnes frescas e congeladas, embaladas a vácuo ou divididas em porções, carne enlatada, produtos prontos para consumo, hambúrguer fresco e congelado, carne moída e produtos pré-cozidos. A Inalca JBS opera através de uma estrutura composta de seis unidades na Itália, especializada por linha de produção e oito centros de distribuição internacionais localizados na Europa e na África. Sua subsidiária integral Montana Alimentari S.p.A. (Montana) é uma das principais operadoras italianas na produção, comercialização e distribuição de carnes curadas, aperitivos e produtos prontos para consumo, oferecendo mais de 230 produtos. Proprietária das marcas históricas "Montana" e "IBIS", a Montana apresenta uma estrutura industrial de quatro unidades, especializadas por tipo de produção e localizadas em áreas definidas como Denominação de Origem Protegida (D.O.P) e Indicação Geográfica Protegida (I.G.P). A Montana é também uma das principais operadoras no mercado italiano de carne enlatada e de produtos fatiados. Para maiores informações acerca da Aliança Estratégica - Inalca S.p.A., vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"ANVISA"	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
"AQIS"	*Australian Quarantine and Inspection Service*, Serviço de Inspeção de Quarentena australiano
"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA
"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Australia
"BDRs"	*Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"BR GAAP"	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC

"BSE"	Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como "doença da vaca louca")
"CADE"	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
"CAGR"	*Compound Annual Growth Rate*
"CD"	Centro de Distribuição
"CFC"	Conselho Federal de Contabilidade
"CGC"	Continental Grain Company (anteriormente ContiGroup Companies, Inc.)
"CLT"	Consolidação das Leis do Trabalho, conforme aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943
"CNPJ"	Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas
"Código de Falência"	Código de Falência Norte-Americano
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"CPF"	Cadastro de Pessoas Físicas
"Cremonini"	Cremonini S.p.A., Itália
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia. O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos

	resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"EEOC"	*Equal Employment Opportunity Commission*, Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana
"EPA"	*Environmental Protection Agency,* Agência de Proteção do Meio-Ambiente norte-americana
"Estados Unidos" ou "Estados Unidos da América"	United States of America
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"GEE"	Gases estufa
"Governo Federal"	Governo Federal do Brasil
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBAMA"	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
"IBRACON"	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
"ICE"	Divisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna norte-americano
"ICMS"	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
"ICVM 480"	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada
"ICVM 332"	Instrução da CVM nº 332, de 04 de abril de 2000, conforme alterada
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"INPI"	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
"INSS"	Instituto Nacional do Seguro Social
"IPI"	Imposto sobre Produtos Industrializados
"IPO da JBS USA"	Oferta inicial para distribuição pública ou qualquer outra oferta pública inicial de ações ordinárias da JBS USA

"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"LIBOR"	*London Interbank Offered Rate*
"Linha de Crédito de Saída"	Linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, um empréstimo "A", com prazo de três anos, no valor de no máximo US$375,0 milhões, e um empréstimo "B", com prazo de cinco anos, no valor de no máximo US$775,0 milhões, contratada pela Pilgrim's Pride após sair de seu processo falimentar
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Montana"	Montana Alimentari S.p.A.
"MPF"	Ministério Público Federal
"MPF/PA"	Ministério Público Federal, Estado do Pará
"NASDAQ"	*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*
"Notas 2011"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 275 milhões e juros de 9,375%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2011
"Notas 2014"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. no valor de US$ 700 milhões e juros de 11,625%, emitidas em 27 de abril de 2009 e com vencimento em maio de 2014
"Notas 2016"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 300 milhões e juros de 10,50%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2016 do Bertin"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pelo Bertin, no valor de US$ 350 milhões e juros de 10,25%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2017 da Vigor"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Vigor, no valor de US$ 100 milhões e juros de 9,25%, emitidas em 2007 e com vencimento em 2017
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"NYSE"	*New York Stock Exchange*
"OIE"	*World Organization for Animal Health* (*Office Internationale des Epizooties*)
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"OMS"	Organização Mundial de Saúde
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"PIS"	Programa de Integração Social
"Plano"	Plano de reestruturação da Pilgrim's Pride aprovado pelas

	corte norte-americanas de falência
"PROT"	PROT - Fundo de investimentos em Participações
"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"SAGPYA"	*Secretaría de agricultura, ganadería, pesca y alimentación*, secretaria de agricultura da Argentina
"SEC"	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos
"SDE"	Secretaria de Direito Econômico
"SEAE"	Secretaria de Acompanhamento Econômico
"SECEX"	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
"SENASA"	*Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria*
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Taxa de Desfrute"	Índice usualmente utilizado na indústria de carne bovina que mede a quantidade de gado abatido no país durante um ano em relação ao seu rebanho total
"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"TJLP"	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional
"USDA"	*United States Department of Agriculture*
"US GAAP"	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América
"VAR"	*Value at Risk*
"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

8. GRUPO ECONÔMICO

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia, indicando:

Controladores diretos e indiretos:

Na data deste Formulário de Referência, a FB Participações é a acionista controladora direta da Companhia. A FB Participações é uma sociedade brasileira cujo único investimento é a participação de 59,13% no capital social total e votante da Companhia, representada pela titularidade de 1.399.867.018 ações de emissão da Companhia.

A FB é controlada por J&F Participações S.A. e ZMF Fundo de Investimento em Participações. Os outros acionistas da FB são Bertin Fundo de Investimento em Participações, José Batista Sobrinho, Joesley Mendonça Batista e José Batista Júnior. A J&F Participações S.A. é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., JJBJ Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM Participações Ltda. e ZMF Fundo de Investimento em Participações. ZMF Fundo de Investimento em Participações é controlado por José Batista Júnior, Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, Vanessa Mendonça Batista, Vivianne Mendonça Batista e Valére Batista Mendonça Ramos. Bertin Fundo de Investimento em Participações é controlado por Bracol Holding Ltda.

A tabela abaixo evidencia os acionistas que detém mais de 5% do capital social total e votante da Companhia na data deste Formulário de Referência.

Nome	Quantidade de Ações detidas pela Companhia (Unidade)	Participação total no Capital Social (%)
FB Participações S.A.	1.399.867.018	59,13%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	437.102.282	18,46%
PROT - Fundo de Invest. em Participações	205.365.101	8,67%
Ações em Tesouraria	43.990.100	1,86%
Outros	281.146.975	11,88%
Total	2.367.471.476	100,00%

Para maiores informações acerca do controle da Companhia e de suas controladoras, vide seção 15 deste Formulário de Referência.

Controladas e coligadas

Controlada	Controlada Direta / Controlada Indireta	Quantidade de Ações/Quotas detidas pela Companhia (em Milhares)	Participação total no Capital Social (%)
JBS Confinamento Ltda.	Direta	65.001	100%
JBS Global A/S	Direta	1.250	100%
JBS Global Investments S.A.	Direta	93.000	100%
JBS Holding International S.A.	Direta	804.235	100%
JBS USA, INC	Direta	0,1	100%
JBS USA Trading, Inc.	Direta	20	100%
JBS Slovakia Holdings. S.R.O	Direta	0,001	100%
Bertin Holding GMBH	Direta	96	100%
S/A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor	Direta	165.447	99,54%
Cascavel Couros Ltda	Direta	265.127	99,99%
Bertin USA Corporation	Direta	-	100%
Biolins Energia S.A.	Direta	10.672	100%
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	Direta	10.002	99%
Mouran Alimentos Ltda.	Direta	120	70%
Novaprom Foods e ingredientes Ltda	Direta	792	60%
Inalca JBS S.P.A.	Direta	280.000	50%
Companhia Leco de Produtos Alimentícios S.A	Direta	145.000	19,08%

Participações da Companhia em sociedades do grupo:

Vide seção 8.1(b) deste Formulário de Referência.

Participações de sociedades do grupo na Companhia:

Vide seção 8.1(b) deste Formulário de Referência.

Sociedades sob controle comum:

Vide seção 8.1(b) deste Formulário de Referência.

8.2. Caso o emissor deseja, organograma do grupo econômico em que se insere a Companhia, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1:

Não há.

8.3. Descrição das operações de reestruturação, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, ocorridas no grupo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007

Em janeiro de 2007, a Companhia adquiriu 100% das ações de emissão da empresa norte americana SB Holdings e suas subsidiárias, Tupman Thurlow, Astro Sales Internacional e Austral Foods. Para maiores informações a respeito da aquisição da Swift, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Para maiores informações a respeito da aquisição da Swift, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

No dia 4 de março de 2008, a Companhia anunciou a negociação para a compra da National Beef Packing Company, LLC (cujo encerramento das negociações foi comunicado em 20 de fevereiro de 2009), Smithfield Beef e do Grupo Tasman, incluindo a Tasman.

Para maiores informações sobre a aliança Estratégica - Inalca S.p.A., a Aquisição da Smithfield Beef e Aquisição da Tasman, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

Para a aquisição da Pilgrim's Pride, a aquisição da Tatiara Meat e a Operação JBS S.A./Bertin, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Para uma descrição das debêntures emitidas pela Companhia no âmbito da Operação BNDESPAR, vide seção 18.5 deste Formulário de Referência.

Todas as operações de reestruturação societária que tenham ocorrido no grupo econômico da Companhia nos últimos três exercícios sociais e que tenham efeitos relevantes para a Companhia estão descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

9. ATIVOS RELEVANTES

9.1. Descrição dos bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia operava 294 plantas de abate, processadoras e/ou industrializadoras, sendo que deste total, 198 unidades são de propriedade da Companhia, e 6 são de propriedade de terceiros, operadas pela Companhia como arrendatária.

a. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização:

A tabela abaixo apresenta as unidades da Companhia.

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Angola	Luanda	Angola	Centro de Distribuição	Inalca Angola	Sim
Angola	Lobito	Angola	Centro de Distribuição	Inter Inalca Angola	Sim
Argélia	Argel	Argélia	Centro de Distribuição	Inalca Algerie	Sim
Argentina	Rosário	Santa Fé	Abate	Bovinos	Não
Argentina	San Jose	Entre Rios	Abate	Bovinos	Não
Argentina	Venado Tuerto	Santa Fé	Abate	Bovinos	Não
Argentina	Pontevedra	Buenos Aires	Abate	Bovinos	Não
Argentina	Berazategui	Buenos Aires	Abate	Bovinos	Não
Argentina	Colonia Caroya	Cordoba	Abate	Bovinos	Não
Argentina	Zarate	Buenos Aires	Fábrica de Latas	Fábrica de Latas	Não
Argentina	Juarez Celman	Cordoba	Fábrica de Latas	Fábrica de Latas	Sim
Argentina	Buenos Aires	Buenos Aires	Sede	Sede	Não
Austrália	Townsville	Queensland	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Rockhampton	Queensland	Abate	Bovinos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Austrália	Dinmore	Queensland	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Beef City	Queensland	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Brooklyn	Victoria	Abate	Bovinos	Não
Austrália	King Island	Tasmania	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Devonport	Tasmania	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Longford	Tasmania	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Yarrawonga	Victoria	Abate	Bovinos	Não
Austrália	Brooklyn	Victoria	Abate	Smalls	Não
Austrália	Devenport	Tasmania	Abate	Smalls	Não
Austrália	Longford	Tasmania	Abate	Smalls	Não
Austrália	Cobram	Victoria	Abate	Smalls	Não
Austrália	Bordertown - Tatiara	South Australia	Abate	Smalls	Não
Austrália	Beef City	Queensland	Confinamento	Confinamentos	Não
Austrália	Mungindi	New South Wales	Confinamento	Confinamentos	Não
Austrália	Caroona	New South Wales	Confinamento	Confinamentos	Não
Austrália	Prime City	New South Wales	Confinamento	Confinamentos	Não
Austrália	Yambinya	New South Wales	Confinamento	Confinamentos	Não
Austrália	Brisbane	Queensland	Trading ME (Swift Trade)	CD	Sim
Austrália	Townsville	Queensland	Trading MI - CD (Dr)	CD	Sim
Austrália	Sidney	New South Wales	Trading MI - CD (Dr)	CD	Sim
Austrália	Melbourne	Victoria	Trading MI - CD (Dr)	CD	Sim
Austrália	Adelaide	South Austrália	Trading MI - CD (Dr)	CD	Sim
Austrália	Perth	Western Austrália	Trading MI - CD (Dr)	CD	Sim
Austrália	Dinmore	Queensland	Curtume	Couros	Não
Brasil	Andradina	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Barretos	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Presidente Epitácio	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Lins	São Paulo	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Cacoal 1	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Porto Velho	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Vilhena	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Pimenta Bueno	Rondônia	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Araputanga	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Barra Do Garças	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Cáceres	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Pedra Preta	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Juara	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Alta Floresta	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Brasil	Colider	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Brasil	Cuiabá	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Brasil	São José do Quatro Marcos	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Sim
Brasil	Diamantino	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Água Boa	Mato Grosso	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Naviraí	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Iturama	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Teófilo Otoni	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Ituiutaba	Minas Gerais	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Anápolis	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Goiânia	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Mozarlândia	Goiás	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Itapetinga	Bahia	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Rio Branco	Acre	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Marabá	Pará	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Redenção	Pará	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Santana do Araguaia	Pará	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Tucumã	Pará	Abate	Bovinos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Brasil	Maringá	Paraná	Abate	Bovinos	Não
Brasil	Raposo Tavares	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Carapicuíba	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Não
Brasil	Cubatão	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Brasília	DF	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Esteio	Rio Grande do Sul	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Barueri	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Não
Brasil	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Simões Filho	Bahia	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Indaiatuba	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Curitiba	Paraná	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Contagem	Minas Gerais	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Jardinópolis	São Paulo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	São Gonçalo do Sapucaí	Minas Gerais	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Cariacica	Espírito Santo	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Manaus	Amazonas	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Itajaí	Santa Catarina	Centro de Distribuição	CD	Sim
Brasil	Três Rios	Rio de Janeiro	Carne em Conserva	Conservas	Não
Brasil	Uberlândia	Minas Gerais	Vegetais em Conserva	Vegetais	Não
Brasil	Castilho	São Paulo	Confinamento	Confinamento	Não
Brasil	Nazário	Goiás	Confinamento	Confinamento	Não
Brasil	Santo Antônio de Posse	São Paulo	Beef Jerky	Conservas	Não
Brasil	Lins	São Paulo	Biodiesel	Biodiesel	Não
Brasil	São Paulo	São Paulo	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	São Caetano do Sul	São Paulo	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	Cruzeiro	São Paulo	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	Anápolis	Goiás	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	Lavras	Minas Gerais	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	São Gonçalo do Sapucaí	Minas Gerais	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	Santo Inácio	Paraná	Lácteos	Lácteos	Não
Brasil	Bacabal	Maranhão	Curtume	Couros	Não
Brasil	Lins	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	São Luiz dos Montes Belos	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Rio Brilhante	Mato Grosso do Sul	Curtume	Couros	Não
Brasil	Baixo Guandu	Espírito Santo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Wanderlândia	Tocantins	Curtume	Couros	Não
Brasil	Redenção	Pará	Curtume	Couros	Não
Brasil	Conceição do Araguaia	Pará	Curtume	Couros	Não
Brasil	Aguaí	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Estância Velha	Rio Grande do Sul	Curtume	Couros	Não
Brasil	Caruaru	Pernambuco	Curtume	Couros	Não
Brasil	Barra do Bugres	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Porto Velho	Rondônia	Curtume	Couros	Não
Brasil	Uberlândia	Minas Gerais	Curtume	Couros	Não
Brasil	Itumbiara	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Campo Grande	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Barra Do Garças	Mato Grosso	Curtume	Couros	Não
Brasil	Porangatu	Goiás	Curtume	Couros	Sim
Brasil	Gurupi	Tocantins	Curtume	Couros	Não
Brasil	Montenegro	Rio Grande do Sul	Curtume	Couros	Não
Brasil	Franca	São Paulo	Curtume	Couros	Não
Brasil	Iporã	Goiás	Curtume	Couros	Não
Brasil	Cacoal	Rondônia	Curtume	Couros	Não
Brasil	Guaiçara	São Paulo	Pet	Pet	Não
Brasil	São Luiz dos Montes Belos	Goiás	Pet	Pet	Não
Brasil	Cacoal	Rondônia	Pet	Pet	Não
Brasil	Conceição do Araguaia	Pará	Pet	Pet	Não
Brasil	Jundiaí	São Paulo	Hig/Limp	Hig/Limp	Não
Brasil	Louveira	São Paulo	Hig/Limp	Hig/Limp	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
Brasil	Curitiba	Paraná	Hig/Limp	Hig/Limp	Não
Brasil	Lins	São Paulo	Colágeno	Colágeno	Não
China	Guangdon	Guangdon	Curtume	Couros	Não
Congo	Point Noir	Congo	Centro de Distribuição	Inalca Brazzaville	Sim
EUA	Cactus	Texas	Curtume	Couros	Não
EUA	Grand Island	Nebraska	Abate	Bovinos	Não
EUA	Greeley	Colorado	Abate	Bovinos	Não
EUA	Hyrum	Utah	Abate	Bovinos	Não
EUA	Cactus	Texas	Abate	Bovinos	Não
EUA	Green Bay	Wisconsin	Abate	Bovinos	Não
EUA	Plainwell	Minnesota	Abate	Bovinos	Não
EUA	Souderton	Pennsylvania	Abate	Bovinos	Não
EUA	Tolleson	Arizona	Abate	Bovinos	Não
EUA	Worthington	Minnesota	Abate	Suínos	Não
EUA	Marshalltown	Iowa	Abate	Suínos	Não
EUA	Louisville	Kentucky	Abate	Suínos	Não
EUA	Greeley	Colorado	Abate	Smalls	Não
EUA	Seabrook	New Jersey	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Miami	Flórida	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Chicago	Illinois	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Grand Island	Nebraska	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Denver	Colorado	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Phoenix	Arizona	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Mcallen	Texas	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	Greeley	Colorado	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Malta	Idaho	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Kersey	Colorado	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	La Salle	Colorado	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Yuma	Colorado	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Lamar	Colorado	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Ulysses	Kansas	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Texhoma	Oklahoma	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Dalhart	Texas	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Hartley	Texas	Confinamento	Confinamento	Não
EUA	Farmington	New Mexico	Confinamento	Confinamento	Sim
EUA	South Charleston	Ohio	Confinamento	Confinamento	Sim
EUA	DePere	Wisconsin	Confinamento	Confinamento	Sim
EUA	Santa Fé	California	Pratos Prontos	Pratos Prontos	Não
EUA	Athens	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Boaz	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Broadway	Virginia	Abate	Frangos	Não
EUA	Canton	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Carrollton	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Abate	Frangos	Não
EUA	Clinton	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Dallas	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Dalton	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	De Queen	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Douglas	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	El Dorado	Arkansas	Abate	Frangos	Não
EUA	Ellijay	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Enterprise	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Abate	Frangos	Não
EUA	Guntersville	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Abate	Frangos	Não
EUA	Lufkin	Texas	Abate	Frangos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
EUA	Marshville	North Carolina	Abate	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Abate	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Abate	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Abate	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Abate	Frangos	Não
EUA	Russellville	Alabama	Abate	Frangos	Não
EUA	Sanford	North Carolina	Abate	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Abate	Frangos	Não
EUA	Boaz	Alabama	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Bossier City	Louisiana	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Dallas	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Elberton	Georgia	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Franconia	Pennsylvania	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Waco	Texas	Pratos Prontos - Frango	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Calhoun	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Canton	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Chattanooga	Tennessee	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Commerce	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Enterprise	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Falkville	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Guntersville	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Harrisonburg	Virginia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Hope	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Nashville	Arkansas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Pittsburg	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Staley	North Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Teneha	Texas	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Tuscumbia	Alabama	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Waco	Georgia	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Wingate	North Carolina	Fábrica de Ração	Frangos	Não
EUA	Albertville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Athens	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Batesville	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Blaine	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Bowdon	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Broadway	Virginia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Calhoun	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Center	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Cohutta	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Commerce	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Crossville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Cullman	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	De Queen	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
EUA	Enterprise	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Ft. Payne	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Gainesville	Georgia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Live Oak	Florida	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Marshville	North Carolina	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Mayfield	Kentucky	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Moorefield	West Virginia	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Moulton	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Nacogdoches	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Nashville	Arkansas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Natchitoches	Louisiana	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Pittsburg	Texas	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Ranburne	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Russellville	Alabama	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Staley	North Carolina	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Sumter	South Carolina	Incubadora	Frangos	Não
EUA	Arlington	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	Mt. Pleasant	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	New Port Beach	Califórnia	Centro de Distribuição	Frangos	Não
EUA	Salt Lake City	Utah	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	San Antonio	Texas	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
EUA	Fort Lauderdale	Flórida	Centro de Distribuição	CD	Sim
EUA	New Port Beach	Califórnia	Centro de Distribuição	CD	Sim
Itália	Castelvetro	Emilia Romagna	Abate	Bovinos	Não
Itália	Ospedaletto	Lombardia	Abate	Bovinos	Não
Itália	Avelino	Campania	Abate	Bovinos	Não
Itália	Postalesio	Lombardia	Bresaola	Carne Seca	Não
Itália	Castelfranco	Treviso	Confinamento	Confinamento	Não
Itália	Spilamberto	Emilia Romagna	Confinamento	Confinamento	Não
Itália	Rieti	Lazio	Desossa e Enlatados	Conservas	Não
Itália	Mantova	Lombardia	Fatiados, snacks e pratos prontos	Pratos Prontos	Não
Itália	Frosinone	Lazio	Presunto	Presunto	Não
Itália	Busseto	Emilia Romagna	Salame, mortadela e culatello	Presunto	Não
Itália	Stienta	Itália	Centro de Distribuição	Eurobeef	Sim
Itália	Piacenza	Itália	Centro de Distribuição	Fiorani	Sim
México	Los Cues	México	Abate	Frangos	Não
México	San Luis Potosí	México	Abate	Frangos	Não
México	Tepeji del Rio	México	Abate	Frangos	Não
México	Querétaro	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	Saltillo	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	San Luis Potosí	México	Fábrica de Ração	Frangos	Não
México	Atongo	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Balvenaro	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Esperanza	Mexico	Incubadora	Frangos	Não
México	Rio Verde	México	Incubadora	Frangos	Não
México	Aguascalientes	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Ciudad Victoria	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Coatzacoalcos	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Guadalajara	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Monterrey	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Morelia	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Poza Rica	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Puerto Vallarta	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Querétaro	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Reynosa	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	San Luis Potosí	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Tampico	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Tepeji del Rio	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não

País	Cidade	Estado	Atividade	Tipo	Arrendamento
México	Tlalnepantla	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Torreón	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
México	Veracruz	México	Centro de Distribuição	Frangos	Não
Paraguai	Assunção	Paraguai	Abate	Bovinos	Não
Paraguai	San António	Paraguai	Abate	Bovinos	Não
Porto Rico	Aibonito	Porto Rico	Abate	Frangos	Não
Porto Rico	Las Piedras	Porto Rico	Fábrica de Ração	Frangos	Não
Porto Rico	Aibonito	Puerto Rico	Incubadora	Frangos	Não
Porto Rico	Aibonito	Puerto Rico	Centro de Distribuição	Frangos	Sim
RD Congo	Kinshasa	RD Congo	Centro de Distribuição	Inalca Kinshasa	Sim
Rússia	Moscou	Rússia	Fábrica de hambúrguer/ Distribuição	Marr Russia	Sim
Uruguai	Canelones	Uruguai	Abate	Bovinos	Não

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, suportada por laudo emitido pela empresa especializada SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda., de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R$ 197,5 milhões a reserva de reavaliação é de R$112,4 milhões e a provisão para imposto de renda e contribuição social é de R$ 53,3 milhões. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R$ 31,9 milhões.

b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando:

A Companhia possui uma ampla linha de marcas de produtos de carne *in natura* e produtos industrializados. Entre as principais marcas da Companhia destacam-se:

"Friboi", "Swift", "Swift and Company", "La Herencia", "1855 Swift Premium", "Maturatta", "Cabaña Las Lilas", "Organic Beef Friboi", "Anglo", "Mouran", "Plata", "King Island", "Beef City", "AMH", "Inalca", "Montana" e "Ibise".

A Companhia detêm várias marcas, patentes e nomes de domínio que, a Companhia acredita são relevantes ao negócio e que estão registrados no INPI no Brasil, no INPI na Argentina e no Registro de Marcas e Patentes (*Patent and Trademark Office*) dos Estados Unidos, conforme o caso. Na Itália, as marcas e as patentes são registradas junto ao *Ufficio Italiano Brevetti e Marchi* do Ministério do Desenvolvimento Econômico da Itália. No Japão, a Companhia esta autorizada a utilizar a marca "*Swift*" nos termos de contrato de licenciamento exclusivo firmado com a Nippon Meat Packers Inc. Além disso, com a aquisição da Pilgrim´s Pride, forma adicionadas as seguintes marcas comerciais: *Pilgrim's Pride*, *Country Pride*, *Gold Kist* e *Pierce Chicken*. Atualmente, há vários pedidos de patente e registros de marca pendentes nos Estados Unidos e em outros países. Além de proteger marcas registradas, a Companhia tenta proteger suas marcas não registradas e outras informações de propriedade previstas através de contratos de não divulgação com empregados e terceiros e outras leis e métodos de proteção.

Com relação à marca "Danúbio", a Companhia não detêm sua titularidade. A utilização da marca "Danúbio" pela Companhia é decorrente de *joint venture* formada pela Companhia e por Arla Foods Amba, empresa de origem dinamarquesa, titular da marca. Apesar da Companhia utilizar a marca "Danúbio" no processamento, embalagem e entrega de lácteos e seus derivados sob tal denominação, não há qualquer contrato formal que tenha licenciado a marca para a Companhia.

i. duração

No Brasil e na Argentina, adquire-se a propriedade de uma marca somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao seu titular o direito de uso exclusivo em todo o território nacional por 10 anos, contados da data de concessão do registro, prorrogáveis por iguais períodos sucessivos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços. Nos Estados Unidos, as marcas da Companhia estão registradas por um período indeterminado, e o direito de patente dura 20 anos para invenções e 17 ou 20 anos para patentes de utilidades cujo pedido de registro foi protocolado antes de 1995, dependendo da forma de registro (de modo similar ao processo de registro na Austrália).

ii. território atingido

Tanto a Companhia no Brasil, quanto suas subsidiárias nos EUA, na Argentina e na Itália possuem marcas registradas em seus países e também no exterior. Todas as marcas que são comercializadas no exterior possuem registro nos órgãos regulatórios dos respectivos países. A marca Swift, por exemplo, está registrada em diversos países do mundo onde a Companhia vende seus produtos, seja pela JBS Argentina quanto pela JBS USA. Na Itália, as marcas e as patentes são registradas junto ao Ufficio Italiano Brevetti e Marchi do Ministério do Desenvolvimento Econômico da Itália.

iii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

No âmbito administrativo, os pedidos de registro de marca que estão sob análise do INPI podem ser negados. Ademais, mesmo em relação aos registros de marca já concedidos, não é possível assegurar que terceiros (ou o próprio INPI) não tentem prejudicar os registros da Companhia (com processos de nulidade ou caducidade p.ex.). No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.

Ademais, a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a conseqüente cessação dos direitos do titular.

Com relação à marca “Danúbio”, caso os contratos relativos à *joint venture* firmada entre a Companhia e a titular da marca, Arla Foods Amba, vierem a ser rescindidos, a Companhia poderá ter que deixar de processar, embalar e entregar produtos de lácteos e seus derivados sob o nome “Danúbio”.

iv. possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia

A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países e enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos. Além disso, se a Companhia não comprar ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

Entre as principais marcas da Companhia destacam-se: "Friboi", "Swift", "Swift and Company", "La Herencia", "1855 Swift Premium", "Maturatta", "Cabaña Las Lilas", "Organic Beef Friboi", "Anglo", "Mouran", "Plata", "King Island", "Beef City", "AMH", "Inalca", "Montana", “Rigamonti” e "Ibise". Tais marcas encontram-se todas registradas.

c. As sociedades em que a Companhia tenha participação, e a respeito delas informar: (i) denominação social; (ii) sede; (iii) atividades desenvolvidas; (iv) participação do emissor; (v) se a sociedade é controlada ou coligada; (vi) se possui registro na CVM; (vii) valor contábil da participação; (viii) valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários; (ix) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil; (x) valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados; (xi) montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais; e (xii) razões para aquisição e manutenção de tal participação:

Denominação Social	Sede	Atividade	Participação da Companhia			Controlada / Coligada	Valor Contábil da Participação (Em milhares de reais)			Resultado de Equivalência			Dividendos Recebidos			Razões para aquisição e Manutenção da Participação
			2009	2008	2007		2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009	2008	2007	
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	Av. Brigadeiro Faria Lima, 2391 – Jd. Paulistano – SP, SP	Confecção de embalagens metálicas	99	99	99	Controlada	34.581	38.559	39.446	-3.978	-887	-1.002	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS Global Investiments S.A.	Vanterpoorl Plaza, Segudo Andar, Wickhams Cay I, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas.	Sociedade de Participação	100	100	100	Controlada	66.037	109.421	40.909	- 15.488	-108.143	-6.804	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS Holding Internacional S.A.	Av. Brigadeiro Faria Lima, 2391 -Cj.22 sala 2-Jd. Paulistano SP, SP	Sociedade de Participação	100	100	100	Controlada	402.886	582.180	385.831	-304.375	52.324	- 95.015	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS Global A/S (Dinamarca)	DAMPFAERGE VEJ 3,2nd floor Postal code/city : 2100 Copenhagen	Sociedade de Participação	100	100	100	Controlada	143.657	137.865	108.106	-21.438	-10.762	-5.362	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Mouran Alimentos Ltda	Av. Brigadeiro Faria Lima, 2391- Cj 121-12 sala 1- Jd. Paulistano – SP, SP	Fabricação de produtos de carne	70	70	70	Controlada	-19.486	-15.189	-10.816	-4.297	4.373	-8.116	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS USA, Inc	1770 Promontory Circle Greeley, CO 80634, EUA	Frigorificação	100	100	100	Controlada	3.379.725	2.301.887	719.210	532.906	301.333	- 160.97 6	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS Trading USA, Inc.	One Old Mill Lane – Simsbury, CT, 06070, EUA	Sociedade de Participação	100	100	100	Controlada	-1.766	4.170	21.941	-4.873	541	684	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
JBS Confinamento Ltda	Av. Brigadeiro Faria Lima, 2391-Cj.2, sala 15- Jd. Paulistano-São Paulo, CEP: 01452-00	Criação de Bovinos para corte	100	100	100	Controlada	56.667	29.420	30.001	-7.743	-581	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros

Denominação Social	Sede	Atividade	Participação da Companhia			Controlada / Coligada	Valor Contábil da Participação (Em milhares de reais)			Resultado de Equivalência			Dividendos Recebidos			Razões para aquisição e Manutenção da Participação
			2009	2008	2007		2009	2008	2007	2009	2008	2007	2009	2008	2007	
Inalca JBS S.p.A	Via Modena, 53 - 41014 Castelvetro di Modena (MO)	Comércio de carne de animais vivos	50	50	-	Controlada	463.011	600.167	-	-1.704	-15.702	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros.011
JBS Slovakia Holdings, S.R.O	Námestie 1. mája 18., 81106 Bratislava, Eslováquia	Aquisição de ativos para revenda	100	-	-	Controlada	1.251.415	-	-	-42.763	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Subsidiárias Incorporadas (3)																
Bertin Holding GMBH	Schulhof 6, 1010, Vienna	Sociedade de Participação	100	-	-	Controlada	142.582	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros.582
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	Rua Joel Jorge de Melo, 608, térreo, Vila Mariana, SP, SP	Indústria e comércio de carne de animais vivos	60	-	-	Controlada	3.056	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor S.A.	Rua Joaquim Carlos, 396, SP, SP	Indústria e comércio de carne de animais vivos	99,54	-	-	Controlada	177.927	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Companhia Leco de Produtos Alimentícios S.A.		Indústria e comércio de produtos alimentícios	19,08	-	-	Controlada	-	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Cascavel Couros Ltda	Rodovia CE-253, Km 11,8, Cascavel, CE	Indústria e comércio de couro	99,99	-	-	Controlada	283.847	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Bertin USA Corporation	551 W Washington Blvd, Suíte 300, Chicago –IL, 60661, EUA651	Sociedade de Participação	100	-	-	Controlada	43.154	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros
Biolins Energia S.A.	Rua das Olimpíadas, 66 6º. Andar, cj. 62, sala 04, SP, SP	Sociedade de Participação; geração de energia elétrica	100	-	-	Controlada	43.727	Não aplicável	Não aplicável	-	-	-	-	-	-	Expectativa de Rendimentos Futuros

Fonte: Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009.

(3) - Refere-se às subsidiárias da incorporadora Bertin, que para fins de melhor visualização e evidênciação aos usuários das informações, foram destacadas.
(VI) – As empresas não possuem registro na CVM.
(VIII) - As empresas não são listadas em bolsa, portanto não ha valor de mercado da participação.
(X) Não houve valorização ou desvalorização do valor de mercado das participações da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

A Pilgrim's Pride tem registro na New York Stock Exchange, sob o ticker "PPC". O valor de mercado da participação detida pela Companhia na Pilgrim's Pride, conforme a cotação de fechamento das ações na data de encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2009, era de R$ 2.125,7 milhões.

9.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"INPI"	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"SAGPYA"	*Secretaría de agricultura, ganadería, pesca y alimentación*, secretaria de agricultura da Argentina
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.

"Vigor" S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Os comentários presentes neste item refletem opiniões e análises da Diretoria da Companhia.

10.1. Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria da Companhia acredita que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

A Diretoria da Companhia acredita que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem.

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2009, era de R$ 16.728,1 milhões, o que representa um acréscimo de 172,7%, ou R$ 10.593,7 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2008. Deste aumento, R$213,5 milhões foram provenientes do lucro do exercício.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia tinha uma posição de caixa de R$ 4.962,5 milhões. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R$ 9.467,3 milhões e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido e minoritários era de 54,5% comparado a 54,2% em 31 de dezembro de 2008. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A necessidade de recursos da Companhia refere-se a (i) compra de matéria prima, sendo que a compra de animais para abate representa cerca de 83,7% desta conta; (ii) impostos indiretos relacionados às atividades operacionais tais como ICMS, PIS/ COFINS e IPI.

As principais fontes de recursos da Companhia são (i) o caixa gerado por meio das atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos bancários de curto prazo para financiamento de capital de giro.

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para as suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2007, foi de R$ 602,3 milhões e o resultado financeiro líquido, no mesmo período, foi de R$ 403,1 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA apresentou índice de cobertura de 1,5 vezes o nosso resultado financeiro líquido no exercício. O saldo da dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos e títulos a pagar deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2007, era de R$ 2.367,9 milhões, ou seja, 3,9 vezes o EBITDA de R$ 602,3 milhões do período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2007.

O EBITDA no período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008, foi de R$ 1.156,1 milhões e o resultado financeiro líquido, no mesmo período, foi de R$ 612,2 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA em base pro forma apresentou índice de cobertura de 1,9 vezes o resultado financeiro líquido no exercício. O saldo da dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2008, era de R$ 3.324,9 milhões, ou seja, 2,9 vezes o EBITDA de R$ 1.156,1 milhões do período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008.

O EBITDA, em base pro forma, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, foi de R$ 3.058,0 milhões e o resultado financeiro líquido, no mesmo período, foi de R$ 1.707,7 milhões negativos. Dessa forma, o EBITDA em base pro forma apresentou índice de cobertura de 1,8 vezes o resultado financeiro líquido no exercício. O saldo da dívida líquida, composta por empréstimos e financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2009, era de R$ 9.467,3

milhões, ou seja, 3,1 vezes o EBITDA em base pro forma de R$ 3.058,0 milhões do período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2009.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. A Companhia também utiliza linhas de capital de giro dos bancos privados e operações de mercado de capitais como alternativas de financiamento. Para maiores informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, vide seção 7.8.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país. Os Diretores também acreditam que sua principal subsidiária, JBS USA, também possui acesso aos principais bancos comerciais nos Estados Unidos, caso seja necessário, para fazer face às eventuais disponibilidades de recursos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Endividamento Bancário

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os contratos de empréstimos e financiamentos somavam R$ 14.429,8 milhões, sendo que R$ 5.272,1 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R$ 9.157,7 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o endividamento bancário foi de R$ 5.616,5 milhões e R$ 3.749,6 milhões, respectivamente, representando 56,4% e 69,5% do passivo circulante e não circulante, que, somados, totalizaram R$ 9.964,4 milhões e R$ 5.397,8 milhões nos mesmos períodos.

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais, assim como para adequar a estrutura de capital da empresa para níveis que a Diretoria acredita serem razoáveis. O endividamento de longo prazo foi obtido para financiar o crescimento futuro da Companhia por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2009.

Consolidado		(em R$)	
Modalidade	**Taxa média anual de juros e comissões**	**2009**	**2008**
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado:			
FINAME	TJLP e juros de 2,75% a 2,88%	**330,2**	231,7
FINAME	Cesta de moedas e juros de 3,73%	**183,0**	-
FINAME	Juros de 7,00% a 10,08%	**25,6**	-
FINEM	TJLP e juros de 3,00% a 3,98%	**427,1**	-
FINEM	Cesta de moedas do BNDES e juros de 2,90%	**22,6**	-
FININP	Variação cambial e juros de 3,8%	**1,0**	-
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75% a 7,25%	**16,2**	26,4
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Juros de 3,50% a 8,53%	**2,7**	-
		1.008,3	**258,0**
Empréstimos para capital de giro:			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial, Libor, mais juros de 0,45% a 7,20%	**1.633,7**	714,9
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 4,65% a 8,90%	**126,8**	-
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 3,00% a 3,10%	**185,1**	177,4
EXIM - fomento à exportação	Juros de 9,15% a 18,27%	**326,7**	-
Euro Bonds	Variação cambial e juros de 9,375%	**485,4**	651,7
USD Bonds	Juros de 11,625%	**1.167,1**	-
Tasman revolver	BBSY e juros de 1,60%	**72,6**	-
US revolver	Prime, Libor e juros de 2,25% a 3,25%	**315,0**	-
PPC - US revolver	Juros de 6,75%	**174,1**	-
PPC - US term notes	Juros de 5,25% a 9,00%	**2.002,4**	-
PPC - Mexico revolver	Juros de 9,5981%	**72,0**	-
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	**8,8**	-
Capital de Giro - Reais	CDI e juros de 6,00%	**15,0**	51,1
Capital de giro - Dolares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	**46,4**	377,3
Capital de giro - Dólares Australianos	BBSY + 0,975% a 1,6%	**-**	160,1
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	**310,8**	418,2
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1,00 a 2,00%	**1.521,2**	516,8
144-A (Notes 2016)	Variação cambial e juros de 10,25% a 10,50%	**1.170,0**	731,6
NCE/COMPOR	CDI e juros de 2,0%	**1.536,3**	1.559,2
NCE/COMPOR	Juros de 124,50% do CDI	**1.209,0**	-
Empréstimo no Exterior c/organismos multilaterais	Variação cambial, Libor e juros de 1,85%	**87,4**	-
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	**5,7**	-
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	**34,7**	-
Capital de Giro Agricola	TR e Juros de 10,50%	**75,7**	-
Capital de Giro Industrial	Juros de 152,00% do CDI	**596,3**	-
Nota de Crédito - Importação	Variação cambial e juros de 11,25%	**26,0**	-
EGF (Empréstimo do Governo Federal)	Juros de 6,75%	**8,2**	-
Notes	Variação cambial e juros 9,25%	**207,9**	-
Outros		**1,1**	
		13.421,5	**5.358,4**
Total		**14.429,8**	**5.616,5**
Desmembramento:			
Passivo circulante		**5.272,1**	2.214,8
Passivo não circulante		**9.157,7**	3.401,7
		14.429,8	**5.616,5**

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R$14.429,8 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2009:

Empréstimos e Financiamentos Consolidados	Fluxo de amortização data-base 31 de dezembro de 2009	
	(em milhões de R$)	**AV%**
Curto Prazo	5.272,1	**36,54%**
2010	5.272,1	36,54%
Longo Prazo	9.157,7	**63,46%**
2011	3.051,0	21,14%
2012	1.640,6	11,37%
2013	714,9	4,95%
2014	2.348,1	16,27%
2015	32,9	0,23%
2016	1.178,9	8,17%
2017	6,9	0,05%
2018	180,6	1,25%
2019	4,0	0,03%
Total	14.429,8	**100,00%**

Os empréstimos contam basicamente com quatro espécies de garantias: (i) duplicatas a receber; (ii) carta de fiança; (iii) aval por parte dos acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia; (iv) hipoteca e penhor sobre parte do maquinário das fábricas e outros bens. Todas as cláusulas que dispõem sobre restrições à capacidade da Companhia de contrair novas dívidas, alienar ativos, dar bens em garantia ou efetivar reorganizações societárias estão sendo integralmente cumpridas. Para uma descrição dessas restrições contratuais, vide item 7.8 deste Formulário de Referência.

Os Diretores acreditam que o fluxo de caixa operacional, que totalizou R$1.428,5 milhões em 2009, e os recursos atualmente disponíveis pela Companhia em 31 de dezembro de 2009 são suficientes para atender às necessidades de liquidez para os próximos 12 meses.

Contratos Financeiros

Na data deste Formulário de Referência estão em vigor os contratos financeiros descritos na seção 7.8, inclusive no que se refere a eventuais restrições contratuais impostas à Companhia. Até a presente data, e no melhor entendimento da administração, tais cláusulas estão sendo cumpridas pela Companhia.

Obrigações Contratuais

Débito com terceiros para investimentos

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento dos passivos que compõem a conta de débito com terceiros para investimentos, no total de R$590,5 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2009. Esse valor refere-se a débitos remanescentes da aquisição de ativos operacionais e de empresas. O valor de R$ 427,5 milhões refere-se a débitos remanescentes da aquisição de investimentos do Bertin, tais como: (i) Planta Pimenta Bueno; (ii) Gould Participações Ltda., referente a aquisição do Grupo Vigor, adquirido em 2007; e (iii) Cia. Araguaia Eletricidade. O montante de R$ 163,0 milhões refere-se ao montante que deve ser acrescido ao preço de compra da Inalca JBS caso a empresa atinja pelo menos um dos seguintes objetivos econômicos: EBITDA médio nos anos de 2008, 2009 e 2010 igual ou superior a 75 milhões de Euros ou, alternativamente, EBITDA igual ou superior a 90 milhões de Euros no exercício de 2010. Caso nenhum dos objetivos econômicos sejam atingidos, esse débito será revertido contra o valor do ágio apurado quando da aquisição.

Débito com terceiros para investimentos Consolidados *(em milhões de R$)*		**AV%**
Curto Prazo		
2010	427,5	72,4%
Longo Prazo		
2011	163,0	27,6%
2012	-	-
2013	-	-
(...)	-	-
Total	590,5	**100,0%**

Restrições Contratuais

As restrições constantes das obrigações tomadas pela Companhia estão descritas na seção 7.8 deste Formulário de Referência.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não aplicável aos contratos firmados pela Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Descrição das principais linhas contábeis

Receitas Líquidas de Vendas (receita após as deduções correspondentes a cancelamentos, descontos e tributos incidentes sobre o faturamento)

As receitas consistem principalmente de:

Venda de carne bovina in natura. Receitas geradas pela venda de cortes de carne bovina in natura, resfriada e congelada, incluindo cortes de picanha, costela, filé mignon, cortes dianteiros e miúdos de boi, dentre outros produtos de carne bovina in natura.

Venda de carne suína in natura. Receitas geradas pela venda de cortes de carne suína in natura, resfriada e congelada, incluindo cortes especiais dentre outros produtos de carne suína in natura.

Venda de carne industrializada. Receitas geradas pela venda de produtos derivados de carne, tais como carne cozida e congelada, carne em conserva, extrato de carne, carne industrializada (hamburger, quibe, salsicha e mortadela) e pratos prontos.

Outros. Receitas geradas pela venda de couro verde a curtumes e também pela venda de milho, ervilhas e seleta de legumes em conserva.

Com a aquisição da Pilgrim's Pride e a incorporação do Bertin no final do ano de 2009, a Companhia entrou em mercados que não explorava. Portanto, durante o ano de 2010 a Companhia somará à sua receita, vendas dos seguintes segmentos: frango; lácteos; produtos de higiene e limpeza; ração animal e biodiesel.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos consiste principalmente dos custos na aquisição de matéria-prima, sendo que a principal é o gado. A Companhia celebra aquisição de gado a termo. Além do custo de aquisição do gado, os outros principais custos incluem custos de produção (incluindo embalagens e insumos) e de mão-de-obra.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais consistem principalmente de:

Despesas administrativas e gerais. Incluem basicamente gastos com pessoal, bem como com os administradores.

Despesas com vendas. Incluem gastos com publicidade; gastos com equipe de vendas, comissões a vendedores, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras despesas relacionadas.

Resultado financeiro líquido. Incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras (PIS/COFINS até julho de 2004), tributo incidente sobre movimentação financeira (CPMF), variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.

Resultado Não Operacional

Resultado não-operacional. Incluem os resultados não-operacionais, tais como resultados oriundos da venda de certos ativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e Diferidos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e diferidos. Referem-se ao imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro líquido, que podem atingir, em conjunto, a alíquota máxima de 34% do nosso lucro, sendo: (i) imposto de renda, recolhido à alíquota de 15% sobre o lucro do exercício; (ii) adicional do imposto de renda, incidente sobre a parcela do lucro que exceder R$240 mil ao ano, recolhido à alíquota de 10%; e (iii) contribuição social sobre o lucro líquido, recolhida à alíquota de 9%; e (iv) imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados pelas alíquotas supracitadas sobre as diferenças intertemporais, além de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, criação ou produção, que não supera os valores de mercado ou de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando são vendidos.

Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição, acrescido de reavaliações espontâneas realizadas em diferentes datas até 31 de dezembro de 2007 para parte significativa dos bens constantes do ativo imobilizado, baseadas em laudos de empresa especializada.

Em decorrência das alterações promovidas pela Lei n° 11.638/07, que extinguiu a possibilidade de reavaliação do ativo imobilizado, a partir de 1 de janeiro de 2008 a Companhia e suas controladas, com base na opção concedida pela instrução normativa n° 469 de 2 de maio de 2008, optou pela manutenção dos saldos de reavaliações constituídas até 31 de dezembro de 2007, as quais serão realizadas, em sua totalidade, com base na depreciação ou alienação dos bens reavaliados. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada.

Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura deixa de ser amortizado a partir 1 de janeiro de 2009 conforme orientação OCPC 2, ratificada pela CVM através do ofício-circular CVM/SNC/SEP no. 01/2009.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de				
	2009		2008		2009/2008
(em milhões de reais)	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	35.195,5	102,6%	31.105,6	102,5%	13,1%
Mercado interno	27.091,6	79,0%	20.787,5	68,5%	30,3%
Mercado externo	8.103,9	23,6%	10.318,1	34,0%	-21,5%
DEDUÇÕES DE VENDAS	(883,7)	-2,6%	(765,3)	-2,5%	15,5%
Devoluções e descontos	(395,5)	-1,2%	(369,2)	-1,2%	7,1%
Impostos sobre as vendas	(488,2)	-1,4%	(396,2)	-1,3%	23,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34.311,8	100,0%	30.340,3	100,0%	13,1%
Custo dos produtos vendidos	(31.112,7)	-90,7%	(27.347,8)	-90,1%	13,8%
LUCRO BRUTO	3.199,1	9,3%	2.992,5	9,9%	6,9%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(2.858,6)	-8,3%	(2.907,7)	-9,6%	-1,7%
Administrativas e gerais	(705,6)	-2,1%	(570,1)	-1,9%	23,8%
Despesas com vendas	(1.562,8)	-4,6%	(1.517,6)	-5,0%	3,0%
Resultado financeiro líquido	(601,1)	-1,8%	(612,2)	-2,0%	-1,8%
Resultado de equivalência	-	-	-	-	-
Amortização de ágio de investimentos	-	-	(179,9)	-0,6%	-
Despesas extraordinárias	-	-	(35,7)	-0,1%	-
Outras (despesas) receitas	10,9	0,0%	7,7	0,0%	41,6%
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	340,5	1,0%	84,8	0,3%	301,5%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(49,7)	-0,1%	(52,2)	-0,2%	-4,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(162,0)	-0,5%	(10,0)	0,0%	1.520,0%
Total	(211,7)	-0,6%	(62,2)	-0,2%	240,4%
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	128,8	0,4%	22,5	0,1%	472,4%
Participação minoritária no resultado de controlada	0,6	0,0%	3,4	0,0%	-82,4%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	129,4	0,4%	25,9	0,1%	399,6%

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009

Receita de Vendas de Produtos

A receita de vendas de produtos aumentou em 13,1%, passando de R$ 31.105,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 35.195,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 devido principalmente em função da (i) conclusão da aquisição da Smithfield Beef no final do ano de 2008 e que passou a configurar nossa demonstração de resultado durante todo o exercício de 2009, (ii) o

aumento do volume de produção e vendas da Companhia, e (iii) resultado de variação do câmbio médio, o que foi negativamente compensado por uma deterioração nas condições de mercado em função da crise global e pela redução nos preços de vendas dos produtos da Companhia. A receita de vendas do mercado interno aumentou 30,3%, passando de R$ 20.787,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 27.091,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. A receita de vendas do mercado externo reduziu 21,5%, passando de R$ 10.318,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$8.103,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas aumentaram em 15,5% em 2009, passando de R$ 765,3 milhões, representando no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 883,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, como conseqüência do aumento do faturamento bruto. Como percentual da receita líquida operacional as deduções de vendas passaram de 2,5% em 2008 para 2,6% em 2009.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou em 13,1%, passando de R$ 30.340,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 34.311,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 devido principalmente a (i) conclusão da aquisição da Smithfield Beef, que passou a configurar nossa demonstração de resultado durante todo o exercício de 2009, (ii) o aumento do volume de vendas nas operações, e (iii) desvalorização do câmbio médio em 9% da moeda brasileira com relação a moeda americana. Tal resultado foi parcialmente afetado pela redução nos preços de vendas médio geral de 1,6% no ano de 2009 em comparação com o ano 2008, gerada pela deterioração das condições de mercado em função da crise global.

A receita operacional líquida da Divisão Mercosul obteve uma redução de 2,5% de R$ 6.115,5 milhões em 2008 para R$ 5.961,5 milhões em 2009 o que se deve a dois efeitos: (i) aumento do volume de vendas em 16,8%, passando de 1.299,3 mil toneladas no ano de 2008 para 1.517,0 mil no ano de 2009; e (ii) queda do preço médio de venda dos produtos em 8,1% em função da crise financeira global passando de R$ 4,3 por kg para R$ 3,9 kg.

A receita operacional líquida da Divisão Carne Bovina – USA/AUS obteve um crescimento de 22,4% passando de R$ 18.226,0 milhões em 2008 para R$ 22.303,3 milhões em 2009, sendo que tal variação é principalmente ao aumento do volume de vendas em 18,6% decorrente do melhor aproveitamento da capacidade instalada como também resultante da aquisição da Smithfield Beef, passando de 3.559,3 mil toneladas em 2008 para 4.219,6 mil toneladas em 2009 e também a uma desvalorização média do real frente ao dólar.

A receita operacional líquida da Divisão Europa ficou praticamente estável passando de R$ 1.544,2 milhões em 2008 para R$ 1.589,1 milhões em 2009.

A receita operacional líquida da Divisão Carne Suína - USA ficou praticamente estável passando de R$ 4.454,5 milhões em 2008 para R$ 4.457,8 milhões em 2009, decorrente do aumento do volume de vendas de 4,3% passando de 1.284,3 mil no ano de 2008 para 1.339,2 mil no ano de 2009, e da queda do preço de venda médio, em Reais,de 3,8% de nossos produtos devido a crise financeira global.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou em 13,8%, passando de R$ 27.347,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 31.112,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Este aumento deve-se principalmente a (i) conclusão da aquisição da Smithfield Beef durante o ano de 2009, (ii) aumento do volume de produção consolidado de 15,0% e (iii) desvalorização de cerca de 9% da moeda brasileira em frente a moeda americana, o que acarretou um aumento dos custos operacionais em moeda local. Como percentual da receita operacional líquida, o custo dos produtos vendidos passou de 90,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 90,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 0.6 ponto percentual.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 6,9%, passando de R$2.992,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$3.199,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 devido principalmente as

variações sofridas nas rubricas de receita líquida e custo de produtos vendidos durante o ano de 2009, ficando a margem bruta em 9,3% em 2009 ante a uma margem bruta de 9,9% em 2008.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas administrativas e gerais aumentaram em 23,8%, passando de R$ 570,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 705,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esses aumentos são decorrentes, principalmente, da conclusão da aquisição da Smithfield Beef durante o ano de 2009 e de um aumento no quadro de funcionários na Divisão MERCOSUL e Divisão Carne Bovina – USA/AUS. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 1,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 2,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 0,2 ponto percentual.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram em 3,0%, passando de R$ 1.517,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 1.562,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento é decorrente, principalmente do aumento do número de colaboradores no departamento comercial na Divisão Mercosul e também da conclusão da aquisição da Smithfield Beef durante o ano de 2009. No entanto, como percentual da receita operacional líquida, as despesas com vendas passaram de 5,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 4,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, uma redução de 0,4 ponto percentual.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido permaneceu praticamente estável, passando de R$ 612,2 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 601,1 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado financeiro líquido passou de 2,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 1,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, uma redução de 0.2 ponto percentual.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

O resultado de outras receitas e despesas operacionais aumentou em 41,6%, passando de R$ 7,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 10,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em função de vendas esporádicas de sucatas ou sobras de estoque.

Amortização de Ágio

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM no. 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM no. 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações. Logo a amortização de ágio passou de R$ 179,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 0,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Despesas Extraordinárias

As despesas extraordinárias foram de R$ 35,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 resultante do custo de *consent solicitation* do EURO BONDS e notas sob a regra 144-A.

Resultado Antes da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Devido as variações das contas, acima descritas, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social aumentou em 301,5%, passando de R$ 84,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 340,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social passou de 0,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 1,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 0.7 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre do Período

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diminuíram em 4,8%, passando de R$ 52,2 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 49,7 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social passaram de 0,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, uma redução de 0.1 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos diminuiu de R$ 10 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para R$ 162,0 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social diferidos representaram 0.5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Resultado antes da Participação dos Minoritários

O resultado antes da participação dos minoritários aumentou de R$22,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para um lucro de R$128,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 472,4%, em decorrência das variações expostas acima. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da participação dos minoritários passou de 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 0,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 0.3 ponto percentual.

Lucro Líquido do Exercício

Pelos motivos expostos acima, o lucro líquido do período aumentou de R$25,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para um lucro líquido de R$129,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 399,6%. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro liquido do exercício passou de 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 para 0,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, um aumento de 0,3 ponto percentual.

Balanços patrimoniais consolidadas levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhões de reais)

	2009		2008		2009/2008
ATIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4.962,5	11,7%	2.291,6	14,2%	116,6%
Contas a receber de clientes	3.201,4	7,5%	2.232,3	13,9%	43,4%
Estoques	3.732,6	8,8%	2.549,7	15,8%	46,4%
Impostos a recuperar	1.066,0	2,5%	623,0	3,9%	71,1%
Despesas antecipadas	131,9	0,3%	70,9	0,4%	86,0%
Outros ativos circulantes	848,8	2,0%	493,4	3,1%	72,0%
TOTAL DO CIRCULANTE	**13.943,3**	**32,8%**	**8.260,9**	**51,3%**	**68,8%**
NÃO CIRCULANTE	-		-		
Realizável a Longo Prazo	-		-		
Créditos com empresas ligadas	327,0	0,8%	54,6	0,3%	498,9%
Depósitos, cauções e outros	645,6	1,5%	102,8	0,6%	528,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	807,5	1,9%	481,5	3,0%	67,7%
Impostos a recuperar	615,7	1,4%	65,3	0,4%	842,9%
Total do Realizável a Longo Prazo	**2.395,9**	**5,6%**	**704,1**	**4,4%**	**240,3%**
Investimentos em controladas	-		-		
Outros investimentos	4,0	0,0%	5,7	0,0%	-29,8%
Imobilizado	13.292,5	31,3%	4.918,7	30,6%	170,2%
Intangível	12.853,5	30,3%	2.205,3	13,7%	482,8%
Diferido	-		1,6	0,0%	-100,0%
	26.149,9	**61,5%**	**7.131,3**	**44,3%**	**266,7%**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**28.545,8**	**67,2%**	**7.835,5**	**48,7%**	**264,3%**
TOTAL DO ATIVO	**42.489,1**	**100,0%**	**16.096,3**	**100,0%**	**164,0%**

	2009		2008		2009/2008
PASSIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Fornecedores	2.525,3	5,9%	2.077,8	12,9%	21,5%
Empréstimos e financiamentos	5.272,1	12,4%	2.214,8	13,8%	138,0%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	721,9	1,7%	337,2	2,1%	114,0%
Dividendos declarados	123,0	0,3%	51,1	0,3%	140,5%
Débito com terceiros para investimentos	427,5	1,0%	-	0,0%	0,0%
Outros passivos circulantes	373,2	0,9%	248,3	1,5%	50,3%
TOTAL DO CIRCULANTE	**9.442,9**	**22,2%**	**4.929,3**	**30,6%**	**91,6%**
NÃO CIRCULANTE	-		-		
Empréstimos e financiamentos	9.157,7	21,6%	3.401,7	21,1%	169,2%
Debêntures conversíveis	3.462,2	8,1%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.539,1	3,6%	884,9	5,5%	73,9%
Provisão para contingências	421,9	1,0%	57,6	0,4%	632,0%
Débitos com empresas ligadas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Débito com terceiros para investimentos	163,0	0,4%	210,5	1,3%	-22,6%
Outros passivos não circulantes	932,9	2,2%	480,3	3,0%	94,2%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**15.676,8**	**36,9%**	**5.035,1**	**31,3%**	**211,4%**
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	**641,3**	**1,5%**	**(2,5)**	**0,0%**	**-26188,4%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-		-		
Capital social	16.483,5	38,8%	4.495,6	27,9%	266,7%
Reserva de capital	714,5	1,7%	769,5	4,8%	-7,1%
Reserva de reavaliação	112,4	0,3%	118,2	0,7%	-4,9%
Reservas de lucros	31,0	0,1%	1,3	0,0%	2289,6%
Ajustes de avaliação patrimonial	(0,9)	0,0%	(2,9)	0,0%	-68,7%
Ajustes acumulados de conversão	(612,4)	-1,4%	752,8	4,7%	-181,3%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16.728,1**	**39,4%**	**6.134,4**	**38,1%**	**172,7%**
TOTAL DO PASSIVO	**42.489,1**	**100,0%**	**16.096,3**	**100,0%**	**164,0%**

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009

Ativo Circulante

O ativo circulante cresceu 68,8%, passando de R$ 8.260,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 13.943,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais variações foram:

a) aumento de 116,6% nas disponibilidades, de R$ 2.291,6 milhões em 2008 para R$ 4.962,5 milhões em 2009, em decorrência principalmente da emissão de debêntures permutáveis ou conversíveis em dezembro de 2009, aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin;

b) aumento de 43,4% em contas a receber de clientes, de R$ 2.232,3 milhões em 2008 para R$ 3.201,5 milhões em 2009, decorrente da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin;

c) aumento de 46,4% em estoques, de R$ 2.549,7 milhões em 2008 para R$ 3.732,6 milhões em 2009, decorrente, principalmente, da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 264,3%, passando de R$ 7.835,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$28.545,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais variações foram:

a) o aumento de 240,3% no total realizável a longo prazo, passando de R$ 704,1 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$2.395,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, decorrente das seguintes variações:

(i) o aumento de 500,0% dos créditos com empresas ligadas, passando de R$ 54,6 milhões em 2008 para R$ 327,0 milhões em 2009, decorrente principalmente, da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin; o aumento de 528,1% em depósitos, cauções e outros, passando de R$ 102,8 milhões em 2008 para R$ 645,6 milhões em 2009, como resultado da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin; e

(ii) o aumento de 67,7% em imposto de renda e contribuição social diferidos, passando de R$ 481,5 milhões em 2008 para R$ 807,5 milhões em 2009, como resultado da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin.

(iii) o aumento de 266,7% no total do permanente, passando de R$ 7.131,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 26.149,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, decorrente principalmente das seguintes variações:

(iv) o aumento de 170,2% em imobilizado, passando de R$ 4.918,7 milhões em 2008 para R$ 13.292,5 milhões em 2009, como resultado da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin; e

(v) o aumento de 482,8% em intangível, passando de R$2.205,3 milhões em 2008 para R$12.853,4 milhões em 2009, como resultado da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou em 91,6%, passando de R$ 4.929,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 9.442,9 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais variações foram:

(a) o aumento de 21,5% em fornecedores, de R$ 2.077,8 milhões em 2008 para R$ 2.525,3 milhões em 2009, devido, principalmente da aquisição aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin;

(b) o aumento de 138,0% dos empréstimos e financiamentos, passando de R$ 2.214,8 milhões em 2008 para R$ 5.272,1 milhões em 2009, em virtude da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin; e

(c) o aumento de 114,1% em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais, de R$ 337,2 milhões em 2008 para R$ 721,9 milhões em 2009, por conta, principalmente da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso passivo não circulante aumentou em 211,4%, passando de R$ 5.035,1 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$15.676,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais variações foram:

(a) captação de R$ 3.462,2 milhões através da emissão das Debêntures Conversíveis (para maiores informações sobre as Debêntures Conversíveis, vide seção 6.5 deste Formulário de Referência); e

(b) o aumento de 169,2% dos empréstimos e financiamentos, passando de R$ 3.401,7 milhões em 2008 para R$ 9.157,7 milhões em 2009, em virtude da aquisição da Pilgrim's Pride e da incorporação do Bertin.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou em 172,7%, passando de R$ 6.134,4 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R$ 16.728,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, em decorrência da incorporação do Bertin no balanço patrimonial da Companhia e também decorrente da emissão de ações.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos às demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008.

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de				
	2008		2007		2008/2007
(em milhões de reais)	Consolidado	AV %	Consolidado	AV %	AH%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS	31.105,6	102,5%	14.727,1	104,1%	111,2%
Mercado interno	20.787,5	68,5%	8.974,9	63,5%	131,6%
Mercado externo	10.318,1	34,0%	5.752,2	40,7%	79,4%
DEDUÇÕES DE VENDAS	(765,3)	-2,5%	(585,5)	-4,1%	30,7%
Devoluções e descontos	(369,2)	-1,2%	(273,6)	-1,9%	34,9%
Impostos sobre as vendas	(396,2)	-1,3%	(312,0)	-2,2%	27,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30.340,3	100%	14.141,6	100%	114,5%
Custo dos produtos vendidos	(27.347,8)	-90,1	(12.609,1)	-89,2%	116,9%
LUCRO BRUTO	2.992,5	9,9%	1.532,5	10,8%	95,3%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(2.907,7)	-9,6%	(1.596,1)	-11,3%	82,2%
Administrativas e gerais	(570,1)	-1,9%	(275,6)	-1,9%	106,9%
Despesas com vendas	(1.517,6)	-5,0%	(786,6)	-5,6%	92,9%
Resultado financeiro líquido	(612,2)	-2,0%	(403,1)	-2,9%	51,9%
Amortização de ágio de investimentos	(179,9)	-0,6%	(74,9)	-0,5%	140,2%
Despesas extraordinárias	(35,7)	-0,1%	(67,1)	-0,5%	(46,8%)
Outras (despesas) receitas	7,7	0,0%	11,2	0,1%	(31,3%)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	84,8	0,3%	(63,6)	-0,4%	(233,8%)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(52,2)	-0,2%	(107,1)	-0,8%	(51,3%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10,0)	0,0%	2,2	0,0%	-(554,5%)
Total	(62,2)	-0,2%	(104,9)	-0,7%	(40,7%)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	22,5	0,1%	(168,5)	-1,2%	(113,4%)
Participação minoritária no resultado de controlada	3,4	0,0%	3,5	0,0%	(2,9%)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	25,9	0,1%	(165,0)	-1,2%	(115,7%)

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008

Receita de Vendas de Produtos

A receita de vendas de produtos aumentou em 111,2%, passando de R$ 14.727,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 31.105,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 devido principalmente ao (i) aumento nos preços médios dos produtos referentes a Divisão Mercosul, (ii) aumento de receita de vendas geradas pela Divisão Carne Bovina - USA/AUS e pela Divisão Carne Suína - USA decorrentes principalmente do fato de termos o faturamento para 12 meses em 2008 para a aquisição da Swift Foods Company já que esta foi adquirida em meados de meados de 2007 e em parte devido aos efeitos da incorporação das empresas JBS Packerland e da Tasman; e (iii) um aumento na receita de vendas decorrentes dos efeitos da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS. A receita de vendas do mercado interno aumentou 131,6% passando de R$ 8.974,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 20.787,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. A receita de vendas do mercado externo aumentou em 79,4% passando de R$ 5.752,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 10.318,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas aumentaram em 30,7% em 2008, passando de R$ 585,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$765,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, como conseqüência dos efeitos da aquisição da Swift Foods Company, hoje JBS USA Holdings, Inc, da aquisição da JBS Packerland, Tasman, e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS. Tais empresas possuíam um nível de deduções de vendas relativamente menor do que os apresentados pela JBS, o que acarretou na diminuição da relação percentual das deduções de vendas de 4,1% em relação a receita operacional líquida em 2007 para 2,5% em 2008.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida aumentou em 114,5%, passando de R$14.141,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 30.340,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 devido principalmente a (i) um aumento de R$ 1.223,6 milhões na receita de vendas geradas pelas operações no Brasil e na Argentina por conta principalmente do aumento nos preços de vendas (sendo que tal aumento foi parcialmente compensado por restrições na exportação de carne no Brasil e na Argentina), (ii) um aumento de R$ 13.430,8 milhões na receita de vendas geradas pelas operações nos Estados Unidos em 2008, em comparação com 2007 decorrentes principalmente do fato de termos o faturamento para 12 meses em 2008 para a aquisição da Swift Foods Company já que esta foi adquirida em meados de meados de 2007. Esse aumento também foi decorrente em parte dos efeitos das aquisições da JBS Packerland e da Tasman; e (iii) um aumento de R$ 1.544,2 milhões na receita de vendas decorrentes dos efeitos da joint venture que deu origem à Inalca JBS.

A receita operacional líquida da Divisão Mercosul obteve um aumento de 25,0% passando de R$ 4.891,0 milhões em 2007 para R$ 6.115,5 milhões em 2008 o que se deve ao aumento do preço médio dos produtos da Companhia de 27,7%, passando de R$ 3,7 por kg no ano de 2007 para R$ 4,7 por kg no ano de 2008, parcialmente compensado pela a dois efeitos: (i) redução do volume de vendas em 2,1% passando de 1.326,9 mil toneladas no ano de 2007 para 1.299,3 mil toneladas no ano de 2008.; e (ii) aumento do preço médio de nossos produtos de 27,7% passando de R$ 3,7 por kg no ando de 2007 para R$ 4,7 por kg no ano de 2008.

A receita operacional líquida da Divisão Carne Bovina – USA/AUS obteve um crescimento de 150,2% passando de R$ 7.284,3 milhões em 2007 para R$ 18.226,0 milhões em 2008, da mesma forma a receita operacional líquida da Divisão Carne Suína - USA aumentou em 126,6% passando de R$1.965,4 milhões em 2007 para R$ 4.454,5 milhões em 2008, em ambos os casos o principal fator de aumento foi decorrente decorrentes principalmente do fato de termos o faturamento para 12 meses em 2008 para a aquisição da Swift Foods Company já que esta foi adquirida em meados de meados de 2007. Esse aumento também foi decorrente em parte dos efeitos das aquisições da JBS Packerland e da Tasman.

A Companhia iniciou suas atividades na Europa com uma joint venture que culminou na origem da empresa Inalca, na qual a Companhia detém 50% de participação. A receita operacional líquida da Divisão Europa no ano de 2008 foi de R$ 1.544,2 milhões.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou em 116,9%, passando de R$12.609,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 27.347,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Este aumento deve-se principalmente (i) às aquisições da Swift Foods Company, da JBS Packerland, da Tasman e a *joint venture* que originou a Inalca JBS, que aumentou o custo dos produtos vendidos em R$ 22.261,8 milhões em 2008, em comparação com 2007, e (ii) a um aumento de R$1.376,8 no custo dos produtos vendidos por nós no Brasil e na Argentina em 2008, em comparação com o ano de 2007. Como percentual da receita operacional líquida, o custo dos produtos vendidos passou de 89,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 90,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 uma aumento de 0,9 ponto percentual.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou em 95,3%, passando de R$1.532,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$2.992,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. A margem bruta diminuiu de 10,8% em 2007 para 9,9% em 2008, devido aos efeitos da consolidação dos resultados para todo o ano de 2008 da Swift foods Company, que, tradicionalmente, gerava margens mais baixas do que as nossas subsidiárias que operam no Brasil.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas administrativas e gerais aumentaram em 106,9%, passando de R$ 275,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 570,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas administrativas não se alteraram de um exercício para o outro, permanecendo em 1,9%

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram em 92,9%, passando de R$ 786,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$1.517,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Esses aumentos são decorrentes, principalmente das aquisições da Swift Foods Company, da JBS Packerland, da Tasman, da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS, e também do aumento da força de vendas no Brasil o que resultou em um aumento de 45,7% de nosso quadro total de colaboradores no departamento comercial. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas com vendas passaram de 5,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 5,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, redução de 0,6 ponto percentual.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido, que é negativo, aumentou em 51,9%, passando de R$ 403,1 milhões (2,9% receita operacional líquida) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 612,2 milhões (2,0% receita operacional líquida) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, principalmente em razão (i) das aquisições da Swift Foods Company, da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que originou a Inalca JBS; (ii) dos efeitos de depreciação do real frente ao dólar norte-americano e ao peso argentino em 2008; e (iii) as despesas resultantes das transações com derivativos celebradas para proteção dos recursos obtidos com real, para financiamento das aquisição da JBS Packerland. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado financeiro líquido passou de 2,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 2,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma redução de 0,9 ponto percentual.

Amortização de Ágio

A amortização de ágio aumentou em 140,2 %, passando de R$74,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 179,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 decorrente do lançamento do ágio gerado pela aquisição da Swift Foods Company.

Despesas Extraordinárias

As despesas extraordinárias diminuíram em 46,8%, passando de R$ 67,1 milhões, decorrentes do custo do IPO da empresa de R$ 53,3 milhões e a contribuição pecuniária ao CADE de R$ 13,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, para R$ 35,7 milhões em resultante do custo de *consent solicitation* do EURO BONDS e notas sob a regra 144-A em 2008.

Outras despesas e receitas

O resultado de outras receitas e despesas diminuiu de R$ 11,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 7,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, principalmente em face da venda de determinados ativos não-operacionais por valores acima do contábil em 2008. Como percentual da receita operacional líquida, as outras despesas e receitas passaram de 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 0,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma redução de 0,1 ponto percentual.

Resultado antes da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Diante do exposto acima, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro passou de R$ 63,6 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 84,8 milhões positivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Como percentual da receita operacional líquida, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro passou de -0,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 0,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, um aumento de 0,7 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diminuíram em 51,3%, passando de R$ 107,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 52,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, principalmente em face da redução de imposto de renda da JBS Mercosul em 2008, parcialmente compensada pelo aumento do imposto de renda da JBS USA Holdings, Inc, e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS. Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro passou de 0,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 0,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma redução de 0,6 ponto percentual.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos diminuiu de R$ 2,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R$ 10,0 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Lucro (Prejuízo) antes de participação dos Minoritários

O resultado antes da participação dos minoritários passou de um prejuízo R$ 168,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para um lucro de R$ 22,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, principalmente devido às variações das contas acima descritas. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo antes da participação dos minoritários passou de -1,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para 0,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma aumento de 1,3 pontos percentuais.

Lucro Líquido (Prejuízo) do Período

Diante do exposto acima, o resultado do período passou de um prejuízo R$ 165,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 para um lucro líquido de R$ 25,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Como percentual da receita operacional líquida, o prejuízo do exercício passou de -1,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para lucro 0,1 % no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, um aumento de 1,3 pontos percentuais.

Balanços patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhões de reais)

	2008		2007		2008/2007
ATIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	2.291,6	14,2%	1.381,7	16,4%	65,9%
Contas a receber de clientes	2.232,3	13,9%	1.236,1	14,6%	80,6%
Estoques	2.549,7	15,8%	1.511,6	17,9%	68,7%
Impostos a recuperar	623,0	3,9%	482,9	5,7%	29,0%
Despesas antecipadas	70,9	0,4%	44,5	0,5%	59,3%
Outros ativos circulantes	493,4	3,1%	102,9	1,2%	379,5%
TOTAL DO CIRCULANTE	**8.260,9**	**51,3%**	**4.759,7**	**56,3%**	**73,6%**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos com empresas ligadas	54,6	0,3%	17,5	0,2%	212,0%
Depósitos, cauções e outros	102,8	0,6%	41,4	0,5%	148,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	481,5	3,0%	23,8	0,3%	1.923,1%
Impostos a recuperar	65,3	0,4%	44,2	0,5%	47,7%
Total do Realizável a Longo Prazo	**704,1**	**4,4%**	**126,9**	**1,5%**	**454,8%**
Investimentos em controladas (ágio)	-	0,0%	830,0	9,8%	-100,0%
Outros investimentos	5,7	0,0%	0,0	0,0%	-
Imobilizado	4.918,7	30,6%	2.536,1	30,0%	93,9%
Intangível	2.205,3	13,7%	193,9	2,3%	1.037,3%
Diferido	1,6	0,0%	1,6	0,0%	0,0%
	7.131,3	**44,3%**	**3.561,6**	**42,2%**	**100,2%**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**7.835,5**	**48,7%**	**3.688,5**	**43,7%**	**112,4%**
TOTAL DO ATIVO	**16.096,3**	**100,0%**	**8.448,2**	**100,0%**	**90,5%**

	2008		2007		2008/2007
PASSIVO	**Consolidado**	**AV %**	**Consolidado**	**AV %**	**AH%**
CIRCULANTE					
Fornecedores	2.077,8	12,9%	1.099,4	13,0%	89,0%
Empréstimos e financiamentos	2.214,8	13,8%	2.384,8	28,2%	-7,1%
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	337,2	2,1%	203,6	2,4%	65,6%
Dividendos declarados	51,1	0,3%	17,5	0,2%	192,0%
Outros passivos circulantes	248,3	1,5%	70,5	0,8%	252,2%
TOTAL DO CIRCULANTE	**4.929,3**	**30,6%**	**3.775,8**	**44,7%**	30,5%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	3.401,7	21,1%	1.364,8	16,2%	149,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	884,9	5,5%	99,8	1,2%	786,7%
Provisão para contingências	57,6	0,4%	55,7	0,7%	3,4%
Débito com terceiros para investimentos	210,5	1,3%	-	0,0%	-
Outros passivos não circulantes	480,3	3,0%	101,7	1,2%	372,3%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**5.035,1**	**31,3%**	**1.621,9**	**19,2%**	210,4%
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	**(2,5)**	**0,0%**	**(4,2)**	**0,0%**	-40,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	4.495,6	27,9%	1.945,6	23,0%	131,1%
Reserva de capital	769,5	4,8%	985,7	11,7%	-21,9%
Reserva de reavaliação	118,2	0,7%	123,3	1,5%	-4,1%
Reserva de lucros	1,3	0,0%	-	0,0%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(2,9)	0,0%	-	0,0%	-
Ajustes acumulados de conversão	752,8	4,7%	-	0,0%	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**6.134,4**	**38,1%**	**3.054,6**	**36,2%**	100,8%
TOTAL DO PASSIVO	**16.096,3**	**100,0%**	**8.448,2**	**100,0%**	**90,5%**

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008

Ativo Circulante

O ativo circulante cresceu 73,6%, passando de R$ 4.759,7 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$8.260,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. As principais variações foram:

(a) aumento de 65,9% nas disponibilidades e aplicações financeiras, de R$ 1.381,7 milhões em 2007 para R$2.291,6 milhões em 2008, principalmente devido às aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS;

(b) crescimento de 80,6% em contas a receber de clientes, de R$ 1.236,1 milhões em 2007 para R$ 2.232,3 milhões em 2008, principalmente devido às aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS, além de variações cambiais;

(c) crescimento de 68,7% em estoques, de R$ 1.511,6 milhões em 2007 para R$ 2.549,6 milhões em 2008, decorrente, principalmente devido às aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS, além de variações cambiais.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 112,4%, passando de R$ 3.688,5 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 7.835,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. As principais variações foram:

(a) o aumento de 454,8% no total realizável a longo prazo, passando de R$ 126,9 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 704,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, decorrente das seguintes variações:

(i) o aumento de 148,3% em depósitos, cauções e outros, passando de R$ 41,4 milhões em 2007 para R$ 102,8 milhões em 2008, como resultado do aumento dos depósitos em juízo devido a pendências judiciais; e

(ii) o aumento de 1.923,1% em imposto de renda e contribuição social diferidos, passando de R$ 23,8 milhões em 2007 para R$ 481,5 milhões em 2008.

(b) o aumento de 93,9% em imobilizado, passando de R$ 2.536,1 milhões em 2007 para R$ 4.918,7 milhões em 2008, como resultado, principalmente das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da joint venture que deu origem à Inalca JBS; e

(c) o aumento de 1.037,3% em intangível, passando de R$ 193,9 milhões em 2007 para R$ 2.205,3 milhões em 2008, como resultado das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da joint venture que deu origem à Inalca JBS.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou em 30,5%, passando de R$ 3.775,8 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 4.929,3 milhões em 31 de dezembro de 2008. A principal variação foi o aumento de 89,0% em fornecedores, de R$ 1.099,4 milhões em 2007 para R$ 2.077,8 milhões em 2008, devido, principalmente, das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante aumentou em 210,4%, passando de R$ 1.621,9 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 5.035,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. As principais variações foram:

(a) aumento de 149,2% dos empréstimos e financiamentos, passando de R$ 1.364,8 milhões em 2007 para R$ 3.401,7 milhões em 2008, em virtude das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS;

(b) crescimento de 786,7,% do imposto de renda e contribuição social diferidos, passando de R$ 99,8 milhões em 2007 para R$ 884,9 milhões em 2008, decorrente das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS;

(c) aumento de 372,3% em outros passivos não circulantes, de R$ 101,7 milhões em 2007 para R$ 480,3 milhões em 2008, decorrente das aquisições da JBS Packerland, da Tasman e da *joint venture* que deu origem à Inalca JBS.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou em 100,8%, passando de R$ 3.054,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R$ 6.134,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, em decorrência de uma subscrição privada de ações no total de ações que elevou o patrimônio líquido da Companhia em R$ 2.550,0 milhões e também de ajustes acumulados de conversão.

Fluxo de Caixa

O aumento líquido do caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R$ 2.670,9 milhões, sendo que foram gerados R$ 1.428,5 milhões com as atividades operacionais, foram investidos R$ 5.763,2 milhões nas atividades de investimento e houve R$ 7.198,2 milhões de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, conforme reconciliação abaixo:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado *(em milhares de R$)*	**2007**	**2008**	**2009**
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(437,5)	1.711,3	1.428,5
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(2.652,9)	(2.963,2)	(5.763,2)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	4.211,0	1.992,3	7.198,3
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		169,5	(192,8)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.120,6**	**909,9**	**2.670,9**
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	261,1	1.381,7	2.291,6
No fim do período	1.381,7	2.291,6	4.962,5
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.120,6**	**909,9**	**2.670,9**

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos dos produtos, das despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos anos de 2009, 2008 e 2007 o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R$ 1.428,5 milhões, R$ 1.711,3 milhões, R$ (437,5) milhões, respectivamente. A variação do fluxo de caixa entre os anos de 2008 e 2009 deveu-se a ajustes de valiação patrimonial e acumulados de conversão.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquidos na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; (iii) à aquisição de ativos intangíveis; (iv) ao recebimento pela venda de equipamentos; e (v) aos juros recebidos. As atividades de R$ 5.763,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 R$ 2.963,2 milhões no mesmo período de 2008, ambos consistentes com os dispêndios na aquisição de empresas, na compra de intangíveis e de ativo imobilizado no período encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação com o mesmo período de 2009. No ano de 2007 o fluxo de caixa de atividades de investimento foi negativo de R$ 2.652,9 milhões de reais, sendo R$ 1.748,1 milhões decorrente de adições no ativo imobilizado e intagível e R$ 904,8 mil em adições nos investimentos.

Atividades de Financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento consistem em recebimento pela emissão de ações, incluindo integralização de capital por parte de nossos acionistas, captação e pagamento de

empréstimos. O caixa proveniente das atividades de financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foi de R$ 7.198,3 milhões, R$ 5.205,9 milhões acima do valor de R$ 1.992,3 milhões aplicado no mesmo período de 2008. Essa diferença deveu-se a (i) captação de recurso por meio da emissão das Debêntures Conversíveis; (ii) a um maior nível de captação de empréstimos e financiamentos, e (iii) a uma redução na rubrica de pagamento de empréstimos e financiamentos. Em 2007 o fluxo de caixa devido a atividades de financiamento foi de R$ 4.211,0 milhões, principalmente decorrente da capitação de recuros via aumento de capital.

10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre:

a. resultados das operações da Companhia: (comentário sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços , taxas de cambio, inflação alterações de volume novos produtos)

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

As receitas consistem principalmente de:

Venda de carne bovina in natura. Receitas geradas pela venda cortes de carne bovina *in natura*, resfriada e congelada, incluindo cortes de picanha, costela, filé mignon, cortes dianteiros, miúdos de boi entre outros produtos de carne bovina *in natura*.

Venda de carne industrializada. Receitas geradas pela venda de produtos derivados de carne, tais como carne cozida e congelada, carne em conserva, extrato de carne, carne industrializada (hamburger, quibe, salsichas e mortadela) e pratos prontos.

Outros. Receitas geradas pela venda de couro verde a curtumes e também pela venda de milho, ervilhas e seleta de legumes em conserva.

Em razão da aquisição da Pilgrim´s Pride a Companhia passará a reportar receita oriunda do segmento de frango, que são receitas geradas pela venda de cortes de frango e produtos de frango industrializados.

iii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Principais Fatores que Podem Afetar as Operações e Condição Financeira da Companhia Cenário macroeconômico brasileiro

Nos últimos três exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Companhia foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito, nível de juros dos básicos e o nível de média salarial. Variáveis como desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego e media salarial, podem afetar positivamente ou negativamente nossa receita, pois afetam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações positivas ou negativas em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar positivamente ou negativamente nossas despesas financeiras bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

O cenário macro-econômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas do crescimento econômico e das taxas inflacionárias e cambiais. O Real manteve sua tendência e teve apreciação frente ao Dólar de 20,7% em dezembro de 2007, segundo dados do Banco Central. A taxa média anual de desemprego diminuiu de 8,4% em 31 de dezembro de 2006 para 7,5% em 31 de dezembro de 2007 nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com estimativas do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento - IED. Em 31 de dezembro de 2007, a taxa de inflação, medida pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, foi de 4,5% e a média da taxa de juros TJLP foi de 6,3% ao ano, de acordo com o Banco Central. O PIB cresceu 5,4% no mesmo ano, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O ano de 2008 foi marcado por um agravamento da crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano. O principal impacto dessa crise sobre a economia brasileira foi a deterioração das expectativas em relação à atividade econômica em 2009 e, com menor relevância, em 2010. Essa mudança nas expectativas provocou, principalmente a partir de outubro, elevação do custo de capital de terceiros, desvalorização cambial, queda da cotação das ações na BM&FBOVESPA e retração na produção industrial.

No ano de 2008 de acordo com o Banco Central, a taxa de inflação medida pelo IPCA foi 5,9%. Esse percentual ficou dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, que compreende a faixa entre 2,5% e 6,5%. A manutenção da inflação nesse patamar pode ser atribuída à política monetária que resultou na elevação da

taxa Selic ao longo do ano, passando de 11,25% ao ano em 31 de dezembro de 2007 para 13,75% ao ano em 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Banco Central.

No ano de 2009, a economia brasileira demonstrou relativa resistência à crise. Os indicadores macroeconômicos melhoraram e, apesar da esperada desaceleração do crescimento do PIB para o ano de 2009, o relatório Focus do Banco Central, divulgado em 8 de janeiro de 2010, indica somente uma ligeira queda do PIB, segundo dados do Banco Central (0,2% de variação) em 2009, já prevendo crescimento substancial de 5,2% para 2010. Adicionalmente, fundamentos macroeconômicos sólidos e a maior estabilidade econômica permitiram ao Banco Central voltar à trajetória de redução das taxas de juros, de maneira que a taxa SELIC atingiu seu nível histórico mais baixo, equivalente a 8,7%, desde o final de julho de 2009, de acordo com dados do Banco Central. De forma semelhante, o Real apresentou apreciação com relação ao Dólar de 34,2% ao longo do ano de 2009. As reservas internacionais, segundo o Banco Central, têm se mantido em patamares acima de US$200,0 bilhões (US$239,1 bilhões em 31 de dezembro de 2009), esboçando aumento considerável, comparativamente ao final de 2008, de acordo com dados do Banco Central.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nos períodos indicados:

	Período		
	2007	**2008**	**2009**
Crescimento do PIB [1]	5,4%	5,1%	(0,2%)
Inflação (IGP-M) [2]	7,7%	9,8%	-1,71%
Inflação (IPCA) [3]	4,5%	5,9%	4,31%
Taxa Interbancária – CDI [4]	11,8%	12,4%	8,55%
Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP[5]	6,3%	6,3%	6,00%
Valorização do real em relação ao dólar norte-americano	20,7%	-32,0%	-34,2%
Taxa de câmbio no final do período por US$1,00	R$1,771	R$2,337	R$1,74
Taxa de câmbio média por US$1,00[6]	R$1,786	R$1,838	R$1,99

(1) O PIB do Brasil informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.
(2) A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.
(3) A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.
(4) A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (acumulada no período).
(5) Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).
(6) Média das taxas de câmbio durante o período.
Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP

Efeitos dos principais fatores relacionados às nossas atividades que afetam os nossos resultados financeiros e operacionais:

O setor de proteínas é geralmente afetado pelas mudanças das condições macro-econômicas nacionais e internacionais, tais como: crescimento de renda; taxa de desemprego; confiança dos consumidores; taxas de juros de curto e longo prazo; políticas governamentais; e variação cambial. Tais mudanças macro-econômicas acabam por alterar os níveis de demanda e preço dos produtos deste setor. Nossas receitas e rentabilidade são afetadas pelas condições da economia brasileira em geral.

A contínua desvalorização do real ao longo do ano de 2009 elevou as preocupações a respeito de uma volta às altas taxas de inflação. Porém, o índice de inflação medido pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor), divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), fechou o ano de 2009 em 4,31%, abaixo do centro da meta de inflação estipulada pelo Banco Central do Brasil de 4,5% ao ano.

Como uma forma de reação ao declínio da economia mundial, as autoridades monetárias brasileiras agiram rapidamente reduzindo as taxas de juros gradativamente de 12,75% a 8,75% durante o ano de 2009, o que reduziu consideravelmente o custo da obtenção de crédito na economia brasileira, resultando em impacto positivo sobre as taxas de crescimento do PIB naquele ano.

Efeito dos Níveis de Vendas de produtos In Natura e Industrializados nos Mercados Domésticos no Resultado Operacional

As vendas nos mercados domésticos onde a Companhia atua diretamente representaram 77,0% e 67,0% da receita líquida de vendas em 2009 e 2008 respectivamente. Em 2009, o volume de vendas destinado ao mercado doméstico apresentou uma crescimento de 20,4% em relação ao volume de vendas de 2008, passando de 4.574,5 mil toneladas em 2008 para 5.509,7 mil toneladas em 2009. A receita líquida proveniente de vendas em mercados domésticos cresceu 24,5% em relação a 2008, devido principalmente ao aumento de vendas de nossos produtos nos Estados Unidos e Brasil, passando de R$ 20.649,0 milhões em 2008 para R$ 25.717,0 milhões em 2009.

Efeito dos Níveis de Exportação de produtos In Natura e Industrializados no Resultado Operacional

De forma geral, os preços dos produtos vendidos sob forma de exportação são mais altos que os preços dos nossos produtos vendidos nos mercados locais. Tal diferença de preços deve-se a vários fatores, incluindo: (i) o preço mais alto de certas commodities em países desenvolvidos, em comparação com países emergentes; (ii) o custo de transporte dos nossos produtos; (iii) os custos de armazenagem e de logística; e (iv) impostos e tarifas aduaneiras.

As exportações representaram 25,7% e 30,6% da receita líquida de vendas em 2009 e 2008 respectivamente. Em 2009, o volume de vendas destinado ao mercado externo ficou praticamente estável, apresentando um leve redução de 0,4% em comparação com 2008, passando de 1.728,2 mil toneladas em 2008 para 1.728,1 mil toneladas em 2009. Porém, a receita líquida de exportações foi reduzida em 2,5% em relação a 2008 devido à redução do preço de venda dos produtos, passando de R$ 9.115,9 milhões em 2008 para R$ 8.891,5 milhões em 2009.

A habilidade de exportar os produtos depende de vários fatores, que incluem: (i) o nível de crescimento econômico nos mercados de exportação; (ii) condições econômicas dos mercados de exportação (incluindo taxas de juros e taxas de câmbio praticadas em tais mercados); e (iii) variações na demanda pelos produtos nos mercados de exportação, incluindo variações geradas pelas ocorrências e restrições de ordem sanitária. Alteração nestes fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais.

Oscilações nos preços domésticos de carne bovina podem afetar de forma significativa a receita operacional líquida.

Os preços de carne bovina praticados nos mercados domésticos são geralmente determinados de acordo com condições de mercado. Tais preços também são impactados pela margem adicional que as redes varejistas repassam ao consumidor final. A Companhia negocia tais margens com cada rede de varejistas e, dependendo da rede, individualmente com cada loja. Os preços médios de seus produtos vendidos nos mercados locais sofreram uma leve apreciação de 4,4% em 2009, passando de R$ 4,5 por kg em 2008 para R$ 4,7 por kg em 2009.

Efeitos de Oscilações nos Preços de Exportação de Carne Bovina na Receita Operacional Líquida

Oscilações nos preços de exportação de carne bovina podem afetar de forma significativa a receita operacional líquida.

Os preços médios realizados para exportação de nossos produtos tiveram uma redução de 11,5%, para US$2,6 por kg em 2009, em comparação a US$2,9 por kg em 2008. Esta redução deve se a uma redução dos preços de nossos produtos em decorrência da crise financeira global.

Os preços de carne bovina praticados nos mercados doméstico e internacional têm oscilado significativamente nos últimos anos, e a Companhia acredita que irão continuar a oscilar no futuro.

Efeitos de Oscilações nos Preços de aquisição de Gado Bovino nos Nossos Custos Operacionais de Venda

Grande parte de nossos custos operacionais de venda estão relacionados aos custos de aquisições de matéria-prima.

A principal matéria-prima que a Companhia utiliza na a produção de carne bovina é o gado bovino, que representou aproximadamente 83,7% e 86,0% do total do custo dos produtos vendidos em 2009 e 2008,

respectivamente. O custo de aquisição do gado é baseado no preço por Arroba do gado, o qual é impactado pela oferta e demanda vigente no mercado brasileiro.

Oscilações no preço por Arroba do gado impactam diretamente os custos operacionais. Geralmente, a Companhia adquire o gado em operações no mercado à vista. Para proteger de qualquer variação no preço do gado durante o período compreendido entre a data da compra e a data da entrega do mesmo, a Companhia procura realizar hedge de 100% do gado adquirido através de instrumentos financeiros negociados na BM&F.

O preço da Arroba do gado bovino praticado no mercado nacional oscilou significativamente no passado, e a Companhia acredita que ele continuará a oscilar nos próximos anos. Os aumentos no preço do gado bovino e, conseqüentemente, no custo de produção dos produtos, podem impactar as margens brutas e nossos resultados operacionais, caso não seja capaz de repassar a totalidade de tais aumentos a seus clientes. Do contrário, reduções no preço do gado bovino e, conseqüentemente, no custo de produção do produtos da Companhia podem aumentar as margens brutas e os resultados operacionais.

Efeitos das Oscilações das Taxas de Câmbio do Real em Relação ao Dólar

Os resultados operacionais e a situação financeira têm sido e continuarão a ser afetados pela volatilidade do real em relação ao dólar.

A Companhia possui uma plataforma de produção e distribuição globalizada, desta forma, as incertezas políticas e as condições econômicas gerais dos países onde a Companhia está presente podem ter efeitos adversos nos seus resultados.

Uma parte substancial da receita líquida de vendas está atrelada ao dólar, dado que a grande maioria das nossas exportações está expressa com base nessa moeda. Caso ocorra uma desvalorização ou valorização do real frente ao dólar, as receitas de exportações serão impactadas, podendo sofrer um acréscimo ou decréscimo em valores monetários, desde que as demais variáveis permaneçam constantes.

Além disso, uma parte significativa do endividamento está atrelada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2009, o endividamento consolidado atrelado ao dólar representava 69,6% do nosso endividamento total. Portanto, qualquer desvalorização relevante do real frente ao dólar poderá aumentar significativamente as nossas despesas financeiras e os nossos endividamentos de curto e longo prazo contabilizados em reais. Por outro lado, qualquer valorização maior do real frente ao dólar poderá diminuir significativamente as nossas despesas financeiras e o nosso endividamento de curto prazo e de longo prazo contabilizados em reais. Como 23% das receitas operacionais líquidas são oriundas das nossas exportações, estas receitas tendem criar um “hedge natural” contra a uma parte de nosso endividamento atrelado ao dólar.

O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, estoques e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira, são protegidos através da estratégia de minimização da posição diária de ativos e passivos expostos à variação de taxas de câmbio, através da contratação de hedge de futuro de câmbio na BM&F e contratos de SWAP (troca de variação cambial por variação da taxa CDI), buscando o zeramento da posição. O parâmetro para proteção se baseia na exposição líquida em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais equilibrando seus ativos não denominados em Reais contra suas obrigações não denominadas em Reais, protegendo assim o balanço patrimonial da Companhia. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Efeito do Nível de Endividamento e da Taxa de Juros:

Em 31 de dezembro de 2009, o valor total do endividamento era de R$ 14.429,8 milhões. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras de R$ (601,1) milhões em 2009, das quais R$ (1.013,6) milhões foram de despesas com derivativos, R$ (404,2) milhões foram despesas líquidas de juros, R$ 854,6 milhões foram receitas de variação cambial, R$ (37,9) milhões foram despesas de impostos, contribuições, tarifas e outros. Os juros referentes ao endividamento dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais em vigor e a determinação de riscos relacionados a Companhia, à indústria na qual a Companhia atua e à economia brasileira.

Em períodos de crises econômicas, as taxas de desemprego aumentam, levando a diminuição do poder aquisitivo do consumidor, o que acaba por gerar uma redução na demanda de nossos produtos. Concomitantemente com a redução da demanda ocorre uma redução dos preços dos produtos deste setor o que acaba por reduzir nosso

resultado operacional. Nestes períodos o financiamento torna-se mais dispendiosos, o que também afeta nosso resultado operacional. Embora o PIB do Brasil tenha crescido pouco nos últimos anos, nosso negócio cresceu substancialmente devido à nossa expansão, aos nossos ganhos de produtividade e às melhorias nos processos produtivos.

A tabela abaixo mostra a análise de sensibilidade, que foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2009, os cenários (possível e remoto) consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

k) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2009, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Risco de câmbio

(em R$ milhões)

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Futuro (BM&F) - Dólar	Apreciação do R$	-	412,7	825,5
SWAP	Apreciação do R$	-	43,5	87,1
Exposição indexada em moeda estrangeira	Depreciação do R$	-	(540,9)	(1.081,8)
		-	**(84,6)**	**(169,2)**
Premissa	Câmbio	1,7412	2,1765	2,6118

Riscos de preços na compra de gado

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Exposição de preço de compra de gado em R$	Depreciação da arroba	-	4,3	8,5
Futuro (BM&F) - Boi	Apreciação da arroba	-	(3,5)	(7,0)
		-	**0,8**	**1,5**
Premissa	Preço da arroba	75,67	94,59	113,51

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviço:

A receita é impactada diretamente por variações nos níveis de demanda, assim como de preços dos produtos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou um aumento de 13,1% em relação ao ano anterior, totalizando R$ 34.311,8 milhões.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2008 e 2009 são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas e de preços dos produtos da Companhia nos diversos países consumidores.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro:

O desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, uma vez que possui uma expressiva parcela dos custos e despesas operacionais incorridas em reais e que são reajustados pela inflação. A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte

dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro resultado financeiro e endividamento dado que a Companhia possui uma parte expressiva do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2009, o endividamento denominado em dólares ou atrelado a variação do Dólar (empréstimo e financiamento em moeda estrangeira de curto e longo prazos) era de R$ 9.447,6, ou 22,2% do passivo e patrimônio líquido.

10.3. Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

A Companhia busca constantemente oportunidades de investimento em diversos segmentos relacionados ao nosso *core business.* Em 2009, concluiu a aquisição da Pilgrim´s Pride e a incorporação do Bertin, o que fará com que a Companhia atue no segmento de frangos, além de produtos lácteos, higiene e limpeza.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

É parte da estratégia de negócios da Companhia, a aquisição de empresas. Neste sentido, desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a receita de empresas adquiridas e/ou incorporadas, conforme o caso, ao longo do exercício, a saber, Bertin e Pilgrim's Pride, representaram R$20.911,8 milhões, ou 37,9% da receita líquida do ano.

A Companhia celebrou no dia 15 de dezembro de 2009, através de sua subsidiária integral Swift Austrália, um acordo com o Vion Food Group para a compra da Tatiara Meat Company (Tatiara). A Tatiara é uma processadora de carne ovina de alta qualidade, focada em mercados sofisticados como Estados Unidos, Canadá e Europa, além do mercado doméstico australiano. É sediada em Bordertown South Austrália, uma região conhecida por seu rebanho ovino de alta qualidade, possui um faturamento anual de aproximadamente AUD 200 milhões (aproximadamente USD 183 milhões) e a Companhia concordou em pagar AUD 30 milhões (aproximadamente USD 27,5 milhões) pela Tatiara, sujeito à conclusão do processo de due diligence. Com essa aquisição, a JBS Austrália se tornará a maior processadora de carne ovina na Austrália, com capacidade de abate de 24.500 cabeças por dia. A conclusão da operação está sujeita à aprovação pelas autoridades competentes. O pedido de registro protocolado pela JBS USA perante a SEC ainda não foi deferido e nenhum valor mobiliário poderá ser vendido, nem qualquer proposta de compra poderá ser aceita, anteriormente ao deferimento do pedido de registro.

A Companhia confirmou no dia 22 de fevereiro de 2010, através de fato relevante divulgado ao mercado, a aprovação da aquisição da Tatiara pelas autoridades Australianas (ACCC - Australian Competition and Consumer Commission), a conclusão da aquisição e a incorporação imediata dos novos ativos, tornando a Companhia líder de mercado na Austrália no setor de ovinos. Com receitas ligeiramente inferiores a US$200 milhões, a Tatiara reforçará a presença da JBS Austrália no mercado de exportação de carne de cordeiro de alta qualidade, no qual a Austrália tem aumentado sua participação nos últimos anos.

c. dos eventos ou operações não usuais:

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4. Opinião dos Diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

(a) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 com impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia

CPC 15 – Combinação de negócios: A adoção deste Pronunciamento impactará substancialmente as metodologias de reconhecimento, mensuração e apresentação de uma combinação de negócios, com enfoque principal para alocação do ágio às contas do balanço determinantes da mais valia gerada e reconhecimento dos ativos e passivos provenientes de uma negociação, pelo seu valor justo. Os principais impactos dessa norma nas demonstrações contábeis da Companhia estão representados pela aquisição de parte significativa do controle acionário da PPC e incorporação da Bertin.

CPC 20 - Custos dos empréstimos: O Pronunciamento requer que a Companhia capitalize os custos de

empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção dos seus ativos qualificáveis (bens que levam um período de tempo significativo para serem concluídos para o uso ou para venda, e estão apresentados na conta de obras em andamento) como parte do custo desse ativo. Os custos dos empréstimos da Companhia e de suas controladas relacionadas aos ativos qualificáveis são compostos por despesas com juros e variações cambiais que não serão alocados integralmente no resultado, pois farão parte da composição do custo destes ativos.

CPC 21 – Demonstrações intermediárias e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial: A adoção deste Pronunciamento ocorrerá na elaboração das demonstrações intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) do primeiro trimestre do exercício de 2010. No entanto, tais demonstrações não requerem a aplicação integral de todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC.

CPC 22 – Informações por segmento: O Pronunciamento visa aprimorar a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis da Companhia identificarem a natureza e os efeitos das atividades dos segmentos de negócio nos quais a Companhia opera. As análises da Companhia são elaboradas de acordo com as divisões internas de Unidades Geradoras de Caixas - UGC, conforme apresentado trimestralmente ao mercado nos relatórios de "press release" divulgados pelo departamento interno de relação com investidores. No entanto, a estrutura atual está em processo de aprimoramento de conceitos, ainda em observância à nova padronização requerida pelo referido CPC e possivelmente levará em consideração os segmentos operacionais mais representativos da Companhia, compostos pelas divisões de Carne Bovina, Carne Suína, Aves, Couros, Lácteos e Outros.

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: As políticas contábeis e mudanças de estimativas oriundas da adoção inicial dos Pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010 refletirão a apresentação e a comparabilidade das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2010, cuja comparabilidade terá como base as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009 e os saldos de abertura de acordo com os novos Pronunciamentos em 1 de janeiro de 2009.

CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial: O Pronunciamento será aplicado na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010, comparativas com o exercício de 2009, e evidenciará a adoção integral de todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC.

CPC 27 – Imobilizado, ICPC 03 – Arrendamento mercantil e ICPC 10 – Imobilizado Aplicação inicial ao ativo imobilizado e à Propriedade para investimento: A implementação dos requerimentos estabelecidos neste Pronunciamento terá como principal enfoque a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados, desvinculando de forma definitiva os percentuais permitidos pela legislação fiscal vigente e refletindo a vida útil efetiva dos bens. Deste modo, os reflexos contábeis ocorrerão nas contas de custo e despesa de depreciação do exercício e conseqüentemente na composição dos valores residuais dos ativos imobilizados.

CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola: A Companhia possui subsidiárias com ativos biológicos compostos por estoques de gado nas operações de confinamento, os quais são valorizados pelo seu custo em formação. No entanto, após a adoção deste Pronunciamento, utilizará a metodologia de valorização a mercado para os saldos de gado em estoque, cujos reflexos ocorrerão nas rubricas de estoque, custo dos produtos vendidos e ajuste de avaliação a mercado (resultado do exercício).

CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada: Devido a recente incorporação de empresa Bertin, com impacto da descontinuidade de algumas de suas operações referentes à divisão de "lácteos" ocorrida entre os exercícios de 2005 a 2007, a Administração reclassificou parte de seus ativos imobilizados relacionados às referidas operações, substancialmente compostos por terrenos e edificações, para o grupo de contas de "ativos mantidos para venda", os quais serão avaliados de acordo com os preceitos estabelecidos neste Pronunciamento.

CPC 36 – Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas, e aplicação do Método de Equivalência Patrimonial – Os procedimentos adotados atualmente para elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, baseada na normas em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não diferem em seus aspectos relevantes aos preceitos do referido Pronunciamento e Interpretação.

CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A Companhia estará obrigada a

adotar este Pronunciamento que possui como objetivo estabelecer que as primeiras demonstrações contábeis sejam elas demonstrações intermediárias ou demonstrações contábeis estejam de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

CPC 38 – Instrumentos financeiros, Reconhecimento e mensuração, CPC 39 – Instrumentos financeiros, Apresentação, CPC 40 – Instrumentos financeiros, Evidenciação e OCPC 03 – Instrumentos financeiros: A Companhia adotou durante o exercício de 2008 todos os requerimentos estabelecidos pelo CPC 14 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de todos os instrumentos financeiros contratados para cobertura dos riscos de taxas de juros, de taxas de câmbio e de preços na compra de gado. No entanto, o CPC 14 foi revogado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício de 2009, sendo este substituído pela Orientação Técnica OCPC 03 – Instrumentos financeiros, a qual foi utilizada como referência técnica pela Companhia em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2009. Em virtude das características dos instrumentos financeiros contratados, não haverá impactos relevantes após as vigências destes Pronunciamentos.

CPC 43 – Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40: A aplicação deste Pronunciamento Técnico ocorrerá de modo simultâneo com os CPC 15 a 40, uma vez que o mesmo servirá de referência técnica suporte para implementação dos Pronunciamentos elencados.

ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: A Companhia realiza a provisão para pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25%, sendo o dividendo adicional reconhecido imediatamente no exercício antes da aprovação para emissão das demonstrações financeiras. No entanto, segundo o novo Pronunciamento, a distribuição adicional de resultado que ocorrer após a data do balanço e antes da data da autorização de emissão dessas demonstrações não deve gerar registro no passivo da entidade na data do balanço, por também não representar qualquer obrigação presente naquela data.

(b) Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC, com adoção a partir de 1 de janeiro de 2010 que não apresentam impactos nas operações e demonstrações contábeis da Companhia

CPC 16 – Estoques: A Companhia adota por conservadorismo todos os requerimentos exigidos, basicamente em virtude da formação do custo do produto e pela avaliação a mercado dos saldos em estoque, cujo reflexo poderá ser refletido em “impairment” dos estoques.

CPC 18 – Investimento em Coligada e em Controlada: As metodologias de mensuração, apresentação e divulgação dos investimentos da Companhia em empresas coligadas e controladas atendem as exigências do Pronunciamento.

CPC 19 – Joint Venture: A Companhia possui diretamente uma operação controlada em conjunto (joint venture) representada pela empresa Inalca JBS, e uma operação indireta por meio de sua subsidiária na empresa Beef Snacks International, cuja divulgação dos ativos, passivos, despesas e receitas estão adequadas em relação aos Pronunciamentos.

CPC 24 - Eventos subseqüentes: O Pronunciamento determina quando a Companhia deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subseqüentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações e as informações complementares que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão e sobre eventos subseqüentes ao período contábil a que se referem, sendo que os procedimentos adotados pela Companhia estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 25 – Provisões, passivos e ativos contingentes: As avaliações para mensuração e reconhecimento de provisões, passivos e ativos contingentes da Companhia estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 30 - Receitas: Os critérios utilizados para reconhecimento da receita de todos os segmentos operacionais da Companhia atendem aos requerimentos do Pronunciamento, não havendo a necessidade de constituição de ajustes contábeis relativos ao corte da receita.

CPC 32 – Tributo sobre o lucro: A metodologia de apuração de tributos sobre o lucro sejam eles ativos ou passivos fiscais e diferidos estão em conformidade com este Pronunciamento.

CPC 33 – Benefícios a empregados: A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos

de contribuição e/ou benefícios definidos, no entanto, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do Pronunciamento.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

A CVM estabeleceu 2010 como data limite para a adoção das práticas contábeis internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS), com relação às demonstrações financeiras consolidadas das companhias abertas. Em 28 de dezembro de 2007, a Lei n° 11.638/07 alterou a Lei de Sociedades por Ações no que se refere a práticas contábeis.

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis e interpretações e orientações que poderão apresentar impactos econômicos, positivos e/ou negativos, sem necessariamente gerar impactos financeiros nas demonstrações contábeis a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 contém ênfases relacionadas:

- a apresentação espontânea das demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2008, com a finalidade de propiciar informações suplementares sobre a Companhia. Estas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria e consideradas adequadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto; e

- a apresentação da nota explicativa às demonstrações contábeis nº 25, onde a Companhia demonstrou em caráter "pró-forma" que a aplicação antecipada dos procedimentos para reconhecimento das variações cambiais de investimentos no exterior, conforme disposto no Pronunciamento Técnico nº 2 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, cuja aplicação estava prevista para os exercícios encerrado a partir de dezembro de 2008, resultaria em efeito relevante no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Os Diretores da Companhia entendem que os objetos das referidas ênfases foram informações suplementares incluídas, única e exclusivamente, com o objetivo disponibilizar dados complementares para o melhor entendimento das informações contidas em suas demonstrações contábeis.

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 contém ênfases relacionadas:

- ao fato de que as demonstrações contábeis do exercício anterior, encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma comparativa, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo parecer não contém ressalvas e enfatiza a apresentação da demonstração do fluxo de caixa como informação suplementar e a nota explicativa nº 25 que demonstra em caráter "pró-forma" o efeito relevante da aplicação antecipada dos procedimentos para reconhecimento das variações cambiais de investimentos no exterior, conforme disposto no Pronunciamento Técnico nº 2 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conforme comentário explicito no item anterior;

- ao fato de que foram contratados somente para examinar os ajustes descritos na nota explicativa às demonstrações contábeis nº 2, que trata dos ajustes decorrentes de mudança de práticas contábeis: reapresentação, para fins comparativos, das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2007, como previsto na NPC 12 – "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros", de sorte a refletir as alterações emanadas da Lei n.º 11.638/07 e da Medida Provisória n.º 449/08.

Os Diretores da Companhia entendem que os objetos das referidas ênfases são de caráter obrigatório, em função da mudança dos auditores independentes, e em função da necessidade de ajustar o exercício anterior à mudança de prática contábil em função da nova legislação, conforme retro mencionado.

10.5. Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o BRGAAP requer que a Companhia efetue certos julgamentos e utilize premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor os ativos e passivos. Os resultados efetivos podem divergir de tais estimativas. Com o intuito de fornecer um entendimento de como a Companhia forma seu julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, segue abaixo um resumo das nossas principais práticas contábeis críticas.

Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Diretoria se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisão para contingências, valorização de instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

No caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente lançados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo mensurado ao valor justo por meio de resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponíveis para venda.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo imobilizado, intangível, diferido e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do CPC 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos (Deliberação CVM n° 527/07).

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

10.6. Opinião dos nossos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Os Diretores da Companhia acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, os Diretores da Companhia consideram que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos matérias. Todos os controles chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente pelas auditorias interna e externa. Adicionalmente, cumpre esclarecer que não houve ressalvas no parecer preparado pela BDO Trevisan Auditores Independentes para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 no que se refere a falhas nos seus procedimentos e controles internos.

A carta de recomendação sobre os controles internos da Companhia para o período de 2009 ainda não foi emitida pela BDO Trevisan Auditores Independentes.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

A carta de recomendação sobre os controles internos da Companhia para o período de 2009 ainda não foi emitida pela BDO Trevisan Auditores Independentes, razão pela qual os Diretores não podem comentar acerca de eventuais deficiências e recomendações acerca dos controles internos presentes no relatório do auditor independente.

No que diz respeito ao exercício social findo em 2008, os Diretores são da opinião de que não houve recomendações relevantes dos auditores independentes nos seus respectivos relatórios que merecem destaque.

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia realizou sua oferta pública inicial em marco de 2007, cujo total montante captado foi de R$ R$1.200.000,00. Tais recursos recursos foram investidos, 70% em investimentos de capital para expansão da capacidade operacional, incluindo aquisição de empresas e/ou plantas de abate, e os restantes 30%, em capital de giro.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas no prospecto da oferta pública inicial de ações datado de abril de 2007.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas no prospecto.

10.8. Opinião dos Diretores sobre a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

Até a presente data, a Companhia não tinha quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações. A Companhia não possui subsidiárias nas quais detem participação majoritária ou controles sobre suas operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

a. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10.10. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos de capital realizados pela Companhia tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção de nossas plantas. Até o momento, inexistem previsões relevantes de investimentos para o aumento da capacidade de produção ou demais investimentos de capital principalmente dado que a Diretoria acredita que a atual capacidade produtiva da Companhia será capaz de suportar a necessidade de produção esperada para os próximos anos.

O valor total dos dispêndios de capital da Companhia em bens, indústria e equipamentos, não incluindo aquisições, foi de R$ 992,5 milhões em 2009.

Abaixo estão os investimentos relevantes realizados pela Companhia em 2009 que se somam a outros, tais como compra de novos equipamentos e manutenção das unidades produtoras.

JBS USA – Unidade de Negócios de Carne Bovina

Foram realizados investimentos nas plantas de Grand Island, Dumas e Greeley em melhorias no processamento dos subprodutos, em estruturas de refrigeração, em equipamentos para ganhos de rendimento na desossa.

JBS USA – Unidade de Negócios de Carne Suína

Na unidade de negócios de Carne Suína nos Estados Unidos a Companhia fez investimentos nas fábricas de Worthington e Marshalltown, em suas fábricas de tripas, em máquinas para ganhos de rendimento na desossa e equipamentos na área de Embalagem para preparação de produtos customizados.

JBS Austrália

Na Austrália foram feitos investimentos nas unidades de Dinmore, Beef City e Rockhampton, em sistemas de refrigeração, processamento de miúdos e nas áreas de Manutenção.

INALCA JBS

A INALCA JBS fez investimentos nas fábricas de Odinzovo (Moscou, Rússia), Castelvetro e Gazoldo Degli Ippoliti em suas atividades de food-service, no aumento de capacidade de fatiamento de presunto e carne curada, além da construção de um biodigestor anaeróbico na planta de Ospedaletto. Também foram realizados investimentos nos centros de distribuição de Angola (Luanda) para ampliação da capacidade de armazenagem.

JBS Brasil

A JBS segue seus investimentos nas plantas de Campo Grande (MS), Teófilo Otoni (MG), Vilhena (RO), Anápolis (GO), Maringá (PR) e Goiânia (GO), para a ampliação de suas estruturas de refrigeração, congelamento, capacidades de abate e estocagem.

JBS Argentina

Foram feitas a ampliação da capacidade de congelamento do centro de distribuição de Pilar e o aumento da capacidade de produção de salsichas e hambúrgueres das unidades de Rosário e Ponte Vedra.

ii. fontes de financiamento dos investimentos; e

A fonte de financiamento dos investimentos de capital que costumam ser realizados nos nossos complexos industriais tende a ser a própria geração de caixa operacional da Companhia e, quando aplicável e possível, linhas de financiamento do governo com taxas de juros subsidiadas.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não foram realizados desinvestimentos de capital nos últimos 3 anos, bem como não há desinvestimentos de capital em andamento.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

A influência na capacidade produtiva de todas as aquisições realizadas pela Companhia já esta refletida na seção 6.5 acima.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

11. PROJEÇÕES

11.1. Projeções e Estimativas:

a. objeto da projeção:

Não aplicável.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção:

Não aplicável.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle:

Não aplicável.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão:

Não aplicável.

11.2. Projeções sobre os últimos 3 exercícios sociais:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas:

Não aplicável.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções:

Não aplicável.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas:

Não aplicável.

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. Atribuições de cada órgão e comitê:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia, responsável pelo estabelecimento de suas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de desempenho da Companhia. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos diretores da Companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de emissão da Companhia.

Nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia pode ser composto por no mínimo 5 e no máximo 11 membros. Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por 7 membros efetivos e 1 membro suplente. No mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido no § 3º do artigo 20 do Estatuto Social.

O Conselho de Administração tem as seguintes competências fixadas pelo Estatuto Social da Companhia, sem prejuízo das demais que lhe são atribuídas por lei:

i. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

ii. eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições;

iii. fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembléia Geral;

iv. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

v. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

vi. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembléia Geral;

vii. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetido à Assembléia Geral para fins de retenção de lucros;

viii. deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

ix. submeter à Assembléia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

x. apresentar à Assembléia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

xi. apresentar à Assembléia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a instalação e o fechamento de plantas industriais, no País ou no exterior;

xii. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembléia Geral; aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia;

xiii. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle (como definido no Estatuto Social da Companhia), nos termos estabelecidos em lei;

xiv. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, como previsto no § 2º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia;

xv. outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembléia Geral;

xvi. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

xvii. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

xviii. deliberar, por delegação da Assembléia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures;

xix. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “commercial papers”, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

xx. estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação;

xxi. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

xxii. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar arrendamentos de plantas industriais, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

xxiii. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

xxiv. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

xxv. aprovar a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e empresas ligadas (conforme definição constante do Regulamento do Imposto de Renda) aos administradores, sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio;

xxvi. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

xxvii. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor, do que se lavrará ata no livro próprio;

xxviii. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;

xxix. aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários da Companhia;

xxx. definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, na forma definida no artigo 52 do Estatuto Social;

xxxi. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;

xxxii. instituir Comitês e estabelecer os respectivos regimentos e competências; e

xxxiii. dispor, observadas as normas do Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento.

Na tabela abaixo estão os nomes, cargos e a data de eleição dos membros do Conselho de Administração:

Nome	Idade	Cargo	Data da posse (Atual mandato)	Término do mandato
Joesley Mendonça Batista	38 anos	Presidente do Conselho Diretor Presidente, de Finanças e de Operações	29/04/2009	Assembleia Geral Ordinária de 2011
Wesley Mendonça Batista	39 anos	Vice Presidente do Conselho	29/04/2009	Assembleia Geral Ordinária de 2011
José Batista Sobrinho	77 anos	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011
José Batista Júnior	50 anos	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Marcus Vinicius Pratini de Moraes	70 anos	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Wagner Pinheiro de Oliveira	47 anos	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Natalino Bertin	61 anos	Conselheiro Efetivo	31/12/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011
Demósthenes Marques	44 anos	Conselheiro Suplente	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2011

Diretoria

A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Nos termos do Estatuto Social, a Diretoria da Companhia pode ser composta por no mínimo 2 e no máximo 7 membros, os quais serão designados Diretor Presidente, Diretor Executivo de Operações, Diretor de Finanças, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Jurídico e os demais Diretores sem designação específica. Os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relação com Investidores são de preenchimento obrigatório. Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta de 3 membros.

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixado pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 do Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

i. cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

ii. elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

iii. propor, ao Conselho de Administração, o orçamentos anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente;

iv. deliberar sobre a instalação e o fechamento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer ponto do País ou do exterior; e

v. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração.

Para as atribuições específicas de cada membro da Diretoria da Companhia, ver seção 12.1(d) abaixo.

Na tabela abaixo estão os nomes, as idades, os cargos e a data de eleição dos diretores.

Nome	Idade	Cargo	Data da posse (Atual mandato)	Término do mandato
Joesley Mendonça Batista	38 anos	Presidente do Conselho e Diretor Presidente, de Finanças e de Operações	02/01/2007	Assembléia Geral Ordinária de 2010
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	56 anos	Diretor de Relações com Investidores	14/05/2008	Assembléia Geral Ordinária de 2010
Francisco de Assis e Silva	45 anos	Diretor Jurídico	02/01/2007	Assembléia Geral Ordinária de 2010

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal funciona de modo permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei. O Conselho Fiscal da Companhia é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela assembleia geral. Atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia é composto de 5 membros efetivos e seus respectivos suplentes.

Na tabela abaixo estão os nomes, as idades, os cargos e a data de eleição dos conselheiros fiscais.

Nome	Idade	Cargo	Data da posse (Atual mandato)	Término do mandato
Divino Aparecido dos Santos	45 anos	Presidente do Conselho Fiscal	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2010
Florisvaldo Caetano de Oliveira	57 anos	Conselheiro Fiscal Efetivo	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2010
John Shojiro Suzuki	33 anos	Conselheiro Fiscal Efetivo	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2010
Hélio Ricardo Teixeira de Moura	51 anos	Conselheiro Fiscal Efetivo	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2010
Alexandre Seiji Yokaichiya	29 anos	Conselheiro Fiscal Efetivo	29/12/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2010
Marcos Godoy Brogiato	51 anos	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2010
Sandro Domingues Raffai	45 anos	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2010
Alcinei Cardoso Rodrigues	45 anos	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/2009	Assembléia Geral Ordinária de 2010

Em 30 de outubro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação dos Comitês de Auditoria, Finanças e Gestão de Pessoas da Companhia, conforme previsão do Estatuto Social. Os Regimentos internos e a composição dos respectivos Comitês ficaram condicionados à aprovação do Conselho de Administração em reunião ordinária.

Nos termos do acordo de acionistas celebrado pelos acionistas controladores da Companhia com a BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009, a qualquer momento durante a vigência de tal acordo de acionistas, a acionista BNDESPAR terá o direito de convocar uma reunião especial do Conselho de Administração para deliberar a respeito da criação e instalação de comitês na JBS, em especial do comitê financeiro e de gestão de riscos e do comitê de sustentabilidade,cuja criação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 4 de março de 2010. Tais comitês, caso criados, atuarão como órgãos auxiliares e sem poderes deliberativos, assessorando o Conselho de Administração. Os integrantes de cada comitê, se eventualmente criados, serão indicados pelo Conselho de Administração dentre os membros da administração da Companhia e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Comitê de Estratégia Empresarial

O Comitê de Estratégia Empresarial é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Presidente, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Atualmente, a Presidência deste comitê é ocupada pelo Sr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes. Os demais membros deste comitê são: Antônio Jorge Camardeli, Liege Vergili Correia e Marcio Caparroz.

Tal órgão tem como atribuições: (i) desenvolver e propor ao Conselho de Administração as políticas relativas à estratégia empresarial e à sustentabilidade das operações da Companhia; (ii) assessorar o Conselho de Administração em todos os aspectos relacionados a sustentabilidade, mediante identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios; (iii) formular recomendações ao Conselho de Administração e acompanhar a implementação de políticas, estratégias e ações que se relacionam à sustentabilidade dos negócios da Companhia; (iv) avaliar as propostas de investimentos estratégicos da Companhia sob a ótica da sustentabilidade e formular recomendações ao Conselho de Administração quando da tomada de decisão em relação a tais investimentos; (v) aprimorar os mecanismos de controle relativos a proibição de compra de matéria-prima de fornecedores que mantenham trabalhadores em condições análogas à de escravo, ou que constem da relação de áreas embargadas pelo IBAMA; e (vi) analisar e monitorar o controle de emissões atmosféricas, sugerindo projetos de monitoramente de gases de efeito estufa, bem como projetos de redução de emissões, visando a preservação do meio ambiente.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Presidente, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração da Companhia poderão integrar este comitê.

Este comitê é composto pelos seguintes membros: José Paulo da Silva Filho, eliseo Santiago Perez Fernandez, Silvio Roberto de Menezes Júnior, Francisco de Assis e Silva e Valdir Aparecido Boni.

Tal órgão se reporta diretamente ao Conselho de Administração da Companhia e tem como atribuições o seu assessoramento no que tange a realização de análises e avaliações referentes às normas; às regras corporativas; aos processos de elaboração; à divulgação e à transparência das demonstrações financeiras; aos sistemas de controles internos; e à auditoria interna e externa.

Com relação ao auditor independente e à auditoria interna, compete ao Comitê de Auditoria: (i) assessorar o Conselho de Administração na escolha da empresa a ser contratada como auditor independente; no processo de seleção, contratação, supervisão e avaliação do auditor independente; nos processos de recepção e no tratamento das informações referentes aos relatórios e demonstrações contábeis, bem como dos relatórios do auditor independente e da auditoria interna; no estabelecimento de diretrizes e requisitos a serem observados pela Administração, para a contratação de outros serviços prestados pelo auditor independente; na fixação de diretrizes de orientação do planejamento anual dos trabalhos da auditoria interna, dos relatórios emitidos e da adequação de sua equipe; (ii) preparar para aprovação do Conselho de Administração os quesitos de avaliação de eficácia referentes à auditoria independente e interna; à política de independência do auditor independente; ao cumprimento das normas; e à observância das regras corporativas; (iii) acompanhar o cumprimento das recomendações feitas pelo auditor independente ou auditoria interna referentes à adequação dos controles internos; aos atos ou fatos relevantes constatados no curso de seus trabalhos ou que infrinjam as normas e regras corporativas;

Com relação às demonstrações financeiras, compete ao Comitê de Auditoria tomar conhecimento das demonstrações contábeis trimestrais e respectivas notas explicativas; dos relatórios da administração; e do parecer dos auditores independentes.

Com relação aos controles internos, compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos, visando aferir a eficiência no uso dos recursos e no estabelecimento de processos de informação e de decisão; a conformidade das operações com as normas e regras corporativas.

Com relação aos relatórios, compete ao Comitê de Auditoria elaborar o seu relatório contendo informações tais como: atividades exercidas no âmbito de suas atribuições no período; avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno; descrição das recomendações apresentadas à administração, com evidenciação daquelas não acatadas e respectivas justificativas; avaliação da efetividade do auditor independente e da auditoria interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento das normas e das regras corporativas, evidenciando as deficiências detectadas; avaliação da qualidade das demonstrações contábeis relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas e no cumprimento das normas, com evidenciação das deficiências detectadas;

Comitê Financeiro

O Comitê Financeiro é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Coordenador, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia. Poderão integrar este comitê os membros titulares ou suplentes do Conselho de Administração da Companhia, seus Diretores; ou profissionais da área de finanças, com comprovados conhecimentos sobre economia, operações financeiras, gestão de caixa e de riscos financeiros e matérias correlatas.

Este comitê é composto pelos seguintes membros: Marcos Cunha Bastos, Emerson Fernandes Loureiro, Fernando Abe Ohara e André Nogueira.

Tal órgão tem como atribuições auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia; examinar, discutir e formular recomendações ao Conselho de Administração quanto à política financeira proposta pela Diretoria da Companhia; acompanhar a implantação da política financeira aprovada pelo Conselho de Administração; e avaliar periodicamente os resultados da política financeira implementada pela Companhia.

Comitê de Gestão de Pessoas

O Comitê de Gestão de Pessoas é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Presidente, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como pessoas ligadas direta ou indiretamente à Companhia poderão integrar este comitê.

Este comitê é composto pelos seguintes membros: Joesley Mendonça Batista, Patrícia Bollmann, Verônica Peixoto Coelho, Marco Bortolon e Rogério D'Alcântara Peres.

Tal órgão se reporta diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, e tem como atribuição a análise e validação das práticas e políticas de recursos humanos da Companhia, tais como: (i) examinar candidatos para eleição do Conselho de Administração, bem como para a indicação da Diretoria e de quaisquer comitês; (ii) revisar e discutir a remuneração da administração e plano de opção de compra de ações para os Diretores da Companhia, bem como as práticas de recrutamento e seleção adotados pela Companhia e suas controladas e/ou afiliadas; (iii) propor critérios para a avaliação de desempenho dos Diretores, Gerentes e Colaboradores da Companhia; (iv) definir as políticas de remuneração e de incentivos para Diretores, Gerentes e Colaboradores, conforme o caso; (v) analisar todos os relatórios gerencias de capital humano; e (vi) analisar todos os *papers* e documentos redigidos aos Diretores, Gerentes e Colaboradores.

Comitê de Sustentabilidade

O Comitê de Sustentabilidade é composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo um Presidente, nomeados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Atualmente, a Presidência deste comitê é ocupada pelo Sr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes. Os demais membros deste comitê são: Angela Elaine Pereira Garcia, Francisco de Assis e Silva, Gerson Balena, Gustavo Meneses, Marco Antonio Bortolon, Roberto Motta, Rogerio Bonato e Valtair Teodoro.

Tal órgão tem como atribuições: (i) assessorar o Conselho de Administração da Companhia em todos os aspectos relacionados à sustentabilidade, mediante identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios; (ii) formular recomendações ao Conselho de Administração e acompanhar a implantação de políticas, estratégias e ações que se relacionem à sustentabilidade dos negócios da Companhia; e (iii) avaliar as propostas de investimentos estratégicos da Companhia sob a ótica da sustentabilidade e formular recomendações ao Conselho de Administração quando da tomada de decisão em relação a tais investimentos.

Comitê Especial Independente

A Companhia criou, em dezembro de 2009, um comitê especial independente, de caráter provisório, com a finalidade única e exclusiva de analisar as condições de possível operação societária de incorporação da Bertin pela Companhia, ou de uma incorporação de ações envolvendo a Bertin e a Companhia, nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008. O comitê foi formado pelos seguintes 3 membros, eleitos pelo Conselho de Administração, todos independentes e não-administradores da Companhia, com notória experiência e capacidade técnica: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho, José Cláudio Rego Aranha e Wallim Cruz de Vasconcellos Junior. Com a implementação de referida operação societária, tal comitê deixou automaticamente de existir.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês:

O Conselho Fiscal funciona de modo permanente.

Em 1º de março de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação do Comitê de Estratégia Empresarial da Companhia. Em 30 de outubro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação dos Comitês de Auditoria, Finanças, Gestão de Pessoas da Companhia. Já a criação do Comitê de Sustentabilidade foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 4 de março de 2010.

A criação do Comitê Especial Independente foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia datada de 22 de outubro de 2009. Como exposto acima, com a incorporação da Bertin pela Companhia, em 31 de dezembro de 2009, referido comitê deixou automaticamente de existir.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e comitês.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes.

Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração; (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) supervisionar a elaboração do orçamento anual, do orçamento de capital, do plano de negócios, e do plano plurianual; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área contábil e todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior; (v) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social; (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembléias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; e (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor Executivo de Operações: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas comercial, logística, industrial, administrativa e de recursos humanos; (ii) dirigir e orientar a elaboração do plano de negócios e o plano plurianual da Companhia; (iii) dirigir e orientar a realização de análises de mercado e da política da qualidade da empresa, e a implantação de normas, métodos e rotinas operacionais; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.Compete ao Diretor de Finanças: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de finanças da Companhia; (ii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos, bem como as políticas de *hedge* pré-definidas pelo Diretor Presidente; e (iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Destaca-se que na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de maio de 2009 foi aprovada a cumulação temporária das funções de Diretor de Finanças e de Diretor Executivo de Operações às competências do Diretor-Presidente.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área de relações com investidores da Companhia; (ii) representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Compete ao Diretor Jurídico: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área jurídica da Companhia; (ii) planejar, propor e implantar políticas e atuações da Companhia em matéria jurídica; (iii) supervisionar e coordenar os serviços jurídicos da Companhia; (iv) opinar sobre a contratação de advogados externos; (v) representar, isoladamente, a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, e entidades e sociedades privadas; e (vi) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Compete aos Diretores sem designação específica, se eleitos, auxiliar o Diretor Presidente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria:

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos membros do seu Conselho de Administração nem do seus comitês.

Com relação à Diretoria, ressalta-se que os diretores da Companhia são avaliados anualmente pelos próprios diretores (outros membros da Diretoria) em avaliação 360º graus, além de serem avaliados, também pelo

método de avaliação 360º graus, pelos subordinados membros da sua equipe. O Diretor Presidente também avalia os diretores. A avaliação 360º graus é uma análise sistemática do desempenho do profissional em função das atividades que realiza, das metas estabelecidas, dos resultados alcançados e do seu potencial de desenvolvimento. O objetivo final desta avaliação é contribuir para o desenvolvimento das pessoas na empresa.

12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembléias gerais, indicando:

a. Prazos de convocação:

As Assembléias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação e com 8 (oito) dias corridos de antecedência em segunda convocação.

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia: (i) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembléia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembléia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembléia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembléia viola dispositivos legais ou regulamentares.

b. Competências:

Compete à Assembléia Geral, além das atribuições previstas em lei:

i. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

ii. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

iii. reformar o Estatuto Social;

iv. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

v. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

vi. aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;

vii. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

viii. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

ix. deliberar a saída do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nas hipóteses previstas no artigo 48 do Estatuto Social;

x. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

xi. escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII do Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e

xii. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Endereços eletrônicos: http://www.jbs.com.br/ri; http://www.cvm.gov.br; http://www. bmfbovespa.com.br.

Endereço físico: Escritório da Companhia, localizado na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05118-100.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses:

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembléias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das Sociedades por Ações prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo presidente do conselho de administração.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembléias gerais.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembléia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Nos termos do Estatuto Social, nas assembléias gerais, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembléia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias:

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembléias:

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembléias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:

A Companhia ainda não adotou uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das suas assembléias gerais.

12.3. Em forma de tabela, informar as datas e jornais de publicação:

Ano		2009	2008	2007
Aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
	Jornal(is) de Publicação	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Convocação da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	15, 16 e 17 de abril de 2010 (Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P.) e 15, 16 e 19 de abril de 2010 (Valor Econômico)	17, 18 e 23 de abril de 2009 e 17, 20 e 22 de abril de 2009	12, 15 e 16 de abril de 2008 e 14, 15 e 16 de abril de 2008
	Jornal(is) de Publicação	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico
Ata da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	Ainda não publicada	30 de abril de 2009	1º de maio de 2008
	Jornal(is) de Publicação		Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico
Demonstrações financeiras	Data(s) de publicação em Jornais	10 de março de 2010	26 de fevereiro de 2009	1º de abril de 2008 e 31 de março de 2008
	Jornal(is) de Publicação	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico	Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E.S.P. e Valor Econômico

12.4. Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

Vide a seção 12.1(a.1) deste Formulário de Referência para atribuições, composição e regras sobre membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

As decisões do Conselho de Administração são, de forma geral, tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes em cada reunião. O presidente do Conselho de Administração detém o voto de desempate.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, membros do Conselho de Administração estão proibidos de votar em qualquer assembléia geral, ou de atuar em qualquer operação ou negócio nos quais tenham conflito de interesses com a Companhia.

a. Frequência das reuniões:

O Conselho de Administração se reúne ao menos uma vez por trimestre, de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

Acordo de Acionistas

Em 22 de dezembro de 2009 foi celebrado um acordo de acionistas entre J&F Participações S.A., ZMF Fundo de Investimento em Participações e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("Acordo de Acionistas"). Atualmente, tendo em vista a reorganização societária da Companhia ocorrida em dezembro de 2009, descrita no item 6.5 deste Formulário de Referência, a FB sucedeu a J&F e a ZMF em seus direitos e obrigações oriundos do Acordo de Acionistas. Vide seção 15.5 deste Formulário de Referencia para uma descrição detalhada de tal Acordo de Acionistas.

O Acordo de Acionistas determina que, enquanto o acionista BNDESPAR continuar detendo um determinado percentual das ações de emissão da Companhia, terá direitos de veto, exercido através do voto em qualquer assembléia geral, reunião do Conselho de Administração, da diretoria ou de qualquer outro órgão da administração da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia, sobre matérias como contratação de endividamento adicional, distribuição de dividendos e aprovação do orçamento anual, caso o quociente de endividamento da Companhia seja superior a determinado patamar, determinados eventos de falência e determinadas operações com partes relacionadas, determinadas constituições de ônus e prestações de

garantias e a venda de bens relevantes pela Companhia, entre outras matérias. Este direito de veto deve ser exercido de maneira justificada.

As partes do Acordo de Acionistas e a Companhia obrigaram-se a tomar todas as providências necessárias para que os membros do Conselho de Administração e os demais administradores da Companhia ou de qualquer de suas controladas que tenham sido eleitos ou indicados por qualquer uma das partes, ou que venham a ser eleitos ou indicados por qualquer uma das partes, sempre votem, em quaisquer deliberações, em conformidade com o disposto no Acordo de Acionistas.

O eventual exercício, por qualquer dos membros da administração eleitos ou indicados por qualquer uma das partes e/ou qualquer dos representantes das partes, do direito de voto nas assembléias gerais, reuniões do Conselho de Administração e/ou outros atos deliberativos da Companhia em desacordo com as disposições estabelecidas no Acordo de Acionistas importará em nulidade da deliberação que for assim tomada, sem prejuízo do direito da parte interessada de promover a execução específica da obrigação descumprida.

Para maiores informações acerca do Acordo de Acionistas, ver item 15.5 deste Formulário de Referência.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse no Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo presidente do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembléia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia e, conforme o disposto no item 12.2 (d) acima, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembléia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

12.5. Descrição da cláusula compromissória, se existir, inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem:

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal devem resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, no Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, indicar, em forma de tabela:

Conselho de Administração

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Joesley Mendonça Batista	38 anos	Industrial	376.842.211-91	Presidente do Conselho de Administração	29/04/2009	29/04/2009	2 anos	Diretor Presidente, de Finanças e de Operações e membro do Comitê de Gestão de Pessoas	SIM
Wesley Mendonça Batista	39 anos	Empresário	364.873.921-20	Vice Presidente Cons. de Administração	29/04/2009	29/04/2009	2 anos	---	SIM
José Batista Sobrinho	77 anos	Industrial	052.970.871-04	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	29/04/2009	2 anos	---	SIM
José Batista Júnior	50 anos	Industrial	194.087.141-72	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	29/04/2009	2 anos	---	SIM
Marcus Vinicius Pratini de Moraes (1)	70 anos	Economista	000.178.841-87	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	29/04/2009	2 anos	Membro dos Comitês de Estratégia Empresarial e de Sustentabilidade	SIM
Wagner Pinheiro de Oliveira (1)	47 anos	Economista	087.166.168-39	Conselheiro Efetivo	29/04/2009	29/04/2009	2 anos	---	NÃO
Natalino Bertin	61 anos	Empresário	250.015.238-34	Conselheiro Efetivo	31/12/2009	31/12/2009	2 anos	---	SIM
Demósthenes Marques (1)	44 anos	Engenheiro Civil	468.327.930-49	Conselheiro Suplente	29/04/2009	29/04/2009	2 anos	---	NÃO

(1) Conselheiros independentes, nos termos do regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Diretoria

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Joesley Mendonça Batista	38 anos	Industrial	376.842.211-91	Diretor Presidente, de Finanças e de Operações	02/01/2007	02/01/2007	3 anos	Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Gestão de Pessoas	---
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan	56 anos	Engenheiro	012.266.188-55	Diretor de Relações com Investidores	14/05/2008	14/05/2008	3 anos	---	---
Francisco de Assis e Silva	45 anos	Advogado	545.102.019-15	Diretor Jurídico	02/01/2007	02/01/2007	3 anos	Membro dos Comitês de Auditoria e de Sustentabilidade	---

Conselho Fiscal

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Divino Aparecido dos Santos	45 anos	Contador	333.235.181-87	Presidente do Conselho Fiscal	29/04/2009	29/04/2009	1 ano	---	SIM
Florisvaldo Caetano de Oliveira	57 anos	Técnico em Contabilidade	098.272.341-53	Conselheiro Fiscal Efetivo	29/04/2009	29/04/2009	1 ano	---	SIM
John Shojiro Suzuki	33 anos	Engenheiro	260.176.488-02	Conselheiro Fiscal Efetivo	29/04/2009	29/04/2009	1 ano	---	NÃO
Hélio Ricardo Teixeira de Moura	51 anos	Contador	402.707.346-00	Conselheiro Fiscal Efetivo	29/04/2009	29/04/2009	1 ano	---	NÃO
Alexandre Seiji Yokaichiya	29 anos	Engenheiro	281.767.738-24	Conselheiro Fiscal Efetivo	29/12/2009	29/12/2009	1 ano	---	SIM
Marcos Godoy Brogiato	51 anos	Contador	949.583.438-49	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/2009	29/04/2009	1 ano	---	SIM
Sandro Domingues Raffai	45 anos	Contador	064.677.908-71	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/2009	29/04/2009	1 ano	---	SIM
Alcinei Cardoso Rodrigues	45 anos	Economista	066.206.228-01	Conselheiro Fiscal Suplente	29/04/2009	29/04/2009	1 ano	---	NÃO

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários[3]:

Comitê de Estratégia Empresarial

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Marcus Vinicius Pratini de Moraes	70 anos	Economista	000.178.841-87	Presidente do Comitê	25/6/2009	25/6/2009	5 anos	Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade	SIM
Antônio Jorge Camardelly	56 anos	Médico Veterinário	157.222.440-15	Membro	25/6/2009	25/6/2009	5 anos	-	SIM
Liege Vergili Correia	23 anos	Engenheira Agrônoma	318.749.308-49	Membro	2/11/2009	2/11/2009	5 anos	-	SIM
Marcio Caparroz	31 anos	Médico Veterinário	278.694.998-03	Membro	4/1/2010	4/1/2010	5 anos	-	SIM

Comitê de Auditoria

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
José Paulo da Silva Filho	46 anos	Contador	386.730.294-49	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Gerente de Contabilidade	SIM
Eliseo Santiago Perez Fernandez	45 anos	Administrador de Empresas	412.811.954-72	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Diretor de Administração e Controle	SIM
Silvio Roberto R. de Menezes Jr.	37 anos	Auditor	820.241.384-20	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	---	SIM
Francisco de Assis e Silva	45 anos	Advogado	545.102.019-15	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Diretor Jurídico e membro do Comitê de Sustentabilidade	SIM
Valdir Aparecido Boni	49 anos	Economista	958.764.058-68	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Gerente Fiscal e de tributos	SIM

Comitê Financeiro

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Marcos Cunha Bastos	44 anos	Administrador de Empresas	CW 245809	Membro	18/2/2009	18/2/2009	1 ano	Diretor Financeiro	SIM
Emerson Fernandes Loureiro	37 anos	Bancário	132.188.548-22	Membro	18/2/2009	18/2/2009	1 ano	---	SIM
Fernando Abe Ohara	34 anos	Bancário	263.126.068-64	Membro	18/2/2009	18/2/2009	1 ano	---	SIM
André Nogueira	41 anos	Economista	003.030.617-58	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	CFO da JBS USA (subsidiária da JBS S.A.)	SIM

Comitê de Gestão de Pessoas

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Joesley Mendonça Batista	38 anos	Industrial	376.842.211-91	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Diretor Presidente, de Finanças e de Operações e Presidente do Conselho de Administração	SIM
Patrícia Bollmann	38 anos	Administradora de Empresas	024.993.157-50	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Advisor	SIM
Verônica Peixoto Coelho	36 anos	Arquivista	070.015.357-88	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Diretora de Recursos Humanos	SIM
Marco Bortolon	45 anos	Administrador de Empresas	437.429.479-15	Membro	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Diretor Executivo	SIM
Rogério D'Alcântara Peres	41 anos	Analista de Sistemas	490.343.671-34	Não há	18/2/2009	18/2/2009	5 anos	Não há	SIM

Comitê de Sustentabilidade

Nome	Idade	Profissão	CPF ou Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Eleito pelo Controlador
Marcus Vinicius Pratini de Moraes	70 anos	Economista	000.178.841-87	Presidente do Comitê	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade	SIM
Angela Elaine Pereira Garcia	36 anos	Bióloga	078.493.578-50	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Gerente de Sustentabilidade	SIM
Francisco de Assis e Silva	45 anos	Advogado	545.102.019-15	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Jurídico e membro do Comitê de Auditoria	SIM
Gerson Balena	46 anos	Administrador de Empresas	460.218.339-53	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Comercial	SIM
Gustavo Meneses	43 anos	Empresário	884.474.721-91	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Comercial	SIM
Marco Antonio Bortolon	45 anos	Administrador de Empresas	437.429.479-15	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Executivo	SIM
Roberto Motta	46 anos	Empresário	082.476.658-08	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor JBS Couros	SIM
Rogerio Bonato	35 anos	Administrador de Empresas	165.866.748-40	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Comercial	SIM
Valtair Teodoro	52 anos	Diretor Comercial	240.000.276-20	Membro	04/03/2010	04/03/2010	N/C	Diretor Comercial	SIM

[3] As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia

b. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Conselho de Administração

José Batista Júnior. O Sr. José Batista Júnior é atualmente conselheiro da Companhia e da JBS USA, LLC. Desde 1974, o Sr. Batista Júnior atua em várias funções na Companhia, e, desde 2 de janeiro de 2007, é membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Batista Júnior é irmão de Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista, e filho de José Batista Sobrinho, fundador da Companhia.

Joesley Mendonça Batista. O Sr. Joesley Batista é o atual Presidente do Conselho de Administração, tendo sido eleito para tal função em 2 de janeiro de 2007, e possui mais de 20 anos de experiência com produção de carne bovina no Grupo JBS. É também o Diretor Presidente da Companhia e atualmente também acumula temporariamente as funções de Diretor de Finanças e de Operações. O Sr. Joesley Batista trabalha no Grupo JBS desde 1988 e é um dos filhos do Sr. José Batista, o fundador do Grupo JBS e irmão do Sr. José Batista Junior e do Sr. Wesley Mendonça Batista.

Wesley Mendonça Batista. O Sr. Wesley Batista é o atual Vice-Presidente do Conselho de Administração, tendo sido eleito para tal função em 2 de janeiro de 2007, e possui mais de 20 anos de experiência com produção de carne bovina no Grupo JBS. O Sr. Wesley Batista trabalha no Grupo JBS desde 1987 e é um dos filhos do Sr. José Batista, o fundador do Grupo JBS e irmão do Sr. José Batista Jr. e do Sr. Joesley Mendonça Batista.

José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista é membro do Conselho de Administração e é o fundador do Grupo JBS, e possui mais de 50 anos de experiência com produção de carne bovina no Grupo JBS. O Sr. José Batista foi eleito para tal função em 2 de janeiro de 2007. O Sr. José Batista é pai do Sr. Joesley Mendonça Batista, do Sr. Wesley Mendonça Batista e do Sr. José Batista Jr.

Natalino Bertin. O Sr. Bertin é membro do Conselho de Administração, tendo sido eleito para tal função em 31 de dezembro de 2009. Empresário, iniciou sua trajetória profissional no final da década de 70, como um dos fundadores do Grupo Bertin, no segmento de agroindústria. Foi acionista e membro do Conselho de Administração do Bertin Ocupa, atualmente o cargo de conselheiro e diretor da Heber Participações S.A. e de diretor da Bracol Holding Ltda., ambas empresa cujo objetivo consiste em deter participações no capital social de outras empresas.

Marcus Vinicius Pratini de Moraes. O Sr. Pratini de Moraes é membro do Conselho de Administração Independente desde 2 de janeiro de 2007. É graduado em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul (1963) e pós-graduado em Administração Pública pela Deutsche Stiftung fur Entwicklungsländer – Berlin (1965) e Administração de Empresas pela Pittsburgh University & Carnegie Tech - Carnegie Institute of Technology (1966). O Sr. Pratini de Moraes exerceu os cargos de Ministro Interino do Planejamento e Coordenação Geral (1968-1969), Ministro da Indústria e do Comércio (1970-1974), Ministro de Minas e Energia (1992) e Ministro da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (1999-2002), além de um mandato de Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul (1982-1986). Foi também fundador e presidente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX (1976-1985), Presidente do Conselho Consultivo do Center of Brazilian Studies – School of Advanced International Studies – The John Hopkins University (1977- 1981), Membro do Conselho da IFC – International Finance Corporation, em Washington D.C., Estados Unidos (1987-1997), Presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil – AEB (1988-1999), Membro do Conselho do Center for Advanced Studies in Management – The Wharton School University of Pennsylvania (1999), Membro do conselho de administração da SOLVAY

do Brasil (1998-1999) e Presidente do Conselho (2003), Membro do Conselho de Supervisão do Banco ABN-AMRO – Amsterdã (2003); Membro do Conselho Consultivo da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F (2003); Presidente do Conselho da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Industrializadas – ABIEC (2003), Membro do Conselho Empresarial Brasil - China (2004), Presidente do Conselho Empresarial Brasil – Rússia (2004), Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (2005-2007) e Vice-Presidente do Serviço de Informação da Carne – SIC (2005).

Wagner Pinheiro de Oliveira: O Sr. Oliveira é membro do Conselho de Administração Independente desde 29 de abril de 2009. Economista formado pela Unicamp (1986), com especialização em Administração e Gestão Financeira pela FGV/SP e em Finanças pela USP. Analista de investimentos do banco Banespa (1987 a 1991). Foi assessor de Finanças e Orçamento da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa de São Paulo (1991 a 1994). Foi membro eleito do Comitê de Investimentos (1995 a 1999) e Diretor Financeiro eleito do Banesprev, fundo de pensão do Banespa (1999 a janeiro de 2003). Foi Diretor da Federação dos Bancários da CUT/SP e da Associação dos Funcionários do Banespa - AFUBESP (1996 a 2002). Atualmente, atua como Presidente da Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, Membro do Conselho de Administração da Telemig Celular Participações S/A (2003 a 2008), Membro do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A (2007 até a presente data) e Presidente do ICSS - Instituto Cultural de Seguridade Social.

Demósthenes Marques: O Sr. Marques é membro do Conselho de Administração Independente desde 11 de abril de 2008. Engenheiro Civil formado pela UFSM-RS (1989), com especialização em Desenvolvimento Urbano pela Faculdade Cândido Mendes (1995). Atuou como Vice-Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAE, 1993 a 1994), como Gerente de Pesquisa e Avaliações da Companhia Imobiliária de Brasília, (TerraCap, empresa do segmento imobiliário, 1995 a 1996), como Diretor de Operações do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF (IDHAB) (1996 a 1997) e como Assessor Especial da Assessoria do Governador, Diretor do Departamento Administrativo do Gabinete da Vice-Governadora, e Chefe de Gabinete da Vice-Governadora no Governo do Distrito Federal (1997 a 1998). Funcionário da Caixa Econômica Federal desde 1992, atuou como Gerente Nacional de Políticas Sociais, Gerente de Produto, Gerente Operacional, Supervisor Técnico, e Engenheiro do quadro técnico. Desde de 2004, atua como Diretor de Finanças da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF).

Diretoria

Joesley Mendonça Batista. O currículo do Sr. Joesley Batista esta descrito no item relativo aos currículos dos Conselheiros.

Francisco de Assis e Silva. O Sr. Assis e Silva é membro da Diretoria desde 2 de janeiro de 2007. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, cursou Pós Graduação *Lato Sensu* em Direito Ambiental, na Pontífícia Universidade Católica do Paraná; Pós Graduação *Lato Sensu* em Direito Empresarial pela Universidade Mackenzie – SP; e Pós Graduação *Strictu Sensu* (mestrado), na Universidades Mackenzie de São Paulo e Universidade Federal do Paraná, nas áreas de Direito do Estado, com dissertação em Sistema Constitucional Tributário, com todos os créditos para o Doutorado; Cursou MBE na USP – SP em Economia do Trabalho. É membro do Instituto dos Advogados de São Paulo, IASP e do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, IBDT – USP. Foi advogado do Grupo Trombini por 5 anos. Foi Diretor Administrativo e Jurídico da Transportadora Itapemirim S.A., empresa do ramo de transportes. Exerce sua atividade no Grupo JBS desde dezembro de 2001.

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan. O Sr. O'Callaghan nasceu em Cork, Irlanda em 1953. Estudou Engenharia na University College Cork e imigrou para o Brasil em 1979. Ingressou na indústria de carnes em 1983, desenvolvendo estratégias de comércio global para o setor de carne bovina brasileira. Trabalhou inicialmente na Mouran (1983 a 1989), depois na Bordon (1989 a 1995) e ingressou no Grupo JBS em 1996 para desenvolver a área de Negócios Internacionais.

Conselho Fiscal

Divino Aparecido dos Santos. O Sr. Santos é membro do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. É atualmente presidente e sócio da empresa Doce Vida Ind. E Com. Produtos Alimentícios Naturais Ltda., do segmento de fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes. Possui mais de 15 anos de experiência em empresas do ramo de produção de carne bovina e pecuária. Foi responsável pela contabilidade do Grupo JBS de junho de 1994 a julho de 2007 e da Bordon S/A, empresa do segmento de carnes bovinas, suínas e derivados, de 1988 a 1994. O Sr. Santos é técnico em Contabilidade com registro no Conselho Regional de Contabilidade de SP.

Florisvaldo Caetano de Oliveira. O Sr. Oliveira é membro do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. Formado em Técnico em Contabilidade pelo Colégio La Salle – Brasília-DF. Administrou a Empresa Rigor 65 Comércio e Distribuição de Produtos de Higiene e Limpeza de 1998 a 2006. Administrou a Empresa Transportadora Santos Dumont Ltda., empresa do segmento de transportes, de 1999 a 2002. Administra a Empresa Escritório de Contabilidade F.F. Ltda desde dezembro de 2004.

John Shojiro Suzuki: O Sr. Suzuki é membro do Conselho Fiscal desde 29 de abril de 2009. Possui MBA pela Universidade de Chicago (2008) e graduação em engenharia pelo ITA (2001). Atuou como consultor pela Booz Allen e como analista de crédito e gerente de relacionamentos corporate pelo Itaú/ItaúBBA. Atualmente atua como gerente de investimento pela Angra Partners, com atuação no setor financeiro.

Hélio Ricardo Teixeira de Moura: O Sr. Moura é membro do Conselho Fiscal desde 29 de abril de 2009. Contador formado pela PUC-MG (1984), com especialização em Auditoria Externa pela UFMG, e Engenharia de Produção pela UFSC. Funcionário da Caixa Econômica Federal desde 1982, já atuou como perito oficial contábil, gerente administrativo financeiro, síndico de falências, perito assistente contábil e professor pela PUC-MG, FADOM-MG, FACIG-MG, Estácio de Sá, entre outras.

Alexandre Seiji Yokaichiya. O Sr. Yokaichiya é membro do Conselho Fiscal desde 29 de dezembro de 2009. Cursou Pós Graduação Lato Sensu em Administração com Especialização em Finanças pela Faculdade Getúlio Vargas – SP. E formado em Engenharia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é administrador da empresa Laudera Participações S/S Ltda., cujo segmento de atuação é o de educação profissional de nível técnico, foi coordenador de planejamento financeiro da Companhia entre dezembro de 2007 a outubro de 2009, atuou como analista de Middle Office na área de Investment Banking pelo banco JP Morgan e foi gerente de produtos Pessoa Jurídica no Banco ABN Amro Real S.A.

Marcos Godoy Brogiato. O Sr. Brogiato é membro suplente do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Foi funcionário do Grupo Bordon de novembro de 1973 a setembro de 2001, sendo os seguintes os últimos cargos exercidos: Gerente de Contabilidade Geral (setembro de 1996 a novembro de 1998), reportando-se à Diretoria de Planejamento e Controle; Gerente Financeiro (dezembro de 1998 a setembro de 2001), reportando-se ao Diretor Presidente. De setembro de 2001 a junho de 2006 prestou serviços de assessoriapara o Grupo Bordon e desde junho de 2006 coordena a contabilidade do Grupo Bordon.

Sandro Domingues Raffai. O Sr. Raffai é membro suplente do Conselho Fiscal desde 28 de setembro de 2007. É graduado em contabilidade pela Faculdade Oswaldo Cruz. Pós graduação (cursando semestre 2/3) da Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP em gestão tributária. Escritório de contabilidade FF Ltda, período de junho de 2006 à atual, assistente de controladoria.

Alcinei Cardoso Rodrigues: O Sr. Rodrigues é membro suplente do Conselho Fiscal desde 29 de abril de 2009. Economista formado pela PUC-SP (1988), com pós-graduação em Previdência Complementar pela PUC-RJ e mestrado em economia pela PUC-SP. Atuou como perito do Ministério Público Federal (atividades pontuais), como professor universitário na Universidade São Judas Tadeu (2000 a 2003) e como pesquisador do Departamento de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE) (1993 a 2003). Também atuou como membro dos comitês de investimento do Fundo de Investimento em Participações da Caixa Ambiental (FIP Caixa Ambiental, 2008) e do Fundo de Investimento em Participações InfraBrasil (FIP InfraBrasil, 2008), além de conselheiro fiscal na Amazônia Celular (2006 a 2008), empresa do segmento de telefonia móvel. Atualmente atua como Gerente de Participações da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros).

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal:

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não houve.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores da Companhia:

Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Em 15 de abril de 2010, foi publicada a convocação para a Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, a serem realizadas, cumulativamente, no próximo dia 30 de abril de 2010. Em Assembléia Geral Oordinária, uma das deliberações será a eleição dos membros do Conselho Fiscal.

A acionista controladora da Companhia, FB Participações S.A., informou à Administração da Companhia que indicará as seguintes pessoas para ocupar o cargo de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia: (i) Sr. Divino Aparecido dos Santos, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade nº 2.126.633, inscrito no CPF/MF sob nº 333.235.181-87, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na Rua 1, 260; (ii) Sr. Florisvaldo Caetano de Oliveira, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade nº 250.889, inscrito no CPF/MF sob nº 098.272.341-53, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedro Gomes Cardim, 128, apto. 12, CEP 05617-901; e (iii) Sr. Alexandre Seiji Yokaichiya, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 25.781.454-1, inscrito no CPF/MF sob nº 281.767.738-24, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Albuquerque Lins, 566, apto. 41; e os seguintes canditados para os cargos de membros suplentes do Conselho Fiscal da Companhia: (iv) Sr. Sandro Domingues Raffai, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade nº 13.541.060, inscrito no CPF/MF sob nº 064.677.908-71, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santa Francisca, 155, Vila Jaguará; e (v) Sr. Marcos Godoy Brogiato, brasileiro, solteiro, contador, portador da Cédula de Identidade nº 13.541.060, inscrito no CPF/MF sob nº 949.583.438-49, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Santa Francisca, 155, Vila Jaguará.

Os candidatos indicados acima são atualments os membros do Conselho Fisca (membros efetivos e suplentes) e o que se propõe, na assembléia geral, é a reeleição dos atuais membros.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os atuais membros do Conselho Fiscal (o que inclui os candidatos indicados acima) e os outros administradores da Companhia.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia:

Bertin Finance Ltd.. O Sr. Natalino Bertin é administrador da empresa, assim como seu irmão Silmar Roberto Bertin.

Bertin USA Corp.. O Sr. Fernando Antonio Bertin, membro da administração da empresa, é irmão do Sr. Natalino Bertin.

Sampco Inc.. O Sr. Fernando Antonio Bertin, membro da administração da empresa, é irmão do Sr. Natalino Bertin.

Bertin Perú S.A. O Sr. Fernando Antonio Bertin, membro da administração da empresa, é irmão do Sr. Natalino Bertin.

Bertin Holding Inc. O Sr. Fernando Antonio Bertin, membro da administração da empresa, é irmão do Sr. Natalino Bertin.

Bertin Trading US LLC. O Sr. Fernando Antonio Bertin, membro da administração da empresa, é irmão do Sr. Natalino Bertin.

MISR CO. Refrigeration and Storage. O Sr. Fernando Antonio Bertin, Presidente do Conselho de Administração da empresa, é irmão do Sr. Natalino Bertin.

JBS Slovakia Holdings s.r.o. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global A/C. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. A

Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global Beef Company Sociedade unipessoal lda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Global Beef Trading Sociedade Unipessoal lda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Beef Snacks International B.V. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

Arab Friboi LLC. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Compañia Brasileira de Carnes y Servicios S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS USA INC. O Sr. Wesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Joesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

INALCA JBS SPA. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Trading USA. O Sr. Wesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Joesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Holding International S.A. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Mendoza S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Argentina S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

*Argenvases***.** O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Consignaciones Rurales. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global Investments S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Confinamento Ltda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

J&F Participações S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

JBS Global Meat S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os atuais membros do Conselho Fiscal (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e os outros administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia:

A existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia e controladores diretos ou indiretos da Companhia segue abaixo:

J&F Participações S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista são membros da administração da empresa e são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista Sobrinho, é membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Adicionalmente, a J&F Participações S.A. é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., JJBJ Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM

Participações Ltda. e ZMF Fundo de Investimento em Participações.

O José Batista Sobrinho é administrador da ZMF Participações Ltda. O Sr. José Batista Sobrinho é membro da administração da empresa, e pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

O Wesley Mendonça Batista é administrador da WWMB Participações Ltda. O Sr. Wesley Mendonça Batista é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Joesley Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

O Joesley Mendonça Batista é administrador da JJMB Participações Ltda. O Sr. Joesley Mendonça Batista é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

O José Batista Júnior é administrador da JJBJ Participações Ltda. O Sr. José Batista Júnior é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Vanessa Mendonça Batista é administradora da VNMB Participações Ltda. A Sra. Vanessa Mendonça Batista é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Vivianne Mendonça Batista é administradora da VVMB Participações Ltda. A Sra. Vanessa Mendonça Batista é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Valére Batista Mendonça Ramos é administradors da VLBM Participações Ltda. A Sra. Valére Batista Mendonça Ramos é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores de controladas, diretas ou indiretas da Companhia e controladores diretos ou indiretos da Companhia segue abaixo:

JBS Slovakia Holdings s.r.o. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global A/C. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global Beef Company Sociedade unipessoal lda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Global Beef Trading Sociedade Unipessoal lda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Beef Snacks International B.V. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

Arab Friboi LLC. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Compañia Brasileira de Carnes y Servicios S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS USA INC. O Sr. Wesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Joesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

INALCA JBS SPA. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Trading USA. O Sr. Wesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e Joesley Mendonça Batista e filho do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Holding International S.A. A Sra. Vivianne Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmã dos Srs Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista e filha do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Mendoza S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Argentina S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

*Argenvases***.** O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Consignaciones Rurales. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global Investments S.A. O Sr. Joesley Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é irmão dos Srs. José Batista Junior e do Wesley Mendonça Batista, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Confinamento Ltda. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Beef Snacks do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

JBS Global Meat S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, membros da administração da empresa, são irmãos do Sr. José Batista Junior e filhos do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista Sobrinho, membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os atuais membros do Conselho Fiscal e outros administradores de suas controladas, diretas ou indiretas (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e os controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia:

J&F Participações S.A. Os Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista são membros da administração da empresa e são irmãos, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho. O Sr. José Batista Sobrinho, é membro da administração da empresa, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista. A Sra. Flora Mendonça Batista, membro da administração da empresa, é esposa do Sr. José Batista Sobrinho e mãe dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

Adicionalmente, a J&F Participações S.A. é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., JJBJ Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM Participações Ltda. e ZMF Fundo de Investimento em Participações.

O José Batista Sobrinho é administrador da ZMF Participações Ltda. O Sr. José Batista Sobrinho é membro da administração da empresa, e pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista, José Batista Junior e Wesley Mendonça Batista.

O Wesley Mendonça Batista é administrador da WWMB Participações Ltda. O Sr. Wesley Mendonça Batista é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Joesley Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

O Joesley Mendonça Batista é administrador da JJMB Participações Ltda. O Sr. Joesley Mendonça Batista é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

O José Batista Júnior é administrador da JJBJ Participações Ltda. O Sr. José Batista Júnior é membro da administração da Companhia e é irmão dos Srs. Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Vanessa Mendonça Batista é administradora da VNMB Participações Ltda. A Sra. Vanessa Mendonça Batista é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Vivianne Mendonça Batista é administradora da VVMB Participações Ltda. A Sra. Vanessa Mendonça Batista é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

A Valére Batista Mendonça Ramos é administradora da VLBM Participações Ltda. A Sra. Valére Batista Mendonça Ramos é irmã dos Srs. Joesley Mendonça Batista, Welsey Mendonça Batista e José Batista Júnior, todos administradores da Companhia e filhos do Sr. José Batista Sobrinho.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os atuais membros do Conselho Fiscal (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e os outros administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia:

Não há. Adicionalmente, ressalta-se que não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido nos últimos 3 exercícios sociais entre administradores da Companhia (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia.

b. Controlador direto ou indireto da Companhia:

Não há. Adicionalmente, ressalta-se que não há relação de subordinação, prestação de serviço pu controle mantido nos últimos 3 exercícios sociais entre administradores da Companhia (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e o controlador direto ou indireto da Companhia.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não há. Adicionalmente, ressalta-se que não há relação de subordinação, prestação de serviço pu controle mantido nos últimos 3 exercícios sociais entre administradores da Companhia (o qual inclui os candidatos indicados no item 12.9."a" deste Formulário de Referência) e qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

12.11. Descrição das disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de administradores aos seus conselheiros e diretores. O seguro tem por objetivo o ressarcimento dos administradores no caso de condenações pecuniárias provenientes de sentenças judiciais transitadas em julgado ou decisões arbitrais finais e acordos judiciais ou extrajudiciais negociados com o consentimento prévio da seguradora, bem como o pagamento dos custos de defesa incorridos em tais processos. A apólice de seguro tem vigência até 11 de julho de 2010 e sua cobertura abrange o mundo inteiro, com exclusão dos Estados Unidos e Canadá. O limite máximo de garantia para cobertura de responsabilidade civil contratada é de R$25,0 milhões.

Exceto por referido seguro, não há outros contratos ou obrigações relevantes entre os administradores e a Companhia relativos a pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou a Companhia.

12.12. Outras informações que a Companhia julga relevantes;

Em 15 de abril de 2010, foi publicada a convocação para a assembleias gerais ordinária e extraordinária da Companhia, a serem realizadas, cumulativamente, no próximo dia 30 de abril de 2010, às 10h, em primeira convocação, no escritório administrativo da Companhia, localizado na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05118-100, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2009; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2009 e sobre a distribuição de dividendos no valor total de R$ 61.476.484,75 (sessenta e um milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos); (iii) eleger membros do Conselho de Administração da Companhia para a ocupação de cargos vagos; (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal; e (v) fixar o montante global da

remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) alterar o art. 3º do Estatuto Social da Companhia, de forma a complementar o seu objeto social; (ii) alterar os artigos 16, 20 e 27 do Estatuto Social da Companhia, de forma a regular com maior detalhe o mecanismo de substituição dos seus administradores; e (iii) consolidar o Estatuto Social da Companhia.

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA
"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Australia
"BDRs"	*Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"Cremonini"	Cremonini S.p.A., Itália
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia. O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da

	provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"Estados Unidos" ou "Estados Unidos da América"	United States of America
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBAMA"	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"IPO da JBS USA"	Oferta inicial para distribuição pública ou qualquer outra oferta pública inicial de ações ordinárias da JBS USA
"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"PROT"	PROT - Fundo de investimentos em Participações
"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.

Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A remuneração do pessoal chave da Administração no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2009, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R$4,3 milhões, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa a atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os membros do Conselho de Administração e dos comitês da Companhia, assim como os membros do conselho fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, e não fazem jus a benefícios diretos e indiretos e participação nos resultados. Os membros suplentes do Conselho de Administração recebem remuneração por cada reunião de que participem. A remuneração dos membros de comitês da Companhia não é composta por outros elementos para além da remuneração fixa. Portanto, além de referida remuneração mensal fixa, não há outros elementos na remuneração dos membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal.

Por sua vez, a remuneração da diretoria estatutária é composta de uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é composta pelo salário e pelo plano de saúde. A parte variável é paga como bônus e depende de um processo de avaliação de desempenho modelo 360º onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal, haja vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um valor fixo mensal. Quanto à diretoria, em 2009, a remuneração variável foi de 28,9% da remuneração total e a remuneração fixa, 71,1%. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos.

Referente à remuneração fixa mensal, em todos os exercícios sociais o reajuste é feito de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos. Os salários dos conselheiros não foram reajustados.

Com relação ao bônus (que é a remuneração variável), o valor efetivamente reconhecido para a diretoria estatutária no resultado do exercício findo 31 de dezembro de 2009 foi de R$1.039.061,62 e o estimado para o exercício de 2010 é de R$ 971.406,94.

Não há indicadores financeiros que sejam levados em consideração para o estabelecimento da remuneração variável dos diretores da Companhia. Para determinação da remuneração variável é utilizado um processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360º onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade. Esta avaliação também leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia.

O plano de saúde da diretoria concedido pela Companhia não possui metodologia de cálculo e reajuste específicos, sendo que seu reajuste é feito com base em determinação da companhia seguradora.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

Conforme descrito na alínea "i" acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Assim como para todos empregados da Companhia, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Não há indicadores financeiros que sejam levados em consideração para estabelecimento da remuneração variável. Para determinação da remuneração variável é utilizado um processo de avaliação de desempenho modelo 360º onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade. Esta avaliação individual também leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia**.**

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A remuneração é estruturada em uma parte fixa e uma parte variável, sendo esta última sujeita a ajustes para refletir a avaliação individual, modelo 360º, onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

O formato da remuneração acima descrito está alinhado aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia. Conforme descrito no item 13.1 b) alínea "i" acima, a política de remuneração, com componente fixo e componente variável, visa o incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, proporcionando ganhos ao estimular o comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal[4]:

2010	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,0	3,0	5,0	15
Remuneração fixa anual (em R$)	840.000,00	2.388.138,70	150.000,00	3.378.138,70
Salário ou pró-labore	840.000,0	2.359.601,4	150.000,0	3.349.601,4
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Plano de Saúde	-	28.537,30	-	28.537,3
Outros	-		-	-
Remuneração Variável (em R$)	-	971.406,9	-	971.406,9
Bônus	-	971.406,9	-	971.406,9
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	-	-	-	-
Remuneração Total (em R$)	840.000,0	3.359.545,7	150.000,0	4.349.545,70

2009	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,4	3,1	4,3	12,8
Remuneração fixa anual (em R$)	680.000,0	2.552.475,70	127.500,0	3.359.975,10
Salário ou pró-labore	680.000,0	2.523.938,4	127.500,0	3.331.438,4
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-	-
Plano de Saúde	-	28.537,30	-	28.537,30
Outros	-		-	-
Remuneração Variável (em R$)	-	1.039.061,6	-	1.039.061,6
Bônus	-	1.039.061,6	-	1.039.061,6
Participação nos resultados	-			
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Valor por órgão da remuneração	-	-	-	-
Remuneração Total (em R$)	680.000,0	3.591.537,30	127.500,0	4.399.037,30

[4] *Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.*

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:[5]:

Este item não se aplica à remuneração do conselho de administração e do conselho fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Relativamente à remuneração variável da diretoria estatutária, esta é composta unicamente pelo bônus, uma vez que a Companhia não possui um plano de participação no resultados. Não há indicadores financeiros que sejam levados em consideração para estabelecimento da remuneração variável dos diretores da Companhia. Para determinação da remuneração variável é utilizado um processo de avaliação de desempenho modelo 360º onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade. Esta avaliação também leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e o alinhamento com os valores da Companhia**.**

Dessa forma, e considerando que a Companhia não tem qualquer valor mínimo ou máximo previsto no seu bônus, nem qualquer valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas, o valor mínimo de remuneração variável que os diretores da Companhia podem receber é zero.

O valor do bônus efetivamente reconhecido para a diretoria estatutária no resultado do exercício findo 31 de dezembro de 2009 foi de R$1.039.061,62 e o estimado para o exercício de 2010 é de R$ 971.406,94, estimativa esse que dependerá da análise de desempenho que é realizada conforme mencionado nos parágrafos acima.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. Termos e condições gerais:

O Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia ("Plano"), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de Março de 2007, será administrado pelo Conselho de Administração, que terá competência privativa para deliberar sobre a emissão das ações objeto do Plano, cabendo-lhe, ainda, tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a interpretação, detalhamento e aplicação das normas e diretrizes gerais estabelecidas no Plano.

Dentro da competência acima, caberá ao Conselho de Administração toda e qualquer deliberação acerca do Plano e os poderes específicos e necessários para:

(i) Selecionar os funcionários elegíveis a quem serão outorgadas as opções, conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos no Plano;

(ii) Definir, dentro do limite do capital autorizado e respeitado o limite máximo de acções atribuíveis ao Plano, a quantidade de pções e a forma de distribuição destas entre os funcionários elegíveis, o preço de exercício das opções, as condições de exercício e eventuais restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas;

(iii) Prorrogar, de forma genérica ou conforme o caso, o prazo final para o exercício das opções em vigor;

(iv) Modificar os termos e condições das opções outorgadas no caso de alguma alteração nas leis aplicáveis,

[5] *Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.*

(v) Propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia;

(vi) Autorizar o Presidente da Companhia a firmar os contratos de opção com os participantes do Plano, bem como os contratos de subscrição de ações e eventuais aditivos, quando necessário;

(vii) Decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis à espécie.

As ações objeto do Plano são ações ordinárias nominativas emitidas pela Companhia, nos limites do capital autorizado, e não poderão ultrapassar 2% do capital social da Companhia por ano.

São elegíveis para participar do Plano, os administradores e empregados da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto que ocupem as seguintes funções:

(i) Estatutários e executivos indicados pelo Conselho de Administração.

Também são elegíveis os empregados da Companhia e de suas controladas que, a critério do Conselho de Administração, tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia.

Em qualquer das hipóteses acima, para se tornar participante do Plano, o funcionário elegível deverá ser formalmente indicado pelo Conselho de Administração, que determinará, ainda, a quantidade, prazo e preço das ações a serem outorgadas.

Fucionários externos não serão elegíveis para receber qualquer opção de subscrição de ações através do Plano.

O Conselho de Administração poderá dispensar o tratamento diferenciado a funcinários elegíveis e/ou participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado por qualquer regra de isonomia ou analogia a estender a quaisquer outros participantes eventual condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinado(s) participante(s).

Nenhuma disposição do Plano conferirá quaisquer direitos aos seus beneficiários relativos a garantia de permanência como empregado da Companhia ou de suas controladas, tampouco interferirá de qualquer modo no direito da Companhia ou de suas controladas de, consoante as condições legais e as decorrentes do contrato de trabalho, rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o participante.

Nenhuma disposição do Plano conferirá, ainda, a qualquer titular de opções, direitos concernentes à sua permanência no cargo de diretor até p término do mandato respectivo, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia ou de suas controladas de destituí-lo a qualquer tempo, nem assegurará o direito de reeleição para o cargo.

O número máximo de opções a serem outorgadas, as condições de aquisição de ações, os critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício, os critérios para fixação do prazo de exercício, a forma de liquidação, as restrições à transferência das ações, entre outras condições, estão respectivamente descritos nas alíneas f), g) h), i), j) e k) abaixo.

Cumpre, no entanto, ressaltar que, até à presente data, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

b. Principais objetivos do plano:

O Plano, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2007, tem por objetivo estabelecer regras para que determinados empregados da Companhia possam adquirir ações de sua emissão através da outorga de opção de compra de acções.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Este plano visa despertar em tais empregados o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

Este modelo visa ainda reter os administradores e empregados contemplados em face do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

O Plano insere-se numa política de remuneração que visa premiar os estatutários e executivos indicados pelo Conselho de Administração, bem como todos os empregados que, a critério da Presidência da Companhia, se tenham destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

O Plano alinha com os interesses dos administradores e da Companhia na medida em que visa despertar nos administradores e empregados participantes o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar os seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas no curto, médio e longo prazo.

Vale ressaltar que as opções, quando outorgadas, são pessoais e instranferíveis, salvo nas hipóteses decorrentes de sucessão por falecimento do participante, tal como tratadas no Plano, o que demonstra o comprometimento dos administradores e empregados.

f. Número máximo de ações abrangidas:

A quantidade total das ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar os 2% do capital social da Companhia por ano.

Para efeitos desse limite, serão consideradas todas as opções outorgadas com base no Plano, bem como as ações já adquiridas ou subscritas pelos respectivos participantes em decorrência do Plano, estejam elas ou não em seu poder.

g. Número máximo de opções.

O programa de outorga de opções de compra de ações de 2007 estabele como limite um número máximo de opções que resulte em uma diluição de 2% do capital social da Companhia imediatamente após a homologação do aumento de capital aprovado em 23 de março de 2007, relacionado à oferta pública inicial da Companhia.

h. Condições de aquisição de ações:

Todos os empregados da Companhia que são elegíveis ao Plano são signatários de um Termo de Adesão à Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, no qual declaram ter integral conhecimento das disposições constantes neste documento, obrigando-se pautar suas ações sempre em conformidade com tais regras.

Tal política prevê o impedimento do exercício de opções, bem como da compra ou venda de ações de emissão da Companhia sempre quando seus signatários estiverem de posse de informação relevante ainda não divulgada ao mercado. Adicionalmente, tais signatários ficam obrigados a abster-se de exercer opções e de comprar ou vender ações de emissão da Companhia durante os "períodos de bloqueio", quando comunicados pela Diretoria de Relações com Investidores, conforme previsto na referida política. A Companhia pratica seu "período de bloqueio" no período de quinze dias antecedentes à divulgação ou publicação de suas Informações Trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP), sendo que essa mesma regra é aplicável caso a Companhia opte por divulgar dados operacionais e financeiros preliminares anteriormente à divulgação dos resultados auditados.

O Conselho de Administração estabelecerá os critérios de outorga das opções, definindo livremente quais os funcionários participantes, assim como a quantidade de opções de compra de ações a que cada um terá direito. Serão consideradas a importância e essencialidade da função exercida, a potencialidade do participante, e o envolvimento em projetos estratégicos e o valor agregado que este oferece à Companhia.

O Conselho de Administração não estará obrigado a atribuir a condição de participante a todas as categorias ou mesmo a todos os integrantes de uma mesma categoria de funcionários elegíveis, sendo-lhe, facultado, ainda, em relação a dois ou mais participantes de uma mesma categoria, atribuir quantidades diferentes de opções.

A outorga de opções de subscrição de ações aos funcinários elegíveis será escolhida pelo Conselho de Administração.

Cumpre, no entanto, ressaltar que, até à presente data, nenhuma outorga chegou a ser efetivada. Consequentemente, nenhuma condição ou critério para a aquisição de ações foi estabelecido até a data deste Formulário de Referência.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço de compra e subscrição das ações será determinado com base no valor unitário da ações da Companhia, segundo os seguintes critérios:

(i) Para as opções outorgadas no lançamento do Plano para o programa de 2007, será equivalente ao preço de distribuição por ação fixado na oferta pública inicial da Companhia. Vale ressaltar que nenhuma opção foi outorgada no programa de 2007.

(ii) Para as demais outorgas, o valor correspondente à média aritmética do valor das ações verificado nos pregões dos cinco dias anteriores à data da outorga.

Não haverá atualização monetária do preço de opção.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

O prazo para exercício das opções obedecerá as seguintes regras:

(i) Até ¼ das opções poderá ser exercida ao final de 24 meses a contar da data de outorga;

(ii) Até 2/4 das opções poderá ser exercida ao final de 36 meses a contar da data de outorga;

(iii) Até 3/4 das opções poderá ser exercida ao final de 48 meses a contar da data de outorga; e

(iv) O total das opções poderá ser exercida ao final de 60 meses a contar da data de outorga, sendo que o prazo máximo de exercício será de 72 meses.

O preço de aquisição das ações está demonstrado na alínea i) acima.

k. Forma de liquidação:

A liquidação deverá ser feita à vista, no ato de subscrição, salvo na hipótese de o beneficiário optar por vender imediatamente em bolsa de valores as ações adquiridas, caso em que o pagamento poderá ser feito mediante a emissão pelo beneficiário de nota promissória *pro-soluto* com vencimento no primeiro dia útil após a liquidação financeira da transação.

l. Restrições à transferência das ações:

As opções outorgadas aos participantes, decorridos ou não os prazos de reserva de direito, são pessoais e instranferíveis, salvo nas hipóteses decorrentes de sucessão por falecimento do participante.

Conforme estabelecido na Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, há impedimento no exercício de opções, bem como na compra ou na venda de ações de emissão da Companhia sempre quando seus signatários estiverem de posse de informação relevante ainda não divulgada ao mercado. Adicionalmente, a Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia estabelece que seus signatários deverão abster-se de exercer opções e de comprar ou vender ações de emissão da Companhia durante os "períodos de bloqueio", quando comunicados pela Diretoria de Relações com Investidores, conforme previsto na referida política. A Companhia pratica seu "período de bloqueio" no período de quinze dias antecedentes à divulgação ou publicação de suas Informações Trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras padronizadas anuais (DFP), sendo que essa mesma regra é aplicável caso a Companhia opte por divulgar dados operacionais e financeiros preliminares anteriormente à divulgação dos resultados auditados.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano deverá ser ajustado sempre que ocorrer alguma alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão de ações em outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

Compete ao Conselho de Administração, modificar, suspender ou extinguir o Plano, notadamente na ocorrência de fatores que importem em alteração significativa do panorama econômico, que possa comprometer a situação financeira da Companhia.

A extinção, alteração ou suspensão do Plano deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Em caso de desligamento voluntário do participante ou desligamento do participante por iniciativa da Companhia, por qualquer razão, exceto por justa causa, este poderá exercer as opções que não tenham sido exercidas até à data do desligamento, respeitadas as regras de reserva de direito, em no máximo 30 dias do desligamento.

No caso de desligamento do participante por iniciativa da Companhia em decorrência de justa causa, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, estejam elas aptas para exercício segundo as regras da reserva de direito, estarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social[6]:

A tabela abaixo demonstra a quantidade de ações de emissão da Companhia detidas pelos administradores da Companhia:

	Ações	
Órgão	Ações Ordinárias	Capital Total (%)
Conselho de Administração	19	0%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	19	0%

Conforme o disposto na seção 15 abaixo, a Companhia é diretamente controlada pela FB, A tabela abaixo demonstra a quantidade de ações de emissão da FB detidas pelos administradores da Companhia:

	Ações	
Órgão	Ações Ordinárias	Capital Total (%)
Conselho de Administração	4(1)	0%
Diretoria	2(1)	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	4(1)	0%

(1) Um membro da Diretoria que também é membro do Conselho de Administração da Companhia detém ações de emissão da Companhia. Para os fins do cálculo do total de ações na tabela acima, foram desconsideradas as ações indicadas como da titularidade da Diretoria, tendo em vista que referidas ações já estavam descriminadas no campo relativo ao Conselho de Administração.

A FB, por sua vez, é controlada por J&F e ZMF.

A J&F é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., JJBJ Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM Participações Ltda. e pela própria ZMF. As tabelas abaixo demonstram a quantidade de quotas de emissão de cada uma dessas sociedades que são detidas pelos administradores da Companhia:

ZMF Participações Ltda.

	Ações	
Órgão	Quotas	Capital Total (%)

[6] *Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.*

Conselho de Administração	72.234.989	99,99
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.989	99,99

WWMB Participações Ltda.

	Ações	
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.009	99,99
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.009	99,99

JJMB Participações Ltda.

	Ações	
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.009(1)	99,99
Diretoria	72.234.009(1)	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.009(1)	99,99

(1) Um membro da Diretoria que também é membro do Conselho de Administração da Companhia detém ações de emissão da Companhia. Para os fins do cálculo do total de ações na tabela acima, foram desconsideradas as ações indicadas como da titularidade da Diretoria, tendo em vista que referidas ações já estavam descriminadas no campo relativo ao Conselho de Administração.

JJBJ Participações Ltda.

	Ações	
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	72.234.009(1)	99,99
Diretoria	72.234.009(1)	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	72.234.009(1)	99,99

ZMF Fundo de Investimento em Participações

	Ações	
Órgão	Quotas	Capital Total (%)
Conselho de Administração	18	50,01
Diretoria	6(1)	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	18	50.01

(1) Um membro da Diretoria que também é membro do Conselho de Administração da Companhia detém ações de emissão da Companhia. Para os fins do cálculo do total de ações na tabela acima, foram desconsideradas as ações indicadas como da titularidade da Diretoria, tendo em vista que referidas ações já estavam descriminadas no campo relativo ao Conselho de Administração.

O ZMF é controlada por José Batista Júnior, Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, Vanessa Mendonça Batista, Vivianne Mendonça Batista e Valére Batista Mendonça Ramos. A tabela acima já evidencia a quantidade de quotas de emissão do ZMF que são detidas pelos administradores da Companhia.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; (d) valor justo das opções na data de outorga; (e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.[7]:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (d) em relação às opções exercíveis; (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III) prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social[8]:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) orgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

a. Modelo de precificação:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

---

[7] *Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.*

[8] *Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.*

d. Forma de determinação da volatilidade esperada:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Muito embora exista o Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia, descrito no item 13.4 acima, nenhuma outorga chegou a ser efetivada.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) orgão; (b)número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

Não há.

13.11. Indicação dos itens da tabela abaixo, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

2009	Conselho De Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)
Número de membros	5,4	3,1	4,3
Valor da maior remuneração individual (em R$)	120.000,0	1.954.239,3	30.000,0
Valor da menor remuneração individual (em R$)	120.000,0	646.921,1	30.000,0
Valor médio de remuneração individual (em R$)	**125.925,9**	**1.158.560,4**	**29.651,2**

(1) Valor médio de remuneração considerando a remuneração total paga aos Conselheiros da Companhia durante 12 meses, incluindo aqueles Conselheiros que ficaram no cargo por menos de 12 meses.

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia:

Não há.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Percentual da Remuneração dos Órgãos		
	Conselho de Administração	
	2009	**2010**
Pessoas Ligadas a FB Participações S.A.	480.000,0	600.000,0
Total do Conselho de Administração	680.000,0	840.000,0
Participação de Pessoas Ligadas	**70,6%**	**71,4%**
	Diretoria Executiva	
	2009	**2010**
Pessoas Ligadas a FB Participações S.A.	1.954.239,3	1.954.239,3
Total do Diretoria Executiva	3.591.537,3	3.359.545,7
Participação de Pessoas Ligadas	**54,4%**	**58,2%**
	Conselho Fiscal	
	2009	**2010**
Pessoas Ligadas a FB Participações S.A.	0,0	0,0
Total do Conselho Fiscal	127.500,0	150.000,0
Participação de Pessoas Ligadas	**0,0%**	**0,0%**

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Os conselheiros Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista e José Batista Junior são também conselheiros da JBS USA, porém não receberam qualquer remuneração pelo exercício do cargo por parte da JBS USA.

Pelo exercício do cargo de diretores executivos da JBS USA, Wesley Mendonça Batista e José Batista Junior receberam, no ano de 2009, a remuneração total de US$ 1.919.947,00.

13.16. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"FB"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.

"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

14. RECURSOS HUMANOS

14.1. Descrição dos recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

A Companhia e suas subsidiárias possuem, atualmente, um total de 122.801 funcionários alocados nas áreas administrativa, comercial e industrial/operacional.

A evolução do quadro de empregados da Companhia em 2007, 2008 e 2009 está descrita abaixo:

		Em 31 de dezembro de		Em março de
	2007	**2008**	**2009**	**2010**
Administrativo	4.092	4.255	13.363	13.071
Comercial	1.010	1.471	3.281	3.358
Industrial/Operacional	43.395	49.368	107.292	106.372
Total	**48.497**	**55.094**	**123.936**	**122.801**

A Companhia e suas subsidiarias possuíam o seguinte número de empregados em 2007, 2008 e 2009 divididos por localização geográfica:

	Em 31 de dezembro de 2007	**Em 31 de dezembro de 2008**	**Em 31 de dezembro de 2009**	**Em março de 2010**
Brasil	18.067	17.787	48.281	47.186
Argentina	3.606	5.059	4.734	4.837
Estados Unidos	20.949	23.091	60.638	60.638
Austrália	4.146	6.995	6.302	6.302
Itália	1.729	2.162	2.314	2.314
Outros*	-	-	1.667	1.667
Total	**48.497**	**55.094**	**123.936**	**122.944**

*"Outros" refere-se a Uruguai, Paraguai, China e Hong Kong.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

A Companhia e suas subsidiárias possuem atualmente um total de 4.612 funcionários terceirizados alocados nas áreas administrativa, comercial e industrial/operacional. A evolução do quadro de funcionários terceirizados da Companhia em 2007, 2008, 2009 e durante o exercício social corrente com base na atividade desempenhada está descrita abaixo:

	Em 31 de dezembro de		Em março de	
	2007	**2008**	**2009**	**2010**
Administrativo	163	178	462	460
Comercial	40	61	132	135
Industrial/Operacional	1.729	2.064	4.011	4.017
Total	**1.932**	**2.303**	**4.605**	**4.612**

A Companhia e suas subsidiarias possuíam o seguinte número de funcionários terceirizados em 2007, 2008, 2009 e no exercício social corrente, divididos por localização geográfica:

	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de 2010
	2007	**2008**	**2009**	
Brasil	720	743	1.558	1.556
Argentina	143	213	190	194
Estados Unidos	835	965	2.443	2.446
Austrália	165	292	254	254
Itália	69	90	93	95
Outros*	-	-	67	67
Total	**1.932**	**2.303**	**4.605**	**4.612**

*Outros inclui Uruguai, Paraguai, China e Hong Kong.

c. índice de rotatividade:

A tabela abaixo mostra o índice de rotatividade para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009:

	2007	**2008**	**2009**
	(em %)		
Índice de Rotatividade	3,68	1,85	2,43

Para o exercício social corrente, até março de 2010, a rotatividade é de 2,32%.

d. exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas:

A tabela abaixo demonstra a exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas, sem considerar os montantes provisionados.

	2007 (em R$ milhões)	2008 (em R$ milhões)	2009(em R$ milhões)
Montante das Contingências	4,6	5,8	23,4

Para maiores informações a respeito da exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas, vide as seções 4.3 e 4.7 deste Formulário de Referência.

14.2. Comentários sobre qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

O aumento do número de funcionários e da exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas de 2007 para 2008 decorre principalmente da aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA. Para maiores informações a respeito da aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

O aumento do número de funcionários e da exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas de 2008 para 2009 decorre principalmente da aquisição do controle acionário da Pilgrim's Pride e da associação com Bertin. Para maiores informações a respeito da aquisição da Pilgrim's Pride e da associação com Bertin, vide a seção 6.5 deste Formulário de Referência.

14.3. Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia:

a. Política de salários e remuneração variável:

A política de Remuneração e Estrutura do grupo da Companhia visa proporcionar aos funcionários níveis salariais competitivos com o mercado, dentro das disponibilidades orçamentárias, de forma a atrair, recompensar e reter os profissionais melhores qualificados. A política é válida para todos os níveis hierárquicos da empresa, de todas as filiais da Companhia, exceto Diretoria Executiva.

b. Política de benefícios:

Além dos benefícios concedidos por força de lei, a Companhia oferece a todos os seus empregados no Brasil, excluindo seus Diretores, auxílio alimentação, auxílio-refeição e transporte e demais benefícios provenientes de acordos e convenções coletivas de trabalho.

Na Argentina, a Companhia oferece aos seus empregados assistência médica, vale refeição, um bônus anual igual a um salário mensal, do qual 50% é pago em junho e 50% em dezembro, períodos de férias que

aumentam de acordo com a senioridade do empregado, creche para crianças de até cinco anos de idade na instalação da Swift em Rosário e preços com descontos aos empregados para a compra de produtos da Swift.

Nos Estados Unidos e Austrália, proporcionamos certos benefícios a substancialmente todos os empregados assalariados. Eles incluem benefícios de saúde e bem-estar, seguro de incapacidade e de vida, reembolso de educação e instrução e programa de assistência ao empregado.

Na Itália, em todos os estabelecimentos da Inalca são disponibilizados refeitórios para os colaboradores, sendo descontada uma contribuição em folha de pagamento de cerca de 20% do custo da refeição na empresa. Os estabelecimentos da Montana não possuem refeitórios, sendo entregue auxílio alimentação para os dias úteis. Adicionalmente, dependendo da função, os colaboradores recebem laptop, aparelhos de celular e automóvel da empresa, sendo que para os automóveis são aplicados tributos de acordo com cálculo previsto em lei.

Além do descrito acima, a Companhia possui ainda empregados em números irrelevantes em outros países, de modo que a Companhia não constituiu uma política de benefícios específica para tais empregados.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Mediante aprovação do Conselho de Administração, a Companhia pode oferecer aos seus administradores e/ou empregados que tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia, a possibilidade de aderir ao Plano de Opção de Compra de Ações aprovado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 9 de março de 2007.

O Conselho de Administração é responsável pela seleção dos empregados que terão direito ao plano, bem como por definir o número de opções que serão oferecidas. O prazo para exercício obedecerá as seguintes regras:

(i) Até ¼ das opções poderá ser exercida ao final de 24 meses a contar da data de outorga;

(ii) Até 2/4 das opções poderá ser exercida ao final de 36 meses a contar da data de outorga;

(iii) Até 3/4 das opções poderá ser exercida ao final de 48 meses a contar da data de outorga; e

(iv) O total das opções poderá ser exercida ao final de 60 meses a contar da data de outorga, sendo que o prazo máximo de exercício será de 72 meses.

O preço de outorga será o correspondente a: (i) para as opções outorgadas no lançamento do plano, o preço de distribuição fixado no IPO da Companhia ocorrido em 2007; (ii) para as demais outorgas, o valor correspondente à média aritmética do valor das ações da Companhia, verificado nos pregões dos cinco dias anteriores à data de outorga.

A quantidade total das ações destinadas ao Plano não poderá ultrapassar 2% do capital social da Companhia por ano.

Até a presente data, nenhuma opção foi oferecida. A nenhum empregado da Companhia foi dado o direito de aderir ao Plano de Opção de Compra. Adicionalmente, a Administração da Companhia não pretendo, nos curto prazo, implementar o Plano de Opção de Compra de Ações.

14.4. Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos:

A Companhia acredita possuir boas relações com seus empregados e com os sindicatos que os representam. Nos últimos sete anos a Companhia passou apenas por uma greve e todos os empregados são representados por sindicatos de cada Estado onde a Companhia atua, quais sejam: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carne e Derivados, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Federação dos Trabalhadores na Indústria, Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e Auxiliar na Administração em Geral, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentos e do Álcool e Refinação de Açúcar, Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Transporte de Cargas, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes, Derivados, Frios, Casas de Carnes e Congêneres, Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Frios, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Alimentícios, Federação Interestadual dos Trabalhadores nas Indústrias e Sindicato dos Empregados em Empresas de Industrialização Alimentícia.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia tinha um total de aproximadamente 114.322 empregados em todo o mundo. A maioria desses empregados é representada por sindicatos e as relações da Companhia com esses empregados são regidas por acordos coletivos de trabalho. Nos Estados Unidos, a Companhia tem 8 acordos coletivos ou outros acordos trabalhistas que irão expirar em 2009 e 2010, abrangendo aproximadamente 17.555 empregados. Na Austrália, a Companhia tem 20 acordos trabalhistas, 14 dos quais irão expirar entre 2010 e 2014.

Na Argentina, os empregados são representados por diversos sindicatos, entre os quais podemos mencionar o Convenio 56/75, que compreende os funcionários de todas as plantas e representa os trabalhadores das indústrias de carne, o Convenio 548 (ASTAVIC) responsável pelo acompanhamento e fiscalização nas plantas de Rosário e Venedo Tuerto.

Na Itália, existem em vigor, por estabelecimento, acordos coletivos além da C.C.N.L. (*Contratto Colletivo Nazionale di Lavoro dell'Industria Alimentare*, que é a consolidação das leis do trabalho italianas, que seria equiparada à CLT do Brasil) que prevêem complementos salariais locais.

Além dos descritos acima, a Companhia não possui acordos coletivos ou outros acordos trabalhistas firmados com os sindicatos que representem seus funcionários nos demais países em que atua.

15. CONTROLE

15.1. Identificação do acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles:

A Companhia é diretamente controlada pela FB Participações. Na data deste Formulário de Referência, a FB detinha 1.399.867.018 ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 59,1% do seu capital total. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia possui apenas ações ordinárias de classe única. Atualmente, tendo em vista a reorganização societária da Companhia ocorrida em dezembro de 2009, descrita no item 6.5 deste Formulário de Referência, a FB sucedeu a J&F e a ZMF em seus direitos e obrigações oriundos do Acordo de Acionistas. Vide seção 15.5 deste Formulário de Referencia para uma descrição detalhada de tal Acordo de Acionistas. Seguem abaixo as informações sobre a FB:

Nome	Nacionalidade	CPF CNPJ	Quantidade de ações ordinárias	% em ações ordinárias e na totalidade do capital social da Companhia	Participa de acordo de acionistas	Data da última alteração
FB Participações S.A.	Brasileira	11.309.502/0001-15	1.399.867.018	59,1%	SIM	28/12/2009
José Batista Sobrinho	Brasileira	052.970.871-04	2	0%	NÃO(*)	N/A
Joesley Mendonça Batista	Brasileira	376.842.211-91	4	0%	NÃO(*)	N/A
José Batista Júnior	Brasileira	194.087.141-72	2	0%	NÃO(*)	N/A
Wesley Mendonça Batista	Brasileira	364.873.921-20	4	0%	NÃO(*)	N/A

(*) Os Srs. Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, José Batista Sobrinho e José Batista Júnior são acionistas controladores indiretos da Companhia, de modo que não são parte do acordo de acionistas diretamente, mas sim através da FB Patricipações S.A.

A FB Participações, por sua vez, é controlada por J&F Participações S.A. e ZMF Fundo de Investimento em Participações. Os outros acionistas da FB são Bertin Fundo de Investimento em Participações, José Batista Sobrinho, Joesley Mendonça Batista e José Batista Júnior, conforme a tabela abaixo.

FB Participações S.A.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações	% do Capital social
J&F Participações S.A.	Brasileira	00.350.763/0001-62	2.174.890.395	45,20
ZMF Fundo de Investimento em Participações	Brasileira	08.661.352/0001-08	302.126.450	6,28
Bertin Fundo de Investimento em Participações	Brasileira	00.350.763/0001-62	2.334.370.128	48,52
José Batista Sobrinho	Brasileira	052.970.871-04	2	0
Joesley Mendonça Batista	Brasileira	376.842.211-91	1	0
José Batista Júnior	Brasileira	194.087.141-72	1	0

A J&F Participações S.A. é controlada por ZMF Participações Ltda., WWMB Participações Ltda., JJMB Participações Ltda., JJBJ Participações Ltda., VNMB Participações Ltda., VVMB Participações Ltda., VLBM Participações Ltda. e ZMF Fundo de Investimento em Participações, conforme a tabela abaixo.

J&F Participações S.A.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Ações	%do Capital social
ZMF Participações Ltda.	Brasileira	08.706.916/0001-73	258.517	8,16
WWMB Participações Ltda.	Brasileira	07.704.137/0001-76	258.516	8,15
JJMB Participações Ltda.	Brasileira	07.704.144/0001-78	258.516	8,15
JJBJ Participações Ltda.	Brasileira	07.704.148/0001-56	258.516	8,15
VNMB Participações Ltda.	Brasileira	07.704.046/0001-30	258.516	8,16
VVMB Participações Ltda.	Brasileira	07.704.039/0001-39	258,516	8,16
VLBM Participações Ltda.	Brasileira	07.704.052/0001-98	258.517	8,16
ZMF Fundo de Investimento em Participações	Brasileira	08.661.352/0001-08	1.359.972	42,91

Seguem abaixo tabelas com a composição acionária de cada um dos acionistas da J&F Participações S.A., até os controladores que sejam pessoas físicas.

ZMF Participações Ltda.

ZMF Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
José Batista Sobrinho	Brasileira	052.970.871-04	72.234.989	99,99

WWMB Participações Ltda.

WWMB Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Wesley Mendonça Batista	Brasileira	364.873.921-20	72.234.009	99,99

JJMB Participações Ltda.

JJMB Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Joesley Mendonça Batista	Brasileira	376.842.211-91	72.234.009	99,99

JJBJ Participações Ltda.

JJBJ Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
José Batista Júnior	Brasileira	194.087.141-72	72.234.009	99,99

VNMB Participações Ltda.

VNMB Participações Ltda.

Nome	Nacionalidade	CPF/CNPJ	Quotas	%do Capital social
Vanessa Mendonça Batista	Brasileira	666.569.401-10	72.234.009	99,99

VVMB Participações Ltda.

VVMB Participações Ltda.				
Nome	**Nacionalidade**	**CPF/CNPJ**	**Quotas**	**%do Capital social**
Vivianne Mendonça Batista	Brasileira	946.475.421-49	72.234.009	99,99

VLBM Participações Ltda.

VLBM Participações Ltda.				
Nome	**Nacionalidade**	**CPF/CNPJ**	**Quotas**	**%do Capital social**
Valére Batista Mendonça Ramos	Brasileira	239.391.921-04	72.234.009	100

ZMF Fundo de Investimento em Participações

ZMF Fundo de Investimento em Participações				
Nome	**Nacionalidade**	**CPF/CNPJ**	**Quotas**	**% do Patrimônio**
José Batista Júnior	Brasileira	194.087.141-72	6	16,67
Joesley Mendonça Batista	Brasileira	376.842.211-91	6	16,67
Wesley Mendonça Batista	Brasileira	364.873.921-20	6	16,67
Vanessa Mendonça Batista	Brasileira	666.569.401-10	6	16,67
Vivianne Mendonça Batista	Brasileira	946.475.421-49	6	16,67
Valére Batista Mendonça Ramos	Brasileira	239.391.921-04	6	16,67

ZMF Fundo de Investimento em Participações, conforme a tabela acima, é controlada por José Batista Júnior, Joesley Mendonça Batista, Wesley Mendonça Batista, Vanessa Mendonça Batista, Vivianne Mendonça Batista e Valére Batista Mendonça Ramos.

15.2. Lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1:

Nome	Nacionalidade	CPF CNPJ	Quantidade de ações ordinárias	% em ações ordinárias e na totalidade do capital social da Companhia	Participa de acordo de acionistas	Data da última alteração
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	Brasileira	00.383.281/0001-09	437.102.282	18,5%	SIM	01/07/2008
PROT – Fundo de Investimento em Participações	Brasileira	09.412.863/0001-40	205.365.101	8,7%	SIM	01/07/2008

15.3. Descrição da distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas:

Descrição da distribuição do capital social	Composição com base na Assembleia Geral Extraordinária de 31/12/2009
Número de acionistas pessoas físicas	9.444
Número de acionistas pessoas jurídicas	135
Número de acionistas pessoas estrangeiras	385
Número de investidores institucionais	483
Número de ações em circulação, por classe e espécie	923.614.339 ordinárias

15.4. Organograma dos acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2.

Os acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia, bem como seus acionistas com participação igual ou superior a 5% de ações ordinárias estão identificados nas seções "15.1" e "15.2" acima, razão pela qual não foi inserido o organograma neste item.

15.5. Qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia:

A. Acordo de Acionistas BNDESPAR

Segue abaixo uma descrição do Acordo de Acionistas BNDESPAR. O Acordo de Acionistas BNDESPAR tem por objeto regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Companhia, incluindo no que se refere ao exercício do voto entre as partes em certas deliberações sociais da Companhia, conforme o disposto na Cláusula III do Acordo de Acionistas BNDESPAR, estabelecendo, para tanto, as regras que nortearão a maneira através da qual as matérias lá mencionadas serão conduzidas no melhor interesse dos acionistas da Companhia e da própria Companhia.

(a) Partes. J&F Participações S.A., ZMF Fundo de Investimento em Participações e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Atualmente, tendo em vista a reorganização societária da Companhia ocorrida em dezembro de 2009, descrita no item 6.5 deste Formulário de Referência, a FB sucedeu a J&F e a ZMF em seus direitos e obrigações oriundos do Acordo de Acionistas BNDESPAR.

(b) Data de Celebração. 22 de dezembro de 2009.

(c) Prazo de Vigência. O Acordo de Acionistas BNDESPAR tem validade até 31 de dezembro de 2014. O acordo de acionistas será automaticamente renovado por um único período de 5 (cinco) anos, contado a partir de 31 de dezembro de 2014, caso em, tal data, a BNDESPAR possua, direta e indiretamente, 15% (quinze por cento) ou mais do capital total e votante da Companhia. Em qualquer hipótese, o acordo de acionistas deixará de vigorar, automaticamente, a partir da data em que a BNDESPAR deixe de deter direta e indiretamente, 10% (dez por cento) ou mais do capital total e votante da Companhia ate 31 de dezembro de 2014 ou 15% (quinze por cento) ou mais do capital total e votante da Companhia a partir de tal data. Destaca-se que o Acordo de Acionistas BNDESPAR é regido por lei brasileira. Quaisquer controvérsias relacionadas ao acordo serão dirimidas em caráter definitivo de acordo com o procedimento previsto no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle. Durante a vigência do Acordo de Acionistas BNDESPAR, e enquanto continuar sendo um Acionista Elegível (nos termos do Acordo de Acionistas BNDESPAR), a acionista BNDESPAR terá direito a se manifestar previamente sobre qualquer das matérias abaixo (cada uma de tais matérias, um "Item de Aprovação"), a serem deliberadas em qualquer assembléia geral, reunião do Conselho de Administração, da diretoria ou de qualquer outro órgão da administração da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia:

(i) contratação pela Companhia e/ou por qualquer das suas Controladas, de qualquer endividamento (exceto com relação ao refinanciamento de endividamento ou obrigação já existente, ou dividas entre empresas do mesmo grupo que não afetem o Limite Máximo de Endividamento), que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Liquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma, seja superior a 5,5 ("Limite Máximo de Endividamento");

(ii) distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, em qualquer caso pela Companhia, que implique que o quociente da divisão entre a Dívida Liquida e o EBITDA (em ambos os casos relacionados aos quatro últimos trimestres, conforme demonstração financeira trimestral ou anual consolidada da Companhia), computados em base pro forma e após dar efeito a tal distribuição, seja superior a 4,0 ("Limite Gerencial de Endividamento");

(iii) redução do capital social da JBS, da JBS USA e/ou de qualquer de suas respectivas Controladas, que, se efetivada, e após dar efeito a tal redução, faria com que fosse ultrapassado o Limite Gerencial de Endividamento. Ficam excetuadas dessa restrição as Controladas cujo capital social

seja, direta ou indiretamente, detido pela JBS em percentual igual ou superior a 99% ("Controladas Isentas");

(iv) propositura de plano de recuperação extrajudicial, requerimento de recuperação judicial ou de falência pela JBS ou pela JBS USA;

(v) liquidação ou dissolução da JBS, da JBS USA ou de qualquer de suas Controladas (exceto as Controladas Isentas);

(vi) redução do dividendo obrigatório da JBS;

(vii) alteração do artigo 33 do estatuto social da JBS, de forma que o Conselho Fiscal passe a funcionar de modo não-permanente ou qualquer alteração do estatuto social da JBS referente ao objeto social (que tenha por objetivo mudança substancial nos negócios desenvolvidos pela JBS), ou outras alterações que entrem em conflito com quaisquer disposições deste Acordo de Acionistas BNDESPAR;

(viii) transformação, fusão, cisão, incorporação, inclusive de ações, ou quaisquer outros atos de reorganização societária envolvendo a JBS, a JBS USA e suas Controladas (exceto (a) operações entre Controladas Isentas, ou (b) em operações entre (i) a JBS ou a JBS USA e (ii) quaisquer de suas Controladas Isentas), inclusive através da realização de permuta, de dação em pagamento mediante a utilização de ações ou de cessão de direitos de subscrição de ações;

(ix) qualquer operação entre a JBS e/ou suas Controladas, de um lado, e quaisquer partes relacionadas a JBS, de outro lado, em montante superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por período de 12 (doze) meses, em conjunto ou individualmente consideradas;

(x) alienação ou oneração, pela JBS e/ou suas Controladas, de bens do ativo não circulante que, isolada ou cumulativamente, tenham, em período de 12 (doze) meses, valor superior a 10% (dez por cento) do ativo total da Companhia (coluna 'controladora', ou seja, não-consolidado), apurado com base no mais recente ITR ou DFP;

(xi) aprovação do orçamento anual da JBS e/ou de suas Controladas caso este preveja aumento da relação entre dívida liquida e o EBITDA para valor superior ao Limite Gerencial de Endividamento;

(xii) investimentos de capital, em conjunto ou individualmente considerados, não contemplados no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que, se realizados, ultrapassariam o Limite Gerencial de Endividamento;

(xiii) cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou da JBS USA, conforme aplicável, ou redução do nível de listagem da Companhia na BM&FBOVESPA; ou ainda (B) a criação de espécie ou classe de ação na JBS USA com direitos políticos ou patrimoniais diferenciados (incluindo, sem limitação, ações preferenciais);

(xiv) qualquer operação de aquisição pela JBS ou por suas Controladas de (a) participações societárias que seriam consideradas investimentos relevantes para a JBS (mesmo que adquiridas por qualquer Controlada), conforme definidos na legislação aplicável, não contemplada no plano de negócios ou orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da JBS ou (b) itens do ativo não circulante, que, se realizada, ultrapassaria o Limite Gerencial de Endividamento; e

(xv) constituição de ônus reais ou prestação de garantias pela JBS e/ou qualquer de suas Controladas para garantir obrigações de terceiros, exceto obrigações da JBS e/ou de qualquer de suas Controladas, em valor individual inferior a R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores. Durante a vigência do Acordo de Acionistas BNDESPAR, e enquanto continuar sendo um acionista elegível (nos termos de referido Acordo de Acionistas BNDESPAR), a acionista BNDESPAR terá direito à eleição e manutenção de 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia; observado, entretanto, que enquanto BNDESPAR for titular, direta ou indiretamente, de participação acima de 20% (vinte por cento) do capital total e votante da Companhia, a acionista BNDESPAR terá direito à eleição e manutenção de 2 (dois) membros do Conselho de Administração da Companhia.

Ainda, a qualquer momento durante a vigência do Acordo de Acionistas BNDESPAR, a acionista BNDESPAR terá o direito de, mediante carta protocolada endereçada ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia informando-o de sua intenção, convocar uma reunião especial do Conselho de Administração

para deliberar a respeito da criação e instalação de comitês na JBS, em especial do comitê financeiro e de gestão de riscos e do comitê de sustentabilidade, sendo certo que tais comitês deverão atuar como órgãos auxiliares e sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo os integrantes de cada comitê indicados pelo Conselho de Administração dentre os membros da administração da Companhia e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia. A BNDESPAR terá o direito de indicar 1 (um) membro para o comitê financeiro e de gestão de riscos e 1 (um) membro para o comitê de sustentabilidade da Companhia, conforme estes venham a ser criados pelo Conselho de Administração.

Durante a vigência do Acordo de Acionistas BNDESPAR, e enquanto continuar sendo um acionista elegível (nos termos de referido Acordo de Acionistas), a acionista BNDESPAR terá direito à eleição e manutenção de 1 (um) membro do Conselho Fiscal da Companhia.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las. As ações vinculadas ao Acordo de Acionistas BNDESPAR, bem como os direitos de subscrição, detidos a qualquer tempo por qualquer parte de tal acordo, poderão ser livremente transferidas, direta ou indiretamente.

(g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração. Vide item 12.4(b) acima.

B. Acordo de Acionistas com PROT

Segue abaixo uma descrição do acordo de acionistas com celebrado pelos acionistas controladores da Companhia com o PROT. Referido acordo de acionistas tem por objeto regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Companhia, única e exclusivamente no que se refere ao exercício do voto entre as partes em certa deliberação social da Companhia relativa à eleição de um membro de administração, conforme o disposto na Cláusula III do acordo de acionistas.

(a) Partes. J&F Participações S.A., ZMF Fundo de Investimento em Participações e PROT – Fundo de Investimento em Participações. Atualmente, tendo em vista a reorganização societária da Companhia ocorrida em dezembro de 2009, descrita no item 6.5 deste Formulário de Referência, a FB sucedeu a J&F e a ZMF em seus direitos e obrigações oriundos deste acordo de acionistas.

(b) Data de Celebração. 26 de janeiro de 2010.

(c) Prazo de Vigência. O acordo de acionistas com o PROT perderá sua validade no último minuto anterior ao início da próxima Assembléia Geral Ordinária do ano de 2011, que elegerá os membros do Conselho de Administração. O acordo de acionistas com o PROT poderá ser prorrogado sucessivamente, a exclusivo critério dos acionistas controladores da Companhia, pelo prazo adicional de 1 (um) ano. Destaca-se que o acordo de acionistas com o PROT é regido por lei brasileira. Quaisquer controvérsias relacionadas a tal acordo serão dirimidas em caráter definitivo de acordo com o procedimento previsto no Regulamento da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle. Em relação ao exercício do direito de voto, vide item “e” abaixo. Não há cláusula relativa ao exercício de poder de controle da Companhia.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores. Durante a vigência do acordo de acionistas com o PROT, os acionistas controladores da Companhia são obrigados a execer seus direitos de voto nas assembléias gerais de acionistas da Companhia de forma a eleger 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia, a ser escolhido dentre um dos nomes de uma lista tríplice, a ser fornecida pelo FIP, anteriormente à realização de referida assembléia, da qual constará, na ordem do dia, a eleição de membros para o Conselho de Administração.

Caso o PROT não envie a referida lista tríplice no prazo indicado acima, os acionistas controladores da Companhia poderão eleger, na assembléia geral de acionistas da Companhia do mesmo ano, todos os membros do Conselho de Administração a que têm direito.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las. Não aplicável.

(g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração. Não aplicável.

15.6. Indicação das alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia:

Seguem abaixo breves descrições das alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia para os 3 últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente:

Em 23 de dezembro de 2009 os antigos controladores da Companhia, J&F e ZMF, contribuíram a totalidade das 632.781.603 e 87.903.348 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por cada acionista, respectivamente, em aumento de capital da FB, atual acionista controladora da Companhia (conforme item 15.1 acima).

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia concluiu um processo de associação com o Grupo Bertin, através de uma reorganização societária que, após a prévia incorporação da totalidade das 28.636.178 ações de emissão do Bertin pela Companhia, em 29 de dezembro de 2009, resultou na incorporação do Bertin pela Companhia. Os acionistas controladores do Bertin contribuíram a totalidade das 679.182.067 ações da Companhia que tais acionistas receberam em virtude da incorporação de ações acima mencionada em aumento de capital da FB, no valor total de R$ 4.949.046.230,13, mediante a emissão de 2.334.370.128 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da FB.

15.7. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"PROT"	PROT – Fundo de Investimento em Participações
"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

A Lei das S.A. proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia deve analisar, aprovar ou ratificar qualquer transação com parte relacionada. Todos os conselheiros, diretores e empregados da Companhia deverão informar ao Conselho de Administração qualquer transação com parte relacionada antes de celebrar a transação.

Segundo o regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas Controladas e Coligadas, administradores, acionistas controladores, e, ainda, entre a Companhia e sociedades Controladas e Coligadas de seus administradores e dos acionistas controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$200 mil, ou valor igual ou superior a 1,0% sobre o patrimônio líquido, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007 assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

16.2. Adicionalmente, tais operações com partes relacionadas (i) não impactam atualmente ou impactarão futuramente os nossos resultados operacionais e situação financeira de forma negativa; e (ii) são celebradas em condições semelhantes às praticadas com terceiros. Informações, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos 3 últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente:

Para determinar a relação das partes dos contratos abaixo indicados, vide seção 8.1 acima.

Locação de Imóvel

A Companhia loca partes ideais do prédio em que está localizado o seu escritório administrativo para a J&F Participação Financeira Ltda., Flora, JBS Banco e JBS Agropecuária Ltda., pelo prazo de 10 anos contados a partir de 31 de dezembro de 2006. O valor total do aluguel é de R$77 mil por mês, sendo tal valor dividido *pro rata* entre os locatários em função da área ocupada por cada um. No aluguel cobrado das locatárias incluem-se valores referentes a (i) aluguel do espaço físico com toda a sua infra-estrutura operacional já instalada; (ii) condomínio conforme área de uso; (iii) serviços de conservação e limpeza das instalações comuns; (iv) gastos com manutenção das áreas comuns; (v) consumo mensal de energia elétrica; (vi) seguro; (vii) material de expediente; (viii) correio, periódicos, jornais e comunicações; (ix) impostos e taxas; e (x) demais gastos necessários à fiel manutenção, segurança e preservação do imóvel. A multa por rescisão antecipada do contrato será de 50% (cinquenta por cento) do valor referente a um ano de locação e demais encargos.

Prestação de Serviços

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia celebrou um contrato de prestação de serviços de natureza financeira, jurídica, administrativa, de controladoria, de tecnologia da informação e de recursos humanos para a Flora, J&F Participações, JBS Asset e JBS Agropecuária Ltda., pelo prazo de 10 anos. O valor desse contrato é variável baseado na participação individual de cada empresa no custo total da folha de pagamento das referidas empresas conjuntamente consideradas, sendo a remuneração paga mensalmente de (i)

R$11.369,64, pela J&F Participações, (ii) R$280.143,23 pela Flora, (iii) R$35.663,51 pela J&F Administradora de Recursos, e (iv) R$9.626,84 pela J&F Agropecuária Ltda.. Não há garantias ou seguros prestados pela Companhia, e o contrato poderá ser rescindido mediante notificação por escrito com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Transporte

A Companhia presta serviços de transporte de gado bovino para a JBS Agropecuária Ltda., que possui 4 propriedades rurais para a criação de gado bovino e que, em decorrência da sua atividade, necessita transportar o gado bovino entre tais propriedades. Em 31 de dezembro de 2006 a Companhia celebrou com a JBS Agropecuária contrato de transporte bovino por prazo indeterminado, segundo o qual o transporte de gado bovino por parte da Companhia à JBS Agropecuária será realizado conforme valor de mercado cotado no dia da negociação e terá suas condições definidas nos pedidos de compra a serem emitidos por ocasião de cada operação. A JBS Agropecuária poderá promover a resilição do contrato desde que notifique a Companhia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Nos termos do contrato, a Companhia é responsável por quaisquer indenizações em decorrência de danos ou prejuízos causados à JBS Agropecuária, contratando seguro próprio e específico tendo em vista as características próprias do referido transporte.

Matéria-Prima

A Companhia fornece regularmente sebo bovino para a Flora. Em 31 de dezembro de 2006 a Companhia celebrou com a Flora contrato de fornecimento do sebo bovino por prazo indeterminado, segundo o qual o valor a ser pago à JBS será calculado de acordo com o valor de mercado cotado no dia da negociação e terá suas condições definidas nos pedidos de compra a serem emitidos por ocasião de cada operação. Não há garantias ou seguros prestados pela Companhia, e a Flora poderá promover a resilição do contrato desde que notifique a Companhia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Aquisição de Gado

A Companhia adquire gado periodicamente da JBS Agropecuária Ltda. para abate a preços e condições regulares de mercado, na respectiva região. Em 31 de dezembro de 2006 a Companhia celebrou com a JBS Agropecuária contrato de compra e venda de gado por prazo indeterminado, tendo como referência os preços divulgados no Boletim Diário do CEPEA - Centro de Estudos Avançados de Economia Aplicada da ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz e suas condições definidas nos pedidos de compra a serem emitidos por ocasião de cada operação. Não há garantias ou seguros prestados pela Companhia, e a Companhia poderá promover a resilição do contrato desde que notifique a JBS Agropecuária com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Garantia da dívida da Companhia

A JBS USA em conjunto com suas subsidiárias, JBS USA, LLC e Swift Beef Company, garantem, de forma quirografária, US$300 milhões das Notas 2016 emitidas pela Companhia, em consequência de compromisso contido na escritura de emissão que rege tais notas. Outras subsidiárias da JBS USA poderão ser obrigadas a garantir essas notas da Companhia. Para informações acerca das taxas de juros e prazo da operação referente às Notas 2016 emitidas pela Companhia, vide seção 7.8 deste Formulário de Referência.

Contrato de compra e venda com a JBS USA

Em 21 de dezembro de 2009, a Companhia e a JBS USA celebraram um contrato de compra e venda nos termos do qual a JBS USA concordou emitir e vender de 20% a 25% das ações ordinárias da JBS USA à Companhia por um preço de compra total de US$2.0 bilhões. A porcentagem de ações ordinárias a serem emitidas e vendidas será igual a US$2.0 bilhões dividida pela avaliação de patrimônio em dólares norte-americanos da JBS USA, com base no número de ações em circulação imediatamente antes da abertura de capital da JBS USA (o "IPO da JBS USA"), porém calculada com base no preço por ação do IPO da JBS USA, multiplicada por 100. Como resultado desse contrato de compra e venda, a Companhia deterá participação de 20% a 25% da JBS USA, e a participação restante será mantida pela Companhia indiretamente por meio da JBS Hungary Holdings Kft.

Empréstimos entre empresas do mesmo grupo devidos pela JBS USA

Em 29 de março de 2009, a JBS USA devia um total de US$658,6 milhões por vários empréstimos entre empresas do mesmo grupo da Companhia, doravante designada JBS HU Liquidity Management LLC (Hungria), subsidiária integral indireta da Companhia. O produto desses empréstimos entre empresas do

mesmo grupo foi destinado ao custeio das operações da JBS USA e à aquisição da Tasman e à aquisição da JBS Packerland. Em 27 de abril de 2009, os contratos de empréstimo entre empresas do mesmo grupo foram consolidados em um único contrato de empréstimo e as datas de vencimento do valor principal dos empréstimos entre empresas do mesmo grupo foram prorrogadas para 18 de abril de 2019, e a taxa de juros foi alterada para 12% ao ano. O produto líquido da oferta e venda das Notas 2014 (menos US$100 milhões) foi aplicado na amortização de juros acumulados e de parcela do principal sobre esses empréstimos entre empresas do mesmo grupo. Em 27 de dezembro de 2009 o saldo desses empréstimos era de aproximadamente US$ 89,1 milhões. Além disso, a JBS USA firmou um contrato de empréstimo a prazo entre empresas do mesmo grupo no valor principal total de US$6 milhões nos mesmos termos do contrato de empréstimo entre empresas do mesmo grupo consolidado. Não há garantias ou seguros relacionados a estes contratos.

Acordos com a J&F Oklahoma

Contrato de fornecimento e alimentação de gado

A Five Rivers é parte de contrato de fornecimento e alimentação de gado com uma afiliada da JBS USA, a J&F Oklahoma. A J&F Oklahoma é subsidiária integral da J&F, detida em partes iguais pelo Sr. José Batista Sobrinho (fundador da Companhia) e seus seis filhos. De acordo com o contrato, a Five Rivers alimenta e cuida do gado de propriedade da J&F Oklahoma. A J&F Oklahoma paga à Five Rivers o custo de alimentos e medicamentos pelo custo acrescido de taxa de uso de curral por cabeça por dia. Com início em 23 de junho de 2009 ou data anterior na qual os confinamentos de gado da Five Rivers estiverem com ocupação de pelo menos 85% e encerramento em 23 de outubro de 2011, a J&F Oklahoma se compromete a manter gado suficiente nos confinamentos da Five Rivers de forma que os confinamentos apresentem a todo tempo ocupação de gado de pelo menos 85% da sua capacidade. O contrato começou a vigorar em 23 de outubro de 2008 e continuará até o último lote de gado dos confinamentos da Five Rivers, em 23 de outubro de 2011, a ser transportado para a J&F Oklahoma, frigorífico ou outro terceiro. Não há garantias ou seguros relacionados ao presente contrato.

Contrato de compra e venda de gado

A JBS USA, LLC é parte no contrato de compra e venda de gado com a J&F Oklahoma. Nos termos desse contrato, a J&F Oklahoma se compromete a vender à JBS USA, LLC, e a JBS USA, LLC se compromete a comprar da J&F Oklahoma, pelo menos 500.000 cabeças de gado em cada ano do período de 2009 a 2011. O preço pago pela JBS USA, LLC é determinado de acordo com a grade de preços da JBS USA, LLC vigente na data de entrega. A grade utilizada para a J&F Oklahoma é idêntica a grade usada para terceiros não relacionados. Caso o gado vendido pela J&F Oklahoma em certo trimestre resulte em perda de ponto de equilíbrio (preço de venda abaixo do custo acumulado para aquisição do animal para ceva e engorda até o peso de entrega), a JBS USA, LLC reembolsará 40% da perda de ponto de equilíbrio média por cabeça incorrida pela J&F Oklahoma em até 125.000 cabeças entregues à JBS USA, LLC naquele trimestre. Caso o gado vendido pela J&F Oklahoma em certo trimestre resulte em ganho de ponto de equilíbrio (preço de venda acima do custo do para aquisição do animal para ceva e engorda até o peso de entrega), a JBS USA, LLC receberá da J&F Oklahoma valor em dinheiro igual a 40% do ganho por cabeça em até 125.000 cabeças entregues à JBS USA, LLC naquele trimestre. Não há garantias ou seguros relacionados ao presente contrato.

Garantia da linha de crédito rotativo da J&F Oklahoma

A J&F Oklahoma tem linha de crédito rotativo garantido de US$600 milhões com um banco comercial. Sua controladora, a J&F, firmou contrato de filiação com a J&F Oklahoma por meio do qual realizará contribuições para a J&F Oklahoma se a J&F Oklahoma não estiver observando seus compromissos financeiros previstos nessa linha de crédito. Caso a J&F Oklahoma incorra em inadimplência com suas obrigações previstas nessa linha de crédito e o inadimplemento não seja sanado pela J&F nos termos do contrato de filiação, a Five Rivers ficará obrigada a pagar US$250 milhões das obrigações nos termos da linha de crédito. Essa linha de crédito está disponível para empréstimos rotativos e cartas de crédito. Empréstimos tomados nos termos dessa linha de crédito incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% ou taxa básica acrescida de 1,00%, sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. Taxas de compromisso de 0,45% ao ano incidem sobre compromissos novos. Essa linha de crédito tem vencimento em 7 de outubro de 2011. Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e da Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da Five Rivers de acordo com contrato de fornecimento e alimentação de gado descrito acima. O gado é vendido à JBS USA, LLC de acordo com o contrato de compra e venda de gado descrito acima. Não há garantias ou seguros relacionados ao presente contrato.

Linha de crédito para a J&F Oklahoma

A Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a Five Rivers se comprometeu a conceder até US$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais para serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para acabamento. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% ou taxa básica acrescida de 1,00%, sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. O vencimento da linha de crédito é em 7 de outubro de 2011. No período de 23 de outubro de 2008 (quando a Five Rivers foi adquirida) a 28 de dezembro de 2008, a média de empréstimos perfazia aproximadamente US$131 milhões e os juros totais acumulados eram de aproximadamente US$663 mil tendo sido reconhecidos na receita de juros na demonstração do resultado. Não há garantias ou seguros relacionados ao presente contrato. Em 27 de dezembro de 2009, o saldo em aberto dessa linha de crédito era de US$160,5 milhões.

Segue abaixo tabela com informações acerca de transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia e que tenham sido celebradas nos últimos 3 exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente:

a) Nome das Partes Relacionadas	b) Relação Das Partes com a Companhia	c) Data da Transação (*)	d) Objeto do Contrato	e) Montante Envolvido (**)	f (i) Saldo Existente			f (ii) Saldo Existente do Mútuo			g) Montante correpondente ao ineresse de tal parte (**)	h) Garantias e Seguros	i) Duração (***)	j) Condições de Rescisão ou Extinção	k) Dívidas	
					31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007					i. Natureza e Razões	ii. Taxa de Juros
Mouran Alimentos Ltda.	Subsidiárias diretas	21.5.2007	mútuo	R$ 20 milhões	-	-	-	11,5	5,7	-	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	1% ao ano mais CDI
JBS Confinamento Ltda.	Subsidiárias diretas	1.04.2008	mútuo	R$ 100 milhões	(4,5)	0,2	-	76,0	15,0	-	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	4% ao ano mais CDI
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	Subsidiárias diretas	16.8.2009	mútuo	R$ 40 milhões	(0,5)	(2,7)	(1,9)	49,0	57,3	69,7	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	1% ao ano mais CDI
JBS Global A/S (Dinamarca)	Subsidiárias diretas	relação contínua	mútuo	N/A	-	-	-	-	(0,5)	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
JBS USA, Inc	Subsidiárias diretas	abr/08	mútuo	USD 750 milhões	-	-	-	-	1.580,3	-	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	3% ao ano mais LIBOR 6 meses
Inalca JBS S.p.A	Subsidiárias diretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	3,5	6,8	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	Subsidiárias diretas	8.5.2009	mútuo	USD 519,5 milhões	-	-	-	(941,6)	-	-	N/A	não há	12 meses	não pagamento	capital de giro	4.5% ao ano
JBS Global Beef Company Lda.	Subsidiárias indiretas	7.10.2009	mútuo	USD 200 mil	0,0	-	-	(40,9)	(54,9)	(41,6)	N/A	não há	indeterminado	não pagamento	capital de giro	N/A
JBS Global (UK) Limited	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	21,9	24,6	11,6	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Friboi Egypt Company L.L.C	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	-	-	8,7	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
JBS Argentina S.A.	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	(2,3)	(0,7)	(0,6)	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
The Tupman Thurlow Co.	Subsidiárias indiretas	27.06.2008	mútuo	USD 9,5 milhões	4,4	33,5	25,3	13,9	18,5	-	N/A	não há	12 meses	não pagamento	capital de giro	3% ao ano mais LIBOR 6 meses
Global Beef Trading SU Lda.	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	0,5	-	0,6	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Beef Snacks Brasil Ind.Com. Ltda.	Subsidiárias indiretas	24.1.2008	mútuo	R$ 80 milhões	0,0	0,0	0,7	74,4	72,1	22,1	N/A	não há	indeterminado	não pagamento	capital de giro	CDI + 4% ao ano
Beef Snacks International BV	Subsidiárias indiretas	relação contínua	mútuo	N/A	-	-	-	3,6	4,5	10,1	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	N/A
JBS HU Ltd	Subsidiárias indiretas	relação contínua	mútuo	N/A	-	-	-	(90,1)	-	-	N/A	não há	36 meses	não pagamento	capital de giro	N/A
Marr Russia L.L.C	Subsidiárias indiretas	19.8.2008	mútuo	USD 2 milhões	1,7	-	-	-	2,9	-	N/A	não há	12 meses	inadimplemento	N/A	3% ao ano mais LIBOR 4 meses
SARL Inalca Algerie	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	-	0,1	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Frimo S.A.M.	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	-	(0,0)	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Australia Meat	Subsidiárias indiretas	relação contínua	fornecimento de carne	N/A	(1,1)	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
S/A fabrica de prod. alimenticios vigor	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	mútuo	N/A	-	-	-	(278,2)	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Cia Leco de Prod. Alimenticios	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	2,2	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Cascavel Couros ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de couro	N/A	(117,9)	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Novaprom Food Ingredients Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,9	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A

a) Nome das Partes Relacionadas	b) Relação Das Partes com a Companhia	c) Data da Transação (*)	d) Objeto do Contrato	e) Montante Envolvido (**)	f (i) Saldo Existente			f (ii) Saldo Existente do Mútuo			g) Montante correpondente ao ineresse de tal parte (**)	h) Garantias e Seguros	i) Duração (***)	j) Condições de Rescisão ou Extinção	k) Dívidas	
					31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007					i. Natureza e Razões	ii. Taxa de Juros
Biolins Energia Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	34,4	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Heber Participações S/A	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Bracol Holding Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	56,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Sampco Inc.	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de produtos	N/A	30,5	-	-	12,0	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Newdrop Química Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	compra de produto	N/A	(0,7)	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Bsb Produtora de Epi Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	3,3	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Brasil Central Energia S/A	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Gaia Energia e Participações S/A	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
São Fernando Açúcar e Álcool Ltda	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Curuá Energia S/A	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Apucarana Comercializadora	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	0,0	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Frigorífico Canelones S/A	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	compra de produto	N/A	(0,5)	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Wonder Best Holding Company	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	10,9	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Trump Asia Entreprise Ltd	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	fornecimento de matéria prima	N/A	6,4	-	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Bertin Paraguay	Subsidiárias Incorporadas	relação contínua	mútuo	N/A	-	-	-	3,7	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
JBS Agropecuária Ltda.	Outras Empresas ligadas	31.12.2006	compra de gado	N/A	(2,3)	(7,4)	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	Outras Empresas ligadas	31.12.2006	fornecimento de matéria prima	N/A	5,1	1,7	-	-	-	-	N/A	não há	indeterminado	inadimplemento	N/A	N/A
Total					**52,0**	**56,2**	**44,3**	**(1.106,9)**	**1.700,9**	**60,3**						

(*)Nos casos em que não há uma data especificada, trata-se de relacionamento comercial contínuo entre as partes, com fornecimento ou compra regular, celebrado através de contrato oral e pedidos de compra ou venda.

(**) Há diversos contratos comerciais e de crédito, que são celebrados oralmente. Por se tratar de contratos orais cuja formalização ocorre através de pedidos de compra, venda ou crédito regular, não é possível auferir os montantes globais envolvidos nem os montantes correspondentes ao interesse das partes relacionadas no negócio.

(***) Nos contratos orais, o prazo é indeterminado.

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório:

O Conselho de Administração da Companhia deve analisar, aprovar ou ratificar qualquer transação com parte relacionada. Todos os conselheiros, diretores e empregados da Companhia deverão informar ao Conselho de Administração qualquer transação com parte relacionada antes de celebrar a transação.

A intenção da Companhia é de assegurar que todas as futuras operações entre a Companhia e seus diretores, conselheiros e principais acionistas e suas afiliadas sejam aprovadas pelo Conselho de Administração e apresentem termos tão favoráveis à Companhia como os que ela poderia obter de terceiros não afiliados.

A Companhia celebra transações de compras de matéria-prima, materiais e produtos para revenda, assim como vende produtos para subsidiárias, em condições idênticas às de mercado como se realizadas com empresas terceiras. Os resultados não realizados (lucros nos estoques) são eliminados na consolidação das demonstrações contábeis. Ressalta-se que os processos, preços, prazos e demais condições são auditados, por amostragem, pelos auditores independentes da Companhia, inclusive no que diz respeito ao cálculo de preços de transferência (*transfer pricing*). Adicionalmente, cada operação realizada permite que a Companhia (quando na ponta credora ou fornecedora do produto ou matéria prima) aufira uma margem de lucro.

Dentre as operações entre partes relacionadas de maior monta, ressalta-se a compra de gado pela Companhia da JBS Agropecuária Ltda. para abate. Tais compras são realizadas a preços e condições regulares de mercado, na respectiva região pois toma como referência os preços vigentes no mercado e praticado com outros fornecedores que não têm quaisquer vínculos com a Companhia. A quantidade de gado fornecido pela JBS Agropecuaria é irrelevante dentro do volume consumido pela JBS.

Maiores informações acerca das taxas de juros praticadas nas operações entre partes relacionadas encontram-se na tabela da seção 16.2 acima.

17. CAPITAL SOCIAL

17.1. Informações sobre o capital social:

Conforme a tabela abaixo, na data deste Formulário de Referência, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 16.483,5 milhões, dividido em 2.367.471.476 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, conforme alterado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2009, por deliberação do conselho de administração, o capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de até 3.000.000.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária (a adoção do regime de capital autorizado pela Companhia foi aprovada pelo acionistas em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 2 de janeiro de 2007, e a última data de alteração do capital autorizado foi 29 de dezembro de 2009). Os acionistas da Companhia deverão aprovar em assembleia geral qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía 43.990.100 ações em tesouraria.

Espécie das ações	Quantidade de ações	a) Capital Emitido (R$ milhões)	b) Capital Subscrito (R$ milhões)	c) Capital Integralizado (R$ milhões)	d) Prazo para Integralização	e) Capital Autorizado (quantidade de ações)
Ordinárias	2.367.471.476	16.483,5	16.483,5	16.483,5	--	3.000.000.000

Em 29 de dezembro de 2009, no âmbito da Operação BNDESPAR, a Companhia emitiu as Debêntures Conversíveis. Para maiores informações acerca das Debêntures Conversíveis, inclusive no que se refere às hipóteses de conversão em ações de emissão da Companhia, vide seção 18.5 deste Formulário de Referência.

17.2. Aumento de Capital Social da Companhia: (a) data da deliberação; (b) órgão que deliberou o aumento; (c) data da emissão; (d) valor total do aumento; (e) quantidade de valores mobiliários emitidos, separados por classe e espécie; (f) preço de emissão; (g) forma de integralização: (i) dinheiro; (ii) se bens, descrição dos bens; (iii) se direitos, descrição dos direitos; (h) critério utilizado para determinação do valor de emissão (art. 170, § 1º, da Lei nº 6.404, de 1976); (i) indicação se a subscrição foi particular ou pública; (j) percentual que o aumento representa em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital:

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2007, e no âmbito da distribuição pública primária de ações de emissão da Companhia, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no valor total de R$ 39,2 milhões, mediante a emissão, em 28 de março de 2007, de 150 milhões de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 8,00 por ação, nos termos do Artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. O aumento de capital, realizado dentro do limite do capital autorizado por meio de subscrição pública, foi integralizado em moeda corrente nacional. Dessa forma, o capital social da Companhia passou para R$ 91,7 milhões, representado por 850 milhões ações ordinárias. O preço de emissão das ações foi determinado por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta ("Procedimento de *Bookbuilding*"), e o percentual que o aumento representou ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital foi de 74,7%.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia, no valor de R$ 1,9 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada, de 227.400.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralizadas em moeda corrente nacional ao preço de emissão de R$ 8,1523 por ação. O preço de emissão das ações foi determinado com base na média das cotações de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, apuradas nos pregões da BM&FBOVESPA no período de 20 de abril de 2007 até 1º de junho de 2007, inclusive, acrescido do ágio de R$ 0,50 (cinquenta centavos) por ação, ou seja, totalizando o preço de emissão de R$ 8,1523 (oito reais vírgula um cinco dois três) por ação, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, o capital social da Companhia passou para R$ 1,9 bilhão, representado por 1.077.400.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O percentual que o aumento representou ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital foi de 2.020,6%.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 2,6 bilhões, mediante a emissão, para subscrição pública, de 360.678.926 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. O preço único de emissão de cada uma das novas ações ordinárias é de R$ 7,07 (sete reais e sete centavos) por ação, determinado com base na média ponderada por volume de negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, apuradas nos 120 (cento e vinte) pregões da BM&FBOVESPA compreendidos no período entre 16 de agosto de 2007 e 15 de fevereiro de 2008, inclusive, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, o capital social da Companhia passou para R$ 4,5 bilhões, representado por 1.438.078.926 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O percentual que o aumento representou ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital foi de 131,1%.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2009, os acionistas da companhia aprovaram a o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 12,0 bilhões mediante incorporação de 929.392.550 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Bertin ao patrimônio da JBS S.A ao preço de emissão de R$ 12,89870808. Dessa forma, o capital social da Companhia passou para R$ 16,5 bilhões, representado por 2.367.471.476 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão das ações foi determinado em consonância com o §1º do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações, e o percentual que o aumentou representou ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital foi de 266,7%.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos aumentos de capital descritos acima:

Data da Deliberação	Órgão Deliberador	Data da Emissão	Valor Total do Aumento (mil reais)	Ações Emitidas (unidades)	Preço de Emissão (Reais)	Forma de Integralização	Critério para Determinação do Preço de Emissão	Subscrição Pública ou Particular	% do Aumento em relação ao capital anterior
27.03.2007	RCA	28.03.2007	R$ 39.224,0	150.000.000	R$ 8,00000	Moeda corrente nacional	Procedimento de Bookbuilding	Pública	74,7%
29.06.2007	AGE	29.06.2007	R$ 1.853.833,0	227.400.000	R$ 8,15230	Moeda corrente nacional	De acordo com o §1º, III do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações	Particular	2.020,6%
11.04.2008	AGE	11.04.2008	R$ 2.550.000,0	360.678.926	R$ 7,07000	Moeda corrente nacional	De acordo com o §1º, III do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações	Particular	131,1%
29.12.2009	AGE	29.12.2009	R$ 11.987.963,0	929.392.550	R$ 12,89871	Ações do Bertin S.A.	De acordo com o §1º do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações	Incorporação de Empresas	266,7%

17.3. Em relação aos desdobramentos, grupamentos e bonificações, informar: (a) data da deliberação; (b) quantidade das ações antes da aprovação, separadas por classe e espécie; (c) quantidade de ações depois da aprovação, separadas por classe e espécie:

Todas as ações de emissão da Companhia são ordinárias.

Desdobramento

Data da deliberação	Quantidade de ações antes da aprovação	Quantidade de ações depois da aprovação
02.01.2007	52.523.990	350.000.000
07.03.2007	350.000.000	700.000.000

Grupamentos e bonificações

Até a presente data, não houve qualquer grupamento ou bonificação de ações da Companhia.

17.4. Em relação às reduções de capital da Companhia, indicar: (a) data da deliberação; (b) data da redução; (c) Valor total da redução; (d) quantidade de ações canceladas pela redução, separadas por classe e espécie; (e) valor restituído por ação; (f) forma de restituição: - se em bens, descrição dos bens; (g) percentual que a redução representa em relação ao capital social imediatamente anterior à redução de capital; e (h) razão para a redução:

Não houve redução de capital da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007. Até a data deste Formulário de Referência, não houve redução do capital da Companhia no exercício social corrente.

17.5. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Práticas de Governança Corporativa e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O accountability, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Novo Mercado

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de ações do capital da Companhia em circulação; (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais; e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos ou com base na legislação societária brasileira, neste caso acompanhadas de nota explicativa que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões de contabilidade internacionalmente aceitos, evidenciando as principais diferenças, e do parecer dos auditores independentes. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Dentre outros requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destaca-se: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de em qualquer distribuição pública de ações a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, BACEN e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.1. Descrição dos direitos de cada classe e espécie de ação emitida:

a. Direito a dividendos:

De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia (todas elas ordinárias) direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições relativamente às ditas ações na proporção de suas participações no capital social.

A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em assembleia geral ordinária por maioria de votos de acionistas titulares de ações da Companhia, não se computando os votos em branco, e irá depender de diversos fatores. Dentre estes fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras e outros fatores da Companhia, que o Conselho de Administração e acionistas julguem relevantes.

Nos termos do Estatuto Social, do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento).

Alguns contratos de financiamento celebrados pela Companhia e o Acordo de Acionistas celebrado com o BNDESPAR podem sujeitar a Companhia à restrições no pagamento de dividendos. Para maiores informações a respeito das restrições ao pagamento de dividendos, vide item 3.4(d) deste Formulário de Referência.

b. Direito de voto:

De acordo com o Estatuto Social vigente, a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

c. Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação:

Não há qualquer previsão referente à conversão das ações ordinárias em outra classe ou espécie de ação.

d. Direitos no reembolso de capital:

Direito de Retirada

Qualquer um de acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da Companhia (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia; (iii) mudança do objeto social da Companhia; (iv) fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (v) participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, e em situações específicas, conforme descritas abaixo); (vi) incorporação de ações envolvendo a Companhia nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações por outra sociedade brasileira, de modo a tornar a Companhia uma subsidiária integral de tal outra sociedade brasileira; e (vii) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a cisão da Companhia somente ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar: (i) a mudança do objeto social da Companhia, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do objeto social da Companhia; (ii) a redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos acionistas da Companhia; ou (iii) a participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações).

Caso ocorra: (i) a fusão ou incorporação da Companhia em outra companhia; ou (ii) a participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), os acionistas da Companhia não terão direito de retirada caso as ações tenham as seguintes características: (a) liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM; e (b) dispersão no mercado, de forma que os acionistas controladores da Companhia, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detenham menos da metade das ações da Companhia.

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, os acionistas em Assembleia geral têm o direito de reconsiderar (por maioria dos presentes) qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação do Conselho de Administração no prazo de até 10 (dez) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a estabilidade financeira da Companhia.

No caso de exercício do direito de retirada, os acionistas da Companhia terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no último balanço aprovado pela Assembleia Geral da Companhia. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar, juntamente com o reembolso, o levantamento de balanço especial em data que atenda tal prazo, para avaliação do valor patrimonial de suas ações. Neste caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado pelos acionistas da Companhia, e o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da deliberação da assembleia geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as ações da Companhia podem ser resgatadas mediante determinação de seus acionistas em assembleia geral Extraordinária, representando, no mínimo, 50% das ações da Companhia. O resgate deve ser feito por sorteio, e poderá ser pago com os lucros da Companhia, as reservas de lucro ou reservas de capital.

e. Direito a participação em oferta pública por alienação de controle:

O Regulamento do Novo Mercado, bem como o Estatuto Social da Companhia, estipula que a alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição aos outros acionistas da Companhia, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação de controle da Companhia.

Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador alienante, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública de ações; (ii) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação do controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pela variação positiva do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 meses subseqüentes à aquisição do Controle.

O comprador deve ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do controle.

A oferta pública referida no parágrafo acima também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Por fim, a Companhia não registrará: (i) qualquer transferência de ações para o adquirente do controle, ou para aqueles que vierem a deter o controle, enquanto estes não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores, tal qual definido no Regulamento do Novo Mercado e no seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores. Da mesma forma, o acionista controlador alienante não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores.

f. Restrições à circulação:

Não há restrições estatutárias à circulação das ações de emissão da Companhia.

g. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

(i) direito a participar da distribuição dos lucros;

(ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;

(iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações;

(iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;

(v) direito de votar nas assembleias gerais; e

(vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Ainda no que diz respeito à preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, o Estatuto Social da Companhia dispõe que a Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Assembléia Geral tem alçada para deliberar, por exemplo, sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o que se aprovado poderá acarretar (após atendido todos os procedimentos necessários à efetivação da saída da Companhia do Novo Mercado) redução do escopo da obrigatoriedade de realização de oferta pública de ações por alienação de controle, passando os critérios que definem a obrigatoriedade de realização da oferta pública por alienação de controle ser aquele do artigo 254-A da Lei da Sociedade Anônima e não mais os critérios estabelecidos pelas regras do Novo Mercado.

h. Outras características relevantes:

Não há outras características relevantes.

18.2. Descrição, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Na hipótese do adquirente do poder de controle da Companhia não cumprir com as obrigações de realização de oferta pública de aquisição de ações estabelecidas nos artigos 44 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, até mesmo no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública de aquisição de ações; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o adquirente do poder de controle não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação de realização de oferta pública Tal suspensão do exercício dos direitos do adquirente do controle de Companhia perdurará até que as regras para realização de oferta pública,mencionadas na seção 18.1(e) acima, sejam observadas.

Além da hipótese de transferência do controle da Companhia, mencionada na seção 18.1(e) acima, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada, obrigatoriamente, pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação.

A oferta é aplicável também caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem (i) a saída da Companhia do Novo Mercado para que suas ações passem a ter registro fora do Novo Mercado ou (ii) a reorganização societária da qual as ações da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado. Nessas situações, o cionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Adicionalmente, na hipótese de haver o controle difuso, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser realizada (i) sempre que for aprovado, em Assembléia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, quando será realizada pela própria Companhia, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembléia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública; (ii) sempre que for aprovada, em Assembléia Geral, a saída da Companhia do Novo Mercado, seja por registro para negociação das ações fora do Novo Mercado, seja por reorganização societária, quando deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da respectiva deliberação em Assembléia Geral.

Ainda com relação à hipótese de haver controle difuso, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser realizada quando da saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ocorrer: (i) pelo descumprimento decorra de deliberação em Assembléia Geral, quando deverá ser realizada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento e (ii) pelo descumprimento decorrente de ato ou fato da administração, a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta dirigida a todos os acionistas da Companhia. Caso seja deliberada, em Assembléia Geral, a manutenção do registro de companhia aberta da Companhia, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor dessa deliberação.

Visando a proteção da dispersão da base acionária da Companhia, qualquer acionista adquirente que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do seu capital social deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia.

18.3. Descrição das exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

18.4. Informações de volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais:

	BMFBovespa		
Período de 3 meses encerrado em	**Cotação Mínima (R$)**	**Cotação Máxima (R$)**	**Volume de negociacao(R$)**
31/03/2007	R$6,54	R$7,78	96.897.540,00
30/06/2007	R$7,72	R$8,12	21.859.231,00
30/09/2007	R$8,12	R$8,33	14.699.163,00
31/12/2007	R$5,61	R$5,98	19.010.726,00
31/03/2008	R$6,43	R$7,16	25.992.261,00
30/06/2008	R$8,09	R$8,21	12.927.464,00
30/09/2008	R$4,42	R$4,78	14.763.028,00
31/12/2008	R$4,31	R$4,92	52.857.076,00
31/03/2009	R$5,15	R$5,40	8.160.967,00
30/06/2009	R$6,94	R$7,35	11.764.658,00
30/09/2009	R$9,14	R$9,29	13.441.269,00
31/12/2009	R$9,27	R$9,47	27.495.564,00

Fonte: Economática

18.5. Descrição de outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações, indicando: (a) identificação do valor mobiliário; (b) quantidade; (c) valor; (d) data de emissão; (e) restrições à circulação; (f) conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social; (g) possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate ; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate; (h) quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (I) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (II) juros; (III) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (IV) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (V) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (VI) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato; (i) condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários; e (j) outras características relevantes:

Na data deste Formulário de Referência, os valores mobiliários emitidos pela Companhia, excetuando-se ações, são as Debêntures Conversíveis em ações e com cláusula de permuta da 1ª Emissão da Companhia, emitidas no âmbito da Operação BNDESPAR, descritas no item 6.5 deste Formulário de Referência e os títulos de dívida (*notes*) emitidos e descritos na seção 7.8 deste Formulário de Referência.

(A) Debêntures Conversíveis

As principais características das Debêntures Conversíveis seguem abaixo:

a. identificação do valor mobiliário:

Debêntures escriturais, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, e com cláusula de permuta por certificados de valores mobiliários (*Brazilian depositary receipts*) de nível II ou III patrocinado, representativos de ações ordinárias votantes de emissão da JBS USA, única espécie e classe de ações da JBS USA ("BDRs"), observados os termos e condições estabelecidos na respetiva escritura de emissão, sem emissão de cautelas ou certificados.

b. quantidade:

2.000.000 debêntures.

c. valor:

R$ 3.479.600.000,00.

d. data de emissão:

28 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão").

e. restrições à circulação:

As debêntures não poderão ser objeto de negociação, privada ou pública, pelos debenturistas.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Na ocorrência de um Evento de Liquidez, conforme definido abaixo, cada uma das debêntures será mandatoriamente permutada por BDRs representativos de ações de emissão da JBS USA, objeto de registro e lançamento em programa de BDRs para que tais certificados passem a ser listados na BM&FBOVESPA e a JBS USA seja registrada como companhia emissora de BDRs junto à CVM, nos termos da ICVM 332 e da ICVM 480 (tal registro e lançamento e permuta relacionada, a "Permuta"). O numero de BDRs em que cada debênture será permutada levará em consideração que caso todas as debêntures sejam integralmente subscritas e integralizadas (ou seja, existam 2.000.000 de debêntures), as debêntures deverão ser permutadas por um percentual ajustável ("Percentual") das ações de emissão da JBS USA, em sua base acionária pré-Evento de Liquidez, conforme fórmula abaixo:

Percentual = (US$ 2.000.000.000 / V)*100

V = significa a avaliação da JBS USA por ocasião da oferta realizada no Evento de Liquidez, sem considerar os ingressos de recursos na JBS USA por ocasião do Evento de Liquidez (*pre money valuation* do Evento de Liquidez), calculado conforme abaixo:

V = Ba * Va

Ba = Número de ações da JBS USA imediatamente antes do Evento de Liquidez.

Va = Preço por ação (bruto em relação a quaisquer eventuais comissões, custos ou tributos incidentes) da JBS USA no Evento de Liquidez, conforme determinado na capa do prospecto definitivo relacionado ao Evento de Liquidez.

Caso o resultado do Percentual seja superior a 25%, o mesmo será considerado 25% para os fins da Permuta, e caso o resultado do Percentual seja inferior a 20%, o mesmo será considerado 20% para os fins da Permuta.

A Permuta ocorrerá mandatoriamente em até 30 dias após a data do anúncio, pela Companhia, da realização do Evento de Liquidez, definido abaixo.

Cada uma das Debêntures Conversíveis será, única e exclusivamente nas seguintes hipóteses, convertida em ações de emissão da Companhia: (i) no caso de não-verificação do Evento de Liquidez no prazo estabelecido na escritura, (ii) no caso de não verificação de certos requisitos descritos na escritura, ou (iii) nas hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na escritura. A quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia nas quais as debêntures serão convertidas decorre da divisão entre (a) seu valor nominal unitário, acrescido de um prêmio de 10%; e (b) o preço de conversão determinado com base na média ponderada por volume do preço da ação ordinária de emissão da Companhia em negociação na BM&FBOVESPA sob o código "JBSS3" nos 60 (sessenta) pregões imediatamente anteriores à data da efetiva conversão das Debêntures Conversíveis, média esta ajustada para proventos declarados, limitado a um piso de R$ 6,50 por ação e um teto de R$ 12,50 por ação ("Conversão em Ações"). O Evento de Liquidez deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2010, sendo que a Companhia poderá prorrogar tal prazo até 31 de dezembro de 2011, sujeito ao pagamento de um prêmio de prorrogação no valor de 15% (quinze por cento) sobre o valor nominal unitário da totalidade das debêntures então em circulação. Caso não ocorra o Evento de Liquidez até a data limite e a Companhia não tenha pago o prêmio de prorrogação, as Debêntures Conversíveis serão obrigatoriamente convertidas em ações da Companhia em 31 de janeiro de 2011. Por sua vez, caso tenha havido prorrogação da data limite a o Evento de Liquidez não tenha ocorrido até 31 de janeiro de 2011, as debêntures serão obrigatoriamente convertidas em ações da Companhia em 31 de janeiro de 2012.

Nos termos da escritura de emissão das debêntures, define-se "Evento de Liquidez" como, cumulativamente, a conclusão de uma oferta pública de ações da JBS USA, com colocação primária de no mínimo 50%, seja através de oferta inicial ou de *follow-on*, em montante mínimo equivalente a US$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de dólares norte-americanos), por ocasião da qual a JBS USA (a) torne-se companhia registrada (*reporting company*) na *Securities and Exchange Commission*, (b) tenha ações listadas na New York Stock Exchange ou NASDAQ, (c) tenha *free float* mínimo (excluída potencial participação dos debenturistas) de 15% (quinze por cento) após a oferta pública, e (d) que a integralidade do capital social da JBS USA, na data do Evento de Liquidez, seja composta de ações de uma só espécie e classe, tendo, portanto, os mesmos direitos e vantagens (observado que será permitida a emissão de classe de ações preferenciais com direitos políticos diferenciados, após o Evento de Liquidez, exclusivamente para fins de defesa contra tomada de controle hostil).

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Não há possibilidade de resgate.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 28.12.2069.

Nos termos da respectiva escritura de emissão, na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação assumida pela Companhia na escritura, será observado o disposto nos artigos 39 a 47-A das "Disposições

Aplicáveis aos Contratos do BNDES", aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, conforme alteradas, que estabelecem regras de vencimento antecipado e aplicações de multas em caso de transferência de controle, inadimplemento financeiro e não-financeiro, dentre outras disposições ("Disposições Aplicáveis").

Além das hipóteses previstas nos artigos 39, 40 e 47-A das Disposições Aplicáveis, antes da ocorrência do Evento de Liquidez, o Agente Fiduciário pode declarar antecipadamente vencidas todas as debêntures e exigir o pagamento do saldo das debêntures, sempre na forma da Conversão em Ações ("Vencimento Antecipado") na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

(a) inadimplemento (a) de obrigação de pagamento prevista na escritura não sanado no prazo de 10 (dez) dias contados do prazo previsto ou, na inexistência de prazo, da notificação formulada pelo agente fiduciário, ou (b) de outra obrigação prevista na escritura não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do prazo previsto ou, na inexistência de prazo, da notificação formulada pelo agente fiduciário;

(b) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou de auto-falência formulado pela Companhia ou pela JBS USA ou declaração de falência da Companhia ou da JBS USA, nos termos da legislação aplicável;

(c) dissolução ou liquidação da Companhia ou da JBS USA;

(d) saída da Companhia do Novo Mercado da Bovespa, salvo se aprovado previamente por titulares de debêntures representando a maioria das debêntures em circulação;

(e) incorporação da Companhia ou da JBS USA em outra sociedade (exceto sociedade de que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, o controle acionário), ou a incorporação de suas ações em outra sociedade (exceto sociedade de que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, o controle acionário), ou operação de fusão envolvendo a Companhia ou a JBS USA, salvo se aprovado previamente por titulares de debêntures representando a maioria das debêntures em circulação;

(f) caso, por qualquer razão, a Aquisição Planejada da Pilgrim's Pride não seja liquidada ate 1º de maio de 2010;

(g) caso, por qualquer motivo (exceto por atos de responsabilidade do debenturista), não ocorra a Permuta após o Evento de Liquidez, sendo certo que, nesse caso, a conversão ocorrerá para aqueles Debenturistas que eventualmente não tenham recebido os BDRs a que tinham direito no contexto da Permuta.

ii. Juros

Não aplicável.

iii. Garantia

Não há.

iv. Se o crédito é quirografário ou subordinado

Crédito subordinado.

v. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

Em virtude das características das Debêntures Conversíveis, os titulares das Debêntures Conversíveis ("Debenturistas"), no ato da Permuta, terão direito ao recebimento de dividendos, remunerações de capital, bonificações e quaisquer outros proventos, deduzidos dos tributos eventualmente aplicáveis ("Proventos"), declarados pela JBS USA e distribuídos à Companhia desde a Data de Emissão até a data do efetivo recebimento dos BDRs, proporcionalmente ao número de BDRs decorrentes da Permuta a serem detidos por cada Debenturista. Os Proventos deverão ser pagos aos Debenturistas no ato da Permuta. Caso os dividendos tenham sido pagos pela JBS USA em dinheiro, os Proventos a eles relativos serão pagos aos

Debenturistas em moeda corrente nacional e corrigidos nos termos da escritura de emissão das Debêntures Conversíveis. Caso os dividendos tenham sido pagos em ativos que não em dinheiro, os Proventos a eles relativos serão pagos aos Debenturistas em moeda corrente nacional e corrigidos nos termos da escritura de emissão das Debêntures Conversíveis. Os Proventos em dinheiro eventualmente distribuídos pela JBS USA entre o período da Data de Emissão e a data do efetivo recebimento dos BDRs serão reservados pela Companhia para pagamento e deverão ser pagos atualizados por 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (líquido de impostos aplicáveis à Companhia) desde a data do recebimento pela Companhia de tais Proventos até a data do pagamento.

As ações lastro dos BDRs objeto da Permuta terão direito, em qualquer hipótese, aos respectivos Proventos declarados, mesmo que não pagos, a partir da Data de Emissão, pela JBS USA. Ainda, se necessário, a Companhia obriga-se a ceder tais direitos aos Debenturistas.

Na hipótese de ocorrência da Conversão em Ações, os Debenturistas terão direito ao recebimento dos dividendos declarados pela Companhia após a Conversão em Ações, de maneira integral.

- à alienação de determinados ativos:

- No fim do prazo de até 30 dias para a ocorrência mandatória da Permuta, mencionado no item 18.5 (f) acima, e para fins de assegurar a adequação às exigências estabelecidas pelo Securities Act of 1933, os BDRs deverão ser depositados em uma instituição custodiante, em nome dos Debenturistas, instituição esta que somente disponibilizará os BDRs aos Debenturistas findo o prazo de 195 (cento e noventa e cinco) dias após o Evento de Liquidez. Para tanto, a Companhia firmará, com a interveniência do respectivo agente fiduciário, contrato de depósito e custódia dos BDRs com uma instituição custodiante brasileira por ela escolhida, por meio do qual (i) a instituição se obrigará a manter os BDRs em nome dos Debenturistas, pelo prazo de até 30 dias acima mencionado, sem possibilidade de transferência de titularidade, empréstimo ou qualquer forma de movimentação dos BDRs; (ii) durante a vigência do contrato e nos termos do programa de BDRs, os Debenturistas, então detentores dos BDRs, poderão exercer todos os direitos inerentes aos BDRs (exceto pela alienabilidade), incluindo, mas não se limitando, o direito de voto e de recebimento de Proventos; e (iii) a instituição se obrigará a disponibilizar os BDRs para os Debenturistas no primeiro dia útil após o término do prazo de até 30 dias acima mencionado.

- à contratação de novas dívidas:

Não há.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

Não há.

vi. Agente fiduciário

O agente fiduciário das debêntures da 1ª emissão é Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., cuja remuneração compreenderá parcelas anuais de R$12.000,00, reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Quaisquer modificações nas condições das Debêntures Conversíveis dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% mais uma Debênture Conversível das Debêntures Conversíveis então em circulação.

Para efeito de constituição do *quorum* a que se refere o parágrafo acima, serão excluídas do número de Debêntures Conversíveis em circulação as Debêntures Conversíveis eventualmente pertencentes à Companhia. Considera-se Debêntures Conversíveis em circulação todas as Debêntures Conversíveis subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Companhia ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

j. outras características relevantes:

Em virtude das características das debêntures, os debenturistas, no ato da Permuta, têm direito ao recebimento de dividendos e remunerações de capital, bonificações, ou ainda quaisquer outros proventos, deduzidos dos tributos eventualmente aplicáveis ("Proventos"), declarados pela JBS USA e distribuídos à Companhia desde a data de emissão até a data do efetivo recebimento dos BDRs, proporcionalmente ao número de BDRs decorrentes da Permuta a serem detidos por cada debenturista.

Os recursos obtidos com as debêntures foram integralmente destinados à integralização de aumento de capital na JBS USA, com o objetivo de (a) concluir a operação refletida no *Stock Purchase Agreement* pelo qual a JBS USA, através de subscrição de novas ações, tornou-se titular de ações representativas de 64% (sessenta e quatro por cento) do capital social total e votante da Pilgrim's Pride, e (b) reforçar a estrutura de capital consolidada da Companhia, para implementação de planos de investimento e projetos de expansão, além de viabilizar a conclusão do projeto de integração das operações da Companhia com o Bertin.

(B) Notas 2011 – JBS S.A.

As principais características das Notas 2011 da JBS S.A. seguem abaixo:

a. identificação do valor mobiliário:

As Notas 2011 da JBS S.A. são títulos de dívidas emitidos e colocados junto a investidores qualificados, conforme a regra 144A do *U.S. Security Act of 1933*.

b. quantidade:

2.750.

c. valor:

US$275,0 milhões.

d. data de emissão:

Em 6 de fevereiro de 2006.

e. restrições à circulação:

As Notas 2011 da JBS S.A. podem ser transferidas de acordo com a regra 144A do *U.S.* Security Act *of 1933*.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Não aplicável.

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

As Notas 2011 da JBS S.A. poderão ser resgatas se houver qualquer alteração ou emenda às leis (incluindo qualquer nível de regulação) do Brasil ou qualquer subidvisão politica ou das autoridades fiscais que possa afetar a interpretação official, administração ou aplicação de tais elis, tratados, regras ou regulação. Nesses casos, a Companhia poderá resgatar todas, mas apenas todas, as Notas 2011 da JBS S.A. pelo preço igual a 100% do montante principal, conjuntamente com os juros incorridos até a data do resgate, após publicação irrevogábel para o resgate com, no mínimo 30 dias e no máximo 90 dias de antecedência.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 7 de fevereiro de 2011.

A escritura das Notas 2011 da JBS S.A. estabelece os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, compromissos restritivos ou outras avenças contidos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento dispensado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças ou ordens judiciais desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Juros

A taxa de juros aplicável às Notas 2011 da JBS S.A. é de 9,375% calculada a partir de 6 de fevereiro de 2006, e pagos trimestralmente em 7 de fevereiro, 7 de maio, 7 de agosto e 7 de novembro de cada ano, a contar de 7 de maio de 2006.

Garantia

As Notas 2011 da JBS S.A. são garantidas pela J&F, pela Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e pela JBS Agropecuária Ltda

Se o crédito é quiografário ou subordinado

Quirografário

Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

As Notas 2011 da JBS S.A. estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2011 da JBS S.A.; (b) forem oriundas de lei; ou (c) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2011 da JBS S.A. a Companhia não poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2011 da JBS S.A.; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2011 da JBS S.A., mencionada no parágrafo acima; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30,0 milhões.

- *à alienação de determinados ativos:*

As Notas 2011 da JBS S.A. estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar atos, tais como: (i) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais atos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (b) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

- *à contratação de novas dívidas:*

As Notas 2011 da JBS S.A. incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação

dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2011 da JBS S.A.) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

Não aplicável.

Agente fiduciário

JP Morgan Trust Bank, N.A.

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Além de outras matérias previstas nas Notas 2011 da JBS S.A., os direitos dos detentores das Notas 2011 da JBS S.A. podem ser alterados sem o prévio consentimento quando tais alterações servirem: para solucionar ambigüidade ou inconsistência nas regras estabelecidas pelas Notas 2011 da JBS S.A.; para inserir restrição à Companhia que seja benéfica aos detentores das Notas 2011 da JBS S.A., para excluir direitos da Companhia; para excluir garantias cuja exclusão for permitida pelas regras da Notas 2011 da JBS S.A.; para emissão de notas adicionais; para qualquer alteração que não altere de forma substancial os direitos dos detentores das Notas 2011 da JBS S.A.; ou para inclusão de garantidor adicional às Notas 2011 da JBS S.A..

Ademais, de forma geral, é necessário consentimento dos detentores das Notas 2011 da JBS S.A. para reduzir o montante principal das Notas 2011 da JBS S.A. ou alterar a data de vencimento, reduzir a taxa de juros, reduzir o montante a ser pago em caso de resgate, alterar a moeda de pagamento das Notas 2011 da JBS S.A., conferir a um detentor específico a possibilidade de receber juros ou principal em data diferente daquela estabelecida nas Notas 2011 da JBS S.A., alterar o quórum exigido para aprovação de alterações, alteração em qualquer provisão das Notas 2011 da JBS S.A. que modifiquem a ordem de preferência dos títulos, ou alterar as garantias das Notas 2011 da JBS S.A.

j. outras características relevantes:

Em janeiro de 2010, a Companhia deu início a uma oferta de recompra das Notas 2011 da JBS S.A. Referida oferta está sendo feita de acordo com as obrigações da Companhia sob a escritura que rege as Notas 2011 da JBS S.A., que exige que a Companhia faça uma oferta para comprar as Notas 2011 da JBS S.A. no caso de uma mudança de controle (como definido na escritura que regula as Notas 2011 da JBS S.A.). Uma mudança de controle ocorreu em 31 de dezembro de 2009, no âmbito da operação de incorporação do Bertin pela Companhia. A oferta de recompra terminou em 26 de fevereiro de 2010 e a recompra foi efetuada em 4 de março de 2010, mediante o pagamento do valor total do principal de US$2,4 milhões, representativo das Notas 2011 da JBS S.A. que foram recompradas pela Companhia.

(C) Notas 2014 – JBS USA, LLC e JBS USA Finance com garantia da JBS S.A.

As principais características das Notas 2014 da JBS USA são:

a. identificação do valor mobiliário:

As Notas 2014 da JBS USA são títulos de dívida emitidos e colocados junto a investidores qualificados, conforme a regra 144A do *U.S. Security Act of 1933*

b. quantidade:

350.000.

c. valor:

US$700,0 milhões.

d. data de emissão:

Em 27 de abril de 2009.

e. restrições à circulação:

As Notas 2014 da JBS USA podem ser transferidas de acordo com as regra 144A do *U.S.* Security Act *of 1933*.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Não aplicável.

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

A JBS USA poderá resgatar as Notas 2014 da JBS USA a qualquer tempo, de forma integral ou parcial, após notificação. Para o resgate das Notas 2014 da JBS USA deverá pagar um preço igual ou superior a 101% do montante principal das Notas 2014 da JBS USA a serem resgatadas; e (b) o valor presente na data do resgate de (1) 100% do valor principal das Notas 2014 da JBS USA a serem resgatas mais (2) os pagamentos programados remanscesntes de juros da data do resgate até o vencimento (mas excluding os juros incidents e não pagos na data do resgate), calculados utilizando-se taxa de desconto igual ao *Treasury Yield* (determinada no segundo dia útil imediatamente precedente à data do resgate) mais 50 pontos-base, mais, em ambos os caso, juros incorridos e não pagos, incluindo, juros especiais, se aplicado, da data do resgate.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 1º de maio de 2014.

A escritura de emissão das Notas 2014 da JBS USA prevê eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstas na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2014 da JBS USA à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2014 da JBS USA.

ii. Juros

Os juros sobre as Notas 2014 da JBS USA são de 11,625%, ao ano, pagos semestralmente em 1º de maio e 1º de novembro de cada ano, com início em 1º de novembro de 2009.

ii. Garantia

As Notas 2014 da JBS USA são garantidas pela Companhia, pela JBS USA, JBS Hungary Holdings Kft. (uma subsidiária integral indireta da Companhia) e certas subsidiárias restritas (subsidiárias norte-americanas da JBS USA, LLC, com exceção da JBS USA Finance, Inc. e da JBS US Holding LLC)

iv. Se o crédito é quiografário ou subordinado

Quirografário

vi. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

As Notas 2014 da JBS USA estabelecem restrições para pagamento de dividendos tanto pela JBS USA como por suas subsidirárias, a não ser que: a obrigação seja resultado de acordos e/ou contratos em vigor na data de emissão das Notas 2014 da JBS USA; e que o pagamento não afete a capacidade da JBS USA e de suas subsidiárias de realizar o pagamentos juros das Notas 2014 da JBS USA ou de seu valor principal.

- *à alienação de determinados ativos:*

As Notas 2014 da JBS USA estabelecem restrições a venda de ativos da JBS USA e suas subsidiárias a não ser (i) que a proposta de compra do ativo seja igual ao valor junto de mercado; e (b) que pelo menos 75% do valor recebido pela JBS USA ou por suas subisdiárias pela venda dos ativos seja em dinheiro

- *à contratação de novas dívidas:*

As Notas 2014 da JBS USA incluem restrições contratuais que proíbem a subsidiária, JBS USA, LLC e suas subsidiárias garantidoras das Notas 2014 da JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da JBS USA, LLC na data de contratação da dívida e destinação do respectivo produto seja menor do que 3,0/1,0.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

As Notas 2014 da JBS USA incluem restrições contratuais que proíbem a subsidiária, JBS USA, LLC e suas subsidiárias garantidoras das Notas 2014 da JBS USA, de emitir ações (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da JBS USA, LLC na data da destinação do respectivo produto seja menor do que 3,0/1,0.

vi. Agente fiduciário

The Bank of New York Mellon

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Além de outras matérias previstas nas Notas 2014 da JBS USA, os direitos dos detentores das Notas 2014 da JBS USA podem ser alterados sem o prévio consentimento quando tais alterações servirem: para solucionar ambigüidade ou inconsistência nas regras estabelecidas pelas Notas 2014 da JBS USA; para inserir restrição à Companhia que seja benéfica aos detentores das Notas 2014 da JBS USA, para excluir direitos da Companhia; para excluir garantias cuja exclusão for permitida pelas regras da Notas 2014 da JBS USA; para emissão de notas adicionais; para qualquer alteração que não altere de forma substancial os direitos dos detentores das Notas 2014 da JBS USA; ou para inclusão de garantidor adicional às Notas 2014 da JBS USA.

Ademais, de forma geral, é necessário consentimento dos detentores das Notas 2014 da JBS USA para reduzir o montante principal das Notas 2014 da JBS USA ou alterar a data de vencimento, reduzir a taxa de juros, reduzir o montante a ser pago em caso de resgate, alterar a moeda de pagamento das Notas 2014 da JBS USA, conferir a um detentor específico a possibilidade de receber juros ou principal em data diferente daquela estabelecida nas Notas 2014 da JBS USA, alterar o quórum exigido para aprovação de alterações, alteração em qualquer provisão das Notas 2014 que modifiquem a ordem de preferência dos títulos, alterar as garantias das Notas 2014 da JBS USA; para excluir um garantidor da operação; ou para subordinar as Notas 2014 da JBS USA ou qualquer garantia a qualquer outrra obrigação da JBS USA ou do garantidor.

j. outras características relevantes:

O cálculo do índice de dívida líquida/EBITDA é feito com base no índice de dívida líquida/EBITDA da JBS USA, LLC e suas subsidiárias restritas, conforme definidas nos termos da escritura de emissão, e não incluem a JBS USA.

Os termos e condições das Notas 2014 da JBS USA definem (i) o índice Dívida Líquida/EBITDA em qualquer data de determinação ("Data de Cálculo"), o índice da Dívida Líquida da JBS USA, LLC na Data de Cálculo/EBITDA consolidado da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas no último período à época encerrado de quatro trimestres fiscais consecutivos, sujeitos a ajustes referentes a alienações de ativo e investimentos realizados no período; (ii) Dívida Líquida a qualquer tempo como valor total de dívida da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas menos a soma de caixa, equivalentes a caixa e valores mobiliários registrados como ativo circulante (com exceção de qualquer capital social de qualquer pessoa); ficando estipulado que a Dívida Líquida incluirá o valor principal total das Notas 2016 da Companhia e qualquer outra dívida da Companhia porventura garantida pela JBS USA, LLC ou suas subsidiárias restritas; e (iii) o EBITDA

consolidado da JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas em qualquer período como (1) Lucro (prejuízo) líquido consolidado no período em questão, sujeito a determinados ajustes, menos (2) a soma de: (a) créditos de imposto de renda; (b) receitas de juros; (c) ganho de itens extraordinários; (d) qualquer ganho líquido total (mas nem todo prejuízo líquido total) decorrente da venda, permuta ou outra alienação de capital ativo pela JBS USA, LLC e certas subsidiárias restritas (incluindo qualquer ativo fixo, quer tangível, quer intangível, todos os estoques vendidos com relação à alienação de ativos fixos e todos os valores mobiliários); e (e) qualquer outro ganho não-monetário adicionado para apuração do Lucro (prejuízo) líquido consolidado (que em cada caso, na medida em que incluído no cálculo do Lucro (prejuízo) líquido consolidado da JBS USA, LLC em conformidade com os GAAP, mas sem duplicação), acrescido de: (3) a soma de: (a) qualquer provisão para imposto de renda; (b) despesa de juros consolidada; (c) perda gerada por itens extraordinários; (d) depreciação e amortização; (e) qualquer prejuízo líquido total (mas nem todo ganho líquido total) decorrente da venda, permuta ou outra alienação de capital ativo pela JBS USA, LLC (incluindo qualquer ativo fixo, quer tangível, quer intangível); (f) desconto de dívida amortizado; (g) montante de qualquer dedução efetuada no Lucro (prejuízo) líquido consolidado resultante de qualquer concessão a qualquer membro da administração da JBS USA, LLC ou certas subsidiárias restritas de qualquer participação societária; e (h) quaisquer outras perdas não-monetárias que tenham sido subtraídas na apuração do Lucro (prejuízo) líquido consolidado (que não perdas não-monetárias relacionadas a baixas ou cancelamentos de contas a receber ou estoques) (em cada caso, na medida em que incluído no cálculo do Lucro (prejuízo) líquido consolidado da JBS USA, LLC em conformidade com os GAAP, mas sem duplicação, e conforme ajuste adicional de forma a excluir certos itens não-monetários e itens não-recorrentes). Para o propósito dessa restrição contratual, o Lucro (prejuízo) líquido consolidado é ajustado para excluir, dentre outras coisas, (1) lucros das subsidiárias restritas, na medida em que o pagamento de dividendos ou distribuições similares pelas subsidiárias restritas não são permitidas por lei ou por qualquer contrato a qual as subsidiárias restritas sejam partes, (2) lucro de qualquer empresa na qual a JBS USA, LLC, tenha participação em conjunto, salvo os casos de dividendos e outras distribuições efetivamente pagas para a JBS USA, LLC ou uma de suas subsidiárias integrais consideradas como subsidiárias restritas, e (3) determinados itens que não sejam em espécie e não sejam recorrentes.

(D) Notas 2016 - JBS S.A.

As principais características das Notas 2016 da JBS S.A. são:

a. identificação do valor mobiliário:

As Notas 2016 da JBS S.A. são títulos de dívidas emitidos e colocados junto a investidores qualificados, conforme a regra 144A do *U.S. Security Act of 1933.*

b. quantidade:

3.000.

c. valor:

US$300,0 milhões.

d. data de emissão:

Em 4 de agosto de 2006.

e. restrições à circulação:

As Notas 2016 da JBS S.A. não foram registradas sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários. Portanto, as Notas 2016 da JBS S.A. apenas poderão ser vendidas em operações que não requeiram o prévio registro das Notas 2016 da JBS S.A. sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Não aplicável

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

As Notas 2016 da JBS S.A. poderão ser resgatadas se houver qualquer alteração ou emenda às leis (incluindo qualquer nível de regulação) do Brasil ou qualquer subidvisão politica ou das autoridades fiscais que possa afetar a interpretação official, administração ou aplicação de tais leis, tratados, regras ou regulação. Nesses casos, a Companhia poderá resgatar todas, mas apenas todas, as Notas 2011 pelo preço igual a 100% do montante principal, conjuntamente com os juros incorridos até a data do resgate, após publicação irrevogábel para o resgate com, no mínimo 30 dias e no máximo 90 dias de antecedência.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 4 de agosto de 2016.

A escritura das Notas 2016 da JBS S.A. prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

ii. Juros

Os juros incidentes sobre as Notas 2016 da JBS S.A. são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, com início em 4 de fevereiro de 2007.

iii. Garantia

A escritura de emissão que rege as Notas 2016 da JBS S.A. exige que qualquer subsidiária significativa (isto é, qualquer subsidiária que represente pelo menos 20% da totalidade dos ativos ou receita bruta anual da Companhia, de acordo com suas demonstrações financeiras mais recentes) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016 da JBS S.A.. As Notas 2016 da JBS S.A. são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA e suas subsidiárias, JBS USA Holdings, Inc., JBS USA, LLC, Flora Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. (subsidiária da J&F) e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia (incluindo subsidiárias da JBS USA) poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 da JBS S.A. no futuro.

iiii. Se o crédito é quiografário ou subordinado

Quirografário

v. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

As Notas 2016 da JBS S.A. estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 da JBS S.A.; (b) forem oriundas de lei; (c) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 da JBS S.A., a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016 da JBS S.A.; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 da JBS S.A.; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 30,0 milhões.

- *à alienação de determinados ativos:*

As Notas 2016 da JBS S.A. estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, a transferência poderá ser realizada em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 da JBS S.A.; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

- *à contratação de novas dívidas:*

Os termos e condições das Notas 2016 da JBS S.A. incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 da JBS S.A.) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1.0.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

Não aplicável.

vi. Agente fiduciário

JP Morgan Chase Bank, N.A.

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Além de outras matérias previstas nas Notas 2016 da JBS S.A., os direitos dos detentores das Notas 2016 da JBS S.A. podem ser alterados sem o prévio consentimento quando tais alterações servirem: para solucionar ambigüidade ou inconsistência nas regras estabelecidas pelas Notas 2016 da JBS S.A.; para inserir restrição à Companhia que seja benéfica aos detentores das Notas 2016 da JBS S.A. , para excluir direitos da Companhia; para excluir garantias cuja exclusão for permitida pelas regras da Notas 2016 da JBS S.A. ; para emissão de notas adicionais; para qualquer alteração que não altere de forma substancial os direitos dos detentores das Notas 2016 da JBS S.A. ; ou para inclusão de garantidor adicional às Notas 2016 da JBS S.A.

Ademais, de forma geral, é necessário consentimento dos detentores das Notas 2016 da JBS S.A. para reduzir o montante principal das Notas 2016 da JBS S.A. ou alterar a data de vencimento, reduzir a taxa de juros, reduzir o montante a ser pago em caso de resgate, alterar a moeda de pagamento das Notas 2016 da JBS S.A. , conferir a um detentor específico a possibilidade de receber juros ou principal em data diferente daquela estabelecida nas Notas 2016 da JBS S.A. , alterar o quórum exigido para aprovação de alterações, alteração em qualquer provisão das Notas 2016 da JBS S.A. que modifiquem a ordem de preferência dos títulos, ou alterar as garantias das Notas 2016 da JBS S.A.

j. outras características relevantes:

Todas as características relevantes encontram-se indicadas acima.

(E) Notas 2016 do Bertin

As principais características das Notas 2016 do Bertin são:

a. identificação do valor mobiliário:

As Notas 2016 do Bertin são títulos de dívidas emitidos e colocados junto a investidores qualificados, conforme a regra 144A do *U.S. Security Act of 1933.*

b. quantidade:

1.000.

c. valor:

US$350,0 milhões.

d. data de emissão:

9 de novembro de 2006.

e. restrições à circulação:

As Notas 2016 do Bertin não foram registradas sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários. Portanto, as Notas 2014 apenas poderão ser vendidas em operações que não requeiram o prévio registro das Notas 2014 sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Não aplicável

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

As Notas 2016 do Bertin poderão ser resgatadas se houver qualquer alteração ou emenda às leis (incluindo qualquer nível de regulação) do Brasil ou qualquer subidvisão politica ou das autoridades fiscais que possa afetar a interpretação official, administração ou aplicação de tais leis, tratados, regras ou regulação. Nesses casos, Bertin poderá resgatar todas, mas apenas todas, as Notas 2016 do Bertin pelo preci igual a 100% do montante principal, conjuntamente com os juros incorridos até a data do resgate, após publicação irrevogábel para o resgate com, no mínimo 30 dias e no máximo 90 dias de antecedência.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Vencimento em 5 de outubro de 2016.

A escritura de emissão das Notas 2016 do Bertin prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 do Bertin à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 do Bertin.

ii. Juros

Os juros incidentes sobre as Notas 2016 do Bertin são de 10,25% ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início m 5 de abril de 2007

iii. Garantia

Não há garantias.

iv. Se o crédito é quiografário ou subordinado

Quirografário

v. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

As Notas 2016 do Bertin estabelecem restrições ao Bertin e suas subsidiárias de pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 do Bertin; (b) forem oriundas de lei; ou (c) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

- *à alienação de determinados ativos:*

As Notas 2016 do Bertin estabelecem restrições ao Bertin e suas subsidiárias de transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, as transferências poderão ser realizadas em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 do Bertin; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional, do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano ou outras agências governamentais ou internacionais.

- *à contratação de novas dívidas:*

Os termos e condições das Notas 2016 do Bertin incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 do Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

Não aplicável.

iv. Agente fiduciário

The Bank of New York

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Além de outras matérias previstas nas Notas 2016 do Bertin, os direitos dos detentores das Notas 2016 do Bertin podem ser alterados sem o prévio consentimento quando tais alterações servirem: para solucionar ambigüidade ou inconsistência nas regras estabelecidas pelas Notas 2016 do Bertin; para inserir restrição à Companhia que seja benéfica aos detentores das Notas 2016 do Bertin, para excluir direitos da Companhia; para excluir garantias cuja exclusão for permitida pelas regras da Notas 2016 do Bertin; para emissão de notas adicionais; para qualquer alteração que não altere de forma substancial os direitos dos detentores das Notas 2016 do Bertin; ou para inclusão de garantidor adicional às Notas 2016 do Bertin.

Ademais, de forma geral, é necessário consentimento dos detentores das Notas 2016 do Bertin para reduzir o montante principal das Notas 2016 do Bertin ou alterar a data de vencimento, reduzir a taxa de juros, reduzir o montante a ser pago em caso de resgate, alterar a moeda de pagamento das Notas 2016 do Bertin, conferir a um detentor específico a possibilidade de receber juros ou principal em data diferente daquela estabelecida nas Notas 2016 do Bertin, alterar o quórum exigido para aprovação de alterações, alteração em qualquer provisão das Notas 2016 do Bertin que modifiquem a ordem de preferência dos títulos, ou alterar as garantias das Notas 2016 do Bertin.

j. outras características relevantes:

Em 24 de novembro de 2009, o Bertin iniciou um processo de *consent solicitation* junto aos detentores das Notas 2016 do Bertin para, entre outras finalidades, (i) igualar a forma de certas cláusulas da escritura das Notas 2016 do Bertin, especialmente aquelas relativas à *covenants* e *events of default*, às disposições da Notas 2016 do Bertin; e (ii) excepcionar a mudança de controle do Bertin, em decorrência da incorporação do Bertin pela Companhia, das hipóteses de configuração de uma mudança de controle, no âmbito das Notas 2016 do Bertin. Referido processo terminou em 14 de dezembro de 2009 e contou com a adesão de detentores de mais de 85% do valor principal das Notas 2016 do Bertin.

(F) Notas 2017 da Vigor

As principais características das Notas 2017 da Vigor são:

a. identificação do valor mobiliário:

As Notas 2017 da Vigor são títulos de dívidas emitidos e colocados junto a investidores qualificados, conforme a regra 144A do *U.S. Security Act of 1933.*

b. quantidade:

1.000.

c. valor:

US$100,0 milhões.

d. data de emissão:

16 de fevereiro de 2007.

e. restrições à circulação:

As Notas 2017 da Vigor não foram registradas sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários. Portanto, as Notas 2017 da Vigor apenas poderão ser vendidas em operações que não requeiram o prévio registro das Notas 2017 da Vigor sob as regras do Security Act ou outras leis de valores mobiliários.

f. conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social:

Não aplicável

g. possibilidade de resgate, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

As Notas 2017 da Vigor poderão ser resgatadas, em sua totalidade, pelo valor de 100% do montante principal, mais juros incorridos e não pagos, se houver, em qualquer data para pagamento de juros após 23 de fevereiro de 2012.

As Notas 2017 da Vigor poderão ser resgatas se houver qualquer alteração ou emenda às leis (incluindo qualquer nível de regulação) do Brasil ou qualquer subidvisão politica ou das autoridades fiscais que possa afetar a interpretação official, administração ou aplicação de tais leis, tratados, regras ou regulação. Nesses casos, Bertin poderá resgatar todas, mas apenas todas, as Notas 2016 do Bertin pelo preci igual a 100% do montante principal, conjuntamente com os juros incorridos até a data do resgate, após publicação irrevogábel para o resgate com, no mínimo 30 dias e no máximo 90 dias de antecedência.

h. quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável; (i) vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado; (ii) juros; (iii) garantia e, se real, descrição do bem objeto; (iv) na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado; (v) eventuais restrições impostas ao emissor em relação à distribuição de dividendos, à alienação de determinados ativos, à contratação de novas dívidas, à emissão de novos valores mobiliários; (vi) o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

i. Vencimento e hipóteses de vencimento antecipado

Em 23 de fevereiro de 2017.

A escritura de emissão prevê, ademais, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, compromissos restritivos ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento dispensado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças ou ordens judiciais desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2017 da Vigor à época poderá declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2017 da Vigor.

ii. juros

Os juros sobre as Notas 2017 da Vigor são de 9,25%, ao ano, pagos semestralmente em 23 de fevereiro e 23 de agosto de cada ano, com início em 23 de agosto de 2007.

iii. Garantia

As Notas 2017 da Vigor são garantidas pela Companhia Leco de Produtos Alimentícios, subsidiária da Vigor.

iv. Se o crédito é quiografário ou subordinado

Quirografário

v. Eventuais Restrições impostas ao emissor em relação

- *à distribuição de dividendos:*

As Notas 2017 da Vigor estabelecem restrições à Vigor e suas subsidiárias de pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2017 da Vigor; (b) forem oriundas de lei; ou (c) for imposição de documentos padrões do BNDES no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Além disso, de acordo com as Notas 2017 da Vigor, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido caso de inadimplemento das Notas 2017 da Vigor; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US$ 1,00 de dívida nos termos do teste de receita líquida/proporção EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2017 da Vigor; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US$ 10,0 milhões.

- *à alienação de determinados ativos:*

As Notas 2017 da Vigor estabelecem restrições à Vigor e suas subsidiárias de transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais transferências poderão ser realizadas em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2017 da Vigor ; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de *joint venture* firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

- *à contratação de novas dívidas:*

Os termos e condições das Notas 2017 da Vigor incluem restrições contratuais que proíbem a Companhia (também na qualidade de sucessora legal do Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2017 da Vigor) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,0.

- *à emissão de novas valores mobiliários:*

Não aplicável.

vi. Agente fiduciário

The Bank of New York

i. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Além de outras matárias previstas nas Notas 2017 da Vigor, os direitos dos detentores das Notas 2017 da Vigor podem ser alterados sem o prévio consentimento quando tais alterações servirem: para solucionar ambigüidade ou inconsistência nas regras estabelecidas pelas Notas 2017 da Vigor; para inserir restrição à Companhia que seja benéfica aos detentores das Notas 2017 da Vigor, para excluir direitos da Companhia; para excluir garantias cuja exclusão for permitida pelas regras da Notas 2017 da Vigor; para emissão de notas adicionais; para qualquer alteração que não altere de forma substancial os direitos dos detentores das Notas 2017 da Vigor; ou para inclusão de garantidor adicional às Notas 2017 da Vigor.

Ademais, de forma geral, é necessário consentimento dos detentores das Notas 2017 da Vigor para reduzir o montante principal das Notas 2017 da Vigor ou alterar a data de vencimento, reduzir a taxa de juros, reduzir o montante a ser pago em caso de resgate, alterar a moeda de pagamento das Notas 2017 da Vigor, conferir a um detentor específico a possibilidade de receber juros ou principal em data diferente daquela estabelecida nas Notas 2017 da Vigor, alterar o quórum exigido para aprovação de alterações, alteração em qualquer provisão das Notas 2017 da Vigor que modifiquem a ordem de preferência dos títulos, ou alterar as garantias das Notas 2017 da Vigor.

j. outras características relevantes:

Todas as características relevantes encontram-se indicadas acima.

18.6. Indicação dos mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação:

As ações da Companhia são negociação na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, sob o código “JBSS3”. As debêntures da Companhia não são negociáveis.

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar: país, mercado, entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação, data de admissão à negociação, se houver, indicar o segmento de negociação, data de início de listagem no segmento de negociação, percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício, se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações, se houver, banco depositário, se houver, instituição custodiante:

Em 5 de setembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de American Depositary Receipts – Nível 1, sem aumento de seu capital social. Cada American Depositary Receipt emitido em 01 de dezembro de 2008, representa 2 ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do contrato de depósito celebrado entre a Companhia e The Bank of New York Mellon, sendo registradas perante a Securities and Exchange Commission americana (SEC) e negociadas no mercado de balcão, sob o código “JBSAY”. O percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de de ações ordinárias é inferior a 1,0%.

A Companhia apresenta abaixo, os seguintes dados com relação ao seu programa de American Depositary Receipts.

a) país:

Estados Unidos da América.

b) mercado:

Mercado de balcão.

c) entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:

OTCQX.

d) data de admissão à negociação:

1º de dezembro de 2008.

e) se houver, indicar o segmento de negociação:

Não aplicável.

f) data de início de listagem no segmento de negociação:

Não aplicável.

g) percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício:

O percentual do volume de negociações dos American Depositary Receipts em relação ao volume total de de ações ordinárias é inferior a 1,0%.h) se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:

Cada *American Depositary Receipt* equivale a 2 ações ordinárias de emissão da Companhia.

i) se houver, banco depositário:

Bank of New York Mellon.

j) se houver, instituição custodiante:

Mergent, Inc.

18.8. Descrição das ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia:

Em maio de 2007 a Companhia encerrou a oferta pública inicial primária e secundária de 200.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ao preço de R$8,00 por ação.

A oferta compreendeu a distribuição primária de 150.000.000 ações de emissão da Companhia e a distribuição secundária de 50.000.000 ações emitidas pela Companhia e de titularidade do ZMF Fundo de Investimento em Participações, acionista vendedor da oferta. Adicionalmente, em 27 de abril de 2007, foi exercida parcialmente, a opção para a distribuição de um lote suplementar de até 30.000.000 ações, destinada a atender ao excesso de demanda constatado no curso da oferta.

Considerando a aquisição/subscrição da totalidade das ações inicialmente ofertadas e das ações suplementares, foram distribuídas ao público o total de 202.093.800 ações, perfazendo o total de R$1.616.750.400,00.

A oferta, que compreendeu a distribuição de ações no Brasil por meio de uma distribuição pública primária e secundária, em mercado de balcão não-organizado, e, ainda, com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na Regra 144Ae no Regulamento S, ambas do *Securities Act* de 1933, dos Estados Unidos da América, editado pela *Securities and Exchange Commission*.

Tal oferta foi registrada na CVM sob o n.º CVM/SRE/REM/2007/010 (Oferta Primária) e n.º CVM/SRE/SEC/2007/009 (Oferta Secundária), ambas em 28 de março de 2007.

Segue quadro societário da Companhia antes e imediatamente após a oferta pública inicial:

18.9. Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia realizado ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.10. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Para um melhor entendimento deste Formulário de Referência e as atividades da Companhia, apresentamos abaixo um glossário de definições utilizadas neste Formulário de Referência.

"Acordo de Acionistas BNDESPAR"	Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado pelo acionista controlador da Companhia e o BNDESPAR em 22 de dezembro de 2009
"Administração"	A administração da Companhia formada pelo Conselho de Administração e Diretoria
"Aliança Estratégica - Inalca S.p.A."	Aliança estratégica entre a Companhia e a Cremonini
"ANVISA"	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
"AQIS"	*Australian Quarantine and Inspection Service*, Serviço de Inspeção de Quarentena australiano
"Aquisição da Smithfield"	Aquisição da Smithfield Beef pela JBS USA
"Assembléia Geral"	Assembléia geral de acionistas da Companhia
"Austrália"	Commonwealth of Australia
"BDRs"	*Brazilian Depositary Receipts*, certificados de depósito de ações da JBS USA
"Bertin"	Bertin S.A.
"BM&FBOVESPA"	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
"BNDES"	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
"BNDESPAR"	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES
"BR GAAP"	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas emitidas pela CVM, nas normas contábeis emitidas pelo IBRACON e nas resoluções do CFC
"BSE"	Encefalopatia Espongiforme Bovina (popularmente conhecida como "doença da vaca louca")
"CADE"	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
"CAGR"	*Compound Annual Growth Rate*

"CD"	Centro de Distribuição
"CFC"	Conselho Federal de Contabilidade
"CGC"	Continental Grain Company (anteriormente ContiGroup Companies, Inc.)
"CLT"	Consolidação das Leis do Trabalho, conforme aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943
"CNPJ"	Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas
"Código de Falência"	Código de Falência Norte-Americano
"Cofins"	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
"Companhia"	JBS S.A.
"Conselho de Administração"	Conselho de Administração da Companhia
"Contrato com a Smithfield"	Contrato de Compra de Ações celebrado em 4 de março de 2008 entre a Companhia e a Smithfield Foods
"CPF"	Cadastro de Pessoas Físicas
"Cremonini"	Cremonini S.p.A., Itália
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários
"Debêntures Conversíveis"	Debêntures conversíveis em ações da Companhia e permutáveis por BDRs e/ou ações da JBS USA, emitidas pela Companhia em 22 de dezembro de 2009
"Diretoria"	A Diretoria da Companhia
"dólar, dólares ou US$"	Moeda corrente dos Estados Unidos
"dólar australiano, dólares australianos ou A$"	Moeda corrente da Austrália
"EBITDA"	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Administração da Companhia. O EBITDA é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro líquido, das despesas de depreciação e amortização, de despesas extraordinárias, do resultado de equivalência patrimonial e da amortização de ágio de investimentos. O EBITDA não é uma medida de acordo com o BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O EBITDA não possui significado padronizado e a definição de EBITDA da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.
"EEOC"	*Equal Employment Opportunity Commission*, Comissão de Igualdade de Oportunidade no Trabalho norte-americana

"EPA"	*Environmental Protection Agency,* Agência de Proteção do Meio-Ambiente norte-americana
"Estados Unidos" ou "Estados Unidos da América"	United States of America
"Estatuto Social"	Estatuto social da Companhia, conforme alterado
"FB Participações"	FB Participações S.A.
"Formulário de Referência"	O presente formulário de referência da JBS S.A., conforme alterado
"Five Rivers"	Five Rivers Ranch Cattle Feeding LLC
"GEE"	Gases estufa
"Governo Federal"	Governo Federal do Brasil
"JBS Five Rivers"	JBS Five Rivers Cattle Feeding LLC
"J&F Oklahoma"	J&F Oklahoma Holdings Inc.
"JBS Packerland"	JBS Packerland, Inc.
"JBS USA"	JBS USA Holdings, Inc.
"J&F"	J&F Participações S.A.
"IBAMA"	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
"IBRACON"	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
"ICE"	Divisão de Imigração e Alfândegas do Departamento de Segurança Interna norte-americano
"ICMS"	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
"ICVM 480"	Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada
"ICVM 332"	Instrução da CVM nº 332, de 04 de abril de 2000, conforme alterada
"Inalca"	Inalca JBS S.p.A.
"INPI"	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
"INSS"	Instituto Nacional do Seguro Social
"IPI"	Imposto sobre Produtos Industrializados
"IPO da JBS USA"	Oferta inicial para distribuição pública ou qualquer outra oferta pública inicial de ações ordinárias da JBS USA
"Lei das Sociedades por Ações"	Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"LIBOR"	*London Interbank Offered Rate*

"Linha de Crédito de Saída"	Linha de crédito rotativo de três anos no valor de no máximo US$600,0 milhões, um empréstimo "A", com prazo de três anos, no valor de no máximo US$375,0 milhões, e um empréstimo "B", com prazo de cinco anos, no valor de no máximo US$775,0 milhões, contratada pela Pilgrim's Pride após sair de seu processo falimentar
"MAPA"	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil
"Montana"	Montana Alimentari S.p.A.
"MPF"	Ministério Público Federal
"MPF/PA"	Ministério Público Federal, Estado do Pará
"NASDAQ"	*National Association of Securities Dealers Automated Quotations*
"Notas 2011"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 275 milhões e juros de 9,375%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2011
"Notas 2014"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela JBS USA, LLC e JBS USA Finance, Inc. no valor de US$ 700 milhões e juros de 11,625%, emitidas em 27 de abril de 2009 e com vencimento em maio de 2014
"Notas 2016"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Companhia, no valor de US$ 300 milhões e juros de 10,50%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2016 do Bertin"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pelo Bertin, no valor de US$ 350 milhões e juros de 10,25%, emitidas em 2006 e com vencimento em 2016
"Notas 2017 da Vigor"	Notas Promissórias, sem garantia, emitidas pela Vigor, no valor de US$ 100 milhões e juros de 9,25%, emitidas em 2007 e com vencimento em 2017
"Novo Mercado"	Segmento especial de negociação introduzido em 2000 pela BM&FBOVESPA, com o conjunto mais rigoroso de práticas de governança corporativa dentre todos os segmentos
"NYSE"	*New York Stock Exchange*
"OIE"	*World Organization for Animal Health* (*Office Internationale des Epizooties*)
"Operação BNDESPAR"	Operação de capitalização da Companhia através da emissão das Debêntures Conversíveis
"OMS"	Organização Mundial de Saúde
"Pilgrim's Pride" ou "PPC"	Pilgrim's Pride Corporation
"PIS"	Programa de Integração Social
"Plano"	Plano de reestruturação da Pilgrim's Pride aprovado pelas corte norte-americanas de falência
"PROT"	PROT - Fundo de investimentos em Participações

"Real, reais ou R$"	A moeda corrente no Brasil
"Rockdale Beef"	Rockdale Beef Pty Ltd.
"SAGPYA"	*Secretaría de agricultura, ganadería, pesca y alimentación*, secretaria de agricultura da Argentina
"SEC"	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos
"SDE"	Secretaria de Direito Econômico
"SEAE"	Secretaria de Acompanhamento Econômico
"SECEX"	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
"SENASA"	*Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria*
"Smithfield Foods"	Smithfield Foods, Inc.
Smithfield Beef	Smithfield Beef Group, Inc.
"Swift"	Swift Foods & Company (atualmente denominada JBS USA Holdings, Inc.)
"Tasman"	Sociedades do Grupo Tasman, da Austrália, incluindo a Tasman Group Services Pty Ltd e a Industry Park Pty Ltd.
"Taxa de Desfrute"	Índice usualmente utilizado na indústria de carne bovina que mede a quantidade de gado abatido no país durante um ano em relação ao seu rebanho total
"Tatiara"	Tatiara Meat Company
"TJLP"	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional
"USDA"	*United States Department of Agriculture*
"US GAAP"	Práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América
"VAR"	*Value at Risk*
"Vigor"	S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor
"ZMF"	ZMF Fundo de Investimento em Participações

19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA

19.1. Em relação aos planos de recompra de ações da Companhia:

O Estatuto Social da Companhia autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para cancelamento, manutenção em tesouraria ou para posterior alienação.

Programas de Recompra de Ações

Na reunião do Conselho de Administração da Companhia de 10 de dezembro de 2007, foi aprovada a criação de um programa de recompra de ações com a finalidade de maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. O programa possuiu prazo de até 365 dias a contar da data da reunião e tinha como finalidade a aquisição de 39.230.164 ações ordinárias da Companhia,

equivalentes a 10,0% do total de ações em circulação, e correspondentes a 3,6% do seu capital social, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social. A Companhia possuía R$1.160.983 mil em reservas e lucros disponíveis para efetuar as recompras, de acordo com o ITR de 30 de setembro de 2007. Ao final do plano, foram efetivamente adquiridas 34.226.200 ações ordinárias, ao preço médio ponderado de aquisição de R$ 5,70, representando aproximadamente 87,2% do total de ações originalmente previstos pelo plano. A instituição financeira que atuou como intermediária nesta operação foi a Banco Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, 1.450, 7o andar, Bela Vista, São Paulo.

Em 29 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia deliberou renovar o programa de recompra de ações da Companhia, desta vez com a finalidade de adquirir 41.113.898 ações ordinárias da Companhia, equivalentes a 6,0% do total de ações em circulação, e correspondentes a 2,9% do seu capital social, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, com prazo de duração de até 365 dias a contar da data da referida reunião. A Companhia possuía R$821.432 mil em reservas e lucros disponíveis para efetuar as recompras, de acordo com o ITR de 30 de setembro de 2008. Ao final do plano, foram efetivamente adquiridas 9.763.900 ações ordinárias, ao preço médio ponderado de aquisição de R$ 6,17, representando aproximadamente 23,7% do total de ações originalmente previstos pelo plano. As instituições financeiras que atuaram como intermediárias nesta operação foram: Banco Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida Paulista, 1.450, 7o andar, Bela Vista, São Paulo, Agora CTVM S.A, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 758, 1º andar, São Paulo, Citigroup Global Markets BR, com sede na Avenida Paulista, 1.111, 11° andar, São Paulo, Credit Suisse Brasil S.A. CTVM, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, 13° andar, São Paulo, CS Hedging-Griffo CV S.A., com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, 6° e 7° andares - Torre IV, São Paulo, Deutsche Bank CV S.A., com sede na Avenida Faria Lima, 3900, 13º andar (PTE), ED. BIRMANN 31, São Paulo, Fator S.A. CV, com sede na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1.017, 11° e 12° andares, São Paulo, HSBC CTVM S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 2° andar, São Paulo, Intra S.A. CCV, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1461, 4° andar, São Paulo, Itaú CV S/A, com sede na Avenida Doutor Hugo Beolchi, 900, 15° andar, São Paulo, J. P. Morgan CCVM S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 13º andar, São Paulo, Magliano S.A. CCVM, com sede na Rua Bela Cintra, 986, 2º andar, São Paulo, Merrill Lynch S.A. CTVM, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 16° andar, Parte A, São Paulo, Morgan Stanley CTVM S.A, com sede na Avenida Faria Lima, 3600, 6º andar, São Paulo, Santander Brasil S.A. CTVM, com sede na Rua Hungria, 1400, 4° andar, São Paulo, SLW CVC LTDA, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 10° andar, São Paulo, Socopa SC Paulista S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 3º andar, São Paulo, UBS Pactual CTVM S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 10° andar, São Paulo, Unibanco Investshop CVMC S.A, com sede na Avenida Eusébio Matoso, 891, 18° andar, São Paulo, Votorantim CTVM LTDA, com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, 999, 16° andar, cj. B, São Paulo, PAX CVC LTDA., com sede na Rua Senador Pompeu, 1520, 3º andar, Fortaleza, Ceará, TOV CCTVM LTDA., com sede na Rua Joaquim Antunes, 246, São Paulo, Umuarama S.A. CTVM, com sede na Rua Iguatemi, 192, cjtos. 113/114, São Paulo, Banif CVC S.A., com sede na Rua Minas de Prata, 30, 15º andar, São Paulo, SP, BES Securities Brasil S.A. CCVM, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 6º andar, São Paulo, Brascan S.A. CTV, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 28, 8º andar, cjto. 81, e Link S.A. CCTVM, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 758, 10º andar, cjto. 101.

19.2. Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria, segregada por tipo, classe e espécie, indicar a quantidade, valor total e preço médio ponderado de aquisição:

2009

Tipo (classe e espécie)	Quantidade	Saldo inicial (em R$)	Preço ponderado de aquisição (em R$)	Aquisições	Alienações	Cancelamentos	Saldo final (em R$)	Saldo final (quantidade)
ação ordinária	34.226.200	195.089.454,0	6,17	9.763.900	0	0	271.418.917,0	43.990.100

2008

Tipo (classe e espécie)	Quantidade	Saldo inicial (em R$)	Preço ponderado de aquisição (em R$)	Aquisições	Alienações	Cancelamentos	Saldo final (em R$)	Saldo final (quantidade)
ação ordinária	0	0	5,70	34.226.200	0	0	195.089.454,0	34.226.200

19.3. Em relação aos valores mobiliários mantidos em tesouraria na data do último exercício social, indicar, em forma de tabela, (a) quantidade, (b) preço médio ponderado de aquisição, (c) data de aquisição, e (d) percentual em relação aos valores mobiliários em circulação da mesma classe e espécie:

Quantidade	Preço ponderado de aquisição (em R$)	Data de Aquisição	% em relação aos valores mobiliários em circulação da mesma classe e espécie
2.500.000	4,45630	02/03/09	0,1738%
414.100	4,53340	03/03/09	0,0288%
135.100	7,39417	18/08/09	0,0094%
134.800	7,41371	19/08/09	0,0094%
134.000	7,45756	20/08/09	0,0093%
133.700	7,47570	21/08/09	0,0093%
132.400	7,56750	24/08/09	0,0092%
133.100	7,50870	25/08/09	0,0093%
133.000	7,51740	26/08/09	0,0092%
126.600	7,89712	28/08/09	0,0088%
126.900	7,87660	31/08/09	0,0088%
130.100	7,68290	02/09/09	0,0090%
128.400	7,78350	03/09/09	0,0089%
125.900	7,93698	04/09/09	0,0088%
125.000	7,99790	09/09/09	0,0087%
191.600	7,82588	11/09/09	0,0133%
125.400	7,97651	15/09/09	0,0087%
101.800	9,80010	06/10/09	0,0071%
101.000	9,89170	09/10/09	0,0070%
99.200	10,07858	13/10/09	0,0069%
350.000	9,98535	14/10/09	0,0243%
200.000	10,07580	15/10/09	0,0139%
200.000	10,04201	16/10/09	0,0139%
100.000	10,09810	19/10/09	0,0070%
200.000	9,72715	20/10/09	0,0139%
200.000	10,05040	21/10/09	0,0139%
200.000	9,97695	22/10/09	0,0139%
200.000	10,03150	23/10/09	0,0139%
200.000	9,96070	26/10/09	0,0139%
100.000	9,66340	29/10/09	0,0070%
200.000	9,40427	30/10/09	0,0139%
300.000	10,57209	04/11/09	0,0209%
81.800	10,80710	05/11/09	0,0057%
200.000	10,56550	09/11/09	0,0139%
200.000	10,47225	11/11/09	0,0139%
200.000	9,93009	16/11/09	0,0139%
200.000	9,96010	18/11/09	0,0139%
200.000	9,41902	19/11/09	0,0139%
200.000	9,71450	23/11/09	0,0139%
200.000	9,47829	24/11/09	0,0139%
200.000	9,59910	25/11/09	0,0139%
200.000	9,45691	26/11/09	0,0139%
200.000	9,45980	27/11/09	0,0139%

19.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.

20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.1. Política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, inclusive data de aprovação, pessoas vinculadas, principais características e previsão de períodos de vedação de negociação e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

a. data de aprovação:

A Companhia possui uma Política de Negociação com Valores Mobiliários de sua emissão ("Política de Negociação"), aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 02 de janeiro

de 2007. A Política de Negociação foi alterada em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de julho de 2008.

b. pessoas vinculadas:

De acordo com a Política de Negociação, são pessoas vinculadas à Companhia, seus acionistas controladores, diretos e indiretos, administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, empregados e diretores da Companhia que, em virtude de seu cargo ou posição na Companhia, tenham acesso a qualquer informação privilegiada, bem como suas sociedades controladas e/ou sob controle comum, seus respectivos acionistas controladores, cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda, que tenham aderido expressamente à política de negociação e estejam obrigados à observância das regras nela descrita. Serão ainda consideradas pessoas vinculadas quaisquer outras pessoas que, a critério da Companhia, tenham conhecimento de fatos relevantes em virtude do cargo, posição ou função na Companhia, em sociedades controladas ou sociedades coligadas.

Além das pessoas vinculadas, as normas da Política de Negociação da Companhia aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das pessoas vinculadas se dêem para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (i)sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (ii) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (iii) procuradores ou agentes; e/ou (iv) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda.

As restrições contidas na Política de Negociação não se aplicam às negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as pessoas vinculadas desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas.

c. principais características:

Objetivo e Abrangência. A Política de Negociação tem por objetivo coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em benefício próprio das pessoas vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Companhia.

Tais regras também procuram coibir a prática de *insider trading* (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e *tipping* (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Negociação Mediante Corretoras Credenciadas. Com o intuito de assegurar padrões adequados de negociação de valores mobiliários da emissão da Companhia, foi adotada a sistemática de que todas as negociações por parte da própria Companhia e das pessoas vinculadas somente serão realizadas com a intermediação de corretoras credenciadas.

Período de Abstenção de Negociação (Blackout Period). As pessoas vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores nesse sentido:

(a) no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais e anuais exigidas pela CVM;

(b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; e

(c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

Vedação à Aquisição para Tesouraria. O Conselho de Administração não poderá deliberar a aquisição de ações para tesouraria no período que ocorrer entre os procedimentos e atos iniciais, até que se torne efetivamente público através de fato relevante, de qualquer um dos seguintes eventos: (a) transferência do controle acionário; (b) incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou fusão; ou (c) reorganização societária.

Obrigação de Indenizar. As pessoas vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Negociação e da legislação específica se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Vigência. A Política de Negociação entrou em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá vigorando por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

d. previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

A Companhia e as as pessoas vinculadas deverão abster-se de negociar os valores mobiliários de emissão da Companhia que eventualmente possuam nas seguintes situações:

(a) em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores haja determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia (”Período de Bloqueio”). O Diretor de Relações com Investidores Administrador das Políticas não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o Período de Bloqueio, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários;

(b) anteriormente à divulgação ao público de Fato Relevante nos termos da Política de Divulgação, sendo nesse caso também vedada a prestação a terceiros de aconselhamento ou assistência de investimento em valores mobiliários por parte das pessoas vinculadas que tenham conhecimento de tal Fato Relevante e/ou da data de sua divulgação, bem como quando estiver em curso distribuição pública de valores mobiliários de emissão da Companhia;

(c) caso estejam cientes da existência de informação relevante de qualquer outra empresa ainda não divulgada com potencialidade de interferir na cotação dos valores mobiliários da Companhia, incluindo subsidiárias da Companhia, suas sociedades controladas e/ou coligadas, competidores, fornecedores e clientes da Companhia; e

(d) quando as pessoas vinculadas se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Fatos Relevantes originados durante seu período de gestão até: (a) o encerramento do prazo de 6 meses contado da data de seu afastamento; ou (b) a divulgação ao público do Fato Relevante.

Ainda como parte da política de negocição de valores mobiliários emitidos pela Companhia, as pessoas vinculadas e a própria Companhia deverão assegurar que seus contatos comerciais bem como aqueles com quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança não negociem valores mobiliários quando tiverem acesso a informações privilegiadas. Para tanto, as pessoas vinculadas envidarão seus melhores esforços para que todos que acessem informações privilegiadas firmem os competentes Termo de Adesão à Política de Negociação.

Ademais, mesmo após a divulgação de Fato Relevante pela Companhia (quando as pessoas vinculadas e a própria Companhia estariam autorizadas a negociar os valores mobiliários), na hipótese em que eventuais negociações com tais valores mobiliários será mantida. Em tal situação, o Diretor de Relações com Investidores divulgará comunicado interno informando sobre a manutenção da proibição.

20.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

Exceto pela política de divulgação abaixo descrita, não há.

21.2. Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas:

Conforme Instrução CVM n° 358/02, a Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de janeiro de 2007 ("Política de Divulgação"), consiste na política da Companhia que regula a divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação foi alterada em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de julho de 2008. Abaixo seguem as principais características da Política de Divulgação da Companhia.

Objetivo e Abrangência. A Política de Divulgação tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de informações no âmbito da Companhia que, por sua natureza, possam ser classificados como fato relevante, estabelecendo as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas quanto ao uso, divulgação e manutenção de sigilo de tais informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Divulgação de Fatos Relevantes. Caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que os fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da Companhia sejam divulgados ao mercado na forma prevista na legislação específica e na política de divulgação, de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação, simultânea em todos os mercados em que os valores mobiliários da Companhia sejam negociados.

A comunicação de fatos relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A divulgação dos fatos relevantes ocorrerá por meio da publicação de anúncios nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo o anúncio conter descrição resumida da informação relevante e indicar os endereços na rede mundial de computadores (Internet) onde a informação detalhada deverá estar disponível a todos os investidores, efetivos ou potenciais, em teor mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

Exceção à Imediata Divulgação. O Diretor de Relações com Investidores poderá deixar de divulgar fato relevante caso entenda que a revelação colocará interesses legítimos da Companhia em risco, devendo divulgá-lo imediatamente na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de valores mobiliários da Companhia.

Dever de Sigilo e Outros Deveres das Pessoas Vinculadas. As pessoas vinculadas devem guardar sigilo acerca de fatos relevantes que ainda não tenham sido divulgados, aos quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais fatos relevantes sejam divulgados ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança e contatos comerciais também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Obrigação de Indenizar. As pessoas vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Divulgação e da legislação específica se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Vigência. A Política de Divulgação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá vigorando por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

Diretor de Relações com Investidores.

21.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.

22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:

Não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:

Não houve alterações significativas na formação de condução dos negócios da Companhia.

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não aplicável.

(página intencionalmente deixada em branco)